



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Presidência do Governo
Secretária Regional Adjunta da Presidência

Exm.º Senhor
Presidente da Assembleia Legislativa
Regional dos Açores
Rua Marcelino Lima
9901-858 HORTA

Sua referência
N.º

Sua data

Nossa referência

Data e número de expedição

Proc.º

Proc.º REQ/GSR/03

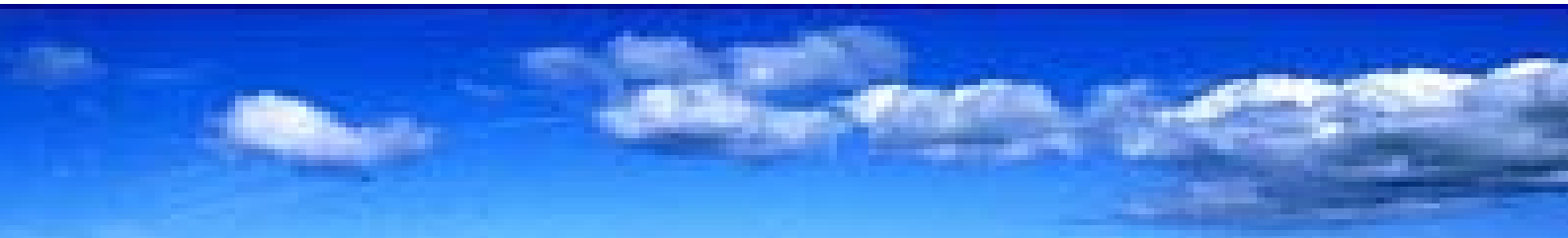
Assunto: RESPOSTA AO REQUERIMENTO Nº 317/VII APRESENTADO PELO SENHOR DEPUTADO FERNANDO LOPES (PS) SOBRE O PLANO DE ORDENAMENTO TURÍSTICO DA REGIÃO

Em resposta ao Requerimento em epígrafe, cumpre-me enviar a V. Ex^a. o Plano de Ordenamento Turístico da Região.

Com a mais elevada consideração,

A SECRETÁRIA REGIONAL ADJUNTA DA PRESIDÊNCIA

CLÁUDIA ALEXANDRA COELHO CARDOSO MENESES DA COSTA



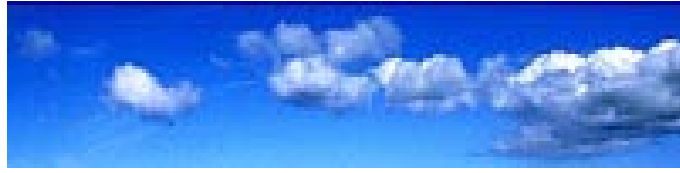
DIRECÇÃO REGIONAL DE TURISMO - SECRETARIA REGIONAL DA ECONOMIA - REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

PLANO DE ORDENAMENTO TURÍSTICO DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

RELATÓRIO DA 1ª FASE

Consórcio GEOIDEIA / IESE / PLURAL

Abril, 2002



DIRECÇÃO REGIONAL DE TURISMO
SECRETARIA REGIONAL DA ECONOMIA
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

**PLANO DE ORDENAMENTO
TURÍSTICO DA REGIÃO
AUTÓNOMA DOS AÇORES**

RELATÓRIO DA 1ª FASE

Consórcio GEOIDEIA / IESE / PLURAL

Abril, 2002

INDICE

A. ENQUADRAMENTO E QUADRO REGULATÓRIO	9
A.1. A EVOLUÇÃO DO TURISMO MUNDIAL, ALGUMAS REFERÊNCIAS	11
A.2. O TURISMO EM TERRITÓRIOS INSULARES: PROBLEMÁTICA DO MODELO DE DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO RECENTE E ACTUAL E PERSPECTIVAS DE FUTURO	21
A.2.1. OS TERRITÓRIOS INSULARES NO QUADRO DOS FLUXOS TURÍSTICOS INTERNACIONAIS	21
A.2.2. A INCIDÊNCIA DAS NOVAS MOTIVAÇÕES SOCIO-LÚDICAS DA SOCIEDADE PÓS-MODERNA NO TURISMO DAS PEQUENAS ILHAS.	24
A.2.2.1. Os novos paradigmas da prática do turismo do futuro nos espaços insulares.	25
A.2.2.2. O escalonamento e segmentação das férias como variáveis que incidem sobre o futuro turismo das pequenas ilhas.	27
A.2.2.3. Turismo, desenvolvimento sustentável e qualidade ambiental nas pequenas ilhas.	28
A.2.3. O TURISMO COMO ELEMENTO DE DESENVOLVIMENTO NAS PEQUENAS ILHAS.	29
A.2.3.1. A continuidade dos destinos turísticos de sol e praia em pequenas ilhas e os seus desafios futuros no quadro da sustentabilidade.	30
A.2.3.2. O aparecimento de novos produtos e modelos de desenvolvimento turístico nos territórios insulares.	32
A.2.3.2.1. A valorização do meio natural como recurso turístico: O desenvolvimento de actividades turísticas no meio natural das pequenas ilhas.	32
A.2.3.2.2. A revalorização da cultura como recurso turístico.	35
A.2.3.2.3. O desenvolvimento do turismo nos espaços rurais.	36
A.2.3.2.4. O mar como elemento de prática turística em territórios insulares.	38
A.2.3.2.5. O desenvolvimento do turismo de saúde e bem-estar nas expectativas turísticas das pequenas ilhas.	39
A.2.3.2.6. O estilo de vida das pequenas ilhas como atracção residencial.	40
A.2.4. À GUIA DE CONCLUSÃO: PROBLEMÁTICAS E MUDANÇAS DO TURISMO EM PEQUENAS ILHAS.	41
A.3. AS POLÍTICAS NACIONAIS COM INCIDÊNCIA NO TURISMO	43
B. ANÁLISE DE OUTRAS EXPERIÊNCIAS DE DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO EM ESPAÇOS COM CARACTERÍSTICAS SEMELHANTES AOS AÇORES	57
B.1. DEFINIÇÃO E JUSTIFICAÇÃO DOS ESPAÇOS DE ESTUDO	61
B.2. CASOS DE ESTUDO: CONTEXTUALIZAÇÃO, OBJECTIVOS E ESTRATÉGIAS DE DESENVOLVIMENTO	65
B.2.1. ISLÂNDIA	65
B.2.2. SHETLAND	68
B.2.3. ILHA DE PRINCE EDWARD	69
B.2.4. TASMÂNIA	74
B.2.5. IRLANDA	77
B.2.6. MALTA	80
B.2.7. REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA	84
B.3. SÍNTESE CONCLUSIVA	89

C. CONDIÇÕES GERAIS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E LOCAL RELEVANTES NA ÓPTICA DO TURISMO	91
C.1. ENQUADRAMENTO REGIONAL – UM TERRITÓRIO INSULAR, FRAGMENTADO E ULTRAPERIFÉRICO	93
C.2. HISTÓRIA, CULTURA E IDENTIDADE: REFERÊNCIAS PARA O DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO	99
C.2.1. PREÂMBULO	99
C.2.2 DA DESCOBERTA DO ESPAÇO À INSTALAÇÃO DOS HOMENS (OS PRIMEIROS POVOADORES)	100
C.2.2.1 Um litoral voltado para dentro, a riqueza e a centralidade da terra.	102
C.2.2.2 A margem do mar, os pescadores à margem	104
C.2.2.3 O desenvolvimento económico dos Açores	106
C.2.2.4. O património construído – a marca da riqueza económica e do poder religioso	108
C.2.2.5 Os conventos, as igrejas, as capelas, as procissões e os cultos centenários.	109
C.2.2.6. Os solares e as casas apalaçadas	109
C.2.3. A NATUREZA QUE IMPÕE UM MODO DE VIDA	110
C.2.3.1 Uma terra, sísmica e vulcânica, onde sopram ventos fortes	111
C.2.3.2. As marcas no espaço, nas casas, na religião, na música, na arte	112
C.2.3.3. Uma terra voltada para dentro, um povo de hábitos domésticos	113
C.2.3.4. O isolamento dentro e fora das ilhas - O medo do desconhecido e a alegria quando se acolhe o visitante	114
C.2.4 A ARTE DE VIVER NAS ILHAS – UMA SENSIBILIDADE INSULAR	115
C.2.4.1. O ciclo das festas	115
C.2.4.2. A música – os instrumentos insulares	119
C.2.4.3. As artes plásticas – do artesanato à artes contemporâneas	120
C.2.4.4. A arte de sobreviver nas ilhas – uma necessidade emergente	122
C.2.5 EM SÍNTESE – ENTRE O ONTEM E O HOJE	124
C.2.5.1. As tradições açorianas ganharam raízes em outros territórios	125
C.2.5.2. Os Açores desde 1976	125
C.2.6 EM JEITO DE CONCLUSÃO - O TURISMO E A IDENTIDADE INSULAR	127
C.3. A ESTRUTURA ECONÓMICA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES: UMA ABORDAGEM GLOBAL	131
C.4. DEMOGRAFIA E POVOAMENTO	141
C.4.1 DEMOGRAFIA	141
C.4.1.1 Evolução da população	141
C.4.1.2 Estrutura demográfica	144
C.4.1.3. Estrutura familiar	152
C.4.1.4. Condições de habitabilidade dos alojamentos	154
C.4.1.5. Edifícios	156
C.4.2 POVOAMENTO	158
C.5. CARACTERIZAÇÃO BIOFÍSICA	171
C.5.1. ILHA DO CORVO	174
C.5.2. ILHA DO FAIAL	176
C.5.3. ILHA DAS FLORES	182
C.5.4. ILHA GRACIOSA	187
C.5.5. ILHA DO PICO	191
C.5.6. ILHA DE SANTA MARIA	196
C.5.7. ILHA DE SÃO JORGE	199
C.5.8. ILHA DE SÃO MIGUEL	203
C.5.9. ILHA TERCEIRA	206

C. 6. PATRIMÓNIO HISTÓRICO, ARTÍSTICO, CULTURAL E NATURAL	213
C.6.1. INTRODUÇÃO	213
C.6.2. NÚCLEOS URBANOS COM INTERESSE	216
C.6.2.1. Ilha do Corvo	217
C.6.2.2. Ilha do Faial	218
C.6.2.3. Ilha das Flores	218
C.6.2.4. Ilha Graciosa	218
C.6.2.5. Ilha do Pico	220
C.6.2.6. Ilha de Santa Maria	222
C.6.2.7. Ilha de São Jorge	222
C.6.2.8. Ilha de S. Miguel	223
C.6.2.9. Ilha Terceira	224
C.6.3. O PATRIMÓNIO HISTÓRICO E CULTURAL MONUMENTAL	227
C.6.3.1. Nota prévia	227
C.6.3.2. O património cultural monumental	229
C.6.4. PATRIMÓNIO NATURAL	234
C.6.4.1. Ilha do Corvo	234
C.6.4.2. Ilha do Faial	235
C.6.4.3. Ilha das Flores	236
C.6.4.4. Ilha Graciosa	237
C.6.4.5. Ilha do Pico	238
C.6.4.6. Ilha de Sta Maria	239
C.6.4.7. Ilha de S. Jorge	240
C.6.4.8. Ilha de S. Miguel	241
C.6.4.9. Ilha Terceira	243
C.6.5. OS MUSEUS	245
C.6.6. AS FESTIVIDADES	250
C.6.7. O ARTESANATO	257
C.7. REDE URBANA E HIERARQUIA DOS AGLOMERADOS	261
C.7.1. SISTEMA URBANO REGIONAL	261
C.7.1.1. Introdução	261
C.7.1.2. Metodologia	262
C.7.1.3. Dimensão Demográfica e Funcional dos Centros Urbanos	265
C.7.1.3.1. Vila do Porto	265
C.7.1.3.2. Ponta Delgada	266
C.7.1.3.3. Ribeira Grande	267
C.7.1.3.4. Lagoa	268
C.7.1.3.5. Vila Franca do Campo	269
C.7.1.3.6. Povoação	270
C.7.1.3.7. Nordeste	271
C.7.1.3.8. Angra do Heroísmo	272
C.7.1.3.9. Praia da Vitória	273
C.7.1.3.10. Santa Cruz da Graciosa	274
C.7.1.3.11. Velas de São Jorge	275
C.7.1.3.12. Calheta de São Jorge	276

C.7.1.3.13. Madalena	277
C.7.1.3.14. São Roque do Pico	278
C.7.1.3.15. Lages do Pico	279
C.7.1.3.16. Horta	280
C.7.1.3.17. Santa Cruz das Flores	282
C.7.1.3.18. Lages das Flores	283
C.7.1.3.19. Corvo	284
C.7.1.3.20. Número de Ordem dos Centros Urbanos em Função da Dimensão Demográfica	285
C.7.1.3.21. Número de Ordem dos centros Urbanos em Função da Importância Funcional	289
C.7.1.4. Estrutura do Sistema Regional de Centros	290
C.7.2. POVOAMENTO	296
C.7.2.1. Estrutura e Tipo de Povoamento	296
C.7.2.1.1. Ilha do Corvo	298
C.7.2.1.2. Ilha do Faial	300
C.7.2.1.3. Ilha das Flores	302
C.7.2.1.4. Ilha Graciosa	304
C.7.2.1.5. Ilha do Pico	306
C.7.2.1.6. Ilha de Sta Maria	308
C.7.2.1.7. Ilha de São Jorge	310
C.7.2.1.8. Ilha de São Miguel	312
C.7.2.1.9. Ilha Terceira	316
C.7.2.2. Distribuição Territorial da Ocupação Turística	320
C.8. EQUIPAMENTOS COLECTIVOS	325
C.8.1. INTRODUÇÃO	325
C.8.2. CARACTERIZAÇÃO GERAL	327
C.8.2.1. Ensino	327
C.8.2.2. Segurança Social	330
C.8.2.3. Saúde	334
C.8.2.3.1. Hospitais	335
C.8.2.3.2. Centros de saúde	335
C.8.2.3.3. Outros serviços de saúde	336
C.8.2.4. Desporto	338
C.8.2.5. Cultura e Recreio	340
C.8.3. CARACTERIZAÇÃO POR ILHA	344
C.8.3.1. Ilha do Corvo	344
C.8.3.2. Ilha do Faial	344
C.8.3.2.1. Ensino	345
C.8.3.2.2. Segurança Social	345
C.8.3.2.3. Saúde	346
C.8.3.2.4. Desporto	346
C.8.3.2.5. Cultura e recreio	346

C.8.3.3. Ilha das Flores	347
C.8.3.3.1. Ensino	347
C.8.3.3.2. Segurança Social	348
C.8.3.3.3. Saúde	348
C.8.3.3.4. Desporto	349
C.8.3.3.5. Cultura e Recreio	349
C.8.3.4. Ilha Graciosa	349
C.8.3.4.1. Ensino	350
C.8.3.4.2. Segurança Social	350
C.8.3.4.3. Saúde	351
C.8.3.4.4. Desporto	351
C.8.3.4.5. Cultura e recreio	351
C.8.3.5. Ilha do Pico	351
C.8.3.5.1. Ensino	352
C.8.3.5.2. Segurança Social	352
C.8.3.5.3. Saúde	353
C.8.3.5.4. Desporto	353
C.8.3.5.5. Cultura e recreio	353
C.8.3.6. Ilha de Santa Maria	354
C.8.3.6.1. Ensino	354
C.8.3.6.2. Segurança Social	354
C.8.3.6.3. Saúde	355
C.8.3.6.4. Desporto	356
C.8.3.6.5. Cultura e Recreio	356
C.8.3.7. Ilha de S. Jorge	356
C.8.3.7.1. Ensino	356
C.8.3.7.2. Segurança Social	357
C.8.3.7.3. Saúde	358
C.8.3.7.4. Desporto	358
C.8.3.7.5. Cultura e recreio	358
C.8.3.8. Ilha de S. Miguel	359
C.8.3.8.1. Concelho de Lagoa	359
C.8.3.8.2. Concelho de Nordeste	360
C.8.3.8.3. Concelho de Povoação	363
C.8.3.8.4. Concelho de Ribeira Grande	365
C.8.3.8.5. Concelho de Vila Franca do Campo	367
C.8.3.8.6. Concelho de Ponta Delgada	368
C.8.3.9. Ilha Terceira	369
C.8.3.9.1. Concelho de Angra do Heroísmo	369
C.8.3.9.2. Concelho de Praia da Vitória	371

C.9. ACESSIBILIDADES E TRANSPORTES	375
C.9.1. INTRODUÇÃO	375
C.9.2. ILHA DO CORVO	376
C.9.2.1. Transporte aéreo	376
C.9.2.1.1. Infraestruturas aeroportuárias	376
C.9.2.2. Transporte marítimo	377
C.9.2.2.1. Infraestruturas portuárias	377
C.9.2.2.2. Transporte marítimo de passageiros	379
C.9.2.3. Transportes e circulação terrestre	379
C.9.2.3.1. Rede viária da ilha do Corvo	379
C.9.2.3.2. Transportes colectivos de passageiros	379
C.9.3. ILHA DO FAIAL	379
C.9.3.1. Transporte aéreo	379
C.9.3.1.1. Infraestruturas aeroportuárias	379
C.9.3.2. Transporte marítimo	381
C.9.3.2.1. Infraestruturas portuárias	381
C.9.3.2.2. Transporte marítimo de passageiros	384
C.9.3.3. Transportes e circulação terrestre	385
C.9.3.3.1. Rede viária da ilha do Faial	385
C.9.3.3.2. Transportes colectivos de passageiros	386
C.9.4. ILHA DAS FLORES	387
C.9.4.1. Transporte aéreo	387
C.9.4.1.1. Infraestruturas aeroportuárias	387
C.9.4.2. Transporte marítimo	389
C.9.4.2.1. Infraestruturas portuárias	389
C.9.4.2.2. Transporte marítimo de passageiros	390
C.9.4.3. Transportes e circulação terrestre	392
C.9.4.3.1. Rede viária da ilha das Flores	392
C.9.4.3.2. Transportes colectivos de passageiros	393
C.9.5. ILHA GRACIOSA	395
C.9.5.1. Transporte aéreo	395
C.9.5.1.1. Infraestruturas aeroportuárias	395
C.9.5.2. Transporte marítimo	396
C.9.5.2.1. Infraestruturas portuárias	396
C.9.5.2.2. Transporte marítimo de passageiros	398
C.9.5.3. Transportes e circulação terrestre	399
C.9.5.3.1. Rede viária da ilha da Graciosa	399
C.9.5.3.2. Transportes colectivos de passageiros	399

C.9.6. ILHA DO PICO	401
C.9.6.1. Transporte aéreo	401
C.9.6.1.1. Infraestruturas aeroportuárias	401
C.9.6.2. Transporte marítimo	402
C.9.6.2.1. Infraestruturas portuárias	402
C.9.6.2.2. Transporte marítimo de passageiros	404
C.9.6.3. Transportes e circulação terrestre	406
C.9.6.3.1. Rede viária da ilha do Pico	406
C.9.6.3.2. Transportes colectivos de passageiros	406
C.9.7. ILHA DE SANTA MARIA	408
C.9.7.1. Transporte aéreo	408
C.9.7.1.1. Infraestruturas aeroportuárias	408
C.9.7.2. Transporte marítimo	410
C.9.7.2.1. Infraestruturas portuárias	410
C.9.7.2.2. Transporte marítimo de passageiros	412
C.9.7.3. Transportes e circulação terrestre	413
C.9.7.3.1. Rede viária da ilha de Santa Maria	413
C.9.7.3.2. Transportes colectivos de passageiros	413
C.9.8. ILHA DE SÃO JORGE	415
C.9.8.1. Transporte aéreo	415
C.9.8.1.1. Infraestruturas aeroportuárias	415
C.9.8.2. Transporte marítimo	417
C.9.8.2.1. Infraestruturas portuárias	417
C.9.8.2.2. Transporte marítimo de passageiros	419
C.9.8.3. Transportes e circulação terrestre	420
C.9.8.3.1. Rede viária da ilha de São Jorge	420
C.9.8.3.2. Transportes colectivos de passageiros	421
C.9.9. ILHA DE SÃO MIGUEL	422
C.9.9.1. Transporte aéreo	422
C.9.9.1.1. Infraestruturas aeroportuárias	422
C.9.9.2. Transporte marítimo	425
C.9.9.2.1. Infraestruturas portuárias	425
C.9.9.2.2. Transporte marítimo de passageiros	427
C.9.9.3. Transportes e circulação terrestre	429
C.9.9.3.1. Rede viária da ilha de São Miguel	429
C.9.9.3.2. Transportes colectivos de passageiros	429
C.9.10. ILHA TERCEIRA	432
C.9.10.1. Transporte aéreo	432
C.9.10.1.1. Infraestruturas aeroportuárias	432
C.9.10.2. Transporte marítimo	435
C.9.10.2.1. Infraestruturas portuárias	435
C.9.10.2.2. Transporte marítimo de passageiros	437
C.9.10.3. Transportes e circulação terrestre	438
C.9.10.3.1. Rede viária da ilha Terceira	438
C.9.10.3.2. Transportes colectivos de passageiros	439

C.10. ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO – INSTRUMENTOS DE PLANEAMENTO	441
C.10.1. INSTRUMENTOS DE PLANEAMENTO E GESTÃO EM VIGOR OU EM EXECUÇÃO	441
C.10.2. ANÁLISE POR ILHA	451
D. CONDIÇÕES ESPECÍFICAS DO DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO	471
D.1. ANÁLISE EXTENSIVA DA OFERTA E DA PROCURA: UMA PERSPECTIVA EVOLUTIVA E DE CONJUNTO	475
D.1.1. A OFERTA: DADOS ESTATÍSTICOS DO ALOJAMENTO	476
D.1.2. A PROCURA	487
D.2. ANÁLISE INTENSIVA DA OFERTA: RECURSOS DE SUPORTE AO SISTEMA TURÍSTICO REGIONAL	508
D.2.1. CARACTERIZAÇÃO GENÉRICA DAS EMPRESAS QUE ASEGUARAM A OFERTA	508
D.2.1.1. Caracterização da estrutura de recursos humanos	510
D.2.2. MEDIDAS DE REGULAMENTAÇÃO DOS SERVIÇOS E A PROBLEMÁTICA DA QUALIDADE	514
D.2.3. ESTRATÉGIAS DE DIVULGAÇÃO	516
D.2.4. ESTRATÉGIAS DE COOPERAÇÃO	517
D.2.5. ESTRATÉGIAS DE INVESTIMENTO	520
D.3. ANÁLISE INTENSIVA DA PROCURA	523
D.3.1. PERFIS, REPRESENTAÇÕES E PRÁTICAS DOS VISITANTES	523
D.3.2. SÍNTESE - TIPOLOGIA DOS VISITANTES	548
D.4. ADEQUAÇÃO ENTRE OFERTA E PROCURA	551
D.5. INSTRUMENTOS DE POLÍTICA E DE APOIO AO DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO NOS AÇORES	557
D.6. A INSERÇÃO DO SECTOR TURÍSTICO NA ECONOMIA DA RAA	561
ANEXOS	569
ANEXO 1 – QUADROS RELATIVOS AOS TRANSPORTES MARÍTIMOS, 1999/2000	
ANEXO 2 - NOTAS METODOLÓGICAS RELATIVAS À ANÁLISE ECONÓMICA	
ANEXO 3 - APURAMENTOS DO INQUÉRITO À PROCURA	
ANEXO 4 - PATRIMÓNIO CULTURAL / MONUMENTAL	
ANEXO 5 - LEGISLAÇÃO DO TURISMO	
ANEXO 6 - GLOSSÁRIO DE TERMOS RELACIONADOS COM O TURISMO	
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	
ÍNDICES DE QUADROS E FIGURAS	

A. ENQUADRAMENTO E QUADRO REGULATÓRIO

A.1. A EVOLUÇÃO DO TURISMO MUNDIAL, ALGUMAS REFERÊNCIAS

Desde há muito, quando em qualquer estudo ou trabalho relacionado com o turismo se abordam as perspectivas futuras, seja no âmbito de um enquadramento geral seja no âmbito de uma apreciação mais detalhada, não se encontram mais do que referências a taxas de crescimento da actividade; taxas essas tão mais estabilizadas e animadoras quanto mais de longo prazo for a perspectiva.

Na sua previsão para 2020 a Organização Mundial de Turismo prevê 1.6 biliões de chegadas internacionais e uma taxa média de crescimento de 4% ao ano, com a Europa e as Américas a crescer abaixo desse valor e as regiões asiáticas e a África a crescer acima desse valor.

Na base deste crescimento sustentado estão o crescimento económico mundial, o aumento do número de indivíduos com rendimentos disponíveis para ocupar o tempo disponível em actividades de índole turística, o aumento em volume desses rendimentos disponíveis per capita e o desabrochar de famílias de produtos turísticos, quer já existentes em diversos estádios de desenvolvimento (turismo rural, eco-turismo, turismo étnico, turismo aventura) quer de futura aparição, ocupando todos os nichos de mercado.

A leitura destas perspectivas deve ser feita com o mesmo cuidado com que são lidas as projecções económicas para um país ou uma região do globo a prazos de 20 anos – com enorme cautela e prestando particular atenção aos pressupostos, às notas e muitas vezes às chamadas de atenção não explicitadas, e não perdendo de vista as características e a evolução própria do sector. No caso vertente as considerações sobre a evolução demográfica nos principais países emissores subentendem uma provável transformação de peso no carácter e tipologia dos produtos turísticos actualmente existentes, e se se entrar em linha de conta com diferenciais taxas de crescimento das

chegadas internacionais por zonas do globo temos, provavelmente, uma configuração de competitividade e concorrência extremas.

Por esta razão parece ter algum sentido abordar alguns dos principais traços do que foi a evolução do turismo no último meio século (observando algumas das suas características), de modo a enquadrar estas perspectivas gerais a longo prazo e algumas das tendências avançadas para o desenvolvimento do sector.

A explosão do turismo como actividade económica fundamental tem as suas raízes no final da década de 50, altura em que as economias europeias atingiram patamares de crescimento elevado, que lhes permitiram ultrapassar a situação deixada pela destruição da 2ª Guerra Mundial, e em que os Estados Unidos viviam uma fase de apogeu político, militar e económico.

No caso europeu esta explosão assentou num movimento sazonal de deslocação das cidades (onde se concentravam as actividades industriais) para o litoral, determinado por duas razões fundamentais: a crença alargada num benefício de saúde pela exposição ao sol e mergulho no mar e a aparente consagração de um novo estatuto social ao conseguir cumprir uma antiga tradição da média e alta burguesia europeia – a de saída das cidades em peregrinação às casas de campo e balneários durante o Verão. Neste quadro, a desertificação demográfica das áreas rurais e a erosão dos laços sentimentais e económicos que ligavam as famílias às suas zonas rurais de origem tendiam a reforçar as áreas costeiras, em particular as dotadas de praias, como locais de destino destes movimentos sazonais.

O número de pessoas abrangido por estas deslocações de férias atingiu tal dimensão que rapidamente foi possível estender a este novo “negócio” os processos e rotinas industriais desenvolvidos para a produção em massa, então vigentes em praticamente todos os sectores. De um ponto de vista económico a “economia de escala” tornou-se a chave de funcionamento do sector.

O funcionamento em “economia de escala” requer volumes de produção muito elevados, está associado a margens económicas diminutas, permite a existência de lucros quantiosos (desde que o volume de produção seja muito elevado) e a redução de custos e preços desde que o volume de produção aumente ainda mais. Por outra parte, o nível mais básico da teoria económica regional (que entre em linha de conta com o espaço geográfico na explicação do funcionamento económico) diz que a

concentração de unidades produtivas e de consumo acarreta “externalidades” positivas (decorrentes da proximidade e serviços de rede) e negativas (que podem ir desde os incómodos sentidos pelo consumidor, à pressão sobre os recursos locais e a prováveis subidas de preços ou à tendência para a degradação dos serviços prestados).

Observado *a posteriori* este jogo de confrontos entre “economias de escala” e “externalidades” ditou desde o início os principais traços de evolução que guiariam a expansão do sector nas décadas seguintes, ajudando a explicar a lógica da sua evolução.

Nos seus princípios a explosão do turismo foi, assim, um fenómeno com centro na Procura e de algum modo por ela determinado, o que definiu algumas das características marcantes do desenvolvimento posterior:

- adaptação permanente da Oferta à Procura;
- definição do turismo de massas como vector fundamental de crescimento e do destino “Sol e Praia” como núcleo desse vector, dando origem ao modelo “clássico” de turismo¹;
- forte sazonalidade associada aos ritmos de actividade económica anual, implícitos no contrato social que modelou a Europa na segunda metade do século XX;
- aparecimento de grandes empresas, localizadas nos mercados emissores, ligadas à gestão destas deslocações massivas sazonais;
- colocação do turismo no centro de preocupações de todos os sectores ligados aos transportes de passageiros.

Este conjunto de características criou uma tipologia de turista e um modelo de turismo assente numa ideia base de homogeneidade e estandardização, e deles decorriam, como consequência, a possibilidade de entrada de quase todos os países e regiões de destino na esfera da actividade turística desde que cumprissem com as exigências definidas por esse padrão e desde que a evolução de custos os tornasse atraentes.

Os países do sul europeu foram integrados nessa esfera de modo natural, uma vez que

¹ Clássico no sentido de inicial e nuclear no processo de crescimento então iniciado.

satisfaziam, em simultâneo, várias dessas exigências: eram países relativamente próximos, em termos geográficos, das áreas de proveniência de boa parte da massa de turistas; eram países beneficiados por condições de costa e clima que garantiam a satisfação de “Sol e Praia”; eram países onde os custos de produção eram baixos e onde a desorganização relativa das empresas e da malha empresarial facilitava o poder negocial dos grandes operadores. Quando as “externalidades” negativas associadas às zonas tradicionais do turismo interno prevalecente nos países emissores se associaram ao aumento de custos de produção, a expansão para a orla sul europeia foi um passo natural, facilitado pela descida geral dos custos de transporte², em particular do transporte aéreo que iniciou então uma tendência que se manteve até final do século.

Este turismo de “nova espécie” – que não era mais que o extravasar para lá das fronteiras nacionais de um modelo interno de organização da ocupação de férias de uma massa imensa de pessoas³ – assinala o aparecimento da indústria turística como sector autonomizado na reflexão económica e política.

Ao longo de toda esta primeira fase de expansão internacional do sector configurou-se um predomínio claro da Procura (mediada pelos grandes operadores) que impôs as suas condições.

Os exemplos desse predomínio foram já por demasiadas vezes glosados: nos países e regiões de destino, a reboque das exigências operacionais deste modelo de turismo, extensas áreas costeiras foram assaltadas por urbanizações selvagens, carentes de posteriores investimentos em acessos e transportes, multiplicaram-se a eito as instalações hoteleiras e de restauração e realizaram-se importantíssimos investimentos estruturais em aeroportos e estações ferroviárias, para glosar apenas os mais evidentes.

Este desenvolvimento caótico, deve referir-se, foi ajudado pela ausência de preocupações a nível de planeamento, quer por se considerar estranho à noção de funcionamento de mercado quer por se considerar irrelevante numa actividade em que os principais actores – investidores privados – jogam com períodos de avaliação do

² Esta descida esteve associada fundamentalmente ao arranque dos grandes programas de investimento na construção e renovação de infra-estruturas viárias.

³ É interessante observar que um tipo similar de “internacionalização” se verificava no continente americano, com o aparecimento das Bahamas como destino crescentemente procurado pelos norte-americanos.

retorno de investimento que, em termos sociais, têm de ser considerados de curto prazo.

A fase seguinte de desenvolvimento do sector, possibilitada por uma conjunção de elevados níveis de rendimento nos países emissores e descida do custo das deslocações (devida em grande medida ao crescente peso da "charterização" nos transportes aéreos) e dos serviços turísticos, e acelerada pelas colossais economias de escala alcançadas com a dimensão global do mercado, deslocou a concorrência no tipo fundamental de turismo existente – aqui designado como modelo de "Sol e Praia" – para a escala do planeta.

Com esta deslocação de escala da concorrência, e perante um produto que atingira a fase de maturidade do ciclo de vida e que dava sinais de um certo desgaste, os grandes operadores recriaram um produto novo em aparência, que apenas se distingue do anterior pela imagem de um exotismo que se reduz ao afastamento geográfico dos destinos.

Sem que tivesse sido essa a intenção, esta recriação do produto abriu portas ao desenvolvimento económico de zonas geográficas que se tinham mantido exteriores ao processo de desenvolvimento do sector, criando ao mesmo tempo uma pressão concorrencial sobre os anteriores destinos tradicionais, que se viram forçados a procurar respostas a esta transformação.

De notar, contudo, que num primeiro momento esta expansão "global" se centrou num cruzamento das margens externas das áreas de deslocação preferencial dos mercados emissores, onde existiam já infra-estruturas e serviços organizados – casos da Itália, Grécia e Espanha para os norte-americanos e do México e Caraíbas para os europeus. Numa etapa posterior a expansão assentou basicamente na criação de territórios de "enclave" em países com maior atraso económico, organizados e geridos pelos grandes operadores internacionais.

Uma primeira resposta dos destinos tradicionais, normal em situações de concorrência acrescida em mercados anteriormente estabilizados, dirigiu-se à procura de criação de valor acrescentado, assentando nele não apenas a atracção do turista como a justificação do diferencial de preços. Na base desta resposta pode encontrar-se eventualmente a arreigada tradição europeia de viagens culturais e de visitas às grandes cidades, que se foi tornando um segmento de turismo com identidade própria,

e que não foi cerceada no seu crescimento pela explosão do “Sol e Praia”, o que indicia a existência de espaço para a apreciação da qualidade como factor competitivo.

Uma outra resposta assentou na elaboração de um produto de 2ª geração, associando o “Sol e Praia” às realidades sócio-culturais, ambientais e paisagísticas locais e a um conjunto de serviços e actividades – o chamado turismo “de costa” – destinado a promover no consumidor a sensação de que sob uma falsa capa geral de “sol e praia” se escondem na verdade produtos diferenciados (a que correspondem, naturalmente, preços distintos), e de que o exotismo pouco mais será do que a tradução feita pelo marketing de uma distância medida em horas de voo.

Uma terceira resposta, que visava também atacar o problema da sazonalidade, centrou-se na procura de diferentes tipos de clientes, que pudessem não apenas atenuar o desequilíbrio cíclico de um mercado que funcionava em vários tempos cadenciados ao longo do ano mas que possibilitassem uma extensão desse mesmo mercado. Foi assim que surgiram as apostas decididas na promoção do turismo de negócios, do turismo cultural, das feiras de todo o tipo, dos grandes eventos temáticos, etc.

Como descendente natural deste tipo de respostas, e na sequência dos bons resultados destas, surgiu mais recentemente um outro segmento de turismo tão homogéneo, integrado e regulado como o do “Sol e Praia” mas que não atingiu ainda os números colossais deste e portanto o nível das suas economias de escala – o turismo da “Natureza”, que visa promover a observação dos fenómenos naturais em todas as suas diferentes facetas e que teve na ascensão das preocupações ecológicas das duas últimas décadas a sua melhor promoção⁴.

A diferença deste segmento do turismo, de modo geral em ascensão por todas as partes, relativamente ao modelo “Sol e Praia” assenta nos seguintes pilares: uma muito maior capacidade de intervenção dos agentes locais na organização e estruturação da Procura, e por consequência um maior potencial de valorização dos

⁴ Ainda que referido em diversas publicações e por diversos autores, o “eco-turismo” é uma designação que tende a desaparecer, uma vez que na sua mais pura acepção o seu mercado é exíguo e como *label* para um mercado alargado é repudiado pela maioria das organizações ecologistas, as únicas que poderiam legitimar a expressão.

recursos e dos resultados obtidos por parte desses agentes e uma alteração substancial nas características da concorrência e competitividade. No modelo "Sol e Praia" a predominância do preço como factor determinante é indiscutível, e a apreciação da qualidade tende a acompanhar directamente o escalão de rendimento do turista. No modelo "Natureza", que assenta no pressuposto do carácter teoricamente único e incomparável de cada local, o preço é uma variável menos fundamental e cabe em boa parte aos agentes locais conseguir sustentar a imagem da qualidade única do seu produto.

Entre o turismo da "natureza" e o "cultural" está um outro segmento que nas duas últimas décadas conheceu um crescimento importante: o turismo "rural". Este segmento, basicamente europeu, teve origem em experiências de rendibilização de patrimónios arquitectónicos semi-abandonados ou de manutenção demasiado cara, e deve boa parte do seu apoio institucional e político à possibilidade de se constituir como um dos factores de suporte às populações rurais europeias, quer na mira de travagem da desertificação do campo quer na de apoio a eventuais alterações da PAC.

Atingida esta fase de desenvolvimento, e surgidos estes novos segmentos de mercado e estes novos produtos, tornou-se prevalecte a ideia de que tudo pode ser destino potencial de Procura turística desde que se consiga passar a mensagem do valor da diferença e da riqueza de experiência incorporada.

Ao longo de todo este trajecto evolutivo do sector, meramente esquematizado nos seus traços fundamentais, a Oferta⁵ mostrou comportamentos diferenciados. Na primeira fase, de explosão de um turismo massificado com destino à praia e ao sol, ela limitou-se em boa medida, como foi referido, a acompanhar o fenómeno e a preocupar-se apenas em assegurar os níveis de instalações e equipamentos que acomodassem essa mole humana.

A entrada do produto turístico standard de então⁶ (o clássico "Sol e Praia") na sua fase de amadurecimento possibilitou do lado da Oferta, e em particular no interior das Administrações nacionais, uma reflexão sobre o tipo de desenvolvimento até então

⁵ Entendida aqui, face às características próprias desta evolução, como incorporando as instituições de tipo administrativo existentes em cada país.

⁶ Não sendo já o único produto standard do turismo ele continua a ser prevalecte ainda hoje, e provavelmente nas próximas décadas manterá um peso apreciável no total de receitas do turismo e uma importância capital como fonte de rendimentos e de viagens a nível global.

ocorrido e quais as eventuais alterações necessárias a um modo de funcionamento que embora se revelasse economicamente atraente no curto prazo levantava algumas interrogantes a médio e longo prazo. Este tipo de reflexão aprofundou-se com a reformulação do modelo clássico e a introdução do “exotismo” como componente requalificadora do “Sol e Praia”, desembocando nas já referidas estratégias de diferenciação do produto pela qualidade, pelas características próprias da localização ou pelas componentes sócio-culturais da animação local, e na necessidade de recorrer ao planeamento como elemento estratégico da actividade.

O que estas estratégias trouxeram de novo não foi a sua singularidade (uma vez que podem ser consideradas decorrentes da utilização da imagem do novo ou “exótico” que foi adicionada ao modelo clássico) mas o facto de pela primeira vez permitirem aos agentes situados do lado da Oferta uma capacidade real de intervirem de algum modo na definição e gestão dos fluxos turísticos.

Com a última fase de desenvolvimento do sector e a progressão do modelo “Natureza” abriram-se definitivamente as portas à capacidade de intervenção pelo lado da Oferta, alterando assim uma situação de mercado que estivera até então sempre manifestamente submetida à lógica da Procura. A consequência última deste passo foi a de tornar tudo um destino potencial de turismo e de ser possível a “criação” de destinos turísticos⁷, desde que houvesse a capacidade de análise para detectar o público-alvo, capacidade de programação para desenhar o produto e sustentá-lo nas suas características, e capacidade financeira para suportar o esforço de preparação e promoção até à recolha dos dividendos.

Isto não significa que todos os pontos do planeta são destinos turísticos, mas sim que o podem ser. A diferença relativamente ao momento de arranque do sector no pós-guerra é que a destrição entre ambas situações (ser ou não ser realmente destino turístico) não depende apenas de um referencial estático de âmbito geográfico-climático, mas também do cálculo económico assente na contabilidade de custos e receitas, da dimensão do mercado, do nível de rendimento dos potenciais clientes e da capacidade de marketing para a comercialização.

Chegado a este ponto é possível verificar não só que o turismo entrou decididamente

⁷ No sentido de construção de um produto completamente desenhado nos seus pormenores, sem qualquer conexão real com a realidade social, cultural ou até geográfica do local escolhido.

no processo que nos últimos anos tem sido alvo das mais díspares análises e apreciações – o de globalização – como foi provavelmente o sector onde esse processo mais cedo se iniciou e onde a multiplicidade de resultados e impactes, por vezes desencontrados e opostos, se pode encontrar e observar. Com efeito, todas as principais características que têm sido associadas a este novo paradigma civilizacional podem ser observadas no sector turístico:

- acréscimo da concorrência internacional;
- maior padronização de produtos;
- as decisões fundamentais do mercado dependentes de um reduzido número de agentes com actuação à escala planetária;
- aparecimento de parcerias estratégicas;
- ascensão das grandes marcas em detrimento das pequenas marcas;
- novas formas de negócio assentes na utilização da informação e da Internet;
- agravamento das condições de sobrevivência das pequenas organizações e empresas;
- reforço (aparentemente paradoxal) das estratégias de produção e gestão com base local.

Neste contexto de evolução global e globalizante importa reter que a Europa se irá manter como um dos maiores destinos turísticos mundiais, sendo provável que a sua quota de mercado tenda a descer ou a estabilizar, e que no sul do Velho Continente os destinos do Este mediterrânico (Grécia, Turquia, Chipre) apresentem desafios crescentes para os destinos tradicionais do Oeste mediterrânico (Portugal, Espanha, França). A médio e longo prazo, dependendo nalguns casos do ritmo de crescimento económico e da oferta e noutros da estabilidade social e política, poderá este nóculo geográfico de concorrência estender-se à Europa de Leste e ao Crescente Fértil do Próximo Oriente.

Sendo a Europa, como foi já dito, um dos mais antigos destinos turísticos do mundo ela debate-se com o peso de estruturas físicas, humanas e organizacionais delineadas pelas formas de turismo que emergiram nas décadas de 1950-1970, e que manifestamente se encontram desajustadas face às realidades e desafios do século XXI; um peso tendencialmente crescente à medida que o sector avançar nesta etapa

de globalização. E se se observar que apesar dos bons indicadores turísticos nacionais nos últimos anos (número de visitantes, número de dormidas, receitas globais, investimentos realizados) a produtividade no sector em Portugal é mais baixa do que na generalidade dos países europeus, a dimensão dos desafios a enfrentar por Portugal adquire então a sua real amplitude.

Neste quadro de rápidas mutações tecnológicas e civilizacionais uma das poucas certezas que se podem ter sobre o futuro do turismo (ou de outra actividade qualquer) é que ele irá mudar de modo cada vez mais rápido e em direcções dificilmente previsíveis, mas que paradoxalmente exigem que se esteja preparado para as enfrentar e aproveitar.

A.2. O TURISMO EM TERRITÓRIOS INSULARES: PROBLEMÁTICA DO MODELO DE DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO RECENTE E ACTUAL E PERSPECTIVAS DE FUTURO⁸.

A.2.1. OS TERRITÓRIOS INSULARES NO QUADRO DOS FLUXOS TURÍSTICOS INTERNACIONAIS.

Desde a década de 90 do passado século XX que o turismo se transformou na primeira indústria mundial. Este facto provocou importantes alterações na percepção da actividade turística que, de elemento instrumental e conjuntural, passou a ser considerada como uma actividade estrutural com um papel muito importante no desenvolvimento de determinadas regiões e/ou espaços. Nesta perspectiva, um número considerável de territórios insulares converteu-se em espaços de atracção para importantes fluxos turísticos provenientes de países desenvolvidos.

As pequenas ilhas têm sofrido historicamente significativas limitações provocadas por diversos factores, entre os quais se destacam a sua localização isolada e periférica, as suas diminutas superfícies, os seus limitados recursos básicos e o pouco peso da sua população residente. Por isso convertem-se em espaços limitados a mercados domésticos que implicam a existência de deseconomias de escala, baixos índices de acessibilidade ligados a um défice de infra-estruturas de transportes e/ou comunicações, mecanismos institucionais fracos e um grau de dependência muito elevado em relação a forças externas.

Esta situação, característica da maioria dos espaços insulares de pequena dimensão, sofre importantes alterações ligadas ao aproveitamento dos seus territórios como produto turístico que implica o nascimento de novos espaços de especialização turística

⁸ Pere A. Salvà-Tomàs, Professor catedrático da Universidade das Ilhas Baleares

cuja atracção tem vindo a ser altamente reforçada, desde a década de 80, por importantes campanhas de promoção. Estes novos territórios insulares emergentes baseiam a sua concorrência numa diferenciação da oferta em função da sua singular configuração e das características do seu território como espaços insulares.

Deste modo, e em função da procura do desenvolvimento económico, um número importante de pequenas ilhas desenvolveu modelos de desenvolvimento turístico baseados no tradicional turismo de sol e praia. A inevitabilidade destes desenvolvimentos turísticos implicou o aparecimento de economias de monocultura turística com importantes impactes em meios ambiental e socialmente frágeis como são em general os espaços turísticos. Uma parte das pequenas ilhas em que se implantam as actividades turísticas passa de um modelo turístico baseado até agora no domínio do turista elitista, a um modelo de turismo de massas, concebido como um fenómeno social. Deste modo, este grupo de pequenas ilhas converte-se em foco de recepção de um importante número de turistas atraídos sobretudo pela modalidade do turismo de sol e praia. A interpretação da expansão do turismo internacional nestes espaços periféricos baseia-se, por um lado, nos processos de recuperação económica e por outro na produção de novos espaços de acolhimento. No primeiro processo intervêm factores de necessidade de crescimento económico, enquanto que o segundo processo surge dominado pela imagem em que o exotismo, a aventura e a valorização social da elite da viagem desempenham um papel importante. A descoberta, a evasão, o sonho e sobretudo a aventura são elementos básicos que de um modo geral implicam fenómenos de redução folclorizante e de ilusão do reencontro. A força da imagem através da publicidade será um factor importante que exige, em muitos casos, que se ultrapassem os elementos limitadores baseados na distância. Tudo isto pode ser completado com referências corporais e a sensualidade. No processo de atracção das pequenas ilhas sobre a procura turística destaca-se a incidência das seguintes variáveis:

- A nova percepção da prática turística como consequência do acesso generalizado da população trabalhadora ao "Welfare State", em que o reconhecimento do direito ao lazer e ao descanso dá origem a importantes fluxos de turistas em direcção a zonas turísticas especializadas.
- A valorização do sol e do mar como recurso turístico converte as pequenas ilhas que dispõem de praias, de características climáticas adequadas e de bons

níveis de acessibilidade em destinos turísticos preferidos para um vasto segmento das referidas classes médias e baixas dos países industrialmente avançados. O desenvolvimento turístico nestes espaços insulares caracteriza-se por um consumo massificado, socializado e em cadeia do pacote turístico, conceito que engloba todos os serviços básicos necessários à satisfação do turista como consumidor. Esta acessibilidade aumenta ao longo dos anos, à medida que se produz um progressivo embaratecimento do pacote turístico.

- A intensificação do fenómeno turístico é reforçada em diversos espaços insulares em função da diminuição do binómio tempo-distância com a introdução dos avanços tecnológicos nos aviões e com a progressiva diminuição dos custos de utilização e preços do transporte aéreo.

O mercado turístico que articula a procura turística de resorts situados em pequenas ilhas é, para além disso, controlado por operadores turísticos, em geral grandes companhias transnacionais, que impõem uma determinada configuração da prática turística, ligada a uma alta sazonalidade provocada pelos modelos de regulação laboral que impõem os períodos de férias concentrados basicamente no Verão, fazendo coincidir o período de férias com o calendário escolar. A articulação destes fluxos turísticos em direcção a determinados espaços insulares é canalizada através de pacotes turísticos estandardizados que provocaram importantes impactes sobre os territórios insulares:

- Aumento dos processos de sazonalidade.
- Aumento do processo de estandardização e produção em massa de bens e produtos turísticos.
- Problemas de contaminação ligados ao escoamento de águas domésticas e à eliminação dos resíduos sólidos.
- Aumento da urbanização.

Estas circunstâncias implicam uma alteração na abordagem do turismo, que substitui a inicial como factor fornecedor de riqueza, passando a ser considerado como elemento provocador de impactes económicos, socioculturais e ambientais. De uma percepção positiva do desenvolvimento turístico passa-se a uma nova concepção em que o turismo de massas é considerado como um fardo para os residentes nos espaços

insulares. Estes factos põem a descoberto os primeiros sintomas de uma crise e/ou esgotamento do modelo turístico convencional e a sua inadequação às características das pequenas ilhas.

Desde a década de 90 do século XX que se vêm detectando reacções de oposição ao modelo de desenvolvimento turístico anterior que implicava processos de apropriação e de consumo de territórios insulares por parte dos visitantes. Actualmente tende-se para modelos que ultrapassem os impactes anteriores. A implantação territorial do modelo fordista de turismo de massas baseou-se num aumento constante do número de turistas, basicamente limitados à tipologia do turismo de sol e praia, que provoca uma delapidação dos recursos naturais, provocada pelo aumento constante do alojamento e a necessidade de novas infra-estruturas. A capacidade de carga é largamente ultrapassada, aparecendo problemas de estética da paisagem, sobre-exploração dos recursos hídricos e zonas urbanas congestionadas.

A.2.2. A INCIDÊNCIA DAS NOVAS MOTIVAÇÕES SOCIO-LÚDICAS DA SOCIEDADE PÓS-MODERNA NO TURISMO DAS PEQUENAS ILHAS.

Desde os primeiros anos da década de 90 do século XX que se detecta uma procura de novos produtos turísticos. Os factores que influem na necessidade de criação de novos produtos turísticos relacionam-se com as alterações das percepções sociológicas e económicas da população, consequência da transição para uma sociedade pós-moderna e pós-fordista. Estas alterações dos comportamentos da procura turística implicarão nas próximas décadas novas configurações territoriais e reestruturações dos espaços turísticos tradicionais.

São factores de mudança que têm que ter uma relação com a evolução da organização da economia mundial, em que se destaca a progressiva implantação de estratégias baseadas na flexibilização. Deste ponto de vista, a alternativa ao esgotamento do modelo fordista de turismo de massas é a produção flexível. Esta mudança implica a passagem de uma indústria turística rígida e concentrada temporalmente em determinadas estações do ano a uma indústria do lazer flexível, escalonada no tempo e individualizada nos seus serviços. A nova procura turística implica também um novo

cenário, cujas variáveis surgem ligadas a parâmetros definidos por uma maior qualidade, autenticidade e personalização dos serviços turísticos. Estas transformações irão forçosamente incidir sobre o futuro turístico dos espaços insulares. Por isso, é necessário iniciar um processo de reflexão, debate e concepção de novas estratégias relativas ao turismo e ao lazer desenvolvido em centros turísticos situados nas pequenas ilhas. Se no modelo fordista o lazer convencional se baseava num paradigma que estabelecia uma clara dicotomia entre lazer e trabalho, na sociedade pós-moderna ou pós-fordista aparecem novos modelos que afectam o mundo laboral, a flexibilidade da oferta, a segmentação da procura e a desintegração vertical, factores que permitem globalmente uma distribuição do tempo de lazer de maneira segmentada e escalonada.

A.2.2.1. Os novos paradigmas da prática do turismo do futuro nos espaços insulares.

Da extensão das referidas motivações socio-lúdicas resulta o aparecimento de novos produtos turísticos cuja concepção e características devem adaptar-se aos novos paradigmas comportamentais e tecnológicos da sociedade actual. Estes novos segmentos emergentes da procura turística manifestam atitudes negativas e críticas em relação ao modelo de massificação turística implantado pelo fordismo, que caracterizava o turismo de massas convencional. Do ponto de vista histórico, o fordismo representou a passagem do turista explorador e/ou descobridor a um turismo definido pela quantidade e pela massificação, baseado em actividades turísticas definidas pela superficialidade, instabilidade e ausência de autenticidade. A moda das férias, que surge de maneira intensiva na década de cinquenta, transformou a prática turística num hábito generalizado de consumo. Deste modo, a socialmente desejada deslocação anual para um destino turístico transforma-se numa prática de características parecidas à prática religiosa, que alguns autores designaram por ***viagem sagrada*** (ALLCOCK, 1998). Este facto responde ao desejo de fuga periódica de um meio urbano restritivo que transforma estas deslocações turísticas numa viagem até um mundo livre da rigidez laboral e/ou uma fuga da situação de conformidade em que vive a população urbana durante a maior parte do ano.

O aparecimento destas novas procuras é uma reacção contra a deterioração do prestígio resultante da oferta estandardizada do turismo de massas. As pequenas ilhas, especialmente as que não sofreram os impactes do turismo de massas, convertem-se desta forma em territórios com recursos naturais e culturais que respondem aos perfis da procura dos já referidos novos produtos turísticos, circunstância que incidirá futuramente sobre a implantação de novos tipos de turismo mais dinâmicos que deverão desenvolver-se no quadro das seguintes coordenadas básicas:

- Individualidade e diferenciação com tendência a uma maior personalização da viagem.
- Sustentabilidade económica, social e ambiental.
- Autenticidade ambiental e cultural.
- A prática de um tipo de turismo e lazer activo conforme aos novos estilos de vida em que o conceito de férias activas desempenha um papel importante. As **activity holidays** tentam ultrapassar as actividades passivas dos turistas de épocas anteriores. As novas orientações e parâmetros das novas práticas turísticas combinam diversos aspectos em que alternam prazer, lazer, conhecimento do meio circundante e respeito pelo ambiente.
- Maior exigência na qualidade dos serviços.
- Menor concentração espacial e temporal das actividades turísticas e do lazer.
- A substituição do modelo baseado num mercado de procura dos quatro S (sea, sun, sand, sex) por um mercado em que a oferta se organiza em torno dos quatro E (environment, equipment, event, enquadrement).

Os primeiros movimentos de procura de produtos turísticos alternativos que se possam localizar num elevado número de pequenas ilhas concentra-se actualmente num segmento restrito da população, limitado inicialmente às classes médias, médias-altas e altas da sociedade dos países desenvolvidos que englobam um número significativo de profissionais e quadros de níveis educativos elevados. Representam um segmento da sociedade definido por uma alta qualificação, do ponto de vista económico e social. Adapta-se aos novos paradigmas técnico-económicos da especialização flexível e exige uma oferta turística de maior qualidade, isolamento e experiência. Passa-se, deste

modo, da exigência de um espaço espectáculo a um espaço valor. O património natural e cultural (cozinha, população, artesanato, arte, desportos) deixa de ser um elemento passivo para se transformar numa das mais importantes motivações na escolha dos territórios insulares como destinos turísticos de férias.

A.2.2.2. O escalonamento e segmentação das férias como variáveis que incidem sobre o futuro turismo das pequenas ilhas.

As novas estratégias do calendário laboral que se vão implantando na maioria dos países emissores de turistas, ligadas à tendência para a flexibilização laboral, terão importantes consequências nas próximas décadas do século XXI no futuro mercado turístico das pequenas ilhas. Os destinos turísticos das pequenas ilhas podem tirar partido das mudanças na frequência turística. Esta situação é consequência da transformação da distribuição do tempo de férias ao longo do ano e dos novos modelos de uso das férias por parte dos habitantes dos países emissores de turistas. Desde os anos 90 que se constata que um segmento cada vez mais importante da população destes países desenvolvidos pratica o escalonamento e a segmentação de férias. Esta circunstância implica que a prática de férias se divida em dois, três ou quatro períodos, que pressupõem o aparecimento de uma diversificação da procura em diferentes destinos turísticos, em função do tempo que se atribui a cada um dos períodos de férias. Estas viagens "à la carte" terão como consequência o aparecimento de diferentes tipos de produtos turísticos entre os quais destacamos:

- Procura de viagens de grande distância, de tipo não repetitivo, que implica o aparecimento de novos destinos turísticos, entre os quais se destaca o potencial de atracção turística das pequenas ilhas. Caracterizam-se por viagens a destinos exóticos em que a atracção dos recursos de tipo natural ou cultural são elementos básicos.
- A continuação da procura de destinos de férias repetitivas, de tipo anual, que significam a manutenção dos destinos de sol e praia nas temporadas estivais e a consolidação de procuras de férias ligadas ao recurso da neve para a prática de desportos de Inverno. No primeiro caso constata-se que os europeus

continuam a ser fiéis a determinados espaços turísticos insulares (Ilhas Baleares, Ilhas Canárias, Madeira) embora se vá reduzindo cada vez mais a duração da estadia média do turista.

- Progressiva implantação das viagens de férias de curta duração, com estadias inferiores a cinco dias, as **short-breaks**, que provocam a intensificação da mobilidade de um elevado número de turistas de fim-de-semana e/ou pontes. Esta prática turística está restrita a destinos turísticos situados na isócrona das duas horas a partir dos principais aeroportos metropolitanos. As pequenas ilhas situadas neste campo de atracção convertem-se em destinos altamente procurados, já que possuem suficientes e diversos recursos turísticos para se transformarem num foco de atracção para esta modalidade de férias. Entre os diferentes tipos de prática turística destaca-se o turismo em espaços naturais, o turismo monumental e cultural, o turismo de desporto e aventura, o turismo rural e o agroturismo e/ou o turismo de negócios e de congressos. São turismos altamente especializados que podem contribuir, através de uma adequada gestão, para ultrapassar parcialmente a elevada sazonalidade turística de diferentes espaços insulares.

A.2.2.3. Turismo, desenvolvimento sustentável e qualidade ambiental nas pequenas ilhas.

A oferta turística futura proporcionada nos territórios das pequenas ilhas deve ser fruto de um rigoroso planeamento e gestão no quadro do desenvolvimento sustentável. Este conceito, popularizado através do relatório Brundtland de 1987, implica estratégias de desenvolvimento baseadas na satisfação das necessidades do presente sem comprometer as do futuro. Implica adoptar processos que permitam o desenvolvimento sem degradar ou esgotar os recursos que tornam possível este mesmo desenvolvimento. Esta premissa abarca a implantação do turismo no quadro do desenvolvimento sustentável, que implica estratégias e acções estabelecidas de forma global, não apenas de âmbito ambiental mas também das esferas social e económica. A OMT (OMT-WTO, 1994) recolhendo as recomendações do programa 21, que foi

aprovado na Cimeira do Rio de 1992, publicou a *Agenda 21 para a indústria das viagens e do turismo* em que se inclui uma série de recomendações dirigidas aos governos e instituições públicas e ao sector turístico privado. Trata-se de estabelecer um plano de acção que deve definir as coordenadas do desenvolvimento futuro do turismo que deverão ser aplicadas nos espaços insulares. A Agenda 21 introduz toda uma série de áreas prioritárias com o objectivo de estabelecer estratégias que englobem o desenvolvimento económico, a equidade social e a protecção do ambiente. Os benefícios da aplicação progressiva da Agenda 21 nos territórios das pequenas ilhas podem concretizar-se em:

- Melhoria da qualidade de vida da população residente.
- Melhoria do meio cultural.
- Distribuição mais justa dos benefícios.
- Estímulo à pequena e média empresa.
- Maior diversificação económica.
- Melhor experiência dos visitantes.
- Manutenção da qualidade ambiental.
- Procura de um equilíbrio entre a rentabilidade económica , a qualidade de vida e o ambiente.

A.2.3. O TURISMO COMO ELEMENTO DE DESENVOLVIMENTO NAS PEQUENAS ILHAS.

As pequenas ilhas convertem-se em espaços de atracção turística em função da sua potencial oferta de novos produtos turísticos adaptados às novas procuras de um importante segmento da população dos países emissores de turistas. A insularidade potencia a oferta de espaços singulares e preservados, aspectos que implicam que os destinos insulares ocupem um lugar predominante nos catálogos das ofertas turísticas. Sobre esta circunstância incide todo um complexo número de factores essenciais:

- A atracção dos seus recursos naturais e culturais.

- O índice de acessibilidade que aumenta ou diminui a potencialidade de visita.
- A capacidade das infra-estruturas, tanto de alojamento como de comunicações.
- Os factores do investimento de capital.
- Os recursos humanos.
- A vontade política e/ou institucional de promover o desenvolvimento turístico das pequenas ilhas.

Os benefícios do desenvolvimento turístico das pequenas ilhas, desde que exista uma gestão adequada das actividades, incidem sobre a conservação dos seus ecossistemas, a preservação do património histórico-cultural, o desenvolvimento regional e o suporte ao emprego local. Mas também pode ter efeitos menos positivos ou negativos se se ultrapassar a capacidade de carga dos seus subsistemas. Deste ponto de vista, o turismo pode ser um elemento catalisador ou de fricção. Uma análise dos desenvolvimentos turísticos registados em distintos grupos de pequenas ilhas mostra globalmente uma coexistência de modelos de desenvolvimento turístico tradicional, representados pelo turismo de sol e praia, com outros territórios insulares cujas perspectivas de desenvolvimento turístico futuro se baseiam na valorização do património natural, do património cultural, do mar e da saúde como recursos turísticos sobre os quais se podem basear estratégias turísticas no quadro do desenvolvimento sustentável.

A.2.3.1. A continuidade dos destinos turísticos de sol e praia em pequenas ilhas e os seus desafios futuros no quadro da sustentabilidade.

O turismo de sol e praia continua a ser a maior procura turística da população europeia e/ou de países desenvolvidos. Este facto implica que este tipo de turismo terá continuidade na maioria das ilhas que têm sido até agora destinos do turismo de massas de sol e praia, destinos que possivelmente se manterão nas próximas décadas do século XXI. Estas ilhas reestruturaram as suas economias baseadas na exportação colonial, estabelecendo uma monocultura turística cujas grandes infra-estruturas e resorts pesam sobre as suas delicadas e frágeis costas. O desafio da manutenção no

futuro do modelo turístico de sol e praia baseia-se na sua capacidade de adaptação à procura de novos produtos turísticos e aos novos modelos de comportamento do turista das próximas décadas. Esta nova situação implica a necessidade de conceber estratégias de readaptação dos centros turísticos tradicionais em que a sustentabilidade será um dos factores chave. Os centros tradicionais de desenvolvimento turístico situados em diferentes destinos insulares receptores de um turismo de massas tornaram-se em muitos casos obsoletos, envelhecidos e desadaptados às novas práticas do lazer. Se nas próximas décadas não se fizerem adaptações às novas coordenadas da procura turística podem ver-se afectados por dois processos básicos:

- A conversão dos espaços turísticos insulares tradicionais, por parte das grandes empresas ou operadores turísticos, em espaços destinados a segmentos da população que acedem pela primeira vez ao pacote turístico (caso do segmento dos jovens dos 18 aos 30 anos) ou então como destino de um turismo maciço de sol e praia praticado pelos sectores economicamente mais fracos. Trata-se de um tipo de turismo que escolhe o destino em função do preço. Estas acções, que podem considerar-se como de sobrevivência para os centros turísticos mais envelhecidos, implicam um progressivo processo de deterioração de determinados destinos litorais se não forem adoptadas medidas de reabilitação e readaptação às novas características da procura turística.
- O perigo de que as cotas de mercado ligadas às novas procuras sejam desviadas para destinos alternativos que ofereçam uma maior qualidade ambiental, mais exotismo, maior oferta de actividades complementares e/ou atractivos de tipo cultural.

Outro dos riscos do actual e futuro desenvolvimento turístico em pequenas ilhas está relacionado com as novas estratégias do neo-fordismo (SALVÀ, 1998) que implicam a criação de novas tipologias de centros turísticos, entre as quais destacamos:

- A criação de novos resorts integrados de férias que satisfazem todas as exigências do turista. Estes correspondem a uma tipologia de turismo citadino cujo comportamento é indiferente a práticas de conhecimento da envolvente natural ou sociocultural dos destinos turísticos insulares. Deste ponto de vista territorial estes centros podem ser definidos como verdadeiros **quistos**

territoriais, apresentando um tipo de organização de tipo **hotel-ilha ou de campo de concentração de turistas**, desarrraigados da envolvente em que se situam (SALVÀ,1998). O turista encontra atractivos suficientes no centro turístico, factor que elimina a hipotética necessidade de efectuar saídas de reconhecimento de outros recursos turísticos exteriores ao centro turístico.

- A oferta de parques temáticos de tipo maciço, que obedece à procura de diversões como destino complementar baseado na maximização da rentabilidade. Representam a globalização e homogeneização da cultura turística baseada numa procura intensiva urbana da diversão activa. Trata-se de um segmento de turismo consumidor de símbolos artificiais, de lugares inventados e imaginários, tendentes a uma certa mitologia. São actualmente representados pelos diferentes tipos de parques temáticos, parques recreativos, parques recreativos aquáticos, definidos globalmente pela criação de novos enquadramentos visuais e contextuais de diversos temas.

A.2.3.2. O aparecimento de novos produtos e modelos de desenvolvimento turístico nos territórios insulares.

A.2.3.2.1. A valorização do meio natural como recurso turístico: O desenvolvimento de actividades turísticas no meio natural das pequenas ilhas.

Entre as procuras emergentes de produtos turísticos destacam-se as relacionadas com actividades turísticas que se desenvolvem nos meios naturais, sobretudo aquelas em que o factor principal de atracção é o património natural. As pequenas ilhas, caracterizadas pelo seu isolamento espacial com fronteiras naturais fechadas, constituem espaços que se caracterizam pela singularidade dos recursos, geralmente de grande valor ecológico e paisagístico, e pelas espécies únicas (flora, fauna, paisagem) que possuem. São espaços cuja vocação primordial é a conservação, mas cujo uso pode ser compatível com determinadas práticas turísticas se existir uma gestão adequada. A procura de produtos turísticos relacionados com os espaços naturais provém em geral de turistas que recusam as formas estandardizadas do

turismo de massas. Não se trata de uma procura de produtos que apresentam como única atracção a visita e contemplação de zonas com alto valor ambiental, mas implica muitas vezes atitudes positivas relativamente ao meio, com altos níveis de exigência quanto à qualidade da água terrestre e marinha, à pureza do ar, à paz, tranquilidade ou ausência de poluição sonora.

As possibilidades turísticas do uso dos espaços naturais das pequenas ilhas são muito diversas. Vão desde as práticas turísticas de contemplação da natureza até à prática activa de diferentes desportos de aventura. Destacamos:

- O turismo dos parques naturais e dos espaços protegidos. Responde à procura de práticas lúdicas ligadas ao desejo de conhecimento da natureza, cujo desenvolvimento inclui desde actividades de passeio, acções de descobrimento pessoal do meio natural, até actividades didácticas de consciencialização ambiental. Este tipo de desenvolvimento turístico dá resposta à procura das preferências turísticas ligadas à prática da ornitologia activa, da fotografia da vida natural ou à conservação da natureza. Diversas pequenas ilhas têm um património natural que faz delas santuários especiais da natureza que se podem articular como parques nacionais marítimo-terrestres, parques naturais ou espaços protegidos.
- A procura do turismo verde que se apoia no uso de pequenas instalações, preferencialmente de antigos edifícios reabilitados situados no meio natural, eco-hotéis ou eco-pensões. O turista que procura este produto turístico comporta-se de acordo com uma filosofia de vida definida por uma elevada consciência ecológica e pela minimização dos impactes humanos sobre o meio. Complementarmente, exige ambientes de máxima qualidade, ausência de produtos contaminantes e de impactes ambientais e consome produtos e alimentos com rótulo ecológico. A maioria dos espaços naturais situados em pequenas ilhas pode representar um importante potencial como base da prática desta modalidade turística. O estabelecimento de adequadas linhas estratégicas e acções no quadro destes espaços naturais pode promover acções de reabilitação de edifícios situados em espaços abandonados, entre os quais destacamos antigos refúgios, casas de agricultores, ou edifícios de pequenas indústrias (minas, pedreiras). Por outro lado, a promoção destas actividades

pode possibilitar a procura de produtos agrários da região e implicar uma dinamização dos espaços protegidos.

- A procura de produtos turísticos relacionados com a filosofia e prática do naturalismo, especialmente do nudismo que, com uma adequação de espaços e infra-estruturas de alojamento específicos, podem representar uma das outras possibilidades de uso de espaços naturais. Pode desenvolver-se tanto nos espaços interiores como no litoral dos espaços insulares.
- O meio natural como enquadramento da prática de actividades desportivas representa outra das procuras mais importantes do turismo actual e futuro. A prática do turismo de desporto, nas suas diferentes modalidades, permite consolidar as práticas de excursionismo e caminhadas (trekking), a introdução de circuitos turísticos a cavalo (riding), o cicloturismo e o ciclismo de montanha, entre outras. Na especialidade de turismo de aventura, que utiliza os espaços naturais como recurso para experimentar sensações em espaços pouco utilizados pelo turismo convencional, destacam-se o bangy jumping, jogos de orientação e sobrevivência ou a descida de barrancos, entre outras. Em ambos os casos dá-se resposta à procura de turismo de desporto e aventura que se pratica em instalações adaptadas às características dos diversos desportos, lazer e aventura.

Em consequência disto, as actividades turísticas ligadas ao uso dos espaços naturais constituem um dos mais importantes segmentos do desenvolvimento do turismo nas pequenas ilhas. Mas o seu desenvolvimento deve ser cuidadosamente planeado, devem ser realizadas no quadro de uma consciencialização ambiental e social, respeitar o meio em que se desenvolvem e ser participativas de acordo com a filosofia do desenvolvimento sustentável. Se não existir uma perfeita simbiose entre a actividade turística e o recurso natural podem gerar-se impactes ambientais não desejados. Para minimizar este hipotético risco, as actividades turísticas no meio natural devem articular-se no quadro de uma gestão sustentável, com uma planificação de utilizações com o objectivo de reduzir e minimizar os possíveis impactes sobre os meios aquático, atmosférico e biótico com o objectivo de chegar a um feedback positivo entre o meio, os recursos e as actividades turísticas.

A.2.3.2.2. A revalorização da cultura como recurso turístico.

Outra parte importante das tendências de futuro das novas procuras de produtos turísticos centra-se na prática turística baseada em produtos de tipo cultural e patrimonial, ligados ao desejo de aprender, à imaginação e à busca da autenticidade. Esta procura, que revaloriza a cultura como recurso turístico, implica a passagem do “escapismo” típico do turismo de massas tradicional ao enriquecimento cultural através da descoberta do património cultural de diferentes destinos turísticos. Esta modalidade de procura turística, conhecida como **heritage tourism**, representa um dos potenciais mais importantes para o desenvolvimento turístico em pequenas ilhas, que possuem em geral um notável património artístico, histórico, monumental, étnico e cultural. Estes elementos podem capitalizar uma elevada atracção turística, muito em particular na modalidade de viagens curtas ou **short breaks** realizadas em períodos não estivais e/ou em temporadas turísticas baixas. A oferta de produtos turísticos relacionados com a cultura implica a necessidade de estabelecer estratégias de gestão, promoção e marketing de lugares históricos, artísticos e culturais que se encontram nos diversos territórios insulares. Esta promoção pode abarcar vastos segmentos de produtos turísticos que se podem articular através de:

- Itinerários de interior.
- Programas de alojamento com propostas de actividades no mundo rural.
- Parques etnográficos.
- Parques culturais.
- Itinerários urbanos que podem contribuir para a revalorização dos centros urbanos antigos ou históricos, para a reabilitação dos edifícios históricos, para a conversão de edifícios históricos em alojamentos hoteleiros e/ou acções de arqueologia industrial com a reciclagem de edifícios industriais urbanos para usos comerciais, lúdicos ou culturais.
- Itinerários históricos.
- Acções para o conhecimento de recursos patrimoniais e monumentais.
- Promoção do turismo cultural de inverno.

- Reutilização de espaços não utilizados, “fósseis”, como centros de conferências, reuniões ou congressos.
- Museus
- Manifestações culturais através de exposições, festivais e concertos.
- Gastronomia (revalorização da cozinha tradicional e de produtos alimentares autóctones)
- Manifestações culturais baseadas na tradição de tipo religioso (procissões, actos religiosos), histórico ou lúdico (carnavais, bailes, danças).

Se não existir uma gestão adequada na promoção do turismo cultural podem verificar-se hipotéticos impactes socioculturais não desejados. Destacam-se entre os principais efeitos negativos os processos de aculturação e/ou de banalização da cultura autóctone, transformando-a desta forma num espectáculo para os turistas e numa mercadoria da indústria turística. Devem eliminar-se desta maneira os possíveis efeitos de facilitação da cultura. É o turista quem deve ir ao espectáculo e não o espectáculo ao turista. Outros factores não desejados que provocam impactes negativos de tipo sociocultural relacionam-se com o efeito exemplo ou ***Demonstration effect*** pelo qual os residentes adoptam formas de comportamento e de consumo através do mimetismo, que implica como consequência uma forte incidência sobre a autenticidade cultural, bem como uma mutação dos costumes tradicionais de vastos espaços rurais preexistentes em territórios insulares. Mas deve assinalar-se também que a prática do turismo cultural e patrimonial pode constituir um reforço do papel da cultura com importantes benefícios para uma maior inter-relação entre os visitantes e a população autóctone.

A.2.3.2.3. O desenvolvimento do turismo nos espaços rurais.

O turismo que tem como enquadramento os espaços rurais constitui outro dos desafios de futuro do desenvolvimento do turismo em espaços insulares. Nas últimas décadas as zonas rurais têm sido objecto de uma forte procura para o desenvolvimento de actividades turísticas. Os espaços rurais permitem a coexistência de uma grande

variedade de tipos de produtos turísticos, que satisfazem desde o turista que procura o contacto com a natureza, a descoberta motivada pelo factor da nostalgia da sua origem rural, o reencontro com as sociedades locais rurais e/ou o prazer dos produtos agrários originais e naturais. Os espaços rurais permitem a coexistência e simultaneidade entre o turismo rural, o agroturismo e o turismo de desporto e aventura, ao mesmo tempo que oferecem uma grande diversidade de recursos culturais. Deste ponto de vista, devem distinguir-se dois aspectos nas práticas do turismo em espaço rural:

- A prática do turismo em espaço rural que se articula através de:
 - Visitas em forma de circuito com o objectivo de conhecer paisagens e recursos culturais situados no mundo rural (monumentos históricos, artísticos, representações folclóricas).
 - Visitas a explorações agrícolas para conhecer diferentes aspectos da vida rural (matança do porco, desfolhada, vindima,...).
 - Visitas a museus etnográficos.
 - Alojamento em pensões rurais para poder viver de maneira mais autêntica a vida da comunidade rural. Pode aproveitar-se também a oferta de alojamento em aldeias, que nalguns casos pode articular-se sob a forma de hotéis difusos.
 - Alojamento em casas rurais de alta qualidade, resultado da restauração de antigos pequenos núcleos rurais abandonados e transformados em alojamento para turistas.
 - Alojamentos em hotéis rurais, fruto da transformação de uso de antigos edifícios (casas das explorações agrícolas, casas de camponeses, ou edifícios de pequenas indústrias) recicladas para utilização residencial turística.
 - Campismo
 - Caravanismo.
 - Prática de diferentes desportos em instalações e/ou espaços especializados.

- Ciclismo e/ou cicloturismo.
- Prática do desporto de aventura.

Agroturismo constitui uma modalidade do turismo rural que implica a conciliação das actividades agrícolas com a prestação de serviços de alojamento e/ou restauração em explorações agrícolas activas. Pode-se complementar com a oferta de produtos naturais e gastronómicos locais ou regionais. O agroturismo pode desempenhar um papel importante no futuro do turismo das pequenas ilhas, ligado à procura de tranquilidade e à nostalgia ou desejo de retorno ao mundo rural. Mas também pode constituir um elemento dinamizador do mundo rural, tanto do ponto de vista da reabilitação do património construído como da conservação da paisagem rural humanizada e da população agrária.

A.2.3.2.4. O mar como elemento de prática turística em territórios insulares.

Devido às características geográficas dos territórios insulares, o mar representa um importante elemento de atracção para o seu desenvolvimento turístico. A revalorização do mar representa um dos mais importantes recursos para o desenvolvimento dos novos modelos turísticos de amanhã. O mar, até agora monopolizado pelo turismo de sol e praia, pode converter-se nas próximas décadas num dos elementos mais importantes do turismo insular, especialmente nos espaços insulares com a forma de arquipélagos. As novas procuras de actividades de lazer baseadas no mar podem promover possibilidades e usos diferentes dos tradicionais. Destacam-se:

- O desenvolvimento de diversos desportos relacionados com a água.
- Actividades destinadas à descoberta do património natural e arqueológico marinho através da prática do mergulho.
- Observação de espécies marinhas (particularmente mamíferos) e aves aquáticas.
- O desenvolvimento de um turismo náutico de circuito (turismo azul ou náutico) que representa uma das maiores atracções emergentes nas regiões insulares. O risco de futuras hipotéticas expansões desta tipologia turística relaciona-se com

o aumento da procura marinas para iates que, se não for adequadamente gerida, pode provocar uma forte tensão em relação à conservação do litoral e hipotéticos impactes de contaminação marinha.

- Turismo de cruzeiros.

A.2.3.2.5. O desenvolvimento do turismo de saúde e bem-estar nas expectativas turísticas das pequenas ilhas.

Um dos paradigmas que definem a actual sociedade do pós-modernismo relaciona-se com uma atitude positiva face a uma valorização do corpo humano no quadro de uma promoção do bem-estar em que se combina a saúde físico-mental e a adopção de comportamentos sãos e equilibrados. Estes factores implicam um importante aumento da procura de produtos turísticos que incidem num significativo desenvolvimento do turismo de saúde e bem-estar. Representa uma ultrapassagem da antiga função das tradicionais termas, que se encontram em geral numa situação de declínio, por falta de adequação às novas coordenadas da procura.

Este novo modelo de prática turística implica o desenvolvimento de uma oferta de estabelecimentos termais, adequados à aquisição de uma boa forma física e à superação do stress. Este modelo oferece diversas possibilidades de desenvolvimento nas pequenas ilhas relacionadas com as suas características de isolamento, paz, tranquilidade e paisagens autênticas. Trata-se basicamente da procura e promoção do bem-estar, mais do que da cura de doenças. Entre os objectivos mais importantes do turismo de saúde e bem-estar destacam-se:

- Demanda de uma melhor forma, alternando a actividade recreativa, o desporto e/ou o exercício físico e a dieta.
- Demanda de uma melhor saúde centrada em aspectos educativos e recreativos ligados ao controlo dos hábitos da vida quotidiana e da alimentação.
- Demandas ligadas a necessidades relacionadas com a renovação do espírito, da mente e/ou a superação do stress. Nelas se utilizam diversas técnicas como a

meditação e a busca do equilíbrio através de métodos de paz, yoga ou relaxamento.

A articulação destas novas procuras implica o aparecimento de centros turísticos especializados. A oferta desenvolve-se em instalações que vão desde a readaptação das instalações hoteleiras à utilização como casas rurais, edifícios reabilitados em espaços rurais e adaptações das termas tradicionais aos novos modelos.

A.2.3.2.6. O estilo de vida das pequenas ilhas como atracção residencial.

Como último factor nas possibilidades de desenvolvimento turístico das pequenas ilhas deve destacar-se a atracção que, para determinados segmentos da população dos países industrialmente avançados, têm esses territórios como espaços turísticos residenciais. Um considerável número de pequenas ilhas é objecto de procuras com fins residenciais por estrangeiros que escolhem estes espaços insulares para neles residir durante largas temporadas. Sobre este facto incidem as novas motivações de uma sociedade pós-industrial, que apresenta uma estrutura demográfica cada vez mais envelhecida, com uma elevada mobilidade humana, especialmente no segmento dos reformados e pré-reformados. Este facto implicou a busca de novos destinos residenciais e/ou turísticos que combinem factores de qualidade, autenticidade e ritmos de vida mais equilibrados. Estes últimos aspectos valorizaram o modo de vida mais pausado de determinadas pequenas ilhas um dos factores mais importantes no processo de decisão e escolha dos novos lugares de residência. No processo de escolha destes destinos insulares têm grande importância diversas variáveis, entre as quais se destacam o índice de acessibilidade a partir das grandes áreas metropolitanas dos países desenvolvidos, as características climáticas, os atractivos naturais e o índice de inovação tecnológica das telecomunicações. Este previsível aumento da referida mobilidade humana das pessoas mais velhas implica a necessidade de estabelecer estratégias de controlo e gestão do lazer para prevenir possíveis impactes caso se ultrapasse a capacidade de carga residencial dos destinos residenciais em pequenas ilhas, especialmente nas variáveis referentes ao consumo de recursos naturais e às

consequências socio-económicas ligadas à especulação e aos seus efeitos socio-territoriais.

A.2.4. À GUIA DE CONCLUSÃO: PROBLEMÁTICAS E MUDANÇAS DO TURISMO EM PEQUENAS ILHAS.

As reacções face à globalização, à estandardização e à falta de autenticidade dos produtos consumidos pelo turismo de massas obrigam à procura e concepção de novas estratégias para definir o turismo mais adequado aos espaços insulares no terceiro milénio. As novas procuras socio-lúdicas que provêm de vastos segmentos da população dos países desenvolvidos emissores de turistas obrigam à articulação de uma oferta turística em mudança, em que têm um papel muito importante a atracção dos recursos de que dispõem as pequenas ilhas, entre as que se incluem as Ilhas dos Açores. Esta nova reestruturação da oferta turística tem que dar resposta às novas coordenadas através de uma vasta articulação de novos produtos turísticos. O valor simbólico da insularidade, os valores do Património Natural, a valorização dos recursos culturais ou a atracção do modo de vida insular são variáveis básicas sobre as quais se pode articular um desenvolvimento turístico que aproveite estas tendências em mudança. Para isso serão necessárias novas estratégias de promoção e gestão, acções tendentes ao aumento de qualidade e a um controlo estrito do desenvolvimento turístico insular que elimine hipotéticos impactes económicos, socioculturais e ambientais. Neste quadro, a potenciação do turismo nas pequenas ilhas deve desenhar-se no quadro de um cenário de futuro com linhas de actuação estratégicas. As pequenas ilhas podem converter-se desta maneira em centros de atracção para um turismo de maior qualidade, de maior consciencialização cultural e de mais sensibilidade ambiental.

O turismo do futuro nos territórios insulares deve adaptar-se às coordenadas territoriais que definem as pequenas ilhas de acordo com a filosofia da Sustentabilidade. A melhoria da sua competitividade deve estar relacionada com uma melhoria da qualidade, com a introdução de inovação tecnológica, com a comercialização e diferenciação do produto, com a melhoria da formação dos recursos

humanos e no quadro de novas atitudes relativas à preservação do património natural e cultural.

As pequenas ilhas podem experimentar nas próximas décadas um importante aumento da afluência turística motivada pelo interesse de um importante segmento pelo factor da busca da autenticidade. Sobre este facto incidirá a globalização e os avanços da tecnologia dos transportes. Se estes fluxos não forem geridos adequadamente, as pequenas ilhas podem experimentar uma aceleração do aumento da pressão sobre o seu Património Natural e Cultural. O turismo no quadro do desenvolvimento sustentável implica manter a qualidade da experiência do turista e aumentar a qualidade de vida da população residente. O conflito da ultrapassagem das capacidades de carga é muito mais evidente no caso das pequenas ilhas cujos territórios são ecologicamente frágeis e socialmente instáveis. A alteração destas facetas terrestres-marítimas e os efeitos sobre a população podem implicar um declínio no uso tradicional dos recursos renováveis, no habitat tradicional, na diversidade de espécies, nos modelos culturais e na tranquilidade destas pequenas ilhas.

Se o turismo se transformou num factor chave do desenvolvimento territorial das pequenas ilhas, a sua implantação deve ajustar-se a uma perspectiva integrada e sustentável, ultrapassando antigos esquemas do crescimento sem limites. Este desenvolvimento deve basear-se em actividades turísticas sustentáveis, susceptíveis de manter e reforçar o desenvolvimento turístico nos territórios insulares, respeitando mais que no passado o investimento natural, cultural e social destes futuros destinos turísticos.

A.3. AS POLÍTICAS NACIONAIS COM INCIDÊNCIA NO TURISMO

Uma política nacional com incidência sectorial faz-se, teoricamente, através de um conjunto integrado de acções, medidas e programas que abrangem todas as áreas respeitantes ao sector em causa, tendo quase sempre uma vertente legislativa e normativa, uma vertente programática decorrente das linhas estratégicas definidas e muitas vezes uma vertente de apoio financeiro (que pode assumir formas variadas – subsídios, incentivos ao investimento, apoio à formação profissional, benefícios fiscais, etc.). Ou seja, para se poder verdadeiramente falar em política nacional deve haver uma definição de objectivos, uma apreciação das situações de partida e uma estratégia acordada de alcance dos objectivos que por norma inclui uma parte normativa e uma parte de cariz financeiro, podendo também abranger elementos de divulgação, de promoção e outros.

Isto significa que para se poder falar em políticas nacionais devem existir não apenas uma visão integrada do sector em questão (que abranja as relações existentes com os outros sectores de actividade) mas igualmente um modo integrado de intervenção e orientação nesse sector.

Nesse sentido não se pode falar verdadeiramente em políticas nacionais para o turismo antes da segunda metade do século XX e do desabrochar do turismo como sector económico com características próprias⁹.

As preocupações com o “turismo”, entendido como actividade diletante e romântica de indivíduos provindos da nobreza ou da alta burguesia, recuam na Europa ao século

⁹ Sendo a principal o facto de ser completamente transversal a um conjunto de sectores económicos definidos pela visão clássica da teoria económica e reflectidos nas Contas Nacionais.

XVIII e têm como pano de fundo o discurso defensor da bondade da natureza que teve o seu expoente máximo em Rousseau; mas nunca conduziram a qualquer acção ou intervenção que se pudesse considerar sequer como prefiguração de um plano sectorial.

Em Portugal os resquícios desta visão romanesca do turismo eram ainda possíveis de detectar durante a República ao olhar a classificação atribuída a 85 localidades aquando da criação das Comissões de Iniciativa, de âmbito local: "estâncias de praias, climatéricas, de altitude e de repouso e de turismo".

O interessante na instituição destas Comissões de Iniciativa não é o objecto da sua suposta actividade, mas a sua própria existência, colocando ao nível local a organização das acções destinadas à promoção; um traço marcante que perdurou até hoje, ainda que sob formas variadas e incidindo em âmbitos geográficos diferentes.

Sendo certo que a proximidade dos agentes e do território pode permitir uma visão mais directa e esclarecida de problemas e questões, não é menos certo que essa proximidade pode da mesma maneira obscurecer relações e impactos que têm maior expressão a nível superior e aumenta a possibilidade dos jogos de influência dos mesmos agentes. Por outro lado, o aumento da fragmentação de órgãos de intervenção localizados territorialmente acarreta frequentemente problemas de delimitação de áreas e fronteiras, sem falar de rivalidades, que com facilidade podem erigir barreiras quase inultrapassáveis à acção.

O peso ideológico do conceito de ruralidade durante o Estado Novo não conduziu a qualquer reforma de fundo na concepção fundamental do turismo ou neste estilo de organização: em 1944 o turismo era colocado na dependência do Secretariado Nacional da Informação, Cultura Popular e Turismo, o que ajuda a compreender o seu lugar ideológico na concepção da sociedade do Estado Novo¹⁰. O que foi feito nos finais da década de 50, com a criação das Regiões de Turismo na sequência da aprovação do Estatuto do Turismo, corresponde em boa medida a uma reorganização de tipo administrativo das múltiplas comissões municipais e juntas de turismo (em

¹⁰ Este Secretariado Nacional foi extinto em 1968 e substituído pela Secretaria de Estado da Informação e Turismo, que era basicamente uma sua reencarnação, onde conviviam a Direcção-Geral do Turismo, a da Informação e da Cultura Popular e Espectáculos, a Comissão de Exame e Classificação dos Espectáculos (censura) e a Comissão de Literatura e Espectáculos para Menores, entre outros serviços.

certa medida herdeiras das Comissões de Iniciativa), cujo carácter fragmentário impedia uma visão coerente e global de um turismo nacional e criava óbvias dificuldades de coordenação.

As primeiras cinco regiões de turismo (da Serra da Estrela, da Serra da Arrábida, de Leiria, da Serra do Marão e de Chaves), criadas entre 1957 e 1961, revelam não apenas essa necessidade de reorganização administrativa mas a sobrevivência ideológica de uma noção de turismo fundamentalmente interno e ligado ao conceito de conexão primordial ao campo e a um mundo rural mítico, desfasada da realidade de um turismo em expansão à escala europeia e americana. Note-se, como sinal desse desfasamento, que nenhuma das regiões então consideradas nesse acto inicial de criação se revelaria importante no desenvolvimento do sector em Portugal nas décadas seguintes ou abarca qualquer zona onde o turismo tenha hoje em dia real peso.

A criação da região de turismo do Algarve, em 1970, marca não apenas o afastamento definitivo da concepção ideológica de turismo do Estado Novo mas também a clara aproximação à realidade de um turismo em fase de internacionalização, e assinala ao mesmo tempo a primeira experiência de um verdadeiro programa de intervenção para o sector.

Foi entendido que a coordenação de todas as actividades de promoção e regulação do turismo algarvio exigia uma estrutura única, capaz de para toda uma região poder criar infra-estruturas urbanísticas, intervir na localização de estabelecimentos hoteleiros, parques de campismo e outras formas de alojamento, organizar a "propaganda dirigida ao turismo interno e ao internacional", escolher itinerários e elaborar calendários de realizações com interesse turístico. A intenção de corrigir progressivamente os desequilíbrios já então observados no desenvolvimento regional e de se constituir como vector de execução dos objectivos do Plano de Fomento era explícita, e este conjunto de ideias de carácter estratégico era acompanhada de um plano de execução de obras a realizar em cinco anos, colocadas na alçada da própria Comissão Regional de Turismo.

Poderá dizer-se eventualmente, como o preâmbulo do próprio Dec.- Lei o indica, que esta transformação organizacional surgiu como resposta arrastada a uma situação de caos organizativo que ameaçava escapar por completo a qualquer controlo, e não como um plano de desenvolvimento integrado. Mas este facto não impede que ela seja

a primeira tentativa de resposta de características modernas ao fenómeno da explosão do turismo no pós-guerra e a alguns dos seus efeitos menos desejáveis.

Os efeitos a nível de ordenamento e de investimento em infra-estruturas deste programa são difíceis de avaliar, uma vez que é difícil separar os efeitos de um programa que deveria terminar em 1975 dos impactes originados pelo 25 de Abril. O que parece claro é que esta organização centralizada permitiu afirmar uma imagem unitária do Algarve a nível internacional, essencial para a promoção de uma região.

A questão da promoção foi sempre, aliás, um dos núcleos centrais da reflexão sobre o turismo em Portugal, tendo sido alvo de diversas abordagens e intervenções ao longo do tempo, muitas vezes em contextos isolados de qualquer programação ou plano integrado.

Em 1974, com a extinção da Secretaria de Estado da Informação e Turismo foi criado o Centro de Promoção Turística, na alçada de uma renovada Direcção-Geral de Turismo (então integrada na Secretaria de Estado do Comércio Externo e Turismo), e apareceram as áreas turístico-promocionais que durante mais de duas décadas haveriam de presidir à definição da promoção turística do país¹¹. Esta associação de Comércio Externo e Turismo dava o tom do modo como o turismo seria olhado durante a segunda metade da década de 70 e anos 80.

Perante conjunturas externas complicadas (dois choques petrolíferos) e a pressão para reduzir os défices comerciais externos e obter divisas, fundamentais para os equilíbrios orçamentais relativos às contas com o exterior, todos os sectores susceptíveis de gerarem divisas foram alvo de tratamento preferencial. Colocado, nesta perspectiva, ao nível dos têxteis, vestuário ou calçado, o turismo foi encarado fundamentalmente como gerador primário de divisas, beneficiando das políticas económicas desenhadas para apoiar os sectores exportadores – política de desvalorização constante e progressiva do escudo e apoios ao investimento.

As especificidades próprias do sector conduziram mesmo a um mecanismo específico de apoio financeiro ao investimento¹² (através de bonificações das taxas de juro e do alargamento dos prazos de carência e amortização), dirigido preferencialmente a

¹¹ A saber, Costa Verde, Costa de Prata, Costa de Lisboa, Montanhas, Planícies, Algarve, Açores e Madeira.

¹² Dec.- Lei n.º 459/80 de 10 de Outubro.

empreendimentos de grande dimensão e que dispensava a apresentação de análises macro-económicas dos projectos, ao contrário do que sucedia com os restantes sectores abrangidos pelo **SIII** (sistema integrado de incentivos ao investimento).

A política definida era assim claramente dirigida a dois objectivos primordiais:

1. **a obtenção de divisas** (esperando-se que o funcionamento económico deste sector e os seus efeitos multiplicadores tivessem efeitos positivos na criação de empregos e na actividade económica a montante). A avaliação do interesse do investimento, feita na base de apreciação do efeito positivo sobre um diferencial entre exportações e importações e do rendimento futuro (assente em cálculos de câmbios) sobre o investimento presente, sublinhava uma clara vantagem dos grandes projectos e traduzia uma preocupação óbvia com o rendimento a curto prazo (traduzível em divisas) e uma menor preocupação com o rendimento real a longo prazo.

2. **o crescimento quantitativo da oferta**. A necessidade de ultrapassar uma situação de insuficiência de Oferta perante uma Procura insistente e massiva e a lógica simples de aumentar a Oferta disponível para obter (em prazos não muito dilatados) rendimento em divisas foram aduzidas como justificação do apoio preferencial aos grandes investimentos, quer de unidades novas quer de ampliação de unidades já existentes.

A resposta a este sistema de apoio foi considerada insuficiente, pelo que dois anos depois era implementado o **SIIT** (sistema de incentivos a novos investimentos de relevância turística) que alargava significativamente o âmbito sectorial de acesso à bonificação de juros e as condições em que era concedida, relativamente ao sistema anterior¹³.

A aprovação do **Plano Nacional de Turismo** em 1986¹⁴ (cerca de dois anos após a sua conclusão) para vigorar no período 1986-1989 constituiu um marco importante a nível da regulação do sector. Pela primeira vez era realizada uma observação global e integrada do sector, que incorporava um diagnóstico geral, uma análise das

¹³ Para além dos estabelecimentos hoteleiros também a restauração, os parques de campismo, as unidades complementares de alojamento em conjuntos turísticos, as embarcações e os autocarros de turismo passavam a ter acesso a este mecanismo de apoio.

¹⁴ Resolução do Conselho de Ministros n.º 17-B/86.

perspectivas a curto e médio prazo, uma definição de objectivos qualitativos e quantitativos, um levantamento das acções e meios necessários e uma enumeração das medidas estratégicas a tomar.

O diagnóstico afirmava a importância fundamental que o turismo tinha alcançado na economia portuguesa, a nível da formação do PIB, da cobertura do saldo negativo na balança de transacções correntes, de financiamento da economia, de criação de emprego e de geração de rendimentos. Por outro lado referia carências graves e desequilíbrios estruturais susceptíveis de impedir a médio prazo um crescimento aos ritmos a que o potencial latente poderia permitir: existência de equipamentos degradados e desactualizados, inexistência ou ineficácia de ordenamento nos equipamentos, ausência de estruturas, meios e recursos na área da animação, deficiências graves a nível de infra-estruturas, baixo nível de formação profissional, fraca qualidade média dos serviços prestados e uma promoção que não atingia o grau de eficácia possível face à realidade turística nacional.

Ao nível estratégico, o PNT considerava sete áreas-chave – ordenamento turístico, termalismo, animação, estrutura administrativa, formação profissional, investimentos e promoção – que davam passo a uma série de medidas em cada uma delas e à dotação de meios contemplados para a intervenção. Esses meios eram repartidos por um conjunto de rubricas – infra-estruturas básicas, formação profissional, equipamentos de animação, protecção e recuperação de centros urbanos, alojamento, equipamentos colectivos, agro-turismo e protecção de praias e arribas – que detalhavam as intervenções propostas.

Mais do que um Plano de intervenção centralizado, o PNT pretendia ser, nas suas próprias palavras, um instrumento de criação de mecanismos e regras conducentes à auto-regulação e auto-organização do sector, implementando a política “do possível” de modo a alcançar a viabilização de um novo sistema sendo para isso dotado de grande flexibilidade e adaptabilidade. Como elementos fundamentais desta intenção global, e verdadeiros núcleos duros do Plano, destacavam-se uma preocupação de ordenamento (legislativo e territorial) e um desejo de alterar os modos de promoção optando por uma estratégia de *marketing* integrado.

Na sequência das recomendações do PNT, a promoção foi rapidamente alvo de transformações. Tradicionalmente uma das funções da DGT, a promoção turística foi

em finais de 1986 atribuída ao então criado **Instituto de Promoção Turística**¹⁵, na dependência da Presidência do Conselho de Ministros. Esta medida foi justificada pela necessidade de separar uma acção de comercialização das acções de fiscalização e disciplina, da competência da DGT, pela transferência para as comissões regionais de turismo da responsabilidade da promoção turística regional, e pela necessidade de existir um organismo de coordenação autónomo e flexível, capaz de responder às características de actuação nos mercados emissores.

A entrada de Portugal na Comunidade permitiu o acesso aos fundos comunitários e à criação em 1987 de um sistema específico de apoio financeiro ao turismo, o **SIFIT** (Sistema de Incentivos Financeiros ao Investimento no Turismo), que abria novas perspectivas de intervenção dados os montantes envolvidos.

Articulando as recomendações do PNT com os objectivos do Plano de Desenvolvimento Regional, o SIFIT deveria traduzir, via investimentos apoiados em qualquer sector com relevância turística¹⁶, a prática dessa difícil articulação: deveria em simultâneo implementar o desenvolvimento harmonioso e equilibrado das regiões (regiões-plano num caso, de promoção turística noutra, não sobreponíveis) e apoiar o crescimento e modernização de um sector turístico, fundamental para o produto, o emprego e o equilíbrio das contas externas, que funcionava em sistema dual – concentração da produção e da definição de produtos em três regiões (Costa de Lisboa, Algarve e Madeira) e peso reduzido das restantes.

Considerado um assinalável sucesso no cumprimento dos objectivos de atenuar as assimetrias regionais na actividade turística, de modernizar a oferta turística e de estimular a exportação do turismo português¹⁷, este sistema de apoios teve uma sequência em 1992 no **SIFIT II** (que voltava a prioridade para a remodelação e modernização de empreendimentos turísticos já existentes e para a criação de novos equipamentos de animação), e em 1994 no **SIFIT III** (que adicionava como prioridade ao quadro anterior a recuperação de património histórico ou arquitectónico com fins de alojamento turístico e favorecia os investimentos fora das áreas turísticas mais desenvolvidas).

¹⁵ Dec.- Lei n.º 402/86 de 3 de Dezembro.

¹⁶ As zonas de caça turística, por exemplo, estavam consideradas no âmbito de aplicação do SIFIT.

¹⁷ Dec.- Lei n.º 215/92 de 13 de Outubro, que criava o SIFIT II.

A publicação do **Livro Branco do Turismo**, em 1991 veio, nas suas linhas fundamentais, reforçar as ideias já presentes no PNT e sublinhar a necessidade de actuar ao nível do ordenamento, da qualidade global da oferta turística nacional e da promoção com características modernas de marketing integrado. Como principal novidade apresentava a necessidade de investigação científica nesta área e o interesse de um órgão que acompanhasse essa investigação e a evolução do sector sob a forma de Observatório.

Duas notas são de reter respeitantes à elaboração do Livro Branco do Turismo: em primeiro lugar, assinalou um momento de viragem importante, já que pela primeira vez uma entidade privada (a Horwath Consulting, uma das empresas de maior renome internacional na área da análise e consultoria turística) era encarregada de uma tarefa até então assumida como endógena à Administração - a definição de linhas estratégicas de política, inaugurando uma tendência que se prolongou nos anos seguintes. Em segundo lugar, ao confirmar nos seus traços fundamentais as análises e propostas do PNT, permitia algumas dúvidas sobre a capacidade e efectividade da intervenção pública em áreas não traduzíveis em realizações físicas (equipamentos e infra-estruturas).

Este tipo de dúvidas, sobre as capacidades da intervenção pública e da sua eficácia, voltava a poder ser colocada no que se refere à promoção quando, em 1992, o Instituto de Promoção Turística era extinto e as suas tarefas e competências transferidas para o ICEP (Instituto do Comércio Externo de Portugal). Num período de seis anos um órgão essencial, pela sua autonomia e flexibilidade, para a promoção do turismo português era considerado irrelevante e fonte de desperdício de recursos públicos¹⁸. Num certo sentido era o fecho de um círculo, recuperando-se a noção presente em 1974 de que o turismo é um segmento mais do sector exportador, e deste modo era lógico que fosse integrado com o comércio no mesmo Ministério e que a promoção da imagem do país como marca (eixo central da promoção turística moderna) fosse entregue a uma instituição rotinada no apoio a presenças em feiras, à realização de negócios ou à divulgação de produtos, e na suposta recolha de informação de carácter comercial e industrial.

¹⁸ Dec.- Lei n.º 179/92 de 17 de Agosto.

Em qualquer caso, e à semelhança do que já acontecera com a análise estratégica do sector, em 1993 é iniciado um processo de elaboração de uma campanha de marketing integrada, levada à prática em 1995, entregue à empresa de publicidade J. W. Thompson. Este salto qualitativo na área da promoção conduziu a um novo diagnóstico estratégico (que confirmou os problemas e dificuldades já anteriormente apontadas) e a um leque de medidas e propostas (acolhidas sob o conceito *The Thrill of Discovery*) entre as quais se podem salientar a segmentação de produtos para mercados-alvo particulares e a realização de eventos especiais (de que a Expo 98 foi a realização culminante), enquadrados pela necessidade de melhoria de infra-estruturas e da qualidade da oferta turística. Ao nível de produtos o turismo de "Sol e Praia" continuava a ser colocado no topo da hierarquia, e embora fosse defendida a expansão do turismo interno a principal atenção recaía no turista internacional.

Em 1997 foi a Roland Berger & Partner a escolhida para desenhar uma nova estratégia de marketing para o turismo português, iniciando o seu trabalho com uma avaliação negativa da campanha anterior e com um diagnóstico que repetiu basicamente os anteriores. A unidade territorial de análise utilizada foi a da região-plano, quebrando a utilização habitual das áreas de promoção turística, e a apreciação realizada dessas regiões conduziu a uma hierarquização destas quanto à avaliação do que poderia ser considerado um grau geral de desenvolvimento turístico: no topo o Algarve, seguido da Madeira e Lisboa, e as restantes regiões a considerável distância. A segmentação dos produtos apresentada não continha inovações de fundo, tal como o conjunto de recomendações e orientações estratégicas: necessidade de uma aposta cada vez mais empenhada no marketing, na gestão da informação e na formação profissional.

No ano seguinte, 1998, a DGT publicou um documento, considerado "aberto e de trabalho", que na expressão do Secretário de Estado de Turismo fazia a síntese de meses de colaboração entre a Secretaria de Estado do Turismo, a DGT e o ICEP, com o título de **Linhas Orientadoras para a Política de Turismo em Portugal**, que se mantém como documento orientador das iniciativas tomadas nesta área.

No capítulo do diagnóstico era efectuada uma extensa resenha de problemas ao nível do capital humano, do ambiente e ordenamento do território, dos produtos e destinos turísticos, da concentração num reduzido número de mercados emissores, da sazonalidade, das empresas turísticas, do alojamento, da restauração, dos operadores e agências de viagens, do transporte aéreo e da informação turística. Num quadro

desenhado de globalização e intensificação da concorrência internacional, de desenvolvimento de novas tecnologias e de alterações de fundo na oferta e na distribuição, o documento apresentava como objectivos e domínios de intervenção fundamentais: o desenvolvimento do turismo interno, a melhoria da qualidade da oferta, o desenvolvimento regional e local, a formação profissional, a requalificação da oferta, a redução da sazonalidade, o apoio à internacionalização das empresas de distribuição, a redefinição do marketing turístico, a autonomização crescente do sector do turismo no interior do ICEP, o ordenamento turístico do território e a necessidade de um planeamento turístico integrado. Como se pode apreciar nada de verdadeiramente novo, relativamente às análises anteriores; e mesmo a eliminação das regiões turístico-promocionais era já assumida no trabalho da Berger & Partner.

A leitura deste último documento constitui, por si só, uma avaliação da sequência de políticas implementadas para o sector. Quando o elenco de problemas referidos se identifica, nos seus traços fundamentais, com o que pode ser encontrado já no PNT de 1986, antes das políticas activas seguidas nos anos seguintes e do gigantesco esforço financeiro de apoio às transformações preconizadas, legítimas dúvidas podem ser levantadas sobre o sucesso das referidas políticas. Partindo do princípio de que a similitude de diagnósticos e de objectivos estratégicos apresentados e definidos nos sucessivos documentos ao longo do tempo indicam a provável correcção de uns e outros, é ao nível das medidas delineadas e da sua execução que certamente se devem procurar as razões da ineficácia.

Uma segunda conclusão geral a retirar da observação dessa sequência tem a ver com o papel importante que desde sempre foi atribuído aos diversos órgãos e institutos de âmbito local, que durante todo o período de procura de implementação e implantação de uma imagem de marca coerente e única do país no exterior tenderam a aportar sempre preocupações de delimitação geográfica e de poderes à discussão das medidas e à sua implementação. O sucesso do modelo algarvio, de integração numa imagem única onde as características específicas de espaços localizados são reconduzidas à apresentação da diversidade dum espaço único, nunca teve verdadeiramente seguidores¹⁹. Nas restantes áreas turístico-promocionais a promoção de um espaço

¹⁹ O caso da Madeira é particular, já que a insularidade da Madeira e a existência de duas únicas ilhas desproporcionadas em área tornou quase obrigatório um modelo de promoção deste estilo.

que deveria ter características próprias específicas acabou quase sempre por ser reconduzida a agregações de sub-espacos regionais ou locais, de coerência difícil de discernir.

Uma terceira reflexão possível de realizar concerne uma certa ambiguidade e confusão em torno da qualidade geral da oferta turística. A questão é que em Portugal não existe apenas um problema de qualidade na oferta turística mas um problema da qualidade global na oferta; da mesma maneira que não existe um problema de défice de formação profissional apenas no turismo mas em todas as actividades económicas, quer no concerne aos trabalhadores quer no que concerne aos empresários. Colocar os problemas em termos da especificidade deste sector é remeter, ainda que inconscientemente, para um modelo de abordagem e de desenvolvimento de tipo “enclave”, onde é possível pensar os problemas e soluções circunscrevendo-os sectorial e até territorialmente.

É verdade que o desenvolvimento diferencial e desequilibrado do turismo em Portugal, com concentração num número reduzido de zonas, gerou algumas situações e fenómenos que se aproximam do modelo de “enclave”, sem que contudo se possa obviamente dizer que foi esse o modelo seguido. Por essa razão parece difícil pensar que objectivos estratégicos nacionais possam ser reconduzidos a um sector particular e aí alcançados, se esse sector se integra numa vasta malha de relações e múltiplas interdependências – o esforço de (re-)qualificação da oferta turística não terá sucesso se não for acompanhado de um esforço no mesmo sentido ao nível ambiental, urbanístico, paisagístico, industrial, etc., da mesma maneira que uma eventual prioridade da formação profissional no turismo acabaria por se revelar infrutífera se não fosse acompanhada de apostas de formação profissional em todos os restantes sectores de actividade.

Estas reflexões sublinham a necessidade existente hoje em dia de que países e destinos turísticos definam **estratégias muito claras e operacionalizadas** a vários níveis, que podem mesmo tomar a forma de Planos nacionais ou sectoriais.

A existência de políticas bem definidas e estruturadas para este sector será possivelmente uma das formas mais adequadas de se enfrentar a incerteza do futuro, de aproveitar os desafios lançados pela globalização, de se afirmar a personalidade e

especificidade dos diferentes destinos e de se estar à altura da crescente competição nos mercados.

No momento actual e no caso português qualquer estratégia ou política a definir deve tomar em linha de conta dois aspectos fundamentais: o primeiro decorre do processo de integração europeia do país, o que obriga a que sejam tidas em atenção as reflexões e orientações comunitárias; o segundo centra-se na necessidade de o turismo ser clara e definitivamente assumido como realidade económica sectorial, ainda que com especificidades próprias²⁰.

De um ponto de vista de intervenção pública estratégica o Turismo foi sempre, em Portugal, tendencialmente mais olhado como um instrumento privilegiado de consecução de objectivos sócio-económicos e culturais do que como sector económico "tout court", regido pelas mesmas regras gerais de cálculo económico de qualquer outro sector. Ou seja, foi sempre transparente uma grande atenção ao potencial papel do Turismo como veículo operacional de uma política – fosse ela de desenvolvimento regional ou o atenuação das desigualdades entre o litoral e o interior, para referir apenas dois exemplos – e uma relativamente menor atenção à sua realidade económica sectorial – o que pode ser deduzido da ausência de medidas específicas (ou a sua insuficiência) de apoio à investigação e desenvolvimento tecnológicos próprios ou no atraso de medidas de implementação de sistemas globais de qualidade, ou até de normativas subsectoriais.

Mais do que as diversas formas de apoio financeiro o que distinguiu as diferentes políticas públicas em Portugal relativamente ao Turismo foi assim, basicamente, a diferenciação existente entre as utilizações fundamentais imaginadas para este instrumento privilegiado: de apoio à criação de emprego, de vector de apoio ao desenvolvimento equilibrado (incorporando majorações para investimentos fora das zonas geográficas tradicionais), ou de atenuação da desigualdade litoral/interior (através do uso da discriminação positiva para os investimentos fora dos principais concelhos e em particular no interior).

Parece assim ser clara a necessidade de se ultrapassar a "menorização" económica do sector, assumindo como pressuposto de qualquer política de turismo a sua

²⁰ Ver nota 1, acima.

funcionalidade **económica**, que deve ter por base as organizações empresariais enquanto potenciais centros privilegiados de eficiente actividade humana, assentar numa infra-estrutura de vocação turística e ser acompanhada por uma adequada cultura social e profissional. Do mesmo modo parece também ser clara a necessidade de ser finalmente efectuada uma reflexão séria sobre o grau de eficiência económica das organizações e estruturas existentes e das políticas anteriores como ponto de partida para uma política de turismo – reflexão que identificaria certamente as restrições encontradas ao aproveitamento das vantagens competitivas de que o país dispõe.

***B. ANÁLISE DE OUTRAS
EXPERIÊNCIAS DE
DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO
EM ESPAÇOS COM
CARACTERÍSTICAS
SEMELHANTES AOS AÇORES***

No presente ponto dar-se-á conta de diversas experiências de desenvolvimento turístico ocorridas noutros territórios considerados pertinentes tendo em vista a obtenção de referências que permitam:

- a acumulação de informação sobre processos de desenvolvimento que, embora menos conhecidos, encerram semelhanças ou ensinamentos úteis para o caso vertente;
- a detecção de problemas e respostas transversais à realidade insular;
- a percepção de como as especificidades próprias a cada território foram incorporadas e aproveitadas;
- uma reflexão comparativa sobre as várias opções tomadas.
- Assim, tendo em atenção a informação disponível e o grau de aprofundamento considerado desejável serão privilegiadas, para cada caso, duas ópticas que consideramos complementares e mutuamente explicativas:
 - uma, retrospectiva, onde se exporá de forma muito breve, a título de contextualização, a realidade turística existente;
 - outra, prospectiva, onde se identificarão os diversos objectivos definidos, bem como as estratégias para os alcançar.

A terminar, será ensaiada uma conclusão tendo em vista, numa óptica transversal, sublinhar as regularidades e especificidades encontradas.

Finalmente, parece-nos importante referir que os diversos casos de estudo seleccionados serão tratados com um detalhe e uma profundidade nem sempre equivalentes. Este facto ficar-se-á a dever a dois factores distintos que importa clarificar: o grau de importância que conferimos a cada caso; a abundância e a natureza da informação disponibilizada para análise.

B.1. DEFINIÇÃO E JUSTIFICAÇÃO DOS ESPAÇOS DE ESTUDO

O Arquipélago dos Açores é uma realidade única à luz de três dimensões que considerámos como pontos de partida para a selecção dos estudos de caso: localização, recursos naturais e humanos e processo de desenvolvimento turístico. Na verdade:

- a localização dos Açores confere-lhe um conjunto de características que, indo do clima e tipos de tempo a ele associados até às acessibilidades extra e intra regionais e às distâncias aos principais mercados emissores, muito influenciam a actividade turística;
- os recursos naturais e humanos existentes decorrentes do ajuste secular entre as condições naturais de base e as comunidades humanas, para além de espelharem a forma como o território foi sucessivamente aproveitado e moldado à luz das matrizes culturais da população e dos sucessivos enquadramentos políticos do Arquipélago na realidade nacional, porque elementos fundamentais e matéria prima da actividade turística, muito contribuíram e contribuirão, também, para a configuração do sector turístico insular;
- o processo de desenvolvimento turístico, encarado na dupla óptica da fase em que se encontra (o que muito tem que ver com o seu arranque efectivo), mas também com as opções tomadas (direcção que lhe foi imprimida), marca igualmente as realidades turísticas das diversas ilhas em particular e do Arquipélago em geral.

A conjugação das especificidades que o Arquipélago detém à luz destas três dimensões (e de tudo aquilo que lhes está a juzante), faz com que a realidade turística açoreana,

porque ímpar, não seja passível de comparações directas e globalizantes com qualquer outro território.

Não existindo, então, o “caso perfeito”, ou seja, aquele que, dimensão a dimensão e no global, apresentasse similitudes sólidas com os Açores, optou-se por seleccionar um conjunto de casos que:

- ou encerrassem, embora com diferenças noutros domínios, vertentes específicas com semelhanças evidentes com os Açores;
- ou constituíssem exemplos de processos de desenvolvimento turístico em espaços insulares que , pelo sucesso ou pelos problemas levantados, constituíssem exemplos a ter em linha de conta.

Paralelamente a estes critérios positivos, foi utilizado um outro critério (negativo) que poderá ajudar a compreender as opções tomadas:

- a não inclusão de realidades insulares (mesmo que com alguns aspectos interessantes) cujas actividades turísticas se baseassem em modalidades sustentadas por uma imagem de “paraísos tropicais” associados à trilogia “praia, coqueiro e *resort*”;

Nesta óptica, foram seleccionadas seis realidades territoriais, três das quais se incluem nas chamadas “Ilhas do Atlântico Norte”, domínio que, embora com diferenças quanto aos excessos climáticos de Inverno, apresentam similitudes naturais e, num caso, locais interessantes:

- **Islândia** – clima apresentando condicionantes; fisiografia acidentada, vulcanismo relevante, localização meso-oceânica, sazonalidade elevada, outros recursos naturais relevantes;
- **Ilhas Shetland** – condicionantes climáticas, base económica com algumas semelhanças com a realidade açoriana (pecuária); perifericidade, contexto autonómico, recursos naturais relevantes, sazonalidade turística elevada.
- **Ilhas Prince Edward** – condicionantes climáticas, base económica com semelhanças (agricultura, pesca e turismo), recursos naturais relevantes, sazonalidade turística elevada.

Paralelamente a estes foram, ainda, considerados mais dois casos com características apresentando semelhanças, mais ou menos evidentes, com a realidade açoriana:

- **Irlanda (Eire)** – clima com aspectos semelhantes, paisagem natural com traços de forte semelhança com os Açores (verde), forte ligação com comunidades de origem insular no exterior (turismo étnico), hospitalidade da população, recursos culturais relevantes, fundos da União aplicados de forma relevante ao desenvolvimento do sector.
- **Tasmânia** – clima temperado com traços semelhantes aos Açores, forte relevância dos aspectos naturais, lugares classificados como património mundial (natural).

Seguidamente, será abordado um caso de desenvolvimento turístico insular, **Malta**, o qual, pese embora pontuais aproximações à realidade Açoriana (importância do património construído decorrente de localizações estratégicas nas rotas marítimas), foi escolhido por duas razões distintas das anteriores:

- servir de caso contrastado na óptica das opções de desenvolvimento turístico tomadas no passado, bem como do estado em que o processo de estruturação do sector se encontra;
- ilustrar um caso de tentativa de reposicionamento e reconversão da actividade tendo por base os problemas originados devido a uma aposta num turismo massificado e dominado pelos grandes tour-operators.

Finalmente, seja por razões de proximidade histórica, política e institucional, seja porque acabam de ser (re)definidas as grandes linhas orientadoras do desenvolvimento turístico do arquipélago, não poderíamos deixar de apresentar o caso da **Região Autónoma da Madeira**.

B.2. CASOS DE ESTUDO: CONTEXTUALIZAÇÃO, OBJECTIVOS E ESTRATÉGIAS DE DESENVOLVIMENTO

B.2.1. ISLÂNDIA

A companhia de aviação Icelandair foi a pioneira no desenvolvimento da actividade turística no País. Todavia, as vias de entrada no País são bastante diversificadas, destacando-se, para além do avião, os ferry-boats e os cruzeiros. Durante o ano de 2000 a Islândia foi visitada por 302913 turistas, o que representou um acréscimo de 15,3% em relação ao ano anterior. Os turistas são predominantemente alemães e naturais de outros países escandinavos.

Os principais produtos turísticos estão associados à natureza (glaciares, expressões de vulcanismo e turismo de aventura) e à cultura local (turismo agrícola e património), embora nos últimos anos tenham surgido algumas formas inovadoras (compras, convenções, e viagens de incentivo) de modo a combater a forte sazonalidade que caracteriza a actividade.

A gestão da actividade turística é feita através de uma estreita relação entre o Governo e os privados. Assim, além de um departamento de turismo estatal, "The Icelandic Tourist Board", existe um gabinete de *marketing* na cidade de Reykjavík, fundado por privados, e, desde 1992, um gabinete de apoio e incentivo ao investimento constituído pelo Governo e pelos agentes do sector.

A acção do Governo na actividade turística passou pela elaboração de princípios genéricos para o sector, complementados com uma política específica. Entre os princípios contam-se:

- tendo em conta que o turismo é já um dos principais sectores geradores de emprego no País, deve ser mais desenvolvido de forma a gerar maiores

- proveitos e a gerar mais empregos; o seu enquadramento (apoios, estruturas de apoio, de funcionamento...) deve ser similar ao que existe nos países concorrentes;
- devem ser tomadas medidas para assegurar a completa distinção entre a administração pública e a protecção de interesses individuais; as actividades turísticas devem estar sujeitas às leis e regulamentos da mesma forma que os outros sectores; as necessidades da indústria turística devem ser tidas em conta no planeamento e desenvolvimento regional;
 - deve ser garantido que a qualidade dos serviços turísticos seja melhor do que nos países concorrentes; os serviços devem ser competitivos e baseados nas necessidades e expectativas dos turistas;
 - devem ser promovidas a investigação, educação e formação centradas nas necessidades do sector;
 - devem ser desenvolvidos esforços de marketing no sentido de aumentar o número de turistas e de disseminar as suas visitas ao longo do ano e do País, assim como, estimular as suas compras; devem ser mantidos e incrementados os contactos com os imigrantes islandeses e seus descendentes;
 - a industria turística deve centrar-se na história, cultura e modos de vida tradicionais e actuais; as condições naturais do País devem estimular a colaboração entre a industria turística e cientistas;
 - devem ser proporcionadas actividades de lazer especiais, agradáveis e informativas em ligação com os passeios a cavalo; deve ser dado mais ênfase ao turismo relacionado com conferências, reuniões e viagens de incentivo, bem como com estilos de vida saudáveis e o turismo medicinal;
 - deve ser garantido aos turistas o acesso à informação no maior número de locais possível; devem ser assegurados meios de transporte seguros e regulares disponíveis para os turistas, quer para viajarem para o País, quer dentro do País;
 - a indústria turística deve operar em harmonia com o País e o seu povo, e dentro de um espírito de desenvolvimento sustentável; o turismo não deve

perturbar ou degradar o ambiente natural, preservado devido ao papel de charneira do País em questões de protecção ambiental;

Além dos objectivos e medidas genéricas enunciadas anteriormente, foi definida uma política específica de enquadramento para a actividade turística em que esta é associada à protecção ambiental e à noção de sustentabilidade.

Esta política passa por garantir um turismo sustentável, isto é, um turismo que se suporte e desenvolva em harmonia com a população e a natureza do País. Desta forma, deve ter em atenção o já referido papel de charneira que a Islândia desempenha na protecção do ambiente (através da tomada de medidas que evitem a degradação ambiental), e deve garantir e promover o acesso dos turistas a todo o País (de modo a reduzir a pressão sobre determinados locais).

As linhas gerais da estratégia para o sector passam por:

- dar passos no sentido de associar ao País, nos mercados mundiais de turismo, a imagem de destino preservado e não poluído;
- encarar o turismo como uma forma de protecção dos recursos naturais e de preservação do ambiente, bem como da preservação e exploração proveitosa da cultura e tradição do País;
- tomar medidas ao nível da formação, educação e sensibilização que consciencializem e responsabilizem tanto a população em geral, como os planeadores e os agentes turísticos, para a importância da preservação e exploração racional dos recursos;
- fomentar a integração entre o turismo e a protecção ambiental, pelo que o planeamento turístico deve garantir a distribuição dos turistas por vários pontos de interesse de modo a diminuir a pressão, e suas consequências, sobre os recursos;
- desenvolver e planear as infra-estruturas do País tendo em consideração as necessidades do turismo.

- promover uma estreita colaboração entre as autoridades responsáveis pelo ambiente e conservação da natureza e o Icelandic Tourist Board de modo a definirem conjuntamente as políticas de turismo a serem implementadas.

B.2.2. SHETLAND

Durante o ano de 2000 as ilhas Shetland foram visitadas por 47 mil turistas, tendo proporcionado um produto na ordem dos 12 milhões de libras esterlinas. Tanto o número de turistas, como os seus gastos diminuíram face ao ano anterior, tendo-se ainda verificado um aumento das estadias em alojamentos particulares, e das chegadas utilizando navios de cruzeiro, e pelo contrário, uma diminuição das estadias em unidades da hotelaria convencional e das chegadas em iate.

O turismo é uma actividade que já atingiu alguma importância na economia da região, como se constata pelas receitas que originou (£ 12 milhões, que representam 2,8% do produto da Região) equivalentes às da agricultura e bastante acima da produção têxtil (£ 5,4 milhões), sendo responsável pela existência de 950 empregos (directos e indirectos).

O objectivo estratégico para a área do turismo delineado no programa de governo da Região foi o de “criar uma industria turística sustentável que garanta o desenvolvimento económico a longo prazo e evite a degradação do ambiente natural e construído”, até porque no contexto da sua economia– frágil economia rural – o turismo oferece perspectivas de um crescimento real.

O turismo da Região baseia-se nas questões ambientais, com destaque para a ornitologia e para as paisagens peculiares/únicas, aliadas às aspectos patrimoniais, sobretudo, os monumentos e os vestígios arqueológicos.

As autoridades pensam que os pilares do turismo na Ilha devem continuar a ser os mesmos, embora reconheçam que existe ainda muito por fazer. Nesse sentido, as autoridades locais em parceria com várias entidades públicas e privadas elaboraram em 1999 a Shetland Tourism Strategy, que foi operacionalizada, a partir de 2001, através de um plano de acção para o turismo.

A preservação da cultura e do património local, bem como a manutenção de um ambiente limpo, o respeito pela vida selvagem e pelas formas de produção tradicionais (de modo a garantir a continuidade das paisagens únicas daí resultante), são apontados como os factores decisivos para o desenvolvimento futuro do sector, desenvolvimento este que deve direccionar-se no sentido da alta qualidade.

Por outro lado, é considerada essencial a extensão dos benefícios do turismo a todo o território, como forma de diversificar a economia, o que só será conseguido através de políticas “positivas” de planeamento, isto é, políticas que contribuam para melhorar a actividade turística e para atrair novos turistas.

Desta forma o plano de acção considera o apoio a propostas de desenvolvimento turístico que sejam:

- sustentáveis para a escala e características de cada localidade e que não tenham impactes negativos para a paisagem, conservação da natureza, para as terras mais produtivas e para a história e cultura locais;
- baseadas no recursos naturais, culturais ou nas actividades rurais de cada local, e que promovam oportunidades de interpretação/compreensão e desfrute desses recursos;
- que contribuam para a diversificação da economia rural;
- que sejam acessíveis por meios de transporte que não o transporte privado e que, de preferência, sejam não poluentes.

B.2.3. ILHA DE PRINCE EDWARD

A região recebeu durante o ano de 2000 perto de 1,18 milhões de turistas, provenientes na sua maioria das províncias atlânticas do Canadá e do nordeste dos Estados Unidos da América, que gastaram cerca de 301,1 milhões de dólares canadianos. Estes números, apesar de uma ligeira quebra em relação ao ano anterior, são bastante superiores (perto de 50% no que se refere ao número de turistas e de

76% no respeitante aos gastos) aos verificados até 1996, ano de construção de uma ponte de ligação ao continente.

A indústria turística é vista pelas autoridades locais como essencial para a estabilidade, diversificação e crescimento da economia da Ilha, sendo que no ano 2000 era responsável pela existência de 16000 postos de trabalho directos e indirectos.

Os produtos turísticos em que assenta a actividade da Região são bastante variados, podendo encontrar-se alguns ligados à natureza (como a observação de ursos ou de aves), o turismo de aventura (caminhadas, ciclismo, todo-o-terreno), o desporto (pesca, golfe) e a cultura (explorando a herança dos livros de Lucy Maud Montgomery`s). Contudo, convém salientar que a actividade turística está bem desenvolvida, pelo que a venda de viagens em “pacotes” que incluem muitas destas actividades são a forma dominante de organização de viagem.

Como resposta aos grandes desafios colocados com a construção da ponte de ligação ao continente, foi criada, em 1999, a corporação Tourism Prince Edward Island. Dependente do governo, é uma organização sem fins lucrativos, criada para gerir, orientar e desenvolver a actividade turística através do encorajamento da cooperação dos agentes turísticos entre si, e com o Governo.

Esta agência presta serviços a uma base muito diversificada de clientes que inclui desde visitantes e residentes, a operadores turísticos, empresas, grupos comunitários, municípios, outros departamentos governamentais e agências federais e provinciais. Entre os serviços prestados encontra-se a preparação de orçamentos, a monitorização de despesas e investimentos, os recursos humanos (colocação, formação de pessoal, gestão de programas de emprego, processamento de salários..), a classificação das empresas, as comunicações e uma rede de suporte informática.

A organização está dividida em 4 departamentos, *marketing*, desenvolvimento, serviços às empresas e política, planeamento e pesquisa, sendo estabelecidos objectivos estratégicos gerais, que se materializarão através de medidas a desenvolver em cada uma dessas áreas. Os objectivos gerais estabelecidos são:

- criar uma indústria de turismo sustentável, através da criação de condições para o estabelecimento e expansão das actividades turísticas, do estabelecimento de programas e serviços que permitam conhecer as necessidades dos investidores e dos agentes já estabelecidos, do investimento

em iniciativas estratégicas para a criação de emprego e pela manutenção em níveis aceitáveis do crescimento dos visitantes e das despesas;

- diversificação dos produtos, recorrendo a pesquisas de mercado, identificação de novas oportunidades e ajuda no desenvolvimento de novos produtos, bem como valorizar os bens já existentes tornando-os em produtos turísticos, trabalhar com os agentes económicos para tornar a região num competitivo destino multi-estacional, para facilitar o crescimento em todas as áreas da Província, e para que seja um crescimento que respeite o ambiente;
- fortalecimento da posição nos mercados, continuando a manter e reforçar a presença nos mercados actuais, bem como identificar novos mercados e aumentar a cooperação com parceiros regionais e nacionais para acções de *marketing* conjuntas;
- promover e desenvolver as infra-estruturas turísticas como centros de excelência, através da definição e implementação de códigos de boas práticas quer para a criação/manutenção de instalações, quer para os serviços prestados.

Para a realização dos objectivos estratégicos gerais foram definidos objectivos específicos/estratégias, resultados esperados e indicadores de medição em três áreas distintas: uma relacionada com as questões da oferta, outra relacionada com o *marketing* e uma terceira respeitante ao funcionamento da própria corporação.

Quanto às questões relacionadas com a oferta os objectivos específicos, iniciativas, resultados antecipados e indicadores de medição foram os seguintes:

- Assistência ao desenvolvimento dos produtos turísticos já existentes e de novos produtos:
 - criação de um fundo de investimento para o desenvolvimento de novos produtos tais como, festivais e eventos culturais, eco-turismo e turismo de aventura. Terá como resultado o contínuo desenvolvimento de novos produtos e actividades turísticas. Os indicadores da sua aplicação são os novos produtos, o nº de visitantes e de retornos.
- Encorajar o desenvolvimento da ilha Prince Edward como centro turístico multi-estacional:

- promover a assistência para o desenvolvimento de sectores chave para a actividade turística, nomeadamente a consolidação de diversos programas, como por exemplo, os congressos, “volta à Ilha”, festivais e eventos, golfe, cruzeiros e cultura e património. O resultado esperado é a criação de oportunidades de desenvolvimento de um circuito de eventos ao longo do ano. Os indicadores da sua aplicação são o nº de visitantes e de retornos, bem como o número de participantes nos programas.
- Encorajar um elevado padrão de serviço ao cliente e a qualidade dos produtos:
 - estabelecer e reforçar as regras e padrões de licenciamento, bem como implementar actividades como a assinatura de revistas especializadas, formação contínua, apoio aos empresários por parte dos Postos de turismo e certificação de qualidade. Destas iniciativas espera-se que resulte o aumento da satisfação dos clientes e a melhoria da qualidade. Entre os indicadores da sua aplicação estão a % de participantes nas acções, a satisfação do cliente, os padrões de qualidade, o nº de visitantes que retornam à Região e a % de empresas participantes no Canada Select Program.
- Desenvolver os parques naturais e temáticos como centros de excelência:
 - conhecer as conclusões e recomendações dos estudos sobre a actividade turística. Terá como resultado o aumento da satisfação dos clientes e a melhoria da qualidade. Os indicadores de medição serão a satisfação do cliente, padrões de qualidade e o aumento dos rendimentos.
- Criação da rede de golfe da ilha Prince Edward, para proporcionar o desenvolvimento de novos produtos ligados ao golfe e para projectar a Região como um destino de golfe de primeira classe:
 - manter os campos em estado adequado, demonstrar grande empenho em conseguir atingir a excelência no serviço prestado ao cliente, manter a rentabilidade do produto num contexto de crescimento sustentado, garantir que os responsáveis dos campos estão facilmente disponíveis, manter uma atitude de grupo na montagem da rede, garantir que os funcionários estão bem preparados. Estas iniciativas terão como resultados o aumento da satisfação dos clientes e a melhoria da qualidade. Os indicadores de

medição seriam a satisfação do cliente, o aumento dos rendimentos e o número de prémios e referências ao circuito.

- Criação de uma rede de centros de informação aos visitantes, de modo a proporcionar informação de forma profissional:
 - disponibilização de material interpretativo através da utilização das mais modernas tecnologias de comunicação, proporcionar demonstrações dos produtos (músicos, artistas, gastronomia..), certificação e acompanhamento permanente de todos os gestores e funcionários dos centros, incremento do contacto entre os centros e os operadores bem como dos centros entre si. Os resultados esperados são o aumento do número de visitantes nos centros por via da oferta de experiências distintas, aumento da relação entre os funcionários dos centros e as actividades turísticas, aumento da competência/treino do pessoal dos centros, melhoria na oferta de serviços bilingue, melhoria da informação prestada ao turista, maximização das oportunidades de negócio, sistema de reservas mais próximo do período de consumo, melhor conhecimento das exigências dos clientes, a utilização das novas tecnologias permite um serviço mais eficiente. Os indicadores que permitem medir estas acções são o nº de clientes de cada centro, a evolução do sistema de reservas, o número de visitantes e as despesas dos turistas.

- Apoio ao desenvolvimento turístico por parte do sector privado:
 - através da disponibilização de apoio técnico às empresas, do qual resultará um melhor conhecimento dos empresários do sector. O indicador deste objectivo é o desenvolvimento da industria.

A estratégia de marketing criada, para a qual foram igualmente definidos resultados e indicadores de medição, centrou-se nas regiões de Atlantic Canada, Ontário, Quebec e New England/Mid Atlantic consideradas como os principais centros emissores de turistas para a Ilha e nos quais deveria recair parte das acções de promoção da Região. Por outro lado, e prosseguindo o objectivo genérico de diversificação de mercados e de tipos de turistas a atrair pela Região, foram definidos segmentos de mercado a atingir: motociclistas, pacotes de férias com operadores turísticos que

garantam voos directos (charters) para a Ilha, mercado europeu, mercado japonês e auto-clubes.

Toda esta estratégia foi delineada tendo em consideração a antecipação de um conjunto de mudanças que os autores pensam que estão ou irão ocorrer no mercado turístico da ilha de Prince Edward:

- Aumento da proporção de adultos a viajar sem crianças, num quadro de aumento das viagens de avião, comboio e mota;
- contínuo aumento do período de duração das viagens;
- nos parques de campismo dar-se-á um aumento do número de caravanas em detrimento do número de tendas;
- os hotéis terão entre os seus hóspedes menos famílias e mais adultos a viajar sozinhos;
- as actividades como o golfe e o turismo cultural tornar-se-ão cada vez mais populares.

B.2.4. TASMÂNIA

A Tasmânia foi visitada entre Março de 1999 e Março de 2000 por perto de 380 000 turistas, 25% dos quais estrangeiros, ficando a maioria entre as 8-14 noites e tendo como principal motivação para a viagem as férias ou lazer, seguida da visita a familiares ou amigos. É de salientar que existem importantes diferenças entre os turistas australianos e estrangeiros, quer quanto ao tempo de permanência (substancialmente superior entre os australianos), quer quanto à estrutura das motivações (a visita a familiares ou amigos assume um significado bastante mais relevante entre os estrangeiros).

A actividade turística é uma das mais importantes na economia da Região, a par da produção hidroeléctrica, exploração mineira, silvicultura, agricultura (com destaque para a viticultura) e pesca.

As ligações à Região efectuam-se sobretudo através de avião (em 1997/98 cifraram-se em cerca de 80% do total), existindo igualmente serviços regulares de Ferry-boat e

Catamaran. As deslocações no interior da Ilha estão bastante desenvolvidas, em particular, a rede de estradas.

O turismo na Tasmânia é uma actividade bastante antiga, tendo-se iniciado em meados do séc. XIX, aproveitando o desenvolvimento dos transportes. As suas grandes atracções eram o clima temperado e a beleza natural, e um pouco mais tarde, a sua história (ligada à antiga actividade de colónia penal).

Apesar destes produtos a Região não é vista, quer interna, quer externamente, como um destino separado e “único” no contexto geral do turismo australiano, situação que se deve sobretudo à sua localização. Todavia, esta região encerra importantes oportunidades de ocupação de nichos de mercado devendo ser esse o caminho para o desenvolvimento do sector numa óptica global, isto é, numa óptica de diferenciação dentro do contexto do turismo australiano.

Por outro lado, essa diferenciação e distinção é potenciada pelas características da Ilha, comuns a muitas das ilhas norte atlânticas, e que são “factores de fascínio turístico”:

- Região remota, e de pequena dimensão;
- no meio do mar, mas não muito distante;
- diferente, mas familiar;
- local calmo e um pouco “parado no tempo”;
- herança comum, mas com cultura e língua diferentes;
- meio ambiente pouco transformado e em algumas áreas “selvagem”;
- sociedade focada no mar.

Em 1997 foi criada uma agência governamental - Tourism Tasmânia – com a responsabilidade de desenvolver uma estratégia turística para a Região. As linhas desta estratégia estão sujeitas a uma carta de intenções – Statement of Corporate Intent – na qual é defendido que o turismo deve crescer de modo a que passe a ser o maior gerador de riqueza e desenvolvimento da Região. A criação desta agência está intimamente associada à manutenção de uma característica marcante da região: o forte controlo local sobre o desenvolvimento turístico.

A estratégia definida tem como principais objectivos o aumento dos visitantes e dos seus gastos, sendo o *marketing* a actividade considerada essencial para que sejam atingidos. Por outro lado, está sujeita a um grande desafio e obrigação que é a de conseguir atingir os objectivos sem quaisquer impactes negativos para a estrutura social e natural da Ilha.

Entre as medidas que podem conduzir ao alcançar dos objectivos estratégicos definidos estão:

- apoio a um compromisso permanente com a excelência, inovação e criatividade;
- a monitorização e melhoria do desempenho das organizações, e do profissionalismo e formação dos profissionais do sector, de modo a responder aos desafios do mercado;
- apoio e cooperação entre os Estado, as empresas e a comunidade, de modo a garantir que o turismo seja uma actividade socialmente responsável e regida por padrões éticos de relacionamento entre os vários parceiros.
- estabelecimento de ligações com grandes operadores turísticos, e desenvolver e incrementar os "pacotes" de férias;
- desenvolvimento e melhoria, em parceria com as empresas, dos transportes para a Ilha;
- a integração da região nas redes de marketing internacionais, a identificação de novas oportunidades e novos mercados, e a construção de uma parceria entre entidades públicas e privadas, de modo a promover uma imagem da Região.

O principal foco da estratégia turística delineada é o incremento dos turistas e das suas despesas, o que só será possível através da identificação e transformação de recursos em produtos turísticos.

Embora a beleza e as condições naturais se mantenham como centro do turismo da Região tem sido feito um esforço de diversificação da oferta através do qual foram definidos como prioritários alguns sectores a explorar:

- as visitas a parques nacionais, a áreas património mundial da humanidade e outras reservas, que ocupam cerca de 30% do território. A actividade turística deve contribuir para a manutenção, preservação e revitalização destes espaços,

bem como para garantir formas de sobrevivência aos grupos humanos aí instalados;

- alojamentos selvagens, aposta na criação de novos alojamentos inseridos em parques naturais, com arquitectura, construção e uso com o mínimo impacte na área circundante;
- turismo de natureza (caminhadas no mato, passeios a cavalo e de bicicleta...);
- turismo de aventura (a escalada, espeleologia, canoagem, vela, caça, percursos de todo-o-terreno, passeios de comboio e de barco);
- turismo cultural/histórico (visitas às colónias penais, a museus e a explorações agrícolas);
- eventos desportivos, com destaque para as regatas e rallys.

A implementação desta estratégia está favorecida pelo facto de a actividade turística não ter tido impactes significativos na degradação do ambiente, sobretudo devido ao facto de o número de visitantes ser relativamente baixo. O crescimento da actividade turística irá criar maior pressão sobre os recursos, sendo esse um dos principais desafios que se coloca à implementação da estratégia para o turismo.

B.2.5. IRLANDA

O turismo é uma actividade com crescente importância na economia do País, sendo responsável, no ano 2000, pela criação de 150 000 postos de trabalho, sobretudo em empresas de pequena e média dimensão, e por receitas na ordem dos 3.8 biliões de euros.

Os produtos em que assentava tradicionalmente a oferta turística do país eram a hospitalidade e simpatia da população, conjugada com um ambiente calmo e preservado em que imperava a beleza das paisagens. Mas, nos últimos anos, a oferta têm-se diversificado bastante, com destaque para as actividades ligadas à prática desportiva e de recreio, e a organização de eventos à sua volta, ao património, cultura

e ao mundo rural. A cidade de Dublin também se tem assumido, por si só, como um destino competitivo ao nível das short-break business.

O turismo é um sector em expansão (projeções de crescimento médio entre os 5-9% ano entre 2000-2006) numa economia em expansão, que tem arrastado consigo profundas alterações ao nível social e económico. Esta situação colocou novos desafios às autoridades do País, nomeadamente na forma de integração institucional do sector, e das políticas que facilitem o seu desenvolvimento de uma forma económica e ambientalmente sustentável e distribuída por todo o território, isto é, um desenvolvimento que se baseie e garanta a manutenção da "Green Ireland" e do "Irish Welcome", até porque estes são os principais factores de diferenciação e competitividade do País no mercado turístico mundial.

Contudo, a atenção dada a este sector já vem de longe, embora com particular incidência nas duas últimas décadas em que as estratégias delineadas foram, numa primeira fase, no sentido do desenvolvimento de novos produtos e, posteriormente, no de desenvolvimento de novos mercados. O desafio que agora se coloca é conseguir garantir que o crescimento da actividade turística se mantenha e que esta seja competitiva, o que só será possível com uma maior qualificação da oferta em simultâneo com preços competitivos (o que implica a adopção de boas práticas em todas as áreas de trabalho)

Para responder a estes desafios foram elaboradas pelas autoridades políticas em colaboração com a The Irish Tourism Industry Confederation, um conjunto de políticas e programas, resumidos num plano global para os anos de 2001 – 03. Neste, foram definidas as estratégias a que deverá obedecer, bem como, as formas de monitorização e correcção permanente das acções (através da definição de resultados esperados e de indicadores de desempenho). O conjunto de estratégias e respectivos resultados e indicadores é o seguinte:

- Criar um novo mecanismo de suporte do apoio estatal ao sector do turismo:
 - os resultados desta estratégia serão a alteração da estrutura de *marketing* de todo o País, sendo criada a TIL (Tourism Ireland Ltd.), a revisão de outros elementos dos mecanismos de oferta da política nacional de turismo, e uma afectação de recursos que reflecta as estratégias prioritárias. Os indicadores serão a operacionalização do TIL dentro do tempo definido pelo

North/South Ministerial Council (NSMC), a revisão e actualização completa até meados de 2000 e os ajustamentos nas dotações orçamentais anuais às agências.

- Rever e facilitar as formas de uso de fundos públicos para a promoção e marketing turísticos:
 - como resultados teremos uma monitorização e avaliação regular da implementação pelo TIL e pelo Board Failte (BFE) da medida relativa ao marketing turístico do programa operacional do sector produtivo. Os indicadores serão os relativos ao *marketing* turístico e formas de promoção identificados e reflectidos nos Bord Failte Marketing Plans e TIL corporate Plan para meados de 2002, bem como a sua comparação com os do relatório anual de 2001. Outros indicadores serão a criação de relatórios semestrais de progresso da implementação da medida do programa operacional pelo TIL e pelo BFE, e a evolução das acções de *marketing* e promoção ao longo do período de duração do plano estratégico.
- Rever e facilitar as formas de uso de fundos públicos destinados ao apoio ao emprego e à formação profissional na área turística:
 - como resultados teremos uma monitorização e avaliação da implementação pelo CERT das submedidas relacionadas com o sector turístico constantes dos Programas operacionais de emprego e recursos humanos. Os indicadores a utilizar serão os relativos ao desempenho dos recursos humanos do turismo identificados e referenciados no relatório anual de 2001 do CERT, a criação de relatórios semestrais de progresso do CERT relativos à implementação do programa operacional e a descrição da despesa com recursos humanos ao longo do período de duração do plano estratégico.
- Rever e facilitar as formas de uso de fundos públicos de apoio ao desenvolvimento de produtos turísticos sustentáveis, bem como para o incremento da qualidade:
 - os resultados serão um novo esquema de investimento em produtos turísticos em substituição dos programas operacionais regionais e a monitorização e avaliação regular da implementação, por parte do BFE, do

novo esquema. Os indicadores escolhidos são o lançamento do modelo até ao fim de Outubro de 2001, a criação de relatórios semestrais de progresso da implementação do novo esquema e avaliação da despesa até meados de 2003.

- Incrementar o turismo nas regiões fronteiriças, através da criação de mecanismos de articulação com programas europeus, e outros programas de apoio ao desenvolvimento:
 - os resultados serão a obtenção de medidas e objectivos coerentes e concordantes entre os vários intervenientes, assim como a monitorização e avaliação regular da implementação e realização dos objectivos. Como indicadores foram definidos a criação de relatórios de despesa e previsões dentro do tempo estipulado pelas autoridades gestoras, a realização de relatórios semestrais de progresso da implementação, por parte do BFE, de projectos turísticos e o estabelecimento de metas intercalares a atingir.

B.2.6. MALTA

Durante o ano de 1999 Malta foi visitada por 1,21 milhões de turistas, que permaneceram em média 9,5 noites, gastando perto de 843 milhões de Euros. O número de turistas cresceu, nos últimos dez anos, a uma média de 3,7 ao ano.

O turismo é uma actividade vital para a economia do país, sendo o principal sector económico: responsável por 24,3% do PIB em 1999, e por mais de 25% das exportações, gerando perto de 41 000 empregos (27% do total de emprego).

Todavia o desenvolvimento do sector teve características distintas ao longo do tempo. Assim, durante a década de 60 verificou-se um grande crescimento programado e em muitos casos com alguma qualidade, como consequência da importância que lhe foi atribuída pelos governos como forma de diversificação da economia. Nos anos 70 a importância dada ao turismo por parte das autoridades diminuiu, passando o crescimento a ser desordenado, sustentado essencialmente por um único mercado –

Reino Unido - , e baseado em baixos preços o que conduziu a uma diminuição drástica da qualidade da oferta e da imagem do País. A crise do princípio dos anos 80 no Reino Unido, originou um "crash" na indústria turística de Malta. Só a partir do meio da década é que o turismo volta ao centro da agenda política, sendo iniciados estudos e planos de recuperação do sector que conseguem, já nos anos 90, recolocar Malta no "mapa" do turismo mediterrânico, ao corrigirem/atenuarem algumas das debilidades estruturais do País.

Todavia, existia a consciência que muito havia ainda que fazer para que o sector fosse mais sólido, sustentável e importante para a economia local, pelo que foi criada a MTA (Malta Tourism Authority) organização que junta agentes públicos e privados e os seus interesses, e que ficou encarregue da gestão do sector, quer internamente, onde exerce uma actividade reguladora, quer externamente, em que é responsável pela promoção do País.

A sua estrutura é composta pelos serviços da organização e por quatro directórios executivos: *marketing* e promoção; planeamento e desenvolvimento; recursos humanos e serviços de suporte; executivo.

O estabelecimento de linhas e acções estratégicas está intimamente associado com os desafios-chave a que o sector turístico da região tem de fazer face:

- visibilidade, competitividade e atractividade do destino Malta nos mercados emissores;
- actualização, apresentação e interpretação do produto turístico da Ilha;
- desenvolvimento de uma maior variedade de produtos e serviços de modo a enriquecer a experiência do visitante;
- estabelecimento de padrões e a regulação do sector;
- capacidade de disponibilização de informação relevante para a tomada de decisão, quer por parte da própria organização, quer por parte do governo ou dos agentes do sector.

Como vimos anteriormente, as várias etapas de desenvolvimento do sector, foram sempre baseadas nos produtos "típicos" dos destinos mediterrânicos: Clima agradável, oceano, e facilidade de conseguir alojamento muito próximo da costa, aliado aos baixos preços que têm sido o grande factor de competitividade face a outros destinos.

Este tipo de desenvolvimento turístico teve como consequências a concentração das actividades turísticas no litoral, forte sazonalidade, grande dependência face aos operadores turísticos (que são responsáveis por cerca de 85% das actividades turísticas) e capacidade de atracção apenas de turistas de “baixa” qualidade.

Conscientes desta situação, as autoridades responsáveis pelo sector, nomeadamente a MTA através do plano estratégico que formulou, apostam agora em novas estratégias que permitam ao País oferecer “produtos turísticos sustentáveis ao preço certo e no momento certo”. Para que seja possível atingir esta meta têm de ser elaboradas políticas que definam as linhas mestras de optimização e desenvolvimento de novos produtos turísticos (nomeadamente ligados ao património, cultura e ambiente), de estratégias de Marketing, de desenvolvimento de recursos humanos e de diminuição da concentração (temporal e geográfica) das actividades de modo a garantir níveis de turismo sustentáveis.

O processo de elaboração do plano estratégico deparou-se com uma encruzilhada: ou continuava a privilegiar o preço como factor chave da competitividade do País, ou seguia uma lógica mais holística, baseada na valorização do cliente e da sua satisfação, e centrada na autenticidade e originalidade do produto oferecido. A escolha recaiu sobre a segunda opção o que exigirá:

- a reposição de Malta como destino de escolha;
- desenvolvimento, promoção e manutenção das componentes essenciais do produto existente;
- a concentração nos padrões de qualidade;
- uma nova abordagem às estratégias de *marketing* tradicionais e aos mercados alvo

Nesta estratégia, o futuro da indústria turística a médio-longo prazo é associado à gestão e desenvolvimento sustentáveis dos produtos, sendo sustentabilidade entendida como a manutenção do crescimento da actividade de uma forma que possibilite uma experiência inesquecível para o turista, mas sem que isso cause impactos negativos quer nos recursos naturais, quer no equilíbrio social do País. A sensibilidade dos preços, a construção de uma imagem, a agressividade/effectividade do *marketing*, e a

gestão dos interesses dos diversos actores são componentes chave da sustentabilidade.

As linhas mestras do plano, que irão permitir a sua concretização, passam por:

- continuar a relação estreita com os todos os operadores turísticos, mas tentando que estes alterem, pelo menos nos mercados considerados estratégicos, a posição do País de "Late Booking" para a de destino de escolha. Por outro lado, é necessário que estes modifiquem o enfoque do marketing dos Resorts para o Campo;
- construir alternativas de negócio paralelas e independentes dos grandes operadores turísticos, de forma a diminuir a grande dependência existente;
- promover e implementar condições para que o turista gaste mais dinheiro durante a estadia, apostando principalmente na promoção e aproveitamento da herança cultural;
- aumentar o conjunto de produtos turísticos, mas mantendo e desenvolvendo o produto turístico actual. O novo produto do país passará a incluir, além do sol e do mar, o ambiente e a herança cultural. Em consequência desta aposta, as autoridades responsáveis pelo turismo devem ser pro-activas no controlo do seu desenvolvimento, isto é, devem garantir que o desenvolvimento da actividade tenha em consideração a noção e o compromisso de sustentabilidade;
- ter em conta, e desenvolver, todos os aspectos do produto turístico: horários de funcionamento do comércio, informação, apresentação e interpretação dos sítios patrimoniais e culturais.... Por outro lado, é necessária a melhoria da qualidade em todos os sectores turísticos, devendo ser implementado um sistema de monitorização dos padrões de qualidade;
- diminuir a intensidade da sazonalidade, o que deverá ser feito através da atracção de turistas de novos mercados, bem como apostar em nichos de mercado como as conferências ou as viagens de incentivo;
- uma melhor compreensão das características e fluxos turísticos, tanto externos como internos, de modo a gerir de forma mais eficaz o sector, o qual deve ser

permanentemente acompanhado e analisado de forma a não perder o seu papel na economia do País.

-

B.2.7. REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA

Durante o ano de 2000 a Região Autónoma da Madeira foi visitada por cerca de 746 000 turistas, que permaneceram em média 7,1 noites. O número de turistas cresceu nos últimos dez anos à média de 2,8% ao ano, enquanto a estadia média passou de 6,1 noites em 1991 para 7,1 noites em 2000.

O organismo encarregue da coordenação das actividades turísticas é a Secretaria Regional do Turismo e Cultura, que está integrada no Governo Regional da Madeira. Este, lançou, em 1998, um plano sectorial para a área do turismo, o plano de Ordenamento Turístico da Região Autónoma da Madeira (POTRAM), no qual foi elaborada a estratégia de desenvolvimento para o turismo da Região. Neste instrumento de planeamento estão expressas as opções sectoriais, bem como os objectivos a alcançar.

Este plano deverá ser reavaliado e revisto no prazo máximo de 10 anos após a sua entrada em vigor (2000), ou sempre que o Governo Regional entenda necessário, prevalecendo sobre planos especiais, planos regionais de ordenamento do território, planos intermunicipais e municipais de ordenamento do território.

Aquando da elaboração do POTRAM foram construídos, tendo em conta as tendências do ano de referência (2000), um cenário com várias dimensões para o ano de horizonte do plano (2010). Neste, perspectiva-se a visita de 1240000 turistas ano, correspondendo a um aumento de 67%, os quais permanecerão em média 7 dias na Região. O número de camas da região será de 38 000, correspondendo a um acréscimo da ordem dos 40%, enquanto que a população activa relacionada com o turismo será cerca de 20% da população activa total. Este cenário aponta ainda para um deficit de perto de 15000 trabalhadores a afectar às actividades relacionadas com o turismo, implicando um fluxo imigratório de cerca de 32600 habitantes.

O modelo turístico proposto assenta em três eixos estratégicos de desenvolvimento, respeitantes a diferentes produtos/recursos turísticos:

- Consolidar o produto dominante: Alojamento *Resort*; Funchal – Centro urbano-turístico; Paisagem/Excursões.
- Consolidar os produtos turísticos emergentes, melhorar a exploração dos recursos turísticos para a formatação de novos produtos: congressos/incentivos/negócios; eventos; turismo desportivo; turismo de natureza/paisagem; mar; golfe.
- Formatar em rede, diversificar e requalificar a oferta complementar: restauração; museus; monumentos/património; eventos; festas; vinho; artesanato; animação cultural; animação nocturna; passeios de barco; excursões; parques temáticos.

O primeiro eixo estratégico tem como objectivo principal consolidar o produto dominante através da qualificação dos seus elementos diferenciadores nas componentes que o integram. Para alcançar este objectivo as propostas centram-se:

- Ao nível do alojamento tipo *resort*:
 - Elevar os níveis de qualidade da oferta global; elevar os níveis de qualificação profissional; melhorar e diversificar a animação; incentivar a requalificação das unidades hoteleiras mais antigas e a utilização de materiais regionais; elevar a qualificação da integração territorial (acessos, estacionamento, espaços verdes).
- Ao nível da oferta complementar centrada no Funchal:
 - Desenvolver uma ideia estruturante para a Cidade; divulgação da oferta da Cidade de forma tematizada.
- Ao nível das excursões / passeios pela ilha:
 - Reordenar a cidade do Funchal como grande centro emissor dos passeios à Ilha, por terra e por mar; requalificar os percursos e pontos de atracção nas excursões pela Ilha; diversificar as excursões e passeios, explorando o mar como recurso e apostando no reforço das centralidades da turísticas da Ilha

O segundo eixo estratégico tem como principais objectivos reforçar a segmentação turística através da consolidação de produtos turísticos emergentes e diversificar a oferta regional, tanto no que se refere à criação de novos produtos turísticos, como em termos de diversificação da oferta complementar.

Estes recursos emergentes que se têm vindo a consolidar como produtos turísticos reforçam a atractividade do destino e complementam e diversificam os consumos levando a uma diminuição da dependência face ao produto dominante.

As duas principais categorias de recursos emergentes em que é proposto o desenvolvimento de acções de consolidação são os recursos primários derivados do Mar (actividades desportivas e de lazer), e os derivados da Paisagem (passeios nas levadas e veredas), às quais acrescem as infra-estruturas que servem de suporte a produtos turísticos (congressos, incentivos e negócios, centros de estágio, infraestruturas portuárias). As acções propostas passam por:

- melhoria e reordenamento dos recursos;
- melhoria na organização da sua exploração;
- reforço da tematização;
- construção de infra-estruturas adequadas e descentralização territorial da oferta.

Quanto ao terceiro eixo estratégico, tem como principais objectivos formatar a oferta complementar em rede, e de forma tematizada, seja no maior centro urbano-turístico, o Funchal, seja numa perspectiva regional, potenciando o desenvolvimento de complementaridades locais; diversificar a oferta complementar, no sentido de alcançar vários segmentos de mercado e de forma progressivamente ajustada ao reforço de novos produtos turísticos/nichos de mercado; e requalificar a oferta existente, através de programas específicos, em função de cada tipologia.

Estes objectivos pretendem fazer face à actual oferta complementar que é dispersa, heterogénea, e em que coexistem formas tradicionais de consumo ligadas aos operadores turísticos, com outras de consumo mais independentes destes. Esta oferta, apesar de rica e diversificada, não se encontra hierarquizada e orientada para determinados segmentos de mercado.

As propostas apresentadas para o reforço da oferta complementar são:

- Na restauração:
 - desenvolver e apoiar programas de apoio à qualidade do serviço e de formação profissional, bem como ao desenvolvimento de iniciativas como “semanas temáticas”.
- Na cultura e lazer:
 - reforçar a formatação dos locais de atracção aos visitantes (arquitectura dos espaços e calendários de animação);
 - melhorar a promoção específica, quer ao nível dos roteiros, quer ao nível dos sistemas de sinalização;
 - criar redes de interdependência entre equipamentos e recursos de natureza cultural, permitindo aumentar a capacidade promocional do conjunto de produtos e diversificar os roteiros de visitas (nomeadamente reorganizando os equipamentos culturais) e recursos naturais que possam ser vendidos em rede promocional;
 - melhorar a capacidade de afectação dos recursos no sector da animação turística, nomeadamente pelo reforço das actividades de formação em animação turística, cultural e desportiva;
 - aumentar a capacidade de atracção dos diferentes concelhos, aproveitando as novas acessibilidades, através da melhoria da oferta de elementos de natureza cultural, gastronómica;
 - melhorar globalmente a organização interna da oferta cultural da cidade do Funchal, enquanto principal centro de produção cultural da Madeira.

A estas estratégias está, igualmente, associada a criação de um modelo territorial para a Região que será a expressão territorial da política sectorial. A situação presente caracteriza-se por uma forte concentração dos produtos e do alojamento turístico no Funchal (75% do total) seguido de Santa Cruz, Machico e Porto Santo, enquanto a generalidade do restante território tem um peso muito reduzido expresso numa oferta pontual de elementos de atracção integrados nos circuitos turísticos.

A concentração do alojamento e produtos conduziu a uma situação de sobreutilização de determinados recursos turísticos e à subutilização de outros, tais como o mar. A infra-estruturação do território (sobretudo rodoviária) que se tem processado nos

últimos anos é um instrumento que permitirá ultrapassar esta situação ao possibilitar o acesso e a utilização de novas áreas, contribuindo assim para que se materialize um dos eixos estratégicos – Reforço dos produtos emergentes – produtos estes que, para além de implicarem uma maior diversificação da oferta e segmentação do mercado, se traduzem igualmente numa maior desconcentração territorial associada aos recursos locais.

Assim, o conceito básico para o modelo territorial da Madeira passa pela reorganização dos consumos da paisagem, exploração da oferta temática e estabelecimento de limites para o crescimento da oferta de alojamento turístico, tendo por princípios estratégicos:

- potenciar o mar como o recurso turístico e de lazer;
- posicionar o Funchal como o grande centro urbano-turístico da Madeira e como principal porta de articulação com o mar e com a Ilha;
- desconcentrar territorialmente a oferta, nomeadamente para as costas Este e Oeste;
- reposicionar o interior da Ilha e a costa Norte na oferta turística e de lazer;
- redefinir o produto turístico do Porto Santo, quer numa perspectiva de complementaridade com a Madeira, quer de afirmação das suas especificidades como destino turístico e de lazer.

Por último é apresentado um conjunto de acções de concretização dos objectivos do Plano que estão divididas em 4 partes:

- projectos estruturantes para a Região Autónoma da Madeira;
- programas organizacionais para o turismo;
- Projectos estratégicos por sectores e áreas regionais;
- estruturas de gestão do Plano.

B.3. SÍNTESE CONCLUSIVA

A análise da actividade turística nos diferentes espaços escolhidos permite detectar dimensões transversais nas formas e estratégias de resposta aos desafios colocados, tanto nos espaços com matrizes com dimensões idênticas aos Açores, como em Malta, território que, após um processo de desenvolvimento turístico em que os elementos centrais de competitividade eram os baixos preços e as economias de escala, tem vindo, nos últimos anos, a aproximar-se de um modelo em que são progressivamente valorizados os aspectos relativos à qualidade das infraestruturas e serviços, bem como ao desenvolvimento de novos produtos ligados ao património, cultura e ambiente.

Entre as linhas de transversabilidade, são de destacar:

- O facto de esta ser uma actividade com um peso crescente na economia dos vários locais, sendo encarada por todos como uma actividade estratégica para o seu desenvolvimento e crescimento que, no entanto, enfrenta novos desafios.
- a criação de uma entidade responsável por toda a actividade turística ter sido a forma encontrada, pela maioria das regiões, para organizar e desenvolver as estratégias, políticas e sinergias mais adequadas para responder aos desafios. Estas entidades integram, praticamente em todos os casos, actores públicos e as privados.
- o facto de, em todos os territórios, de forma mais explícita ou implícita, as estratégias de desenvolvimento assentarem em quatro grandes pilares:
 - aposta na sustentabilidade - o desenvolvimento da actividade deverá ser levado a cabo de uma forma que garanta, tanto a manutenção e valorização dos recursos naturais, culturais e sociais, como uma equitativa distribuição territorial dos seus benefícios;

- aposta na qualificação das infraestruturas, produtos e serviços existentes - através de uma intensa e variada formação dos agentes ligados ao sector, bem como na imposição da observância das normas de gestão e ordenamento territorial;
- aposta na criação de novos produtos com qualidade superior - de modo a atrair turistas de maior "qualidade" e a diminuir a sazonalidade;
- forte importância dada ao marketing - com o objectivo de identificar e conquistar novos mercados.

Apesar de, como já se referiu, a Região dos Açores não ter um conjunto de características totalmente equivalente a qualquer um dos espaços analisados tomados de forma individual, parece-nos importante que, ao repensar as estratégias para o turismo da Região, sejam tomadas em apreço e consideração as tendências transversais que foram anteriormente identificadas. Não significando que estratégias baseadas nas especificidades próprias dos Açores e utilizando outras metodologias não possam, e devam, ser ensaiadas, temos para nós que os grandes valores e vectores de desenvolvimento transversais a este conjunto de espaços insulares poderão constituir preciosos elementos balizadores da reflexão que, autoridades, equipa, actores e população, terão, em conjunto, obrigatoriamente que efectuar.

***C. CONDIÇÕES GERAIS DE
DESENVOLVIMENTO REGIONAL
E LOCAL RELEVANTES NA
ÓPTICA DO TURISMO***

C.1. ENQUADRAMENTO REGIONAL – UM TERRITÓRIO INSULAR, FRAGMENTADO E ULTRAPERIFÉRICO

Abandono, afastamento, isolamento...

....aventura, descoberta ou tranquilidade

são referências associadas às ilhas que revelam bem os paradoxos das imagens simbólicas que a literatura ou o cinema têm associado aos espaços insulares. Desde *a utopia* de Thomas More, à *ilha misteriosa* de Júlio Verne, passando pelas aventuras de Robinson Crusóe (Daniel Defoe) e pelos numerosos naufragos que deparam com ilhas desertas, os contributos para uma imaginação colectiva povoada dos terrores e das maravilhas insulares são abundantes.

Passando para o plano científico, uma região ultraperiférica e insular, ou duplamente insular como os Açores, deve ser perspectivada na conjugação entre o sistema territorial, definido pela configuração geográfica e pela posição relativa, e o processo histórico, composto pelas dimensões sócio-cultural, económica e política²¹.

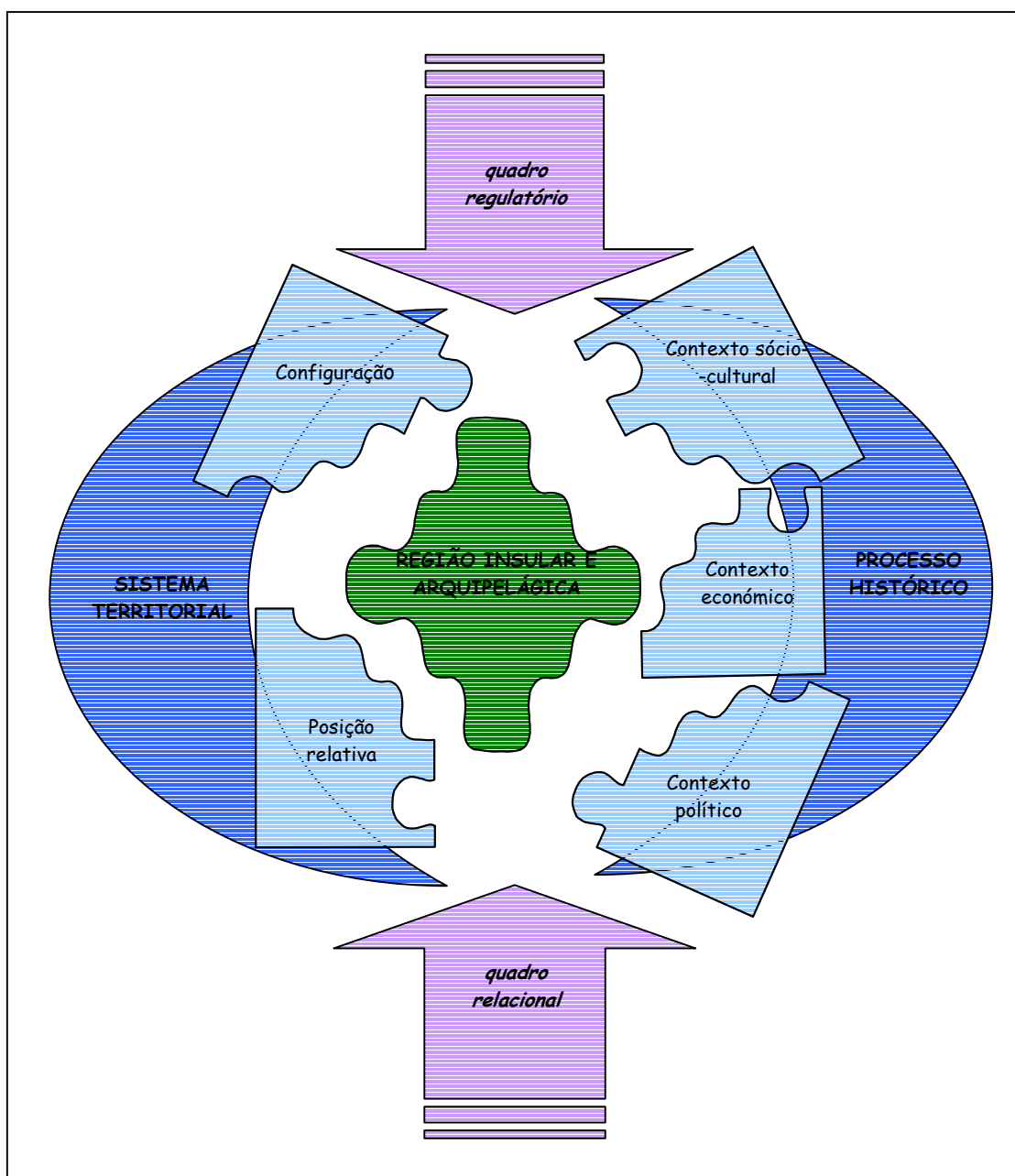
Para além desse conjunto de componentes, os quadros regulatório e relacional constituem também importantes chaves de compreensão da realidade regional.

No que respeita ao território, evidenciam-se as seguintes sub-dimensões:

- A insularidade - concorre para a impermeabilidade da fronteira, limitando fortemente as condições de acessibilidade e tornando as ligações contingentes.

²¹ O enquadramento que aqui se apresenta é desenvolvido tendo por referência um outro estudo realizado por duas das empresas envolvidas no presente trabalho (GEOIDEIA e IESE) – *Avaliação Intercalar do PIC REGIS II*. A matriz conceptual desenvolvida nesse estudo de avaliação foi, aliás, introduzida no diagnóstico dos Açores incluído no *Plano de Desenvolvimento Regional, Portugal 2000-2006* (ver pág. I-234 e 235).

A mobilidade geográfica é restrita, bem como o acesso à informação, dependendo ambos do desenvolvimento das redes de transportes marítimos e aéreos e de telecomunicações. Por outro lado, a situação insular engloba um valor simbólico altamente potenciador do desenvolvimento da actividade turística e definidor da identidade dos habitantes. No plano político, potencia a marginalidade e a autarcia, mas permite também uma forte mobilização em torno da identidade regional;



- A dimensão - determina a exiguidade e a diversidade dos recursos (naturais, humanos, produtivos, energéticos, científico-tecnológicos, ...) e dos mercados, impondo restrições significativas ao nível da qualidade de vida da população e a abertura e dependência da economia local/regional. A escassez dos recursos humanos assume uma dupla face negativa: absoluta, não permitindo uma escala satisfatória para o desenvolvimento de actividades e funções; relativa, dada a reduzida atractividade para a fixação de competências indispensáveis à transformação das economias regionais. Por outro lado, os limiares de eficiência exigidos pelas actividades comerciais e pelos serviços impõem restrições significativas, obrigando, nalguns casos, a deslocações de grande amplitude para a aquisição dos bens e serviços mais raros. Porém, a dimensão reduzida gera também efeitos positivos, designadamente através do incremento de relações de proximidade, que se traduzem, no plano social, em laços fortes de entre-ajuda e de solidariedade, no domínio económico, no incremento do capital social, ou seja no estabelecimento de relações de cooperação e confiança entre os agentes e, no campo político, na proximidade entre instituições e cidadãos.
- As condições naturais de carácter local - conduzem, globalmente, a um afastamento dos padrões europeus, sobretudo nítido no âmbito das produções agrícolas e dos riscos naturais (frequentemente concretizados em catástrofes naturais). Contudo, a especificidade das condições naturais pode significar atractividade ao nível do turismo - as diferenças assumem frequentemente uma dimensão de exotismo - e da exploração de recursos minerais ou vegetais raros no resto da Comunidade Europeia.
- A natureza arquipelágica – acentua todas as restrições e potencialidades decorrentes da insularidade e da dimensão, reforça a diversidade das condições naturais e da identidade cultural.

No âmbito da posição relativa do território, importa também sublinhar as seguintes subdimensões:

- A localização – define as distâncias relativas face aos centros de decisão política e económica, bem como o afastamento de equipamentos e serviços de excelência localizados nos lugares de maior centralidade. Condiciona também,

em termos de distância-custo, os fluxos económicos de natureza material. Assim, os padrões de consumo e as estratégias de investimento são consideravelmente marcadas pela localização.

- As condições naturais de carácter zonal - tal com as de carácter local, conduzem à distinção face aos eurótipos provocando os efeitos já referidos anteriormente.
- O contexto relacional – define-se em quadros de vizinhança distintos dos do restante território nacional. Um quadro relacional específico tem contribuído para delinear, ao longo do tempo, sistemas de valores, representações e práticas particulares. Por outro lado, os fluxos migratórios, turísticos e económicos são também marcados pelo contexto relacional, podendo assumir, nalguns casos, um carácter vantajoso para o desenvolvimento regional.

O quadro apresentado a seguir sintetiza as diversas referências analíticas identificadas nos parágrafos anteriores.

PLANO DE ORDENAMENTO TURÍSTICO DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

		PROCESSO HISTÓRICO			
		<i>Características gerais: passado marcado por processos de colonização e por utilização dos recursos e políticas de investimento na óptica do desenvolvimento das metrópoles.</i>			
		EFEITOS ESPECÍFICOS			
		SÓCIO-CULTURAIS	ECONÓMICOS	POLÍTICOS	
SISTEMA TERRITORIAL	Efeitos gerais				
CONFIGURAÇÃO	INSULARIDADE	<i>Restrições na acessibilidade externa Contingência das ligações Valor simbólico positivo</i>	Mobilidade geográfica limitada Difícil acesso à informação	Fraco desenvolvimento das redes de transportes e comunicações	Marginalidade Autarcia
			Identidade cultural muito marcada	Atractividade turística considerável	Mobilização em torno da identidade regional
	DIMENSÃO	<i>Exiguidade dos recursos produtivos, humanos, energéticos e científico-tecnológicos Exiguidade dos mercados</i>	Condições restritivas de consumo Limiars reduzidos de eficiência dos equipamentos e dos serviços sociais Oferta limitada de formação escolar e profissional Poucas oportunidades de mobilidade sócio-profissional	Deseconomias de escala Leque restrito de oportunidades de investimento Baixos limiars de eficiência das infraestruturas, equipamentos e serviços de apoio à actividade económica	Dependência face ao exterior
		<i>Desenvolvimento de relações de proximidade</i>	Estabelecimento de laços de solidariedade e entre-ajuda.	Importância do capital cultural - relações de solidariedade, de cooperação e de confiança entre agentes económicos	Proximidade instituições - cidadãos
	CONDIÇÕES NATURAIS DE CARÁCTER LOCAL	<i>Afastamento dos padrões europeus – recursos e riscos naturais</i>	Vulnerabilidade a catástrofes naturais		Dificuldades de adaptação dos instrumentos das políticas nacionais e comunitárias
		<i>Diferença - exotismo</i>	Identidade cultural marcada pelas condições naturais	Produções agrícolas, silvícolas e piscícolas específicas Desenvolvimento das actividades turísticas	
	NATUREZA ARQUIPELÁGICA	<i>Restrições na acessibilidade interna Contingência das ligações Segmentação dos mercados Segmentação dos recursos Diversidade das condições naturais, sócio-culturais e económicas</i>	Potenciação das consequências resultantes da insularidade, da dimensão e da especificidade das condições naturais		
	LOCALIZAÇÃO	<i>Afastamento dos centros de decisão Distância aos mercados</i>		Condições de investimento adversas	Marginalidade
	CONDIÇÕES NATURAIS DE CARÁCTER ZONAL	<i>Afastamento dos padrões europeus – recursos e riscos naturais</i>	Vulnerabilidade a catástrofes naturais		Dificuldades de adaptação dos instrumentos das políticas nacionais e comunitárias
		<i>Diferença - exotismo</i>	Identidade cultural marcada pelas condições naturais	Produções agrícolas, silvícolas e piscícolas específicas Desenvolvimento das actividades turísticas	
POSIÇÃO RELATIVA	CONTEXTO RELACIONAL	<i>Afastamento dos eurotipos culturais Afastamento dos eurotipos migratórios</i>	Valores, representações e práticas culturais específicas Correntes migratórias específicas	Desenvolvimento das actividades turísticas	Relações privilegiadas com países terceiros

As perspectivas clássicas do desenvolvimento regional assentam num modelo territorial em que as relações entre os centros e as periferias se desenvolvem através dos *spread effects* produzidos nos centros. Nesta óptica, as distâncias tempo e custo assumem um papel largamente preponderante face a todas as outras dimensões do desenvolvimento regional. Porém, a evolução recente dos processos económicos, sociais e culturais tem evidenciado a importância de outros factores de desenvolvimento, num quadro territorial onde as estruturas reticulares multidimensionais vão substituindo as distâncias clássicas entre os lugares.

A estrutura em rede conduz à valorização das diferenças, transformando linhas de ruptura, baseadas na dissemelhança, em eixos de complementaridade que proporcionam novas formas de coesão territorial. Por outro lado, o *mainstream* tem vindo a incorporar a ideia de que o desenvolvimento regional depende em larga medida de:

- capacidade e oportunidade de valorizar os conhecimentos e os saberes locais;
- estabelecimento de relações de proximidade, de cooperação e de confiança;
- valorização e preservação do meio natural e da memória colectiva;
- autoconceito e autoestima das comunidades.

A par do capital económico, o capital social e o ecológico jogam também um papel relevante no sentido do progresso das regiões. Estas novas formas de olhar para o desenvolvimento dos territórios, com uma mais valia evidente no caso de regiões com o perfil dos Açores, permitem descobrir oportunidades e potencialidades, que, até há muito pouco tempo, têm permanecido escondidas, em zonas de sombra, no quadro de referências para a definição das estratégias regionais.

Antes de terminar este breve enquadramento, deve salientar-se que as linhas de estratégia definidas no PO dos Açores 2000-2006 já contemplam, de modo explícito, algumas dessas orientações, designadamente na identificação das condições de desenvolvimento.

No entanto, gostaríamos de sublinhar aqui a ideia que deve nortear, na nossa opinião, qualquer intervenção de política regional: a especificidade dos traços naturais e culturais do arquipélago e de cada uma das suas ilhas constitui o principal trunfo para colocar os Açores num ponto de confluência do espaço rede europeu e mundial.

C.2. HISTÓRIA, CULTURA E IDENTIDADE: REFERÊNCIAS PARA O DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO

C.2.1. PREÂMBULO

Enquadrar o desenvolvimento de uma região é procurar, dentro e fora dela, as fronteiras ou o perfil que a identifica. Não se trata, por isso, de limitar a realidade de forma artificial mas de reconhecer os contornos que a caracterizam.

O objectivo principal deste enquadramento, feito sobretudo de dentro para fora, é contribuir para que o *Plano de Desenvolvimento Turístico* possa ser um instrumento que tenha em conta as “linhas de força”, os eixos identitários da região, do povo que nela habita há mais de quinhentos anos. Respeitar esses eixos é procurar integrar, no Plano, os traços culturais que identificam e distinguem as comunidades instaladas nos Açores; traços tão diversos quantas são as ilhas que compõem esta região. Só contextualizado um Plano de Turismo pode representar “um projecto feito à medida” e não um “projecto pronto a usar”.

Elaboramos este texto partindo do território insular das descobertas. Acompanhámos um pouco a história do povoamento para melhor entender o modo como os ilhéus se apropriaram da terra, do mar, da natureza, e adaptaram um património cultural trazido das suas terras de origem.

Os Açores, como região povoada na segunda metade do século quinze, têm hoje uma identidade própria, enraizada na idiossincrasia portuguesa mas que assume contornos específicos, resultado da insularidade e da diversidade de comunidades que lhe deram origem.

Propomo-nos seguir um fio condutor que parte dos descobrimentos, passa pelo povoamento, pelo confronto dos homens com a natureza e acaba no modo como, ao

longo de cinco séculos, esses homens se instalaram num espaço naturalmente feito de contrastes, belezas e catástrofes. Um espaço descontínuo e diferente, onde a pequenez territorial de nove pedaços de terra contrasta com a imensidão do mar, o Atlântico, que os rodeia.

A estrutura actual destas comunidades possui alguns traços, ainda vivos, do modo como as ilhas foram povoadas, mas tem vindo aos poucos a transformar-se numa realidade menos contrastada, menos nuanceada, sobretudo dentro de cada ilha. No entanto, a diversidade que marca o arquipélago introduz uma realidade pluri-facetada numa identidade, quase sempre vista e falada de forma globalizada – os açorianos.

Os açorianos não existem! O que existem são diferentes insulares que vivem nos Açores, dos mareenses aos florentinos, o “açoriano” é uma construção literária que passa nos livros, nas imagens televisivas e que se confunde, em muitos casos, com a realidade micaelense, talvez por esta representar o maior número de habitantes.

O destino “Açores” não é singular mas composto... não é uma ilha mas o arquipélago... não se pinta de só uma cor, mas com um arco-íris...

Esta é pois uma viagem no e com o tempo, ao encontro de uma identidade presente.

Não se pode falar da identidade de um povo sem considerar a sua vivência historicamente acumulada, transmitida de geração em geração. Por um lado, há traços que ainda hoje tipificam o modo de vida insular, enquanto resposta cultural própria de quem foi confrontado com um meio natural limitado. Por outro, a identidade que hoje caracteriza os açorianos está marcada por uma trajectória construída em função de diferentes ideais, pessoas, acontecimentos e catástrofes que, ao longo do tempo, moldaram a realidade das pessoas e dos bens, quer em termos sociais, económicos, políticos, culturais ou religiosos.

C.2.2 DA DESCOBERTA DO ESPAÇO À INSTALAÇÃO DOS HOMENS (OS PRIMEIROS POVOADORES)

Os Açores surgem na história dos descobrimentos e da expansão portuguesa em meados do século XV. Portugal vivia, então, tempos de crise. A peste alastrava e a

produção em cereais, base da alimentação dos portugueses, revelava-se deficitária. D. João I impulsionador da expansão portuguesa, incentivou as viagens em direcção ao norte de África (Ceuta em 1415) e no Atlântico (Madeira, 1419-21 e Açores, 1427). Apesar dos poucos relatos, sabe-se que os descobridores não povoaram as ilhas sem antes as “colonizar” de animais domésticos. Dotadas de uma vegetação luxuriante, as ilhas açorianas ofereciam poucos recursos alimentares. No dizer de António Machado Pires²² o homem continental revelou ser prudente para com as ilhas. Antes de enviar os homens, o Infante D. Henrique mandou, por carta régia (1439), lançar gado, nomeadamente ovelhas, em sete das ilhas recentemente descobertas.

Ocupando uma faixa de território quase tão extensa como o continente português, os Açores compreendem cerca de 600 quilómetros quadrados, que só aos poucos foram desvendados. Primeiro foi a ilha de Santa Maria, depois São Miguel, Terceira, logo seguida das restantes ilhas do grupo central (Graciosa, São Jorge, Pico e Faial) e por fim o grupo ocidental (Flores e Corvo). Quanto ao povoamento, ao que parece este começou por volta de 1439, por ordem do Rei D. Afonso V, que terá dado ordens a seu tio, o Infante D. Henrique, para mandar povoar as sete ilhas dos Açores dos grupos oriental e central²³. Santa Maria foi desta forma a primeira ilha a receber os povoadores. A sua ocupação foi feita de forma dispersa, porventura devido à suas características geofísicas. Longe do litoral, os povoadores instalaram-se, sobretudo, na enorme plataforma que a caracteriza e que mais tarde iria proporcionar a construção de um aeroporto internacional. O litoral só em certos pontos atraiu os povoadores, como acontece com São Lourenço, Maia e Praia²⁴.

Apesar de poder ser avistada a partir de Santa Maria, a ilha de São Miguel esperou cerca de doze anos até que os povoadores dela se abeirassem. Dizem os escritos que desta ilha saíam uns fumos que atemorizavam os habitantes mareenses e afastavam a ideia de ocupar tal terra. No caso micaelense o povoamento começou pelo litoral sul, num lugar ainda hoje designado de “Povoação” e foi sempre alastrando por esta costa,

²² António Machado Pires, “O homem açoriano e a açorianidade”, texto não publicado, apresentado no Congresso sobre “peculiaridades insulares”, Tenerife, Outubro 1995

²³ Segundo o Tenente José Agostinho, no texto “Dominantes histórico-sociais do povo açoriano” in *Livro da II Semana de Estudos dos Açores*, Angra do Heroísmo, Ed. do Instituto Histórico da ilha Terceira, 1963, pp.139-163), o Infante D. Henrique terá procurado controlar o povoamento “inventando” um modelo de governação – a donataria, atribuindo o governo de cada uma das ilhas a um “capitão do donatário”.

²⁴ José Correia da Cunha, Determinantes geográficas do povoamento açoriano, in in *Livro da II Semana de Estudos dos Açores*, Angra do Heroísmo, Ed. do Instituto Histórico da ilha Terceira, 1963, pp.118-137

passando depois para a costa norte. No centro da ilha só há duas povoações: Furnas e Sete Cidades, ambas situadas junto à cratera de dois maciços de origem vulcânica. Fixadas as populações no litoral, as ligações por terra foram inicialmente dificultadas pela densa vegetação. Aos poucos, os habitantes aproximaram-se uns dos outros através da construção de vias de comunicação, em particular das estradas litorais. Esta lógica de povoamento, litoral e ligado inicialmente pelo mar, repetiu-se em outras ilhas do grupo central, nomeadamente na Terceira, no Faial e no Pico.

O caso de Santa Maria, Graciosa e São Jorge, parece fugir a esta regra, talvez devido ao litoral acidentado que os caracteriza.

Hoje os visitantes defrontam-se com um mapa de estradas onde, excepção da ilha de Santa Maria, uma estrada regional periférica circunda o limite geográfico da ilha e pode permitir uma “volta à ilha” sem que nunca “penetrar” o seu interior. Há mesmo visitantes que apenas circundam as ilhas açorianas de automóvel e retiram desse deambular, uma experiência de pequenez, julgando terem apropriado todo o espaço insular só porque em poucas horas deram *a volta à ilha*. A ilha é um espaço que não se mede por quilómetros quadrados ou quilómetros de estrada. Quem nas ilhas apenas “dá voltas às ilhas”, parte sem as conhecer, porque a ilha não se revela numa simples viagem de reconhecimento. A ilha é sobretudo um território de experiências do pormenor, um lugar de recantos, de paisagens que mudam com a orientação do olhar. O turismo em terras insulares onde o clima é húmido, atlântico e nem sempre proporciona o sol desejado para o culto do “bronzado”, tem de apostar nesta diversidade cultural que caracteriza as comunidades açorianas; tem de transformar o contacto com a natureza numa descoberta de recantos, cheiros, paladares e coloridos, ou seja, tem de afinar o visitante para um passeio sem pressas; um consumo tradicional que não se compadece com o ritmo acelerado das urbes e das pessoas “eternamente insatisfeitas”.

C.2.2.1 Um litoral voltado para dentro, a riqueza e a centralidade da terra.

O povoamento açoriano, apesar de disperso no tempo, assumiu características semelhantes em todas as ilhas. Os homens instalaram-se, quase sempre, no litoral, em

pequenos núcleos habitacionais, normalmente próximos de ribeiros e de enseadas, onde os barcos podiam ter um acesso facilitado. No entanto, esta localização estratégica não impediu que as habitações ficassem voltadas para dentro, ou seja, orientadas em função de eixos políticos ou religiosos. São raras as comunidades que não têm uma igreja ou a sede do poder local como pólo central. De costas voltadas para o mar, as comunidades organizam-se à volta da igreja paroquial e as freguesias assumem em geral o nome do santo patrono.

Esta configuração concentrou as zonas habitacionais numa faixa de território costeira, que não ultrapassa, no caso de São Miguel os trezentos metros de altitude e no caso da ilha do Pico, os duzentos. O interior das ilhas, montanhoso e agreste foi em alguns casos votado à pastorícia ou à floresta. No caso da ilha Terceira, o interior inculto destina-se ainda hoje à criação de gado bravo (touro). Apenas nas ilhas Graciosa, São Jorge e em Santa Maria, o povoamento alastrou para o interior da ilha. No caso de São Jorge pode mesmo registar-se uma dualidade de pertenças, parte do ano em zonas de elevada altitude (a mais de 500 metros) outra parte nas Fajãs, junto ao mar (Ouidor, Cúberes, Ribeira da Areia, e Caldeira do Senhor Santo Cristo). Ainda hoje, há quem divida o ano entre uma época passada junto ao mar e outra vivida no cimo da montanha.

Um dos traços importantes em todo o povoamento, prende-se com a preferência dos primeiros povoadores pelas costas do lado sul das ilhas. Excepção feita da ilha Graciosa, em todas as outras os principais pólos de desenvolvimento económico estão situados no litoral sul da ilha como é o caso de Ponta Delgada em S.Miguel, Angra na ilha Terceira, e Horta no Faial. A facilidade de acesso das embarcações às enseadas e aos pequenos portos naturais poderá explicar esta preferência, sendo ainda hoje evidente a diferença entre o "mar do sul" e o "mar do norte" em termos da configuração das praias e das características das enseadas ou baías

Apesar de banhadas pelo mar e tendo as baías como porta de entrada, as primeiras comunidades procuraram na terra agrícola a principal fonte de rendimento.

De acordo com a História do povoamento, a terra foi inicialmente atribuída a alguns nobres da corte, "homens de confiança do Infante D.Henrique, pessoas que se tinham distinguido nas viagens e descobrimentos"(Ribeiro, L.S., 1941:195). A terra a eles pertencia (lei das sesmarias) mas era trabalhada pelos rendeiros, já que na maior

parte dos casos os senhorios estavam “ausentes” (absentistas) no continente. À volta desta importante fonte de rendimento, a terra, viviam também os camponeses, trabalhadores rurais, cuja falta de património, os obrigava a viver do trabalho braçal.

Quanto à origem dos povoadores, prevalece a teoria que seriam, sobretudo, oriundos do Sul de Portugal continental, em particular do Algarve e do Alentejo, cujas marcas ainda hoje podem ser registadas na arquitectura das casas de Santa Maria. No entanto alguns colonos terão vindo da Madeira, outros do norte d’África (mourous e escravos) ou ainda judeus, provenientes de Marrocos e cristãos-novos, alguns fugidos às perseguições religiosas.(Ribeiro, L.S., 1941:197 e ss).

C.2.2.2 A margem do mar, os pescadores à margem

Centrados no trabalho agrícola, em particular na produção cerealífera, os primeiros povoadores desprezaram o mar que os rodeava, como se na terra encontrassem as origens continentais que os identificavam. Excepção feita para a pesca ou a caça à Baleia (Pico, S.Jorge, Flores, S.Miguel), a pesca costeira sempre foi vista como uma actividade “marginal”, à qual parece ter-se-ão dedicado os mais pobres, aqueles que se recusavam ou que eram afastados do trabalho nos campos.

Ainda hoje a pesca continua a ter um lugar menor na economia dos açorianos. No entanto, é importante referir o modo como os homens do século XV adaptaram as embarcações, que antes conheciam no continente, às exigências climáticas e ao próprio mar do Atlântico. Ainda hoje se constróem barcos *de boca aberta*, capazes de albergar no seu seio cerca de doze a quinze homens, podendo movimentar-se a motor ou a remos. São embarcações que resistem ao embate das ondas, e nelas trabalham grupos de homens ou *companhas*, chefiadas por um *mestre*. Ao fim do dia, quando termina a faina, o produto da pesca é por todos dividido, cabendo a cada um o equivalente a *um quinhão*.

Para além da pesca costeira, em barcos de *boca aberta*, a pesca ao atum e ao bonito encontrou entre os homens do Pico uma particular apetência. Esta actividade permitiu o desenvolvimento da arte de construção das “traineiras”, embarcação preparada para

a pesca em alto mar.

Uma outra actividade marítima desenvolveu-se em algumas comunidades açorianas, do Pico, das Flores e de São Miguel, em paralelo com outras actividades económicas. Ao invés dos pescadores, por exemplo da costa norte de São Miguel, os baleeiros são “caçadores” que só corriam aos botes à chamada do “vigia” que no seu posto avistava os cetáceos. Finda a faina ou se quisermos a *faena* voltavam às suas vidas profissionais; uns como barbeiros outros camponeses....

Hoje os baleeiros viram a sua actividade impedida por decisão comunitária (1987) no entanto as baleias continuam a passar nos mares dos Açores e hoje “ver as baleias” (wale watch) constituiu-se como uma oferta turística, nomeadamente nas ilhas do Pico e São Miguel.

A relativa importância da pesca como actividade económica não invalida a riqueza que as ilhas podem obter do pescado, nomeadamente ao nível da gastronomia. Desde sempre que o peixe integra a alimentação dos insulares; salgado, seco, cozido, frito, assado ou até em sopa/caldo, o peixe é um *conduto* frequente à mesa dos insulares. No entanto, muitas das espécies apreciadas em todo o mundo foram durante muito tempo ignoradas pela população açoriana, que se habituou a pescar e a consumir um leque limitado de peixes. A riqueza de espécies existentes nos mares dos Açores é bastante significativa. Quer seja do ponto de vista do consumo alimentar, ou como espectáculo submarino para a prática do mergulho, os mares dos Açores possuem na profundidade das suas águas, “mundos não poluídos” e “espécies raras” como o Mero. Noutro contexto, a pesca de animais de grande porte, como o tubarão, o espadarte entre outros, tem levado muitos amadores da pesca desportiva de alto mar a visitarem os Açores em busca de emoções fortes.

O mar, moldura diária de quem vive em ilhas, pode constituir-se como recurso a explorar, apesar de como vimos ter sido, pelos habitantes destas ilhas, esquecido e quase ignorado. Esta é uma das contradições das gentes dos Açores; precisando do mar para se situar no mundo, respirando diariamente um ar carregado de sal, voltam-se para a terra e dela tiram o sustento.

C.2.2.3 O desenvolvimento económico dos Açores

O desenvolvimento económico dos Açores assentou, desde o início, na fertilidade da terra. Inicialmente o cultivo do trigo, do pastel e da urzela (utilizados na Europa como corantes de tecidos) e mais tarde o milho e a laranja no séc.XIX. Ao longo de cinco séculos a terra sempre se mostrou favorável ao cultivo de variadas espécies inclusive as oriundas de climas tropicais. Dado a natureza do clima, "temperado atlântico", têm sido introduzidas variadas espécies, desde os arvoredos de criptomérias ao ananás, o maracujá e outras espécies tropicais. O século XIX, foi nesse sentido, pródigo em alterações do espaço natural. A começar pelas indústrias do chá, da beterraba sacarina e do tabaco até à construção de jardins "românticos" um pouco por todas as ilhas, os Açores revelaram ser uma região fértil e versátil na sua produção agrícola. Ainda hoje mantém-se viva a produção de "chá", de "açúcar e álcool de beterraba", de "tabaco" (charutos, cigarros e tabaco de cachimbo). No caso das fábricas de chá, a sua introdução deveu-se não só aos empreendedores locais como à presença de especialistas chineses, por eles convidados a implementarem a técnica desde o cultivo à laboração do produto final. O consumo de chá, preto ou verde, faz hoje parte dos hábitos alimentares de muitos açorianos, no entanto este produto regional ainda carece de uma melhor exploração, já que não existem iniciativas de restauração que valorizem a sua utilização, como sejam casas de chá.

A partir do século XX, o desenvolvimento económico, até então marcado pela produção agrícola, deu lugar ao incremento da produção agro-pecuária, em particular a criação de gado bovino. Com condições extraordinárias para a criação ao ar livre, em pastagens verdejantes todo o ano, o gado bovino ocupa hoje grande parte dos espaços agrícolas das ilhas e representa um importante sector económico. Tal como em outros domínios, a tábua de queijos dos Açores é diversificada e plural. Todas as ilhas produzem queijo, cada qual à sua maneira ou imprimindo um sabor e uma textura próprias. O queijo de São Jorge é porventura o mais conhecido de entre todos, ou o queijo de "tipo flamengo" produzido em várias fábricas de São Miguel e Terceira. Há no entanto outros sabores menos conhecidos, como o queijo do Pico, do Faial e da Graciosa.

Para além dos produtos lácteos, a carne produzida nestas ilhas é de qualidade superior, estando em curso o processo de "certificação". Pena é que nem sempre o mercado da restauração rentabilize esta matéria-prima da melhor forma.

O açoriano sempre soube reagir às crises económicas e, por isso, quando a terra não rendia com determinada cultura, outras alternativas eram experimentadas, daí poder se falar de ciclos económicos, o mesmo é dizer, ciclos de renovação do sector produtivo.

A história desta Região mostra-nos essa capacidade de contornar as dificuldades ora inflectindo as estratégias agrícolas ora defendendo-se contra as intempéries (os abrigos das quintas da laranja ou os celeiros subterrâneos em Sta.Maria para defesa dos piratas). É evidente que nem todos os grupos sociais tinham as mesmas defesas até porque, como já referimos, nem todos eram senhores da terra que trabalhavam. Esse facto conduziu muitos açorianos a procurarem novos horizontes em terras de além-mar (Brasil e América).

As ilhas sempre foram um ponto estratégico nas viagens entre a Europa e o novo mundo. A "volta das ilhas" (Maduro-Dias, 1991:33) representava uma paragem obrigatória dos navios que navegavam em direcção à América. Dos Açores partiram cereais e carnes para consumo no continente e para algumas praças do norte de África. Nestas ilhas se abasteciam os navios e a armada (Ribeiro, L.S., 1941:196). Mas, foi também nessas embarcações, que se dirigiam à América do Sul, que muitos açorianos, no século XVIII, partiram em busca de melhor sorte. . Do outro lado do mar arribaram em terras de Santa Catarina e no Rio Grande do Sul onde ainda hoje os brasileiros de origem açoriana guardam cantares, expressões linguísticas e uma arquitectura que denunciam a sua origem insular. A atracção por um novo mundo, uma vida mais facilitada, levou muitos açorianos a deixarem a sua terra, por vezes de forma "clandestina".

Ainda hoje se fala da emigração que nas Flores, ilha mais ocidental do arquipélago, se fazia ao largo, saltando as pessoas de pequenos botes para os grandes navios que passavam em direcção à América

C.2.2.4. O património construído – a marca da riqueza económica e do poder religioso

A terra como se disse dominou o povoamento das ilhas. Emparcelada de acordo com a divisão inicialmente imposta pelo reino, as habitações foram surgindo nas terras do litoral, em pequenos aglomerados. Casas de características rurais, com uma divisão simples onde a cozinha, o lugar do lume, assumia importância acrescida. Voltadas para as vias de comunicação, de costas para o mar, essas habitações reflectem, ainda hoje, o modo como os insulares se defenderam inicialmente dos ventos vindos do mar.

A par das casas de habitação rural, os centros urbanos, em particular as vilas inicialmente criadas no século XV e XVI, reúnem um conjunto importante de edifícios, hoje classificados, nomeadamente conventos, igrejas, os edifícios que serviram de sede ao poder local, Câmaras e sedes do Governo Civil. Contam-se ainda vários edifícios apalaçados, onde outrora viveram as principais famílias que dominaram, até ao século XIX, a economia açoriana. Algumas destas casas ou palácios são hoje sedes de departamentos do governo regional, como acontece com o Palácio de Sant'ana, que acolhe a Presidência do Governo ou o Palácio dos Capitães Gerais em Angra, onde se situa o Museu da Cidade e a Secretaria Regional da Cultura. A cidade de Angra do Heroísmo, hoje classificada como património mundial pela UNESCO (desde 1983) e a cidade de Ponta Delgada ou até mesmo da Ribeira Grande constituem importantes núcleos construídos onde importa divulgar a história e a riqueza patrimonial de cada igreja, capela, convento, palácio ou casa senhorial.²⁵ Através dessas pedras de basalto trabalhadas, dos altares em honra de santos patronos a história do povoamento torna-se real e actualizada.

²⁵ O Governo Regional, através da sua Secretaria da Educação e Cultura, está procedendo a um levantamento do património construído de todas as ilhas; instrumento fundamental para a preservação e rentabilização dessas infraestruturas.

C.2.2.5 Os conventos, as igrejas, as capelas, as procissões e os cultos centenários.

Durante vários séculos os Açores viram proliferar as congregações religiosas, em particular os Jesuítas, as Clarissas e os Franciscanos, cujos conventos foram depois encerrados com a Revolução liberal de 1820. No entanto este facto não afectou directamente a religiosidade do povo e ainda hoje o giro da procissão do Senhor Santo Cristo em Ponta Delgada é bem o exemplo dessa tradição. Incrementado por uma freira clarissa do Convento da Esperança no século XVII, o culto da Imagem do Senhor Santo Cristo nasce com uma dádiva do Papa de um busto do Ecce Homo a duas freiras clarissas que queriam fundar um convento no lugar da Caloura. Hoje, a imagem inicialmente objecto de um culto "interno ao convento" e centrado na figura de Madre Teresa da Anunciada, percorre desde há três séculos um circuito urbano, passando em frente de todos os conventos então existentes. Vazios de congregações religiosas, muitos desses conventos são hoje igrejas, museus, espaços vocacionados para as Artes, ou mesmo para a prestação de cuidados de saúde. No entanto a sua presença mesmo vazia, denuncia uma importante influência na cultura insular, quer em termos da religiosidade quer ao nível social e cultural. Em todas as ilhas, mas particularmente na ilha Terceira e em São Miguel, são confeccionadas várias espécies de doçaria conventual, produtos de elaborada confecção e arte, onde os ovos e o açúcar são os ingredientes principais. Angra do Heroísmo faz questão de facultar ao visitante o acesso fácil a esta doçaria, o mesmo não acontecendo em Ponta Delgada. De qualquer modo, é pena que nem sempre a história que os explica seja divulgada e o visitante ao apreciar o sabor, desconhece o que pode aprender através de um "doce conventual".

C.2.2.6. Os solares e as casas apalaçadas

A construção das habitações que datam do povoamento e dos séculos subsequentes nasce dos materiais disponíveis nas ilhas, em particular a pedra, a argamassa (de

barro) e as madeiras que constituíam a floresta endémica. Inicialmente feitas de pedra, barro e colmo, as primeiras casas, que a memória fotográfica guardou, lembram as "casas tradicionais da Madeira". Rapidamente foram sendo substituídas por casas de pedra seca, cobertas de telha (produzida localmente). Hoje estas estruturas vão desaparecendo, nos sismos ou porque não são devidamente recuperadas, e com elas se perde um traço importante da identidade açoriana. Alguns exemplos felizes de turismo rural têm aproveitado estruturas rurais para levar o visitante a encontrar o espírito de simplicidade dos açorianos.

Aos poucos, o desbravar da floresta endémica foi proporcionando uma maior penetração no interior da ilha e o desaparecimento de espécies, algumas das quais ainda hoje sobreviventes em "reservas naturais" decretadas pelo governo. Algumas destas madeiras foram transformadas em mobiliário doméstico, como por exemplo: camas, cómodas, oratórios e muitos outros objectos. De linhas próprias da época (sécs. XVI e XVII), as camas "regionais" são hoje uma raridade no mercado e revelam a arte dos marceneiros nomeadamente no modo como resolviam as uniões das peças em madeira sem que para tal tivessem de utilizar o ferro. A exemplo disso encontrámos no Corvo um sistema de fecho de porta construído apenas em madeira.

C.2.3. A NATUREZA QUE IMPÕE UM MODO DE VIDA

O mar que sempre conviveu com os povos insulares revelou ser, também, uma porta de entrada a estranhos indesejáveis. Nos séculos XVI e XVII contam-se inúmeros ataques de piratas em todas as ilhas (Ribeiro, L.S.1964:43). Por esse facto, a segurança das populações foi inicialmente projectada através da construção de pequenos fortes espalhados pelas costas insulares, tarefa a que os primeiros povoadores se dedicaram em paralelo com o desbravar dos terrenos incultos. Ainda hoje esses fortes podem ser identificados, alguns infelizmente em mau estado de conservação, mas que poderão constituir importantes espaços de actividade turística, não apenas pela sua excelente localização como pela história insular neles "contida". A exemplo da estalagem da Horta, outras fortificações insulares poderiam ser rentabilizadas como unidades hoteleiras, apesar de estarem a ser utilizadas como

quartéis militares (o caso do Forte de São Brás em Ponta Delgada ou do Forte de São Francisco em Angra). Em outros casos, sobretudo no que concerne aos pequenos fortes, alguns estão abandonados e degradados (a exemplo, citamos a costa sul de São Miguel, na zona de São Roque).

C.2.3.1 Uma terra, sísmica e vulcânica, onde sopram ventos fortes

Em contraste com a exuberante vegetação, a beleza das lagoas e a relação próxima com o mar, as ilhas foram desde sempre espaços onde era necessário aprender a viver com o vento forte e a lidar com o risco sísmico e os vulcões adormecidos. Contam-se na história destas populações inúmeros abalos sísmicos, alguns dos quais provocaram a renovação e a reconstrução de importante porção de edifícios. Na ilha de São Miguel recorda-se o terramoto de 1522 que arrasou a então capital – Vila Franca do Campo; no caso de Angra, o sismo de 1980 que obrigou a reconstrução de 50% do seu parque construído (Maduro Dias, 1991) e mais recentemente a cidade da Horta, no Faial, onde ainda hoje se procede à reconstrução dos danos provocados pelo sismo de 1998.

Para além destes acontecimentos trágicos, a actividade sísmica é uma constante, de acordo com os registos técnicos, o que não impede as populações de viverem em tranquilidade. Quanto ao vulcanismo, a memória actual das populações apenas regista o Vulcão dos Capelinhos no Faial (1957), sendo muito mais recuada no tempo a actividade vulcânica que deu lugar à constituição geofísica dos maciços que hoje formam estas ilhas. Em todos esses lugares nascem lagoas, crateras forradas de vegetação, e a beleza que delas resulta apaga a força dos fenómenos que lhes deram origem. Este adormecimento da natureza, transformado em quadros de inegável beleza, constitui uma das principais atracções turísticas de quem nos visita, podendo por vezes ser visto como o único ou o principal cartaz publicitário.

No entanto, a beleza destas crateras vulcânicas, existentes na maioria das ilhas, deve ser integrada num projecto de descoberta do espaço insular, onde a nebulosidade, o vento e a chuva são uma constante. Visitar os Açores para ver e fotografar as lagoas é alimentar uma ilusão. Muitas vezes o nevoeiro impede o visitante de vislumbrar as paisagens, o que não deveria impedir uma descida junto à lagoa, experiência

enriquecedora que pode transformar o nevoeiro em contratempo sem importância. O turista da fotografia de mirante acaba por ser um consumidor de postais.

C.2.3.2. As marcas no espaço, nas casas, na religião, na música, na arte

A insularidade marcada pelo vulcanismo deixa marcas ao nível do espaço geográfico - os maciços vulcânicos; o biscoito que recobre a paisagem; as praias de areia preta ou as pedras basálticas que dividem os terrenos de pastagem.... Mas, essas marcas estendem-se a outros níveis do viver insular. Segundo Vitorino Nemésio, a *açorianidade*, enquanto sentimento identitário, prende-se com esta relação entre mar e terra que nasce do vulcão. No dizer do escritor açoriano;

“ Como homens, estamos soldados historicamente ao povo de onde viemos e enraizados pelo habitat a uns montes de lava que soltam da própria entranha uma substância que nos penetra. A geografia, para nós, vale outro tanto como a história, e não é de balde que as nossas recordações escritas inserem uns cinquenta por cento de relatos de sismos e enchentes. Como as sereias, temos uma dupla natureza: somos de carne e pedra. Os nossos ossos mergulham no mar” (Nemésio, V.,1983:34)

O vulcanismo representa por isso um enquadramento natural que se transforma em pedras basálticas, em ombreiras de portas e soleiras de entrada, em passeios e calçadas, em areia negra das praias e em biscoito que marca as enseadas e a costa de todas as ilhas. Os rochedos, os ilhéus, são outras tantas expressões visíveis e integradas na paisagem açoriana.

A vista que do mar se tem sobre as ilhas permite descobrir a dimensão geofísica dos maciços que as constituem e aproximar o sentimento que terão tido os navegadores quando delas se aproximaram, atribuindo por essa via denominações a algumas das localidades hoje situadas no litoral insular. As quedas de água, as ribeiras que no mar desaguam, as praias e baías cavadas na rocha deram em muitos casos origem à toponímia insular. Esta é, no entanto, uma abordagem que só no grupo central e ocidental pode ser experimentada, já que em São Miguel são poucas as ocasiões em que se aborda a ilha por mar. Excepção feita em Vila Franca nas idas ao ilhéu para

banhos em época de verão.

C.2.3.3. Uma terra voltada para dentro, um povo de hábitos domésticos

Os ventos, o Atlântico e a necessidade de se proteger da invasão de estranhos que por mar abordavam as ilhas levou a que os açorianos, em quase todas as ilhas, tenham desenhado, como já foi referido, um povoamento de pequenos núcleos litorais, excepção feita a algumas comunidades do interior. A este facto alia-se um modo de vida marcado por alianças endogâmicas, ou seja, centradas nas famílias que habitavam essas comunidades, entre as quais as relações de parentesco e de solidariedade foram criando um sentimento de segurança e pertença bastante forte. No interior de cada comunidade, facilmente se entrava na casa do vizinho; a porta nunca estava trancada, e a confiança fundamentava as relações sociais. A vida quotidiana passava-se entre o trabalho do campo e a casa de família; entre o cuidar dos filhos, da roupa e da alimentação e o sustento do lar. Os laços familiares, em famílias tradicionalmente numerosas e alargadas, assumiram desde sempre uma enorme importância. Esta solidariedade “orgânica” como diria Durkheim, manifesta-se ainda no modo como os açorianos viveram a emigração.

Desde logo para o Brasil no século XVIII e depois continuada de forma intensa para os Estados Unidos e Canadá no século XX, os açorianos passaram a integrar em quase todas as famílias elementos “embarcados”. Esta emigração, foi maioritariamente colectiva, ou seja, partiram famílias inteiras, de uma só vez ou por “carta de chamada” de parentes já emigrados e, raramente, estes núcleos regressaram ou regressam à terra natal. A emigração açoriana gerou nas comunidades onde se instalou núcleos extensos de habitantes com origens semelhantes, podendo quase dizer-se que cada ilha enviou para o continente americano uma comunidade hoje sediada numa importante cidade. Massachusets é um desses casos. Neste estado americano são inúmeras as comunidades de origem açoriana. O caso da Nova Inglaterra é outro exemplo dessa emigração familiar.

Os açorianos nunca encontraram no mar uma barreira, mas antes entenderam o atlântico como um “desafio” a ultrapassar. Do outro lado do mar, vinham notícias de

riquezas, trazidas pelos navios que viajavam entre a Europa e o Brasil e mais tarde da América do Norte. E, perante uma terra limitada no espaço e fustigada por tempestades e catástrofes, a emigração foi sem dúvida uma porta que se abriu e hoje os descendentes da primeira geração de açorianos nos Estados Unidos representam cinco vezes a população residente no arquipélago.²⁶

A emigração, tal como a vida nas ilhas, revela a marca importante da rede de parentesco, como estrutura definidora dos espaços de residência, das alianças familiares e do desenvolvimento económico, já que muitas das actividades tradicionais eram fundamentalmente dominadas por algumas famílias que, assim, mantinham separadas as gentes do mar e da terra, as gentes das artes e ofícios entre si. Ainda hoje se pode associar a algumas freguesias ou localidades a presença de determinados artesãos; o caso da Olaria de Vila Franca do Campo (S.Miguel); da pesca em Rabo de Peixe (S.Miguel); da caça à Baleia nas Lajes (Pico), da cultura do vinho (Graciosa e Pico) ou mesmo da arte dos vimes nas Furnas (S.Miguel), da gravação em osso e dente de baleia (Pico) e das flores de miolo de figueira (Horta-Faial), para apenas citar alguns casos.

C.2.3.4. O isolamento dentro e fora das ilhas - O medo do desconhecido e a alegria quando se acolhe o visitante

A vida dos insulares, apesar de limitada por um território de pequenas dimensões, foi sendo construída ao nível da comunidade de residência e raramente os habitantes de uma vila exploravam o outro lado da ilha. As vias de comunicação não eram boas, o transporte em carros puxados por animais também não encurtecia as distâncias. Por esse facto, quando no século XVI alguns habitantes de Vila Franca do Campo decidiram fazer uma romaria durante nove dias, por todas as capelinhas dedicadas a

²⁶ Ao longo das últimas décadas, o total de habitantes dos Açores tem oscilado mas nunca se afastando dos 250.000. Esta aparente manutenção resulta das elevadas taxas de natalidade que até aos anos sessenta marcou esta região e do efeito da emigração que "sangrou" a Região em diversas ocasiões. Hoje os Açores já não registam valores tão elevados na natalidade, e é cada vez mais notória a existência de uma população flutuante, resultado da presença de estudantes no ensino superior, de quadros técnicos em comissão de serviço.

Nossa Senhora, não estavam apenas a iniciar uma tradição ainda hoje presente, como demonstravam alguma coragem por se meterem ilha adentro. Os Romeiros são ranchos de homens saem de quase todas as freguesias de São Miguel, vestidos como os pobres da época (séc.XVI), de xaile e lenço, levando consigo uma saca ou cevadeira onde transportam os mantimentos e eventualmente uma muda de roupa. Segundo os cronistas, a origem destas romarias prende-se com a forma como os habitantes de São Miguel procuraram responder à "fúria da terra" que em 1522 destruiu Vila Franca do Campo. Ao fim de quatro séculos, continuam a sair de quase todas as freguesias de São Miguel, incluindo hoje em dia a cidade de Ponta Delgada, grupos de homens que durante nove dias, e ao longo das sete semanas que representa a Quaresma, percorrem as estradas da ilha, rezando e cantando; pernoitando em casa de quem os quer acolher e recebendo nas comunidades por onde passam, intenções e pedidos de oração.

Os açorianos são, de um modo geral, cristãos, católicos, mas têm para além da prática ritual, manifestada nas muitas procissões e festas religiosas uma outra forma de viver a religiosidade, talvez por viverem uma permanente angústia das catástrofes, o receio de não voltar a ver quem parte, como acontecia com a emigração e com os soldados durante a guerra do ultramar. O isolamento e de alguma forma a impotência que os homens sentem perante as catástrofes naturais poderá explicar a origem de muitas manifestações onde a religiosidade representa uma experiência emotiva intensa, como acontece com as promessas ao Senhor Santo Cristo ou mesmo as festas do Espírito Santo.

C.2.4. A ARTE DE VIVER NAS ILHAS – UMA SENSIBILIDADE INSULAR

C.2.4.1. O ciclo das festas

A importância inicial da terra e das actividades agrícolas no povoamento das ilhas marcou definitivamente o calendário social, em particular, as festas religiosas e profanas. A vida dos homens acompanha o ciclo da natureza e as festas revelam os sentimentos e as expectativas da sociedade. Seguindo esta lógica verificamos ser o

Carnaval um tempo bastante vivido pelas comunidades insulares, em particular na ilha Terceira onde as danças de entrudo misturam a sátira e o teatro popular às danças “de espadas”, protagonizadas sobretudo por homens. Em São Miguel, a batalha das “limas” ou de água marca a terça-feira de Carnaval. Para além desta manifestação, todos os anos organizam-se bailes, festas, os “assaltos”²⁷, onde os amigos e as associações se juntam. O caso dos bailes do “Coliseu” representa uma das tradições micalenses mais referida por ser um baile onde cada família leva, para o recinto do baile, o seu “piquenique” em cestas decoradas. Mas um pouco por todas as ilhas, agremiações, clubes, sociedades recreativas ou simplesmente grupos de habitantes, organizam bailes de máscaras ou simplesmente festas dançantes.

Em todas as ilhas o Carnaval ou melhor dizendo o “entrudo” é um tempo de “entrada” no novo ano, um tempo de “fartura”, onde não faltam os fritos “as malassadas”, “ as fofas do Faial”, “ as rosas do Egipto”...

Olhando o calendário agrícola, este é o tempo das sementeiras, outrora do trigo, ao qual se segue um tempo de espera. Ao nível do calendário religioso, findo o carnaval começa o tempo da quaresma até à Páscoa. Finda esta época começam as festas do Espírito Santo a partir de Maio/Junho. Presentes em todas as ilhas, as festas do Espírito Santo assumem traços próprios em cada uma delas: em todas os “irmãos” ou aqueles que contribuíram para a festa, recebem uma pensão – de carne, pão e vinho; na ilha Terceira distribui-se gratuitamente leite (o bodo de leite), acompanhado de massa; no Pico fazem-se umas rosquilhas que são depois distribuídas por todos; em Santa Maria serve-se a qualquer pessoa as sopas do Espírito Santo. Um pouco por todas as ilhas, o Espírito Santo é uma festa onde a dádiva e a partilha aproximam todos os que nela participam, sejam da terra ou estrangeiros.

Uma das importantes manifestações religiosas que integram estas festas, onde a dimensão profana resistiu à cristianização, são as “coroações”. Depois da coroação realizada dentro da igreja, crianças e adultos desfilam em procissão levando as coroas do Espírito Santo, peças em prata que aliam o símbolo “real” da coroa à figura da pomba do Espírito Santo.

²⁷ Termo que designa o modo como os grupos de amigos entravam portas adentro de alguém, em geral mascarados, e aí organizavam uma festa “surpresa” para o anfitrião, que assim se via “assaltado” pela brincadeira de carnaval.

As festas do Espírito Santo, que se prolongam um pouco por toda a Região a partir de Maio, coincidem com o tempo de fatura que outrora representavam as colheitas de trigo. Quase em simultâneo, acontecem a maioria das festas dos muitos santos patronos e das invocações dedicadas à Virgem que se veneram em todas as freguesias e localidades dos Açores.

De referir ainda no âmbito das festas locais, as cavalhadas de São Pedro na cidade da Ribeira Grande em São Miguel, manifestação cujas origens se perdem nos tempos dos primeiros povoadores por altura do terramoto que destruiu a zona de São Pedro da Ribeira Seca, deixando intacta a ermida dedicada a este santo patrono. As cavalhadas reúnem dezenas de homens que ostentam uma indumentária própria (medieval) enriquecida com chapéus decoradas com fios de ouro ou flores de papel de prata. À frente segue o "rei", um personagem de chapéu tricorne, que diante da igreja recita uma loa a São Pedro. Esta tradição repete-se todos os anos, a 29 de Junho.

Na ilha Terceira, o São João, é cada vez mais uma festa regional de cariz mais "profano" do que religioso. Os cortejos, os bailes e o arraial e sobretudo as "touradas" marcam as "sanjoaninas" e hoje representam um cartaz importante no calendário regional e até nacional.

No Faial e no Pico, por influência das actividades ligadas ao mar, a "semana do mar" (Horta) e a festa dos baleeiros (Pico) são também acontecimentos, mais recentes na sua criação, que marcam os tempos de verão nos Açores. No âmbito das actividades "musicais", destaca-se o "Festival Maré de Agosto" em Santa Maria.

Se seguirmos de novo o calendário agrícola iremos verificar que em Outubro e Novembro as comunidades deixam de festejar, voltam à rotina do trabalho e nestes tempos as terras são "outonadas" ou "azotadas", ou seja, preparam-se para a sementeira seguinte. O mês de novembro é tido como o "mês dos mortos" e outrora o "culto das almas", nomeadamente o "cantar às almas" acontecia com frequência depois do sol se pôr. Ainda hoje se cozem grãos de milho em São Miguel, a que chamam "o milho dos mortos" e no dia um de Novembro, as crianças recolhem dádivas por "alma"; "o pão por Deus".

Os tempos de inverno não estão marcados por festas, excepção feita do Natal e do fim-de-ano.

Para além do calendário das festas religiosas, podemos ainda ver a importância do

ciclo agrícola na definição dos tempos insulares através do “tempo das touradas” à corda na Ilha Terceira. Começam a um de Maio e terminam a um de Novembro. Durante esse tempo as comunidades terceirenses animam-se com as “esperas de gado” e as touradas à corda. Quase todos os dias, num lugar da ilha, há uma rua que se fecha ao trânsito e depois das seis da tarde, montam-se as tascas e juntam-se as gentes em cima dos muros e um pouco por toda a parte, para ver a bravia dos homens (os “capinhas”) diante de um touro, que já foi de praça, controlado por uma corda pelos “pastores”.

A tradição das touradas à corda, enraizada na ilha Terceira e que em São Miguel não encontram adeptos, é mais um exemplo da diversidade de tradições que nas diferentes comunidades insulares ganharam raízes. Algumas devem-se à presença de povoadores de origens diversas outras são o resultado do isolamento em que cada ilha se desenvolveu. Apesar de serem poucas as informações sobre a verdadeira origem de todos os grupos de povoadores, os registos paroquiais permitem identificar alguns grupos de estrangeiros cuja influência ainda hoje pode ser registada, nomeadamente na toponímia e nos nomes de família. São disso exemplo as influências dos espanhóis que nestas ilhas fixaram residência nos tempos da dominação castelhana (sec.XVII) e os flamengos, cuja presença no Faial²⁸ e até mesmo na ilha Terceira pode facilmente ser recordada. Esta influência parece também explicar alguns trajes tradicionais, como o capote e capelo presente em S.Miguel, no Faial e na Terceira, agasalho de tecido de lã escura que lembra as capas assinaladas na Flandres. Esta ligação, aparentemente possível, ainda não foi totalmente estudada. No entanto é de pensar que a presença de grupos estrangeiros entre os povoadores deixou marcas na cultura insular.

²⁸ De relembrar que a denominação da cidade faialense, Horta, nasce do nome do Capitão do Donatário que orientou os destinos daquela ilha no início do seu povoamento, Josse Van Huretere que se fez acompanhar por indivíduos da sua nação. Descendência desses flamengos ainda hoje existe no Faial e no Pico, usando nomes de família que lembram a sua origem – Utra ou Dutra (Huertere), Terra (Van Aard ou Aetrijekd), Brum (Bruyn) (...), entre muitos outros. Para além das famílias, em diferentes lugares se faz referência aos Flamengos (freguesia dos Flamengos). (Ribeiro, L.da S., 1941:201)

C.2.4.2. A música – os instrumentos insulares

O povo português é um povo sensível à música, por vezes dramático nas letras e nostálgico na melodia. Nos Açores encontramos uma musicalidade nostálgica, onde se canta a saudade, a partida, aliada a um lado mais folgazão das festas, dos balhos e danças populares. Há por isso uma diversidade sonora e melódica e, tal como em outros domínios culturais, este é de novo o resultado da origem diversa dos povoadores. Segundo Bettencourt da Câmara (1980:24ss), a cultura musical açoriana “está marcada pela heterogeneidade do povoamento quatrocentista e os instrumentos que surgem nos tempos subsequentes ao povoamento, como o clavicórdio e a viola vêm confirmar a inserção da primitiva música açoriana na música europeia dos fins da Idade Média e Renascimento”. Um desses instrumentos, a viola de dois corações ou “viola da terra”, ainda hoje é produzida e tocada, infelizmente por um número não muito significativo de músicos. A sua sonoridade confere uma tonalidade própria aos cantares tradicionais, como acontece nas folias do Espírito Santo ou com os cantadores ao desafio, as desgarradas, onde se improvisa sobre a vida da comunidade, numa sátira crítica sempre actualizada.

Para além destas manifestações musicais, em todas as ilhas proliferaram filarmónicas ou “bandas de música”. Quase todas as freguesias, a partir dos finais do século XIX, passaram a contar com uma ou mesmo duas filarmónicas, desempenhando para além do aspecto lúdico uma actividade pedagógica no ensino da música à geração mais jovem e uma manifestação das classes sociais e profissionais existentes dentro de algumas comunidades.

Esta sensibilidade musical manifesta-se ao nível das filarmónicas, das pequenas orquestras ligeiras, e a um outro nível de formação musical, nos conservatórios e escolas de música. Os Açores poderiam nesse campo acolher um “turismo cultural”, ou seja, acolher orquestras e grupos musicais em tempo de “estágio” ou de “formação intensiva”. A grande carência das populações insulares situa-se sobretudo ao nível das “tournées” nacionais e internacionais que raramente vêm aos Açores realizar

espectáculos.²⁹

C.2.4.3. As artes plásticas – do artesanato às artes contemporâneas

Temos vindo a olhar os Açores procurando no povoamento e nos factores geonaturais a explicação para alguns dos fenómenos que caracterizam o modo de vida “diversificado” das populações insulares. Na mesma linha de raciocínio podemos analisar os produtos do quotidiano que desde sempre deram resposta às necessidades dos insulares. Longe das grandes superfícies, das cadeias de *franchising* e do mercado “virtual”, os insulares de outrora tiraram da terra as principais matérias-primas. Para além da pedra, da argamassa e da madeira com que construíram as casas, o barro produzido em Santa Maria permitiu, desde logo naquela ilha, a produção cerâmica. Mais tarde em São Miguel, nomeadamente em Vila Franca do Campo, essa produção ocupou vários oleiros na zona de São Pedro. As talhas onde se transportava a água da fonte, o talhão que a armazenava na cozinha, o alguidar para amassar o pão, as sertãs para assar o peixe ou as tigelas de “alcatra” onde ainda hoje se assa a carne na ilha Terceira, são algumas das muitas peças produzidas em barro não vidrado ou barro vermelho. Hoje a produção de peças em cerâmica ainda se mantém, mesmo se os modelos vendáveis são os de pequenas dimensões, como os mealheiros, os vasos, as miniaturas...

Ainda no âmbito da cerâmica a ilha de São Miguel conta com uma fábrica de louça vidrada ou esmaltada, outrora utilizada para a conserva dos alimentos e como utensílios de uso diário para o consumo (pratos, canecas, terrinas, jarros...). Decorada à mão ou segundo técnicas de estampagem, a louça da Lagoa representa uma arte viva na Região.

Da vida dos povoadores ficou também a arte da tecelagem. Em todas as ilhas se cultivou o linho e se criaram ovelhas. Hoje esses materiais são raros, no entanto ainda

²⁹ Não podemos deixar de assinalar o facto de nos últimos anos terem sido feitos esforços no sentido de minimizar essa situação, nomeadamente através da organização de Festivais de Música Clássica, ou mesmo , trazendo alguns dos grupos de música ligeira portuguesa, por ocasião de acontecimentos festivos.

se tecem peças em lã de ovelha, como as colchas de São Jorge ou do Nordeste (S.Miguel). Trabalha-se a lã em camisolas (Santa Maria) ou tecem-se tecidos para confecção dos fatos dos ranchos folclóricos. A produção industrial de linho morreu há duas décadas, quando foi fechada a fábrica da Ribeirinha em S.Miguel. No entanto esse é um espaço que podia renascer, porventura como “fábrica-museu”.

A vida dos açorianos em certa medida foi quase “auto-suficiente” por muitas décadas. Da louça ao vestuário, da comida à decoração das casas, tudo se fazia com produtos da terra. Nesse sentido, o linho servia não só para as camisas dos homens e das mulheres como também era a matéria prima na produção de bordados. São também de particular beleza as rendas do Faial, conhecidas pelo pormenor e minuciosidade ou até os trabalhos de rafia que naquela ilha se transformam em verdadeiras obras de arte. O bordado a ouro, que outrora as freiras realizavam nos conventos ainda hoje é ensinado em S.Miguel, no convento de Vila Franca.

Aproveitar tudo ao máximo ou se quisermos “nada se desperdiça” parece ser o lema das populações insulares. Talvez por isso, tecia-se com restos de pano, fabricavam-se colchas e tapetes com os retalhos de roupas velhas (patchwork) e transformava-se em bonecas e tapetes, o que do milho era deitado fora: as folhas e até o carolo ou as barbas.

Trazidos do continente português a população encontrou na ilha o material que lhe permitiu produzir as cestas, as canastas e os utensílios necessários ao trabalho do campo. Alguns dos modelos são idênticos aos que ainda hoje se vêem no Alentejo sul, prova da influência desta região entre os primeiros povoadores. Nesta arte, as Furnas têm particular interesse por serem os vimes cozidos nas caldeiras. A propósito desta prática lembramos como a relação dos habitantes com a manifestação viva do vulcanismo, como são os “gheisers” ou caldeiras, leva a que para além dos vimes, se cozam maçarocas de milho nas caldeiras e se cozinhe o cozido “à portuguesa” em covas na borda da Lagoa das Furnas. A terra quente transforma-se num forno a vapor.

Entre os muitos produtos de artesanato que resultam do espírito criativo dos insulares utilizando materiais de “desperdício” contam-se as flores em escama de peixe, que ainda hoje se produzem em São Miguel e no Faial, ou as flores de “miolo de figueira” (Faial) “casca de cebola” e folha de milho (S.Miguel). O uso de conchinhas da beira mar e de lapas vazias, foi desde há muito inserido na produção de “presépios” ou

“lapinhas” (S.Miguel). Há ainda a registar a arte das flores de papel com as quais se decoram quadros como acontece com os “registos” do Senhor Santo Cristo.

Uma arte conhecida também nos caçadores de baleias americanos, está hoje bastante presente na ilha do Pico e do Faial, o scrimshaw (gravação em osso e dente de baleia).

Ao lado desta produção artesanal que na sua origem conta-nos o modo como os insulares souberam adaptar-se à terra e aos recursos que dela tiravam, os Açores são hoje um “laboratório” de artistas, na pintura, na escultura, na esmaltagem de pedra basáltica, na pintura em cerâmica entre muitas outras. Várias salas de exposição privadas e públicas mostram, com frequência, trabalhos de artistas açorianos, alguns radicados no continente português ou mesmo no estrangeiro. As actuais gerações continuam a desenvolver a sua criatividade artística, como acontece na Academia das Artes em Ponta Delgada.

C.2.4.4. A arte de sobreviver nas ilhas – uma necessidade emergente

Viajamos desde o povoamento às marcas culturais que dele ficaram no modo de ser e de viver dos açorianos de todas as ilhas, falta-nos ainda olhar para dentro das casas destes insulares e descobrir o que em cima da mesa colocavam como refeições.

Se o isolamento exigia rentabilizar os recursos, uma das formas tradicionais de o fazer consistia em conservar alguns desses produtos. A conserva em sal foi mantida nas ilhas, em particular no que concerne a pimenta, o peixe e a carne. O azeite, frequente no continente, foi substituído pela banha de porco, sobretudo no caso dos enchidos.

Apesar de guardados em conserva, a carne e o peixe eram para as populações rurais alimentos de festa. O dia a dia baseava-se na sopa, no pão e no que o povo chamava de “conduto”, ou seja, um pouco de enchido, de queijo ou até mesmo de pimenta salgada, acompanhado de muito pão.

Em tempos de larga produção de milho, o pão de milho era o mais comum nas casas açorianas. O trigo, inicialmente produzido em abundância nos primeiros séculos, foi aos poucos sendo abandonado, tendo o povo encontrado no milho um cereal mais adaptado ao clima destas ilhas. Guardado em “cafuões” ou toldas (estruturas de

madeira onde se penduravam os manchos de maçarocas) o milho representava para as populações a sobrevivência das gentes e dos animais, já que o que ficava da planta depois de retirada a maçaroca era transformado em forragem para as vacas.

O milho tornou-se num cereal bastante familiar já que a sua moagem era por vezes feita em casa, em moinhos de mão ou mós de braço, ao que parece ainda existentes no Algarve (Ribeiro, O . 1962:23). Para além desta forma, contam-se um pouco por todas as ilhas, moinhos de vento e de água; estes, claro, ao longo das ribeiras que rasgam a terra, como acontece na costa norte da ilha de São Miguel.

De farinha de milho também se faziam os “bolos de milho” ou “bolos da sertã”, os “bolos de pé de torresmo” e as broas pequenas que se ofertavam aos romeiros. Com farinha de milho se embrulham os peixes (os chicharros) antes de fritar.

Antes do milho, o trigo foi o cereal mais cultivado nos Açores e dele nasce a massa sovada ou cevada. Ao que parece, a massa cevada tem origem no bolo cevado do Alentejo. “Hoje nada se parecem, mas compreende-se a evolução. Quando se tende o pão de trigo ceva-se em azeite – é o bolo cevado. Nas ilhas não havia, nem se cultivava, o azeite: portanto a necessidade de substituí-lo, como em tantas outras coisas, pela manteiga de vaca. Resultou um produto melhor, mais fino; como uma coisa chama outra, um dia ocorreu adicionar-lhe alguns ovos, que não tinham valor; mais tarde... um pouco de açúcar” (Lacerda Machado, F.S., 1921:34-35).

Hoje a massa sovada é fabricada em unidades artesanais ou mesmo industriais e o seu sabor revela o isolamento das comunidades entre as ilhas e dentro da própria ilha. Outrora chegou-se a fazer uma “feira/exposição” das massas das várias freguesias de São Miguel e cada uma assumia um formato próprio e um sabor específico, mais ou menos adocicado, com mais ou menos ovos... Infelizmente, a massa sovada, tal como o bolo levedo das Furnas, (cozido na sertã) raramente surgem nas unidades hoteleiras ou na restauração. Eles representam a história e identificam a “fatura”, já que só se coziavam massas pelas festas da comunidade ou na altura de um casamento ou baptizado.

Dentro ainda da gastronomia, o povo açoriano revela uma culinária rural, marcada pelo ritmo do calendário agrícola. A par dessa relação próxima com a natureza, os açorianos guardam receitas conventuais, em particular na doçaria. O peixe, a carne de vaca ou de porco eram doseados, “condutados”, de forma a dar para todo o ano. No entanto, o

peixe em muitas freguesias alimentava diariamente as populações. Esse facto permitiu que “o chicharro” fosse uma das espécies mais apreciadas e cujo manuseamento dá lugar a várias receitas e aproveitamentos, desde a sopa aos filetes recheados, passando pelo prato tradicional de Agosto/setembro “os chicharros d’agraço” com molho verde.

Na ilha Terceira a “alcatra” de peixe é hoje um prato requisitado, bem com o caldo de peixe no Pico.

Para além do peixe e da carne, a região recebeu a influência da América latina, nomeadamente em termos do uso do milho, da batata doce e do inhame. Hoje esses produtos integram alguns dos pratos tradicionais; a linguça com inhame no Faial e no Pico, o cozido nas Furnas (S.Miguel) onde entra a batata doce e inhame; o peixe frito com inhames ou “minhotos” (inhames pequenos), entre muitos outros.

C.2.5 EM SÍNTESE – ENTRE O ONTEM E O HOJE

Os insulares dos Açores vivem em comunidades marcadas por uma cultura portuguesa herdada dos primeiros povoadores, ou seja, marcadamente medieval e renascentista. Hoje o seu quotidiano revela a importância da religiosidade onde os medos da natureza e a angústia do isolamento e da distância geraram práticas rituais integradas no viver das ilhas. A gastronomia, as artes e ofícios que ainda hoje fazem parte do quotidiano, são bem o exemplo da capacidade de adaptação deste povo aos recursos que a natureza lhe facultou e que o património cultural das terras de origem inspirou. Em alguns casos, a semelhança entre as regiões continentais donde provieram e a realidade açoriana é bastante notória. Desde as casas de Santa Maria, que fazem lembrar o Algarve, à cesta do cavador do Alentejo, idêntica à que ainda hoje se fabrica em São Miguel, são muitos os traços de parentesco entre o Sul do País e as ilhas açorianas. Pena é que esse tipo de estudo nunca tenha sido feito de forma aprofundada.

A importância das várias identidades culturais que se interligam com o povoamento dos Açores, estende-se ainda às comunidades de emigrantes que desde o final do

século XVIII foram sendo criadas, inicialmente no Brasil e um século mais tarde na América do Norte e Canadá.

C.2.5.1. As tradições açorianas ganharam raízes em outros territórios

Desde os finais do século XIX e sobretudo na primeira metade do século XX, o fenómeno da emigração açoriana assumiu importantes proporções. Inicialmente mais individualizado do que colectivo, após a segunda guerra mundial, a emigração foi sobretudo familiar já que os Estados Unidos impuseram restrições e um sistema de preferências favorável à “reunião de famílias” (Rocha, G.1991:245 e ss.). Actualmente a emigração é pouco significativa, quando comparada com a década de sessenta e setenta, o que significa existir cada vez mais uma relação de “visitante” entre o emigrante e a ilha de onde é originário. Aumenta de forma significativa o denominado “mercado da saudade” que alimenta uma identidade “passada” quer dos emigrantes que há muitos anos deixaram a ilha ou dos seus descendentes. Aqueles que hoje conseguiram afirmar-se economicamente viajam com frequência até aos Açores, não apenas para contactar familiares, mas também no intuito de reencontrar as suas raízes identitárias. Nesse contexto, assumem particular importância as épocas festivas, em particular, as festas religiosas que marcam o calendário de cada um das ilhas.

C.2.5.2. Os Açores desde 1976

As ilhas dos Açores de hoje estão mais próximas entre si. A melhoria dos meios de comunicação e a facilidade com que hoje se contacta por telefone ou mesmo pela internet reduziram o obstáculo da distância que separa umas ilhas das outras. Desde os meados do século XX que existe uma companhia regional de aviação que liga as várias ilhas. Uma vez instaurado o regime autonómico, os governos regionais deram prioridade ao investimento em infra-estruturas portuárias e aeroportuárias facilitando a comunicação diária entre todas as populações insulares. Esse facto, ao qual se veio

acrescentar uma melhoria nas comunicações marítimas, com a existência de uma ligação entre S.Miguel e Santa Maria e mesmo entre S.Miguel e Terceira, facilitou o contacto entre os insulares, já que muitos apenas conhecem a ilha onde moram. Há quem, habitando no grupo oriental, já tenha viajado para o continente português ou mesmo até aos Estados Unidos e Canadá, mas nunca esteve numa ilha do Grupo Central; o mesmo acontecendo na inversa.

Este isolamento intra-arquipélago foi durante muito tempo construído pelo modo como as comunidades se instalaram e se tornaram quase auto-suficientes em cada uma das ilhas. Aos poucos as comunidades mais isoladas como o Corvo ou mesmo as Flores foram ficando mais distantes das ilhas mais desenvolvidas. Em parte para obviar este desenvolvimento desigual, a instalação inicial da estrutura governativa foi subdividida em três grandes núcleos, Ponta Delgada, Angra e Horta, de forma a sediar serviços em cada uma destas ilhas e dessa forma criar alguma sinergia no trabalho governativo. Esta estrutura acabou por respeitar a anterior divisão administrativa dos Distritos e correspondia a uma estrutura política que foi sendo reforçada após o desaparecimento do regime de capitánias.

Actualmente, e olhando apenas aos principais cargos governativos, a Presidência do Governo está sediada em São Miguel, a Assembleia Regional, na cidade da Horta e o gabinete do Ministro da República em Angra do Heroísmo. Esta divisão tripartida do poder, nem sempre operacional, contribui para o desenvolvimento do sector terciário um pouco por todas as ilhas. Os Açores continuam a ser nove ilhas, mesmo se este triângulo político (S.Miguel, Terceira e Faial) assume um peso maior nos circuitos comerciais.

Em defesa ou por reacção a este facto, as ilhas do grupo central (S.Jorge, Graciosa e Pico) criaram uma associação (as ilhas do triângulo) que procura incrementar algumas estratégias de desenvolvimento conjunto, nomeadamente ao nível dos transportes marítimos de passageiros.

Esta dispersão geográfica e a conseqüente desigualdade ao nível do desenvolvimento económico de cada uma das ilhas constitui uma resistência cultural e social sempre presente nos discursos políticos e nas relações intra-insulares. Trata-se de um "bairrismo" insular, ou se quisermos, de um *illhismo*, que encontra nas relações entre Terceirenses e Micaelenses a sua expressão mais "mordaz" (nomeadamente no

repertório de anedotas que sobre estas duas comunidades se contam).

Inicialmente os Açores foram governados segundo um regime feudal, baseado no poder da terra, o que em muito contribuiu para a emigração que começa nos finais do século XVIII. De acordo com M.Fidalgo (1995:45), "os senhores feudais, preocupados com maiores produções, diminuíam as pequenas glebas de culturas de subsistência dos seus servos, alargando as áreas das searas". Este regime feudal era sustentado por diferentes capitânias e os Capitães donatários tinham sobre os povos um poder quase absoluto, sob a protecção a coroa portuguesa. Este regime durou até 1867 com a alteração do Código Civil português. Nos finais do século XIX surge um movimento autonomista, mas só em 1976, com a alteração da Constituição Portuguesa, foi instalado o poder legislativo regional e foram eleitos os primeiros governantes do Regime autonómico.

De uma região-colónia do tempo das donatarias, passando pelo conceito de região adjacente nos anos da ditadura (1926-1974), os Açores são hoje uma região Autónoma, ultra-periférica no espaço europeu, cuja posição estratégica tem sido desde a segunda guerra mundial negociada entre Portugal e os Estados Unidos. Dotada de um governo próprio, a Região Açores, sem nunca deixar de estar integrada na História e na Identidade portuguesa, tem hoje a possibilidade de escolher as vias de desenvolvimento que melhor valorizam as suas potencialidades ou seja, pode e deve planear o futuro de forma autónoma, preservando a qualidade de vida das suas populações.

C.2.6 EM JEITO DE CONCLUSÃO - O TURISMO E A IDENTIDADE INSULAR

A história dos Açores sempre foi feita na diversidade das origens, na diversidade das experiências, em grande parte devido ao isolamento que marcou as populações insulares.

Os primeiros habitantes aprenderam a adaptar o património cultural que traziam das terras do continente aos materiais, ao clima e às incertezas que a insularidade criava.

Com o passar dos tempos alguns procuraram, nos barcos que se dirigiam às Américas,

alcançar novos horizontes de riqueza, oportunidades pouco favorecidas nas ilhas, onde o poder de alguns sobre a terra limitava a vida dos que só tinham a força do seu trabalho como fonte de rendimento. Entre os que partiram e os que ficaram, as ilhas acabaram por se desenvolver, tendo a terra e o que dela se produzia como principal fonte de rendimento. No entanto, o sector agrícola foi aos poucos deixando de ser tão importante; as terras de pão transformaram-se em pastagem e instalou-se a tão falada "monocultura da vaca". Com a criação do governo regional, a Região viu incrementar o sector dos serviços. Hoje a Região aposta em novas alternativas económicas nomeadamente o turismo. Mas, como encarar uma área de desenvolvimento que pressupõe a presença, permanente, de estranhos no quotidiano insular? Esta é uma das principais questões. A outra é saber que "turismo" se adequa à realidade microssociológica das comunidades insulares dos Açores. É um facto que as ilhas não são iguais no que concerne ao hábito de receber o estrangeiro. No Faial há muito que os estrangeiros abordam esta ilha por mar (marina).

Aceitar o turismo como estratégia económica, implica antes de mais, olhar o visitante com confiança e estar disponível para o acolher e lhe prestar um serviço; implica uma consciência social diferente por parte das empresas de serviços, em particular das que estão mais interligadas com o sector do Turismo, deixando de trabalhar para os "de casa", o mesmo é dizer "caseiramente" e assumindo uma preocupação com os de fora, "no rigor" de quem sabe o que faz. Fazer da hospitalidade um capital económico parece ser uma exigência cultural e social que irá romper com séculos de isolamento, de "auto-subsistência" e "endogamia social". Por esse facto, um projecto de turismo para uma Região como os Açores não pode ser uniformizante nem prever apenas um tipo de "visitante". Para facilitar os contactos com a comunidade local e levar as populações a reencontrarem-se consigo próprias através de quem as visita, é importante ter em conta a história deste povo, as riquezas "simples" que ao longo dos séculos foi acumulando; desde as casas de pedra basáltica, ao bolo de milho, do tapete de folha ao chicharro de molho verde. Valorizando o que o povo é, mais facilmente ele sente "prazer" em mostrar-se, em partilhar com quem o visita. Esse é sem dúvida um turismo "cultural" e "ambiental". Todas as outras formas "globalizantes" de turismo que se instalam onde quer que seja segundo modelos padrão, utilizando para isso as mesmas estratégias de implantação de um "conforto universal", alteram e desidentificam as comunidades envolventes. No caso dos Açores,

o risco é tanto maior, quanto mais esta comunidade é descontínua e composta por “pequenos” núcleos habitacionais. Há ilhas onde a população local enche um pavilhão de desportos (Sta.Maria, Graciosa ou Flores) ou mesmo uma salão de festas (Corvo)³⁰. O envolvimento de todos num projecto turístico sustentado, implica uma estratégia em rede, personalizada, integrada no contexto de vida de cada ilha e de cada comunidade, que não reforce o isolamento dentro do arquipélago ou mesmo dentro das ilhas maiores, pela sobrevalorização das comunidades mais urbanizadas e economicamente mais favorecidas como Ponta Delgada, Angra e Horta.

Os Açores são demasiado *frágeis*, no que toca à sua natureza, para suportar uma avalanche permanente de turistas que invada os campos de golfe, encha as praias e os lugares de banhos; perturbe as populações percorrendo as ruas a altas horas da noite, falando alto e bebendo nos bares até madrugada. Cada comunidade tem direito a viver segundo o seu próprio ritmo e, apostar no turismo, não pode ser ignorar a identidade dessa comunidade que acolhe os visitantes como se os seus habitantes fossem “parte de um cenário”.

A história do povoamento dos Açores fala-nos de um processo lento e difícil de adaptação cultural, diversificada. O turismo nos Açores deverá ser perspectivado do mesmo modo, rentabilizando os recursos locais e transformando as potencialidades das populações e da natureza prodigiosa destas ilhas numa fonte de riqueza económica que respeite a diversidade e o sentir das gentes que nestas terras de origem vulcânica persistem em viver entre “brumas” há mais de quinhentos anos.

³⁰ Segundo o Censos de 2001 (INE – resultados preliminares para a R.A.A.) a população residente nos Açores atingia um total de 242073 habitantes, distribuídos da seguinte forma: Sta.Maria – 5628 hab., S.Miguel – 131510 hab.; Terceira – 55794 hab.; Pico – 14804 hab.; Faial – 15476 hab.; Graciosa – 4770 hab.; S.Jorge – 9681 hab.; Flores – 3992 hab.; e Corvo – 418 hab. Em termos de evolução podemos verificar que os Açores oscilaram pouco em termos do total global, que em 1991 era de 237795 habitantes residentes. No entanto, há ilhas onde a população decresceu, como sejam: Flores, Graciosa, S.Jorge, Pico e Sta. Maria. Ao nível interno da ilha de S.Miguel há que ter em conta a diminuição da população nos concelhos mais distantes de Ponta Delgada (Povoação e Nordeste) ou na ilha Terceira um decréscimo da população residente na Praia da Vitória.

C.3. A ESTRUTURA ECONÓMICA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES: UMA ABORDAGEM GLOBAL

No contexto do presente estudo importa conhecer o modo como o turismo se insere na economia açoriana, de modo a poder-se analisar o impacto que a sua expansão futura poderá vir a provocar ou a induzir na economia do arquipélago. Faz-se, por isso, uma análise em dois tempos. Num primeiro momento, que corresponde ao actual relatório, faz-se uma abordagem geral da economia açoriana, estabelecendo posteriormente uma ligação com as actividades turísticas, procurando nesse contexto compreender o modo como o sector turístico se insere na estrutura produtiva, qual a sua expressão actual, e como se pode caracterizar a cadeia de valor do turismo na Região Autónoma dos Açores. Num segundo momento, e que terá lugar no contexto da análise de cenarização a realizar numa fase posterior, analisar-se-à o impacto previsível que a expansão e transformação do turismo provocará ou induzirá na economia dos Açores.

No presente relatório a abordagem da estrutura económica dos Açores faz-se, por sua vez, segundo dois planos de análise. No primeiro, neste sub-ponto, efectua-se uma caracterização geral do perfil de especialização da economia açoriana, na base de uma classificação sectorial convencional, permitida pelo sistema de contas nacionais e regionais. No segundo, no final do ponto, a análise centra-se na integração do sector turístico na estrutura produtiva da região, entendendo-se o sector turístico como o conjunto de actividades que servem a procura turística, ou de forma exclusiva (por exemplo, agências de viagens) ou em complemento da procura interna (por exemplo, restauração).

Os indicadores macroeconómicos relativos aos Açores demonstram inequivocamente o seu desnível de desenvolvimento relativamente aos valores médios do Continente e da União Europeia. Com efeito, tomando o PIB *per capita* (em PPC), o arquipélago apresenta um valor da ordem dos 50% da média europeia (a terceira posição mais

baixa no conjunto das regiões europeias), e a mais baixa no contexto das regiões portuguesas. A dimensão relativa da economia açoriana em relação à economia do país (cerca de 1,7% do PIB), bem como a sua situação de ultraperifericidade, insularidade e dispersão territorial, condicionam e relativizam a utilização de operadores analíticos convencionais.

De facto, a actividade produtiva nos Açores está sujeita a um conjunto de **constrangimentos** que remetem para os factores acima enunciados e que limitam drasticamente a sua competitividade face ao mercado continental e europeu. De um modo sistemático, os vários estudos que têm sido feitos sobre a economia do arquipélago, evidenciam o problema da descontinuidade geográfica, a qual determina uma envolvente económica marcada por externalidades negativas, pela inexistência de economias de aglomeração e de rede, por um capital humano muito marcado por uma demografia afectada negativamente pela emigração, que, no conjunto, impedem a formação dos factores de competitividade de que beneficiam as economias continentais. Como resultado, o aparelho produtivo é globalmente caracterizado por custos unitários de produção elevados, devido à necessidade de absorver os elevados custos de transporte, energéticos e de outros produtos e serviços de rede. Nestas condições o investimento não subsidiado torna-se pouco atractivo, o que limita por sua vez as condições de crescimento.

Num contexto de economia aberta, o problema central da economia açoriana é pois o de assegurar os níveis de competitividade que lhe permitam viabilizar uma estrutura produtiva com uma forte composição de bens transaccionáveis, que são justamente os que permitem obter níveis mais elevados de valor acrescentado por unidade de factor produtivo, e otimizar desse modo a acumulação de capital. Não é esta porém a situação observada actualmente, caracterizada como adiante se verá, pela prevalência dos sectores não transaccionáveis (serviços públicos e de rede) e pela predominância dos sectores transaccionáveis com menor potencial de criação de valor acrescentado (sector primário).

Fica assim instalado o ciclo vicioso "factores de competitividade reduzidos → baixa produtividade → baixo nível de rendimento → investimento reduzido → factores de competitividade reduzidos". Acresce que o padrão produtivo uniforme da generalidade das ilhas impede o desenvolvimento das relações inter-sectoriais dificultando a criação de uma economia insular mais integrada. Nestas condições, a economia de cada ilha

está preferencialmente relacionada com o exterior em detrimento da formação de uma malha de relações inter-ilhas mais densa e com maior retenção de valor acrescentado no território da RAA.

A análise das relações económicas que a Região estabelece com o exterior constitui um ângulo de análise adequado para a observação do perfil de especialização da economia. Em particular, a **estrutura do comércio externo** reflecte uma imagem desse mesmo perfil de especialização, ao mostrar as vantagens comparativas reveladas da região face ao exterior. Desde logo convém salientar que, no contexto de uma União Económica e Monetária, a região assume-se como a unidade territorial de referência em relação à qual se define o conceito de exterior o qual, em termos económicos, ultrapassa a dimensão das fronteiras políticas. Na prática, o conceito de "residente" aplicado à escala territorial permite distinguir, pelo menos no campo conceptual, a base adequada para a determinação das transacções de bens e serviços. Nestas condições, a Região Autónoma dos Açores posiciona-se face ao seu mercado externo, o qual inclui as regiões comunitárias (Continente e países comunitários) e países terceiros.

Porém, enfrentamos duas limitações de ordem estatística. Em primeiro lugar, as bases estatísticas existentes reflectem sobretudo o comércio de mercadorias, cobrindo mal as transacções de serviços, e que têm um peso significativo na formação do valor acrescentado. O turismo insere-se nesta categoria, na medida em que muitas das actividades associadas ao sector cabem nas transacções de serviços transaccionáveis entre residentes e não residentes no território insular (transportes, agenciamento de viagens, comunicações, seguros, serviços bancários³¹). Em segundo lugar, não existem estatísticas relativas às transacções entre a RAA e o resto do país que permitam suportar aquela abordagem no plano da análise quantitativa. Para ultrapassar esta limitação recorreremos a estudos feitos anteriormente e a algumas estimativas.

O Quadro 1 fornece uma primeira visão, necessariamente descritiva e genérica, das principais actividades produtivas que determinam o padrão de especialização da economia açoriana.

³¹ Nos casos em que existe uma Balança de Pagamentos, estas transacções são observadas e registadas.

Quadro 1 - Caracterização das principais actividades produtivas da RAA

Sector de actividade económica	Principais características
Agricultura e pecuária	<p>Forte especialização na pecuária e elevada concentração na bovinicultura para leite, e evolução recente para produção de carne. A pecuária desenvolve-se sobretudo em pastos naturais, em detrimento das terras aráveis e das culturas permanentes</p> <p>Existe um elo forte, na relação da pecuária, a jusante, com a indústria de lacticínios (leite UHT e em pó, manteiga, queijo)</p> <p>Produção vegetal constituída por produtos de consumo interno, com alguns <i>outputs</i> para a indústria transformadora (tabaco, açúcar)</p> <p>Forte dependência externa devido à debilidade das culturas arvenses e oleaginosas. As condições de produção no sector primário estão ainda muito marcadas pela estrutura fundiária pouco produtiva devido à reduzida dimensão das explorações médias (cerca de 6 ha da SAU), evidenciando uma elevada divisão das explorações, e ainda pela reduzida mecanização.</p>
Pesca	<p>Importância relativa das capturas de tunídeos na estrutura da produção do sector</p> <p>Estabelece um elo forte com a indústria conserveira que beneficiou de programas de apoio visando a sua modernização.</p>
Indústria	<p>Pouco peso, relativamente ao Continente, da indústria transformadora no VAB regional.</p> <p>Especialização industrial centrada nas indústrias alimentares, particularmente nos lacticínios</p> <p>Relevância das indústrias de conservas de peixe, bebidas e tabaco.</p> <p>Reduzidas vantagens competitivas para a actividade industrial devido aos elevados custos unitários em alguns <i>inputs</i> essenciais (energia, transportes)</p>
Energia	<p>Produção energética concentrada na produção termoelétrica, implicando uma elevada dependência externa do petróleo. Esta dependência traduz-se em consumos baixos e em preços elevados.</p> <p>Maior relevância, em comparação com o Continente, de fontes energéticas alternativas (geotermia e energia eólica).</p> <p>Menor consumo <i>per capita</i> de energia eléctrica do que no Continente, apesar de uma despesa média superior dos agregados familiares com a electricidade. O mais elevado preço unitário da energia eléctrica explica aquela relação.</p>
Serviços não mercantis	<p>De um modo geral, é considerável o peso dos serviços não mercantis na economia da região.</p> <p>Sistema de saúde com limiares de eficiência muito inferiores aos do Continente, implicando grandes deseconomias de escala decorrentes da dispersão dos equipamentos e do isolamento dos profissionais da saúde.</p>
Serviços às empresas e às famílias	<p>Baixo limiar de eficiência dos serviços bancários.</p>

Uma leitura sintética do quadro mostra que a economia açoriana assenta as suas vantagens comparativas no sector agro-alimentar, e este muito centrado na fileira dos lacticínios, e a sua terciarização tem vindo a fazer-se sobretudo pela via dos serviços não mercantis, financiados sobretudo com recursos financeiros públicos, o que levanta um problema de sustentabilidade a médio-longo prazo. O turismo tem ainda uma expressão reduzida na RAA enquanto actividade económica, e a sua articulação com as restantes actividades económicas não é ainda muito visível.

A questão que importa pois colocar neste contexto, e a que se procurará dar uma resposta ao longo do presente, é de saber se o desenvolvimento do turismo pode constituir uma alternativa ao padrão produtivo tradicional, contribuindo de algum modo para romper aquele ciclo vicioso, trazendo à economia da RAA factores de dinamismo que a economia tradicional, tal como está estruturada, não é capaz de oferecer.

Em teoria, o turismo pode contribuir para romper aquele ciclo induzindo a reabilitação das economias tradicionais, desde que devidamente integrado na malha produtiva e social de uma forma harmoniosa e equilibrada. Na verdade, multiplicam-se os exemplos, noutros países, que demonstram o potencial do turismo para, através dos seus efeitos multiplicadores, apoiar e transformar as economias tradicionais, constituindo-se assim como uma das principais fontes de rendimento desses países. Mas também se multiplicam os exemplos das externalidades negativas geradas pelas actividades turísticas, as quais pelas suas características mais difusas são habitualmente mais difíceis de avaliar, quantificar e, correspondentemente, de as fazer internalizar nos custos dos sectores que as produzem. Acabam assim por se constituir como um custo social que contrasta com o benefício privado, em vários ramos de actividade, proporcionado pelo turismo.

FIGURA 1 - DISTRIBUIÇÃO DO VAB POR RAMOS DE ACTIVIDADE (EM %)

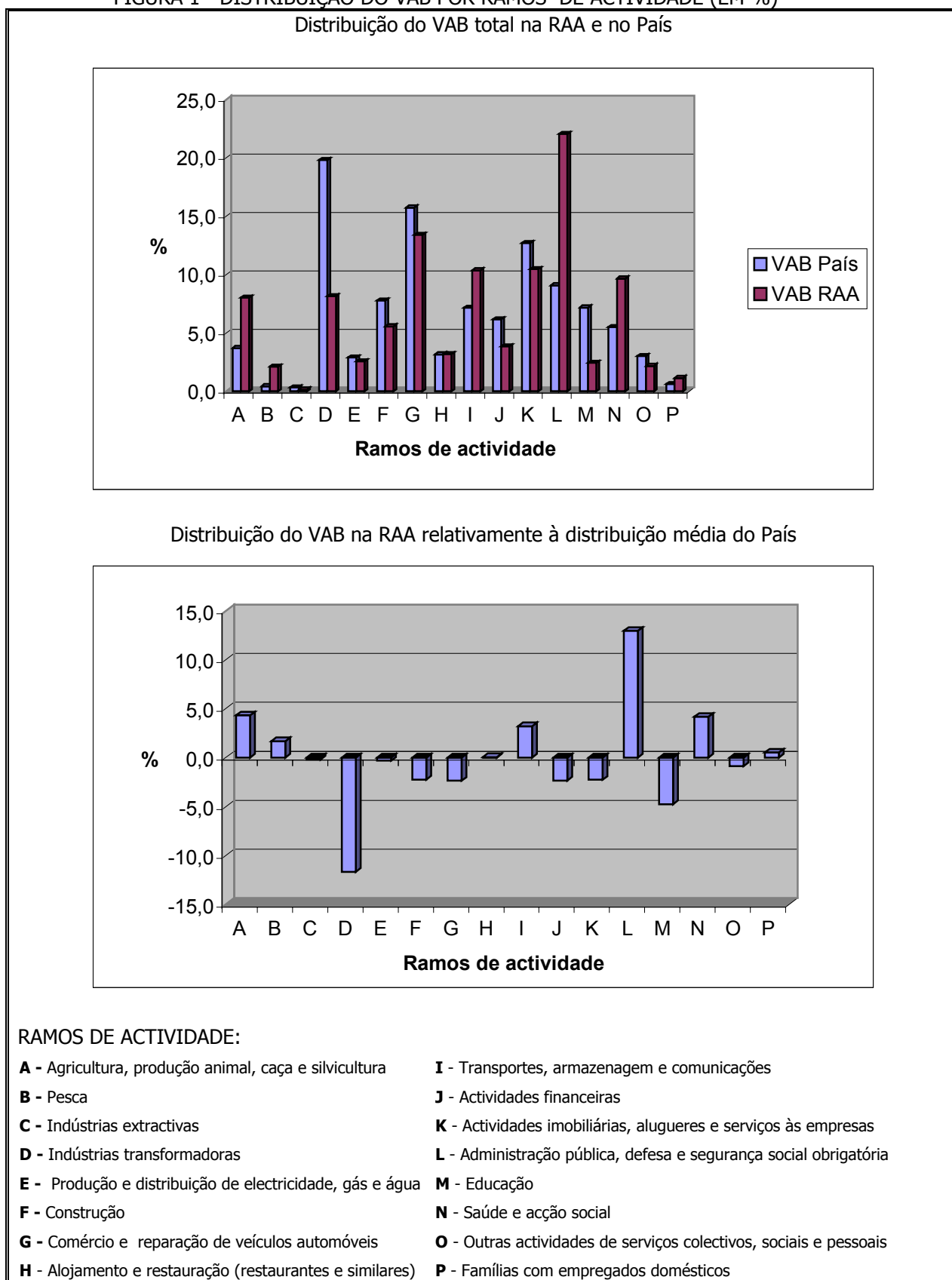
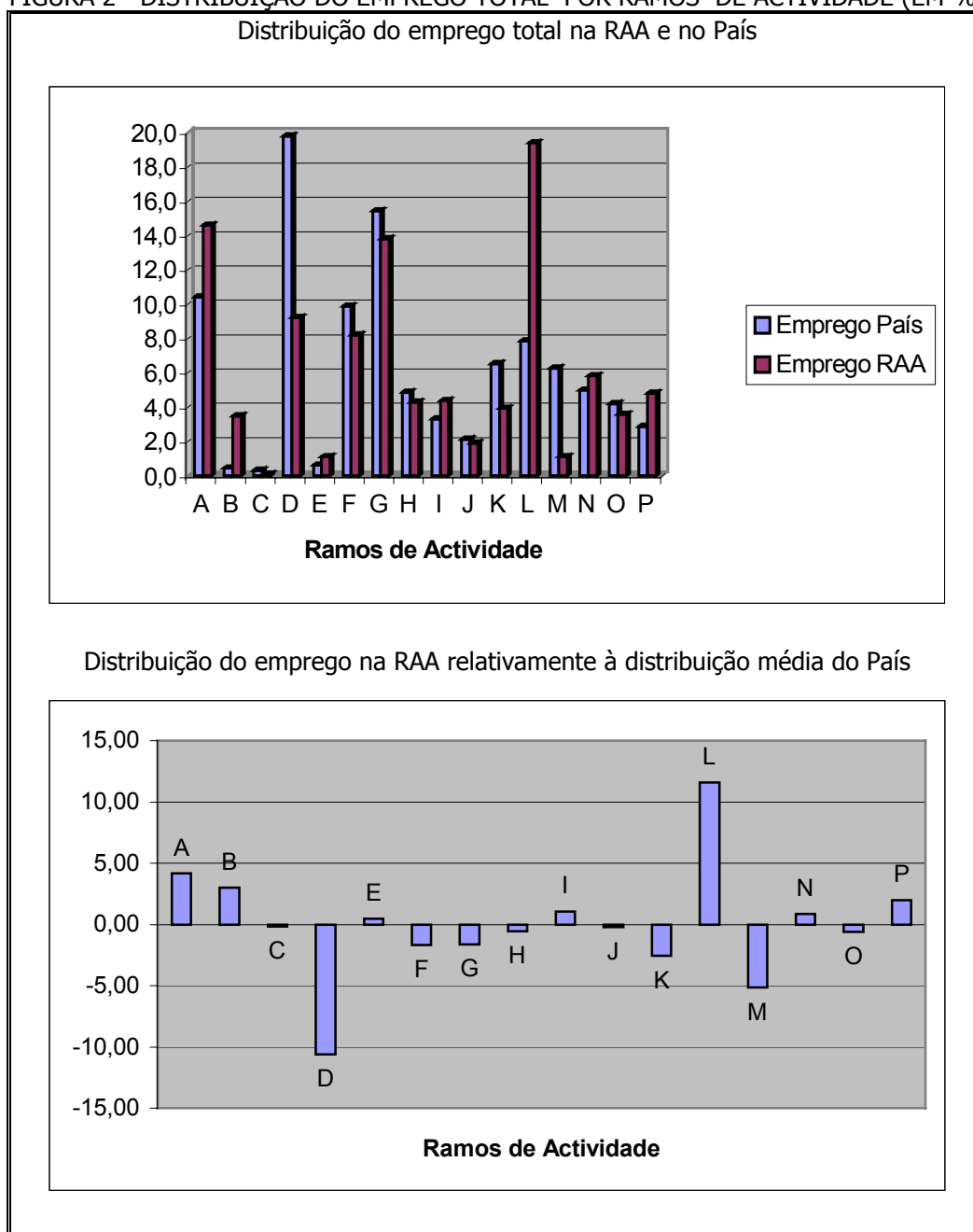


FIGURA 2 - DISTRIBUIÇÃO DO EMPREGO TOTAL POR RAMOS DE ACTIVIDADE (EM %)

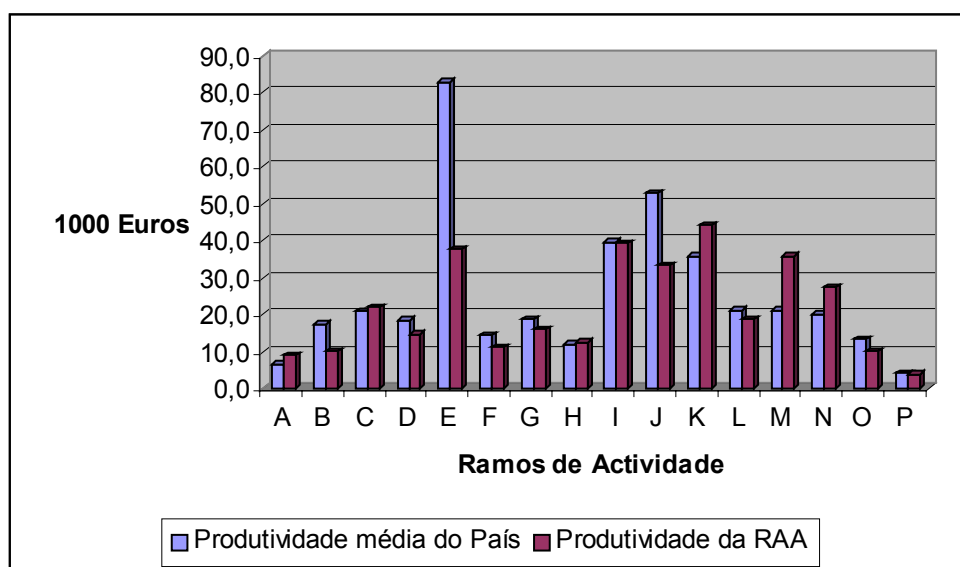


Conforme mostra a Figura 2 o perfil de distribuição do emprego por ramos de actividade na RAA segue um padrão muito semelhante ao do valor acrescentado, e como este também difere significativamente do observado na média do país. Na verdade, o emprego na RAA concentra-se sobretudo na Administração Pública, na Agro-pecuária, no Comércio, nas Indústrias Transformadoras e na Construção. O diagrama põe em evidência que, para além dos sectores produtivos onde a RAA tem vantagens comparativas em relação ao Continente (Agro-pecuária e Pesca), é também

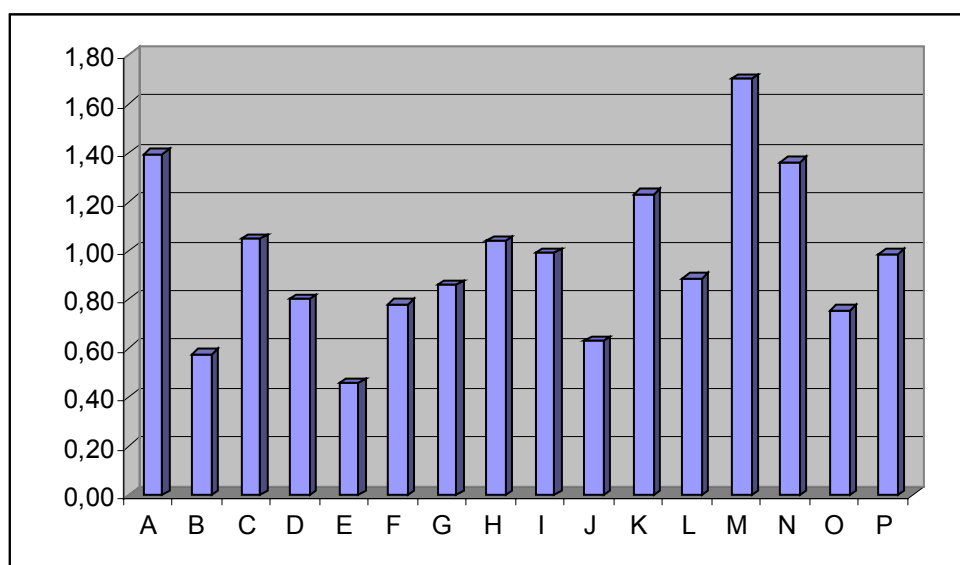
nos sectores não transaccionáveis que se verifica um desvio positivo do emprego em relação à média do Continente (Administração Pública, Transportes e Comunicações, Electricidade-Gás-Água, Saúde). Este desvio é seguramente explicado pela menor produtividade relativa que esses sectores exibem mesmo tratando-se de sectores capital-intensivos como é o caso da Energia e Águas.

FIGURA 3 - PRODUTIVIDADE MÉDIA DO PAÍS E DA RAA

Produtividade média total e da RAA



Relação entre a produtividade da RAA e do país



A análise das relações económicas externas da RAA, ainda que condicionada pelas limitações da informação estatística atrás assinalada, permite identificar algumas **linhas de força** numa perspectiva de articulação com a economia do sector turístico.

Uma primeira observação que se pode fazer é a **concentração das exportações em bens tangíveis**, associados naturalmente às vantagens comparativas da região no sector agro-alimentar, mas muito penalizados pelos elevados custos de transporte, que actuam como factor permanente de redução da competitividade externa. Este constrangimento poderá ser contornado através da progressão para jusante na cadeia de valor, através da transformação industrial em produtos finais com maior valor unitário, mas a perspectiva estratégica não pode deixar de estar associada à penetração crescente de intangíveis no padrão de exportação da região. O turismo e os serviços que lhe estão associados poderão sem dúvida contribuir para isso.

Uma segunda observação tem a ver com o destino geográfico das exportações. Na verdade, a integração da RAA na economia internacional é sobretudo intermediada pelas relações económicas com o Continente, que sobretudo a partir da adesão de Portugal à Comunidade Europeia em 1986, tem vindo a reforçar a sua posição na estrutura do comércio externo da RAA. Esta situação levanta algumas interrogações sobre as causas que poderão explicar esta tendência. Fortuna (1998) avança como possível explicação a organização do comércio do país, designadamente com a formação de cadeias de grandes superfícies e de centrais de compras que passaram a dominar toda a fileira de produção e comercialização dos principais produtos de exportação. Uma outra explicação pode residir no facto de as condições de concorrência no mercado continental (padrões de qualidade, preço, garantia de abastecimento do mercado em quantidade) serem menos exigentes do que as que são impostas pelo mercado comunitário e internacional no seu conjunto, de tal modo que se coloca, a prazo, o problema da sustentabilidade dos fluxos de comércio à medida que os padrões de comercialização e consumo se tornam mais exigentes?

O **tecido empresarial** açoriano baseia-se na micro-empresa o que é evidenciado pelo facto de 90% das empresas terem menos de 4 trabalhadores, e pela predominância da empresa em nome individual que representa 88% do universo empresarial. Um tecido empresarial com estas características tem as vantagens e as desvantagens associadas à pequena dimensão das unidades produtivas. Se por um lado, beneficia de condições de maior flexibilidade e adaptabilidade às mutações do padrão de procura e à evolução

do ciclo económico, sofre como contrapartida as limitações decorrentes da escassez de escala para assumir e internalizar os custos de modernização e adaptação a um ambiente económico muito competitivo.

Por outro lado, o baixo **nível geral de qualificação dos empresários e dos trabalhadores** é um obstáculo à inovação e à procura de respostas adequadas a uma procura cada vez mais exigente. Esta limitação é particularmente severa no caso do Turismo onde a estrutura da oferta exige um elevado conteúdo de serviço, e nalguns casos de informação, mesmo em actividades pouco exigentes no plano tecnológico. Por exemplo, nas actividades de acolhimento de turistas e de animação, as pequenas empresas estão melhor posicionadas para responder a solicitações de uma procura cíclica e diversificada, mas requerem por isso mesmo um conjunto de qualificações específicas que só podem formar-se a partir de um quadro cultural estruturado e denso e de um patamar de educação e formação relativamente elevados.

Na verdade, as estruturas produtivas tradicionais, designadamente as ligadas ao mundo rural, às actividades piscatórias, e à utilização equilibrada da natureza, têm um elevado potencial de atracção turística, mas exigem também uma elevada criatividade e uma capacidade de adaptação à procura, que se forem realizadas são fontes importantes de criação de valor acrescentado.

C.4. DEMOGRAFIA E POVOAMENTO

C.4.1 DEMOGRAFIA

C.4.1.1 Evolução da população

A Região Autónoma dos Açores (RAA) tem cerca de 241.762 habitantes, segundo os dados provisórios do Censo 2001, o que representa um ligeiro acréscimo relativamente a 1991 contrariando, assim, a diminuição populacional que vinha a manifestar nas últimas décadas, consequência de fortes surtos emigratórios que afectaram não só o arquipélago mas também o País.

Quadro 2 – Evolução da POPULAÇÃO RESIDENTE

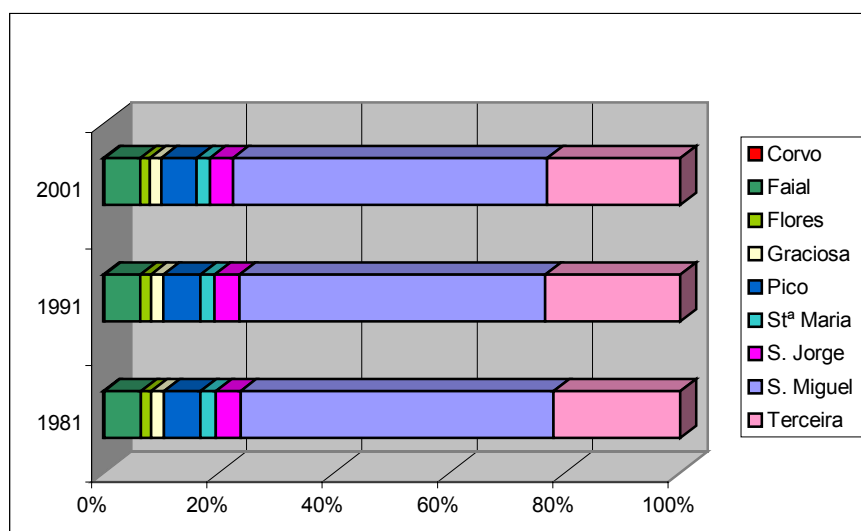
Ilhas	População Residente			Hab./Km ²		
	1981	1991	2001	1981	1991	2001
Corvo	370	393	425	22	23	25
Faial	15489	14920	15063	89	86	87
Flores	4352	4329	3995	31	31	28
Graciosa	5377	5189	4780	88	85	78
Pico	15483	15202	14806	35	34	33
St ^a Maria	6500	5922	5578	67	61	57
S. Jorge	10361	10219	9674	42	42	39
S. Miguel	131908	125915	131608	177	169	176
Terceira	53570	55706	55833	133	139	139
R. A. Açores	243410	237795	241762	104	102	104
País	9833014	9867147	10355824	107	107	113

Fonte: INE - Censos da População

Representando 2,4% da população portuguesa, os Açores têm uma densidade média que se situa entre os 102-104 habitantes por Km², valor ligeiramente inferior à média nacional.

A distribuição da população pelas nove ilhas que constituem a RAA é, no entanto, bastante diferenciada. Cerca de 54% da população da Região reside na Ilha de S. Miguel e 23% na Terceira. Ou seja, quase 80 % dos residentes no arquipélago concentram-se nestas duas ilhas registando estas, aliás, densidades populacionais bastante superiores à média da Região. As ilhas menos populosas são o Corvo, que não chega aos 500 habitantes, a Graciosa e as Flores com menos de 5000 residentes cada.

FIGURA 4 - DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DA POPULAÇÃO POR ILHAS



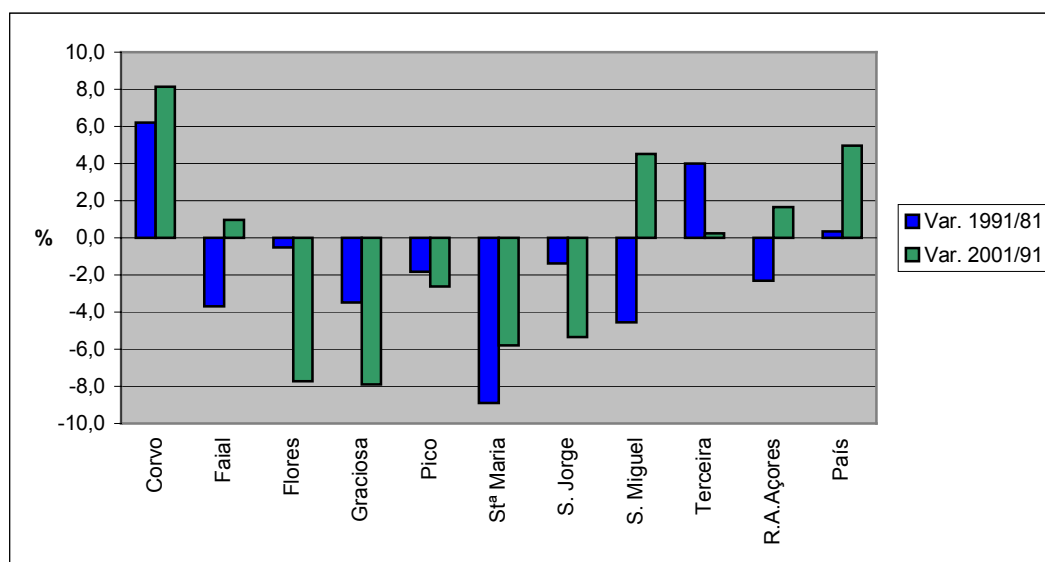
Fonte: INE - Censos da População

Também em termos de evolução populacional as várias ilhas têm tido percursos diferentes. Entre 1991 e 2001 apenas o Corvo, o Faial e S. Miguel registam variações positivas. A Terceira praticamente mantém o número de residentes, deixando de crescer ao ritmo registado na década anterior. As restantes ilhas apresentam variações negativas e, comparativamente com a década de oitenta, acentuam esse decréscimo (excepto Santa Maria).

No entanto, é preciso ter em atenção os reduzidos quantitativos populacionais de

algumas destas ilhas.

FIGURA 5 - VARIACÃO DA POPULAÇÃO RESIDENTE



Fonte: INE - Censos da População

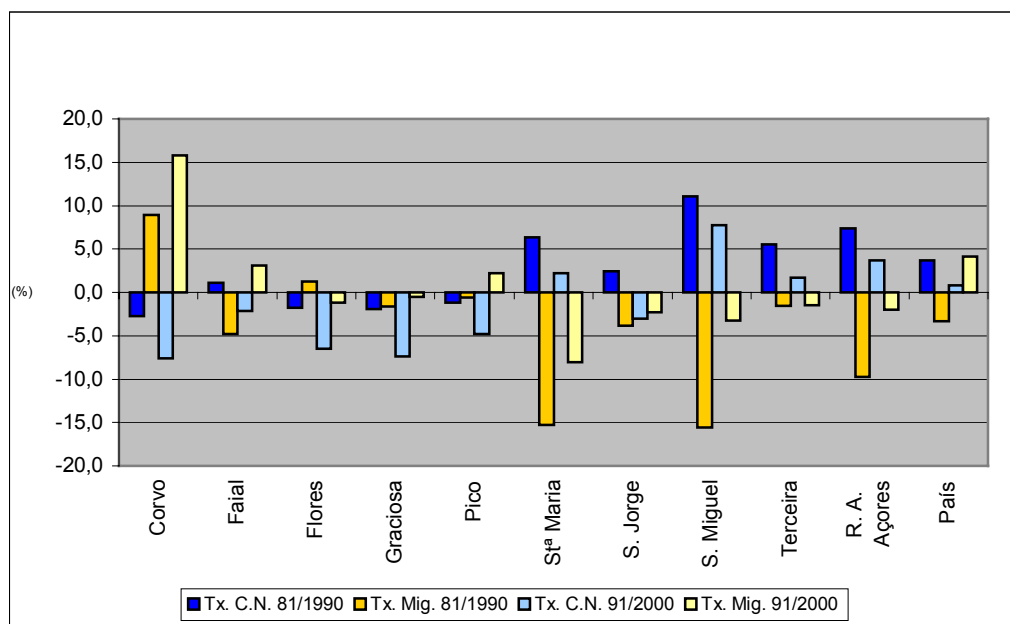
Esta dinâmica populacional que as ilhas açorianas têm vindo a registar resultam de situações diferentes.

Se olharmos para o caso do Corvo e Faial verificamos que o aumento populacional se deve a saldos migratórios positivos, uma vez que o crescimento natural é negativo. O acréscimo é por via de novos residentes.

Já em S. Miguel é o crescimento natural que contribui para os aumentos registados, já que a componente migratória se mantém negativa, embora em menor escala.

Curiosa é a situação dos Açores face ao País: enquanto Portugal cresce na última década devido, sobretudo, a saldos migratórios positivos acompanhados por um crescimento natural muito reduzido, os Açores aumentam a sua população pelo facto de continuarem a registar um crescimento natural positivo (embora inferior ao da década de oitenta) e terem-se reduzido consideravelmente os fluxos migratórios negativos permitindo, assim, que as saídas do arquipélago sejam compensadas pelo excedente de vida.

Figura 6 - Taxas de Crescimento Natural e Migratória da População



Fonte: INE - Censos da População

C.4.1.2 Estrutura demográfica

A RAA, no seu conjunto, apresenta um padrão muito semelhante ao do País em termos da taxa de nupcialidade - decréscimo ao longo dos anos -, embora com valores ligeiramente superiores. Algumas ilhas tiveram evoluções diferentes registando aumentos desta taxa, quer entre 1991 e 1999 (Flores, Stª Maria e S. Jorge), quer entre 1981 e 1999 (Faial).

A parcela de população que vive em conjugalidade (em união de facto/casada + em união de facto) é inferior nos Açores comparativamente com a média nacional. No entanto, a percentagem apresentada pelas Flores, Stª Maria e Faial aproxima-se deste valor.

Não foi possível obter esta informação para 1991 e 1981 porque no primeiro caso não há informação publicada por ilha e, no segundo, a classificação quanto ao estado civil não é comparável.

FIGURA 7 - TAXA DE NUPCIALIDADE, POR ILHA

Fonte: INE - Censos da População

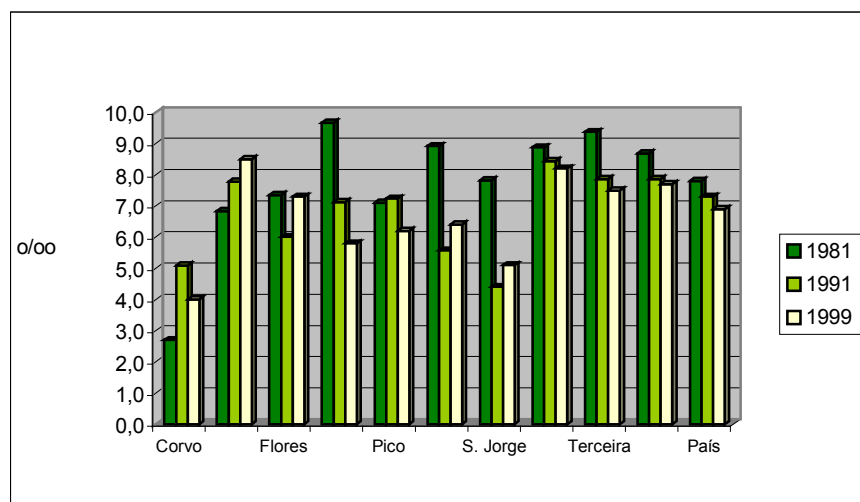
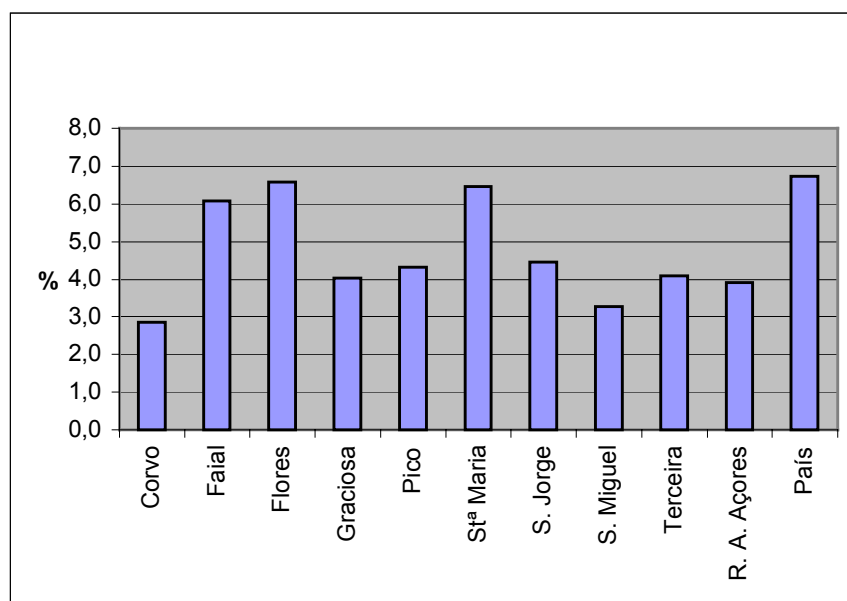


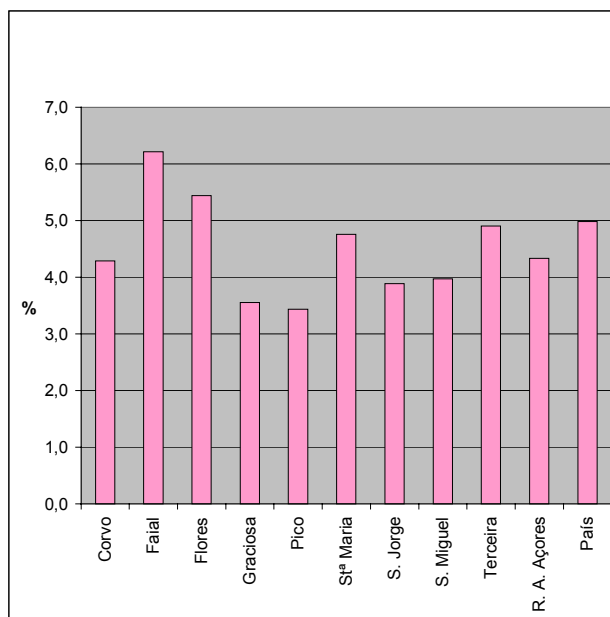
FIGURA 8 - POPULAÇÃO EM CONJUGALIDADE - 2001, POR ILHA

Fonte: INE - Censos da População



Também a proporção de população divorciada (divorciada+separada) é ligeiramente inferior nos Açores do que para o conjunto do País. Os valores registados nas várias ilhas não são muito díspares, embora no Faial e nas Flores ultrapasse os 5%.

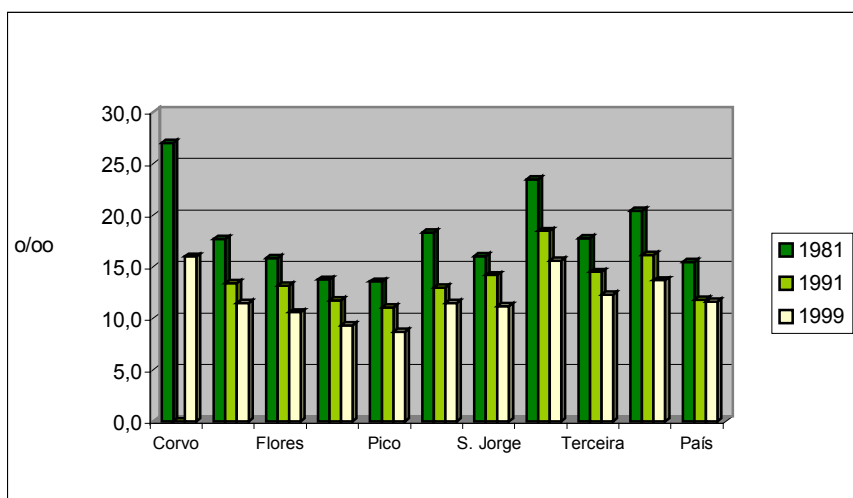
Figura 9 - Proporção de População Divorciada - 2001, por ilha



Fonte: INE - Censos da População

As taxas de natalidade, como se pode observar no gráfico respectivo, têm vindo a diminuir em todas as ilhas, acompanhando a tendência geral do País. Nalgumas delas (Graciosa, Pico, entre outras) os valores são mesmo inferiores à média nacional, embora os Açores, no seu conjunto, registem taxas de natalidade ainda acima deste valor.

FIGURA 10 - TAXA DE NATALIDADE, POR ILHA



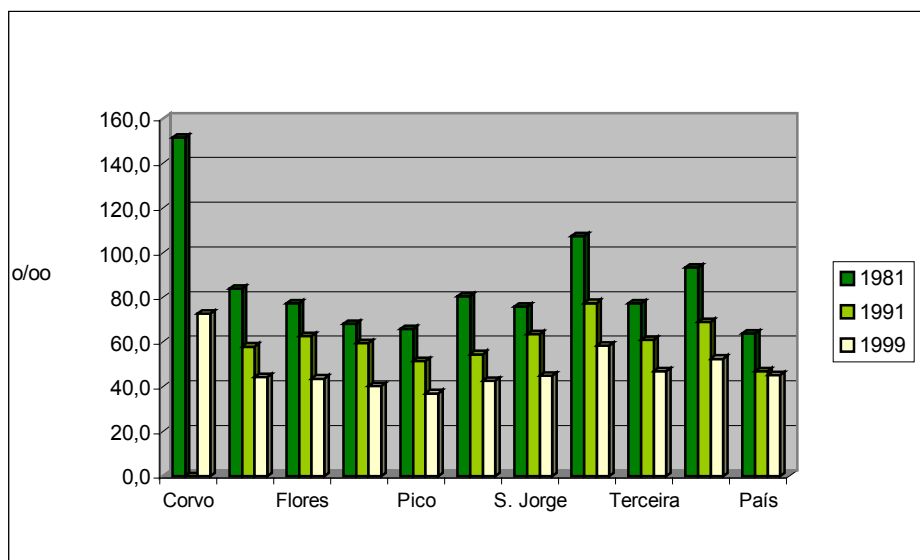
Fonte: INE - Censos da População

Esta diminuição das taxas de natalidade é acompanhada pelo decréscimo das taxas de fecundidade (número de nascimentos por mulheres com idades entre os 15-49 anos). Embora apresentem valores ligeiramente diferentes, o comportamento das nove ilhas é semelhante. De salientar que em 1981 e 1991 todas as ilhas apresentavam taxas superiores à do País embora em 1999 algumas delas já fiquem abaixo deste valor médio.

A situação do Corvo é muito particular, aliás como acontece com todos os outros indicadores, porque como parte de um quantitativo populacional de pequena dimensão qualquer modificação de comportamento tem um impacto grande em termos relativos.

FIGURA 11 - TAXA DE FECUNDIDADE, POR ILHA

Fonte: INE - Censos da População



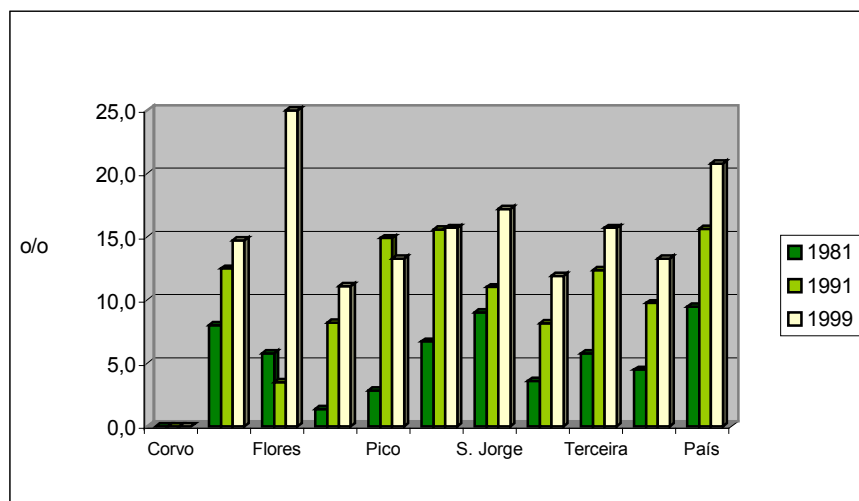
Apesar dos maiores decréscimos se terem registado entre 1981 e 1991, esta continuada diminuição das taxas de natalidade e de fecundidade vai certamente ter reflexos na estrutura etária da população, pelo menos no que diz respeito à diminuição de população mais jovem.

Observando o caso específico dos nados vivos havidos de relações extra-matrimoniais pode verificar-se que a sua percentagem relativamente ao total dos nados vivos tem aumentado significativamente nos últimos 20 anos. Se para o conjunto da RAA este valor é ainda bastante inferior à média nacional, há algumas ilhas onde se têm

registado grandes aumentos (Flores, Pico, Graciosa). Também neste caso a pequena dimensão de que se parte tem de ser tida em conta nestas análises.

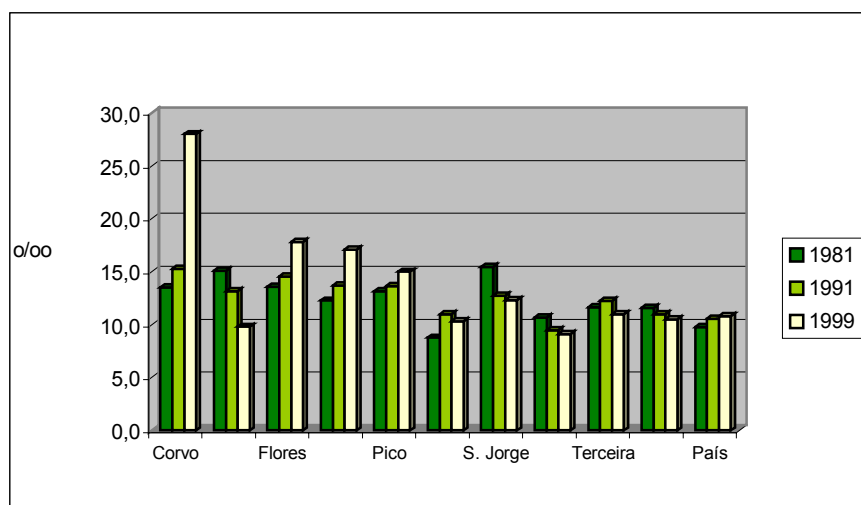
FIGURA 12 - NADOS VIVOS FORA DO CASAMENTO (%), POR ILHA

Fonte: INE - Censos da População



Relativamente às taxas de mortalidade, as várias ilhas têm comportamentos diferenciados. O Faial, St^a Maria, S. Jorge, S. Miguel e Terceira contrariam a tendência nacional, manifestando um decréscimo dos valores deste indicador. As restantes mantêm taxas de mortalidade superiores à do País. Curiosamente o valor da taxa de mortalidade para o conjunto dos Açores é, em 1999, praticamente idêntico ao de Portugal embora em 1981 apresentasse numa situação mais desfavorável.

FIGURA 13 - TAXA DE MORTALIDADE, POR ILHA

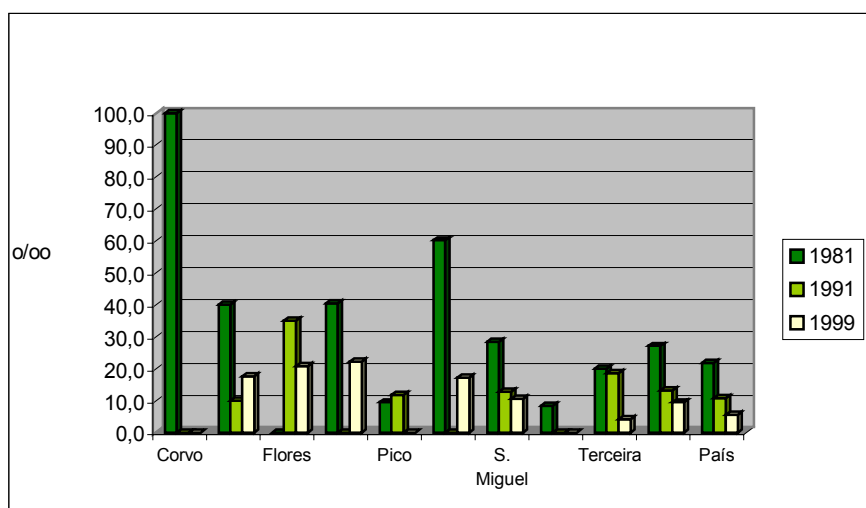


Fonte: INE - Censos da População

Pode concluir-se que, quer no caso de Portugal, quer no caso específico dos Açores, parece haver uma tendência para a estabilização das taxas de mortalidade em valores próximos dos dez óbitos por mil habitantes.

Em termos da mortalidade infantil, constata-se que apesar das taxas elevadas que se registavam nalgumas ilhas em 1981, e até em 1991, tem-se vindo a assistir a uma redução bastante acentuada deste indicador. Os Açores acompanham, assim, a tendência média do País, embora nalgumas ilhas ainda persistam valores que se podem considerar preocupantes.

FIGURA 14 - TAXA DE MORTALIDADE INFANTIL, POR ILHA



Fonte: INE - Censos da População

A evolução e os valores dos indicadores que têm vindo a ser analisados contribuem, como já foi referido, para a estrutura etária desta Região.

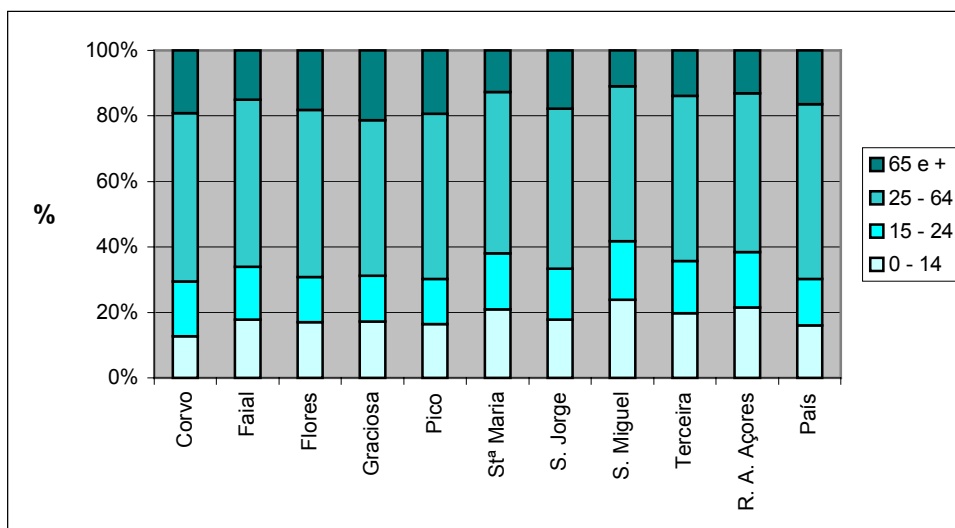
Segundo os dados provisórios do Censo 2001, os Açores apresentam uma estrutura relativamente mais jovem que a do País, quer por uma maior percentagem de população jovem, quer por um menor peso da população idosa.

As ilhas de S. Miguel e de St^a Maria destacam-se como as mais jovens do arquipélago. Em S. Miguel a população entre os 0 e os 24 anos representa mais de 40% da população total.

Por outro lado, é ainda relevante a parcela de população em idade activa, embora em

todas as ilhas seja inferior à média do País.

FIGURA 15 - ESTRUTURA ETÁRIA, 2001



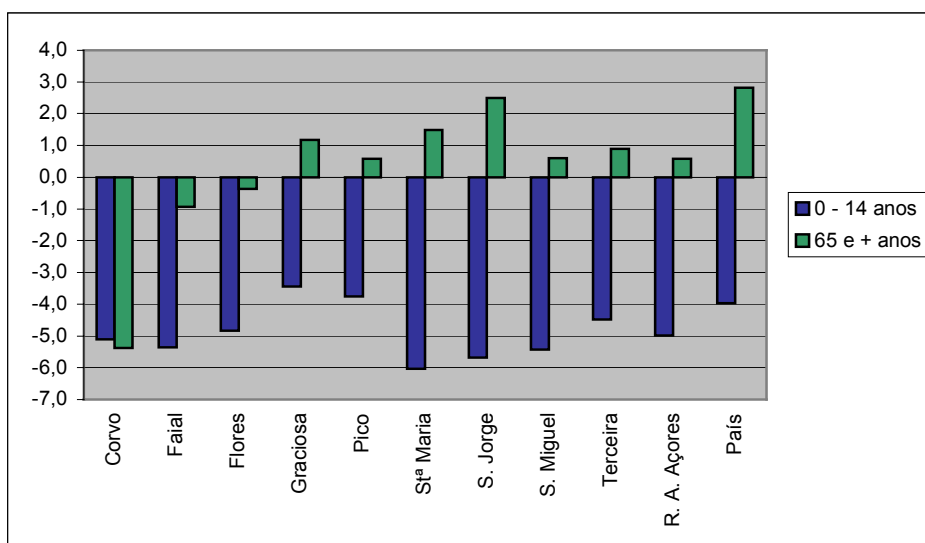
Fonte: INE - Censos da População

Apesar desta situação, verifica-se que entre 1991 e 2001 todas as ilhas registaram substanciais decréscimos no grupo etário dos 0 aos 14 anos, consequência da diminuição das taxas de natalidade que se tem vindo a verificar e do surto migratório das décadas anteriores. Por outro lado, à excepção do Corvo, Faial e Flores, as restantes ilhas vêm acentuar também o envelhecimento no topo da pirâmide, com uma maior importância da população idosa.

No entanto, e como se pode facilmente verificar através do gráfico, o envelhecimento da população açoriana, na sua maioria, deve-se bastante mais à diminuição dos jovens do que ao aumento da parcela dos idosos. É, para já, um envelhecimento na base da pirâmide.

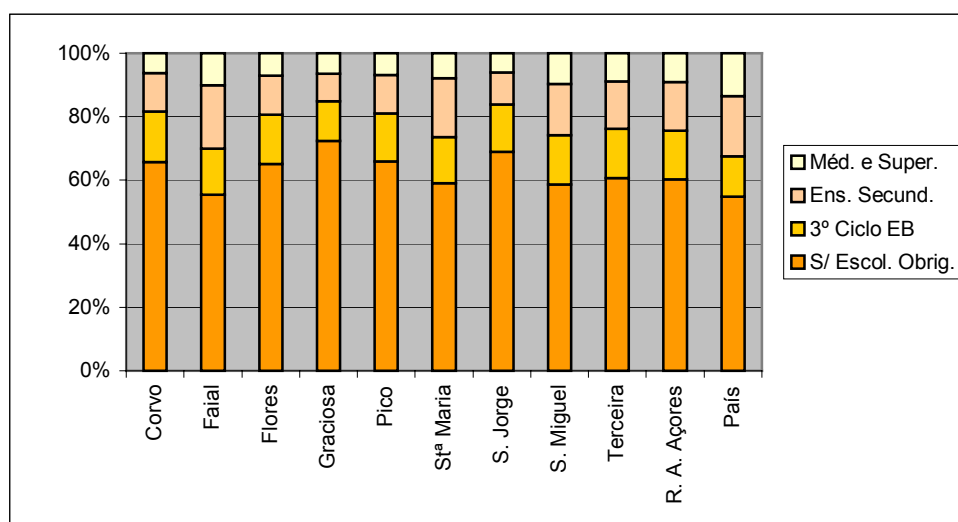
Relativamente às habilitações literárias, a situação da população açoriana é um pouco mais desfavorável do que a média do País. Cerca de 60% da população com mais de 15 anos não possui a escolaridade obrigatória completa, ou seja, o 9º ano do ensino básico, e aqueles que terminaram um curso médio ou superior representam uma parcela pouco significativa do conjunto. O Faial é a ilha que tem uma distribuição percentual, nos quatro grupos, mais próxima da nacional.

FIGURA 16 - GRUPOS ETÁRIOS - VARIAÇÃO 1991/2001, POR ILHA



Fonte: INE - Censos da População

FIGURA 17 - POPULAÇÃO RESIDENTE COM 15 ANOS OU MAIS SEGUNDO O GRAU DE ENSINO,



2001

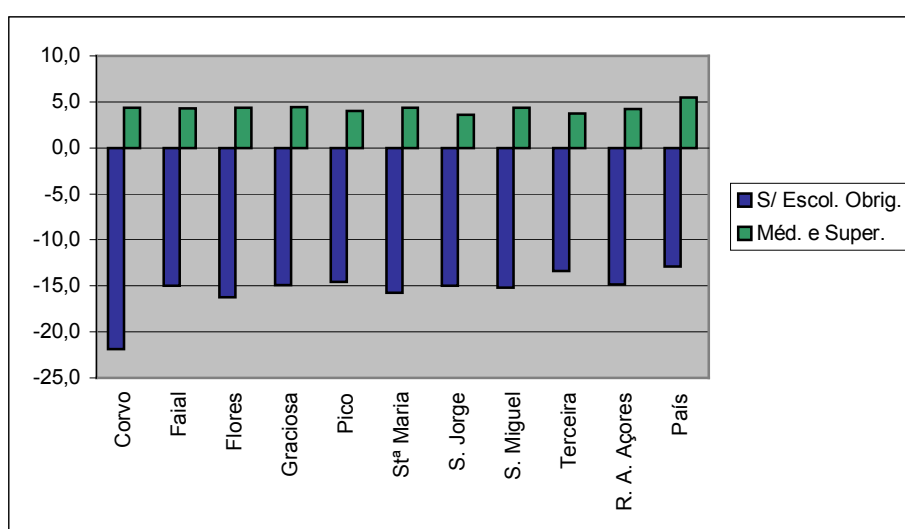
Fonte: INE - Censos da População

Observando as variações entre 1991 e 2001 dos grupos extremos - população com mais de 15 anos sem escolaridade obrigatória e população que possui um curso médio ou superior - verifica-se que a população sem escolaridade obrigatória tem vindo a reduzir-se bastante, apesar dos valores verificados em 2001 serem ainda muitíssimo elevados.

Esta será certamente uma limitação importante em termos da qualificação da mão-de-obra disponível, nomeadamente para o sector turístico e actividades complementares.

Se tem havido uma evolução positiva no sentido do aumento da escolaridade da população residente, parece ter, por enquanto, um impacto ligeiro num quadro global.

FIGURA 18 - INSTRUÇÃO - VARIAÇÃO 1991/2001, POR ILHA

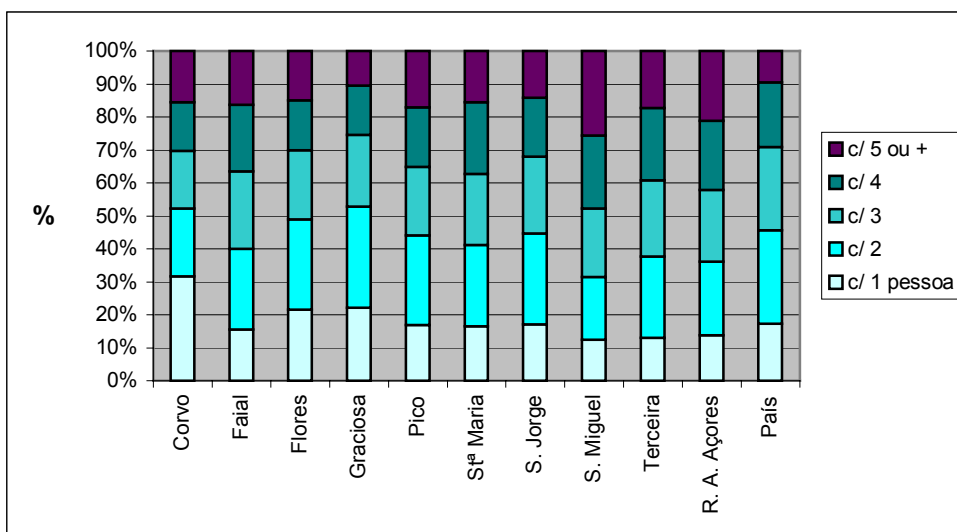


Fonte: INE - Censos da População

C.4.1.3. Estrutura familiar

Em termos das estruturas familiares, a RAA distingue-se do País pela existência de um número significativo de famílias com 5 ou mais pessoas. Efectivamente, em 2001, a dimensão média da família varia entre 2,7 pessoas por família na Graciosa e no Corvo e 3,6 em S. Miguel. A média para o conjunto dos Açores é de 3,4, enquanto que no País se fica pelas 2,8 pessoas por família.

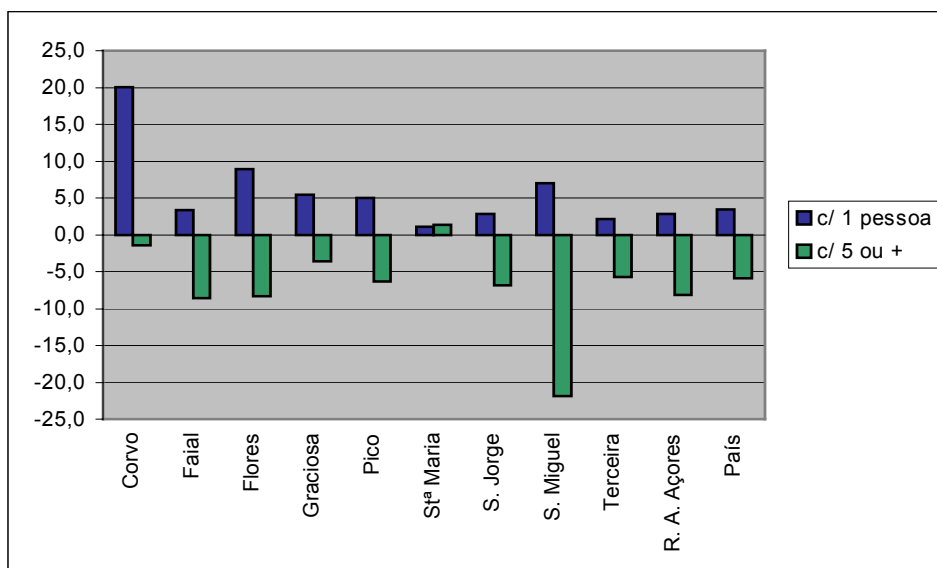
Figura 19 - Dimensão da Família, 2001



Fonte: INE - Censos da População

Apesar da importância que as famílias numerosas ainda têm nos Açores, verifica-se que, excepto em Stª Maria, houve uma diminuição bastante forte no número destas nos últimos dez anos. Este decréscimo é acompanhado, naturalmente, pelo aumento do número de famílias de dimensão inferior.

FIGURA 20 - DIMENSÃO DA FAMÍLIA - VARIACÃO 1991/2001, POR ILHA



Fonte: INE - Censos da População

Estas alterações na dimensão das famílias (e composição) resultam das transformações que se têm verificado nas últimas décadas, nomeadamente a redução da taxa de natalidade, a maior participação da mulher no mercado de trabalho, o aumento do número de separações, a diminuição da coabitabilidade, etc..

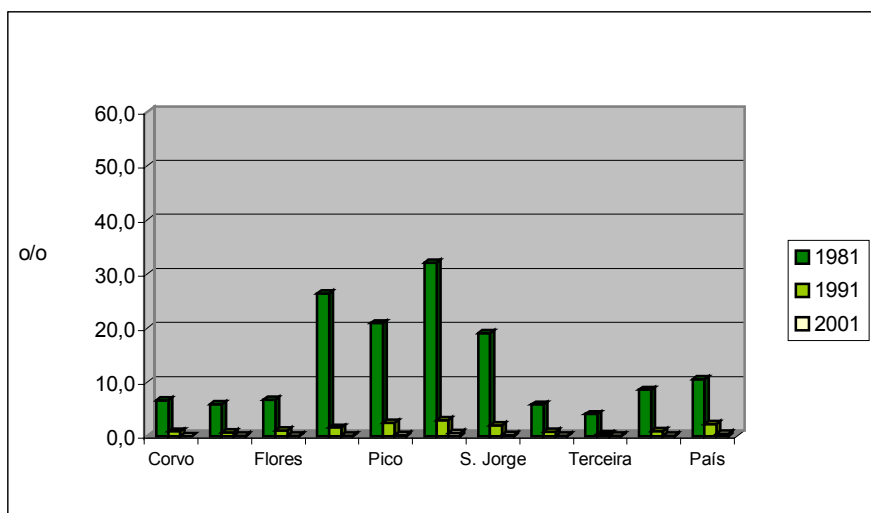
Estas modificações, sobretudo no que diz respeito à redução da dimensão média da família e ao aumento de pessoas que vivem sozinhas, terão impactos no mercado de habitação e na tipologia dos alojamentos.

C.4.1.4. Condições de habitabilidade dos alojamentos

No que diz respeito às condições dos alojamentos verifica-se que tem havido uma evolução muito positiva no sentido de suprir as carências ao nível das instalações existentes (electricidade, água canalizada e esgotos).

Em termos de electricidade, a percentagem de alojamentos que ainda não possui esta instalação é praticamente residual. Se em 1981 havia algumas ilhas onde as situações deficitárias ainda atingiam valores importantes, em 2001 a grande maioria desses problemas foi ultrapassada.

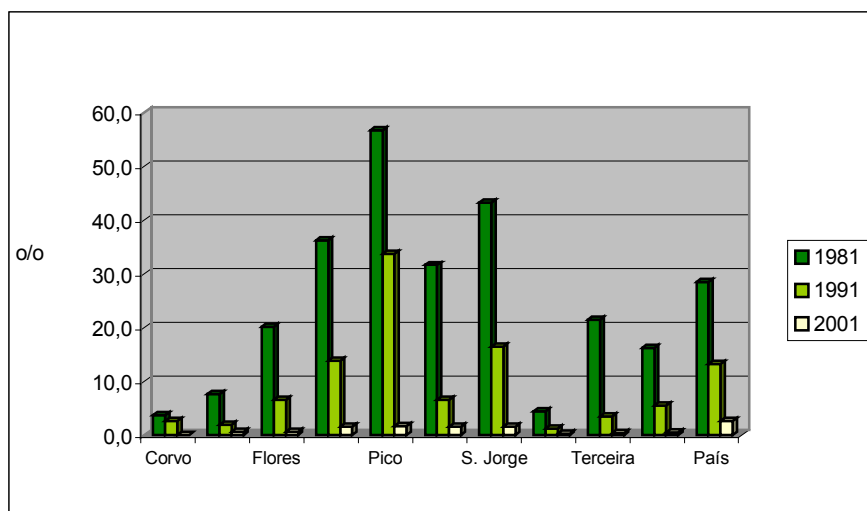
FIGURA 21 - ALOJAMENTOS SEM ELECTRICIDADE, POR ILHA



Fonte: INE - Censos da População

Quanto à existência de água canalizada, a situação é semelhante à descrita anteriormente. Em 2001 não chegam a 2% os casos ainda por resolver, apresentando-se os Açores numa situação mais favorável do que o País. No entanto, é de salientar as grandes carências que ainda se verificavam em 1981, especialmente em algumas ilhas, onde as percentagens eram muito elevadas.

FIGURA 22 - ALOJAMENTOS SEM ÁGUA, POR ILHA

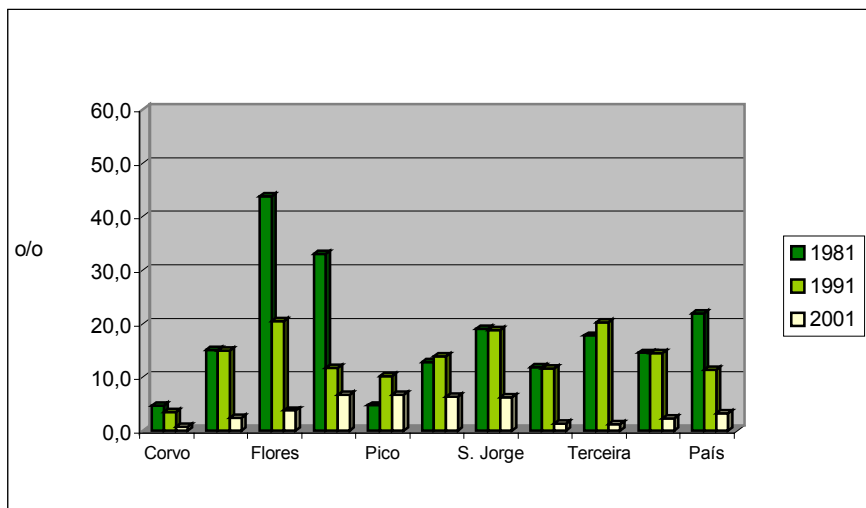


Fonte: INE - Censos da População

O tipo de instalação que não apresenta uma cobertura tão boa são os esgotos. Apesar de também registarem uma evolução muito positiva no período em análise, algumas ilhas ainda apresentam alojamentos sem este tipo de instalação, na ordem dos 6, 7%, praticamente o dobro do País.

O acréscimo no número de alojamentos sem esgotos que se observa, nalguns casos, entre 1981 e 1991, resulta do facto do aumento do número de alojamentos entretanto construídos não ter sido acompanhado deste tipo de instalação.

FIGURA 23 - ALOJAMENTOS SEM ESGOTOS, POR ILHA



Fonte: INE - Censos da População

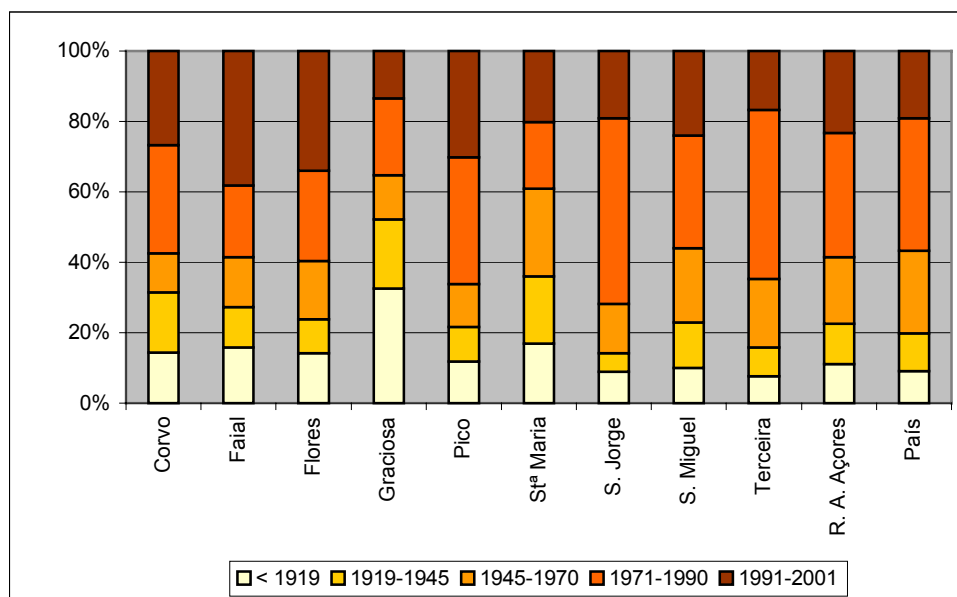
C.4.1.5. Edifícios

O parque habitacional dos Açores destaca-se do conjunto do País pela parcela significativa que os edifícios construídos antes de 1919 representam. Na Graciosa esta percentagem ultrapassa os 30%.

No entanto, à excepção da Graciosa e de St^a Maria, mais de 50% dos edifícios foram construídos depois de 1971.

Apesar das classes terem amplitudes diferentes (desagregação fornecida pelo INE), o que exige um certo cuidado na interpretação destes valores, é óbvia a forte dinâmica de construção registada na última década, sobretudo nalgumas ilhas (Faial, Flores, Pico).

FIGURA 24 - EDIFÍCIOS SEGUNDO A ÉPOCA DE CONSTRUÇÃO, POR ILHA



Fonte: INE - Censos da População

Em síntese, os aspectos mais relevantes para o turismo dos Açores que ressaltam desta caracterização demográfica são:

- crescimento populacional positivo, resultante sobretudo do excedente de vida, apesar da diminuição das taxas de natalidade e fecundidade;
- contenção e redução dos fluxos migratórios negativos;
- estrutura etária relativamente jovem, com uma parcela significativa de população em idade activa, embora apresente sinais de envelhecimento;
- nível de instrução da população ainda baixo, apesar das melhorias registadas;
- redução da dimensão da família, o que pode libertar mais cedo alguma mão-de-obra feminina para o mercado de trabalho;
- boa cobertura dos alojamentos em termos de condições de habitabilidade (instalação de água, electricidade, esgotos);
- existência de património construído com alguma importância e valor que poderá atrair visitantes ao arquipélago, não só como pontos de interesse mas, em alguns casos, como forma de alojamento - turismo de habitação, turismo em

espaço rural, ... - actualmente tão procurada por certos segmentos da população.

C.4.2 POVOAMENTO

O Censo 2001 ainda não disponibilizou informação estatística por lugar. Como não faz sentido utilizar-se informação relativa, apenas, a 1991, optou-se por fazer uma análise tendo por base a freguesia.

As densidades populacionais das várias ilhas reflectem a existência de uma intensidade de ocupação do território bastante diferenciada. A cartografia deste indicador para os três anos analisados revela que a maior parte das freguesias apresenta densidades muito baixas, destacando-se numa situação oposta, em geral, aquelas onde se localizam as sedes de concelho e algumas sedes de freguesia. O Faial, a Terceira e, sobretudo, S. Miguel são as ilhas onde este indicador atinge, em algumas freguesias, valores bastante elevados, muitíssimo superiores à média nacional.

Entre 1981 e 2001 observa-se o seguinte:

- O Corvo (25 Hab./Km²), as Flores (28 Hab./Km²), o Pico (33 Hab./Km²) e S. Jorge (39 Hab./Km²) são as ilhas que apresentam as densidades médias mais baixas do arquipélago e registaram pequeníssimas oscilações em ambos os sentidos. Apenas as freguesias Lajes do Pico (109 Hab./Km²) e Ribeira Seca - S. Jorge (118 Hab./Km²) ultrapassam o valor médio da Região (104 Hab./Km²);
- St^a Maria (57 Hab./Km²), a Graciosa (78 Hab./Km²) e o Faial (87 Hab./Km²) estão numa situação intermédia, embora com valores ainda baixos. No entanto, em algumas freguesias da Graciosa e de St^a Maria a redução do número de habitantes contribuiu para que a densidade média de ambas tenha diminuído cerca de 10 Hab./Km². As freguesias Vila do Porto - St^a Maria (192 Hab./Km²) e St^a Cruz da Graciosa (115 Hab./Km²) apresentam os maiores valores. Pelo contrário, o Faial não regista grandes alterações e, como já foi referido, destacam-se com valores elevados - alguns superiores a 150 Hab./Km² - as freguesias que correspondem à cidade da Horta e freguesias envolventes;

- A Terceira e S. Miguel são as ilhas cujas densidades são bastante elevadas - 139 e 176 Hab./Km² -, quer comparando com os Açores (104 Hab./Km²), quer com Portugal (113 Hab./Km²). Na Terceira destacam-se sobretudo as freguesias que pertencem a Angra do Heroísmo, à Praia da Vitória e Lajes. Em S. Miguel as que correspondem à cidade de Ponta Delgada. Um número considerável de freguesias atinge valores elevadíssimos. A título de exemplo refira-se o caso de Agualva - Terceira com uma densidade de 925 Hab./Km² e P. Delgada/S. José - S. Miguel com 1438 Hab./Km², a freguesia mais densificada dos Açores (em contraste com os 6 Hab./Km² de Stº Amaro - Pico).

A evolução deste indicador é condicionada pela dinâmica populacional e, de certa forma, pelo ritmo de construção. Observando a cartografia da variação da população por freguesia, compreende-se mais facilmente as alterações que se têm verificado em termos de fixação (ou não) da população e que dimensão atingem algumas alterações.

Quadro 3 - Densidade Populacional (Hab./Km²), por ilha

Ilha	Concelho	Freguesia	1981	1991	2001
	CORVO	Corvo	22	23	25
Ilha Corvo			22	23	25
	HORTA	Pedro Miguel	29	28	30
	HORTA	Ribeirinha (Faial)	35	34	30
	HORTA	Praia de Almoxarife	51	50	51
	HORTA	Flamengos	54	54	56
	HORTA	Cedros (Faial)	98	83	73
	HORTA	Horta (Conceição)	92	86	83
	HORTA	Capelo	117	104	120
	HORTA	Horta (Matriz)	137	122	123
	HORTA	Castelo Branco	133	135	136
	HORTA	Feteira (Faial)	122	130	141
	HORTA	Salão	183	180	161
	HORTA	Praia do Norte	158	156	162
	HORTA	Horta (Angústias)	225	227	236
Ilha Faial			89	86	87
	LAJES DAS FLORES	Fajãzinha	9	8	6
	LAJES DAS FLORES	Mosteiro	12	9	7
	Sta CRUZ DAS FLORES	Ponta Delgada	13	14	11
	Sta CRUZ DAS FLORES	Caveira	17	17	13
	Sta CRUZ DAS FLORES	Cedros (Flores)	17	20	16
	LAJES DAS FLORES	Lajedo	23	21	17
	LAJES DAS FLORES	Fajã Grande	30	24	23
	LAJES DAS FLORES	Fazenda	30	30	26
	LAJES DAS FLORES	Lajes das Flores	52	51	43
	LAJES DAS FLORES	Lomba	68	48	60
	Sta CRUZ DAS FLORES	Sta Cruz das Flores	90	96	97
Ilha Flores			31	31	28
	Sta CRUZ DA GRACIOSA	Praia (S. Mateus)	50	47	44
	Sta CRUZ DA GRACIOSA	Luz	84	75	62
	Sta CRUZ DA GRACIOSA	Guadalupe	138	123	104
	Sta CRUZ DA GRACIOSA	Sta Cruz da Graciosa	100	111	115
Ilha Graciosa			88	85	78

(continua)

Quadro 3 - Densidade Populacional (Hab./Km²), por ilha (continuação)

Ilha	Concelho	Freguesia	1981	1991	2001
	S. ROQUE DO PICO	Sto Amaro (Pico)	8	7	6
	LAJES DO PICO	Ribeirinha (Pico)	13	12	10
	MADALENA	Bandeiras	15	17	16
	LAJES DO PICO	Calheta do Nesquim	25	20	17
	MADALENA	Criação Velha	22	23	24
	MADALENA	S. Mateus	28	28	26
	MADALENA	Candelaria (Pico)	35	30	28
	LAJES DO PICO	Piedade	32	31	29
	LAJES DO PICO	S. João	34	35	31
	S. ROQUE DO PICO	Sta Luzia	38	36	36
	LAJES DO PICO	Ribeiras	44	43	38
	S. ROQUE DO PICO	S. Roque do Pico	41	44	43
	MADALENA	S. Caetano	52	48	43
	S. ROQUE DO PICO	Sto António (Pico)	44	42	48
	S. ROQUE DO PICO	Praínha	80	76	70
	MADALENA	Madalena	82	86	98
	LAJES DO PICO	Lajes do Pico	118	117	109
Ilha do Pico			35	34	33
	VILA DO PORTO	Sta Bárbara (S. Maria)	23	19	18
	VILA DO PORTO	Almagreira	33	28	29
	VILA DO PORTO	S. Pedro	30	31	32
	VILA DO PORTO	Sto Espírito	96	72	69
	VILA DO PORTO	Vila do Porto	222	213	192
Ilha de St ^a Maria			67	61	57
	CALHETA	Norte Pequeno	16	15	14
	CALHETA	Topo (N. Sra do Rosário)	18	18	17
	CALHETA	Sto Antão (Calheta)	23	21	17
	VELAS	Norte Grande (Neves)	27	23	21
	VELAS	Manadas (Sta Bárbara)	42	36	32
	VELAS	Urzelina (S. Mateus)	37	40	41
	VELAS	Sto Amaro (Velas)	70	62	67
	VELAS	Rosais	82	71	71
	VELAS	Velas (S. Jorge)	76	81	79
	CALHETA	Calheta	77	89	81
	CALHETA	Ribeira Seca (S. Jorge)	122	125	118
Ilha de S. Jorge			42	42	39

(continua)

Quadro 3 - Densidade Populacional (Hab./Km²), por ilha (continuação)

Ilha	Concelho	Freguesia	1981	1991	2001
	NORDESTE	Achada	52	39	35
	RIBEIRA GRANDE	Porto Formoso	49	47	43
	VILA FRANCA DO CAMPO	Vila Franca do Campo (S Pedro)	36	35	44
	VILA FRANCA DO CAMPO	Ribeira das Taíñas	53	44	45
	PONTA DELGADA	Candelaria (S. Miguel)	47	42	46
	PONTA DELGADA	Sete Cidades	42	45	47
	VILA FRANCA DO CAMPO	Água de Alto	50	46	48
	LAGOA	Ribeira Chã	71	58	49
	RIBEIRA GRANDE	Sta Bárbara (R. Grande)	50	47	49
	RIBEIRA GRANDE	Calhetas	34	38	49
	NORDESTE	Salga	61	50	50
	NORDESTE	Achadinha	80	68	62
	POVOAÇÃO	Ribeira Quente	106	81	65
	RIBEIRA GRANDE	S. Brás (S. Miguel)	66	64	65
	PONTA DELGADA	Sta Bárbara (P. Delgada)	-	63	66
	NORDESTE	Santana	109	77	72
	PONTA DELGADA	Ginetes	79	77	75
	NORDESTE	Nordeste	87	75	79
	PONTA DELGADA	Sto António (S. Miguel)	123	83	85
	PONTA DELGADA	Remédios	97	87	88
	RIBEIRA GRANDE	Fenais da Ajuda	111	99	101
	PONTA DELGADA	Bretanha	131	118	117
	PONTA DELGADA	Mosteiros	144	133	123
	LAGOA	Cabouco	92	103	128
	RIBEIRA GRANDE	Lomba de S. Pedro	173	137	129
	POVOAÇÃO	Faial da Terra	208	161	130
	RIBEIRA GRANDE	Maia	166	146	147
	POVOACAO	N. Sra dos Remédios	187	160	149
	LAGOA	Lagoa (Sta Cruz)	137	139	150
	NORDESTE	Lomba da Fazenda	187	159	155
	RIBEIRA GRANDE	Ribeira Grande (Matriz)	175	159	158

(continua)

Quadro 3 - Densidade Populacional (Hab./Km²), por ilha (continuação)

Ilha	Concelho	Freguesia	1981	1991	2001
	PONTA DELGADA	Relva	116	121	161
	RIBEIRA GRANDE	Ribeira Seca (S. Miguel)	186	179	163
	RIBEIRA GRANDE	Ribeirinha (S. Miguel)	164	159	166
	POVOAÇÃO	Água Retorta	228	189	178
	PONTA DELGADA	Capelas	171	178	191
	VILA FRANCA DO CAMPO	Vila Franca do Campo (S Miguel)	237	230	216
	PONTA DELGADA	S. Vicente Ferreira	180	182	225
	NORDESTE	Nordestinho	340	258	234
	PONTA DELGADA	Fajã de Baixo	164	181	238
	PONTA DELGADA	Rosto do Cão (Livramento)	236	217	255
	VILA FRANCA DO CAMPO	Ponta Graça	296	268	271
	PONTA DELGADA	Covoada	247	235	274
	PONTA DELGADA	Fenais da Luz	214	223	279
	RIBEIRA GRANDE	Pico da Pedra	173	208	282
	RIBEIRA GRANDE	Lomba da Maia	360	257	286
	RIBEIRA GRANDE	Ribeira Grande (Conceição)	329	315	304
	PONTA DELGADA	Feteiras	305	322	335
	LAGOA	Água de Pau	377	349	355
	POVOAÇÃO	Povoação	413	382	376
	PONTA DELGADA	Rosto do Cão (S. Roque)	433	419	377
	LAGOA	Lagoa (N. Sra do Rosário)	353	368	419
	PONTA DELGADA	Fajã de Cima	402	409	449
	PONTA DELGADA	Arrifes	464	458	466
	PONTA DELGADA	Ponta Delgada (Matriz)	597	518	484
	POVOAÇÃO	Furnas	607	546	497
	PONTA DELGADA	Ponta Delgada (S Pedro)	724	727	755
	RIBEIRA GRANDE	Rabo de Peixe	675	699	780
	PONTA DELGADA	Ponta Delgada (S. José)	1500	1383	1438
Ilha de S. Miguel			177	169	176

(continua)

Quadro 3 - Densidade Populacional (Hab./Km²), por ilha (continuação)

Ilha	Concelho	Freguesia	1981	1991	2001
	VILA DA PRAIA DA VITÓRIA	S. Brás (Terceira)	48	46	45
	VILA DA PRAIA DA VITÓRIA	Cabo da Praia	39	38	50
	ANGRA DO HEROÍSMO	Sta Bárbara (Terceira)	60	61	62
	ANGRA DO HEROÍSMO	Vila de S. Sebastião	76	70	69
	VILA DA PRAIA DA VITÓRIA	Fonte do Bastardo	65	75	74
	VILA DA PRAIA DA VITÓRIA	Quatro Ribeiras	92	89	81
	ANGRA DO HEROÍSMO	Doze Ribeiras	103	98	90
	ANGRA DO HEROÍSMO	Feteira (Terceira)	66	79	91
	ANGRA DO HEROÍSMO	Angra (Sé)	92	98	92
	ANGRA DO HEROÍSMO	Angra (S. Pedro)	113	110	99
	ANGRA DO HEROÍSMO	Angra (Sta Luzia)	77	109	103
	ANGRA DO HEROÍSMO	Cinco Ribeiras	101	100	105
	ANGRA DO HEROÍSMO	Posto Santo	117	123	134
	VILA DA PRAIA DA VITÓRIA	Fontinhas	134	129	140
	ANGRA DO HEROÍSMO	S. Bento	145	136	144
	VILA DA PRAIA DA VITÓRIA	Biscoitos	138	151	160
	VILA DA PRAIA DA VITÓRIA	Vila Nova	196	181	166
	ANGRA DO HEROÍSMO	S. Bartolomeu de Regatos	166	169	176
	ANGRA DO HEROÍSMO	Angra (N. Sra da Conceição)	176	201	191
	ANGRA DO HEROÍSMO	Terra Chã	92	173	192
	ANGRA DO HEROÍSMO	Serreta	251	234	208
	VILA DA PRAIA DA VITÓRIA	Praia da Vitória (Sta Cruz)	226	223	215
	ANGRA DO HEROÍSMO	Altares	243	241	239
	ANGRA DO HEROÍSMO	Porto Judeu	238	238	250
	ANGRA DO HEROÍSMO	Raminho	349	316	289
	ANGRA DO HEROÍSMO	S. Mateus da Calheta	271	272	310
	VILA DA PRAIA DA VITÓRIA	Lajes	361	354	335
	ANGRA DO HEROÍSMO	Ribeirinha (Terceira)	342	342	360
	VILA DA PRAIA DA VITÓRIA	Agualva	1048	954	925
Ilha Terceira			133	139	139
<i>REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES</i>			<i>104</i>	<i>102</i>	<i>104</i>

Fonte - INE

Quadro 4 – EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO RESIDENTE, POR CONCELHO, 1981-2001

Ilha	Concelho	Freguesia	1981	1991	2001	Var. 1991/81	Var. 2001/91
	CORVO	Corvo	370	393	425	6,2	8,1
Ilha do Corvo			370	393	425	6,2	8,1
	HORTA	Cedros (Faial)	1399	1192	1048	-14,8	-12,1
	HORTA	Ribeirinha (Faial)	510	496	439	-2,7	-11,5
	HORTA	Salão	495	486	436	-1,8	-10,3
	HORTA	Horta (Conceição)	1292	1204	1157	-6,8	-3,9
	HORTA	Castelo Branco	1313	1341	1349	2,1	0,6
	HORTA	Horta (Matriz)	2814	2508	2523	-10,9	0,6
	HORTA	Praia do Almoxarife	747	725	746	-2,9	2,9
	HORTA	Flamengos	1447	1446	1494	-0,1	3,3
	HORTA	Praia do Norte	252	249	259	-1,2	4,0
	HORTA	Horta (Angústias)	2651	2676	2784	0,9	4,0
	HORTA	Pedro Miguel	693	687	723	-0,9	5,2
	HORTA	Feteira (Faial)	1395	1483	1612	6,3	8,7
	HORTA	Capelo	481	427	493	-11,2	15,5
Ilha do Faial			15489	14920	15063	-3,7	1,0
	LAJES DAS FLORES	Fajãzinha	167	146	105	-12,6	-28,1
	Sta CRUZ DAS FLORES	Caveira	106	104	78	-1,9	-25,0
	Sta CRUZ DAS FLORES	Cedros (Flores)	166	192	152	15,7	-20,8
	LAJES DAS FLORES	Mosteiro	80	62	50	-22,5	-19,4
	LAJES DAS FLORES	Lajedo	144	132	107	-8,3	-18,9
	Sta CRUZ DAS FLORES	Ponta Delgada	505	539	453	6,7	-16,0
	LAJES DAS FLORES	Lajes das Flores	659	641	540	-2,7	-15,8
	LAJES DAS FLORES	Fazenda	322	321	278	-0,3	-13,4
	LAJES DAS FLORES	Fajã Grande	300	240	225	-20,0	-6,3
	Sta CRUZ DAS FLORES	Santa Cruz das Flores	1679	1793	1810	6,8	0,9
	LAJES DAS FLORES	Lomba	224	159	197	-29,0	23,9
Ilha das Flores			4352	4329	3995	-0,5	-7,7
	Sta CRUZ DA GRACIOSA	Luz	1000	887	735	-11,3	-17,1
	Sta CRUZ DA GRACIOSA	Guadalupe	1736	1554	1306	-10,5	-16,0
	Sta CRUZ DA GRACIOSA	Praia (São Mateus)	1034	965	901	-6,7	-6,6
	Sta CRUZ DA GRACIOSA	Santa Cruz Graciosa	1607	1783	1838	11,0	3,1
Ilha da Graciosa			5377	5189	4780	-3,5	-7,9

(continua)

Quadro 4 – EVOLUÇÃO DA População Residente, por CONCELHO, 1981-2001 (CONTINUAÇÃO)

Ilha	Concelho	Freguesia	1981	1991	2001	Var. 1991/81	Var. 2001/91
	S. ROQUE DO PICO	Sto Amaro (Pico)	406	393	329	-3,2	-16,3
	LAJES DO PICO	Calheta do Nesquim	605	492	417	-18,7	-15,2
	LAJES DO PICO	Ribeirinha (Pico)	532	475	411	-10,7	-13,5
	LAJES DO PICO	S. João	533	557	486	4,5	-12,7
	LAJES DO PICO	Ribeiras	1235	1188	1045	-3,8	-12,0
	MADALENA	S. Caetano	659	607	550	-7,9	-9,4
	S. ROQUE DO PICO	Prainha	708	665	612	-6,1	-8,0
	MADALENA	Candelaria (Pico)	1116	968	892	-13,3	-7,9
	LAJES DO PICO	Lajes do Pico	1935	1913	1780	-1,1	-7,0
	MADALENA	S. Mateus	893	897	847	0,4	-5,6
	LAJES DO PICO	Piedade	988	938	902	-5,1	-3,8
	S. ROQUE DO PICO	S. Roque do Pico	1295	1392	1358	7,5	-2,4
	MADALENA	Bandeiras	488	530	520	8,6	-1,9
	S. ROQUE DO PICO	Sta Luzia	488	474	472	-2,9	-0,4
	MADALENA	Criação Velha	724	753	818	4,0	8,6
	MADALENA	Madalena	2097	2209	2509	5,3	13,6
	S. ROQUE DO PICO	Sto António (Pico)	781	751	858	-3,8	14,2
Ilha do Pico			15483	15202	14806	-1,8	-2,6
	CALHETA	Sto Antão (Calheta)	1233	1097	921	-11,0	-16,0
	VELAS	Manadas (Sta. Bárbara)	523	457	400	-12,6	-12,5
	VELAS	Norte Grande (Neves)	891	770	688	-13,6	-10,6
	CALHETA	Topo (N. Sra do Rosário)	564	589	533	4,4	-9,5
	CALHETA	Calheta	1184	1371	1249	15,8	-8,9
	CALHETA	Norte Pequeno	303	281	261	-7,3	-7,1
	CALHETA	Ribeira Seca (S. Jorge)	1150	1174	1105	2,1	-5,9
	VELAS	Velas (S. Jorge)	1842	1961	1929	6,5	-1,6
	VELAS	Rosais	947	829	820	-12,5	-1,1
	VELAS	Urzelina (S. Mateus)	781	859	866	10,0	0,8
	VELAS	Sto Amaro (Velas)	943	831	902	-11,9	8,5
Ilha de S. Jorge			10361	10219	9674	-1,4	-5,3

(continua)

Quadro 4 – EVOLUÇÃO DA População Residente, por CONCELHO, 1981-2001 (CONTINUAÇÃO)

Ilha	Concelho	Freguesia	1981	1991	2001	Var. 1991/81	Var. 2001/91
	POVOAÇÃO	Ribeira Quente	1308	998	798	-23,7	-20,0
	POVOAÇÃO	Faial da Terra	604	468	377	-22,5	-19,4
	LAGOA	Ribeira-Chã	535	438	366	-18,1	-16,4
	NORDESTE	Achada	742	560	503	-24,5	-10,2
	PONTA DELGADA	Rosto do Cão (S. Roque)	5065	4906	4414	-3,1	-10,0
	NORDESTE	Nordestinho	1393	1059	960	-24,0	-9,3
	RIBEIRA GRANDE	Ribeira Grande (Matriz)	4048	3905	3552	-3,5	-9,0
	POVOAÇÃO	Furnas	1882	1692	1541	-10,1	-8,9
	NORDESTE	Achadinha	719	613	561	-14,7	-8,5
	RIBEIRA GRANDE	Porto Formoso	1434	1374	1267	-4,2	-7,8
	PONTA DELGADA	Mosteiros	1397	1291	1196	-7,6	-7,4
	POVOAÇÃO	Na. Sra. dos Remédios	1345	1155	1072	-14,1	-7,2
	PONTA DELGADA	Ponta Delgada (Matriz)	5312	4606	4309	-13,3	-6,4
	RIBEIRA GRANDE	Lomba de S. Pedro	415	329	309	-20,7	-6,1
	POVOAÇÃO	Água Retorta	637	529	497	-17,0	-6,0
	VILA FRANCA DO CAMPO	Vila Franca do Campo	4436	4295	4047	-3,2	-5,8
	NORDESTE	Santana	677	475	449	-29,8	-5,5
	RIBEIRA GRANDE	Ribeira Seca (S. Miguel)	2761	2647	2550	-4,1	-3,7
	NORDESTE	Lomba da Fazenda	1065	905	885	-15,0	-2,2
	NORDESTE	Salga	680	560	550	-17,6	-1,8
	PONTA DELGADA	Ginetes	1331	1288	1267	-3,2	-1,6
	POVOAÇÃO	Povoação	2682	2481	2441	-7,5	-1,6
	RIBEIRA GRANDE	Ribeira Grande (Conceicao)	1992	1818	1797	-8,7	-1,2
	PONTA DELGADA	Bretanha	1499	1346	1334	-10,2	-0,9
	VILA FRANCA DO CAMPO	Ribeira das Taínhas	919	775	782	-15,7	0,9
	RIBEIRA GRANDE	Maia	2146	1878	1901	-12,5	1,2
	VILA FRANCA DO CAMPO	Ponta Garça	3901	3532	3577	-9,5	1,3
	PONTA DELGADA	Remédios	1095	984	997	-10,1	1,3
	RIBEIRA GRANDE	Fenais da Ajuda	1397	1251	1269	-10,5	1,4
	LAGOA	Água de Pau	3315	3074	3122	-7,3	1,6
	PONTA DELGADA	Arrifes	6916	6825	6941	-1,3	1,7
	RIBEIRA GRANDE	S. Brás (S. Miguel)	645	624	635	-3,3	1,8
	PONTA DELGADA	Sto António (S. Miguel)	2911	1952	2004	-32,9	2,7
	RIBEIRA GRANDE	Sta Bárbara (R. Grande)	1288	1233	1271	-4,3	3,1
	PONTA DELGADA	Sete Cidades	772	829	858	7,4	3,5

(continua)

Quadro 4 – EVOLUÇÃO DA População Residente, por CONCELHO, 1981-2001 (CONTINUAÇÃO)

Ilha	Concelho	Freguesia	1981	1991	2001	Var. 1991/81	Var. 2001/91
	PONTA DELGADA	Ponta Delgada (S. Pedro)	6879	6905	7177	0,4	3,9
	PONTA DELGADA	Feteiras	1558	1644	1709	5,5	4,0
	PONTA DELGADA	Ponta Delgada (S. José)	8999	8296	8627	-7,8	4,0
	VILA FRANCA DO CAMPO	Água d'Alto	1708	1560	1624	-8,7	4,1
	RIBEIRA GRANDE	Ribeirinha (S. Miguel)	2097	2029	2124	-3,2	4,7
	NORDESTE	Nordeste	1527	1318	1383	-13,7	4,9
	PONTA DELGADA	Sta Bárbara (P. Delgada)	-	832	880	-	5,8
	PONTA DELGADA	Capelas	3367	3509	3759	4,2	7,1
	LAGOA	Lagoa (Sta Cruz)	3195	3235	3501	1,3	8,2
	PONTA DELGADA	Candelária (S. Miguel)	1210	1079	1184	-10,8	9,7
	PONTA DELGADA	Fajã de Cima	3257	3309	3634	1,6	9,8
	RIBEIRA GRANDE	Lomba da Maia	1478	1053	1174	-28,8	11,5
	RIBEIRA GRANDE	Rabo de Peixe	6409	6642	7407	3,6	11,5
	LAGOA	Lagoa (N. Sra do Rosário)	4555	4748	5401	4,2	13,8
	PONTA DELGADA	Covoada	1135	1079	1259	-4,9	16,7
	PONTA DELGADA	Rosto do Cão (Livramento)	3229	2971	3489	-8,0	17,4
	LAGOA	Cabouco	1249	1405	1736	12,5	23,6
	PONTA DELGADA	S. Vicente Ferreira	1329	1346	1664	1,3	23,6
	PONTA DELGADA	Fenais da Luz	1456	1514	1895	4,0	25,2
	VILA FRANCA DO CAMPO	V. F. do Campo (S. Pedro)	902	888	1120	-1,6	26,1
	RIBEIRA GRANDE	Calhetas	531	595	780	12,1	31,1
	PONTA DELGADA	Fajã de Baixo	3130	3450	4553	10,2	32,0
	PONTA DELGADA	Relva	1957	2028	2703	3,6	33,3
	RIBEIRA GRANDE	Pico da Pedra	1487	1785	2426	20,0	35,9
Ilha de S. Miguel			131908	125915	131608	-4,5	4,5

(continua)

PLANO DE ORDENAMENTO TURÍSTICO DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

Quadro 4 – EVOLUÇÃO DA População Residente, por CONCELHO, 1981-2001 (CONTINUAÇÃO)

Ilha	Concelho	Freguesia	1981	1991	2001	Var. 1991/81	Var. 2001/91
	VILA DO PORTO	Vila do Porto	3468	3316	2997	-4,4	-9,6
	VILA DO PORTO	Sta Bárbara (S. Maria)	621	512	480	-17,6	-6,3
	VILA DO PORTO	Santo Espírito	1005	758	723	-24,6	-4,6
	VILA DO PORTO	Almagreira	618	525	537	-15,0	2,3
	VILA DO PORTO	S. Pedro	788	811	841	2,9	3,7
Ilha de Stª Maria			6500	5922	5578	-8,9	-5,8
	ANGRA DO HEROISMO	Serreta	452	421	374	-6,9	-11,2
	ANGRA DO HEROISMO	Angra (S. Pedro)	4161	4034	3638	-3,1	-9,8
	ANGRA DO HEROISMO	Raminho	663	601	550	-9,4	-8,5
	VILA DA PRAIA DA VITÓRIA	Quatro Ribeiras	477	462	423	-3,1	-8,4
	ANGRA DO HEROISMO	Doze Ribeiras	636	610	559	-4,1	-8,4
	VILA DA PRAIA DA VITÓRIA	Vila Nova	2039	1886	1729	-7,5	-8,3
	ANGRA DO HEROISMO	Angra (Se)	1198	1276	1200	6,5	-6,0
	ANGRA DO HEROISMO	Angra (Sta Luzia)	2252	3182	3001	41,3	-5,7
	VILA DA PRAIA DA VITÓRIA	Lajes	4040	3964	3753	-1,9	-5,3
	ANGRA DO HEROISMO	Angra (N. Sra da Conceição)	4142	4754	4509	14,8	-5,2
	VILA DA PRAIA DA VITÓRIA	Praia da Vitória (Sta Cruz)	6474	6407	6171	-1,0	-3,7
	VILA DA PRAIA DA VITÓRIA	Aqualva	1782	1622	1573	-9,0	-3,0
	VILA DA PRAIA DA VITÓRIA	Fonte do Bastardo	1019	1171	1156	14,9	-1,3
	ANGRA DO HEROISMO	Vila de S. Sebastiao	2194	2004	1984	-8,7	-1,0
	VILA DA PRAIA DA VITÓRIA	S. Brás (Terceira)	1067	1021	1012	-4,3	-0,9
	ANGRA DO HEROISMO	Altares	899	891	884	-0,9	-0,8
	ANGRA DO HEROISMO	Sta Bárbara (Terceira)	1317	1333	1366	1,2	2,5
	ANGRA DO HEROISMO	S. Bartolomeu de Regatos	1476	1504	1569	1,9	4,3
	ANGRA DO HEROISMO	Porto Judeu	2310	2307	2425	-0,1	5,1
	ANGRA DO HEROISMO	Cinco Ribeiras	657	650	684	-1,1	5,2
	ANGRA DO HEROISMO	Ribeirinha (Terceira)	2600	2596	2733	-0,2	5,3
	ANGRA DO HEROISMO	S. Bento	1989	1866	1968	-6,2	5,5
	VILA DA PRAIA DA VITÓRIA	Biscoitos	1228	1347	1425	9,7	5,8
	VILA DA PRAIA DA VITÓRIA	Fontinhas	1478	1418	1541	-4,1	8,7
	ANGRA DO HEROISMO	Posto Santo	841	884	967	5,1	9,4
	ANGRA DO HEROISMO	Terra-chã	1329	2512	2783	89,0	10,8
	ANGRA DO HEROISMO	S. Mateus da Calheta	2929	2936	3343	0,2	13,9
	ANGRA DO HEROISMO	Feteira (Terceira)	763	909	1044	19,1	14,9
	VILA DA PRAIA DA VITÓRIA	Cabo da Praia	1158	1138	1469	-1,7	29,1
Ilha Terceira			53570	55706	55833	4,0	0,2
<i>REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES</i>			<i>243410</i>	<i>237795</i>	<i>241762</i>	<i>-2,3</i>	<i>1,7</i>

Fonte - INE

C.5. CARACTERIZAÇÃO BIOFÍSICA

O arquipélago dos Açores situa-se na área de uma junção tripla de placas tectónicas, designadamente a Euro-asiática, a Africana e a Americana, estando as duas primeiras separadas entre si por falhas pertencentes à Cintura Orogénica Mediterrânica e ambas separadas da terceira pelo «rift» da Crista Média Atlântica.

Esta localização é favorável ao desenvolvimento de fenómenos, quer vulcânicos, quer sísmicos e, conseqüentemente, à formação de ilhas, à custa de vulcões isolados, ou mais frequentemente associados. A formação de ilhas ou o respectivo desaparecimento ao longo dos tempos geológicos é por isso normal, e aconteceu por exemplo com uma pequena ilha surgida em 1811 a oeste de S. Miguel e que desapareceu ao fim de poucos meses de emersão.

Os estudos actuais permitem concluir que a ilha mais antiga do arquipélago é Santa Maria, com cerca de 4 milhões de anos, e as mais recentes são as de S. Jorge, Pico e Faial.

O vulcanismo tem características predominantemente fissurais, concordante com a orientação geral do arquipélago NW/SE.

Da actividade vulcânica no arquipélago há registos históricos desde a sua descoberta, e a erupção mais recente registou-se na ilha do Faial – vulcão dos Capelinhos – que se prolongou durante mais de um ano (1957-1958), substituindo-se posteriormente alguma actividade secundária (fumarolas).

As erupções vulcânicas mais importantes foram sempre precedidas de actividade sísmica, mais ou menos intensa. Por outro lado, embora nalguns casos certa actividade sísmica não tenha sido acompanhada de erupções visíveis, ela foi no entanto relacionada com erupções submarinas devido à ocorrência de ondulação anormal ou

borbulhar de água do mar.

Embora a sismicidade do arquipélago esteja, em parte, ligada à actividade vulcânica, sendo sua percursora ou simultânea, a colisão entre as placas Euro-asiática e Africana parece ter reflexos importantes na sismicidade verificada, nomeadamente na parte leste, onde se localizam os epicentros dos sismos de maior intensidade, sentidos não só nos Açores mas também em Portugal Continental e no Norte de África.

O **clima** que se faz sentir no arquipélago, advém directamente da latitude em que as ilhas se encontram e do seu afastamento relativamente aos continentes. As massas de ar que invadem esta região do Atlântico, quer sejam oriundas das altas latitudes ou das regiões tropicais, são grandemente influenciadas durante os longos trajectos sobre o mar, amenizando a temperatura e aumentando a humidade.

O arquipélago dos Açores está na zona subtropical de anticiclones do hemisfério norte e o factor dominante das condições meteorológicas locais é o "Anticiclone dos Açores", com altas pressões atmosféricas e determinando um clima oceânico temperado, húmido e chuvoso, muito instável e com queda de chuva estival considerável.

Quando os primeiros povoadores aportaram nos Açores encontraram o território totalmente revestido de árvores e arbustos da **Laurissilva**. Este tipo de composição florística é constituída pelas seguintes espécies ao nível arbóreo-arbustivo: *Juniperus brevifolia* (cedro), *Frangula azorica* (sanguinho), *Myrica faya* (faia), *Laurus azorica* (loureiro), *Prunus lusitanica* spp *azorica* (ginjas), *Ilex perado* spp *azorica* (azevinho), *Erica scoparia* spp *azorica* (urze), *Myrsine africana* (tamuje), *Vaccinium cylindraceum* (Uva-daSerra), *Picconia azorica* (Pau-Branco), *Taxus baccata* (teixo), *Viburnum tinus* spp *subcordatum* (folhado), *Calluna vulgaris* (queirós). Desta vegetação arborescente clímax, já se encontra muito pouco. No entanto, é onde a intervenção humana directa, através da agricultura, ou indirecta, através da florestação de exóticas, é nula ou pouco significativa. As ilhas de São Miguel, Pico e Terceira possuem actualmente as mais vastas zonas desta floresta única de Louro e Cedro. Nas outras ilhas, os recônditos são muito fracos e principalmente localizados nos campos de lava, em caldeiras e profundas ravinas.

Ao longo da orla costeira (a faixa acima da região intertidal sob a exposição directa dos agentes marítimos) ocorre um coberto vegetal que é uniforme em todas as ilhas. O espaço ocupado por esta vegetação costeira é sempre muito estreito, mas pode-se

distribuir verticalmente por uma área considerável. Este tipo de coberto vegetal também se encontra profundamente alterado, em relação às comunidades originais, em resultado das actividades humanas, directas e indirectas.

A paisagem açoreana é altamente humanizada, apesar de predominar uma imagem de «verde». Este «verde» não está associado a espaços verdadeiramente naturais (a Laurissilva é de reduzidas dimensões e dispersa), mas sim às pastagens que compartimentam a paisagem num mosaico dividido, ou por muretes de rochas basálticas, ou por hortênsias. E é aí que surge fundamentalmente a beleza da paisagem do arquipélago. Uma paisagem humanizada, mas que respeita os princípios essenciais do ordenamento do território. As florestas são na sua essência de produção. Domina a exploração das criptomérias, espécie introduzida no séc. XIX para proteger as laranjeiras dos acentuados ventos insulares. As próprias hortênsias são um paradigma desta humanização. Esta espécie é originária do Japão, foi introduzida como ornamental, e como se adaptou bem às condições edafo-climáticas passou a ser utilizada na compartimentação das parcelas de pastagens, acabando por se tornar um símbolo dos Açores.

A abordagem biofísica efectuada para cada ilha teve em conta o facto de se estar a desenvolver um plano de ordenamento turístico. Deste modo, dá-se particular importância à abordagem do tema da morfologia para se compreenderem os aspectos fisiográficos mais marcantes da paisagem (a costa, os cones vulcânicos, as lagoas) e do clima, já que este tem nos Açores um papel decisivo para as opções de turismo, visto a constante pluviosidade e os ventos intensos condicionarem bastante as épocas para usufruir as ilhas. Por fim, caracteriza-se sucintamente o uso do solo, de modo a compreender o que torna a paisagem dos Açores tão peculiar.

* * *

As áreas naturais classificadas nos Açores estabeleceram-se através da criação das seguintes figuras legais: Paisagem Protegida do Monte da Guia (Faial); Paisagem Protegida das Sete Cidades (S. Miguel) e a Paisagem Protegida de Interesse Regional da Cultura da Vinha da Ilha do Pico. São também criadas diversas **reservas naturais** que se distribuem pelas várias ilhas, como se poderá verificar na abordagem efectuada ilha a ilha. Na Ilha de S. Jorge, a Área Ecológica Especial da Lagoa da Caldeira de Santo Cristo tem um carácter especial relacionado com a exploração das amêijoas.

O Decreto-Legislativo nº15/87/A estabelece o regime jurídico de criação e funcionamento de **reservas florestais** na Região Autónoma. Deste modo são criadas as reservas florestais, classificadas em naturais e de recreio.

As **reservas florestais naturais** são áreas de maior interesse ecológico e importância científica para a protecção de ecossistemas, em geral, e da flora, da fauna, da paisagem e de outros aspectos físicos, em particular. O Decreto Legislativo Regional n.º27/88/A tem por objectivo a criação destas reservas para cada ilha do arquipélago, onde tal se justifica.

As **reservas florestais de recreio** são áreas florestais cujo aproveitamento principal se relaciona com a ocupação dos tempos livres das populações. O Decreto Legislativo Regional nº 16/89/A cria estas reservas nas diversas ilhas.

Tanto as reservas florestais naturais como as de recreio são identificadas na explanação de cada ilha.

A **Rede Natura 2000**, através da lista nacional de sítios (actuais sítios de importância comunitária - SIC) e das zonas de protecção especial (ZPE - conservação de aves selvagens), estabeleceu uma lista de sítios que são descritos para cada ilha.

Pelas características específicas no que respeita às suas dimensões, a flora característica da ilha do Corvo, concentra-se nas espécies listadas para o Sítio de Importância Comunitária, com o código PTCOR0001, adiante mencionadas.

C.5.1. ILHA DO CORVO

Esta ilha é formada por um grande cone vulcânico, com altitude máxima de 718m, constituído por intercalações de lavas basálticas com piroclastos. Este aparelho vulcânico é encimado por uma caldeira, que recebeu o nome de Caldeirão e que apresenta paredes abruptas e o fundo ocupado por uma lagoa. Nos flancos exteriores do cone eruptivo principal aparecem também cones secundários. O cone principal é dissimétrico devido à abrasão marinha e, a Sul, localiza-se uma pequena plataforma onde assenta o único aglomerado habitado.

O **clima** é temperado, com temperaturas médias de 14°C no Inverno e 20°C no Verão.

Os ventos são especialmente fortes no Inverno e a **precipitação** total média anual varia entre 1315mm na orla baixa litoral e 2984mm à altitude de 510m (valores da estação climatológica de Santa Cruz das Flores). O período de Maio a Agosto é o menos chuvoso do ano, com valores mensais frequentemente inferiores a 100mm. Os valores máximos da precipitação ocorrem em Janeiro ou Fevereiro, com valores que vão de 160.1 até 415.1 mm. Ao período chuvoso (Setembro – Abril) corresponde cerca de 80% do quantitativo anual da precipitação.

O **uso do solo** não difere substancialmente do contexto do arquipélago, onde predominam as pastagens e a produção de algumas hortícolas nas proximidades dos aglomerados. Quanto à floresta primitiva não há vestígios significativos.

Áreas naturais classificadas

Nesta ilha não foram instituídas Reservas Florestais Naturais, nem Reservas Florestais de Recreio.

No âmbito da **Rede Natura 2000** foi definida a seguinte lista de sítios:

Código do sítio: PTCOR0001

Nome: Costa e Caldeirão

Habitats naturais do Anexo I da Directiva Habitats: Enseadas e baías pouco profundas (1160); Recifes (1170); Vegetação vivaz das costas de calhaus rolados (1220); Falésias com vegetação das costas macaronésicas (flora endémica)(1250); Águas oligo-mesotróficas da região médioeuropeia e perialpina com vegetação anfíbia; Litorella ou Isoetes ou vegetação anual das margens expostas (Nanocyperetalia) (3130); Charnecas macaronésicas endémicas (4050); Formação de euforbiáceas (5331); Prados orófilos macaronésicos (6180); Turfeiras altas activas (7110); Turfeiras arborizadas (91D0); Grutas marinhas submersas ou semi-submersas (8330); Prados pioneiros em superfícies rochosas (8230); Turfeiras de cobertura (turfeiras activas unicamente) (7130).

Espécies de flora constantes no anexo da Directiva Habitat's:

Ammi trifolium

Erica scoparia ssp azorica

Euphorbia stygiana

Euphrasia grandiflora
Isoetes azorica
Myosotis azorica
Picconia azorica
Trichomanes speciosum
Woodwardia radicans
Azorina vidalli
Culcita macrocarpa
Myosotis maritima
Rumex azoricus
Spergularia azorica
Scabiosa nitens
Frangula azorica

Código do sítio: PT0000020

Nome: Costa e Caldeirão

Espécies da avifauna constantes do Anexo II da Directiva Habitats

Sterna hirundo
Sterna dougalii
Calonectris diomedea borealis
Puffinus assimilis baroli
Columba palumbus azorica

C.5.2. ILHA DO FAIAL

A ilha do Faial é fundamentalmente um grande cone vulcânico central, cujo cimo abateu, formando uma caldeira quase circular com aproximadamente 2 Km de diâmetro e cerca de 400 metros de profundidade. O litoral da ilha é diversificado, alternando falésias majestosas com trechos de costa baixa e algumas baías. As praias são rochosas de calhau ou arenosas de areia fina, geralmente escura. No litoral rochoso encontram-se algumas piscinas naturais que contribuem para valorizar e diversificar a orla litoral desta ilha.

Assim, o maciço vulcânico da Caldeira constitui o elemento orográfico mais importante do Faial e nele se localiza o ponto de maior altitude desta ilha – o Cabeço Gordo, com 1043m. O território distribui-se, percentualmente, pelas seguintes altitudes: 54% até à

cota dos 300m, 41% entre os 300 e os 800m e 5% acima dos 800m, sendo a segunda ilha açoreana com maior percentagem de área a altitudes elevadas.

A **temperatura** média anual na Horta é de 17.4°C, sendo a média das máximas de 19.8°C e a das mínimas de 15°C. A temperatura média mensal mais elevada ocorre em Agosto – 22.4°C, e a mais baixa em Fevereiro – 13.6°C. A amplitude média anual é de 8.3°C, o que demonstra a amenidade climática permanente. As temperaturas extremas são de 30.3°C e 3.5°C, ocorrendo também respectivamente em Agosto e Fevereiro.

Na ilha do Faial predominam, ao longo de todo o ano, os ventos do quadrante SW, seguindo-se os ventos NE.

A média anual da **humidade relativa** do ar é elevada (78.3%), atingindo os valores mais altos no Inverno e nas zonas de maior altitude.

O valor da **precipitação** total média anual é elevado – 1467mm. Os valores médios mensais indicam que a precipitação se distribui ao longo de todo o ano, embora irregularmente. De facto, a precipitação é menor de Abril a Setembro (decrecendo mais acentuadamente no trimestre de Junho a Agosto) e atinge o mínimo em Julho, mês a que corresponde o período de maior intensidade do Anticiclone dos Açores; inversamente, os valores da precipitação atingem um máximo em Dezembro ou Janeiro, estando relacionados com a passagem sobre o Arquipélago da superfície frontal polar.

O número de dias com céu muito nublado ou encoberto é maior nos meses de Outubro a Junho, com o máximo em Março; os menores valores mensais ocorrem no trimestre de Verão, com o mínimo em Agosto.

Os principais **usos do solo** são os seguintes:

- Pastagens permanentes – sistema cultural com grande expressão em termos de área, ocupa grande percentagem das zonas de altitude, a partir dos 250-300m até aos 1200m. A percentagem de pastagens melhoradas e semi-melhoradas é bastante elevada, originando vastas áreas quase completamente desarborizadas;
- Mosaico de culturas – culturas arvenses/pastagens temporárias/pastagens permanentes de baixa altitude/e outras culturas;

- Sistema arbóreo-arbustivo – localiza-se preferencialmente em zonas baixas, ao longo de quase toda a costa da ilha. É constituído essencialmente por vinhas, muitas vezes associadas a figueiras. Em menor percentagem, ocorrem também pomares de citrinos, macieiras e ameixoeiras. Nos últimos anos tem-se verificado uma forte diminuição da área de vinha, devido ao seu abandono.
- Sistemas florestais – é constituído essencialmente por acácias, criptomérias e pinheiros para floresta de produção. Quanto à florestas mistas, coexistem espécies naturais e introduzidas. O coberto vegetal é composto essencialmente por incenso, faia, acácia, urze, pequenas áreas de pinheiro e criptoméria e desempenha funções de protecção e produção. As florestas naturais encontram-se um pouco por toda a ilha, constituindo por vezes bosques de compartimentação das pastagens permanentes ou, também, a vegetação marginal de algumas ribeiras.
- Incultos e outras áreas.

Os principais tipos de vegetação natural observadas na ilha descrevem-se de seguida:

- Vegetação ruderal: está restrita às áreas afectadas pela actividade humana, próximo dos aglomerados e junto de vias e campos. Esta vegetação desenvolve-se desde a orla costeira até aos 300 m de altitude. É a comunidade mais recente e forma a Aliança *Mercurialon annuae*. A maioria das espécies que compõem são ruderais e nitrófilas, tais como: *Rubus ulmifolius*, *Sporobulus indicus*, *Conyza candensis*, *Poa annua* e *Geranium robertianum*.
- Vegetação costeira: a vegetação costeira pertence à Aliança *Festucion petraeae*, que é comunidade com representação mais extensa, logo a seguir ao *Juniperion brevifolii*. Esta Aliança domina o litoral açoriano, onde provavelmente estava bem estabelecida antes da colonização. O brasel-da-rocha (*Festuca petraea*) é uma das espécies mais características. No litoral rochoso desenvolve-se a Associação *Euphorbietum azoricae*, a mais característica da orla costeira, apresenta-se bem desenvolvido em altitudes inferiores a 100 metros e é composta por espécies com uma elevada tolerância ao orvalho.
- Vegetação de zonas húmidas: nas zonas encharcadas, permanentes ou periódicas, em altitudes superiores a 500m, desenvolve-se a Aliança *Litorello-Eleocharion*, uma comunidade exclusiva e muito distinta das outras

comunidades vegetais açorianas. Inclui espécies com diferentes graus de tolerância à imersão/emersão (*Isoetes azorica*, *Mentha aquatica* por exemplo).

- Vegetação da zona das nuvens: As áreas mais extensas de vegetação natural ocorrem na zona das nuvens, acima dos 500 metros, e são constituídas por comunidades pertencentes à Aliança *Juniperion brevifolii*, em condições de elevada precipitação (mínimo de 2000 mm/ano) e humidade do solo. Acima dos 1350 metros, observa-se uma redução drástica no número de espécies, e para cima dos 1500 metros se limita a três dominantes: *Calluna vulgaris*, *Daboecia azorica*, *Thymus caespitius*.

As florestas compreendem duas Associações, genericamente conhecidas por “Floresta de Louro e Cedro” ou “Laurissilva”, já descritas anteriormente.

Entre 700 e 1200 metros de altitude, em habitats muito abrigados dos vento, com elevada humidade atmosférica e do substrato, desenvolve-se a Associação *Festucetum jubatae*. Esta Associação está confinada a poucas áreas, relativamente pequenas, em ravinas estreitas e profundas, crateras, cones secundários e buracos de explosões em campos de lava. É a comunidade mais rica em plantas vasculares endémicas dos Açores, além do elevado número de fetos.

Áreas naturais classificadas

O conjunto Monte Queimado-Monte da Guia, localizado a sudoeste da cidade da Horta, é notável pela sua beleza e pela extraordinária panorâmica que dos seus cumes se desfruta sobre a Cidade da Horta e sobre a Baía de Porto Pim. Nesta zona encontra-se uma espécie botânica muito rara, a ipomoesa (*Stolo mifera*). Pelo interesse científico que tem, importa proteger esta espécie botânica. Também a Caldeira do Inferno, no interior do Monte da Guia – onde se encontra flora de Macaronésia que começa a rarear nas ilhas do arquipélago açoriana – constitui uma bela enseada de inegável interesse paisagístico, procurada pela quantidade e qualidade de espécies biológicas marítimas aí existentes, pois é um autêntico viveiro natural. Estas características únicas levaram à implementação de medidas de protecção para a paisagem do Monte da Guia, através do Decreto Regional nº1/80/A.

A criação da Reserva Natural da Caldeira do Faial, estabelecida pelo Decreto Regional nº 14/82/A, visa também proteger as características biofísicas e paisagísticas únicas desta Caldeira. É uma zona de paisagem de interesse geológico, ecológico, florístico e faunístico, destacando-se a sua importância para a nidificação de espécies de avifauna endémica assim como a existente flora endémica: cedro, zimbro, feto e musgo. É também um miradouro natural de excepcional beleza paisagística.

Na ilha do Faial as Reservas Florestais Naturais são as seguintes: o Cabeço do Fogo e o Vulcão dos Capelinhos.

Quanto às Reservas Florestais de Recreio criou-se a do Capelo (96ha) e a do Cabouco Velho(5ha). A reserva do Capelo, no equipamento de apoio que apresenta (grelhadores, sanitários etc.) revela-se bastante típica, visto utilizarem-se materiais vulcânicos na sua construção.

No âmbito da **Rede Natura 2000** consta a seguinte lista de sítios:

Código do sítio: PTFA10007

Nome: Morro de Castelo Branco

Habitats naturais do Anexo I da Directiva Habitats: Enseadas e baías pouco profundas (1160); Recifes (1170); Vegetação anual da zona intertidal (1210); Vegetação vivaz das costas de calhaus rolados (1220); Falésias com vegetação das costas macaronésicas (flora endémica)(1250); Charnecas macaronésicas endémicas (4050);); Grutas marinhas submersas ou semi-submersas (8330);

Espécies da flora constantes do anexo II da Directiva Habitats:

Azorina vidalii

Erica scoparia ssp azorica

Spergularia azorica

Myosotis marítima

Picconia azorica

Espécies da fauna constantes do Anexo II da Directiva Habitats

Phocoena phocoena; Tursiops truncatus; Caretta caretta.

Código do sítio: PTFA10006

Nome: Ponta do Varadouro

Habitats naturais do Anexo I da Directiva Habitats:; Recifes (1170); Falésias com vegetação das costas macaronésicas (flora endémica)(1250); Charnecas macaronésicas endémicas (4050); Grutas marinhas submersas ou semi-submersas (8330); Laurissilvas dos Açores (9361)

Espécies da flora constantes do anexo II da Directiva Habitats:

Erica scoparia ssp azorica

Spergularia azorica

Picconia azorica

Código do sítio: PTFA10005

Nome: Monte da Guia

Habitats naturais do Anexo I da Directiva Habitats: Enseadas e baías pouco profundas (1160); Recifes (1170); Vegetação anual da zona intertidal (1210); Vegetação vivaz das costas de calhaus rolados (1220); Falésias com vegetação das costas macaronésicas (flora endémica)(1250); Prados de Spartina (Spartinion) (1320); Charnecas macaronésicas endémicas (4050); Dunas fixas com vegetação herbácea (dunas cinzentas); Grutas marinhas submersas ou semi-submersas (8330);

Espécies da flora constantes do anexo II da Directiva Habitats:

Erica scoparia ssp azorica

Spergularia azorica

Azorina vidalii

Myosotis maritima

Espécies da fauna constantes do Anexo II da Directiva Habitats

Phocoena phocoena; Tursiops truncatus; Caretta caretta.

Código do sítio: PTFA10004

Nome: Caldeira e Capelinhos

Habitats naturais do Anexo I da Directiva Habitats: Enseadas e baías pouco profundas (1160); Recifes (1170); Vegetação anual da zona intertidal (1210); Vegetação vivaz das costas de calhaus rolados (1220); Falésias com vegetação das costas macaronésicas (flora endémica)(1250); Charnecas macaronésicas endémicas (4050); Grutas marinhas submersas ou semi-submersas (8330); Laurissilvas dos Açores (9361); Charcos temporários mediterrânicos (3170); Cursos de água alpinos e a sua vegetação ripícola (3220); Formações de euforbiáceas (5331); Prados orófilos macaronésicos (6180); Turfeiras altas activas (7110); Vegetação casmófitas das vertentes rochosas – subtipo silicícolas (8220); Prados pioneiros em superfícies rochosas (8230); Grutas não exploradas pelo turismo (8310); Florestas macaronésicas de Juniperus (9565)

Espécies da flora constantes do anexo II da Directiva Habitats:

Ammi trifolium
Arceuthobium azoricum
Azorina vidalii
Erica scoparia ssp azorica
Euphorbia stygiana
Euphrasia grandiflora
Frangula azorica
Isoetes azorica
Lactuca watsoniana
Melanoselinum decipiens
Picconia azorica
Rumex azoricus
Sanicula azorica
Spergularia azorica
Woodwardia radicans
Culcita macrocarpa
Trichomanes speciosum
Woodwardia radicans

Espécies da fauna constantes do Anexo II da Directiva Habitats

Phocoena phocoena; *Tursiops truncatus*; *Caretta caretta*.

Código do sítio: PT0000023

Nome: Caldeira e Capelinhos

Espécies da avifauna constantes do Anexo II da Directiva Aves

Sterna hirundo
Sterna dougalii
Calonectris diomedea borealis
Columba palumbus azorica

C.5.3. ILHA DAS FLORES

A ilha das Flores tem um desenvolvimento máximo no sentido N-S de 17 Km e uma largura máxima de E para W de 12.5 Km.

Em quase todo o seu contorno periférico é bordejada por uma arriba escarpada que marca desníveis desde poucos metros até largas centenas (550m no talude abrupto da

Ponta da Fajã a NW), sendo muito raras as orlas de praia (Porto da Fajã Grande).

Destacam-se os seguintes **aspectos morfológicos**:

- As superfícies aplanadas costeiras, a envolver as plataformas basálticas (Fajã Grande, Ponta Delgada), depósitos de sopé de escarpa (Ponta da Fajã, Fajãzinha, Fajã de Lopo Vaz, Fajã Pedro Vieira, etc.) e antigas praias (Ponta Delgada);
- A bordadura periférica, que por vezes em arriba costeira contacta directamente para o mar, ou então para as superfícies das fajãs;
- Os grandes vales entalhados, com acentuada expressão na fachada oriental, os quais, tendo o seu início no rebordo da plataforma planáltica, conduzem directamente à orla marítima;
- As encostas de declives suaves (achadas) ou acentuados (lombas), com forte expressão na fachada oriental, as quais, descaindo a partir do rebordo da superfície planáltica, terminam nas arribas do litoral, entalhando-se de vez em quando pelos vales profundos das ribeiras;
- Os níveis planálticos, a constituírem vastas superfícies de topo, a mais baixa desenhando-se entre 500/550m e os 600/650m de altitude e a mais alta entre 600/650m e os 800/820m, separando-se entre si por um degrau mais ou menos escarpado e onde, como nota saliente da paisagem, ocorrem diversas lagoas em correspondência com as caldeiras de antigos aparelhos vulcânicos;
- As formas de relevo salientes que se erguem dos níveis planálticos, e também de alguns pontos da bordadura periférica, em correspondência a antigos aparelhos vulcânicos.

A **temperatura** média anual é de 17.7°C para Santa Cruz da Flores. Nas variações da temperatura ao longo do ano, Fevereiro é o mês mais frio, com temperaturas médias de 13.8°C e Agosto o mês mais quente com 22.9°C, verificando-se amplitudes térmicas da ordem dos 9.1°C. A temperatura máxima absoluta é de 31°C em Agosto. A temperatura mínima absoluta é de 3.5°C em Fevereiro. Em relação ao nível planáltico do topo (700/800m de altitude) e considerando um decréscimo de 1°C por cada 100m, registar-se-ão valores negativos de temperatura mínima absoluta ao longo de cinco meses (Dezembro a Abril).

Os valores da **precipitação** total média anual variam entre 1315mm na orla baixa litoral e 2984mm à altitude de 510m. O período de Maio a Agosto é o menos chuvoso do ano, com valores mensais frequentemente inferiores a 100mm. Os valores máximos da precipitação ocorrem em Janeiro ou Fevereiro, com valores que vão de 160.1 até 415.1 mm. Ao período chuvoso (Setembro – Abril) corresponde cerca de 80% do quantitativo anual da precipitação.

A **humidade** relativa média anual ronda os 80%, registando-se valores pouco oscilatórios ao longo do ano.

Os **ventos** dominantes são de quadrante S, com frequências de 23.1%, seguindo-se os do quadrante N, com frequências de 15.8%. A velocidade média anual é de 14.2 Km/h, registando-se os valores mais elevados em Janeiro, e os mais baixos em Julho, 7.1 Km/h.

No que respeita à vegetação e uso do solo, destacam-se os povoamentos de mato, os resquícios da florestação primitiva e as áreas agrícolas, dominadas essencialmente por pastagens.

Os povoamentos de mato ou matorral, que de algum modo mais se aproximam das comunidades de vegetação primitiva, confinam-se aos locais impróprios para a implantação de prados ou para a exploração agrícola, normalmente em correspondência com formas de relevo acidentado (escarpas, vertentes íngremes, vales entalhados), ou então às áreas densamente povoadas de afloramentos rochosos.

Da formação primitiva da Laurissilva, de composição florística relativamente pouco variada, restam a *Laurus azorica*, a *Myrica faya* e a *Picconia azorica*, para além de outros elementos arbóreos alóctones, tais como a *Acácia melanoxilon*, o *Pittosporum undulatum*, o *Pinus pinaster*, o *Castanea sativa*, a *Cryptomeria japonica*, o *Populus spp* em raros locais e, ainda, um ou outro núcleo de *Eucaliptus globulus*. Dos elementos arbustivos, a *Erica scoparia ssp azorica*, constituindo matorral estreme em diversos pontos, é a espécie mais abundante, à qual em diversas áreas se associam outros elementos arbustivos ou arbóreo-arbustivos, como o *Ilex perado* e, nas zonas de altitude, o *Juniperus brevifolia* e a *Vaccinum cilindraceum*.

Na situação morfológica específica de altitude, marcada por permanente alagamento, a comunidade vegetal é do domínio do *Juniperus brevifolia*, a que se associam, com maior ou menor frequência, as Ericas, salientando-se o tapete denso de musgão

(*Sphagnum*) e outra briófitas que recobre a superfície do terreno permanentemente encharcada.

No domínio da vegetação natural são ainda de referir os povoamentos, apenas assinaláveis nalguns pontos da orla ocidental, de *Tamarix gallica*.

Quanto a florestação, na base de essências exóticas, nota-se a sua incidência em diversas áreas, sobretudo nas de média altitude, privilegiando-se os povoamentos de criptomérias, nalguns locais a revestir encostas de declive pronunciado.

A utilização do solo fundamentou-se ao longo dos tempos na necessidade de assegurar o pastoreio da vaca leiteira, formando-se o prado (cobertura herbácea constituída por uma mistura de gramíneas e leguminosas) à custa da destruição do coberto lenhoso natural. As áreas de exploração agrícola confinam-se às superfícies aplanadas da faixa costeira, envolvendo as fajãs e plataformas até altitudes de 150/200m. Salientam-se as culturas anuais do milho, tendo utilização para grão ou forragem em verde ou silagem. Dá-se particular importância às culturas horto-frutícolas, de que se salientam a semilha (batata branca), a batata doce, a bananeira, a cebola e o inhame.

Áreas naturais classificadas

Na ilha das Flores as Reservas Florestais Naturais são as seguintes: Caldeira Funda e Rasa e Morro Alto e Pico da Sé. A Fazenda da Cruz (3ha) e a Boca da Baleia (1ha) foram instituídas como Reservas Florestais de Recreio.

No âmbito da **Rede Natura 2000** consta a seguinte lista de sítios:

Código do sítio: PTFLO0003

Nome: Costa Nordeste

Habitats naturais do Anexo I da Directiva Habitats: Enseadas e baías pouco profundas (1160); Recifes (1170); Vegetação anual da zona intertidal (1210); Vegetação vivaz das costas de calhaus rolados (1220); Falésias com vegetação das costas macaronésicas (flora endémica)(1250); Charnecas macaronésicas endémicas (4050; Grutas marinhas submersas ou semi-submersas (8330); Vegetação casmófita das vertentes rochosas – subtipo silicícolas (8220); Prados pioneiros em superfícies rochosas (8230).

Espécies da flora constantes do anexo II da Directiva Habitats:

Azorina vidalii
Erica scoparia ssp azorica
Myosotis maritima
Spergularia azorica
Woodwardia radicans
Picconia azorica

Espécies da fauna constantes do Anexo II da Directiva Habitats

Phocoena phocoena; *Tursiops truncatus*; *Caretta caretta*.

Código do sítio: PTFLO0002

Nome: Zona central – Morro Alto

Habitats naturais do Anexo I da Directiva Habitats: Águas oligo-mesotróficas da região médioeuropeia e perialpina com vegetação anfíbia: Litorella ou Isoetes ou vegetação anual das margens expostas (Nanocyperetalia) (3130); Cursos de água alpinos e a sua vegetação ripícola (3220); Charnecas macaronésicas endémicas (4050); Charnecas alpinas e subalpinas (4060); Formação de euforbiáceas(5331); Prados orófilos macaronésicos (6180); Turfeiras altas activas (7110); Turfeiras de cobertura (turfeiras activas unicamente) (7130); Vegetação casmófita das vertentes rochosas – subtipo silicícolas (8220); Turfeiras arborizadas (91D0); Laurissilva dos Açores (9361); Florestas macaronésicas de Juniperus (9565).

Ammi trifolium
Arceuthobium azoricum
Culcita macrocarpa
Erica scoparia ssp azorica
Euphorbia stygiana
Euphrasia grandiflora
Frangula azorica
Picconia azorica
Scabiosa nitens
Trichomanes speciosum
Woodwardia radicans
Isoetes azorica
Chaerophyllum azoricum
Myosotis azorica

Código do sítio: PT0000022

Nome: Costa Nordeste

Espécies da avifauna constantes do Anexo II da Directiva Habitats

Sterna hirundo

Sterna dougalii

Calonectris diomedea borealis

Puffinus assimilis baroli

Código do sítio: PT0000021

Nome: Costa Sul e Sudoeste

Espécies da avifauna constantes do Anexo II da Directiva Habitats

Sterna hirundo

Sterna dougalii

Calonectris diomedea borealis

Puffinus assimilis baroli

C.5.4. IIHA GRACIOSA

A ilha Graciosa tem um desenvolvimento máximo de 12.5 Km no sentido NW-SE e uma largura máxima de 8.5 Km de NE para SW. Em quase toda a sua extensão é bordejada por uma arriba escarpada que marca desníveis desde alguns metros até 300m no talude abrupto da Serra Branca a SW, sendo raras as orlas de praia (Carapacho e Praia). A arriba costeira está sujeita a progressivo recuo por intensa abrasão marinha. Da sua panorâmica paisagística destacam-se cinco aspectos **geomorfológicos** distintos, são eles:

- A superfície baixa de W-NW, que se estende da bordadura costeira até aos sopés dos maciços das Serras das Fontes e Dormida/Branca;
- A superfície baixa interior, que se insinua entre os três maciços principais da ilha e os individualiza;
- A Serra das Fontes, de formas arredondadas e que culmina com o Pico do Facho;
- Os maciços da Serra Branca e Serra Dormida, que se separam por ligeira depressão NW-SE;
- O maciço da Caldeira, na extremidade SE da ilha, e que culmina em cumeeira ovalada, delimitando uma grande cratera.

A **temperatura** média anual varia entre 17.4°C, no Barro Vermelho, e 14.5°C, no topo das Serras Dormida e Branca (a 300-400 m de altitude). Nas variações de temperatura ao longo do ano, Fevereiro é o mês mais frio e Agosto o mês mais quente.

Os valores da **precipitação** total média anual variam entre os 850-900 mm, na orla baixa do litoral, e os 1200-1400 mm, nas altitudes compreendidas entre os 300 e os 400 m.

A **humidade** relativa anual oscila entre os 77%, no Barro Vermelho, e os 85%, na Serra Branca.

Para a estação meteorológica do Barro Vermelho os **ventos** dominantes são os do quadrante SW, com uma velocidade média anual de 25.6 Km/h, seguindo-se os do quadrante W e E.

A **vegetação** natural, confinada a reduzidas áreas, encontra-se profundamente degradada em virtude da continuada ocupação agrícola, com destaque para a cultura dos cereais de Inverno, da vinha e do milho, e da pastorícia (forragicultura e pastagens perene).

As culturas ocorrem, naturalmente, nas áreas sensivelmente aplanadas e a cotas inferiores a 150 m, enquanto que acima deste limite já o prado permanente se torna dominante, assumindo mesmo características de exclusividade para além dos 200m de altitude.

Os povoamentos de mato ou matorral que, de certo modo, mais se aproximam das comunidades de vegetação primitiva, cingem-se às áreas onde o uso agrícola ou a constituição de prados são impraticáveis, normalmente em correspondência com a ocorrência de afloramentos rochosos.

Da comunidade primitiva desapareceram já os seus principais elementos do estrato arbóreo, como o cedro das ilhas e o azevinho; por sua vez, do estrato arbustivo, são considerados extintos a uva da serra e o folhado.

Quanto aos prados permanentes de altitude (acima dos 150/200 m), a composição florística é essencialmente constituída por uma mistura de gramíneas e leguminosas. Nas áreas de menor cota (abaixo dos 150m) os prados denotam composição florística mais variada mas, por outro lado, manifesta-se tendência para proliferarem as

infestantes.

As áreas de sementeira são também ocupadas por prados temporários, os chamados «outonos» que se intercalam na rotação e antecedem, em geral, a cultura de Primavera.

Das culturas anuais, o milho é a mais incidente, expandindo-se cada vez mais de ano para ano, sendo utilizado tanto para grão como para forragem em verde ou silagem. De notar a redução sistemática das áreas de cultura dos cereais praganosos de Inverno, cuja perda de importância cerealífera é atribuída ao deprecador pardal.

A vinha teve já notável expressão na ilha, com especial incidência nas áreas da faixa litoral com solos delgados sobre basaltos, em geral pouco espessos e pedregosos em reticulado apertado de muretes.

O povoamento florestal na base de essências exóticas limita-se ao interior da Caldeira, com implantação de núcleos de pinheiros, criptoméria, freixo e bétula e na mancha de «biscoitos» da Praia, junto a Feteira. De referir ainda na faixa periférica da plataforma ocidental, arrimada à arriba costeira e sob influência directa da «ressalga», os povoamentos de tamargueira ou salgueiro.

Áreas naturais classificadas

Na ilha da Graciosa há uma Reserva Florestal Natural, a da Caldeira da Graciosa.

Não constam Reservas Florestais de Recreio nesta ilha.

No âmbito da **Rede Natura 2000** criou-se a seguinte lista de sítios:

Código do sítio: PTGRA0014

Nome: Ponta Branca

Habitats naturais do Anexo I da Directiva Habitats: Vegetação vivaz das costas de calhaus rolados (1220); Falésias com vegetação das costas macaronésicas (flora endémica)(1250); Charnecas macaronésicas endémicas (4050).

Espécies da flora constantes do anexo II da Directiva Habitats:

Ammi trifolium

Erica scoparia ssp azorica

Código do sítio: PTGRA0015

Nome: Ilhéu de Baixo, Restinga

Habitats naturais do Anexo I da Directiva Habitats Enseadas e baías pouco profundas (1160); Recifes (1170); Vegetação anual da zona intertidal (1210); Vegetação vivaz das costas de calhaus rolados (1220); Falésias com vegetação das costas macaronésicas (flora endémica)(1250); Grutas marinhas submersas ou semi-submersas (8330);

Espécies da flora constantes do anexo II da Directiva Habitats:

Azorina vidalii

Spergularia azorica

Myosotis maritima

Erica scoparia ssp azorica

Espécies da fauna constantes do Anexo II da Directiva Habitats

Phocoena phocoena; Tursiops truncatus; Caretta caretta.

Código do sítio: PT0000029

Nome: Ilhéu da Praia

Espécies da avifauna constantes do Anexo II da Directiva Habitats

Sterna hirundo

Sterna dougalii

Calonectris diomedea borealis

Oceanodroma castro

Puffinus assimilis baroli

Bulweria bulwerii

Código do sítio: PT0000030

Nome: Ilhéu da Praia

Espécies da avifauna constantes do Anexo II da Directiva Habitats

Sterna hirundo

Sterna dougalii

Calonectris diomedea borealis

Oceanodroma castro

Puffinus assimilis baroli

Bulweria bulwerii

C.5.5. ILHA DO PICO

A **morfologia** da ilha distingue-se pelo enorme cone vulcânico que dela emerge, a montanha do Pico, a qual atinge a cota de 2351m, sendo a maior elevação do País. Do ponto de vista morfológico destaca-se, também, a oriente, o planalto da Achada que se estende a partir da base da montanha do Pico até à extremidade oriental da ilha. Neste encontram-se, formando vários alinhamentos, numerosos aparelhos vulcânicos que possuem no seu interior crateras por vezes ocupadas por lagoas. A faixa litoral é geralmente estreita e recortada, alternando, sobretudo a Sul, com trechos de arribas altas. A costa é baixa com algumas baías, enseadas e campos de lava que se estendem sobre o mar, criando cenários únicos e peculiares. Em altitude, a superfície da ilha reparte-se percentualmente do seguinte modo: 41.2% situa-se abaixo dos 300m, 42.4% entre os 300 e os 800m e 16.4% acima dos 800m.

A **temperatura** média anual na Horta (na ilha do Pico só existem estações udométricas) é de 17.4°C, sendo a média das máximas de 19.8°C e a das mínimas de 15°C. A temperatura média mensal mais elevada ocorre em Agosto (22.4°C), e a mais baixa em Fevereiro (13.6°C). A amplitude média anual é de 8.3°C, o que demonstra a amenidade climática permanente. As temperaturas extremas são de 30.3°C e 3.5°C, ocorrendo também respectivamente em Agosto e Fevereiro.

Na ilha do Pico, os **ventos** dominantes provêm dos quadrantes SW e S. O número de dias com vento forte ou muito forte é bastante significativo. A velocidade do vento tende a agravar-se nas zonas de maior altitude, correspondentes à montanha do Pico.

Os valores médios mensais da **humidade relativa** do ar às 12h e 18h são mais elevados no Inverno e mais baixos no Verão. As observações às 00h registam valores máximos de humidade em Junho (coincidentes com os chamados «nevoeiros de S. João») e mínimos em Novembro. A variação diurna da humidade relativa do ar é nítida, com valores mais baixos nas observações da tarde e mais elevados durante a noite. Nas zonas de maior altitude do Pico, os valores da humidade relativa do ar são, certamente, mais elevados do que aqueles agora apresentados.

O valor da **precipitação** total média anual na ilha do Pico é elevado (1490mm). Os valores médios mensais indicam que a precipitação se distribui ao longo de todo o ano,

embora irregularmente. De facto, a precipitação é menor de Abril/Maio a Setembro (decrecendo mais acentuadamente no trimestre de Junho a Agosto) e atinge o mínimo em Julho, a que corresponde o período de maior intensidade do Anticiclone dos Açores; inversamente, os valores da precipitação atingem um máximo em Janeiro ou Fevereiro, estando relacionados com a passagem sobre o Arquipélago da superfície frontal polar.

O número de dias com céu muito nublado ou encoberto é maior nos meses de Outubro a Junho, com o máximo em Março; os menores valores mensais ocorrem no trimestre de Verão, com o mínimo em Agosto. O número de dias com céu pouco nublado ou limpo é bastante escasso, sendo maior nos meses de Julho a Setembro, com o máximo em Agosto. Nas zonas de cotas mais elevadas do Pico, acima dos 600m, é notório um importante aumento dos valores da **nebulosidade**.

Os principais **usos do solo** são os mesmos mencionados para a ilha do Faial.

Os principais tipos de vegetação natural são os mesmos mencionados para a ilha do Faial.

Áreas naturais classificadas

A Reserva Integral da Montanha do Pico foi estabelecida pelo Decreto n.º 79/72, mas através do Decreto Regional n.º 15/82/A cria-se a Reserva Natural da Montanha do Pico. Este Decreto previa a elaboração de um plano director da Reserva, da qual entretanto não consta a sua promulgação.

O património natural e edificado, característico da cultura da vinha na ilha do Pico, tem elevado interesse paisagístico e histórico-cultural. Estes factores, conjugados com a circunstância de a identidade da paisagem desta zona se encontrar ameaçada pelo progressivo desaparecimento dos sistemas tradicionais de utilização do solo, justificam plenamente a sua classificação, por forma a salvaguardar os valores naturais, paisagísticos e culturais aí existentes e, simultaneamente, promover o desenvolvimento sustentado da zona e a qualidade de vida das populações. É assim que surge o Decreto Legislativo Regional n.º 12/96/A que classifica a Paisagem Protegida de Interesse Regional da Cultura da Vinha da Ilha do Pico. Entretanto, esta mesma

paisagem tornou-se candidata a Património Mundial junto da UNESCO.

Na ilha do Pico as Reservas Florestais Naturais são as seguintes: Lagoa do Caiado, o Mistério da Praínha e o Caveiro.

Quanto às Reservas Florestais de Recreio constam as seguintes: Mistérios de São João (212ha) e Quintas das Rosas (3ha).

FIGURA 25 - RESERVA FLORESTAL DE RECREIO DOS MISTÉRIOS DE S. JOÃO



No âmbito da **Rede Natura 2000** criou-se a seguinte lista de sítios:

Código do sítio: PTPIC0012

Nome: Ilhéus da Madalena

Habitats naturais do Anexo I da Directiva Habitats: Enseadas e baías pouco profundas (1160); Recifes (1170); Vegetação anual da zona intertidal (1210); Vegetação vivaz das costas de calhaus rolados (1220); Falésias com vegetação das costas macaronésicas (flora endémica) (1250); Grutas marinhas submersas ou semi submersas (8330).

Espécies da flora constantes do anexo II da Directiva Habitats:

Azorina vidallii

Spergularia azorica

Espécies da fauna constantes do Anexo II da Directiva Habitats

Phocoena phocoena; Tursiops truncatus; Caretta caretta.

Código do sítio: PTPIC0011

Nome: Lajes do Pico

Habitats naturais do Anexo I da Directiva Habitats: Enseadas e baías pouco profundas (1160); Recifes (1170); Vegetação anual da zona intertidal (1210); Vegetação vivaz das costas de calhaus rolados (1220); Falésias com vegetação das costas macaronésicas (flora endémica) (1250); Prados salgados mediterrânicos (*Juncetalia marítima*) (1410); Charnecas macaronésicas endémicas (4050).

Espécies da flora constantes do anexo II da Directiva Habitats:

Erica scoparia ssp azorica

Spergularia azorica

Espécies da fauna constantes do Anexo II da Directiva Habitats

Phocoena phocoena; Tursiops truncatus; Caretta caretta.

Código dos sítio: PTPIC0010

Nome: Ponta da Ilha

Habitats naturais do Anexo I da Directiva Habitats: Enseadas e baías pouco profundas (1160); Recifes (1170); Vegetação vivaz das costas de calhaus rolados (1220); Falésias com vegetação das costas macaronésicas (flora endémica) (1250); Charnecas macaronésicas endémicas (4050); Campos de lava e escavações naturais (8320); Grutas marinhas submersas ou semi-submersas (8330).

Espécies da flora constantes do anexo II da Directiva Habitats:

Azorina vidalii

Erica scoparia ssp azorica

Lotus azoricus

Spergularia azorica

Espécies da fauna constantes do Anexo II da Directiva Habitats

Phocoena phocoena; Tursiops truncatus; Caretta caretta.

Código dos sítio: PTPIC0009

Nome: Montanha do Pico, Praínha e Caveiro

Habitats naturais do Anexo I da Directiva Habitats: Águas oligo-mesotróficas da região médioeuropeia e perialpina com vegetação anfíbia: Litorella ou Isoetes ou vegetação anual das margens expostas (Nanocyperetalia) (3130); Charcos temporários mediterrâneos (3170); Cursos temporários mediterrâneos (3170); Cursos de água alpinos e a sua vegetação ripícola

(3220); Charnecas macaronésicas endémicas (4050); Formação de euforbiáceas (5331); Prados orófilos macaronésicos (6180); Turfeiras altas activas (7110); Turfeiras de cobertura (turfeiras activas unicamente) (7130); Vegetação casmófita das vertentes rochosas – subtipo silícícolas (8220); Prados pioneiros em superfície rochosas (8230); Grutas não exploradas pelo turismo (8310); campos de lava e escavações naturais (8320); Laurissilva dos Açores (9361); Florestas macaronésicas de *Juniperus* (9565).

Espécies da flora constantes do anexo II da Directiva Habitats:

Ammi trifolium
Arceuthobium azoricum
Azorina vidalii
Chaerophyllum azoricum
Culcita macrocarpa
Erica scoparia ssp azorica
Euphorbia stygiana
Eupharasia grandiflora
Frangula azorica
Isoetes azorica
Lactuca watsoniana
Melanoselinum decipiens
Picconia azorica
Prunus lusitanica ssp azorica
Rumex azoricus
Trichomanes speciosum
Woodwardia radicans

Espécies da fauna constantes do Anexo II da Directiva Habitats

Phocoena phocoena; *Tursiops truncatus*; *Caretta caretta*.

Código dos sítio: PT000025

Nome: Ponta da Ilha

Espécies da avifauna constantes do Anexo I da Directiva Aves

Calonectris diomedea borealis
Sterna hirundo
Sterna dougalii
Columba palumbus azorica

Código dos sítio: PT000024

Nome: Lajes do Pico

Espécies da avifauna constantes do Anexo I da Directiva Aves

Calonectris diomedea borealis

Sterna hirundo

Código dos sítio: PT000027

Nome: Zona central do Pico

Espécies da avifauna constantes do Anexo I da Directiva Aves

Columba palumbus azorica

Código dos sítio: PT000026

Nome: Furnas – Santo António

Espécies da avifauna constantes do Anexo I da Directiva Aves

Sterna hirundo

Sterna dougalii

C.5.6. ILHA DE SANTA MARIA

A **geologia** da ilha de Santa Maria, é uma das mais antigas do Arquipélago dos Açores e de vulcanismo activo há muito extinto. De origem vulcânica é constituída, essencialmente, por um núcleo basáltico envolvido por sedimentos do Vindoboniano que se depositaram na sua periferia. Erupções contemporâneas do Vindoboniano e outras mais modernas aumentaram a ilha primitiva, cobrindo de lavas os referidos depósitos sedimentares.

Sob o ponto de vista **morfológico**, a ilha de Sta. Maria é constituída por duas regiões muito distintas, separadas por um alinhamento montanhoso de orientação NNW-SSE, que se estende entre Lagoinhas e Glória, atingindo uma altitude de 590 m no Pico Alto. Na parte ocidental da ilha, relativamente aplanada, é possível distinguir os vestígios de duas superfícies de abrasão marinha a 89/90 e 50/60 metros. Alguns vales profundos cortam esta região, encaixados nas formações miocénicas do Vindoboniano e no complexo basáltico Ante-vindoboniano. A região situada a leste do sistema montanhoso central é acidentada, sendo recortada profundamente pelas bacias hidrográficas de três ribeiras: Santa Bárbara, Salto e Sto. Espírito. Qualquer das

regiões referidas apresenta aparelhos vulcânicos pós-vindobonianos bastante desmantelados, originando, por vezes, relevos secundários.

A **temperatura** média anual no aeroporto da ilha é de 17.5 ° C, sendo a média das máximas de 20.1°C e a das mínimas de 14.9°C. A temperatura média mensal mais elevada ocorre em Agosto (22°C), e a mais baixa em Fevereiro (14.0°C) a amplitude média anual é de 8.0°C, o que demonstra a amenidade climática durante todo o ano. As temperaturas extremas (28.5°C e 4.8°C), ocorrem também, respectivamente, em Agosto e Fevereiro.

A **precipitação** total média anual no Aeroporto é de 748 l/m². Neste local, a precipitação ocorre durante todo o ano, sendo a máxima em Janeiro (103.7 l/m²) e mínima em Agosto (18.2 l/m²).

A **humidade relativa** média no Aeroporto é de 78%, variando durante o dia entre os 70% (em Agosto) e os 78% (em Dezembro), e durante a noite entre os 80 e 82% (ao longo de todo o ano).

A **nebulosidade** média no Aeroporto é elevada, entre 5/10 durante a noite e 8/10 durante o dia, ocorrendo os valores mínimos entre Julho e Setembro e os máximos nos meses de Janeiro e Fevereiro.

Os **ventos**, dependentes do posicionamento do Anticiclone dos Açores, predominam de NE entre Maio e Novembro, de S em Dezembro e Janeiro e de W durante Fevereiro e Março. A velocidade média anual é de 23.2 Km/h. Os períodos de vento calmo constituem apenas 1.4% do total dos dias, havendo mesmo em 14.8% dias por ano com valores superiores a 55Km/h.

Antes da colonização, e atendendo às características da região, predominava a floresta Laurissilva que dominava as áreas acima dos 300-500 m de altitude. A vegetação costeira de características herbáceas, dominava as escarpas até aos 100 m, sendo de transição, possivelmente por matagais de urze.

Actualmente, a vegetação que se observa na ilha, está bastante afectada pelas actividades humanas, podendo afirmar-se, seguramente, que não haverá local onde os seus efeitos não se tenham verificado. A vegetação natural tem vindo a ser progressivamente substituída por um **uso do solo** dominado pela prática agrícola, pela pecuária ou até pela produção florestal.

A ocupação do solo distribui-se da seguinte forma:

FORMAÇÕES	LOCALIZAÇÃO	TIPO DE OCUPAÇÃO
Pastos naturais nas zonas degradadas e abandonadas	Zona ocidental da ilha – na «plataforma do aeroporto e Santana» e no «patamar do Facho e Saramago», em altitudes até aos 175/200m.	Zonas abandonadas, durante o século passado, de culturas arvenses, nas zonas menos declivosas e cultura da vinha e de pomares em zonas mais declivosas.
Culturas arvenses, arbustivas e arbóreas	Tanto em zonas da parte ocidental como do litoral da parte oriental – planaltos da Almagreira e S. Pedro, na zona das lombas e em pequena parte na «zona de espigões», em altitudes de 200-300m	Batata, trigo, milho, tremoço para sideração, feijão, batata doce e fava. Vinha (arribas de S. Lourenço e Maia), alguns pomares de citrinos
Prados nas áreas não degradadas	Zona central e oriental da ilha, ocupando sobretudo as zonas de declives moderados – zonas de espigões, em algumas áreas do “Planalto de Almagreira e São Pedro” em pequenas áreas do sistema montanhoso central, em altitudes de 300-400m.	Prados artificiais, com a seguinte constituição, entre outras espécies: <i>Lolium spp.</i> , <i>Trifolium spp.</i> , <i>Holcus lanatus L.</i> , <i>Festuca spp.</i> , <i>Platago coronopus L.</i> , <i>Coniza canadensis L.</i> , <i>Plantago lanceolata L.</i>
Formação arbórea-arbustiva-matos	Zonas mais declivosas e de maior altitude – sistema montanhoso central	Urze, uva da serra, tamujo, azevinho, folhado, silvas, fetos, hera, associados a espécies introduzidas como o incenso, a acácia, a conteira em alguns casos às criptomérias
Pequenas matas de criptoméria	Zonas mais declivosas e de maior altitude – sistema montanhoso central	Criptomérias

Áreas naturais classificadas

Na ilha de Santa Maria as Reservas Florestais Naturais são as seguintes: Baías da Praia, de São Lourenço, dos Anjos e da Maia.

Quanto às Reservas Florestais de Recreio constam as seguintes: Fontinhas (3 ha), Valverde (4ha) e Mata do Alto 25 (ha).

No âmbito da **Rede Natura 2000** criou-se a seguinte lista de sítios:

Código do sítio: PTSMA0023

Nome: Ilhéu das Formigas e recife do Dollabarat

Habitats naturais do anexo I da Directiva Habitats: Recife (1170)

Espécies da fauna constantes do Anexo II da Directiva Habitats: *Phocoena phocoena*; *Tursiops truncatus*, *Caretta caretta*.

Este sítio não está cartografado

Código do sítio: PTSMA0022

Nome: Ponta do Castelo

Habitats naturais do anexo I da Directiva Habitats: Enseada e baías pouco profundas (1160); Vegetação anual da zona intertidal (1210); Vegetação vivaz das costas de calhaus rolados (1220); Falésias com vegetação das costas macaronésicas (flora endémica) (1250); Grutas marinhas submersas ou semi-submersas (8330).

Espécies da flora constantes do Anexo II da Directiva Habitats: *Azorina vidalli*, *Spergularia azorica*; *Erica scoparia ssp azorica*; *Lotus azoricus*;

Espécies da fauna constantes do Anexo II da directiva Habitats: *Phocoena phocoena*; *Tursiops truncatus*; *Caretta caretta*.

Código do sítio: PT0000034

Nome: Ilhéu da Vila e Costa Adjacente

Espécies da avifauna constantes do Anexo I da Directiva das Aves: *Calonectris diomedea borealis* (Cagarra); *Sterna hirundo* (Garajau-comum); *Sterna dougallii* (Garajau-rosado); *Columba palumbus azorica* (Pombo-torcaz-dos Açores); *Oceanodroma castro* (Angelito); *Puffinus assimilis baroli* (Fruelho); *Bulweria bulwerii* (Alma-negra).

C.5.7. ILHA DE SÃO JORGE

A ilha de São Jorge corresponde, no seu conjunto, a um vulcão linear, **morfologicamente** caracterizado por uma cordilheira central na qual se alinham inúmeros cones vulcânicos secundários – os «cabecos» - e que têm no seu interior crateras por vezes ocupadas por lagoas. A zona litoral é caracterizada, a Sul, por algumas arribas imponentes e zonas de costa baixa, por vezes com baías e enseadas, enquanto a Norte a serra é cortada abruptamente sobre o mar ou sobre línguas de terra onde se situam as fajãs – pequenas planícies costeiras resultantes do

deslizamento das arribas. A principal elevação de São Jorge é o Pico da Esperança (1053m), sendo a distribuição percentual em altitude a seguinte: 30.1% da sua superfície situa-se a cotas inferiores a 300m, 66.0% está compreendida entre os 300 e os 800m e apenas 3.7% ultrapassa os 800m.

A **temperatura** média anual da Horta é de 17.4°C (de notar que as estações climatológicas e udométricas existentes na ilha de S.Jorge não possuem registos relativos a um trinténio, tendo-se utilizado os dados referentes à Horta - Faial), sendo a média das máximas de 19.8°C e a das mínimas de 15°C. A temperatura média mensal mais elevada ocorre em Agosto (22.4°C), e a mais baixa em Fevereiro (13.6°C). A amplitude média anual é de 8.3°C, o que demonstra a amenidade climática permanente. As temperaturas extremas são de 30.3° C e 3.5°C, ocorrendo também respectivamente em Agosto e Fevereiro.

Na ilha de S. Jorge, os **ventos** dominantes provêm dos quadrantes W, seguidos dos de SE, não se observando períodos de calma. O número de dias com vento forte ou muito forte é bastante significativo.

A média anual da **humidade relativa** do ar é elevada (76%), atingindo os valores mais altos no Inverno e nas zonas de maior altitude.

O valor da **precipitação** total média anual na ilha de S. Jorge é elevado (1438mm). Os valores médios mensais indicam que a precipitação se distribui ao longo de todo o ano, embora irregularmente. De facto, a precipitação é menor de Abril/Maio a Setembro (decrecendo mais acentuadamente no trimestre de Junho a Agosto) e atinge o mínimo em Julho, a que corresponde o período de maior intensidade do Anticiclone dos Açores; inversamente, os valores da precipitação atingem um máximo em Janeiro ou Fevereiro, estando relacionados com a passagem sobre o Arquipélago da superfície frontal polar.

O número de dias com céu muito nublado ou encoberto é maior nos meses de Outubro a Junho, com o máximo em Março; os menores valores mensais ocorrem no trimestre de Verão, com o mínimo em Agosto. O número de dias com céu pouco nublado ou limpo é bastante escasso, sendo maior nos meses de Julho a Setembro, com o máximo em Agosto.

Os principais **usos do solo** e **vegetação natural** são os mesmos já mencionados para a ilha do Faial.

Áreas naturais classificadas

O Decreto Legislativo Regional nº13/84/A cria a **reserva natural** parcial do Ilhéu do Topo. Considera-se, por um lado, que o Ilhéu do Topo apresenta reconhecidas características paisagísticas. Por outro lado, ainda se podem encontrar alguns exemplares de flora indígena e verifica-se a concentração de aves marinhas, quer residentes quer migratórias, sendo mesmo um centro de nidificação de gaivotas das ilhas do grupo central. Também se consideram as águas envolventes do referido ilhéu que têm uma abundante fauna e flora que, conjuntamente com as características dos fundos e correntes, constituem uma zona de mergulho por excelência. A criação desta reserva está intimamente relacionada com o facto do uso do ilhéu, até então, ser indisciplinado e indiscriminado.

Na Região Autónoma dos Açores, apenas na Lagoa da Caldeira de Santo Cristo, existe uma população explorável de amêijoas. Para além deste facto, a Lagoa constitui uma unidade biofísica vasta, diversificada e única na Região, pela singularidade e importância dos seus valores naturais. O Decreto Legislativo Regional n.º 6/89/A cria a Área Ecológica Especial da Lagoa da Caldeira de Santo Cristo, para se poder controlar a sua exploração e promover a gestão deste recurso natural.

O Decreto Legislativo Regional n.º 32/2000/A promove medidas cautelares de preservação e salvaguarda do património natural e cultural das fajãs da ilha de São Jorge, apesar de não haver nenhuma cartografia que especifique a sua localização. Este Decreto considera inestimável o valor e potencial turístico da paisagem das fajãs assim como a fragilidade do seu equilíbrio paisagístico. A sua promulgação visa evitar as alterações prejudiciais à paisagem que se têm vindo a verificar nos últimos anos, por via de novas construções completamente desenquadradas da arquitectura tradicional.

Na ilha de São Jorge as Reservas Florestais Naturais são as seguintes: Pico do Arieiro, o Pico das Caldeirinhas, e Picos do Carvão e da Esperança.

Quanto às Reservas Florestais de Recreio constam as seguintes: Sete Fontes (5ha) e Silveira (9ha).

No âmbito da **Rede Natura 2000** criou-se a seguinte lista de sítios:

Código do sítio: PTJOR0014

Nome: Costa NE e Ponta do Topo

Habitats naturais do Anexo I da Directiva Habitats: Lagunas (1150); Enseadas e baías pouco profundas (1160); Recifes (1170); Vegetação anual da zona intertidal (1210); Vegetação vivaz das costas de calhaus rolados (1220); Falésias com vegetação das costas macaronésicas (flora endémica)(1250); Prados salgados Mediterrânicos (*Juncetalia marítima*) (1410); Charcos temporários mediterrânicos (3170); Cursos de água alpinos e a sua vegetação ripícola (6180); Charnecas macaronésicas endémicas (4050); Prados orófilos macaronésicos (6180); Turfeiras altas activas (7110); Turfeiras de cobertura (turfeiras activas unicamente) (7130); Prados pioneiros em superfícies rochosos (8230); Grutas marinhas submersas ou semi-submersas (8330); Laurissilva dos Açores (9361); Florestas macaronésicas de *Juniperus* (9565).

Espécies da flora constantes do anexo II da Directiva Habitats:

Ammi trifolium

Azorina vidalii

Erica scoparia ssp azorica

Spergularia azorica

Woodwardia radicans

Culcita macrocarpa

Arceuthobium azoricum

Myosotis marítima

Prunus lusitanica ssp azorica

Scabiosa nitens

Espécies da fauna constantes do Anexo II da Directiva Habitats

Phocoena phocoena; *Tursiops truncatus*; *Caretta caretta*.

Código do sítio: PTJOR0013

Nome: Ponta dos Rosais

Habitats naturais do Anexo I da Directiva Habitats: Lagunas (1150); Enseadas e baías pouco profundas (1160); Recifes (1170); Vegetação anual da zona intertidal (1210); Vegetação vivaz das costas de calhaus rolados (1220); Falésias com vegetação das costas macaronésicas (flora endémica)(1250); Grutas marinhas submersas ou semi-submersas (8330); Charnecas macaronésicas endémicas (4050).

Espécies da flora constantes do anexo II da Directiva Habitats:

Erica scoparia ssp azorica

Myosotis marítima

Scabiosa nitens

Espécies da fauna constantes do Anexo II da Directiva Habitats

Phocoena phocoena; Tursiops truncatus; Caretta caretta.

Código do sítio: PT0000028

Nome: Ilhéu do topo e Costa Adjacente

Espécies da avifauna constantes do Anexo II da Directiva Aves

Sterna hirundo

Sterna dougalii

Calonectris diomedea borealis

Columba palumbus azorica

C.5.8. ILHA DE SÃO MIGUEL

Sendo S. Miguel uma ilha vulcânica, é natural que a proveniência dos seus **materiais geológicos** seja de rochas eruptivas, sobretudo andesitos, basaltos e traquitos. Muitas destas formações estão porém sob camadas de cinzas vulcânicas e pedra-pomes, de origem traquítica ou de escórias e lapílis («bagacina»), de origem basáltica.

O relevo é mais ou menos enérgico, à excepção das regiões planálticas na parte central da ilha. Existem numerosos cones vulcânicos, muitos deles com crateras, algumas das quais com lagoas permanentes – Furnas, Fogo, Sete Cidades e outras.

Na região mais montanhosa há numerosas linhas de água, geralmente de regime torrencial, profundamente cavadas na rocha e em depósitos vulcânicos solidificados.

A altitude máxima é de 1105m, no Pico da Vara, na zona mais oriental da ilha, e também a mais antiga; ultrapassa os 900m na zona central e quase atinge os 1000m nos cumes da zona das Sete cidades, a ocidente.

Sob o ponto vista **morfológico** a ilha pode dividir-se em três unidade principais:

- Maciço vulcânico das Sete Cidades – ocupa a parte NW da ilha e tem no marco geodésico da Cruz (856m), a SE da Caldeira das Sete Cidades, o ponto mais

alto. A caldeira das Sete Cidades constitui a principal fonte de alimentação das nascentes da região.

- Região dos Picos - ocupa uma faixa estreita e de altitudes baixas entre as regiões anterior e seguinte, ambas com relevo mais acentuado. É caracterizada pela ocorrência de aparelhos vulcânicos de dimensões reduzidas alinhados principalmente segundo a direcção NW/SE, e tem o ponto culminante na serra Gorda (485m).
- Região dos maciços vulcânicos da parte Leste – esta região ocupa a metade leste da ilha, que é a mais montanhosa e pode subdividir-se em 4 sub-regiões: maciço vulcânico da Serra de Água de Pau, que atinge a altura máxima de 949m no Pico da Barrosa; planalto da Achada das Furnas, onde ocorrem vários cones vulcânicos secundários; vulcão das Furnas que tem no salto do Cavalo o seu ponto culminante (805m); vulcão da Povoação e Serras de Tronqueira e do Pico da Vara, constituindo este o ponto mais alto da ilha, com 1105m de altitude.

A **temperatura** média anual em Ponta Delgada, junto ao mar, é de 17.4°C enquanto a 550 m de altitude (Achada das Furnas), esse valor é apenas de 13.2°C.

O valor de **precipitação** total média anual é, em Ponta Delgada, de 958.8 mm, aumentando substancialmente com a altitude. Assim, atinge nas Sete Cidades, a 270m de altitude, os 1796.0mm de pluviosidade e, nas Furnas, a 290m de altitude, os 1757.6 mm, provocando as grandes chuvadas invernais a erosão dos terrenos não protegidos, arrastando-os rapidamente para o mar ou para zonas mais baixas.

O **vento**, com velocidade média anual de 11 Km/h, é um factor muito condicionante, quer pela sua intensidade durante o Inverno e parte da Primavera, quer pelas partículas de sal que às vezes arrasta consigo. A sua máxima intensidade média faz-se sentir em Janeiro, geralmente de sudoeste ou sul, sendo o mês de Agosto o de ventos menos intensos, soprando estes normalmente de nordeste ou norte.

A vegetação da Laurissilva tem sido ao longo dos séculos adulterada, principalmente com o sucessivo desbravamento para a implementação da agricultura. Na sequência das práticas agrícolas foram introduzidas espécies exóticas. As actuais extensas matas de incenso (*Pittosporum undulatum*) e de criptomérias (*Cryptomeria japonica*) que proliferam pela ilha são disso exemplo. Estas espécies começaram por servir de sebes

protectoras dos ventos às culturas da laranjeira no século XIX mas, com declínio desta cultura e com a sua propensão natural para a invasão dos terrenos onde proliferam, são agora dominantes.

Para além das pastagens, outra cultura que esta ilha oferece é a do ananás em estufas que surgiu no séc. XIX, numa tentativa séria para substituir economicamente a laranja.

Áreas naturais classificadas

Na ilha de São Miguel, o primeiro Decreto Regional para a criação de uma área natural foi o n.º 2/80/A, nele é criada e definida a zona de paisagem protegida das Sete Cidades. A principal justificação é dada pela alta sensibilidade paisagística dessa zona e pela exigência de um estrito ordenamento biofísico que lhe permita conservar as suas características. No mesmo Decreto está prevista a elaboração de um projecto de ordenamento, mas do qual não consta entretanto a sua promulgação.

Seguiu-se a criação da Reserva Natural da Lagoa do Fogo, através do Decreto Regional n.º 10/82/A, e a criação da Reserva Natural do ilhéu de Vila Franca do Campo através do Decreto Regulamentar Regional n.º 3/83/A. Ambos previam um projecto de ordenamento, mas que não terá sido elaborado entretanto.

Na ilha de São Miguel as Reservas Florestais Naturais são as seguintes: Pico da Vara, Graminhais e Atalhada

Quanto às Reservas Florestais de Recreio constam as seguintes: Cerrado dos Bezerro (10ha), Chã de Macela (28ha), Viveiro das Furnas (3ha), Viveiro do Nordeste (1ha) Cancela do Cinzeiro (10ha) Pinhal da Paz (49ha). Esta última, com inauguração recente, tem um programa bastante completo que passa por um palco para actividades turísticas, casinhas de crianças e expositor de aves, entre os equipamentos habituais destas reservas.

No âmbito da **Rede Natura 2000** criou-se a seguinte lista de sítios:

Código do sítio: PTMIG0020

Nome: Caloura, Ponta Galera

Habitats naturais do Anexo I da Directiva Habitats: Enseadas e baías pouco profundas (1160); vegetação anual da zona intertidal (1210); vegetação vivaz das costas de calhaus rolados (1220); Falésias com vegetação das costas macaronésias (flora endémica) (1250); Charnecas macaronésicas endémicas (4050); Grutas marinhas submersas ou semi submersas (8330).

Espécies da flora constantes do Anexo II da Directiva Habitats: *Erica scoparia* spp *azorica*; *Spergularia azorica*;

Espécies da fauna constantes do Anexo II da Directiva Habitats: *Phocoena phocoena*; *Tursiops truncatus*; *Caretta caretta*.

Código do sítio:PTMIG0019

Nome: Lagoa do Fogo

Habitats naturais do Anexo I da Directiva Habitats: Águas oligo-mesotróficas da região médioeuropeia e perialpina com vegetação anfíbia: Litorella ou Isoetes ou vegetação anual das margens expostas (3130); Cursos de água alpinos e a sua vegetação ripícola (3220); Charnecas macaronésicas endémicas (4050); Charnecas alpinas e subalpinas (4060); formações de euforbiáceas (5331); Prados orófilos macaronésicos (6180); Turfeiras de cobertura (turfeiras activa unicamente) (7130); Laurissilvas dos Açores (9361).

Espécies da flora constantes do Anexo II da Directiva Habitats: *Culcita macrocarpa*; *Erica scoparia* ssp *azorica*; *Trichomanes speciosum*; *Woodwardia radicans*, *Euphorbia stygiana*, *Frangula azorica*.

Código do sítio:PT0000033

Nome: Pico da Vara/Ribeira Guilherme

Espécies da avifauna constantes do Anexo I da directiva Aves: *Columba palumbus azorica* (Pombo-torcaz-dos-Açores) *Pyrrhula murina* (Priôlo)

C.5.9. ILHA TERCEIRA

Quanto à **geomorfologia** a ilha Terceira, vulcânica na sua totalidade, parece ter evoluído na sua génese, de E para W, alicerçando-se sobre quatro estratos de vulcões com inúmeros cones secundários. Estes vulcões estão localizados ao longo de uma

proeminente zona de fissura que atravessa a ilha de NW para SE, e por ordem cronológica são os seguintes: o Vulcão dos Cinco Picos, na extremidade E da ilha, os Vulcões de Guilherme Moniz e do Pico Alto, respectivamente no centro e centro-norte e, finalmente o Vulcão de Santa Bárbara, o mais jovem, que forma a parte W da ilha.

Entre estes maciços estruturais, e ao longo da zona de fissura que atravessa a ilha diagonalmente, erupções pontuais originaram mantos de lava basáltica e cones de piroclastos basálticos.

Os materiais geológicos que se podem observar nestes maciços vulcânicos incluem essencialmente materiais piroclastos (basálticos e traquíticos), escoadas piroclásticas, lahars, ignimbritos e escoadas lávicas.

A actividade hidrotermal na ilha Terceira está actualmente confinada à zona das Furnas de Enxofre. Pensa-se que esta actividade hidrotermal surge como expressão superficial de uma importante intercepção de falhas naquela zona, algumas das quais têm expressão superficial. As Furnas de Enxofre são caracterizadas por apresentarem solo quente com temperaturas que localmente atingem os 98° C em várias fumarolas pequenas.

A **temperatura** média anual nas Lajes é de 17.1°C, sendo a média das máximas de 19.6°C e a das mínimas de 14.6°C. A temperatura média mensal mais elevada ocorre em Agosto (21.8°C), e a mais baixa em Fevereiro (13.5°C). A amplitude média anual é de 8.3°C, o que demonstra a amenidade climática permanente. As temperaturas extremas são de 30.5°C e 4.2°C, ocorrendo respectivamente em Agosto e Fevereiro.

A **precipitação** total média anual nas Lajes é de 1134.2 l/m². A precipitação ocorre durante todo o ano, sendo a máxima em Janeiro (159.7 l/m²) e mínima em Agosto (38.6 l/m²).

A **humidade** relativa média é de 78%, variando durante o dia entre os 70% (em Agosto) e os 78% (em Dezembro), e durante a noite entre os 80% e 82% (ao longo de todo o ano). Tal como acontece com as temperaturas, é decisiva a influência das massas de ar marítimo, carregadas de humidade.

A **nebulosidade** média nas Lajes é elevada, entre 6/10 durante a noite e 8/10 durante o dia, ocorrendo os valores mínimos em Julho e Agosto e os máximos nos restantes meses. Parte significativa da nebulosidade que se observa tem origem nos

efeitos orográficos da ilha, devido ao arrefecimento do ar húmido que é obrigado a subir as encostas, podendo ocorrer a condensação a diferentes altitudes, conforme a sua humidade inicial.

Os **ventos** predominantes são de NW (18.4%) durante quase todo o ano, sendo também desse rumo a maioria das intensidades médias mais elevadas (21.6 Km/h). Os períodos de vento calmo constituem 8.7% do total e a velocidade média anual é de 14.9 Km/h.

Na ilha da Terceira podem-se identificar os seguintes tipos de **manchas vegetais**:

- Vegetação arborescente clímax – unidades de vegetação natural dominada por espécies arbóreas endémicas dos Açores ou da Macaronésia, e onde a intervenção humana directa (corte, plantação, pastoreio, etc.) ou indirecta (avanço das espécies exóticas) não é significativa (no sentido de não ter alterado a estrutura e dinâmica) ou é nula.
- Vegetação espontânea seral – áreas onde a comunidade vegetal revelava encontrar-se num processo natural de dinâmica de evolução, para a comunidade potencial local. Nestas áreas o número de espécies endémicas presentes, é elevado e dominante. No conjunto, as espécies espontâneas correspondem a 85% da flora inventariada.
- Vegetação costeira – o espaço ocupado por esta vegetação é sempre muito estreito, mas pode-se distribuir verticalmente por uma área considerável. Este tipo de coberto vegetal encontra-se profundamente alterado, em relação às comunidades originais, em resultado das actividades humanas.
- Zonas encharcadas – destaca-se o Paúl da Praia da Vitória, e a maioria das comunidades higrófitas mostram sinais de uma forte instabilidade, ou estão parcialmente destruídas.
- Florestas – o sector silvícola possui como componentes três tipos de exploração: eucaliptal, as matas de criptoméria e as florestas mistas. Só as manchas de criptoméria poderão ser consideradas tipologicamente puras, porquanto as restantes têm evoluído por tipos mistos com domínio da espécie inicialmente plantada.

- Pastagens permanentes – é o coberto vegetal dominante da superfície agrícola útil localizando-se nas zonas de média e elevada altitude.
- Culturas permanentes - compreendem apenas culturas fruteiras.
- Culturas múltiplas – conjunto de explorações agrárias várias, impossíveis de definir cartograficamente, pela sua variação no tempo e emparcelamento.

Áreas naturais classificadas

O Monte Brasil, morro com crateras de antigos vulcões, constitui uma península sobranceira à cidade de Angra do Heroísmo. Nele se acha implantado o Castelo de S. João Baptista, uma das mais vastas e importantes fortalezas dos finais do séc. XVI construídas no nosso país. Para além deste aspecto, o Monte Brasil constitui um parque natural da cidade, com espécies arbóreas e arbustivas de grande interesse e com excelentes miradouros, não só sobre o aglomerado urbano, como também sobre grande parte da costa sul da ilha Terceira e das ilhas situadas a ocidente. Deste modo o Decreto Regional n.º 3/80/A preconiza medidas de protecção para a Paisagem do Monte Brasil, estabelecendo-a como **Paisagem Protegida**.

O Algar do Carvão, situado no interior da ilha, é uma gruta que se desenvolve sob dois cones vulcânicos, cuja importância geo-espeleológica tem sido assinalada por diversos especialistas nacionais e estrangeiros. Trata-se de uma notável chaminé vulcânica revestida internamente de formações siliciosas, a qual, ao contrário do que geralmente se verifica, não se acha completamente obstruída, o que constitui caso único nesta região. No seu fundo existe um pequeno lago, alimentado por infiltrações pluviais, o qual, com as estalactites e estalagmites que o circundam, traz uma beleza adicional àquele conjunto. Por todos estes motivos, o Decreto Legislativo Regional n.º 13/87/A cria a Reserva Natural Geológica do Algar do Carvão, que para além de pretender preservar este aparelho geológico, pretende impedir a extracção de materiais dos cones que o sobrepõem, bem como quaisquer outras alterações do relevo e intervenções não controladas.

Na ilha Terceira as Reservas Florestais Naturais são as seguintes: Biscoito da Ferraria e a Serra de Santa Bárbara.

Quanto às Reservas Florestais de Recreio constam as seguintes: Viveiro da Falca (6ha), Monte Brasil (63ha), Serreta (15ha), Lagoa das Patas (2ha), Mata da Esperança (23ha) e a Mata das Veredas (48ha). A Lagoa das Patas surge associada a uma lagoa com o mesmo nome, em que os equipamentos de apoio aparecem na envolvente da lagoa, criando um ambiente bastante agradável para efectuar pic-nics.

No âmbito da **Rede Natura 2000** criou-se a seguinte lista de sítios:

Código do sítio: PTERR0018

Nome: Costa das Quatro Ribeiras

Habitats naturais do Anexo I da Directiva Habitats: Enseadas e baías pouco profundas (1160); vegetação anual da zona intertidal (1210); Vegetação vivaz das costas de calhaus rolados (1220); Falésias com vegetação das costas macaronésias (flora endémica) (1250); Charnecas macaronésicas endémicas (4050); Grutas marinhas submersas ou semi submersas (8330); Grutas não exploradas pelo turismo (8310); Vegetação casmófito das vertentes rochosas – subtipo silicícolas (8220)

Espécies da flora constantes do Anexo II da Directiva Habitats: *Azorina vidalli*, *Erica scoparia* spp *azorica*; *Myosotis marítima*, *Spergularia azorica*; *Rumex azorica*.

Espécies da fauna constantes do Anexo II da directiva Habitats: *Phocoena phocoena*; *Tursiops truncatus*; *Caretta caretta*.

Código do sítio: PTERR0017

Nome: Serra de Santa Bárbara e Pico Alto

Habitats naturais do Anexo I da Directiva Habitats: Vegetação vivaz das costas de calhaus rolados (1220); Falésias com vegetação das costas macaronésicas (flora endémica) (1250); Águas oligo – mesotróficas da região médioeuropeia e perialpina com vegetação anfíbia *Littorella* ou *Isoetes* ou vegetação anual das margens expostas (*Nanocyperetalia*) (3130); Charcos temporários mediterrâneos (3170); Cursos de água alpinos e a sua vegetação ripícola (3220); Charnecas macaronésicas endémicas (4050); Charnecas alpinas e subalpinas (4060); Formações euforbiáceas (5331); Prados orófilos macaronésicos (6180); Turfeiras altas activas(7110); Turfeiras de cobertura (turfeiras activas unicamente) (7130); Prados pioneiros em superfícies rochosas (8230); Grutas não exploradas pelo turismo (8310); Campos de lava e escavações naturais (8320); Turfeiras arborizadas (91D0); Laurissilva dos Açores (9361); Florestas macaronésicas de *Juniperus* (9565).

Espécies da flora constantes do Anexo II da Directiva Habitats: *Culcita macrocarpa*, *Trichomanes speciosum*, *Frangula azorica*, *Euphorbia stygiana*, *Picconia azorica*, *Erica scoparia* spp *azorica*; *Arceuthobium azoricum*, *Woodwardia radicans*, *Sanicula azorica*, *Ammi trifolium*, *Lactuca watsoniana*, *Marsilea azorica*, *Isoetes azorica*, *Prunus lusitanica* ssp *azorica*, *Rumex azoricus*, *Eupharasia grandiflora*, *Melanoselinum decipiens*, *Scabiosia nitens*, *Myosotis marítima*, *Spergularia azorica*;

Espécies da fauna constantes do Anexo II da directiva Habitats: *Phocoena phocoena*; *Tursiops truncatus*; *Caretta caretta*.

Código do sítio: PT0000032

Nome: Ilhéu das Cabras

Espécies da avifauna constantes do Anexo I da Directiva das Aves: *Calonectris diomedea borealis* (Cagarra); *Sterna hirundo* (Garajau-comum); *Sterna dougallii* (Garajau-rosado); *Columba palumbus azorica* (Pombo-torcaz-dos Açores);

Código do sítio: PT0000031

Nome: Ponta das Contendas

Espécies da avifauna constantes do Anexo I da Directiva das Aves: *Calonectris diomedea borealis* (Cagarra); *Sterna hirundo* (Garajau-comum); *Sterna dougallii* (Garajau-rosado); *Columba palumbus azorica* (Pombo-torcaz-dos Açores);

C. 6. PATRIMÓNIO HISTÓRICO, ARTÍSTICO, CULTURAL E NATURAL

C.6.1. INTRODUÇÃO

A noção de património tem vindo, ao longo das últimas décadas, a tornar-se progressivamente mais abrangente. Segundo a Lei nº 107/2001, de 8 de Setembro, no seu artigo 2º, parágrafos 1 e 6, podemos entender património como:

"... todos os bens que, sendo testemunhos com valor de civilização ou de cultura portadores de interesse cultural relevante, devam ser objecto de especial protecção e valorização. (...) Integram o património cultural não só o conjunto de bens materiais e imateriais de interesse cultural relevante, mas também, quando for caso disso, os respectivos contextos que, pelo seu valor de testemunho, possuam com aqueles uma relação interpretativa e informativa".

O conceito de património estritamente aliado ao património imóvel de cariz monumental está, hoje em dia, posto de parte. O património é actualmente encarado como algo mais lato, expressão do binómio natureza/cultura, que adquire especificidades e diferentes formas de manifestação face a fenómenos naturais, paisagens e estilos de vida, ou a contextos históricos e antropológicos.

As tendências mais recentes têm integrado o património sobretudo como um conceito fortemente ligado à memória dos indivíduos e, portanto, à sua história, mas também como uma ponte para o desenvolvimento sustentável. Pretende-se que o património seja tratado como uma importante parte da cultura e da sociedade, que deve ser também tido como um recurso que seja usufruído de modo que não comprometa as hipóteses das gerações vindouras dele virem a usufruir da mesma forma, ou de acordo com os seus futuros parâmetros.

Num contexto internacional em que o turismo tem cada vez mais expressão, há também que considerar que o património não é somente parte da história e da

identidade das populações, é também um espaço de fruição cultural, um veículo de democratização que pode proporcionar o acesso a algo que é pertença de toda uma comunidade.

Mas, se, por um lado, a enorme abrangência que o conceito de património possui actualmente facilita a compreensão da memória das comunidades, por outro lado, obriga necessariamente à compartimentação dessa realidade única, para dela poder falar com maior profundidade e detalhe. Contudo, não podemos deixar de ter sempre em conta o facto de a realidade ser uma só, independentemente das sua múltiplas facetas.

Em síntese, o conceito de património é, hoje, entendido de uma forma mais lata, englobando, em simultâneo, os valores paisagísticos do meio natural como enquadramento de qualquer valor cultural a proteger, o património cultural móvel ou imóvel (património construído) e o património "incorpóreo" ou imaterial que consiste em todas as manifestações etnológicas, como sejam usos e costumes, medicinas locais, crenças religiosas, festas e romarias, música, danças e cantares populares, cozinha tradicional, etc..

O significado de Património Cultural vem também definido na **Lei nº 13/85**, assim como as formas e o regime de protecção dos bens materiais (móveis e imóveis, património arqueológico), dos bens imateriais, e também a forma de fomentar a valorização deste património. Esta Lei prevê igualmente as garantias e sanções aplicáveis ao incumprimento dessas disposições. Sobre a aplicabilidade desta Lei na RAA, foram criados os Acórdãos nº 162/85 e 403/89 do Tribunal Constitucional.

Segundo o artigo 8º, deste diploma, por monumentos, conjuntos e sítios entende-se, respectivamente:

- Monumentos: obras de arquitectura, composições importantes ou criações mais modestas, notáveis pelo seu interesse histórico, arqueológico, artístico, científico, técnico ou social, incluindo as instalações ou elementos decorativos que fazem parte integrante destas obras, bem como as obras de escultura ou pintura monumental;
- Conjuntos: agrupamentos arquitectónicos urbanos ou rurais de suficiente coesão, de modo a poderem ser delimitados geograficamente e notáveis,

simultaneamente, pela sua unidade ou integração na paisagem e pelo seu interesse histórico, arqueológico, artístico, científico ou social;

- Sítios: obras do homem ou obras conjuntas do homem e da natureza, espaços suficientemente característicos e homogéneos, de maneira a poderem ser delimitados geograficamente, notáveis pelo seu interesse histórico, arqueológico, artístico, científico ou social..."

O **Decreto n.º 21 875** de 18 de Novembro de 1932 e o **Decreto n.º 34 993** de 11 de Outubro de 1945 legislam sobre zonas de protecção de edifícios e outras construções de interesse público.

" O valor e a beleza arquitectónica de um grande edifício ou de um monumento artístico não provêm somente da harmonia das suas proporções, da elegância das suas linhas, do arrojo da sua concepção, da riqueza ou bom gosto dos seus materiais; resultam ainda, e por vezes muitíssimo, do ambiente em que o edifício vive, da moldura em que o enquadra o conjunto de edificações que o cercam."

Relativamente aos planos de salvaguarda, foi publicado um despacho, de 22.4.1988, da Secretaria de Estado da Cultura (D.R., II série, de 10.5.88):

"Nestes casos dever-se-á promover a actualização da zona de protecção e a elaboração de um plano de pormenor de salvaguarda e valorização para essa zona, apoiando obras de valorização na área envolvente que permitam exemplificar formas correctas de intervenção e gerem efeitos multiplicativos (...)"

Por sua vez o D.L. n.º 270/99 de 15 de Julho, define o que se entende por trabalhos arqueológicos e contém o regulamento a que estes devem obedecer.

Para a Região Autónoma dos Açores, foram criados diversos diplomas que regulamentam e protegem o Património Cultural, a saber:

- O Decreto Regional n.º 13/79/A, de 17 de Junho, define as normas relativas à protecção do património cultural da Região;
- O Decreto Legislativo Regional n.º 20/79/A, estabelece a regulamentação do exterior dos edifícios;
- O Decreto Legislativo Regional n.º 12/93/A, define a protecção dos moinhos de vento e de água da região;
- Decreto-Lei n.º 205/88

- Decreto-Lei nº 29/91/A, regulamenta sobre o Sistema de apoio à recuperação e conservação do património arquitectónico da RAA;
- Decreto Legislativo Regional nº 13/92/A, institui prémios de defesa do património.

Nos pontos seguintes caracterizar-se-á, por um lado, a realidade patrimonial da Região, tanto ao nível dos conjuntos urbanos e dos elementos do edificado, como no que respeita aos valores naturais; por outro lado, será ainda feita uma breve caracterização de 3 aspectos que, do ponto de vista do desenvolvimento turístico, também se julgam pertinentes: os museus, as festividades e o artesanato.

C.6.2. NÚCLEOS URBANOS COM INTERESSE

Em síntese, é possível encontrar na Região Autónoma dos Açores inúmeros *conjuntos* notáveis de imóveis arquitectónicos, não só de arquitectura erudita, mas também de feição mais popular, que pela sua unidade, pela sua integração na paisagem ou pelo valor histórico importa evidenciar e identificar. Distinguem-se também *sítios* que, por constituírem uma associação equilibrada entre obras do homem e da natureza, com valor histórico, arqueológico, natural e/ou social, se assumem como uma mais-valia do ponto de vista patrimonial.

Numa breve síntese, importa referir que a paisagem açoriana, natural e edificada, ainda pouco descaracterizada, proporciona a identificação de inúmeros núcleos urbanos com interesse. Assim, no âmbito deste trabalho, optou-se por distinguir os núcleos urbanos que possuem um conjunto de características endógenas que os diferencie.

No contexto regional, a ilha de São Miguel é, sem dúvida, a que apresenta maior número de núcleos urbanos e conjuntos com interesse, devido a diversos factores, ilha de maior dimensão, com maior número de aglomerados populacionais e uma paisagem natural soberba que enquadra de forma ímpar grande número de povoações.

No entanto, importa destacar dois ex-libris da RAA em matéria patrimonial, um

corresponde à zona central de Angra do Heroísmo, classificada como Património Mundial e da Humanidade pela UNESCO em 1983 (DR 88/84 de 13 de Abril), e outra, a Paisagem da Vinha da Ilha do Pico que é, neste momento, candidata oficial à classificação de Património Mundial pelo mesmo organismo.

C.6.2.1. Ilha do Corvo

No âmbito do património edificado da ilha do Corvo destaca-se o **núcleo antigo da vila**, onde se poderá verificar uma vivência muito peculiar do aglomerado, com a ausência de fechaduras nas portas, e todo um conjunto de edifícios e outras construções de grande valor patrimonial. A **igreja da Nossa Senhora dos Milagres**, datada do Séc. XVIII, assume também algum relevo, bem como, **os moinhos de vento** localizados junto ao mar, que se caracterizam por serem construções com alguma singularidade no contexto do arquipélago.

Estes moinhos encontram-se salvaguardados por áreas de protecção definidas pelo Plano Director Municipal.

FIGURA 26 - OS MOINHOS DE VENTO DO CORVO, ALGO SEMELHANTES AOS MOINHOS QUE EXISTEM NO CONTINENTE.



Fonte <http://www.inventario.iacultura.pt/fichas/>

C.6.2.2. Ilha do Faial

O património construído a salientar na Ilha do Faial localiza-se na cidade da Horta, onde se destaca o valor histórico do **núcleo antigo** da cidade, que integra uma série de edifícios de elevado interesse arquitectónico, muitos deles exemplos interessantes dos sécs. XVIII e XIX

Este núcleo é constituído essencialmente por edifícios de cêrcea baixa, 2 ou 3 pisos, unifamiliares, em que o piso térreo é destinado à actividade comercial. O magnífico **património religioso** assume um papel determinante na organização espacial da cidade "velha", definindo praças, e localizando-se em patamares altaneiros por contraposição ao casario.

C.6.2.3. Ilha das Flores

Quanto ao património edificado, realçam-se os diversos edifícios religiosos da ilha, a "**Casa dos Capitães-mor**" e a "**Casa da Baleia**" em Santa Cruz das Flores, os **núcleos primitivos** dos aglomerados sedes de concelho e o característico povoado à beira mar da **Fajãzinha**.

Estes núcleos assumem notoriedade neste capítulo, sobretudo pela localização geográfica e características inerentes aos conjuntos edificados, que definem eixos e praças que privilegiam vistas e se adaptam coerentemente à topografia local.

C.6.2.4. Ilha Graciosa

Os **núcleos antigos de Santa Cruz e Praia** revelam ser conjuntos arquitectónicos com interesse, mas enquanto, Santa Cruz apresenta um aspecto cuidado e reabilitado, a degradação é visível no núcleo de Praia, com especial ênfase, para o conjunto dos

típicos moinhos da Graciosa em estado deplorável, situado junto ao mar.

FIGURA 27 – MOINHO TÍPICO DA ILHA GRACIOSA EM ESTADO DE RUÍNA, PRAIA



FIGURA 28 - MOINHO TÍPICO DA ILHA GRACIOSA EM ESTADO DE RUÍNA, PRAIA



A localidade do **Carapacho**, situada a sul do caldeirão, revela-se um sítio com interesse, evidenciado pela sua localização e pelas águas sulfurosas da estância termal do Carapacho.

Importa ainda referir, o esforço do núcleo museológico da Graciosa, que se distribui por vários locais e povoações, no sentido da recuperação e preservação do património da ilha.

C.6.2.5. Ilha do Pico

Na Ilha do Pico o património construído de relevo encontra-se sobretudo ligado às duas actividades mais significativas, a vinha e a baleeira.

A típica **vinha do pico** tem a singularidade de constituir, ao mesmo tempo património natural e construído, já que resulta da transformação da lava em solo produtivo. Associada à vinha a paisagem foi fortemente transformada e marcada pela quadrícula de muros de pedra que compartimenta o território.

Todas as áreas de vinha correspondem a um património construído importante, que se desenvolve desde a definição dos talhões à construção das adegas. Dois destes conjuntos, além **do museu do vinho na vila da Madalena**, merecem uma maior notoriedade, até pela sua localização em encostas diferentes. A saber, o conjunto dos lugares de **Santana, Cabrito, Arcos e Lagido** na encosta norte, e zona ribeirinha das **freguesias da Candelária e Criação Velha**, na encosta sudoeste.

FIGURA 29 - TÍPICAS CONSTRUÇÕES PICOENSES NA ZONA DE LAGIDO



FIGURA 30 - EDIFÍCIO TÍPICO DE ADEGA – MUSEU DO VINHO



Os **centros históricos das três vilas** constituem conjuntos com interesse devido ao património arquitectónico existente, no entanto, identificam-se outros conjuntos que se evidenciam e que correspondem às povoações com maiores tradições na actividade de caça à baleia, **Calheta de Nesquim, Ribeiras e Santo Amaro**. Neste último aglomerado, situa-se o principal estaleiro de construção naval do arquipélago.

FIGURA 31 - MUSEU DOS BALEEIROS SITUADO NAS LAGES DO PICO



C.6.2.6. Ilha de Santa Maria

O **núcleo antigo da Vila do Porto**, sobranceiro ao oceano, no seu conjunto apresenta um interessante património arquitectónico, religioso e civil, onde alguns dos seus elementos se assumem como importantes referências da história de Santa Maria, que constituiu a primeira vila açoriana, encontrando-se classificada como Conjunto Protegido – DRL n.º 22/92/A de 21 de Outubro de 1992.

Merecem ainda uma referência, os **lugares de Valverde e Carreira**, caracterizados pelo casario branco disseminado pela paisagem, e que ilustram o povoamento disperso típico da ilha de Santa Maria.

A **localidade de Almagreira** também se destaca pela actividade que se desenvolveu ao longo de séculos, da qual ainda subsistem vestígios e de onde deriva o nome da povoação, que se traduziu na exploração de "almegre", terra avermelhada rica em chumbo utilizada para vidrar objectos de barro.

C.6.2.7. Ilha de São Jorge

Do património construído da ilha de São Jorge sobressaem os núcleos edificados correspondentes às **Fajãs**, não pelo património arquitectónico que possuem, mas pelo tipo de ocupação e organização espacial, que traduzem a adaptação do homem ao meio que o rodeia, explorando as suas capacidades.

É de salientar, o abandono que se tem verificado nestes lugares e que tem como consequência a deterioração do património, comprometendo seriamente a sua recuperação.

Contudo, o Governo Regional tentando combater e precaver esta situação, estabeleceu no último trimestre do ano 2000 (Decreto Legislativo Regional n.º 32/2000/A) medidas cautelares para a preservação e salvaguarda do património natural e cultural das fajãs da ilha de São Jorge.

Quanto a outros conjuntos urbanos que constituem património construído destacam-se o **centro primitivo de Velas**, onde ainda permanece algum edificado que atesta a nobreza do seu passado.

C.6.2.8. Ilha de S. Miguel

A ilha de São Miguel engloba o maior número de conjuntos de interesse arquitectónico do arquipélago, facto que resulta directamente da dimensão da ilha e consequentemente do número de aglomerados, no entanto, o enquadramento paisagístico e localização geográfica potenciam a organização espacial de muitos lugares, conferindo-lhes características de alguma singularidade.

Todas as sedes de concelho apresentam edifícios e arruamentos de origem secular nos núcleos antigos, evidenciando as características nobres das mesmas, é obvio, que o património arquitectónico de Ponta Delgada no seu conjunto, assume um maior relevo, até pela sua exposição.

No entanto, as outras **sedes de concelho** também possuem um património edificado assinalável, que evoca a história civil e religiosa micaelense.

FIGURA 32 - VISTA PANORÂMICA DE VILA FRANCA DO CAMPO.



Locais como **Água d'Alto, Caloura, Faial da Terra, Fenais da Luz, Nordesteinho, São Roque, e Ribeira Quente**, entre outros, além do património arquitectónico existente, normalmente de cariz popular, devem a sua distinção à localização geográfica, e à maneira como o homem se adaptou ao meio, de orografia complexa, e criou pitorescos espaços urbanos.

O património natural que envolve o aglomerado urbano também o capitaliza algumas vezes para o seu enriquecimento patrimonial, proporcionando a edificação de curiosas casas de arquitectura popular e erudita e a definição de espaços urbanos cénicos interessantes. As povoações das **Sete Cidades** e as **Furnas** são disso exemplo.

C.6.2.9. Ilha Terceira

O património construído da ilha Terceira é vastíssimo, tal facto é enaltecido pela classificação de Património Histórico Mundial concedida pela UNESCO à cidade de Angra do Heroísmo.

Assim, além do importante património religioso que cobre toda a ilha, onde se verifica a existência de dezenas de **Impérios** (pequenas edificações religiosas, tipo capelas), e majestosas igrejas, o que se destaca é o **núcleo antigo da cidade de Angra do Heroísmo**, pelo seu conjunto de edificado. Aí encontramos, sem dúvida, bons exemplos de várias tipologias arquitectónicas, de cariz militar, religioso, público e casas solarengas que testemunham os três séculos de encontro entre a Europa, a África e as Américas, devido à situação que ocupava no centro da Rota dos Sargaços.

Perante, este conjunto vivo de património, é difícil equiparar qualquer outro núcleo urbano terceirense, no entanto, merecem destaque a **zona central de Praia da Vitória**, pelo conjunto de imóveis de interesse arquitectónico que se localizam nas ruas de Jesus, Dr. Alexandre Ramos e Serpa Pinto.

Já o aglomerado dos **Biscoitos**, localizado na costa norte, merece uma menção pelo seu enquadramento paisagístico, e pelas extensas vinhas que produzem um excelente vinho verde, idênticas às da Ilha do Pico, constituindo uma malha de pedra vulcânica. Também os vestígios de fortes e trincheiras resultantes do sistema defensivo

da ilha, séc. XVI e XVII, marcam a sua presença.

FIGURA 33 - EDIFICADO CARACTERÍSTICO DO CENTRO HISTÓRICO DE ANGRA DO HEROÍSMO



FIGURA 34 - ARRUAMENTO NA CIDADE DE PRAIA DA VITÓRIA



FIGURA 35 – EXEMPLO DE IMPÉRIO



Fonte: www.geocities.com/tokatan2/ingimperios/imperios.html

FIGURA 36 - EXEMPLO DE IMPÉRIO



Fonte: www.geocities.com/tokatan2/ingimperios/imperios.html

C.6.3. O PATRIMÓNIO HISTÓRICO E CULTURAL MONUMENTAL

C.6.3.1. Nota prévia

Para a análise e caracterização do património histórico e cultural foi utilizada a informação relativa ao processo de inventariação conduzido pelas diversas delegações locais da Direcção Regional de Turismo. Esta informação, recolhida na óptica do aproveitamento turístico dos vários tipos de recursos patrimoniais (culturais, monumentais, etnográficos e antropológicos, mas também incluindo os mais diversos tipos de equipamentos cuja utilização é passível de potenciar os factores de atractividade turística) encontra-se organizada, para cada um deles, sob a forma de ficha contendo os descritores essenciais de caracterização: tipo, designação, entidade responsável, ano ou época, classificação e acessibilidade, entre outros aspectos que, de acordo com as especificidades do recurso em causa, permitem avaliar um conjunto de dimensões relacionadas, por exemplo, com a organização e capacidade dos serviços oferecidos.

Neste primeiro relatório do Plano de Ordenamento Turístico da Região Autónoma dos Açores, e tendo em conta, por um lado, a informação disponível e, por outro, a necessária continuidade e desenvolvimento dos estudos no âmbito do património, tal a sua importância como uma das componentes essenciais do futuro turístico da Região, será efectuada uma abordagem sumária dos recursos existentes, mais na óptica da sua identificação do que propriamente da sua avaliação, tarefa que reservamos para a etapa seguinte de diagnóstico.

Tendo ainda em conta a impossibilidade de, nesta altura, dispor de todo o universo patrimonial inventariado para todas as ilhas, em natureza e dimensão, a análise que se segue não pode, evidentemente, ser conduzida de um ponto de vista de relativização de cada uma das realidades locais tendo por referência o conjunto da Região. Mas, tal não se constitui também como um impedimento à correcta compreensão de cada uma dessas realidades, pois nem o factor "quantidade" nem o factor "valor de troca" se podem constituir como parâmetros que configurem uma desigual capacidade de geração de mais valias patrimoniais com efeitos directamente revertíveis para o desenvolvimento da actividade turística. Isto é, de um mero ponto de vista da fruição e

da apreensão da beleza intrínseca a um qualquer objecto “carregado de história” ou de “tradição”, tanto interessa a sua singeleza ou aptidão funcional como a sua riqueza ornamental ou capacidade apenas decorativa.

Entre um bordado finamente elaborado pelas mesmas mãos de quem diariamente afaga os úberes do seu sustento, e um Cristo do século XVII em madeira estofada e dourada, apenas subsiste a diferença do “valor de troca”, ainda que um já esteja “carregado de história”, enquanto o outro a “história venha a carregar”. Foram os mesmos artesãos, ainda que com alguns séculos de intervalo, que os produziram.

É nesta acepção que, pensamos, deve ser encarado o “valor” do património. É também nesta acepção que, pensamos, deve ser ponderada a existência de maiores ou menores quantidades ou diversidade de recursos.

De facto, e tirando à sorte alguns exemplos, entre a fruição de um momento de descontração na adega do Sr. Brum (o fruto da videira e do trabalho das gentes que da pedra arranca uma riqueza singular), a sensação quase surrealista da observação das portas da cidade em Ponta Delgada (retiradas do seu sítio original por imposição de um crescimento urbano florescente) ou a contemplação de uma paisagem de “mistérios” (a toponímia resultante da interacção entre a crença e o respeito popular pelo despontar de uma *gea* que aqui não ultrapassa os 4 milhões de anos), não há “valor ou quantidade” que distinga o potencial vivencial proporcionado por cada uma destas situações de fruição.

Aos meios de divulgação cabe a tarefa de focalizar a atenção do turista ou visitante nos pequenos pormenores que podem contextualizar aquelas comunalidades. Será deste esforço que neles resultará a impressão de um elevado sentimento de satisfação.

Numa altura em que o consumo de imagens parece ser mais importante que a *ânima* que as produziu, configuram-se mercados de procura que buscam outras experiências, talvez mais próximas do sentido de exploração e descoberta (mesmo num entendimento de alargamento do *liebensraum*) que conduziu à colonização do arquipélago, que é necessário acarinhar, independentemente da sua capacidade de consumo, pois são eles que melhor se constituem como elementos de divulgação do património ilhéu junto de meios igualmente avisados e esclarecidos.

C.6.3.2. O património cultural monumental

O património cultural/monumental da Região abrange um conjunto de categorias que se repartem pelas de carácter religioso (igrejas, ermidas, capelas e mosteiros), militar (fortes e castelos), edifícios de habitação (solares, palácios e outras casas históricas), e ainda construções de uso industrial, como os moinhos (de vento e de água) e antigos espaços oficinais (com destaque para as olarias), para além de um numeroso conjunto de elementos relacionados com a decoração e mobiliário urbano. Destaca-se, ainda, a importância de algumas localidades em termos patrimoniais de conjunto urbano, no caso de Angra do Heroísmo classificada como Património Mundial.

No conjunto foi possível recensear 826 elementos patrimoniais, cuja repartição por categorias e ilhas se apresenta no quadro seguinte.

Quadro 5 - Nº DE ELEMENTOS PATRIMONIAIS POR CATEGORIAS E ILHAS

Tipos / Ilhas	Flores	Faial	Terceira	S. Miguel (**)	Corvo	Graciosa	S. Jorge	Pico	Sta. Maria
Igrejas/capelas/ermidas	45	74	114	112	2	30	69	72	15
Conventos/mosteiros	1	0	2	5	0	0	0	2	0
Palácios/solares	0	5	6	21	0	0	13	2	5
Castelos/fortes	0	9	6	1	0	1	8	1	0
Casas típicas históricas	1	11	4	2	0	2	3	0	1
Outros (*)	9	22	22	31	3	17	58	12	7
Total	56	121	154	172	5	50	151	89	28

(*) A classe outros inclui: coretos, espaços culturais e recreativos, estátuas, fontes/chafarizes/aquedutos, moinhos/lagares, padrões/outras monumentos, pontes (obras de arte), pelouros/cruzeiros/obeliscos, torres e Monumentos. Dentro deste último tipo apenas estão incluídas as portas da cidade de Ponta Delgada.

(**) No caso da Ilha de São Miguel, não foram inventariados elementos de património pertença de particulares ou que se encontram em avançado estado de degradação (ver nota no texto).

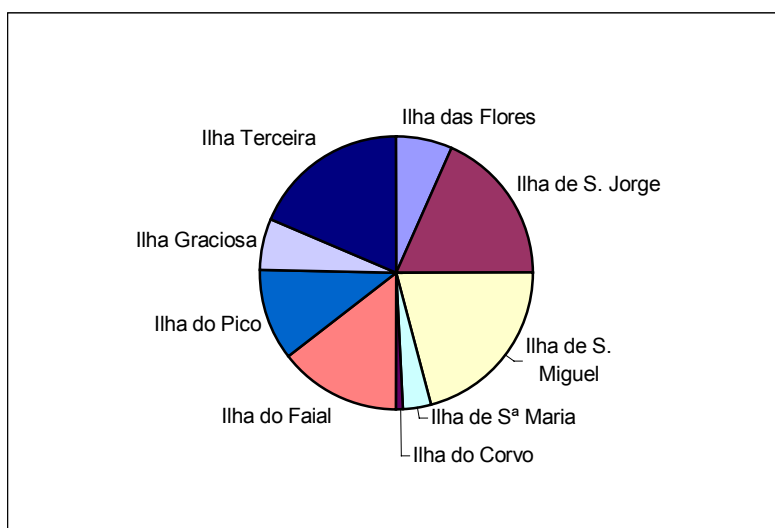
Fonte: Direcção Regional de Turismo da RAA (DRT-RAA)

Daqueles elementos de património construído 12,2% estão legalmente classificados³², sendo sobretudo importante a parcela dos Imóveis de Interesse Público (11.1%). Pese

³² Se acrescentarmos a parcela dos imóveis que estão em fase de proposta de classificação, este valor aumenta muito ligeiramente, passando para 12,4%.

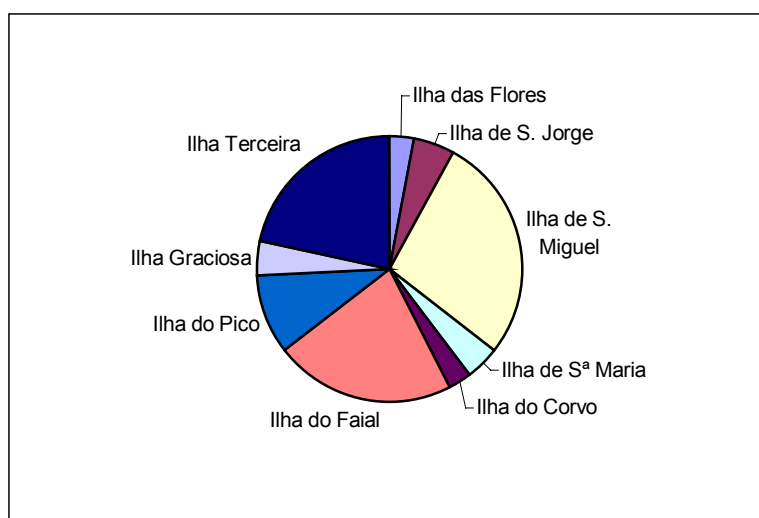
embora uma desigual repartição do total de 826 elementos pelas diversas ilhas, quando se considera a parcela dos elementos classificados em cada uma daquelas unidades de análise, verifica-se um maior desequilíbrio, facto que põe em relevo a grande riqueza relativa do património existente em ilhas como a Terceira, o Faial e São Miguel.

FIGURA 37 - DISTRIBUIÇÃO DOS ELEMENTOS PATRIMONIAIS RECENSEADOS POR ILHA (% DO TOTAL DA REGIÃO)



Fonte: DRT-RAA

FIGURA 38 - ELEMENTOS CLASSIFICADOS EM CADA ILHA (% DO TOTAL DA REGIÃO)



Fonte: DRT-RAA

O património cultural monumental, classificado ou não, abrange uma grande diversidade de épocas históricas que, nalguns casos (4% do total) remontam aos primórdios da colonização do arquipélago. As vicissitudes experimentadas ao longo dos tempos, sobretudo as relacionadas com catástrofes naturais, conduziram a esforços acrescidos de manutenção dos valores patrimoniais, de onde derivaram inúmeras intervenções de recuperação e reconstrução.

Não considerando 25,4% dos elementos para os quais não foi possível apurar a data de edificação, verifica-se que os séculos XIX e XX são os mais representados (com 19,2% e 17,8% do total, respectivamente) surgindo, com menor peso relativo e por ordem crescente de importância, os séculos XVI, XVII e XVIII.

Quadro 6 - DISTRIBUIÇÃO DOS ELEMENTOS PATRIMONIAIS SEGUNDO O TIPO E A ÉPOCA DE CONSTRUÇÃO

Tipo de património		Século de construção dos elementos do património cultural/monumental							Total
		XV	XVI	XVII	XVIII	XIX	XX	SD (*)	
Igrejas/Capelas/Ermidas	Nº	29	50	65	85	89	70	145	533
	%	5,4	9,4	12,2	15,9	16,7	13,1	27,2	100,0
Conventos/Mosteiros	Nº	0	3	1	6	0	0	0	10
	%	0	30,0	10,0	60,0	0	0	0	100
Palácios/Solares	Nº	3	3	6	17	10	2	11	52
	%	5,8	5,8	11,5	32,7	19,2	3,8	21,2	100,0
Casas Típicas Históricas	Nº	1	4	2	5	4	3	5	24
	%	4,2	16,7	8,3	20,8	16,7	12,5	20,8	100,0
Castelos/Fortes	Nº	0	9	10	1	0	3	3	26
	%	0,0	34,6	38,5	3,8	0,0	11,5	11,5	100,0
Outros	Nº	0	3	2	5	56	69	46	181
	%	0,0	1,7	1,1	2,8	30,9	38,1	25,4	100,0
TOTAL	Nº	33	72	86	119	159	147	210	826
	%	4,0	8,7	10,4	14,4	19,2	17,8	25,4	100,0

(*) Não foi possível apurar a data.

Fonte: DRT-RAA

Mas, esta menor representação relativa de elementos de séculos mais recuados deve

ser ponderada tendo em conta a inventariação de edificações enquadradas na classe de "outros", cuja natureza e funcionalidade mais se aproxima de hábitos modernos de decoração e equipamento dos centros urbanos (obeliscos, marcos e estátuas, coretos, fontanários, etc.). De facto, a classe de "outros" incorpora o maior número de elementos patrimoniais mais recentes (30,9% do século XIX e 38,1% do século XX), motivo que em grande medida justifica o enviesamento detectado³³.

A distribuição do património edificado recenseado pelos vários grupos taxionómicos põe em evidência:

- (i) a já referida maior representatividade da classe de "outros" nos séculos XIX e XX;
- (ii) a maior concentração dos castelos e fortes nos séculos XVI e XVII;
- (iii) o reduzido quantitativo de mosteiros e conventos, com uma maior concentração no século XVIII, o mesmo se passando com as "casas típicas históricas"; e, por fim,
- (iv) o largo volume de "igrejas, capelas e ermidas", com uma distribuição muito marcada ao longo da história da Região, apesar de ser visível uma maior representação dos séculos XIX³⁴ e XVIII.

Tendo presente a antiguidade de grande parte do património construído, fácil se torna avaliar da riqueza que os seus recheios podem incluir, tanto no que respeita a elementos móveis decorativos, como a pormenores artísticos singulares incorporados na obra arquitectónica.

As ilhas de São Miguel e de Santa Maria são aquelas onde, em termos relativos, o património é mais antigo, correspondendo os elementos integrantes dos séculos XV a XVII a 45,9% e 46,4%, respectivamente, valores próximos do dobro do que ocorre no conjunto da Região (23,1%). Na situação inversa surgem as ilhas das Flores e de S. Jorge, onde os elementos patrimoniais dos séculos XIX e XX correspondem,

³³ Se a classe de outros for retirada do cálculo do peso relativo das diferentes épocas, chega-se a uma predominância de elementos construídos no século XVIII (17,7%), seguido do século XIX, com 16% e do século XVII, com 13%; só depois surgindo o século XX, com 12,2%.

³⁴ Para a importância relativa deste século em muito contribuem os "Impérios do Espírito Santo", também conhecidos por "triatos" ou "teatros".

respectivamente, a 76,8% e 56,3% do total do recenseado em cada uma delas, quando no total da Região estas épocas têm um peso de 37,0%. Salienta-se também a particularidade da Ilha do Corvo, onde 3 dos 5 elementos patrimoniais identificados são datados do século XVIII. Aliás, e não considerando os dois últimos séculos, o século XVIII aparece muito bem representado em toda a Região, particularmente nas ilhas do Pico e da Graciosa.

Quadro 7 - DISTRIBUIÇÃO DOS ELEMENTOS PATRIMONIAIS SEGUNDO A ÉPOCA DE CONSTRUÇÃO

		Ilha das Flores	Ilha de S. Jorge	Ilha de S. Miguel	Ilha de S. Maria	Ilha do Corvo	Ilha do Faial	Ilha do Pico	Ilha Graciosa	Ilha Terceira	TOTAL	
Século de construção dos elementos do património cultural/monumental	XV	Nº	0	1	21	3	0	0	2	2	4	33
		%	0,0	0,7	12,2	10,7	0,0	0,0	2,2	4,0	2,6	4,0
	XVI	Nº	0	4	35	5	0	4	0	8	16	72
		%	0,0	2,6	20,3	17,9	0,0	3,3	0,0	16,0	10,4	8,7
	XVII	Nº	3	15	23	5	0	16	11	6	7	86
		%	5,4	9,9	13,4	17,9	0,0	13,2	12,4	12,0	4,5	10,4
	XVIII	Nº	5	21	25	6	3	17	21	12	9	119
		%	8,9	13,9	14,5	21,4	60,0	14,0	23,6	24,0	5,8	14,4
	XIX	Nº	31	61	17	3	2	15	11	6	13	159
		%	55,4	40,4	9,9	10,7	40,0	12,4	12,4	12,0	8,4	19,2
	XX	Nº	12	24	33	1	0	32	23	5	17	147
		%	21,4	15,9	19,2	3,6	0,0	26,4	25,8	10,0	11,0	17,8
	SD (*)	Nº	5	25	18	5	0	37	21	11	88	210
		%	8,9	16,6	10,5	17,9	0,0	30,6	23,6	22,0	57,1	25,4
Total	Nº	56	151	172	28	5	121	89	50	154	826	
	%	6,8	18,3	20,8	3,4	0,6	14,6	10,8	6,1	18,6	100,0	

(*) Não foi possível apurar a data.

Fonte: DRT-RAA

A exploração da informação disponível permitiu ainda apurar o facto de um edifício estar ou não aberto ao público. Foram definidos 3 graus de abertura ao público: (i) Nunca; (ii) Às vezes (mais frequente no caso de alguns edifícios de uso religioso) e (iii) Sempre (neste caso incluem-se também todas as igrejas onde se realiza regularmente o culto).

Quadro 8 - PATRIMÓNIO EDIFICADO SEGUNDO A CLASSIFICAÇÃO E O ACESSO DO PÚBLICO

Classificação	Aberto ao público ?								Total	
	Sempre		Só às vezes		Nunca		Desconhece-se		Nº	%
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%		
Monumento Nacional	0	0,0	0	0,0	1	50,0	1	50,0	2	0,2
Monumento Regional	0	0,0	0	0,0	1	50,0	1	50,0	2	0,2
Imóvel de Interesse Público	21	22,8	5	5,4	41	44,6	25	27,2	92	11,1
Imóvel de Valor Concelhio	1	20,0	0	0,0	2	40,0	2	40,0	5	0,6
Em proposta de classificação	0	0,0	0	0,0	1	50,0	1	50,0	2	0,2
Não classificado	250	34,6	114	15,8	226	31,3	133	18,4	723	87,5
TOTAL	272	32,9	119	14,4	272	32,9	163	19,7	826	100,0

Fonte: DRT-RAA

No conjunto, e pese embora o facto de para cerca de 20% dos casos não ter sido possível apurar aquela característica, verifica-se que as situações de “sempre” e “nunca” estar aberto surgem exactamente na mesma proporção (32,9% do total nos dois casos), sendo no entanto de destacar o facto de o património classificado apresentar um menor nível de acessibilidade que mesmo a situação de “estar aberto às vezes” não compensa.

C.6.4. PATRIMÓNIO NATURAL

C.6.4.1. Ilha do Corvo

O Caldeirão, situado no Monte Grosso, com 300m de profundidade e 3400m de perímetro, resultado de uma cratera do antigo vulcão que deu origem à ilha, é um dos principais motivos de interesse da ilha.

As costas escarpadas ao longo do perímetro de toda a ilha dão-lhe um encanto especial. Numa faixa do litoral uma série de pequenos moinhos animam a paisagem.

C.6.4.2. Ilha do Faial

A ponta dos Capelinhos constitui uma das principais referências do património natural do Faial, senão até dos Açores. No extremo mais ocidental da ilha, onde se podem admirar os efeitos da erupção de 1957/58, as cinzas vulcânicas cobriram casas e campos, alterando a paisagem.

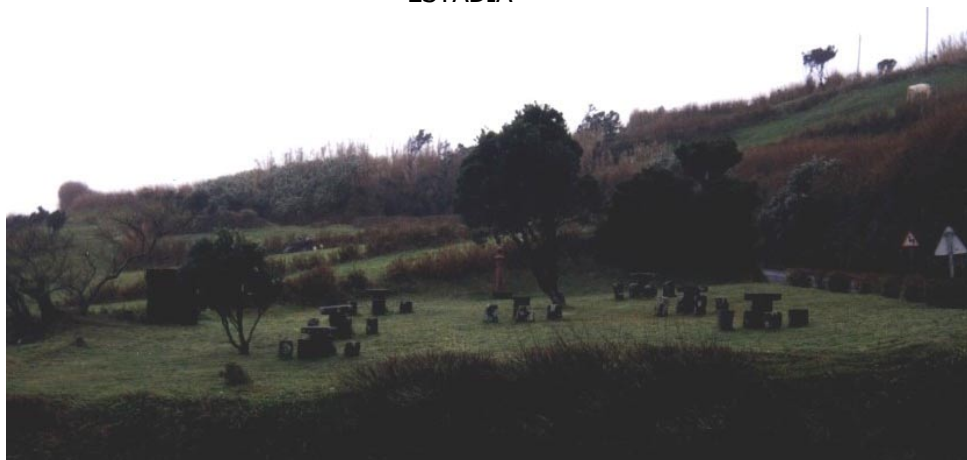
FIGURA 39 - PAISAGEM ÁRIDA DO VULCÃO DOS CAPELINHOS



A estrada do Capelo, no trajecto para sul, oferece também um dos mais belos panoramas do Faial – o Varadouro. Esta baía é notável pela sua encosta coberta de vegetação, e pela ampla vista que se obtém até ao Morro Castelo Branco.

O Monte da Guia, elevação sobranceira à Horta, a que está ligada pelo Monte Queimado e um estreito istmo, abrangendo uma área em que se erguem construções de grande interesse histórico, ligadas à aventura da caça à baleia, é também uma referência nesta ilha.

FIGURA 40 - MIRADOURO PARA A BAÍA DA RIBEIRA DAS CABRAS, COM UMA ZONA DE ESTADIA



A subida para a Caldeira passa pelo Vale de Flamengos. Este vale é uma área de campos férteis e verdejantes, com extensos maciços de hortênsias e densas matas de criptomérias de folhagem verde escura. A própria Caldeira é de uma beleza paisagística inigualável, principalmente quando as hortênsias, no seu esplendor de floração, a enquadram de uma forma muito especial.

C.6.4.3. Ilha das Flores

A Rocha dos Bordões, fenómeno geológico originado pela solidificação do basalto em altas estrias verticais, formando um alto morro, é a principal atracção natural desta ilha. Nas proximidades da sua base, junto ao mar, proliferam pequenas caldeiras de água sulfurosa fervente.

As Lagoas são também pontos de interesse, merecendo especial relevo a Lagoa Funda. Esta característica pela forma quase circular, contornada de vegetação verdejante e de águas azul turquesa (108 m de profundidade) permite ver os contrastes com a Lagoa Comprida ou Negra localizada mesmo ao lado.

A ilha das Flores caracteriza-se por numeroso conjunto de ribeiras, que ao percorrerem as serras, formam pequenas e cristalinas cascatas, de grande beleza paisagística.

FIGURA 41 - SUCESSÃO DE QUEDAS DE ÁGUA JUNTO À POVOAÇÃO DA FAJÃZINHA



As grutas apresentam interessantes formas vulcânicas. A Gruta do Galo tem uma entrada tipo arco que recorda a porta principal de uma catedral e é dividida a meio por uma cascata. A Gruta dos Enxaréis é uma enorme cavidade vulcânica, com 50m de comprimento e 25m de largura, situada à beira-mar, de extrema graciosidade.

C.6.4.4. Ilha Graciosa

A Furna do Enxofre, a sudoeste, no maciço da Caldeira, é o local de maior interesse da ilha, constituindo um fenómeno vulcanológico raro. Uma escadaria em caracol, lançada entre rochas escarpadas, conduz a uma enorme abóbada vulcânica revestida de estalactites de água fria e sulfurosa, sob a qual se estende uma lagoa de água morna e sulfurosa com 130 m de diâmetro por 80m de altura, a uma profundidade de 100 m. Do cume do maciço da Caldeira desfruta-se um excelente miradouro para toda ilha, podendo mesmo avistar-se as outras ilhas do grupo central.

Na ilha Graciosa, destacam-se também outras furnas e grutas. A gruta da Caldeirinha de Pero Botelho (no flanco Noroeste do maciço da Serra Branca) é uma cratera circular e o declive interior é muito acentuado. A descida faz-se a pé até certa altura – 60m, a partir daqui entra-se na parte cilíndrica do funil a pique – 35m de altura, o fundo é

coberto por vegetação e a SW abre-se a Furna. A Furna do Castelo ou da Maria Encantada é uma gruta formada por um tubo de lava. Esta furna sofreu um abatimento numa das suas paredes formando uma janela com vista para o interior da Caldeira.

No Inventário de Recursos Turísticos surge a Furna de Lavrar ou do Abel cuja localização não se conseguiu obter.

A ilha da Graciosa pelas suas características geomorfológicas proporciona uma variedade muito grande de baías dispersas pela sua costa. Estas baías, para além da sua beleza intrínseca, proporcionam praias muito agradáveis, onde se destacam a do Carapacho e da Praia.

C.6.4.5. Ilha do Pico

O Pico, com 2351 m de altitude, é a mais alta montanha de Portugal, que culmina na cratera do Pico Grande, onde se ergue o Pico Pequeno ou Piquinho, de cuja base emanam fumarolas. Coberta de espesso arvoredado até 1500m, a partir desta altura reduz-se a vegetação rasteira, ficando o cone de lavas escalvado e nu. A montanha do Pico é o ponto de maior interesse na ilha, mas as Lagoas e a costa também constituem motivos de atracção, principalmente nas zonas da paisagem da cultura da vinha, já referenciada como Paisagem Protegida.

FIGURA 42 - MUROS DE PEDRA VULCÂNICA QUE PROTEGEM AS VINHAS.



Na zona oriental, que se estende em menor declive para o mar, encontram-se algumas lagoas de dimensão e forma variadas, destacando-se as do Capitão, Caiado e Paul.

A costa da ilha é recortada, formando imensas baías e portos de uma grande beleza paisagística. Destacam-se as Baías das Pedrinhas, da Água Velha (envolvente à localidade das Lajes do Pico), da Engrade na Ponta oriental da ilha.

A ilha é, por excelência, um miradouro, para a própria ilha e para as restantes ilhas do grupo central. A existência de alguns moinhos típicos em S. João e Candelária são também motivo de interesse.

C.6.4.6. Ilha de Sta Maria

O património natural, e até de certa forma humanizado, da ilha de Santa Maria, é rico, aliás como de qualquer ilha açoreana. Através do Inventário de Recursos Turísticos, efectuado pela Direcção Regional de Turismo e pelo levantamento de campo distinguem-se as praias (Lobos, São Lourenço, Baía da Praia entre outras) e as Baías (Anjos, Cré, Tagarete, São Lourenço, Praia, Cura entre outras). As praias desta ilha são as únicas açoreanas de areia branca devido à sua origem sedimentar. Destaca-se a Baía da Praia pela sua extensão, pela areia fina e clara. Na Baía dos Anjos, segundo a versão oficial da descoberta dos Açores, está uma das primeiras povoações da região. Aqui também se localiza a ermida mais antiga dos Açores, a ermida de N^a Sr.^a dos Anjos. A Baía de São Lourenço é o ex-libris da ilha, constitui, inclusive um dos pontos turísticos mais importantes de Santa Maria. Tem praia e campos de vinha nas suas encostas em forma de concha assim como um bom acesso.

No Inventário de Recursos Turísticos consta uma gruta dos Principiantes, em Paul, cuja localização não foi possível identificar.

As azenhas, ao longo da Ribeira de São Francisco, num total de seis exemplares, dos quais dois ainda funcionam, constituem um aspecto muito interessante ao nível do património edificado que se articula com o meio e a paisagem.

C.6.4.7. Ilha de S. Jorge

As fajãs, superfícies planas que se prolongam pelo mar, provenientes de abatimentos da falésia, estendem-se pelos dois lados da ilha. Convertidas em férteis pomares e em campo de cultivo algumas delas apresentam frutos tropicais e drageiros. A Fajã da Caldeira do Santo Cristo (cujo acesso só é possível pedonalmente), com uma gruta submarina e uma lagoa é das mais interessantes, conjuntamente com a Fajã dos Cubres . As Fajãs são, sem dúvida, o grande atractivo turístico desta ilha.

FIGURA 43 – FAJÃ , TÍPICO POVOADO DA ILHA DE SÃO JORGE



As Lagoas têm também uma presença importante na paisagem, junto aos Picos. Daí também se referir com especial interesse as Lagoas da Caldeira Redonda, do Linho, dos Picos da Esperança e do Pico do Areeiro. Estas lagoas são de pequenas dimensões, rodeadas de vegetação endémica, integradas numa paisagem de cordilheira.

Na ponta leste da ilha, o Ilhéu do Topo, com excelentes características paisagísticas, onde se podem encontrar alguns exemplares da flora indígena e se verifica uma grande concentração de aves migratórias.

C.6.4.8. Ilha de S. Miguel

A lagoa das Sete Cidades é, sem dúvida, o cartão turístico de São Miguel, senão mesmo dos próprios Açores. Esta lagoa constituída por duas cores distintas, verde e azul, situa-se a 259 m de altitude e tem como profundidade máxima 33 m. Nas imediações desta lagoa encontra-se a de Santiago. Situa-se a 355m de altitude e tem como profundidade máxima 29m, numa cratera rodeada de densa vegetação, nomeadamente criptomérias.

FIGURA 44 - VISTA PANORÂMICA DA LAGOA DAS SETE CIDADES.



Destacam-se ainda a Lagoa das Furnas e a Lagoa do Fogo. A primeira situa-se no interior da caldeira do mesmo nome. Na margem norte da lagoa encontram-se caldeiras de água quente e nascentes de águas minerais, e é aqui que se prepara o famoso Cozido. A Lagoa do Fogo, cratera de um extinto vulcão, que ao longo dos anos e com o abatimento das paredes, deu origem a uma lagoa rodeada de vegetação. Situa-se a 575m acima do nível do mar e com uma profundidade máxima de 30 m.

FIGURA 45 - PAISAGEM DA LAGOA DAS FURNAS.



Para além destas lagoas, mencionam-se outras tantas que embora de menores dimensões são também interessantes ao nível paisagístico e biofísico. São elas: a Lagoa Rasa, a Lagoa das Empadadas, a Lagoa do Carvão, a Lagoa de S. Brás, a Lagoa dos Nenúfares, a Lagoa do Canário e Lagoa do Congro.

Há também alguns fenómenos naturais bastante particulares que convém salientar. As caldeiras das furnas são uma área de manifestações vulcânicas diversas, de onde brotam géiseres de água fervente e lamas medicinais, sendo uma das mais espectaculares a caldeira de Pero Botelho. O vale, atravessado por duas caudalosas ribeiras, uma de água fria outra de água quente, colorida pelo ferro em suspensão, constitui uma das regiões hidrológicas mais ricas da Europa, com as suas vinte e duas fontes termais.

É também na localidade das Furnas que se pode encontrar o Parque Terra Nostra, com base nas plantações iniciadas no séc. XVIII por Thomas Hickling, e prosseguidas no séc. XIX pela família Praia e Monforte, é uma visão romântica de lagos, caminhos sinuosos, flores exóticas e árvores centenárias, e um lago-piscina de água termal.

A Caldeira Velha, localizada a meia encosta do vulcão da Lagoa do Fogo, reúne uma ribeira de águas tépidas e uma caldeira fumegante de enxofre.

FIGURA 46 - CASCATA DE ÁGUA FÉRREA NO ACESSO A RIBEIRA QUENTE



Na estrada de acesso a Ribeira Quente encontram-se torrentes de água férrea e luxuriante vegetação.

A ilha, devido à sua variedade altimétrica, permite usufruir de vistas panorâmicas magníficas para a ilha e/ou oceano, ao percorrer as suas estradas, principalmente as de acesso às Lagoas em pontos altos. Destacam-se duas vistas: a «Vista do Rei» para a Lagoa das Sete Cidades e a meia encosta na subida em direcção à Lagoa do Fogo; e para NW da ilha onde se vislumbram simultaneamente as costas Norte e Sul da ilha.

C.6.4.9. Ilha Terceira

A Serra do Cume, com 545 m de altitude, limita a caldeira dos Cinco Picos, caldeira de abatimento do mais antigo complexo vulcânico da ilha. Esta serra proporciona excelentes panorâmicas para o Vale da Achada, no interior da ilha com os seus típicos «cerrados», separados pelos seus muros basálticos e pelo colorido das hortênsias. Do

outro lado proporciona uma vista para a baía da Praia da Vitória e a planície das Lajes. Este miradouro será o mais emblemático da ilha pelas características da paisagem que se vislumbra. A subida à Serra de Santa Bárbara também permite uma vista panorâmica para uma grande parte da ilha, não fosse este o seu ponto mais alto.

Os Biscoitos, formações singulares na costa Norte, resultantes de antigas erupções, onde se localizam as vinhas dispostas em curraletas.

O Algar do Carvão, permite observar um conjunto de bastante interesse de estalactites e estalagmites e uma lagoa interior, isto para além das razões já assinaladas como área natural classificada. Esta gruta é a mais conhecida, mas há também uma série de pequenas grutas, dispersas pela ilha também com interesse: Gruta da Malha, Gruta do Natal, Gruta das Agulhas, Gruta dos Balcões.

As Furnas do Enxofre, nas proximidades do Algar do Carvão, revelam também interesse através das suas fumarolas.

As lagoas, de pequenas dimensões, mas de grande interesse paisagístico, dispersam-se pela ilha, destacando-se as seguintes: a Lagoa do Negro, a Lagoa do Pico do Boi, a Lagoa do Ginjal, a Lagoa da Falca.

A costa terceirense, recortada em algumas zonas, proporciona baías extremamente agradáveis, onde por vezes se desenvolvem praias oceânicas. A Baía da Salga é um bom exemplo desta situação.

FIGURA 47 - BAÍA DA SALGA

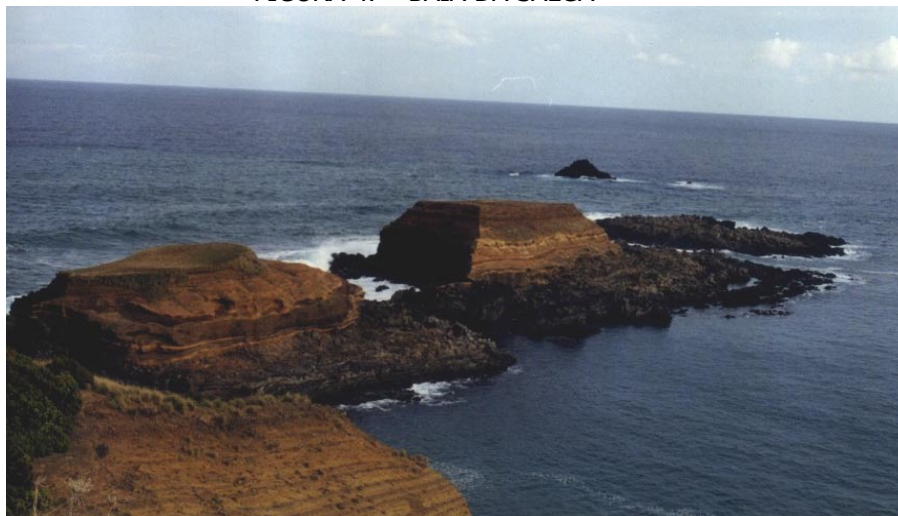
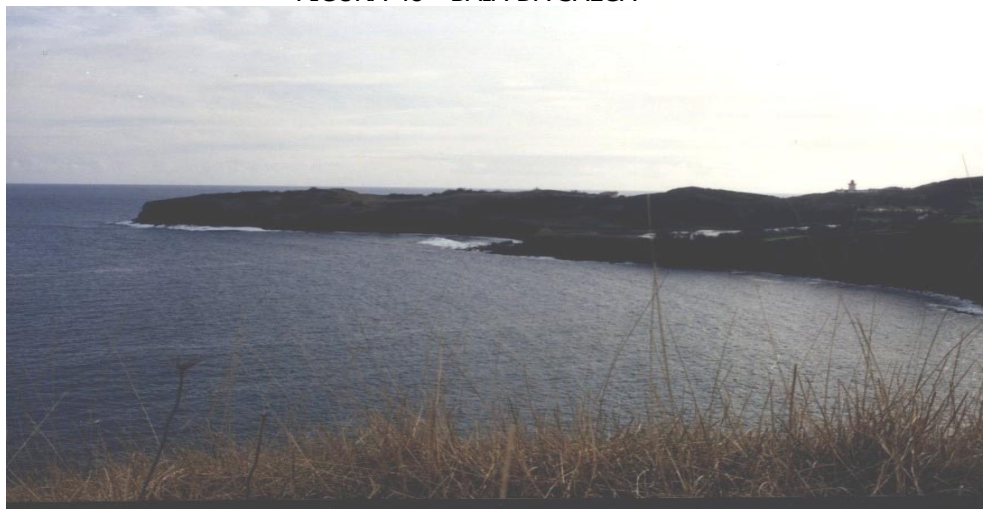


FIGURA 48 - BAÍA DA SALGA



C.6.5. OS MUSEUS

Os museus são uma realidade com especificidades muito próprias no contexto do património, pelo que têm forçosamente de constituir um vector de abordagem autónomo.

Em Portugal existe uma grande diversidade de instituições museológicas que estão sob a responsabilidade de organismos públicos e privados. Estas instituições acabam por contemplar vários domínios do património: arqueologia, antropologia, artes, trajes, história, ciência e técnica, transportes, teatro, etc..

A partir da década de 70, a museologia europeia passou por profundas alterações a que a dinâmica museológica portuguesa não ficou à margem. As inovações introduzidas traduziram-se em novas práticas museológicas, no alargamento da noção de património museológico, na renovação e criação de novos museus.

A dinâmica museológica que caracterizou Portugal a partir desta época, em particular desde o 25 de Abril de 1974, fez surgir uma nova tipologia de museus geralmente denominados Museus Locais, que foram responsáveis, em grande parte, pela democratização do acesso e fruição do património por parte da população. A maior parte dos museus locais estão na dependência das autarquias, razão pela qual existe

um contacto mais próximo com as populações locais. De certa forma assistiu-se, nas três últimas décadas, a um processo profundo de descentralização da museologia, anteriormente concentrada nas principais cidades.

Durante a década de 90, o desenvolvimento da museologia revelou a consolidação de muitos dos pressupostos anteriormente definidos, como por exemplo o reconhecimento dos pólos museológicos como alternativa à ideia do museu de carácter regional, nacional ou mesmo universal. O interesse pelos pólos museológicos prende-se com o facto de estes permitirem a permanência dos diversos elementos patrimoniais no seu local de origem. As populações locais não perdem assim as suas referências patrimoniais, correspondentes, em certa medida, ao alargamento da ideia da preservação "in situ", difundida durante as décadas de 70 e 80.

No âmbito deste estudo preliminar não foi possível obter em tempo útil a informação relativa aos museus existentes nas ilhas de São Miguel e da Terceira, facto que será colmatado no próximo relatório.

De um modo geral, a riqueza patrimonial é ímpar, com destaque para as colecções constituídas por esculturas/gravações em osso e dente de baleia (*scrimshaw*).

Nem todos os museus dispõem de guias qualificados, falando-se apenas o Francês ou o Inglês em alguns casos. Apenas em seis casos existe um centro de informação.

Tendo em conta que a ilha do Corvo não dispõe de qualquer museu, a realidade que foi possível apurar é a seguinte³⁵:

Ilha das Flores

Nome: Museu do Convento de São Boaventura

Localidade: Santa Cruz das Flores

Observações: Colecções de escultura, pintura, cerâmica, ourivesaria, etnografia, fotografia, têxteis e armaria; colecção completa de alfaias agrícolas; riquíssima colecção de trabalhos em osso e dente de baleia.

³⁵ Na segunda fase do Plano, proceder-se-á à incorporação de informação suplementar relativa à Ilha Terceira.

Nome: Casa - Museu Pimentel de Mesquita

Localidade: Santa Cruz das Flores

Observações: Colecções de pintura, cerâmica, mobiliário, etnografia, armaria e música; ambiente de uma habitação tradicional da Ilha das Flores

Ilha do Faial

Nome: Museu Regional da Horta

Localidade: Horta

Observações: Colecções de escultura, pintura, cerâmica, mobiliário, vidros, ourivesaria, etnografia, fotografia, têxteis, ciências, armaria e música; inclui espécimes de miolo de figueira, relógios americanos de prata, em ouro e de caixa de madeira (séc. XIX-XX) e instrumentos musicais (séc. XIX-XX).

Nome: Museu de Arte Sacra

Localidade: Horta

Observações: Importante colecção de arte sacra.

Nome: Museu de *Scrimshaw*

Localidade: Horta

Observações: Colecções de escultura, documentação e bibliografia e fotografia; colecção particular com centenas de peças documentando a arte de gravar os dentes de cachalote.

Nome: Núcleo Etnográfico dos Cedros

Localidade: Horta

Observações: Colecções de mobiliário, etnografia, têxteis e traje.

Nome: Exposição Fotográfica do Vulcão dos Capelinhos

Localidade: Horta

Observações: Colecção de fotografia e documentação de tipo bibliográfico; diagramas, perfis e cartas geológicas que mostram a actividade vulcânica dos Capelinhos; pedras basálticas.

Ilha do Pico

Nome: Museu de Alfaias Agrícolas

Localidade: São Roque

Observações: Miniaturas de botes baleeiros em madeira. Miniaturas de utensílios antingos feitos em madeira: potes, celhas, barris, etc.

Nome: Museu dos Baleeiros

Localidade: Lajes do Pico

Observações: Colecções de escultura, pintura, cerâmica, vidros, etnografia, fotografia, têxteis, azulejaria e armaria; *scrimshaw*, utensílios ligados à faina de caça à baleia, construção de botes baleeiros, tenda de ferreiro.

Nome: Museu da Indústria Baleeira

Localidade: São Roque

Observações: Colecções de fotografia e arqueologia industrial; máquinas de transformação de cachalote (farinhas, adubos, vitaminas, óleos): autoclaves, secadores, caldeiras, depósitos.

Ilha de São Jorge

Nome: Museu de São Jorge

Localidade: Calheta

Observações: Coleções de etnografia, têxteis, música e história do traje; ritual gastronómico do Espírito Santo, história do queijo, música e personalidade de Maestro Francisco Lacerda.

Nome: Museu de Arte Sacra da Igreja de São Jorge

Localidade: Velas

Observações: Coleções de escultura, cerâmica, mobiliário e ourivesaria; arquivo histórico classificado pela Universidade dos Açores, paramentaria, fotografias, pagelas s/ um órgão de tubos.

Ilha da Graciosa

Nome: Museu da Graciosa (Casa Mãe)

Localidade: Santa Cruz da Graciosa

Observações: Coleções de escultura, cerâmica, mobiliário, etnografia, fotografia, têxteis, indústria e traje.

Nome: Museu da Graciosa (Barracão das Canoas Baleeiras)

Localidade: Santa Cruz da Graciosa

Observações: Transportes - Canoas Baleeiras

Nome: Museu da Graciosa (Moinho de Vento)

Localidade: Santa Cruz da Graciosa

Observações: Moinho de Vento

Ilha de S^a Maria

Nome: Museu de Santa Maria

Localidade: Vila do Porto

Observações: Coleções de cerâmica, mobiliário e etnografia em geral.

Ilha Terceira

Nome: Museu do Vinho

Localidade: Biscoitos

Observações: Lagar e utensílios relacionados com as vindimas e processo de vinificação. Mostra de castas e forma tradicional de cultivo da vinha.

C.6.6. AS FESTIVIDADES

Em todas as ilhas do arquipélago realiza-se um avultado número de festas e romarias com forte predomínio das de carácter religioso. Estas festividades realizam-se sobretudo nos meses de Maio, Junho, Julho, Agosto e Setembro, sendo principalmente relevantes os três meses de Verão.

<i>Ilha/mês</i>	<i>Festividade</i>
<i>Ilha de Santa Maria</i>	
JUNHO	Festa de Santo António (S. Espírito) Festa de S. João (Vila do Porto) Festa de São Pedro (S. Pedro)
JULHO	Nª Sª do Bom Despacho (Almagreira)
AGOSTO	Festa do Sagrado Coração de Jesus (Sta. Bárbara) Semana da Juventude (Anjos) Festas de 15 de Agosto (Vila do Porto) Festival Maré de Agosto (Praia Formosa) Nª Sª da Assunção (Vila do Porto)
SETEMBRO	Festa do Emigrante (Maia) Festa das Vindimas (S. Lourenço)
<i>Ilha de São Miguel</i>	
ABRIL	Festa de S. Pedro Gonçalves (Vila Franca do Campo) Festa do Senhor dos Enfermos (Fumas) Feriado Municipal da Lagoa (Lagoa) Festas da Primavera (Ribeira Grande) Festival da Canção Serrote de Ouro (V. F. Campo)

<i>Ilha/mês</i>	<i>Festividade</i>
MAIO	Festas do Senhor Santo Cristo/ E A E (P. Delgada) Festa de S. Miguel Arcanjo (V. F. Campo) Festas do Espírito Santo (todo o Concelho da Lagoa) Festa do Corpo de Deus (Povoação)
JUNHO	Festa de Sto. António (Sta. Cruz-Lagoa) Festa de Sto. António (Sto. António-Nordeste) Festa de S. João e do Esp. Santo (Fet. Grande/Nord.) Festa de S. João (V. F. Campo e Ginetes) Cavalcadas de S. Pedro (Ribeira Grande) Festividades do Feriado Municipal (Ribeira Grande) Festa de S. Pedro (S. Pedro -Nordeste) Festa de S. Pedro (V. F. Campo e Ponta Delgada)
JULHO	Festividades do Feriado Municipal (Ribeira Grande) Festa de S. Pedro (S. Pedro – Nordeste) Feriado Municipal (Povoação) Festa de Santana (Feteira Pequena – Nordeste) Festa de N ^a S ^a da Luz (Pedreira – Nordeste) Festa de Sto. António (Capelas) Festa do Sagrado Coração de Jesus (Rosário Lagoa) Dia da Freguesia (Arrifes) Festa de S. Jorge (Vila do Nordeste) Semana do Chicharro (Ribeira Quente) Semana do Baleeiro (S. Vicente Ferreira) Festa do Santíssimo Sacramento (Maia) Feira da Gastronomia (Rosário – Lagoa) Festa do Sagrado Coração de Jesus (Rib. Tainhas) Festa de Sta. Bárbara (Sta. Bárbara – P. Delgada) Festa de N ^a S ^a do Amparo (Algarvia – Nordeste) Festa de Santana (Furnas) Festa de N ^a S ^a da Apresentação (Capelas) Festa de Jesus, Maria e José (Ginetes)
AGOSTO	Festa do Santíssimo Sacramento (L. Fazenda/ Nord.) Festa do Sagrado Coração de Jesus (Ribeira Grande) Festa de N ^a S ^a da Piedade (Ponta Garça) Festa do Santíssimo (Lagoa e Rib. Chã) Festa de N ^a S ^a das Neves (Relva) Festa de N ^a S ^a dos Remédios (Remédios – Bretanha) Festa do Santíssimo Salvador do Mundo (Ribeirinha) Festas de N ^a S ^a da Anunciação (Achada – Nordeste) Festa de S. Nicolau (Sete Cidades) Festas de N ^a S ^a da Ajuda (Fenais da Ajuda) Festa de N ^a S ^a de Agosto (Água de Pau) Festa de N ^a S ^a da Ajuda (Bretanha) Festa de N ^a S ^a dos Anjos (Fajã de Baixo) Festa do Santíssimo Coração de Jesus (R. Seca/ R.G.)

<i>Ilha/mês</i>	<i>Festividade</i>
	Festa de N ^a S ^a do Rosário (Achadinha – Nordeste) Festa de São Brás (S. Brás – Ribeira Grande) Festa do Santíssimo S. Lázaro (Água d’Alto) Festa de São Roque (São Roque – P. Delgada) Festa de N ^a S ^a da Saúde (Arrifes) Festa de N ^a S ^a da Conceição (Mosteiros) Festival da Povoação/ Feira de Artesanato (Povoação) Festa de N ^a S ^a do Rosário (Lomba da Maia) Festa de N ^a S ^a das Vitórias (Sta. Bárbara/ R.G.) Festa do Pescador (Caloura) Festa de N ^a S ^a de Penha de França (Água Retorta) Festa do Sr. Bom Jesus da Pedra (V. F. Campo) Festa de N ^a S ^a Oliveira (Fajã de Cima) Festa de S. Vicente Ferreira (S. Vicente Ferreira) Festa de N ^a S ^a da Ajuda (Covoada) Festa do Santíssimo Sacramento (R. Funda/ R. Grande) Festa do Sagrado Coração de Jesus (Ribeira Grande)
SETEMBRO	Festa do Santíssimo Sacramento (R. Funda/ R. Grande) Festa do Sagrado Coração de Jesus (Ribeira Grande) Festa de N ^a S ^a da Necessidade (Atalhada/ Lagoa) Festa da Mãe de Deus (Povoação) Festa de N ^a S ^a do Pilar (Bretanha) Festa de Sta. Luzia (Feteiras) Festa de Sta. Clara (S. José – Ponta Delgada) Festa de N ^a S ^a da Graça (Porto Formoso) Festa de S. José (Salga – Nordeste) Festa de N ^a S ^a da Graça (Faial da Terra) Festa de N ^a S ^a Natividade (S. Pedro/ V. F. Campo) Festa do Santíssimo Sacramento (Candelária) Festa de N ^a S ^a da Luz (Fenais da Luz) Festa de N ^a S ^a do Livramento (Livramento) Semana Cultural da Ribeira Chã Festa de N ^a S ^a dos Prazeres (Pico da Pedra) Festa de N ^a S ^a do Rosário (Lombinha da Maia) Festa de N ^a S ^a dos Milagres (Arrifes) Festa de N ^a S ^a dos Remédios (Povoação) Festa de N ^a S ^a da Boa Viagem (Calheta – R. Grande) Festa de N ^a S ^a da Piedade (Arrifes) Festa de N ^a S ^a da Misericórdia (Cabouco – Lagoa)
OUTUBRO	Festa de N ^a S ^a do Rosário (Rabo de Peixe) Festa de N ^a S ^a do Rosário (Rosário – Lagoa)
NOVEMBRO	Festa de N ^a S ^a da Paz (Vila Franca do Campo)
DEZEMBRO	Festa de N ^a S ^a da Conceição (Ribeira das Tainhas) Festa de N ^a S ^a da Conceição/Dia das Montras (Ponta Delgada)

<i>Ilha/mês</i>	<i>Festividade</i>
<i>Ilha Terceira</i>	
MARÇO	Actuações no Teatro (Angra)
ABRIL	Actuações no Teatro (Angra)
MAIO	XV Encontro de Coros (Angra)
JUNHO	Festas das Sanjoaninas 2002 (Angra) Festas de S. João (Praia da Vitória)
JULHO	Festas de S. João (Lajes) Festa de N ^a S ^a da Ajuda (Vila Nova – Praia da Vitória) Festas de S. Pedro (Biscoitos) Império de S. Pedro (Sta. Cruz – Praia da Vitória) Festas de Sta. Rita (Sta. Cruz – Praia) Festas de N ^a S ^a da Pena (Fontinhas – Praia)
AGOSTO	Festas de N ^a S ^a da Pena (Fontinhas – Praia) Festas da Praia 2002 (Praia da Vitória) Festas de Sta. Beatriz (4 Ribeiras – Praia) Festa de N ^a S ^a Guadalupe (Praia) Festa de N ^a S ^a de Lurdes (Fonte do Bastardo – Praia) Festa de N ^a S ^a do Pilar (S. Brás – Praia) Festa do Sagrado Coração de Jesus (Vila Nova – Praia) Festa de Sta. Catarina (Cabo da Praia – Praia)
SETEMBRO	Festas de Sta. Luzia (Sta. Cruz – Praia) Festas de Sta. Margarida (Porto Martins – Praia) Festa do Imaculado Coração de Maria (Biscoitos) Festas de Sto. António (Biscoitos) Império das Figueiras do Paim (Cabo da Praia - Praia)
OUTUBRO	Império das Figueiras do Paim (Cabo da Praia – Praia) Festa de N ^a S ^a do Rosário (Lajes- Praia)
<i>Ilha da Graciosa</i>	
MAIO	Festas do Espírito Santo (por toda a ilha) Festa do Corpo de Deus (S. Mateus) Festa de S. Pedro (Sta. Cruz)
JUNHO	Festa de S. António (Luz) Festa de S. João (Sta. Cruz) Festa de N ^a S ^a da Saúde (S. Mateus)
JULHO	Festa de Santana (Lagoa) Festa de N ^a S ^a da Esperança (Guadalupe) Festa de N ^a S ^a das Dores (Sta. Cruz) Festa de N ^a S ^a de Sanatana (S. Mateus) Festa de S. Mateus (S. Mateus)
AGOSTO	Festa de N ^a S ^a do Guadalupe (Sta. Cruz e Guadalupe) Festa do Senhor Santo Cristo dos Milagres (Sta. Cruz) Festa de Santo António da Vitória (Guadalupe) Festa de N ^a S ^a de Lurdes (Luz)

PLANO DE ORDENAMENTO TURÍSTICO DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

<i>Ilha/mês</i>	<i>Festividade</i>
SETEMBRO	Festa de Nª Sª da Luz (Luz) Festa de Nª Sª do Livramento (S. Mateus) Festa de S. Pedro (Sta. Cruz) Festa de S. Gonçalo (Sta. Cruz)
DEZEMBRO	Festa de Sta. Luzia (S. Mateus)
<i>Ilha do Faial</i>	
JANEIRO	Projecto "Horta-Açores" (Horta)
FEVEREIRO	Voto do Senhor Santo Cristo (Praia de Almocharife)
ABRIL	Festas do Divino Espírito Santo (por toda a ilha) Semana Desportiva e Cultural (Horta)
MAIO	Voto de Pentecostes (Horta) Festas do Divino Espírito Santo (por toda a ilha) Festa da Nª Sª das Angústias (Horta - Angústias) Semana Desportiva e Cultural (Horta)
JUNHO	Festas do Divino Espírito Santo (por toda a ilha) Solenidade do Corpo de Deus (Horta) Festas de S. João (Caldeira)
JULHO	Peregrinação de Nª Sª de Fátima à Ribeira Funda (Horta) Festa de Santa Ana (Capelo – Horta) Festa de São Mateus (Praia do Almocharife) Festa de Nª Sª da Guia (Praia) Festa do Aniversário da Horta (Horta) Festival de Música (Flamengos)
AGOSTO	Semana do Mar (Horta – Angústias) Procissão de Nª Sª da Guia (Horta – Angústias) Procissão de Nª Sª de Lurdes (Feteira) Nª Sª da Ajuda (Pedro Miguel) Festa de Nª Sª do Livramento (Praia) Festas de Verão (Conceição)
SETEMBRO	Festa de Nª Sª do Socorro (Salão) Festa de Nª Sª da Saúde (Varadouro – Capelo) Festa de Nª Sª da Luz (Flamengos) Festa de Nª Sª das Dores (Praia do Norte) Festa de São Mateus (Ribeirinha)
OUTUBRO	Festa de Santo António (Cedros) Projecto "Outubro Dedicado à Música " (Horta)
NOVEMBRO	Festa de Santa Cecília (Horta)
DEZEMBRO	Projecto "Horta-Açores" (Horta) Festejos de Nª Sª da Conceição (Conceição)
<i>Ilha de São Jorge</i>	
ABRIL	Festa de São Jorge (Velas)
JUNHO	Festa de Nª Sª do Carmo (Ribeira Seca - Fajã dos Vimes) Festa de São João (Santo Antão – Calheta)

<i>Ilha/mês</i>	<i>Festividade</i>
	Semana Cultural das Velas (Cais das Velas) Feira das Actividades Económicas (Velas)
JULHO	Festa de Santo Amaro (Santo Amaro – Velas) Festa de N ^a S ^a Santa Ana (Beira – Velas) Festival de Julho (Calheta) Festa do Bom Jesus (Topo) Festas de S. Tiago (Ribeira Seca - Calheta) Festas de Santana (Velas)
AGOSTO	Festa de N ^a S ^a do Rosário (Rosais – Velas) Festa de N ^a S ^a da Neves (Norte Grande – Velas) Festa de N ^a S ^a da Encarnação (Ribeira do Nabo, Urzelina – Velas) Festa de N ^a S ^a do Livramento (Ribeira Seca – Calheta) Festa de N ^a S ^a do Rosário (Norte Pequeno – Calheta) Festa dos Marítimos (Topo – Calheta)
SETEMBRO	Festa de N ^a S ^a das Dores (Fajã do Ouvidor, Norte Grande – Velas) Festa de N ^a S ^a da Boa Hora (Boa Hora - Santo Amaro – Velas) Festa de N ^a S ^a de Lurdes (Ribeira Seca – Calheta) Festa de N ^a S ^a do Socorro (Biscoitos – Calheta) Festa do Bom Jesus dos Milagres (Fajã Grande – Calheta) Festa da Caldeira do Sto. Cristo (Sto. Cristo – Calheta)
OUTUBRO	Festa da N ^a S ^a de Fátima (Fajã da Ribeira da Areia, Norte Grande – Velas) Festa de N ^a S ^a do Rosário (Topo – Calheta)
DEZEMBRO	Festa de São Lázaro (Norte Pequeno – Calheta)
<i>Ilha do Pico</i>	
FEVEREIRO	N ^a S ^a das Candeias (Madalena) N ^a S ^a dos Milagres (Arcos do Cachorro - Santa Luzia e Bandeiras)
MAIO	Festa de N ^a S ^a de Fátima (S. Amaro – S. Roque) Festas do Espírito Santo (por toda a ilha) Festa da Sr ^a da Trindade (S. Roque)
JUNHO	Festas de Santa Maria Madalena (Vila da Madalena) Festa de S. Pedro (Prainha de Baixo – S. Amaro – Outeiro) Festa de S. Pedro (S ^a Luzia – S. Roque)
JULHO	N ^a S ^a Mãe da Igreja (Candelária) N ^a S ^a do Desterro (Bandeiras) Festa de São Tiago (Ribeira Seca – Calheta) Festa de S ^a Cecília (Prainha de Baixo – S. Roque) Festa de N ^a S ^a do Carmo (S. Amaro) Festa de S. Vicente (S. António – S. Roque) Festa de Santana (S. António – S. Roque)
AGOSTO	Festa «Cais de Agosto» (São Roque do Pico - Cais do Pico) Semana dos Baleeiros (Vila das Lajes do Pico) Festa de N ^a S ^a de Lurdes (Vila das Lajes) Festa de São Roque (São Roque)

<i>Ilha/mês</i>	<i>Festividade</i>
	Festa do Senhor Bom Jesus (São Mateus – Madalena) Santo António do Monte (Candelária) Festa do Bom Jesus da Calheta do Nesquim (Lajes) Festa do Chicharro (Ribeirinha – Lajes) Festa de Nª Sª da Ajuda (Prainha de Baixo – S. Roque) Festa de S. Domingos (S. António – S. Roque)
SETEMBRO	Semana das Vindimas (Madalena) Festa de São Mateus (Madalena) Nª Sª das Dores (Madalena) Nª Sª da Boa Nova (Bandeiras) Festa de Nª Sª Rainha do Mundo (Sª Luzia) Festa de Nª Sª da Piedade (P. Cima – S. Roque) Festa de Nª Sª da Pureza (Sª Luzia – S. Roque) Festa de Nª Sª da Boa Viagem (Calhau – Lajes) Festa de S. Miguel Arcanjo (S. Roque) Festa da Sª das Mercês (Manhenha – Lajes)
OUTUBRO	Nª Sª do Rosário (Igreja de São João)
NOVEMBRO	Festa de Santa Cecília (São Mateus)
DEZEMBRO	Santa Bárbara (Lajes) Santa Luzia (São Roque)
<i>Ilha das Flores</i>	
FEVEREIRO	Festa de Nª Sª de Lurdes (Santa Cruz)
MAIO	Festas do Divino Espírito Santo (por toda a ilha)
JUNHO	Festas de São João (Vila de Santa Cruz das Flores) Festa de São Pedro (Santa Cruz) Festa de São Pedro (Ponta Delgada - Santa Cruz)
JULHO	Festa do Emigrante (Lajes das Flores) Festa de Nª Sª do Carmo (Lajes)
AGOSTO	Festa de Nª Sª dos Remédios (Fajãzinha) Festa de Nª Sª dos Milagres (Lajedo) Festa do Senhor Santo Cristo (Fazenda das Lajes) Festa de São Caetano (Lajes) Festa de São Roque (Cedros - Santa Cruz)
SETEMBRO	Festa de Nª Sª da Saúde (Jardim da Igreja) Festa de Santo Amaro (Ponta Delgada - Santa Cruz) Festa do Bom Jesus e da Srª do Livramento (Caveira - Santa Cruz)
OUTUBRO	Festa de Nª Sª do Rosário (Vila das Lajes das Flores)
DEZEMBRO	Festa de Nª Sª da Conceição (Santa Cruz)
<i>Ilha do Corvo</i>	
ABRIL	Festas do Divino Espírito Santo (Vila Nova do Corvo)
MAIO	Festas do Divino Espírito Santo (Vila Nova do Corvo)
JUNHO	Feriado Municipal do Corvo (Vila Nova do Corvo)

<i>Ilha/mês</i>	<i>Festividade</i>
	Festas do Divino Espírito Santo (Vila Nova do Corvo)
JULHO	Festa da Sagrada Família (Vila Nova do Corvo) Festa de São Pedro (Vila Nova do Corvo) Festas do Divino Espírito Santo (Vila Nova do Corvo) Festas do Senhor da Pedra (Vila Nova do Corvo)
AGOSTO	Festa de N ^a S ^a dos Milagres (Vila Nova do Corvo) Festas do Divino Espírito Santo (Vila Nova do Corvo)
SETEMBRO	Festas do Divino Espírito Santo (Vila Nova do Corvo)

C.6.7. O ARTESANATO

As artes e ofícios tradicionais presentes numa dada região reflectem, antes de mais, as necessidades e as potencialidades que a acção humana, no seu diálogo multi-milenar com as condições naturais de suporte, originou e despoletou.

Primordialmente, desempenhavam um papel fundamental no apoio às actividades domésticas e agrícolas, originando utensílios para a casa, ferramentas, vestuário, calçado e, porque a persecução dos ideais de beleza é tão antiga quanto a história humana, também adornos e objectos decorativos destinados a suportes diversificados.

Estas práticas, correspondendo à satisfação das necessidades locais através da utilização de uma combinação entre o “engenho e arte” e as matérias-primas locais, com a massificação da produção e a globalização dos mercados, passaram a ter uma importância residual acantonada em determinados nichos territoriais e funcionais.

Na verdade, a fraca capacidade concorrencial deste tipo de produtos em termos económicos, associada ao surgimento de novos materiais mais duradouros e a formas inovadoras e arrojadas, teve como consequências directas o empobrecimento funcional das áreas rurais e, por acréscimo, a diminuição drástica do número de unidades artesanais em laboração.

Recentemente, mercê da crescente consciencialização dos problemas que afligem o mundo moderno e da revalorização da diferença na óptica do desenvolvimento local, procuram-se novos e recuperam-se antigos valores: os produtos naturais, os sabores

locais, as peças únicas, os artigos com “bilhete de identidade”, a produção enquadrada em parâmetros de sustentabilidade, as formas e materiais tradicionais, etc.

Assim, tendo como pano de fundo a ideia que as identidades, a cultura e as especificidades locais são factores competitivos fundamentais, assiste-se, um pouco por todo o lado e a todas as escalas geográficas, à criação de mecanismos de apoio ao reforço e à dinamização da actividade artesanal. Algo que, não só estancou a sangria que se vinha a verificar no seio da comunidade de artesãos, mas também e mais importante, tem vindo a contribuir decisivamente para o aparecimento de novas gerações de artesãos, mais dinâmicos, mais inovadores, mais instruídos, mais conscientes do seu papel social e, sobretudo, com um justificado orgulho no seu estatuto de artesão.

Na Região o artesanato apresenta, por um lado, uma grande diversidade de produtos e, por outro, uma relativamente fraca diferenciação entre ilhas. De facto, tirando alguns produtos específicos do Corvo (bengalas, fechaduras e gorros) e das Flores (trabalhos em miolo de hortênsia e pintura em seda), os restantes não podem ser especificamente atribuídos a uma das ilhas em particular.

Como exemplos do artesanato regional temos:

- i) os já referidos gorros, fechaduras e bengalas do Corvo, os primeiros produzidos em lã e os segundos em madeira de cedro, bastante comum em toda a Região. Aliás, com o cedro e, também, com o miolo de figueira, são produzidos outros artefactos em madeira, tais como cinzeiros e guarda-jóias, para além de miniaturas de objectos ligados à vida rural (arados, grades, carros de bois, cangas, botes baleeiros, etc.);
- ii) os também já referidos produtos em miolo de hortênsia, típicos da Ilha das Flores. Usando miolo (medula) de hortênsia são elaborados artigos diversos, com destaque para os quadros de flores e alfinetes. Também é específica desta Ilha a produção de trabalhos em seda pintada, resultantes da influência francesa e que deu mesmo origem à fundação de um clube específico onde se ministram cursos da arte;
- iii) um vasto conjunto de bordados, rendas e crochés usando diversas técnicas (bordado a crivo, renda de frioleira, bordado a palha sobre tule e renda de bilros). No croché destaca-se o denominado croché de arte, típico da Ilha

do Faial, que dá origem a uma grande variedade de panos e toalhas. Os materiais utilizados na aplicação dos bordados ou rendas são o linho, a cambraia e o algodão crú (no caso do bordado típico da Graciosa em que o motivo tradicional são as cavacas ou rosquilhas). Os produtos resultantes são muito variados e vão desde simples peças de uso doméstico, apenas decorativas ou utilitárias, até ao vestuário;

- iv) no âmbito dos trabalhos de tecelagem manual destaca-se a produção de mantas de retalhos, colchas, cobertores, tapetes e passadeiras. Esta tradição, sobretudo baseada nos lanifícios, reflecte-se ainda na produção de peças de vestuário, com destaque para os trajes regionais, em geral, e os coletes, meias e camisolas, em particular;
- v) a gravação em osso de baleia ou cachalote ou em dente de cachalote, intimamente relacionada com a antiga arte da caça a estes cetáceos (de importância económica indiscutível, sobretudo num contexto em que as alternativas energéticas ainda não passavam pelo querosene), assume um interesse e um valor inestimável, tanto pela beleza artística dos trabalhos produzidos, como pela escassez da matéria prima utilizada. Os motivos mais utilizados são as cenas da caça à baleia, os navios baleeiros e as figuras humanas. Os produtos repartem-se por uma grande variedade de utensílios (pequenas peças decorativas, caixas de rapé, anéis, cruces, entre outros);
- vi) os trabalhos usando escamas de peixe e conchas são também usuais, dando origem, no primeiro caso, entre outros produtos, a flores isoladas ou em arranjo e a quadros decorativos e, no segundo caso, a minuciosas pinturas a óleo, com destaque para a utilização de conchas de lapas;
- vii) por fim, destaca-se a utilização da palha, da ráfia e do vime, dando origem, respectivamente, a produtos de vestuário como os chapéus, a pequenas peças decoradas com desenhos da renda inglesa e a variadas obras de cestaria.

C.7. REDE URBANA E HIERARQUIA DOS AGLOMERADOS

C.7.1. SISTEMA URBANO REGIONAL

C.7.1.1. Introdução

O estabelecimento de uma hierarquia de centros urbanos, no âmbito de um Plano de Ordenamento, tem subjacente a necessidade de definição de um correcto zonamento e de uma adequada utilização e gestão do território abrangido, fomentando a melhoria das condições de vida dos habitantes.

Com efeito, a definição da hierarquia dos centros urbanos de um território é fundamental enquanto instrumento que deverá servir de orientação à implantação espacial de equipamentos e de actividades económicas promotores de desenvolvimento e atenuadores das desigualdades espaciais, favorecendo o desenvolvimento de relações inter-centros e atenuando a actual dependência polarizadora de alguns centros.

Assim, a identificação da hierarquia dos centros urbanos de um território deverá funcionar como a base para o seu desenvolvimento, na medida em que deverá permitir a definição, para cada nível hierárquico, da sua função de apoio às actividades económicas e de ponto de concentração de equipamentos colectivos, tendo em vista harmonizar níveis de conforto desejáveis.

No caso concreto do Plano de Ordenamento Turístico dos Açores, pretende-se que a estruturação hierarquizada dos centros urbanos possa vir a beneficiar a circulação interna e externa de pessoas, bens e informação, num território que se singulariza pela descontinuidade espacial, facto que condiciona ainda fortemente o desenvolvimento

das várias ilhas do território regional. Na próxima fase, a proposta de hierarquização dos centros deverá consubstanciar as propostas deste Plano, enquanto documento estratégico, definidor das linhas de orientação susceptíveis de promover turisticamente a Região Autónoma dos Açores.

C.7.1.2. Metodologia

A escala regional deste Plano determinou a selecção de 19 centros urbanos, correspondentes às unidades geográficas-administrativas concelhias, principais pólos polarizadores da actividade económica e de todo o funcionamento municipal, não fazendo sentido descer deste nível, ou seja, ao estabelecimento de uma rede de centros de cada município abrangido pelo POT, uma vez que esse trabalho já foi realizado no âmbito de cada Plano Director Municipal e não encontra justificação numa abordagem à escala do presente Plano.

Importa, desde logo, referenciar que o trabalho realizado neste capítulo teve como base metodológica e fonte de alguma informação estatística, o PROTA, documento com bastante actualidade e conteúdo consistente nesta matéria.

No presente trabalho, obviamente realizando as adaptações necessárias, houve a particular preocupação de conhecer as dinâmicas demográficas, por centro urbano, ocorridas na década de 90, com base nos Resultados Provisórios do XIV Recenseamento Geral da População de 2001, do Instituto Nacional de Estatística. Procurou-se sobretudo perceber, com base nos referidos dados de 2001, se houve ou não alterações estruturais ou reforço das tendências delineadas no PROTA.

No que respeita à análise funcional (levantamento de 1997) foram utilizados os dados constantes naquele documento. Embora com um pequeno desfasamento temporal, julga-se que a estrutura funcional dos 19 centros urbanos considerados, não será hoje significativamente distinta, de forma que possa interferir nas conclusões finais, nomeadamente na estruturação do sistema urbano regional, tal como agora é apresentado.

Tendo em conta a quantidade de centros urbanos analisados e a sua importância,

tanto a nível concelhio como regional, considerou-se necessário fazer uma breve caracterização demográfica e funcional de cada centro. Os parágrafos referentes à análise funcional têm como fonte o PROTA, por não se justificar a duplicação de análises numa matéria já existente.

Interessa referir ainda que a definição dos centros urbanos, nomeadamente, a sua dimensão populacional, obedeceu a um critério, devidamente explicado no PROTA, mas que pensamos pertinente apresentar de forma sucinta.

Com efeito, não correspondendo o centro urbano (espaço contínuo urbanizado) à unidade geográfica-administrativa mais próxima – a freguesia, e tendo em conta que a informação estatística disponível é referida a essa unidade administrativa, foi necessário encontrar uma forma, o mais aproximada possível, de identificar os centros urbanos circunscritos à ocupação humana.

Assim, considerou-se constituírem os centros urbanos, as áreas das freguesias sedes de concelho, bem como, em alguns casos, as áreas das freguesias contíguas às freguesias sede, por se ter verificado que a dinâmica dos seus núcleos fez crescer o tecido urbano sobre aquelas áreas, aumentando o nº de funções disponíveis e a densidade demográfica. Deste modo, considerou-se que a população urbana compreende a população residente nas freguesias sedes de concelho e, em alguns casos (Ponta Delgada, Angra do Heroísmo, Horta, Ribeira Grande e Praia da Vitória), a população residente nas freguesias contíguas.

No quadro seguinte apresenta-se a integração dos centros urbanos nos territórios administrativos de nível superior, nomeadamente identificando as freguesias ditas urbanas.

Quadro 9 - Integração dos Centros Urbanos em territórios administrativos de nível superior

CENTRO URBANO	FREGUESIAS QUE INTEGRAM O CENTRO URBANO	CONCELHO	ILHA
SANTA CRUZ DA GRACIOSA	SANTA CRUZ DA GRACIOSA	SANTA CRUZ DA GRACIOSA	GRACIOSA
CALHETA	CALHETA	CALHETA	SAO JORGE
VELAS	SÃO JORGE	VELAS	
ANGRA DO HEROÍSMO	N. S. DA CONCEIÇÃO SANTA LUZIA SÃO PEDRO SÉ POSTO SANTO RIBEIRINHA SÃO BENTO SÃO MATEUS DA CALHETA TERRA CHÃ	ANGRA DO HEROÍSMO	TERCEIRA
VILA PRAIA DA VITÓRIA	CABO DA PRAIA FONTE DO BASTARDO LAJES STA CRUZ	VILA PRAIA DA VITÓRIA	
CORVO	CORVO	CORVO	CORVO
HORTA	FETEIRA FLAMENGOS ANGÚSTIAS CONCEIÇÃO MATRIZ PRAIA DO ALMOXARIFE	HORTA	FAIAL
LAGES DAS FLORES	LAJES DAS FLORES	LAGES DAS FLORES	FLORES
STA CRUZ DAS FLORES	SANTA CRUZ DAS FLORES	SANTA CRUZ DAS FLORES	
LAGES DO PICO	LAGES DO PICO	LAGES DO PICO	
MADALENA	MADALENA	MADALENA	PICO
SÃO ROQUE DO PICO	SÃO ROQUE DO PICO	SÃO ROQUE DO PICO	
VILA DO PORTO	VILA DO PORTO	VILA DO PORTO	SANTA MARIA
SANTA CRUZ DE LAGOA	SANTA CRUZ NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO	LAGOA	
NORDESTE	NORDESTE	NORDESTE	
PONTA DELGADA	ARRIFES COVOADA FAJÁ DE BAIXO FAJÁ DE CIMA MATRIZ SÃO JOSÉ SÃO PEDRO RELVA LIVRAMENTO S. ROQUE	PONTA DELGADA	SÃO MIGUEL
POVOAÇÃO	POVOAÇÃO	POVOAÇÃO	
RIBEIRA GRANDE	CONCEIÇÃO MATRIZ RIBEIRA SECA RIBEIRINHA	RIBEIRA GRANDE	
VILA FRANCA DO CAMPO	SÃO MIGUEL SÃO PEDRO	VILA FRANCA DO CAMPO	

C.7.1.3. Dimensão Demográfica e Funcional dos Centros Urbanos

C.7.1.3.1. Vila do Porto

O centro urbano de Vila do Porto é a sede do único concelho da ilha de Santa Maria e, a freguesia que o integra, era composta, em Março de 2001, por 2997 indivíduos, menos 9,6% do que em 1991 (menos 319 indivíduos). Concentrava na mesma data 54% da população total do concelho (menos 2% que em 1991 e menos 1% que em 1981), que também na década de 90, viu diminuir a sua população com importância aproximada, sendo que 93% do decréscimo verificado pelo concelho se refere ao registado pelo centro urbano de Vila do Porto.

UNIDADE GEOGRÁFICA	POPULAÇÃO RESIDENTE				
	1981	1991	2001	Tx. VAR. 1981/91 (%)	Tx. VAR. 1991/2001 (%)
Centro Urbano	3468	3316	2997	- 4,4	- 9,6
CONCELHO	6500	5922	5578	- 8,9	- 5,9

Fonte: INE, Recenseamentos Gerais da População, 1981, 1991 e 2001 (Resultados Provisórios)

Localizada na costa sul da parte ocidental da ilha, Vila do Porto é dependente funcionalmente de Ponta Delgada relativamente à oferta de bens e prestação de serviços mais raros, sendo o centro que polariza todos os pequenos aglomerados da ilha e o principal ponto de ligação com o exterior.

*"Este aglomerado populacional dispõe de **68 Unidades Funcionais (públicas e privadas)** sendo notória a dependência ocupacional da população residente neste aglomerado relativamente aos serviços de controlo aeronáutico, elevando o peso do sector terciário aos 81%, enquanto o sector secundário absorve 13% e o sector primário apenas 6%."*³⁶

³⁶ Extraído do PROTA.

C.7.1.3.2. Ponta Delgada

O centro urbano de Ponta Delgada integra áreas de dez freguesias do concelho (cf. Quadro X) e detinha, em Março de 2001, 47106 habitantes, mais 6,2% do que em 1991 (+ 2731 indivíduos). Este centro representa quase três quartos (72%) da população concelhia, mais de um terço (36%) da população da ilha de São Miguel e quase um quinto (19%) da população do Arquipélago, tendo-se mantido o peso do centro de Ponta Delgada, nos espaços geográficos considerados, idêntico ao registado uma década antes (1991). Cerca de 70% do crescimento verificado pelo concelho de Ponta Delgada foi da responsabilidade deste centro urbano.

O aglomerado urbano de Ponta Delgada é indiscutivelmente o principal centro urbano do Arquipélago dos Açores, tanto em termos demográficos como funcionais. É o principal pólo político-administrativo da Região, onde se localiza a maior parte do poder económico e financeiro, o maior número de serviços, bem como o maior número de indústrias, apresentando-se conseqüentemente, como o principal pólo empregador do Arquipélago.

UNIDADE GEOGRÁFICA	POPULAÇÃO RESIDENTE				
	1981	1991	2001	Tx. VAR. 1981/91 (%)	Tx. VAR. 1991/2001 (%)
Centro Urbano	45882	44375	47106	-3,3	+ 6,2
CONCELHO	63804	61989	65853	- 2,8	+ 6,2

Fonte: INE, Recenseamentos Gerais da População, 1981, 1991 e 2001 (Resultados Provisórios)

" (...) Ponta Delgada regista **726 Unidades Funcionais (públicas e privadas)** e constitui o mais importante pólo político-administrativo da região, onde estão sediadas a Presidência do Governo, duas das cinco Secretarias Regionais e as empresas e institutos públicos regionais. Constitui o núcleo de maior poder económico e financeiro da região, onde se concentra o maior número de indústrias e a maior capacidade de oferta de alojamento hoteleiro.

Concentra também, o maior número de estabelecimentos de serviços e unidades comerciais, quer retalhista, quer grossista, sendo estes últimos na maioria dos casos os

distribuidores a nível do Arquipélago, quer por via aérea, quer por via marítima, o mesmo acontecendo ao nível do tráfego aéreo de passageiros. Possui o porto de pesca mais importante do arquipélago.

Ao nível de equipamentos de ensino, Ponta Delgada possui o maior pólo universitário da região, concentrando cerca de 84% dos alunos. Em termos de equipamentos de saúde, dos três hospitais existentes na região, o de Ponta Delgada, embora desempenhe as mesmas funções dos outros dois, funciona como hospital regional, uma vez que está dotado com valências médicas e unidades assistenciais (29), algumas delas inexistentes em qualquer dos restantes, prestando serviços a todos os habitantes do Arquipélago.³⁷

C.7.1.3.3. Ribeira Grande

Ribeira Grande é a segunda cidade da ilha de São Miguel e abrange áreas de quatro freguesias (Conceição, Matriz, Ribeira Seca e Ribeirinha). Este centro era composto, em Março de 2001, por 10023 indivíduos, menos 3,6% que em 1991 (menos 376 pessoas). Concentrava, no mesmo momento, 35% da população concelhia, peso inferior ao registado uma década antes (38%). Contrariamente ao que sucedeu com o centro urbano, o concelho de Ribeira Grande cresceu 4,8% na década de 90, significando que ao esvaziamento demográfico do centro urbano se impôs um significativo acréscimo demográfico dos restantes aglomerados do concelho.

UNIDADE GEOGRÁFICA	POPULAÇÃO RESIDENTE				
	1981	1991	2001	Tx. VAR. 1981/91 (%)	Tx. VAR. 1991/2001 (%)
Centro Urbano	10898	10399	10023	- 4,6	- 3,6
CONCELHO	28128	27163	28462	- 3,4	+ 4,8

Fonte: INE, Recenseamentos Gerais da População, 1981, 1991 e 2001 (Resultados Provisórios)

³⁷ Idem

Sendo o segundo pólo da ilha de São Miguel, possui uma estrutura funcional consistente, embora inferior à de Ponta Delgada, dependendo desta para aquisição de bens e serviços mais raros. Contudo, exerce um forte poder de atracção particularmente sobre os centros urbanos localizados a nordeste da ilha.

Com boa acessibilidade a Ponta Delgada, da qual dista 19 Km, "(...) *Ribeira Grande dispõe de **204 Unidades Funcionais (públicas e privadas)** e tem uma marcada tradição industrial com peso relevante na economia da ilha, embora com menor peso e diversificação que Ponta Delgada. O aparelho comercial e de serviços tem vindo a aumentar a sua implantação, embora esteja ainda pouco desenvolvido.*"³⁸

C.7.1.3.4. Lagoa

Integrando duas freguesias (Rosário e Santa Cruz), o aglomerado populacional de Lagoa era composto, em Março de 2001, por 8902 habitantes, mais 11,5% do que em 1991 (mais 919 pessoas). Na década de 90 reforça-se o sentido de evolução ascendente já registado na década de 80, acompanhando o comportamento geral do concelho, embora a um ritmo ligeiramente superior.

Representando 63% da população total do concelho de Lagoa em 2001, o centro urbano tem desenvolvido sobretudo uma função residencial, estando muito dependente funcionalmente de Ponta Delgada, dado o poder de atracção funcional do centro regional, basicamente facilitado pela proximidade geográfica que os une.

UNIDADE GEOGRÁFICA	POPULAÇÃO RESIDENTE				
	1981	1991	2001	Tx. VAR. 1981/91 (%)	Tx. VAR. 1991/2001 (%)
Centro Urbano	7750	7983	8902	+ 3,0	+ 11,5
CONCELHO	12849	12900	14126	+ 0,4	+ 9,5

Fonte: INE, Recenseamentos Gerais da População, 1981, 1991 e 2001 (Resultados Provisórios)

³⁸ Idem

Com efeito, “a proximidade geográfica a Ponta Delgada (9 Km) tem vindo a moldar Lagoa como zona residencial daquele centro. Todavia, essa fixação de população não tem sido acompanhada por um crescimento da estrutura funcional de Lagoa (**96 Unidades Funcionais públicas e privadas**), dado o poder de atracção no acesso a bens, equipamentos e serviços exercido por Ponta Delgada.”³⁹

C.7.1.3.5. Vila Franca do Campo

O centro urbano de Vila Franca do Campo é abrangido pelas freguesias de São Miguel e São Pedro e era composto, em Março de 2001, por 5167 indivíduos, menos 0,3% do que em 1991 (menos 16 pessoas). Concentrava na mesma data 46% da população concelhia, apenas menos 1% que em 1991.

Contrariamente ao tendencial decréscimo demográfico que se regista desde 1981 no centro urbano de Vila Franca do Campo, o concelho conseguiu inverter o sentido da evolução da década de 80, registando um incremento de 100 indivíduos entre 1991 e 2001.

UNIDADE GEOGRÁFICA	POPULAÇÃO RESIDENTE				
	1981	1991	2001	Tx. VAR. 1981/91 (%)	Tx. VAR. 1991/2001 (%)
Centro Urbano	5338	5183	5167	- 4,6	- 3,6
CONCELHO	11866	11050	11150	- 6,9	+ 0,9

Fonte: INE, Recenseamentos Gerais da População, 1981, 1991 e 2001 (Resultados Provisórios)

Localizada praticamente no centro da ilha, virada a sul, “Vila Franca do campo apresenta uma estrutura funcional muito equilibrada, registando **136 Unidades Funcionais (públicas e privadas)**, o que lhe garante alguma autonomia

³⁹ Idem

relativamente ao acesso a bens, equipamentos e serviços.⁴⁰

C.7.1.3.6. Povoação

A freguesia de Povoação integra totalmente o centro urbano que, à data de Março de 2001, detinha 2441 indivíduos, menos 1,6% do que em 1991 (menos 40 pessoas), continuando assim a tendência de decréscimo demográfico, embora de forma mais ténue que na década anterior. Por sua vez, o concelho vem registando também sucessivos decréscimos demográficos, embora a um ritmo bastante superior, o que justifica a crescente importância do centro urbano de Povoação no contexto concelhio (26% em 2001 contra 32% em 1981).

UNIDADE GEOGRÁFICA	POPULAÇÃO RESIDENTE				
	1981	1991	2001	Tx. VAR. 1981/91 (%)	Tx. VAR. 1991/2001 (%)
Centro Urbano	2682	2481	2441	- 7,5	- 1,6
CONCELHO	8458	7323	6726	- 13,4	- 8,1

Fonte: INE, Recenseamentos Gerais da População, 1981, 1991 e 2001 (Resultados Provisórios)

Localizado na costa sudoeste de São Miguel, o centro urbano de Povoação encontra-se geograficamente periférico relativamente a Ponta Delgada, distando desta cerca de 57 Km.

Para a aquisição de determinados bens e serviços de carácter mais especializado e raro, Povoação depende dos centros hierarquicamente superiores (Ribeira Grande e Ponta Delgada).

“(…) Povoação regista **86 Unidades Funcionais (públicas e privadas)** que lhe garantem alguma autonomia funcional, polarizando praticamente todos os aglomerados do concelho, à excepção das Furnas, cuja atracção é mais fraca, e Ribeira

⁴⁰ Idem

*Quente que para determinadas funções é polarizada pelas Furnas.*⁴¹

C.7.1.3.7. Nordeste

O centro urbano de Nordeste é integrado totalmente na freguesia com o mesmo nome e possuía, em Março de 2001, 1383 habitantes, mais 4,9% que em 1991 (mais 69 pessoas), apresentando-se como o quarto aglomerado da rede regional com menor importância demográfica. Contudo, se na década de 80 registou um esvaziamento demográfico de 14%, traduzindo uma certa dificuldade em fixar população, a década de 90 foi palco de uma completa inversão da tendência desenhada anteriormente, mostrando ser, então, capaz de fixar população. Não obstante, a evolução concelhia continua a ser tendencialmente negativa.

UNIDADE GEOGRÁFICA	POPULAÇÃO RESIDENTE				
	1981	1991	2001	Tx. VAR. 1981/91 (%)	Tx. VAR. 1991/2001 (%)
Centro Urbano	1527	1318	1383	- 13,7	+ 4,9
CONCELHO	6803	5490	5291	- 19,3	-3,6

Fonte: INE, Recenseamentos Gerais da População, 1981, 1991 e 2001 (Resultados Provisórios)

Considerado a “décima ilha dos Açores” pelo seu isolamento e difícil acessibilidade, o centro urbano de Nordeste é o mais periférico da ilha de São Miguel, distando 79 Km de Ponta Delgada, 22 Km de Povoação e 60 Km de Ribeira Brava.

Possui 51 unidades funcionais (públicas e privadas), apresentando uma ocupação relevante na agricultura e nos serviços públicos, nomeadamente ligados à educação, saúde e administração pública, sendo irrelevante a actividade industrial.

Este centro urbano depende funcionalmente de Povoação e Ribeira Grande para a aquisição de bens de carácter mais raro, sendo contudo relativamente autónomo ao

⁴¹ Idem

nível das funções centrais do sector público (equipamentos colectivos).

C.7.1.3.8. Angra do Heroísmo

O centro urbano de Angra do Heroísmo estende-se por nove freguesias do concelho, possuindo, à data de Março de 2001, 24142 habitantes, mais 0,4% do que em 1991 (mais 102 pessoas). O ritmo do crescimento demografico deste centro acompanha de perto o registado pelo concelho.

UNIDADE GEOGRÁFICA	POPULAÇÃO RESIDENTE				
	1981	1991	2001	Tx. VAR. 1981/91 (%)	Tx. VAR. 1991/2001 (%)
Centro Urbano	21441	24040	24142	+ 12,1	+ 0,4
CONCELHO	32808	35270	35581	+ 7,5	+ 0,9

Fonte: INE, Recenseamentos Gerais da População, 1981, 1991 e 2001 (Resultados Provisórios)

O aglomerado de Angra do Heroísmo concentra 68% da população do concelho, 43% da população da ilha e 10% da região (os mesmo pesos registados em 1991) e é o segundo mais importante pólo demográfico do Arquipélago.

Para além do seu estatuto de Cidade Património Mundial, Angra do Heroísmo possui funções de tipo superior (universidade, hospital, ..), que lhe permitem afirmar-se como principal nó de ligação com o grupo central (em especial com as ilhas Graciosa e São Jorge) e, de uma forma menos preponderante, com as ilhas do grupo ocidental.

Registando "(...) **704 unidades Funcionais (públicas e privadas)** (...) . (...) Angra do Heroísmo tem uma importante representação político-administrativa no contexto regional, estando aí sediados o Gabinete do Ministro da República e uma das cinco Secretarias Regionais (Educação e Assuntos Sociais). (...) O aparelho comercial está dimensionado para o mercado local, embora se sintam algumas carências ao nível da especialização. Ao nível dos equipamentos de ensino, Angra do Heroísmo possui um pólo universitário da Terra Chã, ministrando cursos na área da engenharia zootécnica e

agrícola, absorvendo 16% dos alunos da Universidade dos Açores. Ao nível dos equipamentos de saúde, possui o Instituto de Oncologia e um Hospital com 23 valências médicas e 15 unidades assistenciais, servindo essencialmente os habitantes do grupo Central e Ocidental.⁴²

C.7.1.3.9. Praia da Vitória

O centro urbano de Praia da Vitória é constituído por uma área que abrange quatro freguesias (Santa Cruz, Cabo da Praia, Lages e Fonte Bastardo), sendo composto, em Março de 2001, por 12549 habitantes, menos 1% do que em 1991 (menos 131 pessoas). O ritmo de crescimento demográfico do centro urbano acompanha de perto o registado pelo concelho.

UNIDADE GEOGRÁFICA	POPULAÇÃO RESIDENTE				
	1981	1991	2001	Tx. VAR. 1981/91 (%)	Tx. VAR. 1991/2001 (%)
Centro Urbano	12691	12680	12549	- 0,1	- 1,0
CONCELHO	20762	20436	20252	- 1,6	-0,9

Fonte: INE, Recenseamentos Gerais da População, 1981, 1991 e 2001 (Resultados Provisórios)

Concentrava, na mesma data, 62% da população total do concelho (o mesmo que em 1991).

Localizada na costa sul da ilha Terceira, Praia da Vitória é a segunda cidade da ilha e, gozando de uma boa acessibilidade a Angra do Heroísmo, possui privilegiadas infraestruturas de acesso ao exterior (aérea e marítimas). De facto, para além do aeroporto internacional das Lages, Praia da Vitória está dotada com uma importante infraestrutura portuária que lhe faculta o desenvolvimento de funções comerciais, cimenteiras e de pesca, possuindo ainda uma importante área de vocação industrial

⁴² Idem

com potencial para o desenvolvimento de um importante pólo industrial na Região.

À data do Levantamento Funcional (1997) possuía 235 unidade funcionais (públicas e privadas), bastante dependentes, sobretudo as comerciais, da base norte americana.

C.7.1.3.10. Santa Cruz da Graciosa

O centro urbano de Santa Cruz da Graciosa é a sede do único concelho da ilha Graciosa e possuía, à data do último Recenseamento Geral da População (Março de 2001), 1838 indivíduos, mais 3,1% do que em 1991 (mais 55 pessoas).

O crescimento demográfico do centro urbano não é acompanhado pelo comportamento concelhio, que nas duas últimas décadas tem vindo a perder importantes quantitativos populacionais. Estes comportamentos antagónicos justificam que o centro urbano vá perdendo importância no conjunto concelhio: em 1991 o centro urbano de Santa Cruz representava 34% da população do concelho, passando a representar, em 2001, 30% da mesma.

UNIDADE GEOGRÁFICA	POPULAÇÃO RESIDENTE				
	1981	1991	2001	Tx. VAR. 1981/91 (%)	Tx. VAR. 1991/2001 (%)
Centro Urbano	1607	1783	1838	+ 11,0	+ 3,1
CONCELHO	5377	5189	4780	- 3,5	- 7,9

Fonte: INE, Recenseamentos Gerais da População, 1981, 1991 e 2001 (Resultados Provisórios)

"(...) Santa Cruz regista **143 unidades funcionais (públicas e privadas)**, concentrando os serviços públicos e o maior número de unidades comerciais, polarizando todos os aglomerados populacionais da ilha", não só por ter melhores condições de acessibilidade por via aérea, como pela importância da sua estrutura funcional.

Santa Cruz é funcionalmente autónoma no que concerne a serviços de apoio à

colectividade (Centro de Saúde, Escola 2,3, Bancos, seguros e algum comércio ocasional). Todavia, para funções mais especializadas ou raras, as relações estabelecem-se essencialmente com Angra do Heroísmo dada a sua proximidade geográfica e acessibilidade.

Santa Cruz é a porta de acesso ao exterior por via aérea efectuando-se as ligações marítimas com o exterior através do porto da Praia, do qual fica relativamente próxima.⁴³

C.7.1.3.11. Velas de São Jorge

O centro urbano de Velas é abrangido apenas pela freguesia de Velas e era composto, em Março de 2001, por 1929 habitantes, menos 1,6% do que em 1991 (menos 32 pessoas). Concentrava na mesma data, 34% da população do concelho, idêntico peso ao registado em 1991, pelo facto de na década de 90 o comportamento negativo do centro urbano ter sido idêntico ao registado pelo concelho.

UNIDADE GEOGRÁFICA	POPULAÇÃO RESIDENTE				
	1981	1991	2001	Tx. VAR. 1981/91 (%)	Tx. VAR. 1991/2001 (%)
Centro Urbano	1842	1961	1929	+ 6,5	- 1,6
CONCELHO	5927	5707	5605	- 3,7	- 1,8

Fonte: INE, Recenseamentos Gerais da População, 1981, 1991 e 2001 (Resultados Provisórios)

O centro urbano de Velas tem as melhores condições de acessibilidade da ilha relativamente ao exterior, tanto por via marítima como por via aérea, facto que lhe proporciona vantagens locativas relativamente ao segundo centro da ilha (Calheta).

"Registando 134 unidades funcionais (públicas e privadas) possui serviços de apoio à

⁴³ Idem

*colectividade e algumas unidades de comércio ocasional ou especializado que lhe garantem alguma autonomia e lhe permitem polarizar grande parte dos aglomerados da ilha. Relativamente a serviços mais especializados (exames médicos, ensino secundário ou superior), os pólos de atracção preferenciais são Angra do Heroísmo ou Ponta Delgada (dependendo do apoio familiar existente nestes dois centros) e, de forma mais ténue, a Horta.*⁴⁴

C.7.1.3.12. Calheta de São Jorge

O centro urbano de Calheta é totalmente abrangido pela freguesia de Calheta e, à data de Março de 2001, era composto por 1249 habitantes, menos 8,9% do que em 1991 (menos 122 indivíduos). Concentrava na mesma data 31% da população total do concelho.

O comportamento demográfico do centro urbano tem acompanhado os sentidos de evolução registados no concelho, nomeadamente positivo na década de 80 e já negativo na década de 90.

UNIDADE GEOGRÁFICA	POPULAÇÃO RESIDENTE				
	1981	1991	2001	Tx. VAR. 1981/91 (%)	Tx. VAR. 1991/2001 (%)
Centro Urbano	1184	1371	1249	+ 15,8	- 8,9
CONCELHO	4434	4512	4069	+ 1,8	- 9,8

Fonte: INE, Recenseamentos Gerais da População, 1981, 1991 e 2001 (Resultados Provisórios)

Calheta encontra-se numa situação periférica tanto ao nível dos percursos marítimos (as ligações com Angra do Heroísmo fazem-se através de Velas, cujo porto dista 28 Km), como das ligações aéreas (o aeroporto dista cerca de 21 Km deste centro), facto que se repercute no desenvolvimento funcional do centro urbano.

⁴⁴ Idem

Com efeito, "a Calheta, mesmo sendo o segundo aglomerado mais populoso da ilha, averbou um significativo crescimento populacional (na década de 90), embora o número de **unidades funcionais públicas e privadas (34)**, seja muito inferior ao de Velas.

Contudo, a Calheta possui serviços básicos de apoio à colectividade que lhe garantem uma certa autonomia, estabelecendo-se relações com as Velas no tocante a serviços de carácter ocasional. Relativamente a serviços mais especializados, as relações estabelecem-se com o exterior da ilha, nomeadamente com Angra do Heroísmo (mais fortes do que com Velas) e Ponta Delgada."⁴⁵

C.7.1.3.13. Madalena

Integrado na freguesia sede de concelho, o centro urbano de Madalena, era composto, em Março de 2001, por 2509 habitantes, mais 13,6% dos que em 1991 (mais 300 indivíduos), reforçando a tendência de crescimento já desenhada na década anterior (entre 1981 e 1991 a população cresceu 5,8%).

No mesmo momento, o centro urbano de Madalena, detinha 41% da população total concelhia (mais 4% do que em 1991 e mais 6% do que em 1981) e 17% da população da Ilha.

UNIDADE GEOGRÁFICA	POPULAÇÃO RESIDENTE				
	1981	1991	2001	Tx. VAR. 1981/91 (%)	Tx. VAR. 1991/2001 (%)
Centro Urbano	2097	2209	2509	+ 5,3	+ 13,6
CONCELHO	5977	5964	6136	- 0,2	+ 2,9

Fonte: INE, Recenseamentos Gerais da População, 1981, 1991 e 2001 (Resultados Provisórios)

⁴⁵ Idem

Madalena distingue-se dos outros dois centros mais importantes da ilha – São Roque e Lages, sobretudo pela maior dotação de equipamentos de apoio turístico, mas também devido à maior concentração de serviços públicos regionais.

É o aglomerado mais populoso da ilha do Pico, não só porque reúne condições propícias ao povoamento (por questões de ordem natural), como também pela proximidade de Horta, com quem está preferencialmente relacionada e funcionalmente dependente.

"Embora São Roque e Lages do Pico possuam serviços de apoio à colectividade, garantindo-lhes alguma autonomia funcional, a Madalena diferencia-se sobretudo pela maior dotação de equipamentos de apoio ao turismo e de uma maior concentração de serviços públicos regionais (delegações).

*Registando **140 unidades funcionais (públicas e privadas)**, o que traduz uma estrutura funcional satisfatória para a dimensão do aglomerado, são, todavia, raras as funções polarizadoras relativamente aos outros dois aglomerados principais da ilha⁴⁶*

C.7.1.3.14. São Roque do Pico

Integrado na freguesia sede de concelho, o centro urbano de S.Roque possuía, em Março de 2001, 1358 habitantes, menos 2,4% do que em 1991 (menos 34 pessoas), acompanhando, nesta última década, o comportamento geral do concelho.

UNIDADE GEOGRÁFICA	POPULAÇÃO RESIDENTE				
	1981	1991	2001	Tx. VAR. 1981/91 (%)	Tx. VAR. 1991/2001 (%)
Centro Urbano	1295	1392	1358	+ 7,5	- 2,4
CONCELHO	3678	3675	3629	0,0	- 1,3

Fonte: INE, Recenseamentos Gerais da População, 1981, 1991 e 2001 (Resultados Provisórios)

⁴⁶ Idem

Concentrando 37% da população do concelho (menos 1% do que em 1991) e 9% da ilha do Pico, o centro urbano de São Roque situa-se na costa norte e possui o porto comercial mais importante da ilha, a partir da qual estabelece ligações marítimas com Velas (ilha de São Jorge), Angra do Heroísmo e Horta.

Possui um nível funcional inferior ao do centro urbano de Madalena e idêntico ao das Lages e as interdependências entre estes três centros da ilha não são muito frequentes ao nível das funções públicas, dada a boa distribuição daquelas funções pelos três centros, embora o mesmo não aconteça com as funções centrais do sector privado.

*Efectivamente, "com **74 unidades funcionais (públicas e privadas)**, São Roque possui uma estrutura capaz de oferecer serviços de apoio à colectividade (Escola Secundária, Centro de Saúde, Banca, etc) garantindo-lhe, a este nível autonomia funcional. No que respeita a funções de carácter mais especializado, as relações estabelecem-se com o exterior da ilha (Horta, Angra do Heroísmo e Ponta Delgada)."⁴⁷*

C.7.1.3.15. Lages do Pico

O centro urbano das Lages integra-se espacialmente na freguesia sede de concelho e detinha, à data do último Recenseamento Geral da População, 1780 habitantes, menos 6,9% do que em 1991 (menos 133 indivíduos), acompanhando de perto a tendência de esvaziamento demográfico registada pelo concelho, a partir de 1981. Contudo, como as perdas do centro urbano têm tido uma importância inferior às do concelho, o centro urbano tem vindo progressivamente a ganhar peso demográfico no contexto concelhio. Com efeito, em 2001 aquele concentrava 35% da população total do concelho (+1% do que em 1991 e mais 2% que em 1991).

⁴⁷ Idem

UNIDADE GEOGRÁFICA	POPULAÇÃO RESIDENTE				
	1981	1991	2001	Tx. VAR. 1981/91 (%)	Tx. VAR. 1991/2001 (%)
Centro Urbano	1935	1913	1780	- 1,1	- 6,9
CONCELHO	5828	5563	5041	- 4,5	- 9,4

Fonte: INE, Recenseamentos Gerais da População, 1981, 1991 e 2001 (Resultados Provisórios)

Localizado na costa sul da ilha o centro das Lages dispõe de fraca acessibilidade, devido ao seu afastamento face às principais infraestruturas de acesso ao exterior, contexto geográfico este que lhe cria desvantagens locativas pelo inerente afastamento dos circuitos de transporte de pessoas e de mercadorias com o exterior.

*"Embora sendo o aglomerado da ilha com mais fraca acessibilidade ao exterior, por força do seu afastamento relativamente às infraestruturas marítimas e aéreas, as Lages possuem **66 unidades funcionais (públicas e privadas)** que lhe garantem serviços de apoio à colectividade (Escola Secundária, Centro de Saúde, Bancos, etc). Relativamente a funções de carácter mais raro ou especializado, as relações estabelecem-se com o exterior (Horta, Angra do Heroísmo e Ponta Delgada)."⁴⁸*

C.7.1.3.16. Horta

O centro urbano da Horta é a sede do único concelho da ilha do Faial e integra espacialmente seis freguesias do concelho (Angústias, Conceição, Matriz, Feteira, Flamengos e Praia do Almoxarife), reunindo, à data de Março de 2001, 10316 habitantes, mais 2,7% do que em 1991 (mais 274 indivíduos).

Sendo o quarto centro urbano mais importante em termos demográficos, concentra (2001) 68% da população do concelho (e da ilha) e 4% da população do Arquipélago.

⁴⁸ Idem

UNIDADE GEOGRÁFICA	POPULAÇÃO RESIDENTE				
	1981	1991	2001	Tx. VAR. 1981/91 (%)	Tx. VAR. 1991/2001 (%)
Centro Urbano	10346	10042	10316	-2,9	+ 2,7
CONCELHO	15489	14920	15063	-3,7	+ 1,0

Fonte: INE, Recenseamentos Gerais da População, 1981, 1991 e 2001 (Resultados Provisórios)

Embora desempenhando funções regionais ao nível político e administrativo, o centro urbano da Horta é detentor de uma dimensão funcional e demográfica de teor intermédio no contexto regional. Contudo, as vantagens em termos de localização geográfica, de acessibilidade externa e de estrutura funcional, não obstante este ser de nível intermédio, posicionam-no destacadamente no sistema urbano regional, com principal influência no grupo central.

" (...) a Horta Possui uma importante representação político-administrativa no contexto regional, onde estão sediadas a Assembleia Legislativa Regional e duas das cinco Secretarias Regionais (Agricultura e Pescas e Ambiente).

Com **404 unidades funcionais (públicas e privadas)**, a Horta possui uma estrutura funcional que polariza todos os aglomerados da ilha e, por via da sua localização geográfica e acessibilidade no grupo central, poderá reforçar o nível de oferta de serviços para os aglomerados do triângulo (Pico e São Jorge).

A Horta está dotada com um dos três hospitais da região, prestando assistência em 18 especialidades médicas. A Universidade dos Açores possui um pólo de investigação em oceanografia e pescas, sem funções de docência.⁴⁹

⁴⁹ Idem

C.7.1.3.17. Santa Cruz das Flores

Integrado na freguesia sede de concelho, o centro urbano de Santa Cruz era constituído, em Março de 2001, por 1810 habitantes, mais 0,9% do que em 1991 (mais 17 indivíduos), contrariando o comportamento negativo registado pelo concelho no mesmo período (entre 1991 e 2001 a população do concelho diminuiu 5%).

A ocorrência destas diferenças evidencia o recente reforço do peso populacional de Santa Cruz no contexto concelhio. Com efeito, se em 1991 este centro urbano concentrava 68% da população do concelho, em 2001, este valor ascendeu para 73%.

UNIDADE GEOGRÁFICA	POPULAÇÃO RESIDENTE				
	1981	1991	2001	Tx. VAR. 1981/91 (%)	Tx. VAR. 1991/2001 (%)
Centro Urbano	1679	1793	1810	+ 6,8	+ 0,9
CONCELHO	2456	2628	2493	+ 7,0	- 5,1

Fonte: INE, Recenseamentos Gerais da População, 1981, 1991 e 2001 (Resultados Provisórios)

A estrutura funcional deste centro é de nível básico, no entanto, este desempenha um papel muito importante de apoio à ilha do Corvo, que se situa a 24Km, distância que para ser ultrapassada, através de ligações marítimas ou aérea, está fortemente dependente das condições atmosféricas. Esta extrema dependência do centro urbano do Corvo relativamente a Santa Cruz não deverá ser alterada dada a reduzida dimensão demográfica daquele centro que, a não ser que cresça muito, não justifica a dotação de determinado comércio e serviços, de forma a torná-lo autónomo.

*"(...) Santa Cruz possui **232 unidades funcionais (públicas e privadas)**, o que lhe garante autonomia funcional, dada a sua quantidade e diversidade, polarizando quer as Lages, quer o Corvo, em particular nas funções de ensino (Secundário) e saúde (Centro de Saúde). Embora ambos os aglomerados da ilha possuam delegações da Administração Regional, o maior número de serviços encontra-se em Santa Cruz.*

Contudo, o recente processo de desactivação das estruturas militares de rastreio de

*satélites franceses terá provocado uma redução das unidades funcionais e dos postos de trabalho com consequências no comércio e nos serviços. No que concerne a funções de carácter mais raro ou especializado, as relações estabelecem-se com o exterior da ilha, nomeadamente com a Horta, Angra do Heroísmo e Ponta Delgada.*⁶⁰

C.7.1.3.18. Lages das Flores

O centro urbano das Lages é o segundo centro da ilha das Flores e circunscreve-se à freguesia das Lages. Em Março de 2001 era composto por 540 habitantes, menos 15,8% do que em 1991 (menos 101 indivíduos), acompanhando, desta forma, o crescimento negativo do concelho, nas duas últimas décadas. Na mesma data, este centro concentrava 36% da população total concelhia e 14% da população da ilha.

UNIDADE GEOGRÁFICA	POPULAÇÃO RESIDENTE				
	1981	1991	2001	Tx. VAR. 1981/91 (%)	Tx. VAR. 1991/2001 (%)
Centro Urbano	659	641	540	- 2,7	- 15,8
CONCELHO	1896	1701	1502	- 10,3	- 11,7

Fonte: INE, Recenseamentos Gerais da População, 1981, 1991 e 2001 (Resultados Provisórios)

*"Dotado com **50 unidades funcionais (públicas e privadas)**, possui serviços de apoio à colectividade que lhe garantem uma autonomia funcional, embora no que toque a serviços públicos (ensino, saúde) e a determinado tipo de comércio ocasional, as relações estabelecem-se com Santa Cruz. Relativamente a funções mais especializadas, as relações estabelecem-se com o exterior da ilha, nomeadamente com Horta, Angra do Heroísmo e Ponta Delgada.*⁶¹

⁵⁰ Idem

⁵¹ Idem

C.7.1.3.19. Corvo

Sendo o único centro urbano da ilha, possuía, em Março de 2001, 425 habitantes, mais 8,1% do que em 1991 (mais 32 pessoas).

São evidentes as condições de isolamento e a forte dependência funcional deste centro urbano face ao restante território regional, sendo as relações preferenciais estabelecidas com Santa Cruz das Flores, centro urbano geograficamente mais próximo.

UNIDADE GEOGRÁFICA	POPULAÇÃO RESIDENTE				
	1981	1991	2001	Tx. VAR. 1981/91 (%)	Tx. VAR. 1991/2001 (%)
Centro Urbano	370	393	425	+ 6,2	+ 8,1
CONCELHO	370	393	425	+ 6,2	+ 8,1

Fonte: INE, Recenseamentos Gerais da População, 1981, 1991 e 2001 (Resultados Provisórios)

*"Com 18 unidades funcionais, maioritariamente públicas, as actividades económicas, para além da construção civil, pesca, criação de gado e produção de queijo, incluem um pequeno número de estabelecimentos comerciais que fornecem bens que vão desde o gás e combustíveis até ao vestuário e produtos alimentares, estando todos os outros serviços, mesmo os de carácter eminentemente privado (restaurante, café, padaria, etc.), a cargo da Câmara Municipal. (...) Em termos funcionais a dependência do Corvo face ao exterior é muito significativa, limitando a sua autonomia ao nível das funções básicas."*⁵²

⁵² Idem

C.7.1.3.20. Número de Ordem dos Centros Urbanos em Função da Dimensão Demográfica

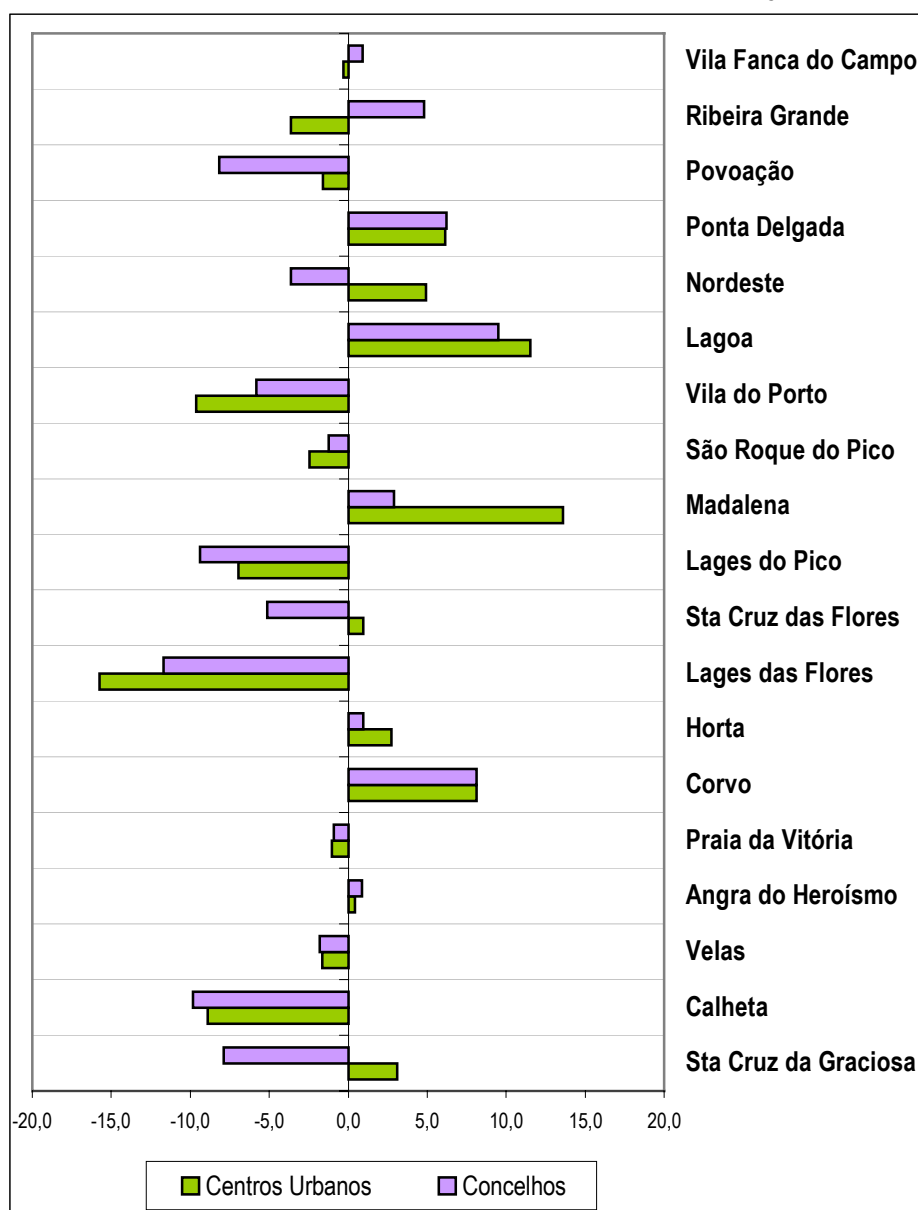
A diferenciação dos níveis hierárquicos dos centros urbanos pela importância das suas funções está fortemente correlacionada com a importância demográfica dos próprios centros, na medida em que a dinâmica do aparecimento das funções centrais se relaciona directamente com as flutuações populacionais.

Quando se pretende pormenorizar o conhecimento das principais variações populacionais ocorridas na última década, é importante analisar conjuntamente as diferenças ocorridas nos vários centros urbanos versus as variações ocorridas nos respectivos concelhos.

A Figura seguinte, a título esquemático e global, sem preocupação do conhecimento preciso dos números (apresentados, caso a caso, no ponto anterior), ao permitir identificar as principais diferenças e/ou semelhanças, releva os seguintes grupos de comportamento:

- centros urbanos com idêntico sentido de evolução (positivo) do concelho, traduzindo uma dinâmica de crescimento generalizado: Ponta Delgada, Lagoa, Madalena, Horta, Angra do Heroísmo e Corvo;
- *centros urbanos com sentido de crescimento contrário ao do concelho*: Vila Franca do Campo, Ribeira Grande, Nordeste, Santa Cruz das Flores e Santa Cruz da Graciosa;
- *centros urbanos com idêntico sentido de evolução (negativo) do concelho*, traduzindo um generalizado esvaziamento demográfico e incapacidade de fixação de população: Povoação, Vila do Porto, São Roque do Pico, Lages do Pico, Lages das Flores, Praia da Vitória, Velas e Calheta.

FIGURA 49 - EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO ENTRE 1991 E 2001 NOS CONCELHOS E RESPECTIVOS CENTROS URBANOS DO ARQUIPÉLAGO DOS AÇORES



Fonte: PROTA; INE, XIV Recenseamento Geral da População e IV da Habitação, 2001 (Resultados Provisórios).

O crescimento positivo da população urbana foi uma realidade nas duas últimas décadas. Contudo, na década de 90 foi superior, devendo-se ao facto de, neste período, o centro de Ponta Delgada, ao contrário do que sucedeu na década anterior, ter visto reforçada a sua polarização no conjunto do Arquipélago. Com efeito, dos 3191 indivíduos que na década de 90 vieram a integrar os dezanove centros urbanos da Região considerados nesta abordagem, cerca de 86% deslocou-se para Ponta Delgada.

Reportando a análise das variações populacionais de cada um dos dezanove centros urbanos analisados às duas últimas décadas, é possível identificar quatro grandes grupos de comportamento diferenciado:

- centros urbanos que reforçam dinâmicas positivas, com crescimentos ascendentes nas duas décadas: Santa Cruz da Graciosa, Angra do Heroísmo, Corvo, Santa Cruz das Flores, Madalena e Lagoa;
- centros urbanos com crescimento negativo na década de 80, mas com recuperação na década de 90: Ponta Delgada, Horta e Nordeste;
- centros urbanos com crescimento positivo na década de 80, mas com inversão de tendência na década de 90: Calheta, Velas e São Roque do Pico;
- centros urbanos tendencialmente em regressão: Lages das Flores, Lages do Pico, Vila do Porto, Povoação, Ribeira Grande, Vila Franca do Campo e Praia da Vitória.

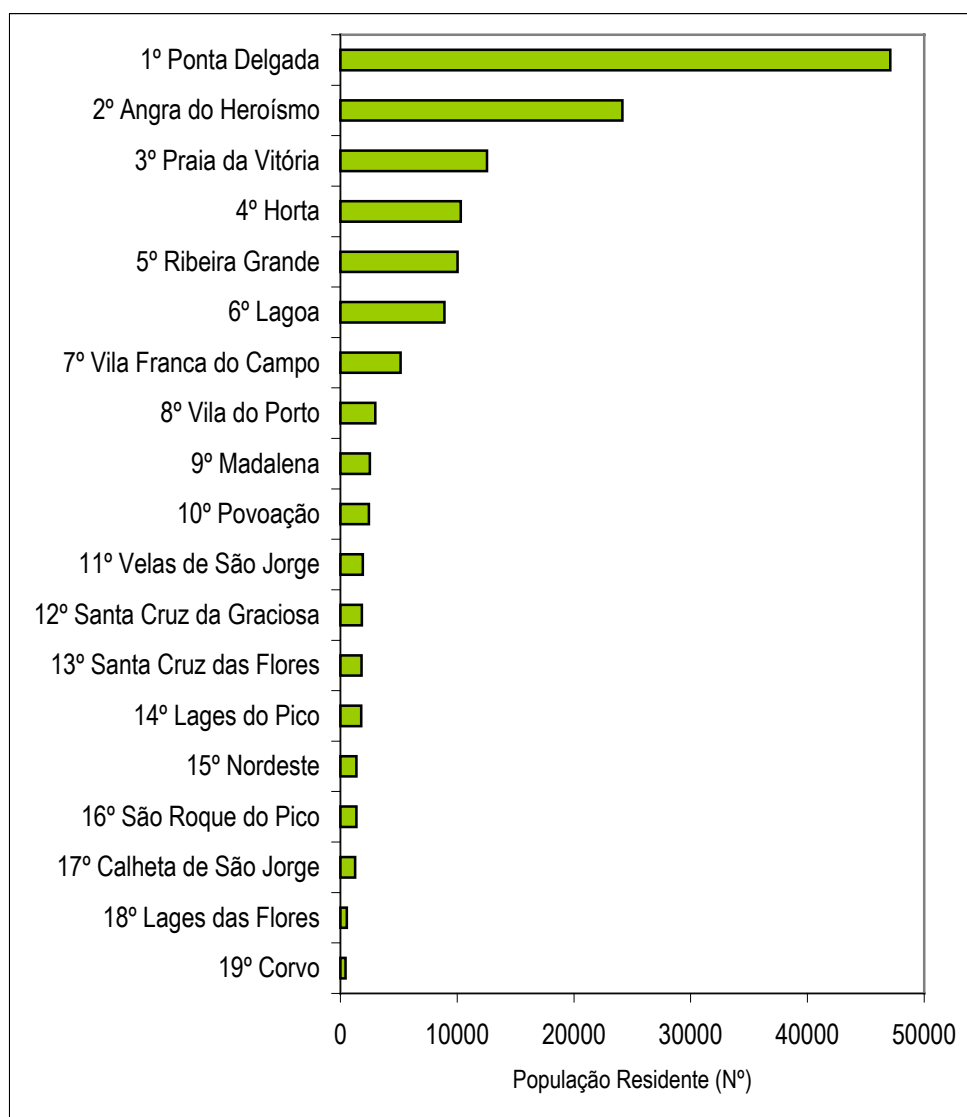
Quadro 10 - Evolução da População entre 1981 e 2001 nos Centros Urbanos do Arquipélago dos Açores

CENTROS URBANOS	POPULAÇÃO RESIDENTE			PESO (%) 2001	Tx.VAR. 81/91 (%)	Tx. VAR. 91/2001(%)
	1981	1991	2001			
STA CRUZ DA GRACIOSA	1607	1783	1838	38.5	11.0	3.1
CALHETA	1184	1371	1249	30.7	15.8	-8.9
VELAS	1842	1961	1929	34.4	6.5	-1.6
ANGRA DO HEROÍSMO	21441	24040	24142	67.9	12.1	0.4
PRAIA DA VITÓRIA	12691	12680	12549	62.0	-0.1	-1.0
CORVO	370	393	425	100.0	6.2	8.1
HORTA	10346	10042	10316	68.5	-2.9	2.7
LAGES DAS FLORES	659	641	540	36.0	-2.7	-15.8
STA CRUZ DAS FLORES	1679	1793	1810	72.6	6.8	0.9
LAGES DO PICO	1935	1913	1780	35.3	-1.1	-7.0
MADALENA	2097	2209	2509	40.9	5.3	13.6
SÃO ROQUE DO PICO	1295	1392	1358	37.4	7.5	-2.4
VILA DO PORTO	3468	3316	2997	53.7	-4.4	-9.6
LAGOA	7750	7983	8902	63.0	3.0	11.5
NORDESTE	1527	1318	1383	26.1	-13.7	4.9
PONTA DELGADA	45882	44375	47106	71.5	-3.3	6.2
POVOAÇÃO	2682	2481	2441	36.3	-7.5	-1.6
RIBEIRA GRANDE	10898	10399	10023	35.2	-4.6	-3.6
VILA FRANCA DO CAMPO	5338	5183	5167	46.3	-2.9	-0.3
TOTAL	134691	135273	138464	-	0.4	2.4

Fonte: PROTA; INE, XIV Recenseamento Geral da População e IV da Habitação, 2001 (Resultados Provisórios)

O número de ordem de cada um dos dezanove centros urbanos do Arquipélago dos Açores, em função da sua importância demográfica, em 2001, encontra-se graficamente sistematizado na Figura seguinte.

FIGURA 50 - Nº DE ORDEM DOS CENTROS URBANOS EM FUNÇÃO DA SUA DIMENSÃO DEMOGRÁFICA



Fonte: INE, XIV Recenseamento Geral da População e IV da Habitação, 2001 (Resultados Provisórios)

C.7.1.3.21. Número de Ordem dos centros Urbanos em Função da Importância Funcional

O escalonamento urbano de uma rede de centros, tendo por base, unicamente, as dinâmicas demográficas, resultaria incompleto se não fosse analisada a situação dos núcleos urbanos, ao nível da oferta de bens, serviços e equipamentos, quer do sector privado, quer do sector público.

As funções centrais que representam o resultado da iniciativa empresarial de entidades privadas assumem-se como os grandes indicadores da dinâmica funcional de cada centro (serviços e unidades comerciais retalhistas). Esta imagem resulta da grande flexibilidade da iniciativa privada que se adapta com certa facilidade e rapidez às variações e às potencialidades de cada lugar, em termos de importância demográfica e económica.

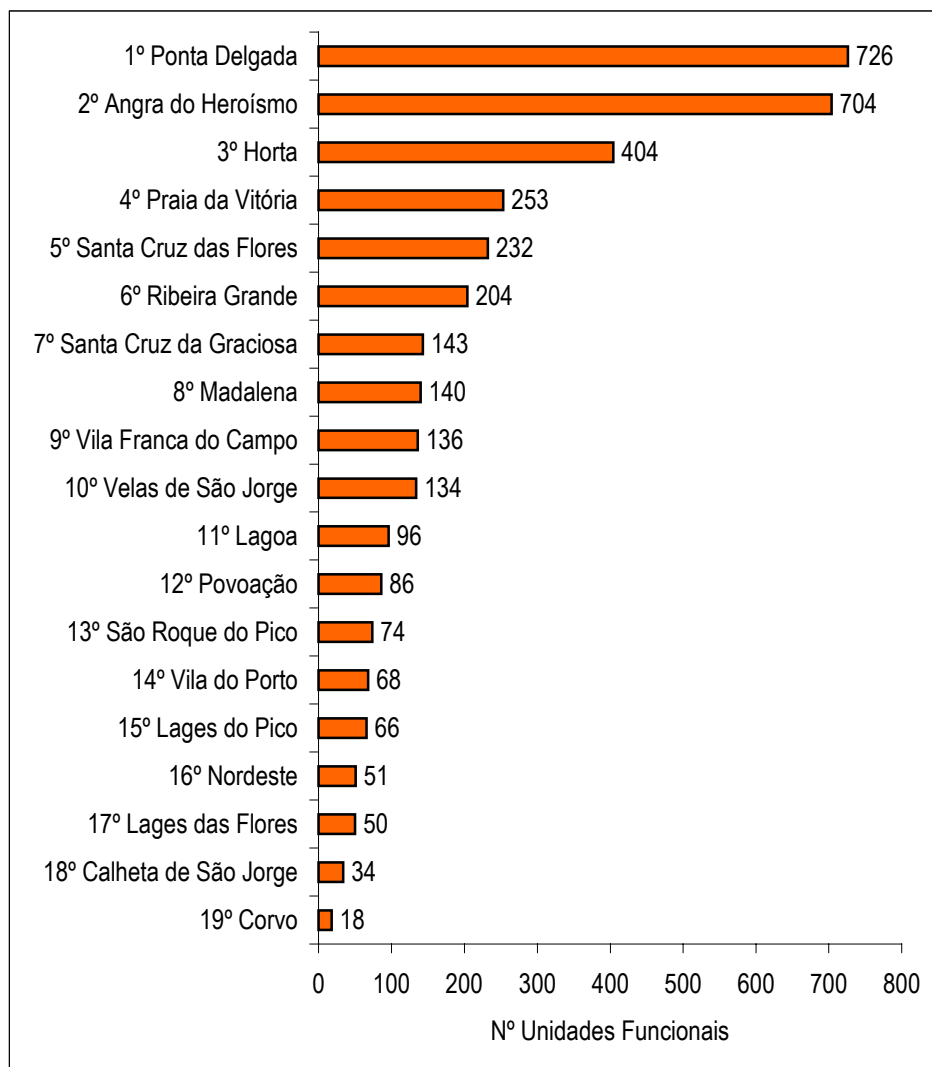
As funções centrais do sector público são aquelas que dizem respeito basicamente a serviços e equipamentos de uso colectivo, e enquanto tal, possuem uma componente social muito importante. A sua localização depende, essencialmente, de factores administrativos, muito embora esteja subjacente a tentativa de racionalização económica dos investimentos públicos.

A caracterização funcional dos centros pela ocorrência de equipamentos colectivos transmite, frequentemente, uma imagem desajustada da importância real do lugar central. Muito facilmente se pode constatar a existência de casos em que a dinâmica demográfica e sócio-económica de um centro não corresponde ao nível de equipamentos públicos existentes, quer por defeito, quer por excesso. Daí, a análise dos centros urbanos pela ocorrência de funções centrais do sector privado, dever ser feita em conjunto com as funções centrais do sector público.

O número de ordem de cada um dos dezanove centros urbanos da Região Autónoma dos Açores, tendo por referência a sua importância funcional (à data de 1997), encontra-se sistematizado na figura seguinte.

FIGURA 51 - Nº DE ORDEN DOS CENTROS DE ACORDO COM AS FUNÇÕES CENTRAIS PÚBLICAS E PRIVADAS

Fonte: PROTA (Levantamento Funcional de 1997)



C.7.1.4. Estrutura do Sistema Regional de Centros

Tendo em conta o que foi mencionado no ponto inicial deste capítulo, a abordagem realizada nesta matéria, assumindo a incidência regional do Plano de Ordenamento Turístico dos Açores, considerou-se que a rede regional é constituída por uma estrutura hierarquizada de centros, em que cada centro tem um papel específico no desenvolvimento equilibrado do Arquipélago. Com efeito, pretende-se que a

estruturação hierarquizada dos centros urbanos possa vir a beneficiar a circulação interna e externa de pessoas, bens e informação, num território que se singulariza pela descontinuidade espacial, facto que condiciona ainda fortemente o desenvolvimento das várias ilhas do território regional.

Nesta fase de desenvolvimento do Plano, apresenta-se o que se considera ser a estrutura actual da rede de centros urbanos, a qual, na próxima fase do trabalho, será reanalisada no sentido de enquadrar e consubstanciar as propostas finais do POT.

Os indicadores equacionados nesta abordagem foram: (i) a dimensão territorial das várias ilhas e dos centros urbanos; (ii) a dimensão populacional; (iii) a importância funcional; (iv) a acessibilidade inter-ilhas e com o exterior; e (v) a posição e dispersão geográfica das ilhas.

A avaliação conjunta destas condicionantes conduziu à definição de dois sistemas regionais: um sistema para o Arquipélago, considerado na sua totalidade, e um sistema para cada uma das nove ilhas.

O **sistema urbano para o Arquipélago** define dois níveis de estruturação: os Centros Regionais e os Centros sub-regionais. Estes centros, para além da dimensão demográfica e funcional, possuem uma área de influência que ultrapassa a própria ilha e, assumindo uma função estruturante na circulação regional de pessoas, bens e informação, garantem uma melhor articulação funcional no interior da região e desta com o exterior.

Assim, para além das características estruturo-funcionais, os níveis de centralidade foram definidos com base nos saldos dos movimentos pendulares de trabalhadores e estudantes entre os 19 concelhos em 1991⁵³, que permitiram definir quais os pólos mais atractivos dentro da região.

Foram, assim, definidos os centros que se relacionam com o maior número de centros exteriores a cada ilha, tendo em conta a concentração geográfica das relações entre as ilhas, a importância estratégica de cada centro urbano, a sua dimensão demográfica e a importância das suas estruturas funcionais.

O centro regional é indiscutivelmente Ponta Delgada. Os centros sub-regionais

⁵³ Ainda não são conhecidos os mesmos movimentos em 2001.

definidos, em função de níveis diferentes de importância dos parâmetros anteriormente definidos, possuem três níveis: I) Angra do Heroísmo; II) Horta e; III) Santa Cruz das Flores.

Quadro 11 - Sistema Urbano do Arquipélago

CENTRO REGIONAL	PONTA DELGADA
CENTRO SUB-REGIONAL	NÍVEL I – ANGRA DO HEROÍSMO
	NÍVEL II - HORTA
	NÍVEL III – SANTA CRUZ DAS FLORES

O **sistema urbano para cada uma das ilhas**, teve como base a metodologia definida no PROTA. Assim, e de acordo com aquele documento, "(...) para identificar e classificar os centros urbanos de forma qualitativa, foi necessário conceber um quadro de estruturas funcionais diferenciadas, através de uma tipologia de centros que permitisse enquadrar os centros urbanos em função da dimensão populacional, da importância e especialização das funções urbanas, cujas características estruturais se pudessem distinguir qualitativamente. A classificação hierárquica assenta em quatro tipos de estruturas funcionais adaptadas à escala regional: Centro Superior, Centro Intermédio, e Centro Básico"⁵⁴ (Quadro 7.3).

Após a descrição da tipologia "qualitativa", esta foi articulada com o processo "quantitativo", que basicamente se baseia na definição de um "Índice Urbano"⁵⁵ que permite diferenciar os vários tipos de centros em função da sua importância demográfica e funcional.

⁵⁴ PROTA,(Anexo II do Volume I, pág. 245)

⁵⁵ A = Somatório da População/19 Centros = Média da População; B = Somatório das Unidades Funcionais/19 Centros = Média das Unidades Funcionais; C = Unidades Funcionais do Centro/A = Peso Relativo da População do Centro; D = Unidades Funcionais do Centro/B = Peso Relativo das Unidades Funcionais do Centro; **Índice Urbano = (C+D)/2**

Quadro 12 - Quadro do PROTA, com a classificação dos Centros Urbanos

TIPOLOGIA DOS CENTROS URBANOS				
Estrutura Funcional	Centro Superior	Centro Intermédio	Centro Básico	Centro com Funções Básicas
<i>População</i>	> 20 000	> 10 000	< 10 000	> 1 000
<i>Acessibilidades</i>	Acesso directo ou <20' a porto ou aeroporto com ligações regulares ao exterior; Terminal de transportes colectivos rodoviários.	Acesso directo ou <20' a porto ou aeroporto com ligações regulares ao exterior; Via rápida com ligação aos centros superiores; Entrepasto de transportes colectivos rodoviários.	Acesso indirecto ou directo ou >20' a porto ou aeroporto com ligações regulares ao exterior; Acesso à rede viária estruturante.	Acesso directo ou <50' a porto ou aeroporto com ligações regulares ao exterior; Regularidade de transportes colectivos rodoviários.
Mercado de Trabalho	> 7 500 postos de trabalho;	3 500 postos de trabalho;		
Tipo de Oferta	Oferta diversificada de postos de trabalho com qualificação superior; Disponibilidade de mão-de-obra local qualificada.	Oferta de postos de trabalho com qualificação média/superior; Escassa disponibilidade de mão-de-obra local qualificada.	Oferta limitada de postos de trabalho; Disponibilidade de mão-de-obra local não qualificada.	Oferta limitada de postos de trabalho; Disponibilidade de mão-de-obra local não qualificada.
<i>Movimento Pendular</i>	Positivo	Equilibrado/negativo	Equilibrado/negativo	Equilibrado/negativo
Organismos do Estado				
Tribunais	1ª Instância/Trabalho	1ª Instância	1ª Instância	
Finanças	Direcção/Repartição	Repartição	Repartição	
Administração Regional	Sede	Sede	Delegação/Serviços	
Administração Local	Câmara Municipal	Câmara Municipal	Câmara Municipal	Junta de Freguesia
Segurança Pública				
PSP	Comando	Divisão/Secção	Esquadra	Posto de Segurança Pública
Bombeiros	Quartel de Bombeiros	Quartel de Bombeiros	Quartel de Bombeiros	
<i>Equipamentos e Serviços Urbanos</i>				
<i>Ensino</i>	Superior/Politécnico	Secundário	Secundário/Básico	Básico
Cultura e Recreio	Biblioteca/Arquivo; Museu; Teatro/Cinema; Espaço p/ exposições e congressos	Cinema; Casa de Espectáculos; Casa da Cultura e da Juventude.	Biblioteca Municipal; Pavilhão multifuncional.	Associação recreativa; Sala Polivalente.
Desporto	Instalações desportivas especializadas para a competição.	Pavilhão Polidesportivo; Piscina.	Pavilhão; Campo para pequenos e grandes jogos.	Sala de desportos; Campo para pequenos e grandes jogos.
Saúde	Hospital c/ diversificação de Valências médicas; Institutos de Saúde.	Hospital/Centro de Saúde; Farmácia.	Centro de Saúde /Posto de Saúde; Farmácia	Posto de Saúde; Venda de produtos farmacêuticos.
Comércio e Serviços	Centro de distribuição postal; Sedes de empresas públicas regionais; Filiais de bancos e seguradoras nacionais; Grandes superfícies comerciais; Cash & Carry; Comércio especializado.	Agências de bancos e seguradoras nacionais e regionais; Supermercado; Comércio de Consumo ocasional.	Agências/delegação de bancos e seguradoras nacionais e regionais; Comércio de abastecimento diário/ocasional.	Posto CTT/estação telefónica; Comércio de abastecimento diário; Café/restaurante.

Quadro 13 - Índice Urbano de cada centro

CENTROS URBANOS	<i>População</i> 2001	UNID. FUNC. (1997)	PESO RELATIVO POPULAÇÃO	PESO RELATIVO UNID.FUNC.	ÍNDICE URBANO
PONTA DELGADA	47106	726	6.46	3.82	5.14
ANGRA DO HEROÍSMO	24142	704	3.31	3.71	3.51
HORTA	10316	404	1.42	2.13	1.77
PRAIA DA VITÓRIA	12549	253	1.72	1.33	1.53
RIBEIRA GRANDE	10023	204	1.38	1.07	1.22
LAGOA	8902	96	1.22	0.51	0.86
STA CRUZ DAS FLORES	1810	232	0.25	1.22	0.73
VILA FANCA DO CAMPO	5167	136	0.71	0.72	0.71
MADALENA	2509	140	0.34	0.74	0.54
STA CRUZ DA GRACIOSA	1838	143	0.25	0.75	0.50
VELAS	1929	134	0.26	0.71	0.48
VILA DO PORTO	2997	68	0.41	0.36	0.38
POVOAÇÃO	2441	86	0.33	0.45	0.39
LAGES DO PICO	1780	66	0.24	0.35	0.30
SÃO ROQUE DO PICO	1358	74	0.19	0.39	0.29
NORDESTE	1383	51	0.19	0.27	0.23
CALHETA	1249	34	0.17	0.18	0.18
LAGES DAS FLORES	540	50	0.07	0.26	0.17
CORVO	425	18	0.06	0.09	0.08
TOTAL	138464	3619	-	-	-

Notas: Média da População - 7288; Média das Unidades Funcionais - 190.

Fonte: INE, XIV Recenseamento Geral da População e IV da Habitação, 2001 (Resultados Provisórios); PROTA.

Sendo a média do "Índice Urbano", dos dezanove centros, igual a 1, este valor serviu de referência para a distinção de centros, de acordo com a tipologia qualitativa. Assim:

- Os centros urbanos cujo "Índice Urbano" é superior a 3 enquadram-se na tipologia dos Centros Superiores;
- Os centros urbanos cujo "Índice Urbano" se situa entre 1 e 3, enquadram-se na tipologia dos Centros Intermédios;
- Os centros cujo "Índice Urbano" é inferior a 1 enquadram-se na tipologia de Centros Básicos. Neste caso, dado a grande amplitude de valores sentiu-se a necessidade de distinguir dois níveis, tendo-se calculado a média do "Índice

Urbano” dos 14 centros básicos e com base nesta, definiram-se os Centros Básicos de Nível I (Com I.U. superior à média do I.U. dos 14 centros) e os Centros Básicos de Nível II (com I.U. inferior à média do I.U. dos 14 centros).

Assim,

- **Centro Superior** – é o centro mais importante do sistema urbano, detentor das funções públicas e privadas de nível superior;
- **Centro Intermédio** – é o polo alternativo ao Centro Superior que permite a articulação com o centro hierarquicamente inferior;
- **Centro Básico** – é o nível mais baixo da hierarquia, o qual se articula preferencialmente com o Centro Intermédio.

Na grelha seguinte apresenta-se a hierarquia dos centros urbanos do Arquipélago, por ilha:

Quadro 14 - Sistema Urbano Regional (por ilha):

Ilha \ Níveis	Corvo	Faial	Flores	Graciosa	Pico	Santa Maria	São Jorge	São Miguel	Terceira
Centro Superior								Ponta Delgada	A. Heroísmo
Centro Intermédio		Horta						Ribeira Grande	P. Vitória
Centro Básico I			Sta Cruz	Sta Cruz	Madalena		Velas	Lagoa V.F.Campo	
Centro Básico II	Corvo		Lages		São Roque Lages	Vila do Porto	Calheta	Nordeste Povoação	

Uma vez que a abordagem realizada no âmbito do PROTA foi actualizada com a introdução dos dados relativos à população dos centros urbanos em 2001 (Resultados Provisórios do XIV Recenseamento Geral da População, INE), verificou-se uma

pequena alteração relativa à integração de dois centros num nível diferente daquele em que se encontravam no PROTA (com base nos dados populacionais de 1991). Com efeito, os Centros de Povoação e Vila do Porto que se integravam nos Centros Básicos de Nível I, devido à diminuição significativa dos seus efectivos, passaram a integrar os Centros Básicos de Nível II.

C.7.2. POVOAMENTO

Neste capítulo pretende-se efectuar uma avaliação e caracterização do tipo e estrutura do povoamento, e também uma breve abordagem do parque edificado nas suas diversas vertentes (usos, pisos e estado de conservação).

O estudo é apoiado e fundamentado em elementos bibliográficos, observação do local, dados fornecidos pelo PROTA e informações retiradas dos PDM's em vigor e em elaboração.

Importa, antes de mais, perceber como se processou o povoamento nas diferentes ilhas que compõem o arquipélago, e o modo como o sector turístico se desenvolveu no contexto desse povoamento.

C.7.2.1. Estrutura e Tipo de Povoamento

O povoamento do arquipélago teve origem e acompanhou de perto, e como é natural, as características do território. Instintivamente surgiu associado às principais zonas onde foi possível chegar e fixar portos e, em simultâneo, explorar os solos de maior potencial agrícola.

A sua localização estratégica no Atlântico, o encontro entre os solos produtivos e o mar, ambos como meio de subsistência, e o último como "via" de acesso e comunicação, constituíram o binómio que fez deste arquipélago, apesar da sua descontinuidade e orografia com muitas zonas adversas, um território apetecível para a

fixação humana.

Numa leitura global pode-se afirmar que a configuração e tendência dominante da ocupação do território é o povoamento linear pontuado, em locais orograficamente privilegiados, por aglomerados de formas coesas e bem definidas. Este tipo de povoamento é muito claro:

No Faial - a maior densidade verifica-se a sudeste, com um povoamento mais nucleado na Horta. No restante território o povoamento faz-se de forma linear constituindo uma coroa apoiada na principal via que circunda a ilha. A rede viária corresponde a essa via periférica, da qual irradiam diversas penetrações para o interior assumindo, a nascente, a aparência de uma teia orgânica;

Na Graciosa o povoamento é linear/tentacular, com desenvolvimento perpendicular à costa, atravessando o território em várias direcções;

No Pico, assiste-se também a uma tendência clara para o povoamento linear, ao longo da orla costeira, formando uma cintura que se acentua na Madalena (costa oeste).

Em S. Miguel o povoamento constitui, igualmente, uma cintura que envolve a totalidade da ilha, apresentando uma linearidade mais acentuada na metade poente desta, enquanto a nascente o povoamento se caracteriza pela existência de uma grande quantidade de núcleos edificados individualizados, mas muito próximos entre si, induzindo uma leitura de povoamento contínuo. Existem contudo, e com carácter excepcional, dois aglomerados, no interior da ilha (Sete Cidades e Furnas). As ramificações de povoamento, da costa para o interior, processam-se com maior expressão em Ponta Delgada e Povoação. No que concerne à rede viária, esta é vasta e atravessa a ilha, no sentido Norte/Sul, em diversas zonas do território;

Na Terceira, o povoamento privilegia a orla costeira, com particular incidência a sul e este. Formando uma coroa quase fechada, apresenta diversas penetrações, de forma tentacular, para o interior do território, nas imediações dos principais aglomerados (Angra do Heroísmo e Praia da Vitória). A rede viária principal envolve e cruza a ilha, havendo diversas ramificações de vias hierarquicamente inferiores.

O Corvo, Flores, S^a Maria e S. Jorge, constituem excepções, uma vez que apresentam características próprias e diferenciadas:

O Corvo, pela particularidade do povoamento se resumir a um único aglomerado, na

ponta sul, e a uma escassa rede viária, que apenas assegura a cobertura de parte da ilha (Sul/Este);

As Flores, pelo povoamento constituído por pequenos núcleos que pontuam a orla costeira, com maior incidência e dimensão a este e sudeste.

S. Jorge, pelo povoamento rarefeito, que privilegia uma ocupação na costa sul e ponta este da ilha. É um povoamento misto, onde pequenos núcleos edificadas alternam com faixas, também pequenas, de ocupação linear. Velas é, sem dúvida, o aglomerado mais concentrado;

S^a Maria, pela dualidade de situações, ambas distintas do típico povoamento do arquipélago. O aglomerado de Vila do Porto, de maiores dimensões e com contornos bem definidos, contrasta com a forma de povoamento da restante ilha, que se processa através de numerosos pequenos núcleos edificadas, que “polvilham” o território. Assiste-se assim a um povoamento disperso.

De seguida faz-se uma caracterização mais detalhada e abrangente do povoamento de cada ilha.

C.7.2.1.1. Ilha do Corvo

A ilha do Corvo é a mais pequena de toda a RAA, tendo como superfície somente 17,12 km². Situa-se no grupo ocidental, e possui um único aglomerado urbano com cerca de quatro centenas de habitantes.

Administrativamente é formada por um único concelho, o Corvo, que apresenta a menor densidade populacional dos Açores.

Vila Nova do Corvo é uma pequena vila, assente na escarpa sul da ilha, composta por pequenas ruelas, denominadas localmente por canadas. A vila localiza-se junto ao porto, muito perto do aeródromo, únicos locais de acesso à ilha.

FIGURA 52 - VISTA PANORÂMICA DE VILA NOVA DO CORVO



(Fonte: site <http://www.multi.pt/bit9/guiadosacores>)

O núcleo mais antigo da vila apresenta uma estrutura orgânica com maior densidade, enquanto que as edificações mais recentes estão mais dispersas e localizam-se ao longo dos arruamentos periféricos.

FIGURA 53 - VISTA PANORÂMICA DO NÚCLEO ANTIGO DE VILA NOVA DO CORVO



(Fonte: site <http://www.inventario.iacultura.pt/fichas/>)

C.7.2.1.2. Ilha do Faial

A ilha do Faial é uma das "portas de entrada" da Região Autónoma dos Açores, beneficiando de infraestruturas aéreas e consequentes ligações directas com o exterior. Localizada no grupo central, estende a sua área de influência às ilhas que com ela constituem o denominado Triângulo – Pico e São Jorge.

Assim, a sua localização geográfica e a proximidade com as ilhas do Pico e São Jorge, com especial relevo para ilha do Pico, assumem uma elevada importância na circulação de pessoas e bens, facto que é exponenciado pela "cosmopolita" marina da Horta.

Salienta-se ainda o facto da Horta ser um importante centro administrativo da RAA, aí se localizando a sede do Parlamento Regional dos Açores.

A ilha proporciona-nos um contraste paisagístico único no arquipélago, entre a paisagem árida dos Capelinhos, fruto da erupção vulcânica de 1957/58 e a restante paisagem de vegetação exuberante.

FIGURA 54 - VISTA DA MARINA DA CIDADE DA HORTA



A Horta é o único concelho da ilha, sendo constituído por treze freguesias, três delas de carácter unicamente urbano – Conceição, Matriz e Angústias – que concentram aproximadamente 40% da população da ilha. No entanto, salienta-se que as freguesias adjacentes à cidade da Horta: Feteira, Flamengos e Praia do Almojarife, apresentam no seu conjunto valores demográficos que correspondem a cerca de 25% da

população, cabendo às outras sete freguesias (Capelo, Castelo Branco, Pedro Miguel, Ribeirinha, Salão, Cedros e Praia do Norte), densidades populacionais mais baixas.

O povoamento desta ilha é determinado pela presença do aglomerado mais importante que é a cidade da Horta, estendendo-se ao restante território através de aglomerados de menor dimensão que se desenvolvem de forma linear ao longo das estradas.

A cidade da Horta exerce uma influência sobre todos os outros aglomerados urbanos da ilha do Faial, já que monopoliza praticamente todos os serviços e actividades comerciais da ilha.

O núcleo antigo da cidade da Horta apresenta uma estrutura urbana reticulada, usufruindo de uma topografia sem grandes oscilações, junto à marginal, onde se situam as principais actividades comerciais. Daí partem íngremes arruamentos que vencem as escarpas que têm constituído as áreas de expansão da cidade.

A maioria das restantes povoações apresenta um cariz rural, encontrando-se disseminadas pelas estradas que circundam a ilha, fazendo uma coroa ao longo da faixa litoral.

FIGURA 55 - VISTA DO MIRADOURO DA ESPALAMACA SOBRE A CIDADE DA HORTA



Estas povoações localizam-se sempre na orla costeira, mas situadas em cotas elevadas, com excepção para a estância termal do Varadouro e para a Praia do Almojarife que se localizam junto à margem e que constituem áreas de lazer balnear,

oferecendo condições de permanência através de casas de turismo de habitação, no Varadouro, e do parque de campismo, em Almoxarife.

Na generalidade, as povoações de índole rural são de origem remota e constituídas por edifícios isolados de habitação unifamiliar com um ou dois pisos, que revelam um estado de conservação razoável.

Contudo, ainda persistem em alguns núcleos urbanos marcas do sismo de 1998, que têm vindo a desaparecer com a reconstrução do edificado.

Na cidade da Horta verifica-se a existência de alguma habitação colectiva, mas sem expressão no contexto global da cidade, que é formada essencialmente por edifícios em banda que definem os arruamentos, e que se encontram na sua maioria num bom estado de conservação.

C.7.2.1.3. Ilha das Flores

A ilha das Flores encontra-se no extremo mais ocidental da RAA e da Europa. A superfície é de 143,11 km², com o comprimento de 17 km e 12,5 km de largura máxima. Está situada a 21º 59' de longitude oeste e a 39º 25' de latitude norte.

A Ilha das Flores diferencia-se paisagisticamente das restantes ilhas da região, predominantemente por dois motivos: (i) a presença constante de linhas de água, destacando-se as magníficas quedas de água localizadas na Fajã Grande, e (ii) pelo esplendor que as manchas de hortênsias, que separam os diversos pastos, proporcionam nos meses de Maio a Setembro.

Dividida administrativamente em dois concelhos (Santa Cruz das Flores e Lages das Flores), e onze freguesias (Ponta Delgada, Cedros das Flores, Santa Cruz das Flores e Caveira, pertencentes ao concelho de Santa Cruz das Flores; e Lomba, Fazenda, Lages das Flores, Lajedo, Mosteiros, Fajãzinha e Fajã Grande, freguesias do concelho Lages das Flores), a estrutura de povoamento da ilha assenta em 2 pólos centralizadores (Santa Cruz das Flores e Lages das Flores), que se complementam funcionalmente entres si, evitando-se uma duplicação de serviços e investimentos. O povoamento do restante território caracteriza-se pela presença de alguns pequenos aglomerados de

cariz rural.

A localização de todos os aglomerados urbanos faz-se junto à faixa litoral, com maior incidência na zona nascente da ilha, onde se situam as duas sedes de concelho.

Como já foi referido existe uma complementaridade entre os dois principais núcleos urbanos, proporcionada pela dimensão da ilha e pela localização das principais infraestruturas de acesso ao exterior, o aeroporto em Santa Cruz e o porto nas Lages. No entanto, verifica-se uma supremacia por parte de Santa Cruz, visto dispor, entre outros, de equipamentos de saúde e de ensino, de grau superior, além de uma maior oferta de comércio ocasional.

Os outros pequenos aglomerados dependem funcionalmente das sedes de concelho. Devido à orografia da ilha, estes permanecem isolados. Os seus habitantes dedicam-se maioritariamente ao sector primário, com destaque para a agricultura e a pesca.

O povoamento é caracterizado pela existência de aglomerados urbanos com uma génese de malha urbana rectilínea, mas de alguma complexidade, e com concentração de edificações. No entanto, esta imagem tem sido esbatida pelas novas áreas de expansão urbana, geralmente localizadas junto às vias, de onde resultam formas lineares e áreas urbanas mais dispersas.

O estado de conservação do parque edificado dos diferentes aglomerados é bastante razoável, e é composto por edifícios unifamiliares de um ou dois pisos, geralmente isolados, contrastando com a tipologia em banda que caracteriza os quarteirões das zonas mais densas dos aglomerados principais.

A dinâmica construtiva na ilha das Flores pode-se considerar diminuta, mas visível nas duas sedes de concelho, já que existe uma série de edificações recentes nas áreas periféricas dos núcleos antigos.

FIGURA 56 - SINALIZAÇÃO DE INÍCIO DE UM DOS PERCURSOS POSSÍVEIS.



FIGURA 57 – PRAIA DA FAJÃ GRANDE, ENQUADRADA PELAS ESCARPAS COM QUEDAS DE ÁGUA



C.7.2.1.4. Ilha Graciosa

A Ilha da Graciosa localiza-se no grupo central, sendo das cinco ilhas que o compõem a que se situa mais a norte, facto que contribui para um certo isolamento.

Em termos de dimensão, é a segunda ilha mais pequena das nove que constituem o arquipélago, e tal como as outras, à sua economia estão subjacentes as actividades agrícola, pecuária e lacticínios, que conferem à ilha o seu carácter rural e tranquilo.

É constituída por um único concelho, Santa Cruz da Graciosa, que se subdivide em quatro freguesias – Santa Cruz, Praia, Guadalupe e Luz.

Tem um clima temperado, mas é a menos húmida da RAA, apresentando uma zona bastante árida.

FIGURA 58 - PAISAGEM ÁRIDA LOCALIZADA NA ÁREA SUL DA ILHA.



A sede do concelho, Santa Cruz da Graciosa, exerce o papel de pólo funcional centralizador da maior parte das actividades, dada a pequena dimensão da ilha. Contudo, as sedes de freguesia funcionam como sub-pólos, sobretudo no que diz respeito às actividades de comércio ocasional.

Um facto interessante na ilha da Graciosa prende-se com a estrutura do povoamento, uma vez que grande parte dos aglomerados urbanos se situam no interior da ilha, contrapondo com o tipo de ocupação existente no resto do arquipélago, maioritariamente feita ao longo da orla costeira ou muito próximo.

Exceptuando o núcleo primitivo da vila de Santa Cruz, todos os aglomerados desenvolvem-se de forma linear ao longo das estradas, criando em alguns casos a junção entre si.

O parque edificado apresenta, na globalidade, uma cércea reduzida, e encontrara-se num estado de consevação razoável, com alguns focos de degradação nos núcleos mais antigos das localidades de cariz rural.

Na vila e nas localidades mais próximas existe alguma dinâmica construtiva, surgindo novos loteamentos urbanos e a reabilitação de alguns edifícios mais antigos.

C.7.2.1.5. Ilha do Pico

A ilha do Pico, deve a sua designação à montanha que dela emerge, constituindo o ponto mais alto do território português, com 2.351 metros. Localiza-se no grupo Central, com uma situação geográfica privilegiada, encontrando-se somente a 4,5 milhas do Faial e a 11 milhas de São Jorge, com as quais constitui o denominado Triângulo.

Com uma superfície de 447 km², com 42 km de comprimento e 15,2 km de largura máxima, no sentido NO-SE, é a segunda em dimensão em toda a RAA.

O Pico foi o mais importante centro baleeiro do arquipélago, visível através das estruturas que ainda perpetuam no território picoense. A cultura da vinha assume um enorme relevo na caracterização da paisagem da ilha, devido à sua tipologia de plantação que dá origem a uma gigantesca malha de muros em pedra vulcânica, onde se produz o afamado vinho "verdelho".

A singularidade desta paisagem originou recentemente a apresentação da candidatura à classificação de património mundial pela UNESCO.

A ilha do Pico é formada por três concelhos, Madalena, São Roque do Pico e Lages do Pico, e que se subdividem na totalidade em 17 freguesias.

O tipo de povoamento picoense é caracterizado pela sua dispersão e linearidade. Os aglomerados urbanos que a compõem localizam-se na faixa litoral, visto que a orografia do território condicionada sobremaneira a ocupação do solo.

As sedes de concelho exercem naturalmente a função de pólos centrais, estando as três dotadas de alguma autonomia funcional de carácter público e privado, não havendo nenhuma interdependência concelhia assinalável.

A vila da Madalena assume a primazia de núcleo central, por usufruir de melhores acessibilidades ao exterior. A sua localização geográfica, junto ao canal entre as ilhas

do Pico e Faial, fazem com que se evidencie perante as outras sedes de concelho.

São Roque do Pico é beneficiado pela localização de importantes infra-estruturas de transportes, tais como o aeródromo e o porto comercial, facto que origina a concentração de grande número de estabelecimentos comerciais e equipamentos públicos.

Lages do Pico assume-se como o núcleo urbano mais antigo da ilha, localizado na encosta sul. Foi o local onde desembarcaram os primeiros povoadores. Importante centro baleeiro onde ainda permanecem as infraestruturas dessa actividade piscatória, apresenta uma malha urbana homogénea, onde a igreja é o culminar do eixo que domina e estrutura da área residencial.

FIGURA 59 - VISTA DA BAÍA DAS LAGES DO PICO



Bem dotada de unidades funcionais, mesmo encontrado-se com fracas acessibilidades ao exterior, esta tem um papel importante na sociedade do Pico, visto que é abrangida pela área de influência da cidade da Horta na vizinha ilha do Faial, ao nível das funções de carácter mais específico.

As restantes localidades, de menor dimensão, têm um cariz mais rural ou piscatório, conforme a área onde se inserem, sendo o concelho de Lages do Pico o que mantém a relação mais franca com o mar.

Na globalidade o tecido urbano é de origem remota, constituído por edifícios de cércea reduzida e em bom estado de conservação. O parque edificado mais antigo tem sofrido

intervenções de reabilitação, sempre com a preocupação de conservar as suas características originais.

Quanto às novas edificações, estas têm acontecido maioritariamente nas áreas limítrofes das sedes de concelho e, no caso da vila da Madalena, na freguesia da Criação Velha. Este fenómeno provocou a junção dos dois aglomerados.

Na ilha do Pico verifica-se com alguma regularidade, na paisagem de vinhas, a existência de típicas construções de apoio à actividade agrícola, sobretudo de adegas executadas em pedra vulcânica que se encontram em bom estado de conservação e que constituem um marco na paisagem, criando por vezes pequenos espaços com uma organização espacial muito interessante.

C.7.2.1.6. Ilha de Sta Maria

A ilha de Santa Maria é a ilha mais meridional do Arquipélago, situando-se no grupo Oriental juntamente com São Miguel, distando desta 55 milhas para sul. Tem cerca de 100 km² de superfície, com 18 km de comprimento e 10 km de largura máxima.

A ilha destaca-se no contexto da RAA por possuir uma série de baías e praias, sobressaindo a Baía de São Lourenço, na costa leste da ilha, com a sua encosta em socacos cobertos de vinha, terminando numa praia de areia branca.

FIGURA 60 – VISTA DA BAÍA DE SÃO LOURENÇO

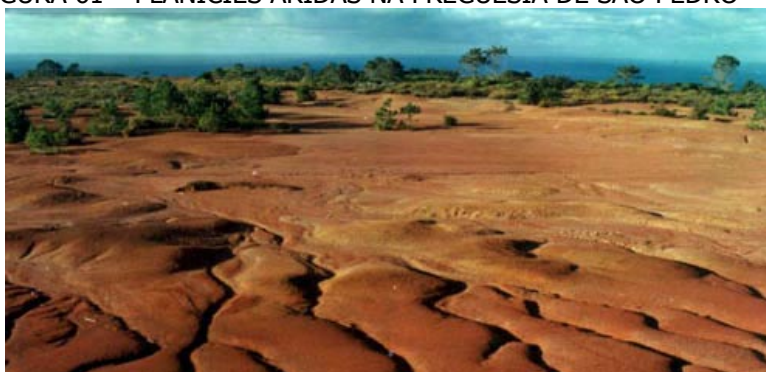


(Fonte: site <http://www.geocities.com/thetropics/4306/paisagem.html>)

A ilha é constituída por cinco freguesias: Almagreira, São Pedro, Santa Bárbara, Santo Espírito e Vila do Porto, sendo esta a sede do único concelho da ilha.

A Vila do Porto é o centro urbano de Santa Maria, área nuclear da ilha, que se localiza na parte ocidental da costa sul, polarizando os outros aglomerados urbanos. No entanto evidencia uma dependência funcional em relação a Ponta Delgada no que concerne a bens e serviços mais específicos.

FIGURA 61 – PLANÍCIAS ÁRIDAS NA FREGUESIA DE SÃO PEDRO



(Fonte: site <http://www.virtualazores.net/postais>)

O desenvolvimento da Vila do Porto deu-se a partir do porto, apresentando uma configuração linear, que se estende de sul para norte ao longo da via principal. O aeroporto, localizado a poente da vila, sendo uma importante infra-estrutura regional, criou uma bolsa residencial e de serviços a ele associados. O povoamento daí resultante apresenta um desenho urbano ortogonal de malha larga, contrariando a linearidade e descontinuidade do tipo de ocupação que predomina na ilha.

Assim, a maioria dos aglomerados urbanos situados no interior da ilha encontram-se apoiados na rede viária principal, mas com um tecido urbano que forma pequenos núcleos, isto é, não existe uma continuidade da ocupação urbana.

Já no que diz respeito aos núcleos urbanos junto à costa nascente, São Lourenço e Maia, a ocupação é muito linear e contínua. Importa referir que a ilha de Santa Maria é a que possui as estâncias balneares da RAA mais emblemáticas, dando origem ao aparecimento de segundas habitações, propriedade de alguns micalenses.

FIGURA 62 – VISTA DA AÉREA DA VILA DO PORTO



(Fonte: site <http://www.benvindo.to/mirapico1>)

C.7.2.1.7. Ilha de São Jorge

A ilha de São Jorge é um planalto localizado no centro da RAA, pertencente ao grupo central, e um dos vértices do triângulo. Apresenta uma forma longilínea, resultante dos 56 km de comprimento por 6 km a 8 km de largura.

A sua localização geográfica privilegiada permite a existência de excelentes acessibilidades aos principais pólos aglutinadores do grupo central, Angra do Heroísmo e Horta, já que se encontra a uma distância de 30 km do Faial e a 60 km da Terceira.

No entanto, as outras ilhas do grupo central também lhe ficam bastante próximas (o Pico a 20 km, e a Graciosa a 40 km), havendo melhores acessibilidades à ilha do Pico.

A singularidade da paisagem e a ocupação urbana de São Jorge revelam uma ilha surpreendente, e com inúmeras potencialidades de desenvolvimento na área do ecoturismo, que poderão dinamizar a reabilitação de alguns dos típicos aglomerados urbanos que são as Fajãs.

A ilha de São Jorge é constituída por dois concelhos, Velas e Calheta que, por sua vez, se subdividem em cinco freguesias cada um: Rosais, Velas, Santo Amaro, Norte Grande e Urzelina, no concelho de Velas; e Norte Pequeno, Calheta, Ribeira Seca, Santo Antão e Topo, no concelho da Calheta.

A estrutura de povoamento da ilha de São Jorge caracteriza-se essencialmente pelos condicionalismos de fixação impostos pela orografia do território. Perante as adversidades naturais e a forte ligação ao mar, a ocupação do solo, apoiada nas vias de comunicação, foi exercida de forma privilegiada junto ao litoral.

A margem sul da ilha apresenta uma maior concentração urbana. No entanto, verifica-se uma grande dispersão de aglomerados, entre os quais se situam as duas sedes de concelho, Velas e Calheta.

A vila de Velas exerce o papel de pólo funcional principal, já que concentra o maior número de unidades de serviços públicos e privados e usufrui de melhores acessibilidades ao exterior, possuindo um porto marítimo e beneficiando da proximidade ao aeroporto que se situa a cerca de 7 Km.

FIGURA 63 – VISTA DA PANORÂMICA DA VILA DE VELAS.



A ocupação urbana de Velas teve origem na zona da baía, de topografia pouco acidentada, evoluindo de nascente para poente e confinando-se ao vale onde se localiza. É um aglomerado compacto.

A linearidade dos núcleos urbanos é um traço comum à maioria deles, uma vez que se apoiam na rede viária e a topografia do território induz este tipo de desenvolvimento.

No concelho da Calheta, apesar da linearidade dos principais núcleos urbanos, existem zonas onde o povoamento se torna demasiado descontínuo e muito pontuado, como são os casos das zonas de Ribeira Seca e Silveira, e na freguesia de Santo Antão, as

zonas de Lameiro, Cruzal e Engenho.

Uma característica da ilha de São Jorge são as Fajãs (pequenas áreas planas localizadas junto ao mar que se formaram a partir de escorrimentos de lava ou de deslizamentos de terras e que possuem terrenos bastante férteis), onde se implantaram pequenos núcleos urbanos.

FIGURA 64 – FAJÃ DO OUVIDOR, ENCOSTA NORTE DA ILHA



As cerca de cinquenta Fajãs existentes têm acessos complicados, uma vez que há a necessidade de vencer escarpas bastante altas e em lugares isolados. Actualmente, muitas delas encontram-se abandonadas devido ao sismo de 1980, permanecendo habitadas somente as maiores e mais seguras.

O parque edificado habitado encontra-se geralmente em estado razoável de conservação, sendo composto por edifícios com cérceas baixas. As edificações mais recentes têm ocupado áreas mais favoráveis à sua implantação, localizando-se sobretudo nos aglomerados junto às sedes de concelho e na parte mais interior da vila de Velas.

C.7.2.1.8. Ilha de São Miguel

A ilha de São Miguel localiza-se no grupo oriental, é a maior e mais populosa de toda a Região Autónoma dos Açores. Com uma superfície de 759,41 Km², tem um

comprimento de 65 km e uma largura máxima de 14 km.

É também conhecida por Ilha Verde, com base na cor que lhe confere a abundância de campos de pastagem e maciços florestais que, no conjunto, formam um património natural de inigualável valor e singularidade

Na ilha de São Miguel fica localizada a capital política, administrativa e financeira da RAA, a cidade de Ponta Delgada, que capitaliza o maior número de funções centrais de todo o arquipélago, abrangendo-o com a sua área de influência.

No contexto regional apresenta ligações privilegiadas com o continente, devido às acessibilidades existentes e a uma mais robusta estrutura económica, que se traduz numa maior concentração de indústria, comércio e turismo.

No entanto, a realidade Micaelense é diversificada, e nem todo o território se enquadra nos índices de desenvolvimento de Ponta Delgada, havendo concelhos que, pelas suas parcas acessibilidades, se encontram algo penalizados, sendo o único recurso económico a actividade pecuária.

Administrativamente é dividida em 6 concelhos, Ponta Delgada, Ribeira Grande, Lagoa, Vila Franca do Campo, Povoação e Nordeste que, por sua vez, se subdividem num total de 61 freguesias. O concelho de Ponta Delgada é formado por 24 freguesias, Ribeira Grande por 14, Lagoa e Vila Franca do Campo por 5, Povoação por 6 e, por fim, o Nordeste por 7 freguesias.

As áreas urbanas de São Miguel situam-se maioritariamente na orla costeira, desenvolvendo-se apoiadas nas vias principais que circundam a ilha, aproveitando uma orografia mais favorável. No entanto, nalguns casos, a expansão urbana tem provocado o alargamento da malha urbana pelas vertentes das encostas, no sentido do interior.

As localidades de Sete Cidades e Furnas são as únicas povoações com alguma expressão que se localizam no interior da ilha, mas em situações ambientais privilegiadas, junto a duas magníficas lagoas, fazendo parte do cenário desses *ex-libris* micaelenses.

A cidade de Ponta Delgada é o principal núcleo urbano de São Miguel e da RAA, aglutinando cerca de 20% da população do arquipélago. A sua estrutura é a do povoamento típico de cidade, com grande concentração de quarteirões e com alguma

construção em altura, apresentando no seu centro histórico uma topografia plana.

As outras sedes de concelho também apresentam um tecido urbano concentrado, mas revelando alguma linearidade nas áreas limítrofes. No contexto da RAA a ilha de São Miguel apresenta um povoamento sob a forma de aglomerado com malha urbana consolidada e de forma concentrada, em contraponto com a linearidade verificada na ocupação do solo nas outras ilhas.

No entanto, esta ilha tem a particularidade de apresentar duas áreas distintas de povoamento. Assim, verifica-se que na sua parte ocidental, que corresponde ao concelho de Ponta Delgada, à excepção da cidade, o povoamento é linear e descontínuo, enquanto, na restante ilha é caracterizado pela sua descontinuidade em função dos aglomerados nucleares.

Dos seis concelhos que constituem a ilha, quatro têm as suas sedes na costa sul, Ponta Delgada, Lagoa, Vila Franca do Campo e Povoação, havendo somente uma do lado norte (Ribeira Grande), a nascente localiza-se a vila do Nordeste cuja acessibilidade aos outros centros urbanos é claramente deficitária.

Nas áreas limítrofes de Ponta Delgada, onde se inclui também parte dos concelhos de Ribeira Grande e Lagoa, tem-se verificado uma maior dinâmica de construção, uma vez que os factores de tempo de deslocação e especulação imobiliária, conjugados, têm contribuído para o crescimento populacional das localidades destes concelhos.

A maior parte das sedes de concelho é composta por edifícios de habitação colectiva na sua zona central que é também a mais antiga. À medida que se evolui para a periferia, o parque edificado tendencialmente é de características unifamiliares e isolado.

O parque edificado dos pequenos aglomerados é de características rurais, com uma cerca baixa e unifamiliar.

De um modo geral, os núcleos urbanos encontram-se num estado de conservação razoável, apresentando aqueles onde se verificam maiores fluxos de turismo condições mais favoráveis.

FIGURA 65 – CAMPO DE GOLF DA ACHADA DAS FURNAS, OS PRATICANTES DE GOLF DISPÕEM DE DOIS CAMPOS EM SÃO MIGUEL.



FIGURA 66 – PRAIA DOS MOSTEIROS.



FIGURA 67 - CAMPO DE GOLF DA BATALHA.



FIGURA 68 - EXTENSO AREAL NEGRO DA PRAIA DE ÁGUA D'ALTO.



C.7.2.1.9. Ilha Terceira

Localizada no grupo central, a ilha Terceira é a mais populosa deste grupo e a que concentra mais funções centrais, quer de carácter privado, quer de carácter público, estendendo assim a sua área de influência a todo o grupo central e ao grupo ocidental.

A orografia da ilha Terceira caracteriza-se por ser um planalto com uma saliência suave que domina a extremidade ocidental, a serra do Cume. A zona central é marcada pela

grande e baixa cratera da cadeira de Guilherme e por numerosas crateras com pequenas lagoas, enquanto que a poente se ergue um cone vulcânico com uma ampla caldeira, que atinge a altitude máxima da ilha aos 1023m, e se denomina de serra de Santa Bárbara.

É uma importante porta de entrada na RAA, através do aeroporto das Lajes, com ligações directas ao exterior, e placa giratória no contexto do arquipélago. O aeroporto das Lajes é igualmente uma base militar, a mais importante situada no Atlântico, e nela encontra-se sediada a base de apoio da Força Aérea Norte Americana.

A base militar tem contribuído para o desenvolvimento da ilha Terceira, visto ser um dos principais empregadores da população local, e fomentador de algum turismo de norte americanos, normalmente familiares e amigos dos militares aí destacados.

A cidade de Angra do Heroísmo, principal centro polarizador do grupo central, está classificada como Património Histórico Mundial pela UNESCO desde 1983, o que constitui uma mais valia de extrema importância para a preservação do valioso património edificado.

FIGURA 69 - VISTA PANORÂMICA DA CIDADE ANGRA DO HEROÍSMO, A PARTIR DO MONTE BRASIL



Salienta-se a actividade cultural desenvolvida na cidade de Angra do Heroísmo, com importantes festivais que já extravasam o contexto regional, como o Angrajazz e os Encontros Cinematográficos de Angra do Heroísmo, que em 2001 já iam na nona

edição. Ao nível das tradições da população da Terceira, destacam-se as de índole religiosa, que se praticam em todas as ilhas, e o interesse pela tauromaquia, existindo diversas praças de touros e recintos para as touradas à corda, que assumem um carácter singular ao nível da região.

Administrativamente a ilha é dividida em dois concelhos, Angra do Heroísmo e Praia da Vitória, que por sua vez se subdividem em 19 e 10 freguesias, respectivamente.

O conjunto de núcleos urbanos que constituem a estrutura urbana da ilha Terceira formam uma coroa que circunda toda a faixa litoral da ilha, apresentando uma grande linearidade, embora com sinais de descontinuidade.

Por vezes esse povoamento linear que se apoia nas vias que circundam a ilha é ramificado na perpendicular, geralmente do litoral para o interior, exceptuando algumas estancias balneares em que se faz a aproximação à linha de costa, como em Biscoitos, Santa Bárbara e Fonte Bastardo/Porto Martins.

FIGURA 70 - ESTÂNCIA BALNEAR DOS BISCOITOS.



Nos aglomerados mais populosos, que correspondem às sedes de concelho, existe um centro urbano de grande concentração de edificado, mas que se estende de forma radial pelas vertentes das encostas.

Este fenómeno estabelece uma autêntica rede, em que a linearidade destas áreas de expansão junto às vias cria enormes espaços intersticiais de carácter não urbano.

A génese do casario é bastante remota, e no caso da cidade de Angra do Heroísmo as

suas origens situam-se nos séculos XVII e XVIII, embora apoiado num traçado de desenho urbano do séc. XVI.

O parque edificado encontra-se na sua globalidade em bom estado, verificando-se a existência de poucos vestígios, nas áreas urbanas, do sismo que abalou a ilha no início da década de 80. Nas áreas de cariz mais rural ou piscatório, o estado de conservação é um pouco mais precário, mas ainda podendo ser considerado razoável.

A cércea do edificado é ligeiramente mais alta nas duas sedes de concelho, três ou quatro pisos, baixando para um ou dois nas restantes povoações.

O edificado nas duas cidades organiza-se sob a forma de bandas, constituindo quarteirões que configuram arruamentos citadinos, enquanto nos outros aglomerados existe uma maior concentração no centro, daí evoluindo para uma dispersão de casas isoladas.

De salientar a existência de áreas de segunda habitação associadas a zonas balneares, nomeadamente Porto Judeu, Porto Martins e Biscoitos.

FIGURA 71 - VISTA PANORÂMICA DE PRAIA DA VITÓRIA



C.7.2.2. Distribuição Territorial da Ocupação Turística

Após a análise da estrutura e tipo de povoamento de cada ilha importa fazer uma breve síntese de como se encontra implantada a ocupação turística do arquipélago, uma vez que está relacionada com a forma e dinâmica do povoamento.

Sendo a Região Autónoma dos Açores constituída por nove ilhas com características e potencialidades diversificadas que resultam de factores variados que se conjugam entre si, oferta de instalação e animação turística, clima e posicionamento geográfico, orografia e fenómenos geológicos, é natural que a fixação e desenvolvimento de áreas turísticas se processe de forma diferenciada.

Só na Ilha de São Miguel coabitam duas realidades completamente distintas, Ponta Delgada *versus* o resto da ilha, devido à centralização e cariz subjacente ao sector e serviços hoteleiros disponíveis na capital Micaelense. Conclui-se que na RAA, presentemente, existem dez realidades completamente distintas, tendo também por base os investimentos previstos no sector a curto prazo (2/3 anos).

A maior ilha do Arquipélago, São Miguel, apresenta uma dimensão e atracções naturais que requerem algum tempo para executar um circuito e beneficiar das suas potencialidades, visto as acessibilidades a alguns pontos serem algo difíceis. O sector da hotelaria encontra-se praticamente todo instalado em Ponta Delgada e nos concelhos localizados no lado sul da ilha, o que quase obriga ao regresso ao ponto de partida. Este facto deve-se ao défice de oferta de locais de alojamento na parte norte e nordeste da ilha, quer em número de camas, quer em qualidade. Nesta apreciação exceptuam-se as casas de turismo de habitação e rural, que neste momento são das poucas oportunidades de estadia nessa parte da ilha, sendo o seu número bastante representativo em relação ao restante território de S. Miguel. É a ilha que apresenta maior índice de turistas e que beneficia de maior oferta de animação.

A ilha de São Miguel beneficia muito da centralidade exercida por Ponta Delgada, sobretudo de índole política e económica, facto que promove, não só a diversificação de actividades de apoio ao turismo, encontrando-se aqui empresas já com alguma especificidade de oferta (ex. *raides* 4x4, trilhos, voos turísticos em helicóptero), como o número e capacidade de unidades hoteleiras existentes, e que em breve sofrerá um

aumento bastante acentuado – diversos hotéis em construção e em fase de licenciamento.

A ilha **Terceira**, além de São Miguel, é a única ilha que é destino turístico durante todo o ano, embora com grandes flutuações de turistas entre a época alta e baixa. Esta procura deve-se sobretudo à classificação de Angra do Heroísmo pela UNESCO como Património Mundial da Humanidade. Assim, a ilha na sua globalidade beneficia em muito da afluência de turistas, o que é notório na oferta, em quantidade e qualidade, de actividades e serviços complementares ao sector, como restauração e similares, actividades desportivas, museológicas e aluguer de viaturas.

Quanto ao alojamento em Angra do Heroísmo verifica-se a existência de dois hotéis, um deles com grandes obras de ampliação neste momento, algumas residências e duas novas unidades hoteleiras em construção.

Outro factor que potencia a visita de alguns turistas é a utilização da Base Aérea das Lages pelos americanos, o que transparece no desenvolvimento de Praia da Vitória, onde existem algumas unidades de alojamento, de construção recente, e uma actividade comercial de qualidade.

Na ilha existem também algumas unidades de turismo de habitação e/ou rural. De salientar outras zonas com grande apetência para a actividade turística, nomeadamente a zona dos Biscoitos, onde o alojamento turístico é praticamente inexistente.

As actividades desportivas proporcionadas aos turistas, relacionam-se sobretudo com o mar, salientando-se a existência de duas marinas e a prática de golfe. Em algumas zonas balneares, como nos Biscoitos e em Salga, existem pequenos parques de campismo sazonais.

A outra grande porta de entrada no arquipélago é a ilha do Faial, importante vértice do chamado Triângulo – Faial, Pico e São Jorge – já que beneficia da existência de um aeroporto internacional com voos directos da TAP para o continente (tal como acontece com a ilha Terceira), e da localização na Horta da Assembleia Legislativa Regional e da Marina.

A Marina da Horta exerce um papel importante na entrada de turistas na Região, com alguma especificidade é certo, mas que acaba por desenvolver todo o comércio a

montante e jusante da actividade turística.

Quanto às unidades de alojamento, estas encontram-se na sua maioria na Horta, os dois hotéis na parte alta da cidade e a estalagem junto à marina são os que se destacam, havendo contudo algumas residenciais no centro e algumas unidades de turismo de habitação disseminadas pela ilha, com mais evidência em zonas de carácter balnear.

Encontramos ainda pequenos locais destinados a acampamento, denominados de Parques de Campismo, mas cujo carácter é sazonal e com infraestruturas de apoio escassas. Destacam-se os localizados na Praia do Almojarife e Ponta do Salão.

O comércio local de apoio ao turista é em número razoável, sobretudo nas zonas de maior procura, e apresenta já alguma especificidade, carecendo no entanto de modernização.

O número de camas disponíveis na ilha do Faial irá sofrer um incremento de aproximadamente 200 camas em 2004, já que está prevista a construção de um hotel na cidade da Horta.

A ilha do **Pico** beneficia da proximidade de 5 milhas náuticas à ilha do Faial, e da regularidade do transporte marítimo entre as mesmas, sendo quase sempre visitada em complementaridade ao Faial, havendo mesmo, na época alta, situações de transferência de turistas do Faial para a Madalena do Pico, devido às elevadas taxas de ocupação no Faial.

A ilha do Pico tem sido alvo de investimentos ao nível museológico e no sector do turismo, alguns com qualidade assinalável, como são o Hotel Caravelas na Madalena e a Aldeia da Fonte junto às Lajes do Pico.

A ilha apresenta algumas potencialidades no desenvolvimento do turismo balnear, já que tem lugares ribeirinhos que preservam as suas características ambientais e arquitectónicas, com excelente enquadramento paisagístico, e que se destacam das vilas e aldeias, podendo ser transformados em pequenos núcleos turísticos de grande qualidade— exemplos como o Porto da Aguada, a Zona da Ponta da Ilha e a Baía do Cachorro.

A ilha de **São Jorge** apresenta potencialidades para funcionar como alavanca de um turismo orientado para os percursos pedestres, alguns deles já trabalhados, mas com

pouca divulgação em comparação com outros mercados concorrentes (ex. Levadas da Madeira).

Em termos de alojamento verifica-se a concentração em Velas (um hotel, uma residencial e algumas casas de hóspedes). No resto da ilha pouco há a assinalar, exceptuando duas pequenas residenciais na Calheta. Existem ainda três pequenos locais para acampamento muito bem cuidados e localizados – Fajã Grande na Calheta, Urzelina e no Topo.

A outra ilha do grupo central, a **Graciosa**, é a que neste momento apresenta mais fracas condições de oferta turística. Ainda não existem hotéis (apenas três residenciais) e as actividades de apoio ao turismo, onde se inclui a restauração, são praticamente inexistentes.

A ilha tem uma dimensão que permite a sua observação em um, dois dias, não tendo grandes atractivos para a permanência, exceptuando quem procura a ilha Graciosa como destino balnear, termal ou de repouso.

A ilha de **Santa Maria** constitui por excelência o destino balnear da RAA, localizada no grupo oriental juntamente com a ilha de São Miguel, sofreu recentemente alterações na capacidade de alojamento. O investimento em novas unidades, traduzir-se-á, no final de 2002, num aumento de 300 camas distribuídas por dois hotéis, um na Vila do Porto e outro na Praia Formosa.

Devido à grande emigração que se verificou em anos recentes, existem algumas casas abandonadas na ilha que estão agora a ser reconstruídas e reconvertidas em habitações para turismo rural, mantendo a traça original.

Por último, a actividade turística efectiva no grupo ocidental – ilha das Flores e ilha do Corvo, resume-se somente ao território florentino, já que a pequena residencial situada na Vila Nova do Corvo não tem expressão.

A oferta de alojamento turístico na ilha das Flores, compõe-se por um hotel, uma residencial e algumas casas de hóspedes em Santa Cruz das Flores (principal centro de recepção de turistas), um aldeamento e uma pequena "pousada" nas Lages das Flores, e o empreendimento da Aldeia da Cuada, uma notável recuperação de património que oferece serviços bastante qualificados e que se encontra localizada num magnífico enquadramento paisagístico. Na época alta, de Junho a Agosto, apresentam uma taxa

de ocupação de aproximadamente 90%, sobretudo por turistas nacionais, mas no resto do ano é de somente 10%.

A actividade de restauração e similares é bastante precária, tanto em número como em qualidade, tal como acontece com o comércio existente. A oferta e disponibilidade de serviços é escassa, o que se reflecte nos preços praticados.

As Flores têm paisagens extremamente bonitas, onde a presença do elemento água se faz sentir. As quedas de água são frequentes e bastante altas. No entanto, a paisagem nesta ilha tem o seu período áureo coincidente com a época alta, visto os prados serem vedados com hortênsias em vez de muros de pedra, não resistindo esta flor a baixas temperaturas.

C.8. EQUIPAMENTOS COLECTIVOS

C.8.1. INTRODUÇÃO

O nível de desenvolvimento sócio-económico de qualquer população mede-se não só pelo nível de rendimento, condições de habitabilidade, etc., mas também pelas possibilidades de acesso a uma determinada gama de equipamentos colectivos, como sejam, os equipamentos de ensino, saúde, segurança social, desporto e cultura, sendo fundamentais no apoio prestado à actividade económica, cabendo ao Estado (Poder Central e/ou Local) garantir que todos os indivíduos tenham acesso a esses equipamentos.

A sua disseminação pelo território concelhio não é, naturalmente, viável pelo que deve optar-se por uma distribuição equilibrada, em função da dinâmica económica e social do concelho, de forma a ser possibilitado o acesso fácil aos seus potenciais utilizadores.

As fontes de informação utilizadas nesta abordagem foram: Planos Directores Municipais, PROTA, Anuário Estatístico da Região Autónoma dos Açores 2000, INE, 2001 e o XIV Recenseamento Geral da População e IV da Habitação, INE, 2001 (Resultados Provisórios).

A evolução das estruturas demográficas, claramente em progressivo processo de envelhecimento demográfico (diminuição da proporção de população jovem e aumento do peso da população idosa), é especialmente importante quando se estão a analisar e prever equipamentos a médio prazo. Neste sentido, as tendências de evolução desenhadas são importantes alertas, por um lado, para o sistema de protecção social, pois é significativamente crescente o número de cidadãos "não produtivos" ou a atingir a idade da reforma e a reclamar pensões, lares de terceira idade, assistência

domiciliária, hospitais, medicamentos; e, por outro lado, o abrandamento da pressão dos jovens apresenta-se como uma oportunidade estratégica para a melhoria qualitativa dos equipamentos de apoio à população jovem.

Neste sentido e porque são indispensáveis à análise que se faz por ilha e por concelho apresenta-se, no quadro seguinte, a evolução ocorrida nos grandes grupos funcionais por concelho entre 1991 e 2001.

O envelhecimento generalizado da população é uma evidência, sendo contudo muito mais significativo na base da pirâmide etária (idades até aos 14 anos) do que no topo (população com mais de 65 anos).

Quadro 15 - Evolução da estrutura etária por grandes grupos funcionais, entre 1991 e 2001 (%)

Concelhos	0-14 anos		15 – 64 anos		65 e + anos	
	1991	2001	1991	2001	1991	2001
VILA DO PORTO	30	21	59	66	11	13
LAGOA	35	25	57	66	8	9
NORDESTE	30	20	57	62	13	18
PONTA DELGADA	31	22	60	67	9	11
POVOAÇÃO	30	22	58	64	12	14
RIBEIRA GRANDE	39	28	52	63	9	10
VILA FRANCA DO CAMPO	31	25	56	64	13	12
ANGRA DO HEROÍSMO	26	20	62	66	12	14
PRAIA DA VITÓRIA	25	20	64	67	11	13
STA CRUZ DA GRACIOSA	21	17	60	62	19	21
CALHETA	27	18	59	64	14	18
VELAS	25	18	59	65	16	17
LAGES DO PICO	21	16	61	64	18	20
MADALENA	21	17	61	64	18	20
SÃO ROQUE DO PICO	22	17	60	64	18	19
HORTA	24	18	60	67	16	15
LAGES DAS FLORES	20	16	58	63	22	21
STA CRUZ DAS FLORES	24	17	60	66	16	17
CORVO	19	13	62	68	19	19

Fonte: INE, Recenseamentos Gerais da População, 1991 e 2001 (Resultados Provisórios)

C.8.2. CARACTERIZAÇÃO GERAL

C.8.2.1. Ensino

Em 1981, o Arquipélago dos Açores, registava um elevado analfabetismo, sendo que 16,2% da população total (incluída a população dos entre 0 e 5 anos) não sabia ler nem escrever. Volvidos que estão 20 anos o cenário não é significativamente diferente. Os Resultados Provisórios do último Recenseamento Geral da População (2001) indicam que, o valor de 1981 apenas diminuiu dois pontos percentuais, ou seja, em Março de 2001, 14,2% da população total dos Açores não possuía nenhum nível de ensino, sendo os concelhos mais penalizados a este nível (com peso superior à média da região) os de Povoação, Ribeira Grande, Nordeste, Vila Franca do Campo, Lagoa, Vila do Porto e Santa Cruz da Graciosa. Contudo, a situação global é hoje bastante melhor, sobretudo se considerarmos os incrementos verificados no número de alunos inscritos nos níveis de ensino mais elevados.

Quadro 16- Alunos inscritos por nível de ensino

Níveis de ensino	Ano lectivo 1980/81	Ano lectivo 1994/95	Ano lectivo 1998/99
1º CICLO DO ENSINO BÁSICO	27729	20438	18157
2º CICLO DO ENSINO BÁSICO	7308	9729	9225
3º CICLO DO ENSINO BÁSICO E SECUNDÁRIO	8358	19218	21972
ENSINO SUPERIOR	554	2052	3062

Fonte: PROTA; Anuário Estatístico da Região Autónoma dos Açores 2000, INE, 2001.

A comparação dos números de alunos inscritos por nível de ensino, no espaço de quase duas décadas, revela que o único nível que tem vindo progressivamente a perder alunos é o do 1º ciclo do ensino básico, não porque a taxa de frequência tenha reduzido mas claramente porque a população desta faixa etária tem vindo também a diminuir, por outro lado, destaca-se o significativo crescimento dos alunos inscritos no 3º ciclo do ensino básico e no ensino secundário, quase triplicando no espaço de

dezoito anos (163%).

Ao ensino superior (politécnico e universitário) também tem aderido bastante mais população, só no espaço de 4 anos lectivos (1994/95 a 1998/99) registou-se um crescimento de 49%.

Por nível de ensino, o panorama do Arquipélago dos Açores é o seguinte:

O ensino pré-escolar existia já em 1995 em todas as ilhas, na altura apoiando cerca de 6600 alunos. Não existindo publicados dados mais recentes para este nível de ensino, sabe-se que, de acordo com os PDM's dos vários concelhos (alguns são de data anterior a 1995), a dotação de estabelecimentos neste nível de ensino é satisfatória, tanto mais que a maioria deste ensino é praticada nos edifícios do 1º ciclo do ensino básico. Julga-se contudo que a educação pré-escolar é cada vez mais solicitada como consequência directa da progressiva integração da mulher no mercado de trabalho;

O 1º ciclo do ensino básico existe em todas as ilhas, concelhos e praticamente em todas as freguesias. Os estabelecimentos afectos a este nível de ensino satisfazem totalmente as necessidades (quantitativas) pois, já em 1995, o rácio alunos/sala (variando entre os 12 e os 23 alunos/sala), se situava abaixo dos limiares máximos. Em apenas 4 anos lectivos a população escolar deste nível de ensino diminuiu 11%, não só permitindo um rácio mais baixo como o próprio encerramento de alguns estabelecimentos;

O 2º ciclo do ensino básico, também presente em todas as ilhas e concelhos, é aquele cuja frequência se tem mantido mais estabilizada. No ano lectivo de 1998/99 estavam em funcionamento 31 estabelecimentos com esta valência servindo 9225 alunos;

O 3º ciclo do ensino básico e o secundário têm registado, como já se referiu, um incremento significativo do número de alunos inscritos ao longo dos tempos. O terceiro ciclo é ministrado em todas as ilhas, no entanto, o ensino secundário, totalizando 17 estabelecimentos de ensino, não existe nos concelhos de Lagoa, Vila Franca do Campo e Corvo;

O ensino profissional já existe em algumas ilhas (São Miguel, Terceira, São Jorge e Pico), num total de 9 estabelecimentos, tendo estado inscritos no ano lectivo de 1998/99, 627 alunos;

O ensino superior, existente nos três centros urbanos mais importantes do Arquipélago

(Ponta Delgada, Angra do Heroísmo e Horta), tem verificado também crescimentos significativos e no ano lectivo de 1998/99 tinha 3062 alunos inscritos. O Pólo Universitário de Ponta Delgada absorve 84 % dos alunos e o Pólo de Terra Chã (Angra do Heroísmo) os restantes 16%, já que o Pólo da Horta não tem funções de docência (só investigação em oceanografia e pescas).

Quadro 17 - Estabelecimentos de Ensino e Alunos segundo o Nível de Ensino Ministrado no ano lectivo 1998/1999

Ilha/Concelhos	Ensino Básico 1º Ciclo		Ensino Básico 2º Ciclo		Ensino Básico 3º Ciclo		ENSINO SECUNDÁRIO		ENSINO PROFISSIONAL		ENSINO SUPERIOR	
	ESTAB.	ALUNOS	ESTAB.	ALUNOS	ESTAB.	ALUNOS	ESTAB.	ALUNOS	ESTAB.	ALUNOS	ESTAB.	ALUNOS
SANTA MARIA VILA DO PORTO	8	430	1	218	1	335	1	278	-	-	-	-
SÃO MIGUEL												
LAGOA	11	1157	1	599	1	670	-	-	-	-	-	-
NORDESTE	12	353	1	184	1	236	1	134	1	37	-	-
PONTA DELGADA	38	5123	6	2644	6	3793	3	3775	3	247	1	x
POVOAÇÃO	11	530	1	240	1	348	1	210	1	40	-	-
RIBEIRA GRANDE	19	2950	3	1321	3	1290	1	644	-	-	-	-
VILA FRANCA DO CAMPO	8	1040	1	507	1	495	-	-	-	-	-	-
TERCEIRA												
ANGRA DO HEROÍSMO	32	2235	3	1108	2	1746	1	1537	1	56	1	x
PRAIA DA VITÓRIA	26	1452	3	823	3	1199	1	910	1	121	-	-
GRACIOSA												
STA CRUZ DA GRACIOSA	8	274	1	177	1	201	1	143	-	-	-	-
SÃO JORGE												
CALHETA	11	272	2	156	2	262	1	173	-	-	-	-
VELAS	12	344	1	201	1	289	1	207	1	99	-	-
PICO												
LAGES DO PICO	11	275	1	159	1	263	1	125	-	-	-	-
MADALENA	12	352	1	118	1	183	1	140	1	27	-	-
SÃO ROQUE DO PICO	8	220	1	179	1	257	1	251	-	-	-	-
FAIAL												
HORTA	22	893	2	435	2	770	1	782	-	-	1	x
FLORES												
LAGES DAS FLORES	4	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
STA CRUZ DAS FLORES	4	241	1	136	1	184	1	126	-	-	-	-
CORVO												
CORVO	1	16	1	20	1	16	-	-	-	-	-	-
Total	258	18157	31	9225	30	12537	17	9435	9	627	3	3062

Nota: O mesmo estabelecimento é contado tantas vezes quantos os graus de ensino que ministra
 Fonte: Anuário Estatístico da Região Autónoma dos Açores 2000, INE, 2001

C.8.2.2. Segurança Social

Com o objectivo de satisfazer as necessidades de grupos sociais mais carentes ou escalões etários mais dependentes, as instituições de segurança social baseiam a sua acção no apoio das necessidades específicas das crianças, jovens e idosos.

Na Região Autónoma dos Açores a segurança social, no âmbito do apoio à infância apresenta uma rede de equipamentos que contempla as valências de creche, jardim de infância, ATL, lares para crianças e jovens privados de meio familiar e centros de educação especial.

Não sendo possível neste momento aferir se a dotação dos equipamentos para a população entre 0 e 5 anos (creche e jardim de infância) são suficientes, por não se conhecerem resultados dos Censos 2001 relativos a esta faixa etária, recorreu-se aos elementos oficiais mais recentes do INE que ditam que as instalações existentes (em 1998) cobrem as necessidades da população, sendo a capacidade das instalações de 3008 crianças, a sua utilização era de 93% da sua capacidade (2792 crianças). Obviamente que uma análise ilha a ilha, concelho a concelho, denuncia a existência de desequilíbrios espaciais na dotação destes equipamentos. A análise à ilha informa que, a maioria, se encontra subocupado, no entanto, nos casos das ilhas de Santa Maria, Faial e Corvo, a capacidade existente é utilizada na totalidade, o que poderá indiciar a necessidade de aumentar da dotação existente. Os dados oficiais existentes não permitem uma análise objectiva e clara nesta matéria, pois associam as creches com os jardins de infância, quando estes últimos, embora sob tutela de instituições de segurança social, devem ser considerados no ensino pré-escolar. Acresce ainda que as creches e jardins de infância sendo valências distintas, afectos a grupos etários específicos e distintos, deveriam estar separados em termos de informação estatística, contudo, e no contexto de uma apreciação global, atendendo a que a população infantil está em efectivo declínio (ver Caracterização Demográfica) e os dados oficiais existentes serem de 1998, julga-se que a dotação será satisfatória.

Os centros de Actividades de Tempos Livres (ATL) ainda não existem em 8 dos 19 concelhos do Arquipélago, estando sobretudo concentrados em São Miguel e Terceira (92% da capacidade total da região). Esta distribuição geográfica é consentânea com a

distribuição do mercado de trabalho e com a divisão sexual do emprego, em paralelo com a distribuição da população (rural e urbana). Com efeito é nos centros urbanos mais populosos e economicamente mais sólidos onde se concentra a maior parte do emprego, sendo também nestes centros que se registam as maiores taxas de actividade feminina. É, efectivamente, nestes contextos onde faz mais sentido existirem estes centros de ATL.

Os dados oficiais mais recentes agrupam num mesmo item ("Outros" - Quadro 5), várias tipologias de equipamentos tanto de apoio a jovens como a idosos, nomeadamente, os lares para crianças e jovens privados do meio familiar, os centros de educação especial, os centros de convívio e as residências para idosos, entre outros, o que não permite uma análise rigorosa de acordo com cada grupo de idades e cada caso específico. Contudo, sabe-se que em 1995, os equipamentos para crianças e jovens privados de meio familiar existiam em quatro ilhas (São Miguel, Terceira, São Jorge e Faial), e que os equipamentos de apoio socio-profissional e de apoio ocupacional a deficientes se localizam apenas em São Miguel, no primeiro caso e em São Miguel e Terceira, no segundo caso.

A oferta regional destes equipamentos de apoio mais específico restringe-se à existência das seguintes capacidades: 592 lugares nos lares para crianças e jovens privados de meio familiar, 125 lugares nos equipamentos de apoio socio-profissional e 80 lugares nos equipamentos de apoio ocupacional a deficientes.

Quadro 18 - Estabelecimentos de Segurança Social em 1998 – Apoio aos Jovens

Ilha/Concelhos	CRECHES/JARDINS DE INFÂNCIA			ACTIVIDADES DE TEMPOS LIVRES		
	Estab.	Capacidade	Utentes	Estab.	Capacidade	Utentes
SANTA MARIA VILA DO PORTO	1	45	45	-	-	-
SÃO MIGUEL						
LAGOA	3	100	98	1	90	90
NORDESTE	1	25	18	1	40	37
PONTA DELGADA	19	791	764	9	440	443
POVOAÇÃO	1	70	61	5	130	129
RIBEIRA GRANDE	6	199	167	5	180	180
VILA FRANCA DO CAMPO	2	60	60	-	-	-
TERCEIRA						
ANGRA DO HEROÍSMO	14	761	728	6	220	210
PRAIA DA VITÓRIA	4	169	165	2	97	94
GRACIOSA						
STA CRUZ DA GRACIOSA	2	55	50	1	30	30
SÃO JORGE						
CALHETA	2	100	75	-	-	-
VELAS	3	129	110	2	45	55
PICO						
LAGES DO PICO	2	60	60	1	15	15
MADALENA	2	43	55	1	20	35
SÃO ROQUE DO PICO	1	70	35	-	-	-
FAIAL						
HORTA	3	206	206	-	-	-
FLORES						
LAGES DAS FLORES	1	50	30	-	-	-
STA CRUZ DAS FLORES	1	50	40	-	-	-
CORVO						
CORVO	1	25	25	-	-	-
Total	69	3008	2792	34	1307	1318

Fonte: Anuário Estatístico da Região Autónoma dos Açores 2000, INE, 2001

O apoio aos idosos é prestado num conjunto de estruturas com uma capacidade global aproximada de 6400 utentes⁵⁶ distribuídos por centros de dia, lares, apoio domiciliário, centros de convívio e residências. Este valor quando dimensionado com a população existente, potencialmente afecta a este tipo de equipamentos, permite uma cobertura de aproximadamente 20% o que é, em termos quantitativos, muito satisfatório.

⁵⁶ Este valor foi calculado com base nos dados do Quadro 8.5 (1998) e nos dados de 1994, extraídos do PROTA, relativos aos centros de convívio e residências para idosos.

Obviamente que uma análise por ilha e por concelho denuncia algumas desigualdades na distribuição espacial destes equipamentos, conforme se terá oportunidade de ver com mais pormenor, no ponto seguinte (análise ilha a ilha).

Assim, em termos globais e de acordo com a informação oficial disponível mais recente (1998), existem na região:

- 7 centros de dia com capacidade para 215 idosos, cuja taxa de ocupação se situa nos 82%;
- 20 lares com capacidade para internamento de 1002 idosos, utilizados em 92% da sua capacidade;
- o apoio domiciliário é prestado a 2066 idosos, existindo capacidade de prestação a mais 90 idosos;
- 64 centros de convívio (1995) com capacidade para 2980 idosos;
- 3 residências (1995) com capacidade para 47 idosos.

Os centros de dia concentram-se quase exclusivamente na ilha de São Miguel (95%).

Os lares existem em todas as ilhas, embora nos concelhos de Lagoa, Calheta, Lages do Pico, São Roque do Pico, Lages das Flores e Corvo, não estejam implantados equipamentos deste tipo.

O apoio domiciliário e os centros de convívio existem em todas as ilhas à exceção do Corvo.

As residências existentes localizam-se em Santa Maria e Terceira.

Quadro 19 - Estabelecimentos de Segurança Social em 1998 – Apoio aos Idosos e Outros

Ilha/Concelhos	CENTROS DE DIA			LARES			APOIO DOMICILIÁRIO			OUTROS		
	Estabele	Capaci	Utentes	Estab.	Capaci	Utentes	Estab	Capaci	Utentes	Estab.	Capaci	Utentes
SANTA MARIA VILA DO PORTO	-	-	-	1	12	10	1	40	40	2	35	35
SÃO MIGUEL												
LAGOA	1	25	25	-	-	-	1	30	30	2	48	32
NORDESTE	1	25	10	1	26	24	1	70	70	5	183	148
PONTA DELGADA	-	-	-	4	200	156	4	169	169	22	1020	1160
POVOAÇÃO	2	35	16	1	20	18	2	84	72	5	90	65
RIBEIRA GRANDE	2	120	120	2	86	81	2	214	214	6	117	95
VILA FRANCA DO CAMPO	-	-	-	1	12	10	1	60	55	1	60	50
TERCEIRA												
ANGRA DO HEROÍSMO	-	-	-	4	260	260	4	295	277	17	908	762
PRAIA DA VITÓRIA	-	-	-	1	58	58	3	180	142	12	422	340
GRACIOSA												
STA CRUZ DA GRACIOSA	-	-	-	1	60	60	2	118	106	2	23	23
SÃO JORGE												
CALHETA	-	-	-	-	-	-	2	200	200	1	30	30
VELAS	-	-	-	1	60	60	3	205	205	2	31	32
PICO												
LAGES DO PICO	-	-	-	-	-	-	1	100	100	6	385	261
MADALENA	1	10	5	1	60	60	1	70	65	5	490	127
SÃO ROQUE DO PICO	-	-	-	-	-	-	3	103	103	6	435	285
FAIAL												
HORTA	-	-	-	1	125	98	2	189	189	13	732	444
FLORES												
LAGES DAS FLORES	-	-	-	-	-	-	1	20	20	2	100	49
STA CRUZ DAS FLORES	-	-	-	1	23	25	1	9	9	3	160	84
CORVO												
CORVO	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total	7	215	176	20	1002	920	35	2156	2066	112	5269	4022

Fonte: Anuário Estatístico da Região Autónoma dos Açores 2000, INE, 2001

C.8.2.3. Saúde

A rede oficial de saúde da região é constituída por 3 hospitais e por centros de saúde em 17 dos 19 concelhos (Lages das Flores e Corvo são os Concelhos excluídos, embora Lages seja satisfatoriamente servido pelo centro de saúde de Santa Cruz – o

subdimensionamento demográfico desta ilha não justifica a duplicação deste equipamento). Para além destes equipamentos fazem parte da rede regional de saúde 2 Escolas Superiores de Enfermagem (Ponta Delgada e Angra do Heroísmo) e um centro de Oncologia em Angra do Heroísmo.

C.8.2.3.1. Hospitais

Existem 3 hospitais públicos no Arquipélago dos Açores. O de Ponta Delgada, embora desempenhando as funções dos outros dois (Angra do Heroísmo e Horta), funciona como hospital regional, uma vez que está dotado com valências médicas e unidades assistenciais, específicas e unicas na região. O Hospital de Angra do Heroísmo serve sobretudo os habitantes dos grupos central e ocidental.

C.8.2.3.2. Centros de saúde

Exceptuando o concelho do Corvo, que não possui dimensão demográfica suficiente e recorre à unidade de S^{ta} Cruz das Flores, todos os concelhos do arquipélago possuem centro de saúde. Estas unidades prestam serviços ambulatoriais, internamento (dos 17 centros, 13 possuem internamento), atendimento permanente, saúde materno-infantil, escolar ocupacional e mental. É neste centros que está sediada a autoridade sanitária de cada concelho.

Por vezes, o centro de saúde pode descentralizar a sua actividade por vários edifícios (extensões e postos médicos), por razões de ordem geográfica (localizações periféricas), acessibilidade e dimensão populacional. A extensão do centro de saúde serve quase sempre as áreas rurais coincidindo, a maior parte das vezes, com divisões administrativas (freguesias). Em 1999, existiam na região 104 extensões e 16 postos médicos (entre privados e públicos).

Se em termos de estruturas físicas, a dotação geral do Arquipélago, é quantitativamente satisfatória o mesmo não é generalizadamente sentido ao nível dos

recursos humanos. Na maioria dos PDM's é destacada a carência efectiva de técnicos de saúde (médicos, enfermeiros, paramédicos), facto que concorre fortemente para o insuficiente apoio médico prestado às populações.

Com efeito, já em 1995, os rácios habitantes/médico e habitantes/enfermeiro atingiam valores que variavam entre 676 e 309, respectivamente. Comparados com a média dos países de maior rendimento *per capita* (470 habitantes/médico e 140 habitantes/enfermeiro⁵⁷), conclui-se que a região ainda se encontra muito distante de uma situação satisfatória. As ilhas mais penalizadas a este nível, são obviamente as que não possuem centros hospitalares, sacrificadas pela grande dificuldade de fixação do pessoal médico.

C.8.2.3.3. Outros serviços de saúde

Constituem a rede privada de saúde (dados de 1995), 186 consultórios médicos, 12 centros de fisioterapia, 2 laboratórios de RX e 11 laboratórios de análises clínicas, concentrados, quase na totalidade, nos dois centros urbanos mais populosos das ilhas de São Miguel e Terceira. Nestas duas ilhas estão concentrados 89% dos consultórios médicos. Apenas Ponta Delgada possui laboratórios de RX e os laboratórios de análises clínicas só existem em São Miguel, Terceira e Faial. Quatro das nove ilhas da região (Santa Maria, Graciosa, São Jorge e Corvo) não possuem alternativas ao serviço público de saúde.

Em 1999 existiam 46 farmácias e 18 postos de medicamentos. De acordo com as indicações legais, as farmácias são suficientes para a população a servir⁵⁸. Contudo a descontinuidade espacial da região e, em muitos casos, a distância e noutros as difíceis condições de acessibilidade, justificam a existência dos 18 postos de medicamentos, valor que, quando aferido através da análise de cada PDM, deveria ser superior.

⁵⁷ Fonte: PROTA

⁵⁸ (6000 habitantes/farmácia * 46 farmácias = 276000 habitantes e o arquipélago contava, em 2001, com cerca de 242000 habitantes).

Quadro 20 - Equipamentos de Saúde em 1999

Ilha/Concelho	HOSPITAIS		CENTROS DE SAÚDE		EXTENSÕES DOS CENTROS DE SAÚDE	POSTOS MÉDICOS		ESTABELECIMENTOS FARMACÊUTICOS	
	OFICIAI	PARTIC	COM INTERN	SEM INTERN		OFICIAI	PARTIC.	FARMÁCIAS	POSTOS MEDICAMENTOS
STA MARIA VILA DO PORTO	-	-	1	-	4	-	-	1	-
SÃO MIGUEL									
LAGOA	-	-	-	1	2	-	-	2	1
NORDESTE	-	-	1	-	1	-	-	1	1
PONTA DELGADA POVOAÇÃO	1	3	-	1	19	4	3	13	5
RIBEIRA GRANDE	-	-	1	-	5	-	-	1	1
VILA FRANCA D	-	-	1	-	6	-	1	5	1
CAMPO	-	-	1	-	1	-	-	2	-
TERCEIRA									
ANGRA D	1	2	-	1	14	3	1	7	2
HEROÍSMO	-	-	1	-	11	1	-	4	2
PRAIA DA VITÓRIA									
GRACIOSA									
STA CRUZ D	-	-	1	-	-	-	-	1	-
GRACIOSA									
SÃO JORGE									
CALHETA	-	-	1	-	6	-	-	1	-
VELAS	-	-	1	-	5	-	-	1	1
PICO									
LAGES DO PICO	-	-	1	-	5	-	-	1	-
MÁDALENA	-	-	1	-	5	-	-	1	-
SÃO ROQUE D	-	-	1	-	3	-	-	1	-
PICO									
FAIAL									
HORTA	1	-	-	1	11	2	1	3	2
FLORES									
LAGES DAS FLORES	-	-	-	-	-	-	-	-	1
STA CRUZ DA FLORES	-	-	1	-	6	-	-	1	-
CORVO									
CORVO	-	-	-	-	-	-	-	-	1
Total	3	5	13	4	104	10	6	46	18

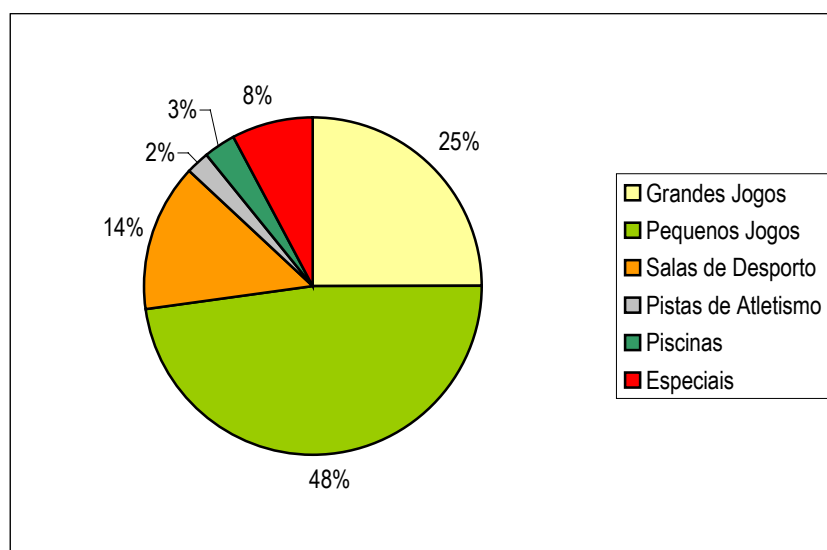
Fonte: Anuário Estatístico da Região Autónoma dos Açores 2000, INE, 2001

C.8.2.4. Desporto

Na região tem havido uma importante política de promoção desportiva e das instalações afectas. Tem-se verificado o aumento do número de instalações disponíveis e sobretudo, há já várias instalações de qualidade que têm concorrido para uma efectiva promoção das actividades desportivas.

Em 1996, as instalações desportivas totalizavam as 410 unidades, sendo predominantes as instalações de pequenos jogos (polidesportivos), seguidos dos grandes campos de jogos (campos de futebol, polidesportivos de grandes jogos), das salas de desporto (pavilhões desportivos, polivalentes, ginásios, salas de desporto), das instalações especiais (campos de ténis, golf, ..), das piscinas e das pistas de atletismo.

FIGURA 72 - DISTRIBUIÇÃO DOS EQUIPAMENTOS DESPORTIVOS POR TIPOLOGIA – 1996



Fonte: PROTA

As ilhas com maior número de instalações desportivas são São Miguel e Terceira e as detentoras do menor número são as ilhas do Corvo e de Santa Maria, contudo, a aferição desta distribuição com a população residente em cada ilha é que permite definir o grau de dotação.

Quadro 21 - Equipamentos Desportivos – 1996

Ilhas	GRANDES JOGOS	PEQUENOS JOGOS	SALAS DE DESPORTO	PISTAS DE ATLETISMO	PISCINAS	ESPECIAIS	TOTAL
SANTA MARIA	2	7	2	0	1	5	17
SÃO MIGUEL	39	62	24	2	6	6	139
TERCEIRA	25	49	18	3	2	13	110
GRACIOSA	4	5	1	0	0	1	11
SÃO JORGE	7	13	3	1	0	1	25
PICO	12	30	4	1	0	1	48
FAIAL	8	21	4	1	2	3	39
FLORES	5	8	3	1	1	2	20
CORVO	0	1	0	0	0	0	1
TOTAL	102	196	59	9	12	32	410

Fonte: PROTA

Segundo as Normas de Programação de Equipamentos Colectivos (GEPAT) e em conformidade com as recomendações do Conselho da Europa e do Conselho Internacional para a Educação Física e Desporto (UNESCO), deve ser atribuída a quota global de 4m² de superfície desportiva útil por habitante. Evidentemente que se trata de uma base normativa sem carácter rígido e que deve adaptar-se com a necessária flexibilidade às variáveis específicas de cada território.

Não sendo fácil obter-se a superfície desportiva útil (SDU) por habitante em cada ilha, ousou fazer-se um exercício extrapolativo na tentativa de uma aproximação à SDU de cada ilha, com o intuito de se fazer a aferição da dotação de equipamentos (mesmo que com dados das instalações desportivas de 1996) com a população de 2001. Ou seja, mesmo considerando que a informação do número de instalações desportivas esteja desactualizada pode afirmar-se que a situação será, hoje, forçosamente melhor do que aquela que agora se descreve.

Mesmo considerando que os valores da SDU possam estar ligeiramente inflacionados (nem todos os equipamentos possuem a área standard), é possível considerar que sete das nove ilhas da região estão bastante bem dotadas e cumprindo os valores indicados oficialmente e que, as duas restantes, (São Miguel e Corvo), possuem uma SDU inferior aos 4m². Para tal, no caso de São Miguel, terá concorrido o aumento populacional que ocorreu entre 1991 e 2001(5%).

Quadro 22 - Superfície Desportiva Útil por Habitante

Ilhas	SUPERFÍCIE DESPORTIVA ÚTIL	POPULAÇÃO 2001	SDU/HABITANTE (m ² /hab.)
SANTA MARIA	29400	5578	5,3
SÃO MIGUEL	468000	131608	3,6
TERCEIRA	342500	558833	6,1
GRACIOSA	40800	4780	8,5
SÃO JORGE	94400	9674	9,8
PICO	161200	14806	10,1
FAIAL	116300	15063	7,7
FLORES	71200	3995	17,8
CORVO	1500	425	3,5
TOTAL	1325300	241762	5,5

Nota: A SDU total resultou da aplicação da área standard de cada equipamento ao nº de unidades existentes em cada ilha: G.Jogos – 8000m²; P.Jogos - 1500m²; Salas de Desporto - 1300m²; Pistas de Atletismo - 15000m²; Piscinas 300m².

Tendo em consideração o significativo decréscimo demográfico ocorrido entre 1991 e 2001 no escalão da população potencialmente utilizadora destes equipamentos (dos 0 aos 14 anos), pode considerar-se que o Arquipélago se encontra bastante bem dotado, podendo contudo apostar-se numa maior diversificação e/ou no incremento das instalações existentes em menor número, nomeadamente as piscinas, instalações especiais, etc.

C.8.2.5. Cultura e Recreio

A análise realizada ao nível das instalações culturais incidiu sobre um leque diversificado de tipologias de equipamentos, não pretendendo ser-se exaustivo mas sobretudo representar aqueles equipamentos que são mais emblemáticos, em termos culturais, em qualquer território.

As bibliotecas de livre acesso ao público em geral são as públicas regionais, as municipais e as da Fundação Calouste Gulbenkian. Além destas existem outras, que visam públicos mais restritos, como as que pertencem aos estabelecimentos de ensino e às associações culturais. Existem três bibliotecas públicas, as quais têm associados

os respectivos arquivos. No conjunto da região existiam, à data de 1999, 53 bibliotecas públicas, concentrando-se em maior número nas ilhas de São Miguel e Terceira.

Existem várias outras instituições, nomeadamente museus, casas-museu e casas etnográficas, que se listam seguidamente:

- Casa Etnográfica de Santo Espírito;
- Museu Carlos Machado
- Museu Etnográfico do Nordeste;
- Museu de Olaria;
- Museu de Angra do Heroísmo;
- Museu do Vinho – Biscoitos;
- Casa-Museu Francisco E. De O.Martins;
- Museu da Graciosa;
- Museu de São Jorge – Calheta;
- Casa Etnográfica – Velas;
- Museu dos Baleeiros – Lages;
- Museu do Vinho – Madalena;
- Museu de Arte Sacra;
- Museu da Horta;
- Casa Etnográfica de Cedros;
- Museu das Lages – Santa Cruz.

Também se podem encontrar acervos de Arte Sacra em Angra do Heroísmo e Velas de São Jorge, o Tesouro do Senhor Santo Cristo em Ponte Delgada e vários museus particulares rurais.

As ilhas de São Miguel, Terceira e Faial, possuem no seu conjunto quatro Casas da Cultura, com intervenções a vários níveis, nomeadamente exposições, espaço para colóquios/conferências, cursos, música e folclore, etc. O objectivo destas instituições é criar e difundir a cultura através da promoção e da educação da população.

A Imprensa e a Rádio também estão presentes de forma significativa no Arquipélago,

mais uma vez, predominantemente concentradas nos concelhos mais urbanos. No total, existem 37 publicações (imprensa) e 15 estações emissoras de rádio.

Quadro 23 - Bibliotecas, Imprensa e Rádio em 1999

Ilha/Concelhos	BIBLIOTECAS	IMPRESA (Publicações)	RÁDIO (Estações Emissoras)
SANTA MARIA VILA DO PORTO	3	1	1
SÃO MIGUEL			
LAGOA	3	1	1
NORDESTE	2	-	-
PONTA DELGADA	13	13	3
POVOAÇÃO	1	1	-
RIBEIRA GRANDE	6	1	1
VILA FRANCA DO CAMPO	2	1	-
TERCEIRA			
ANGRA DO HEROÍSMO	5	5	2
PRAIA DA VITÓRIA	2	3	3
GRACIOSA			
STA CRUZ DA GRACIOSA	2	-	1
SÃO JORGE			
CALHETA	1	-	-
VELAS	3	-	1
PICO			
LAGES DO PICO	2	-	-
MADALENA	1	1	1
SÃO ROQUE DO PICO	1	-	-
FAIAL			
HORTA	4	9	1
FLORES			
LAGES DAS FLORES	-	-	-
STA CRUZ DAS FLORES	1	1	-
CORVO			
CORVO	1	-	-
Total	53	37	15

Fonte: Anuário Estatístico da Região Autónoma dos Açores 2000, INE, 2001

Os grupos de teatro, grupos folclóricos e grupos corais existem praticamente em todas as ilhas.

Os grupos de teatro, regra geral, não têm uma actividade continuada ao longo do ano, apresentando uma única peça e um número reduzido de sessões que se organizam apenas para algumas festividades.

Os grupos corais organizam-se normalmente no seio dos centros paroquiais. Os de maior qualidade têm representado o país a nível internacional, não obstante o seu carácter amador.

As filarmónicas e as tunas são os grandes agentes culturais de tradição histórica, polarizadoras da actividade cultural local. O número de bandas (117) traduz claramente a sua importância no contexto da região, a qual permite que as escolas de música (148) recebam apoio oficial na formação o que, por sua vez, facilita a existência de um grande número de executantes nas filarmónicas da região.

Quadro 24 - Grupos de teatro, ranchos folclóricos, coros, filarmónicas e escolas de música - 1994

ILHAS	Grupos de teatro A)	RANCHOS FOLCLÓRICOS a)	COROS a)	FILARMÓNICAS b)	ESCOLAS DE MÚSICA b)
SANTA MARIA	2	4	-	2	2
SÃO MIGUEL	15	27	2	40	51
TERCEIRA	-	2	3	26	33
GRACIOSA	1	3	2	4	6
SÃO JORGE	4	9	-	18	17
PICO	2	7	1	13	17
FAIAL	4	8	1	8	15
FLORES	-	4	1	5	6
CORVO	-	1	1	1	1
TOTAL	28	65	11	117	148

Fonte: PROTA

Para além da diversidade de instalações e instituições com fins culturais, pode afirmar-se que, à excepção das mencionadas filarmónicas e escolas de música, a actividade cultural do Arquipélago não apresenta ainda o dinamismo desejável.

C.8.3. CARACTERIZAÇÃO POR ILHA

C.8.3.1. Ilha do Corvo

A reduzida dimensão territorial e sobretudo populacional (425 habitantes em 2001) da ilha do Corvo por si só justifica a existência de um também reduzido número de equipamentos colectivos de apoio à população local.

Dependente de Santa Cruz das Flores, centro urbano geograficamente mais próximo, para acesso a equipamentos de nível intermédio, a ilha do Corvo possui as valências de 1º, 2º e 3º ciclos do Ensino Básico, com frequência de 16, 20, 16 alunos respectivamente no ano lectivo de 1998/99.

Existem ainda nesta ilha um jardim infantil (para o grupo etário dos 3 aos 5 anos) com capacidade e lotação de 25 crianças no mesmo ano lectivo, um posto de medicamentos, um campo de pequenos jogos e uma biblioteca.

Com uma situação demográfica dificilmente alterável, esta é uma ilha que está e estará sempre dependente do exterior.

C.8.3.2. Ilha do Faial

A ilha do Faial é constituída apenas pelo concelho da Horta. Este concelho, nomeadamente o seu centro urbano, desempenha funções regionais a nível político e administrativo, porém, a sua dimensão demográfica e funcional colocam-na numa posição intermédia no contexto regional possuindo contudo uma importante influência no grupo central. Estes "atributos" do Concelho da Horta obrigam a que possua já um determinado nível de dotação de equipamentos colectivos inerentes à sua importância na região, o que é uma realidade. Contudo, há um ou outro domínio a necessitar de uma maior dotação, de forma a dar uma resposta mais adequada às necessidades da população.

C.8.3.2.1. Ensino

O Ensino Básico dos 1º, 2º e 3º Ciclos cobre as necessidades actuais da população concelhia existindo, no ano lectivo 1998/99, 22 estabelecimentos do 1º ciclo (893 alunos), 2 estabelecimentos que ministram o 2º ciclo a 435 alunos e, também, 2 estabelecimentos com 3ª ciclo, ministrado a 770 alunos. O ensino secundário, na mesma data, possuía 782 alunos. Atendendo a que entre 1991 e 2001, a população jovem diminui 25% (menos 890 indivíduos com entre zero e catorze anos), a dotação será, por isso, actualmente superior.

Não há ensino profissional na Horta mas existe um pólo universitário nas áreas de oceanografia e pescas mas sem funções de docência.

Existe ainda o Conservatório da Horta (ensino artístico musical).

C.8.3.2.2. Segurança Social

Na ilha do Faial existem três unidades de apoio à população entre os 3 meses e os 5 anos, com as valências Creche e Jardim de Infância, com capacidade para apoiar 206 crianças encontrando-se, já em 1998⁵⁹, totalmente utilizada, podendo indiciar a necessidade de mais estabelecimentos afectos a este escalão etário.

Não existe nenhum centro de Actividades de Tempos Livres.

Para o apoio aos idosos existe apenas um lar com capacidade para 125 idosos mas, em 1998⁶⁰, este encontrava-se sublotado. O apoio domiciliário era prestado a 189 idosos, lotando a capacidade dos serviços neste tipo de apoio. As formas existentes de apoio referidas cobrem as necessidades de cerca de 14% da população idosa, o que é bastante insatisfatório. Perante a distribuição dos apoios prestados, julga-se que de imediato, o apoio domiciliário deveria ser incrementado, sobretudo nos pequenos núcleos populacionais que pontuam o concelho, atendendo a que a actual instituição

⁵⁹ Idem

⁶⁰ Idem

que hoje presta este tipo de apoio o faz no limite da sua capacidade.

Existem ainda na ilha outros estabelecimentos com fins sociais mais específicos (situações sociais mais difíceis e de risco, etc) cuja taxa de ocupação ronda os 60%.

C.8.3.2.3. Saúde

A este nível pode considerar-se que a ilha do Faial se encontra bem dotada face aos quantitativos populacionais em presença (população desta ilha e doutras ilhas, no caso do hospital regional). Da rede pública de saúde fazem parte um hospital, um centro de saúde sem internamento, onze extensões do mesmo, e dois postos médicos, existem ainda três farmácias e dois postos de medicamentos. As carências efectivamente sentidas ao nível da saúde nesta ilha dizem respeito à insuficiência dos recursos humanos.

C.8.3.2.4. Desporto

A nível desportivo pode considerar-se que a ilha se encontra bem dotada, possuindo uma superfície desportiva útil por habitante superior à indicada oficialmente (quase o dobro). São predominantes os campos de pequenos jogos (21), seguidos dos campos de grandes jogos(8), das salas de desporto (4), das instalações especiais (3) das piscinas (2) e da pista de atletismo.

C.8.3.2.5. Cultura e recreio

Em termos culturais, a Horta oferece alguma variedade de equipamentos de qualidade, sendo de destacar quatro bibliotecas (uma delas Pública e Arquivo da Horta), um Teatro (em processo de reabilitação, o Museu da Horta e Jardim Botânico, os centros de produção da Horta da RTP e RDP, dois jornais diários e mais sete publicações. São de bastante importância a intervenção e o número de filarmónicas, bem como a multiplicidade de associações culturais e recreativas existentes.

C.8.3.3. Ilha das Flores

A exiguidade territorial e demográfica da ilha das Flores, associada à relativa facilidade de acesso inter-centros justifica, nesta matéria, uma abordagem global à ilha atendendo a que cada concelho – Santa Cruz e Lages, considerado isoladamente e como consequência dos condicionalismos referidos, não possui dimensão populacional (população-base) que justifique a implantação de determinados equipamentos, designadamente os de nível superior (tal como foi realizado no âmbito dos respectivos PDM`s).

Da análise global do nível de dotação de equipamentos colectivos da Ilha das Flores face aos quantitativos populacionais em presença e às condições de acesso aos mesmos, pode considerar-se que a ilha está bem dotada, mesmo considerando que, para alguns equipamentos, a utilização se estende à população da ilha do Corvo.

C.8.3.3.1. Ensino

À data dos Relatórios Descritivos e Propositivos dos PDM'S, o Ensino Básico dos 1º, 2º e 3º Ciclos tinha uma cobertura bastante elevada em ambos os concelhos, atingindo-se mesmo situações de sub-ocupação em quase todos os estabelecimentos. Atendendo a que entre 1991 e 2001, a população jovem diminuiu 6,7% (menos 293 indivíduos com entre zero e catorze anos), a dotação será por isso actualmente superior.

O ensino secundário é ministrado no concelho de Santa Cruz e no ano lectivo 1998/99⁶¹ foi frequentado por 126 alunos.

⁶¹ Fonte: Anuário Estatístico da Região Autónoma dos Açores 2000, INE, 2001

C.8.3.3.2. Segurança Social

Na ilha das Flores existem duas unidades de apoio à população entre os 3 meses e os 5 anos com as valências Creche e Jardim de Infância, dotados de capacidade para apoiar 100 crianças, no entanto, já em 1998⁶², a ocupação encontrava-se á quem da capacidade existente (70 crianças). A diminuição tendencial da população jovem a par da baixa taxa de actividade feminina justificam este cenário considerando-se assim que a dotação actual de equipamentos de apoio à população desta faixa etária é suficiente.

Não existe nenhuma unidade de actividades de Tempos Livres.

Para o apoio aos idosos existe apenas um lar, já em 1998⁶³ sobrelotado, e o apoio domiciliário era prestado a nove idosos. Embora os valores indicados oficialmente sejam praticamente cumpridos é evidente o envelhecimento tendencial da população, muito embora nesta ilha, ele seja sobretudo importante na base da pirâmide etária e ainda muito pouco significativo no topo, julga-se que neste domínio a dotação poderá ser melhorada, pois espera-se que o envelhecimento demográfico se venha a acentuar no decurso da próxima década e aí já com mais importância ao nível do topo da pirâmide etária.

O apoio domiciliário deverá igualmente ser incrementado sobretudo nos pequenos núcleos populacionais mais periféricos que pontuam a ilha.

Existem ainda na ilha outros estabelecimentos com fins sociais mais específicos (situações sociais mais difíceis e de risco) cuja taxa de ocupação é inferior a 50%.

C.8.3.3.3. Saúde

A dotação da ilha ao nível dos equipamentos de saúde é satisfatória quando dimensionada com o efectivo populacional em presença. Existe (dados de 1999⁶⁴) um Centro de Saúde com internamento, seis extensões do mesmo e uma farmácia. Nas

⁶² Idem

⁶³ Idem

⁶⁴ Idem

situações de doença que necessitam de cuidados mais especializados, os doentes são transferidos para o Hospital da ilha Terceira. As carências mais sentidas não são tanto ao nível das estruturas físicas de apoio, mas antes ao nível dos recursos humanos (médicos, enfermeiros e paramédicos).

C.8.3.3.4. Desporto

A ilha está bastante bem dotada ao nível do equipamento desportivo. Os 4m²/habitante indicados oficialmente são largamente ultrapassados nesta ilha, em 2001, aquele valor era de 17m²/habitante. São predominantes os polidesportivos de pequenos jogos, existindo ainda três campos de grandes jogos, um estádio municipal com pista de atletismo e um pavilhão gimnodesportivo. Para além destas estruturas físicas existem na ilha várias associações desportivas que fomentam a prática desportiva.

C.8.3.3.5. Cultura e Recreio

Neste domínio existem alguns equipamentos culturais e de recreio – bibliotecas, museus, auditórios, imprensa, a par da existência de algumas associações com fins culturais e recreativos. Havendo espaço a uma maior diversificação (cinema, teatro, centro cultural, ...), é sobretudo importante a política autárquica de promoção cultural e do dinamismo dos grupos e das associações culturais.

C.8.3.4. Ilha Graciosa

A ilha da Graciosa é constituída apenas pelo concelho da Graciosa o qual se pode considerar ter uma boa cobertura de equipamentos colectivos quando dimensionados com a população em presença.

C.8.3.4.1. Ensino

À data do Relatório Descritivo e Propositivo do PDM o Ensino Básico dos 1º, 2º e 3º Ciclos tinha uma boa cobertura, atingindo-se mesmo situações de sub-ocupação em quase todos os estabelecimentos. Atendendo a que entre 1991 e 2001, a população jovem diminui 25% (menos 273 indivíduos entre zero e catorze anos), a dotação será, actualmente superior. Dados de 1998/99⁶⁵ informam que existiam 8 estabelecimentos de ensino para 274 crianças e que os 2º e 3º ciclos do ensino básico eram ministrados na EB 2,3 a 177 e 201 alunos respectivamente, sendo a capacidade da escola claramente superior a este quantitativo (504 alunos).

O ensino secundário foi ministrado no ano lectivo 1998/99⁶⁶ a 143 alunos.

C.8.3.4.2. Segurança Social

Na ilha da Graciosa existem duas unidades de apoio à população entre os 3 meses e os 5 anos, Creche e Jardim de Infância, com capacidade para apoiar 55 crianças, no entanto, já em 1998⁶⁷ a ocupação encontrava-se á quem da capacidade existente (50 crianças). A diminuição tendencial da população jovem a par da baixa taxa de actividade feminina justificam este cenário, considerando-se por isso que a dotação actual de equipamentos de apoio à população desta faixa etária é suficiente.

Não existe nenhuma unidade de actividades de Tempos Livres.

Para o apoio aos idosos existe apenas um lar que já em 1998⁶⁸ se encontrava utilizado no limite da sua capacidade (60 idosos) sendo o apoio domiciliário prestado a 106 idosos, quando a capacidade é de 118. O apoio prestado cobre 17% da população idosa o que é francamente satisfatório, contudo, o tendencial envelhecimento demográfico e a lotação do único lar existente, já em 1998, poderá indiciar a necessidade de incrementar este tipo de unidades já que, aparentemente, o apoio

⁶⁵ Idem

⁶⁶ Fonte: Anuário Estatístico da Região Autónoma dos Açores 2000, INE, 2001

⁶⁷ Idem

⁶⁸ Idem

domiciliário é suficiente para os casos solicitados.

C.8.3.4.3. Saúde

O centro de saúde com internamento e a farmácia existentes são suficientes para a população que se destinam servir.

C.8.3.4.4. Desporto

A nível desportivo pode considera-se que a ilha da Graciosa se encontra também bem dotada, de infraestruturas possuindo uma superfície desportiva útil por habitante superior à indicada oficialmente (ligeiramente superior ao dobro). São predominantes os campos de pequenos jogos (5), seguidos dos campos de grandes jogos(4), das salas de desporto (1) e das instalações especiais (1).

C.8.3.4.5. Cultura e recreio

Embora a população não pareça apresentar muita receptividade a determinadas actividades culturais, pode considerar-se que a ilha se encontra satisfatoriamente servida pois apresenta alguma oferta, nomeadamente duas bibliotecas, um museu, uma praça de touros, onde se efectuam alguns espectáculos musicais e outros, casas do povo e um número significativo de associações culturais e desportivas. A necessidade de uma sala de espectáculos é mencionado no PDM.

C.8.3.5. Ilha do Pico

A ilha do Pico é composta por três concelhos – Madalena, São Roque e Lages. Por terem dimensões demográficas próximas e reduzidas e por os níveis de dotação dos equipamentos colectivos não apresentarem desigualdades de assinalar, (apenas

Madalena se destaca ligeiramente), a abordagem desta ilha é realizada globalmente e não concelho a concelho.

C.8.3.5.1. Ensino

A ilha possui os 1º, 2º e 3º ciclos de ensino básico e o secundário nos três concelhos e apenas o concelho de Madalena possui ensino profissional. Se à data do PDM existiam situações pontuais de sobrelotação em alguns estabelecimentos, hoje provavelmente já não existirão devido ao facto de se ter verificado um importante decréscimo demográfico (na ordem dos 25%), entre 1991 e 2001, no grupo etário dos entre 0 e 14 anos.

C.8.3.5.2. Segurança Social

Na ilha do Pico existem cinco unidades de apoio à população entre os 3 meses e os 5 anos, valências Creche e Jardim de Infância, com capacidade para apoiar no total 173 crianças, no entanto, já em 1998⁶⁹ a ocupação encontrava-se á quem da capacidade existente (150 crianças). A diminuição tendencial da população jovem a par da baixa taxa de actividade feminina justificam este cenário, considerando-se por isso que a dotação actual de equipamentos de apoio à população desta faixa etária é suficiente.

Existem duas unidades de Actividades de Tempos Livres na ilha, nos concelhos de Madalena e Lages, com um número de utentes superior à capacidade dos estabelecimentos.

Para o apoio aos idosos existe apenas um lar, em Madalena, que já em 1998⁷⁰ se encontrava utilizado no limite da sua capacidade (60 idosos) o apoio domiciliário era prestado nos 3 concelhos a 268 idosos, existindo capacidade para apoiar 273. O apoio prestado cobre 11% da população idosa, o que é satisfatório, contudo o tendencial envelhecimento demográfico e a lotação do único lar existente, já em 1998, poderá

⁶⁹ Idem

⁷⁰ Idem

indiciar a necessidade de incrementar este tipo de unidades já que, aparentemente, o apoio domiciliário é suficiente para os casos solicitados.

Existem ainda na ilha outros estabelecimentos com fins sociais mais específicos (situações sociais mais difíceis e de risco) cuja taxa de ocupação ronda os 50%.

C.8.3.5.3. Saúde

A dotação da ilha ao nível dos equipamentos de saúde é satisfatória quando dimensionada com o efectivo populacional em presença. Existem (dados de 1999⁷¹) um centro de saúde em cada concelho com internamento, treze extensões dos mesmos e três farmácias, uma em cada concelho. Nas situações de doença que necessitam de cuidados mais especializados, os doentes são transferidos predominantemente para o hospital da Horta. Como acontece na maioria das ilhas, as carências mais sentidas não são ao nível das estruturas físicas de apoio mas antes ao nível dos recursos humanos (médicos, enfermeiros e paramédicos).

C.8.3.5.4. Desporto

A nível de infraestruturas desportivas pode considerar-se que a ilha do Pico se encontra bem dotada, possuindo uma superfície desportiva útil por habitante superior à indicada oficialmente, na ordem dos 10m²/habitante. São predominantes os campos de pequenos jogos (30), seguidos dos campos de grandes jogos(12), das salas de desporto (4), das instalações desportivas especiais (3), das piscinas (2) e da pista de atletismo.

C.8.3.5.5. Cultura e recreio

Neste domínio existem alguns equipamentos culturais e de recreio – bibliotecas, museu

⁷¹ Idem

dos Baleiros e Auditório Municipal nas Lages, museu do vinho em Madalena, imprensa, rádio, grupos de teatro, ranchos folclóricos, filarmónicas, escolas de música, a par da existência de algumas associações com fins culturais e recreativos. Havendo espaço a uma maior diversificação (cinema, centro cultural, ...), é sobretudo importante a política autárquica de promoção cultural e do dinamismo dos grupos e das associações culturais.

C.8.3.6. Ilha de Santa Maria

O concelho de Santa Maria (único município da ilha) encontra-se em termos gerais insuficientemente servido, existindo alguns domínios onde apresenta carências que não permitem a melhor prestação de apoio à população local.

C.8.3.6.1. Ensino

O Ensino Básico dos 1º, 2º e 3º Ciclos cobre as necessidades actuais da população concelhia, existindo, no ano lectivo 1998/99, para o 1º ciclo 8 estabelecimentos servindo 430 alunos, enquanto o ensino dos 2º e 3º ciclos é prestado a 218 e 335 alunos, respectivamente. O ensino secundário era composto, em 1998/99, por 278 alunos. Atendendo a que entre 1991 e 2001, a população jovem diminuiu 34,6% (menos 616 indivíduos com entre zero e catorze anos), a dotação será, por isso actualmente superior.

C.8.3.6.2. Segurança Social

Na ilha de Santa Maria não existe nenhuma creche (população entre 3 meses e dois anos), existindo apenas uma unidade de apoio à população entre os 3 e os 5 anos (Jardim de Infância), com capacidade para apoiar 45 crianças, a qual em 1998/99 era totalmente ocupada. A diminuição tendencial da população jovem, a par da baixa taxa de actividade feminina, justificam este cenário, considerando-se que a dotação actual

de equipamentos de apoio à população desta faixa etária é suficiente, sendo este também o parecer da SREC.

Não existe nenhuma unidade de actividades de Tempos Livres.

Para o apoio aos idosos existe apenas um lar com capacidade para 12 idosos e o apoio domiciliário é prestado a 40 idosos. Mesmo não se encontrando lotado em 1998⁷² e, porque se destina exclusivamente a mulheres, julga-se necessária a existência de pelo menos mais um lar para que os valores oficiais possam vir a ser cumpridos, e as necessidades futuras (não muito longínquas) possam ser satisfeitas. Efectivamente, embora o envelhecimento tendencial da população seja, nesta ilha, importante na base da pirâmide etária, julga-se que, neste domínio, a dotação poderá ser melhorada quando se espera que o envelhecimento demográfico se venha a acentuar no decurso da próxima década e aí já com mais importância ao nível do topo da pirâmide etária.

O apoio domiciliário deverá igualmente ser incrementado sobretudo nos inúmeros pequenos núcleos populacionais que pontuam a ilha.

C.8.3.6.3. Saúde

A dotação da ilha ao nível dos equipamentos de saúde é satisfatória quando dimensionada com o efectivo populacional em presença. Existe (dados de 1999⁷³) um Centro de Saúde com internamento, quatro extensões do mesmo e uma farmácia. Nas situações de doença que necessitam de cuidados mais especializados os doentes são transferidos para o Hospital de Ponta Delgada. As carências mais sentidas não são tanto ao nível das estruturas físicas de apoio, mas antes ao nível dos recursos humanos. Julga-se necessária a existência de pelo menos um posto de medicamentos na freguesia de Santo Espírito.

⁷² Idem

⁷³ Idem

C.8.3.6.4. Desporto

A ilha está satisfatoriamente dotada ao nível do equipamento desportivo em termos quantitativos mas a oferta pública é pouco diversificada. No seu conjunto, existem 2 campos de grandes jogos, 7 de pequenos jogos, 2 salas de desporto, 1 piscina e 5 instalações desportivas especiais (os dois últimos pertencentes a clubes privados).

C.8.3.6.5. Cultura e Recreio

Neste domínio existem alguns equipamentos culturais e de recreio – 3 bibliotecas, 2 museus, imprensa e rádio, a par da existência de casas do povo e centros paroquiais onde se realizam, festas, vendas, convívios, etc, havendo, contudo, espaço para uma maior diversificação (espaços polivalentes cinema, teatro, centro cultural, ...).

C.8.3.7. Ilha de S. Jorge

A ilha de São Jorge é composta pelos concelhos de Calheta e Velas. Por terem dimensões demográficas reduzidas e os níveis de dotação dos equipamentos colectivos não apresentarem desigualdades de assinalar (apenas Velas se destaca ligeiramente), e por ambas terem uma dependência semelhante de Angra do Heroísmo e Ponta Delgada, para equipamentos de nível médio e superior, a abordagem desta ilha é realizada globalmente e não concelho a concelho.

C.8.3.7.1. Ensino

A ilha possui os 1º, 2º e 3º ciclos do ensino básico e ensino secundário nos dois concelhos e apenas no concelho de Velas existe ensino profissional. O 1º ciclo era frequentado em 1998/99 por 616 alunos, o 2º ciclo por 375 alunos, o 3º ciclo por 551.

Relativamente recente o ensino secundário existente na ilha foi frequentado no mesmo ano lectivo por 380 alunos, sendo o ensino profissional ministrado a 99 pessoas. Se à data do PDM existiam situações pontuais de sobrelotação em alguns estabelecimentos (em Velas, sobretudo), elas hoje provavelmente já não existirão devido ao facto de se ter verificado um importante decréscimo demográfico, entre 1991 e 2001, no grupo etário dos entre 0 e 14 anos, na ordem dos 35%.

C.8.3.7.2. Segurança Social

Na ilha de São Jorge existem cinco unidades de apoio à população entre os 3 meses e os 5 anos, valências Creche e Jardim de Infância, com capacidade para apoiar no total 229 crianças, no entanto, já em 1998⁷⁴, a ocupação se encontrava á quem da capacidade existente (185 crianças). A diminuição tendencial da população jovem, a par da baixa taxa de actividade feminina justificam este cenário considerando-se por isso que a dotação actual de equipamentos de apoio à população desta faixa etária é suficiente.

Existem duas unidades de Actividades de Tempos Livres na ilha, exclusivamente no concelho de Velas, que se encontravam sobelotadas em 1998/99.

Para o apoio aos idosos existe apenas um lar em toda a ilha, Velas, que já em 1998⁷⁵ se encontrava utilizado no limite da sua capacidade (60 idosos) o apoio domiciliário era prestado a 405 idosos, estando no limite da sua capacidade. O apoio prestado cobre cerca de 27% da população idosa o que é muito satisfatório em termos globais, contudo, o tendencial envelhecimento demográfico e a lotação do único lar existente poderá indiciar a necessidade de incrementar este tipo de unidades. Devido às características do povoamento, à extensão territorial dos concelhos e ao peso da população idosa existente actualmente, deverá ser incrementado o apoio domiciliário.

⁷⁴ Idem

⁷⁵ Idem

C.8.3.7.3. Saúde

A dotação da ilha ao nível dos equipamentos de saúde é satisfatória quando dimensionada com o efectivo populacional em presença. Existem (1999⁷⁶): um centro de saúde em cada concelho, ambos com internamento; onze extensões dos mesmos; duas farmácias, uma em cada concelho e um posto de medicamentos em Velas. Calheta talvez justifique, apesar da sua reduzida dimensão populacional, um posto de medicamentos na parte mais oriental do concelho, dada a sua distância ao centro urbano. Nas situações de doença que necessitam de cuidados mais especializados os doentes são transferidos predominantemente para os hospitais de Ponta Delgada ou Angra do Heroísmo. Como acontece na maioria das ilhas, as carências mais sentidas não são ao nível das estruturas físicas de apoio mas antes ao nível dos recursos humanos (médicos e enfermeiros).

C.8.3.7.4. Desporto

A nível de infraestruturas desportivas, pode considerar-se que a ilha do Pico se encontra bem dotada, possuindo uma superfície desportiva útil por habitante superior ao dobro da indicada oficialmente na ordem dos 9,8m²/habitante. São predominantes os campos de pequenos jogos (13), seguidos dos campos de grandes jogos(7), das salas de desporto (3), das instalações desportivas especiais (1) e da pista de atletismo. Apesar da dotação total ser, teoricamente, boa, poder-se-ia apostar na diversificação, nomeadamente no aumento dos recintos especiais e das piscinas.

C.8.3.7.5. Cultura e recreio

Neste domínio existem alguns equipamentos culturais e de recreio – bibliotecas, museu em Calheta, Casa etnográfica em Velas, uma estação emissora de rádio em Velas,

⁷⁶ Idem

grupos de teatro, ranchos folclóricos, filarmónicas, escolas de música, a par da existência de algumas associações com fins culturais e recreativos. Havendo espaço a uma maior diversificação (cinema, centro cultural, ...), é sobretudo importante a política autárquica de promoção cultural de forma a contrariar a falta de dinamismo dos agentes culturais.

C.8.3.8. Ilha de S. Miguel

A dimensão territorial, o volume demográfico e a divisão administrativa (composta por seis concelhos) da ilha de São Miguel, ao contrário do que sucede noutras ilhas, justifica, nesta matéria, uma abordagem concelho a concelho.

Salienta-se, da abordagem realizada, a existência de significativas disparidades na dotação de equipamentos colectivos no conjunto dos seis concelhos da ilha, obviamente associada não só à inexistência de uma população base que justifique a implantação de determinados equipamentos (os de nível superior) em alguns concelhos, como à desigual distribuição das principais ligações marítimas, aéreas e por terra e, sobretudo, às diferenciadas condições de acessibilidade aos centros mais importantes.

C.8.3.8.1. Concelho de Lagoa

O concelho de Lagoa apresenta vários condicionalismos a uma abordagem semelhante à realizada para a generalidade dos concelhos e ilhas. Desde logo, a desactualidade do PDM em vigor, que não se encontra ajustado à realidade actual. Com efeito o concelho de Lagoa tem vindo nos últimos anos a reforçar a sua função de dormitório de Ponta Delgada dada a proximidade geográfica entre ambos. Os resultados dos Censos 2001, ainda que provisórios, comprovam isso mesmo, denunciando um acréscimo demográfico de aproximadamente 10%, ou seja de 1226 pessoas.

Já à data da proposta final do PDM em vigor, este reflectia a existência de variadas carências. O recurso a dados oficiais mais recentes (1998 e 1999), mesmo que não tão

exaustivo que a abordagem realizada no PDM, parece indicar a manutenção de significativas carências em quase todos os equipamentos.

Em função do dimensionamento demográfico actual (14126 habitantes) deste concelho, e numa abordagem superficial e generalista, pode afirmar-se que existem carências em quase todos os domínios, nomeadamente, creches, jardins de infância, centros de ATL, salas para 1º ciclo do ensino básico, estabelecimento de ensino secundário, lares e outros serviços de apoio a idosos, extensões do centro de saúde, farmácias, instalações desportivas e diversificação da oferta cultural.

Contudo, a realidade deste concelho exige uma reavaliação pormenorizada do nível de dotação de equipamentos colectivos e das carências existentes que deverá ser efectuada pelo município.

C.8.3.8.2. Concelho de Nordeste

a) Ensino

À data do Relatório da 1º Fase do PDM em vigor (1992), o Ensino Básico dos 1º, 2º e 3º Ciclos tinha uma cobertura satisfatória no concelho atingindo-se mesmo situações de sub-ocupação em quase todos os estabelecimentos. Existem actualmente 12 estabelecimentos do Ensino Básico do 1º Ciclo e uma Escola 2,3. Atendendo a que entre 1991 e 2001, a população jovem diminuiu 36,8% (menos 606 indivíduos com entre zero e catorze anos), a dotação será por isso actualmente superior.

O ensino secundário é ministrado na sede do concelho, e no ano lectivo 1998/99⁷⁷ foi frequentado por 134 alunos.

Existe uma Escola Profissional – Casa do Trabalho do Nordeste, que assegura cursos de artesanato, tecelagem, rendas, bordados, corte e costura, a qual no ano lectivo 1998/99⁷⁸ foi frequentada por 37 raparigas.

⁷⁷ Idem

⁷⁸ Idem

b) Segurança Social

No concelho de Nordeste existe uma unidade de apoio à população entre os 3 meses e os 5 anos, com as valências Creche e Jardim de Infância, com capacidade para apoiar 25 crianças, no entanto, já em 1998⁷⁹, a ocupação encontrava-se á quem da capacidade existente (apenas 18 crianças). A diminuição tendencial da população jovem, a baixa taxa de actividade feminina, a par da tradição do campesinato e do consequente envolvimento de toda a família nas tarefas do campo, nomeadamente das crianças, justificam este cenário, considerando-se por isso, que a dotação actual de equipamentos de apoio à população desta faixa etária é suficiente, pelo menos, não há procura que justifique a existência de novos estabelecimentos. Em termos teóricos, e apesar da progressiva diminuição da população infantil, justificar-se-ia uma melhor dotação a este nível.

Existe uma unidade de Actividades de Tempos Livres, com capacidade para apoiar 40 crianças, contudo em 1998, encontrava-se subocupada (37 crianças).

Para o apoio aos idosos existe apenas um lar e um centro de dia, ambos, em 1998⁸⁰, sublotados enquanto que o apoio domiciliário era prestado a 70 idosos. Embora a capacidade dos estabelecimentos permita cumprir largamente os valores indicados oficialmente, a utilização efectiva destas valências está ainda á quem da sua capacidade. Julga-se contudo que a manter-se a tendência para o envelhecimento demográfico (entre 1991 e 2001 a população com mais de 65 anos aumentou 33%), será necessária uma maior intervenção no apoio à população idosa, mesmo que este passe predominantemente pelo apoio domiciliário.

De imediato o apoio domiciliário deveria ser incrementado, sobretudo nos pequenos núcleos populacionais que pontuam o concelho, atendendo a que a capacidade actual da instituição que hoje presta este tipo de apoio o faz no limite da sua capacidade.

Existem ainda na ilha outros estabelecimentos com fins sociais mais específicos (situações sociais mais difíceis e de risco) cuja taxa de ocupação ronda os 80%.

⁷⁹ Idem

⁸⁰ Idem

c) Saúde

A dotação da ilha ao nível dos equipamentos de saúde é insuficiente, não tanto quando dimensionada com o efectivo populacional em presença, mas sobretudo com as distâncias a percorrer para aceder aos equipamentos existentes. Existe (dados de 1999⁸¹) um Centro de Saúde com internamento, uma extensão do mesmo na Achada, dois dispensários materno-infantis, uma farmácia e um posto de medicamentos. Nas situações de doença que necessitam de cuidados mais especializados os doentes são transferidos para o Hospital de Ponta Delgada, cuja acessibilidade é deficiente.

Tendo em atenção a estrutura do povoamento e as condições de acessibilidade e de transporte (escassez de transportes públicos), considera-se que a cobertura dos equipamentos de saúde não satisfaz as necessidades da população utilizadora. Acresce ainda a este facto a efectiva carência ao nível dos recursos humanos (médicos, enfermeiros e paramédicos).

d) Desporto

A oferta de equipamentos desportivos do concelho de Nordeste é reduzida e pouco diversificada e a existente nem sempre possui as condições necessárias. Embora todas as freguesias estejam dotadas de recintos para a prática desportiva (pequenos campos de jogos), os poucos equipamentos de nível superior localizam-se no centro urbano, nomeadamente um pavilhão desportivo e um campo de grandes jogos. Existem ainda algumas colectividades desportivas embora vivendo, regra geral, com dificuldades financeiras.

À pouca oferta destes equipamentos faz jus uma reduzida e desinteressada procura, não só devido à predominância de população rural, como ao “pesado” envelhecimento demográfico da população e às deficientes condições dos equipamentos existentes. A estas circunstâncias acrescem ainda as dificuldades na dinamização da competição desportiva devido à fraca acessibilidade ao restante território da ilha.

⁸¹ Idem

e) Cultura e Recreio

Mais uma vez, também neste domínio a oferta não é muita nem diversificada. Neste concelho existe uma biblioteca no centro urbano e duas salas de leitura em duas outras freguesias do concelho, um museu e um local de exibição de filmes. Neste contexto tem particular relevância a existências de algumas associações culturais, ranchos folclóricos e bandas filarmónicas.

C.8.3.8.3. Concelho de Povoação

a) Ensino

No concelho existe o ensino básico dos 1º, 2º e 3º Ciclos, os quais no ano lectivo 1998/99, ministravam o ensino em 11 estabelecimentos do 1º ciclo (530 alunos), 1 estabelecimento com 2º ciclo (240 alunos) e 1 estabelecimento com 3ª ciclo (348 alunos).

O ensino secundário, na mesma data, possuía 210 alunos, existindo também uma escola profissional com 40 alunos.

À data do PDM do município foram denunciadas algumas carências ao nível do ensino básico, contudo, atendendo a que entre 1991 e 2001, a população jovem diminui 34% (menos 747 indivíduos com entre zero e catorze anos), a situação de então deverá estar ultrapassada.

b) Segurança Social

A julgar pela dotação em 1998, e face à população existente em 2001, a situação ao nível da cobertura de equipamentos de apoio social é satisfatória.

Para o apoio à infância existe uma unidade creche/jardim de infância com capacidade para 70 crianças mas só é utilizada por 61 e cinco centros de ATL, praticamente lotados.

Para apoio aos idosos, existem dois centros de dia e um lar, ambos ligeiramente subocupados e o apoio domiciliário é prestado a 72 idosos, num total de capacidade para 84 idosos

c) Saúde

A dotação do concelho de Povoação ao nível dos equipamentos de saúde é satisfatória quando dimensionada com o efectivo populacional em presença. Existem (1999⁸²) um centro de saúde com internamento, cinco extensões do mesmo, uma farmácia e um posto de medicamentos. Nas situações de doença que necessitam de cuidados mais especializados, os doentes são transferidos para o hospital de Ponta Delgada. Como acontece na maioria das ilhas, as carências mais sentidas são ao nível dos recursos humanos (médicos e enfermeiros).

d) Desporto

À data do PDM do município (1994) existiam 2 campos de grandes jogos, 6 campos de pequenos jogos e uma piscina, dotação esta considerada insuficiente. Contudo estavam em projecto ou em execução 1 pavilhão gimnodesportivo com piscina e dois centros desportivos e recreativos.

e) Cultura e recreio

Neste domínio existem alguns equipamentos culturais e de recreio – Biblioteca e auditório, cine-teatro (espaço polivalente), imprensa, filarmónicas e escolas de música, a par da existência de algumas associações com fins culturais e recreativos. Há, contudo, espaço a uma maior diversificação.

⁸² Idem

C.8.3.8.4. Concelho de Ribeira Grande

O concelho de Ribeira Grande encontra-se satisfatoriamente dotado de equipamentos colectivos existindo, contudo, alguns domínios onde o nível de dotação poderá ser melhorado e mais ajustado à população residente.

a) Ensino

O concelho possui os 1º, 2º e 3º ciclos de ensino básico e o ensino secundário. O 1º ciclo era frequentado em 1998/99 por 2950 alunos, o 2º ciclo por 1321 alunos e o 3º ciclo por 1290. O ensino secundário existente na ilha foi frequentado no mesmo ano lectivo por 644 alunos. Se à data do PDM existiam situações pontuais de carência, elas hoje provavelmente já não existirão devido ao facto de se ter verificado um importante decréscimo demográfico, entre 1991 e 2001, no grupo etário dos 0 aos 14 anos (na ordem dos 25%).

b) Segurança Social

Neste concelho existem seis unidades de apoio à população entre os 3 meses e os 5 anos, Creche e Jardim de Infância, com capacidade para apoiar 199 crianças, no entanto, em 1998⁸³, a ocupação encontrava-se á quem da capacidade existente (apenas 167 crianças). A diminuição tendencial da população jovem, a baixa taxa de actividade feminina, a par da tradição do campesinato e do conseqüente envolvimento de toda a família nas tarefas do campo, nomeadamente das crianças, justificam este cenário, considerando-se por isso que a dotação actual de equipamentos de apoio à população desta faixa etária é suficiente, não havendo procura que justifique a existência de novos estabelecimentos.

Existem cinco unidades de Actividades de Tempos Livres, com capacidade para apoiar 180 crianças, encontrando-se, em 1998, totalmente ocupadas, indiciando desta forma a insuficiência deste equipamento.

⁸³ Idem

Para o apoio aos idosos existem dois centros de dia lotados e dois lares, também ocupados quase na totalidade da sua capacidade. O apoio domiciliário era prestado a 214 idosos, no limite da capacidade das instituições que os prestam. Julga-se que face a situação de 1998, a manter-se a tendência para o envelhecimento demográfico (entre 1991 e 2001 a população com mais de 65 anos aumentou 11%), será necessário um maior apoio à população idosa.

Existem ainda na ilha outros estabelecimentos com fins sociais mais específicos (situações sociais mais difíceis e de risco) cuja taxa de ocupação ronda os 81%.

c) Saúde

Neste domínio considera-se que o concelho se encontra deficientemente dotado ao nível das extensões do centro de saúde. Com efeito existe um centro de saúde e apenas seis extensões do mesmo, para um total de 14 freguesias que constituem o concelho. As cinco farmácias e o posto de medicamentos existentes são suficientes quando avaliados em função das indicações oficiais.

d) Desporto

Os equipamentos desportivos existentes são ainda muito insuficientes havendo, como consequência, um reduzido dinamismo ao nível da competição.

e) Cultura e recreio

Existem alguns equipamentos culturais e de recreio – bibliotecas, casa da cultura, teatro, uma estação emissora de rádio e imprensa, filarmónicas, escolas de música, a par da existência de algumas associações com fins culturais e recreativos. Há pois possibilidade de uma muito maior diversificação, sendo apresentadas no PDM do município várias propostas neste sentido.

C.8.3.8.5. Concelho de Vila Franca do Campo

Este concelho ainda apresenta significativas carências em quase todos os domínios, face ao quantitativo populacional existente.

a) Ensino

Existem apenas os três ciclos do ensino básico mas não o secundário nem o profissional. Já no PDM eram denunciadas carências tanto ao nível do ensino básico, como pela ausência do ensino secundário. Actualmente, mesmo tendo-se verificado uma diminuição significativa da população dos 0 aos 14 anos, entre 1991 e 2001, continuam a persistir carências neste domínio.

b) Segurança Social

Existem duas unidades com as valências creche/jardim de infância, que em 1998/99 se encontravam lotadas não existindo nenhum centro de ATL no concelho.

No apoio aos idosos, cuja procura é reduzida, existe um lar com capacidade para apoiar 12 idosos, mas só o estavam a utilizar 10 idosos. A capacidade do apoio domiciliário prestado também não era totalmente utilizada.

c) Saúde

O panorama ao nível da saúde não é satisfatório. Existe um centro de saúde e apenas uma extensão do mesmo e duas farmácias.

d) Desporto

É também insuficiente o número de instalações desportivas face à população existente. Existiam apenas, à data do PDM (1996), 4 campos de pequenos jogos, 2 campos de grandes jogos e uma sala de desporto.

e) Cultura e recreio

Neste domínio existem alguns equipamentos culturais e de recreio – duas bibliotecas, um museu, uma publicação da imprensa, uma sala de espectáculos, filarmónicas e escolas de música, a par da existência de algumas associações com fins culturais e recreativos. Há, contudo, espaço a uma maior diversificação e, sobretudo, um maior dinamismo dos agentes culturais.

C.8.3.8.6. Concelho de Ponta Delgada

O concelho de Ponta Delgada, cujo centro urbano é, por excelência, o Centro Regional da Região Autónoma dos Açores, polarizador de todo o funcionamento político-administrativo e funcional e o maior pólo demográfico (65 853 habitantes em 2001) do Arquipélago, possui, por inerência da sua importância, todos os equipamentos colectivos, desde o nível mais básico ao nível superior. Contudo, não é por este motivo que não deixa de possuir significativas carências em todos os domínios de apoio dos equipamentos colectivos.

Esta é, pelo menos, a situação denunciada pelo PDM em vigor. Contudo, devido à sua antiguidade, não permite o conhecimento ajustado face à realidade de hoje. A manterem-se, pelo menos, parte das carências referidas então, estas continuam a ser dificilmente inumeráveis num Plano com a natureza do POT, devido não só à quantidade de equipamentos como à própria complexidade de análise da dotação de equipamentos face à dimensão populacional.

Pelos factos referidos, julga-se que terá de ser feita, pelo município, uma reavaliação do nível de dotação de equipamentos do concelho, para a qual terá de dar-se especial atenção a dois aspectos essenciais:

o significativo crescimento da população total do concelho de Ponta Delgada (6%), que se registou entre 1991 e 2001 (mais 3864 indivíduos);

a diminuição, no mesmo período, da população jovem na ordem dos 24% (menos 4660 jovens) e o aumento de 29% da população idosa (mais 1603 indivíduos com mais de 65 anos).

Esta evolução da estrutura demográfica concelhia, claramente em acentuado processo de envelhecimento demográfico (tanto na base da pirâmide como no topo) é especialmente importante quando se estão a analisar e prever equipamentos a médio prazo. Neste sentido, as tendências de evolução desenhadas são importantes alertas, por um lado para o sistema de protecção social, pois é significativamente crescente o número de cidadãos "não produtivos" ou a atingir a idade da reforma e a necessitar de lares de terceira idade, assistência domiciliária, hospitais, medicamentos, por outro lado o abrandamento da pressão dos jovens poderá representar uma oportunidade estratégica para a melhoria qualitativa dos equipamentos de apoio à população jovem.

C.8.3.9. Ilha Terceira

A ilha da Terceira é constituída pelos concelhos de Angra do Heroísmo e Praia da Vitória. No seu conjunto, a ilha encontra-se bem dotada ao nível da maioria dos equipamentos colectivos, contudo a dimensão territorial da ilha e o volume populacional de cada concelho obrigam à análise de cada concelho separadamente.

C.8.3.9.1. Concelho de Angra do Heroísmo

Este concelho é o segundo mais importante a nível regional, tanto ao nível político-administrativo como demográfico e funcional, estendendo a sua influência a muitas ilhas do Arquipélago. É detentor de equipamentos colectivos de nível superior que só existem também em Ponta Delgada. Como consequência desta importância, o concelho de Angra é obrigado a possuir uma sólida e diversificada rede de equipamentos colectivos.

a) Ensino

Este concelho possui uma boa cobertura de todos os níveis de ensino, desde o ensino pré-primário ao ensino profissional e universitário. O importante decréscimo populacional verificado entre 1991 e 2001 no grupo etário entre zero e catorze anos

(23% - menos 2130 indivíduos) indicia, que a manter-se esta tendência não haverá necessidade de intervenções significativas ao nível da dotação do equipamento escolar.

b) Segurança Social

Também ao nível do apoio social à população residente, o concelho de Angra do Heroísmo se encontra satisfatoriamente dotado. Com efeito, existem 14 unidades de apoio à população entre os 3 meses e os 5 anos, Creche e Jardim de Infância, com capacidade para apoiar 761 crianças encontrando-se, em 1998⁸⁴, não totalmente utilizada (728 crianças).

No âmbito do apoio juvenil, existem 6 centros de Actividades de Tempos Livres, apoiando 210 crianças, para uma capacidade de 220.

Para o apoio aos idosos existem apenas quatro lares com capacidade para 260 idosos mas, já em 1998⁸⁵, estes se encontravam lotados. O apoio domiciliário era prestado a 277 idosos, não chegando a lotar a capacidade dos serviços neste tipo de apoio (295). As formas existentes de apoio referidas cobrem as necessidades a cerca de 11% da população idosa, o que é bastante satisfatório. Contudo, atendendo ao tendencial envelhecimento da população e ao facto de os existentes estarem totalmente ocupados, justifica-se o aumento deste tipo de equipamentos.

Existem ainda na ilha outros estabelecimentos com fins sociais mais específicos, que para além de incluírem serviços de apoio a situações sociais mais difíceis e de risco – lar para crianças privadas de meio familiar, apoio ocupacional a deficientes, contemplam também os centros de convívio para idosos, entre outros, cuja taxa de ocupação ronda os 84%.

c) Saúde

Também a este nível pode considerar-se que o concelho se encontra bem dotado face aos quantitativos populacionais em presença (população desta ilha e doutras ilhas, no caso do hospital regional). Da rede pública de saúde fazem parte um hospital, um

⁸⁴ Idem

⁸⁵ Idem

centro de saúde sem internamento, catorze extensões do mesmo e quatro postos médicos. Existem ainda sete farmácias e dois postos de medicamentos.

d) Desporto

A nível de infraestruturas desportivas este concelho também se encontra bastante bem dotado, possuindo determinados equipamentos de qualidade e, quando avaliada a superfície desportiva útil por habitante (conjuntamente com o concelho de Praia da Vitória), esta ultrapassa largamente os 4m²/habitante, recomendados oficialmente.

e) Cultura e recreio

Angra do Heroísmo, como seria desejável, apresenta um leque variado de equipamentos de índole cultural. Sem pretender ser-se exaustivo, refiram-se os seguintes: bibliotecas, museu, cinema/teatro, praça de touros, imprensa, rádio, filarmónicas, escolas de música, coros, associações desportivas e recreativas, entre outros.

C.8.3.9.2. Concelho de Praia da Vitória

a) Ensino

À data do Relatório da 2ª Fase do PDM do município (1997), considerava-se que a cobertura do concelho ao nível dos equipamentos de ensino era razoável. Existem, actualmente (1998/99), 26 estabelecimentos do Ensino Básico do 1º Ciclo, três unidades com a valência de 2º ciclo para 823 alunos e três unidades com a valência 3º ciclo para 1199 alunos. O ensino secundário era frequentado por 910 alunos.

Existe uma escola profissional que no mesmo ano ministrava este nível a 121 alunos.

b) Segurança Social

O concelho encontra-se razoavelmente servido ao nível dos equipamentos de

segurança social.

No concelho de Praia da Vitória existem quatro unidades de apoio à população entre os 3 meses e os 5 anos, Creche e Jardim de Infância, com capacidade para apoiar 169 crianças, encontrando-se, em 1998⁸⁶, não totalmente ocupadas.

Existem dois centros de Actividades de Tempos Livres, os quais com capacidade para apoiar 97 crianças em 1998, e só o faziam a 94.

Ao nível do apoio à infância, tendo em conta que recentemente a capacidade de utilização dos equipamentos existentes não era totalmente utilizada e que está a registar-se um tendencial declínio da população infantil (entre 1991 e 2001 a população entre 0 e 14 anos decresceu 22%), julga-se que a cobertura existente é suficiente.

Para o apoio aos idosos existe apenas um lar com capacidade para 58 idosos mas, já em 1998⁸⁷, se encontrava lotado. O apoio domiciliário era prestado a 142 idosos, quando a capacidade deste serviço era de 180 idosos. As formas existentes de apoio referidas cobrem as necessidades a cerca de 8% da população idosa, o que é razoável. Contudo, perante a distribuição dos apoios prestados e do crescente aumento do número de idosos, julga-se que seria necessária uma melhor dotação neste tipo de equipamentos (lar e /ou centro de dia).

Existem ainda na ilha outros estabelecimentos com fins sociais mais específicos (situações sociais mais difíceis e de risco, etc) cuja taxa de ocupação ronda os 80%.

c) Saúde

Também ao nível da saúde se pode considerar que este concelho está bem dotado. Existem (dados de 1998) um centro de saúde com internamento, onze extensões do mesmo, espalhadas pelas várias freguesias, um posto médico e quatro farmácias, dois postos de medicamentos.

⁸⁶ Idem

⁸⁷ Idem

d) Desporto

O PDM do município denuncia a existência de carências ao nível dos equipamentos desportivos. Embora a superfície desportiva útil por habitante, avaliada conjuntamente com o concelho de Angra do Heroísmo, seja superior ao recomendado oficialmente, o concelho de Praia da Vitória deveria ser beneficiado ao nível destes equipamentos, sendo especialmente sentida a necessidade de campos de grandes jogos, piscinas, campos de ténis, pista de atletismo.

e) Cultura e recreio

Este é um domínio que poderia ser beneficiado, sendo também referido no PDM a existência de carências a este nível, sobretudo em termos de diversificação, sentido-se falta de cinema/teatro, de um centro cultural na sede de concelho, entre outros.

C.9. ACESSIBILIDADES E TRANSPORTES

C.9.1. INTRODUÇÃO

As acessibilidades e transportes revestem-se de uma importância fulcral por constituírem uma peça indispensável ao processo de produção, por estruturarem o espaço urbano e por influenciarem decisivamente a repartição espacial das actividades económicas e a qualidade de vida das populações.

O sistema de transportes é constituído por três componentes essenciais: as infraestruturas de transporte, o material circulante e os sistemas de operação e gestão.

Desta forma, a análise de um sistema de transportes deverá abordar o âmbito territorial em que o sistema opera e a resposta dada à procura, no que diz respeito à rede existente e aos diferentes modos de transporte.

No caso presente os problemas prendem-se com o planeamento e a organização dos transportes locais (instalações de apoio ao transporte, articulação de modos, estruturação da oferta e rede viária), com a articulação dos diversos níveis de transporte (local, regional e nacional), com a localização de interfaces multi-modais e com o planeamento e gestão da rede viária de cada ilha.

No âmbito do Plano de Ordenamento Turístico dos Açores será dada especial atenção à acessibilidade a cada uma das ilhas e à mobilidade conseguida no seu interior, aspectos fundamentais no implementar de uma política de promoção turística numa região tão particular como este arquipélago.

Os Açores, pela sua localização e especificidades, revelam bastante dependência do exterior ao nível do abastecimento, situação que, associada à dificuldade em estabelecer ligações marítimas e aéreas frequentes devido às más condições atmosféricas, conduz a situações complicadas de escassez de bens essenciais de

consumo.

A desarticulação entre os diferentes modos de transporte, a baixa frequência de ligações a certos locais de algumas ilhas da Região Autónoma, o baixo número de licenças de táxi atribuídas, as insuficiências existentes ao nível das infraestruturas de apoio em alguns aeródromos/ aeroportos/ portos, são alguns dos aspectos a corrigir se se pretende impulsionar o desenvolvimento turístico dos Açores e promover o reconhecimento e aproveitamento das suas potencialidades naturais paisagísticas.

Quanto ao transporte marítimo, só foram disponibilizados, durante a elaboração deste relatório, dados até ao ano de 1997. Posteriormente, foram fornecidos dados referentes a 1999/2001, que se incluem em anexo, e que serão objecto de análise em fase subsequente do trabalho.

C.9.2. ILHA DO CORVO

C.9.2.1. Transporte aéreo

C.9.2.1.1. Infraestruturas aeroportuárias

Aeródromo do Corvo – o aeródromo do Corvo (situado a 200 metros da Vila, a única povoação da ilha) é constituído por uma pista em asfalto de 800x30 metros, bem como por uma plataforma de estacionamento com cerca de 30x30 metros.

Possui uma aerogare com *rent-a-car*, loja e bar.

Estabelece ligações directas (estabelecidas pela *SATA Air Açores*) com a Horta, com as Flores e com a Terceira, de acordo com os horários seguintes:

Horário de Inverno (Outubro a Março)

3 voos semanais para a Terceira

3 voos semanais para a Horta

2 voos semanais para as Flores

Horário de Verão (Abril a Outubro)

8 voos semanais para as Flores

9 voos semanais para a Terceira

9 voos semanais para a Horta

Quadro 25 - Características do tráfego no Aeródromo do Corvo

Tráfego	Passageiros*	Mercadorias (ton.)**
Anos	Inter-ilhas	Inter-ilhas
1985	-	-
1990	2 422	17
1995	3 060	15
1998	3 337	168

Notas: * Passageiros embarcados, desembarcados e em trânsito, ** Mercadorias carregadas e descarregadas
Fonte: SREA

Da análise do quadro salienta-se o aumento de mercadorias transportadas por via aérea (passou-se das 15 toneladas, em 1995, para as 168 toneladas, em 1998). Verificou-se também um pequeno aumento de passageiros transportados.

C.9.2.2. Transporte marítimo

C.9.2.2.1. Infraestruturas portuárias

a) Portos Comerciais

Porto da Casa – Classe B⁸⁸ - o Porto da Casa tem funções comerciais (passageiros e mercadorias), possuindo um cais com 61,5 metros de comprimento e uma área descoberta disponível de 260 m².

Este porto foi sujeito a obras de reforço e ampliação do cais de acostagem.

⁸⁸ Portos com funções comerciais, suportando a actividade económica da ilha onde se situam, cujos os fundos tenham a cota mínima de 4.00ZH e com cais acostável de pelo menos 160m.

Quadro 26 - Características do Porto da Casa

Anos	Número de Embarcações	Número de Passageiros*	Mercadorias (ton.)		
			C	D	Total
1985	22	nd	276	451	727
1990	1	nd	2	212	214
1995	76	927	97	1 074	1 171
1997	236	1 907	197	2 845	3 042

Notas: * Passageiros embarcados e desembarcados, C – Cargas, D – Descargas

Fonte:SREA

Da análise do quadro salienta-se o grande aumento do número de embarcações e passageiros, entre 1995 e 1997, e o desequilíbrio existente entre o número de mercadorias carregadas e descarregadas.

b) Portos de Pesca

Porto do Boqueirão – Classe D⁸⁹ - este porto funciona como alternativa ao Porto da Casa, mas só em situações extremas, uma vez que lá só podem operar pequenas embarcações de recreio e só é possível com bom tempo.

c) Portos de Recreio

Não tem.

d) "Portinhos"

Nesta ilhas existem dois portinhos: o Porto da Areia e o Porto Novo.

Estes pequenos portos poderão ser aproveitados pelas Câmaras Municipais para fins de recreio e lazer, caso possuam condições de operação e se consiga chegar a acordo com a entidade competente.

⁸⁹ Portos com função exclusiva de pesca.

C.9.2.2.2. Transporte marítimo de passageiros

Não é viável ou lucrativo estabelecer serviços regulares de transporte de passageiros com o exterior ou com outras ilhas, à excepção da ilha das Flores.

As ligações com as Flores (mercadorias e passageiros) são realizadas pela empresa *J. A Lopes – Inter-tráfego Marítimo Ocidental, Lda.*, recém associada da *Transinsular*.

Ainda não se conhecem os horários que irá praticar. Contudo todas as ligações de transporte de mercadorias estão condicionadas ao estado do tempo, à procura por parte dos passageiros e às necessidades de produtos importados.

C.9.2.3. Transportes e circulação terrestre

C.9.2.3.1. Rede viária da ilha do Corvo

Nas plantas foram identificadas as vias regionais que são da responsabilidade da Secretaria Regional da Habitação e Equipamentos.

C.9.2.3.2. Transportes colectivos de passageiros

Não existem.

C.9.3. ILHA DO FAIAL

C.9.3.1. Transporte aéreo

C.9.3.1.1. Infraestruturas aeroportuárias

Aeroporto da Horta - o Aeroporto da Horta, situado a 10 Km da cidade da Horta, pela sua dimensão, permite apenas a aterragem de aeronaves do tipo *Boeing 737/300*. Esta infraestrutura possui uma pista asfaltada de 1700x45 metros com plataforma de

estacionamento. Está dotado de uma torre de controlo com serviço de meteorologia. A aerogare encontra-se equipada com bar, *rent-a-car*, correios, loja e estacionamento com capacidade para 127 automóveis.

A partir daqui é estabelecida a ligação a Lisboa (assegurada pela *TAP Air Portugal*) e a todas as ilhas do arquipélago, incluindo o Corvo.

As ligações efectuadas entre a Horta e as restantes ilhas do arquipélago são da responsabilidade da *SATA Air Açores* e têm os seguintes horários:

Horário de Inverno (Outubro a Março)

- 11 voos semanais para a Terceira
- 6 voos semanais para Ponta Delgada
- 4 voos semanais para as Flores
- 3 voos semanais para o Corvo

Horário de Verão (Abril a Outubro)

- 11 voos semanais para as Flores
- 18 voos semanais para a Terceira
- 9 voos semanais para o Corvo
- 31 voos semanais para a Ponta Delgada

Durante o Inverno são efectuados 5 voos semanais para Lisboa, sendo que no Verão estas ligações são realizadas 10 vezes por semana.

Quadro 27 - Características do tráfego no Aeroporto da Horta

Tráfego	Passageiros*				Mercadorias (ton)**				
	Anos	Inter-ilhas	Territoriais	Inter-nacionais	Total	Inter-ilhas	Territoriais	Inter-nacionais	Total
	1985	67 349	3 764	-	71 113	548	51	-	599
	1990	76 114	25 225	-	101339	496	384	-	880
	1995	90 589	34 523	-	125112	341	620	-	961
	1998	92 178	42151	-	134329	449	659	-	1108

Notas: * Passageiros embarcados, desembarcados e em trânsito, ** Mercadorias carregadas e descarregadas.

Fonte: SREA

Da análise do quadro ressalta um aumento significativo do número de passageiros inter-ilhas, que passou dos 207 047, em 1995, para 229 290, em 1998. Deu-se também um aumento da procura turística, que se reflectiu na entrada de maior número de turistas provenientes de Portugal Continental (em 1998 foram contabilizados 109 735 passageiros territoriais, face aos 97 023, que deram entrada no arquipélago em 1995).

Relativamente aos voos internacionais (sem qualquer importância no aeroporto da Horta) há a referir que o aumento significativo de movimentos de entrada/saída no arquipélago verificado em 1998 se deve à entrada em funcionamento do Aeroporto Internacional João Paulo II (S. Miguel, Ponta Delgada) que passou a concentrar os voos desta natureza.

A ilha do Faial tem uma importância fundamental nas ligações aéreas com o grupo Ocidental, principalmente com a ilha das Flores.

São também muito importantes as ligações aéreas com o Continente efectuadas pela *TAP Air Portugal*, tanto no que diz respeito ao transporte de mercadorias, como ao transporte de passageiros.

A aerogare deste aeroporto tem já pouca capacidade de resposta às solicitações actuais, necessitando de obras de ampliação e de remodelação.

C.9.3.2. Transporte marítimo

C.9.3.2.1. Infraestruturas portuárias

a) Portos Comerciais

Porto da Horta - Classe A⁹⁰ - esta infraestrutura portuária é administrada pela Junta Autónoma do Porto da Horta.

⁹⁰ Portos com funções de entreposto comercial, com fundos de cota mínima de – 7.00 m face ao ZH e cais acostável de pelo menos 400 metros.

FIGURA 73 - PORTO DA HORTA



Com funções comerciais (passageiros e mercadorias) e de pescas, possui um cais acostável com 880 metros de comprimento. Está dotado de uma área coberta (entrepasto, frigorífico, oficinas, escritórios, alfândega, armazéns e terminal de passageiros), com cerca de 4 933m², e de uma área descoberta (contentores, tráfego local, pesca, passageiros, rampa de varagem, combustíveis e estaleiro) de à cerca de 23 124m².

Quadro 28 - Características do Porto da Horta

Anos	Número de Embarcações	Número de Passageiros*	Mercadorias (ton.)		
			C	D	Total
1985	167	nd	7 448	43 372	50 820
1990	291	8 156	3 017	55 587	58 604
1995	367	9 091	6 212	71 084	77 296
1997	367	nd	10 969	67 935	78 904

Notas: * Passageiros embarcados e desembarcados, C – Cargas, D – Descargas

Fonte: SREA

Da análise do quadro há salientar a diferença considerável entre o número de toneladas de mercadorias carregadas (10 969) e descarregadas (67 935), donde se conclui que existe uma grande dependência da ilha em relação ao exterior no que concerne ao abastecimento de mercadorias.

Note-se que o número de embarcações apresentado não inclui embarcações de recreio.

b) Portos de Pesca

Porto do Castelo Branco – classe D⁹¹

c) Portos de Recreio

Marina da Horta - Composta por um cais com 297 metros de extensão acostável no interdorso, por três passadiços flutuantes, oferece ainda 240 postos de atracação.

FIGURA 74 - MARINA DA HORTA



Este é o principal porto de recreio dos Açores, registando anualmente mais de 1000 entradas de embarcações estrangeiras. Tem bandeira Azul desde 1986 podendo praticar-se várias actividades das quais se destacam: *Big Game Fishing*, observação de baleias e golfinhos, passeio pedestre e de bicicleta e mergulho, bem como frequentar o Clube Naval da Horta.

d) "Portinhos"

Os "*portinhos*" servem de apoio à actividade piscatória. Nesta ilha contam-se 14 "*portinhos*", a saber: Portinho do Alcaide, Capelo, Eira, Feteira, Pedro Miguel, Porto Pim, Praia do Almojarife, Praia do Norte, Redonda, Ribeirinha, Porto Comprido, Porto da Lapa, Varadouro e Salão.

⁹¹ Portos com função exclusiva de pesca.

Os “portinhos” da Feteira, Varadouro, Porto Pim e Praia do Almojarife têm grande importância no apoio à actividade piscatória e à náutica de recreio.

C.9.3.2.2. Transporte marítimo de passageiros

Não existem carreiras regulares de transporte de passageiros para o exterior do arquipélago a partir da Horta.

A nível interno – inter-ilhas – existem três empresas responsáveis pelo transporte de passageiros e mercadorias: *Transmaçor*, *Siturjorgense* e *Açorline S.A.*

A Empresa *Transmaçor* é responsável pelas embarcações *Cruzeiro do Canal* (com uma capacidade de 224 passageiros) e *Cruzeiro das Ilhas* (com uma capacidade para 208 passageiros). Esta empresa estabelece ligações entre os portos das ilhas do triângulo (São Jorge, Pico e Faial) várias vezes por semana, durante o Verão, e duas vezes por semana com a ilha da Terceira – Angra do Heroísmo.

É importante salientar que, dada a proximidade entre as ilhas do Faial e Pico, existe uma carreira regular diária entre o porto da Madalena e o porto da Horta, cuja ligação tem uma duração de 45 minutos.

As viagens realizadas pelas embarcações da *Transmaçor* e da *Siturjorgense* garantem uma média de seis carreiras diárias entre as 07.45h e as 20.45h.

O Governo Regional adjudicou à *Açorline S.A.* a prestação do serviço público de transporte marítimo de passageiros e viaturas entre as ilhas da Região Autónoma dos Açores, pelo prazo de quatro anos, de 2002 a 2005. O contrato estabelece as seguintes directrizes:

- O navio a que é atribuída a referência A, deverá operar durante cinco meses (150 dias ininterruptos), no período compreendido entre o dia 1 de Maio e o dia 31 de Outubro de cada ano civil de execução do contrato;
- O navio a que é atribuída a referência B, deverá operar durante três meses (90 dias ininterruptos), no período compreendido entre o dia 1 de Junho e o dia 30 de Setembro de cada ano civil de execução do contrato.

Atente-se no quadro seguinte:

Quadro 29 - Número mínimo de toques e sua periodicidade para os navios A e B

Navio A (quando a operar sozinho)	Número mínimo de toques	Periodicidade	Navio A e Navio B	Número mínimo de toques	Periodicidade
Faial (Horta)	2	Semanal	Faial (Horta)	7	Semanal

Fonte: Açorline, S.A

Os navios da *Açorline S.A* estão equipados com ar condicionado, bar e restaurante, tendo capacidade para 450 passageiros e 70 viaturas.

O Porto da Horta (nas suas componentes comercial, de recreio e de transporte de passageiros) constitui a principal infraestrutura portuária do triângulo e pode considerar-se bom face às exigências do tráfego e o tipo de navios que serve.

A introdução de melhorias na rede de transporte marítimo de passageiros entre as ilhas do Triângulo permitirá um aumento da circulação de passageiros e mercadorias.

Destaque-se ainda a importância assumida pelos "portinhos" e pelos portos de pesca no apoio às actividades de recreio náutico e pesca.

C.9.3.3. Transportes e circulação terrestre

C.9.3.3.1. Rede viária da ilha do Faial

O sistema rodoviário assegura as ligações aos lugares povoados e destes ao aeroporto, ao porto e aos núcleos de pesca, integrando ainda alguns roteiros turísticos.

As vias encontram-se em razoável estado de conservação, tendo sido introduzida sinalização vertical e horizontal, bem como *placards* informativos e indicativos.

C.9.3.3.2. Transportes colectivos de passageiros

Existe apenas uma empresa de transportes colectivos – *Farias, Lda.*

As carreiras desta empresa prestam um serviço muito deficitário às freguesias mais periféricas de Capelo e Praia do Norte. Também se verifica alguma desarticulação entre os horários praticados e os horários do comércio (cidade da Horta) o que tem provocado uma quebra no nível da procura dos transportes públicos e um aumento de veículos particulares, sobretudo ligeiros de passageiros.

Quadro 30 - Passageiros/ Km transportados nas carreiras urbanas

Meses	Total da Região			Faial		
	1997	1998	Var. %	1997	1998	Var. %
Jan/Dez	11 108	10 140	-8.7	126	108	-14.3
	1998	1999	Var. %	1998	1999	Var. %
	10 140	9 613	-5.2	108	115	6.5

Fonte: SREA

Quadro 31 - Passageiros/ Km transportados nas carreiras interurbanas

Meses	Total da Região			Faial		
	1997	1998	Var %	1997	1998	Var %
Jan/Dez	106 285	105 079	-1.1	2 656	1 962	-26.1
	1998	1999	Var %	1998	1999	Var %
	105 079	98 520	-6.2	1 962	2 179	11.1

Fonte: SREA

Da análise dos quadros anteriores há a salientar uma diminuição do número de passageiros transportados nas carreiras urbanas e interurbanas entre 1997 e 1999, quer no que diz respeito ao total regional, quer no que concerne à ilha do Faial (-14.3% e -26.1%, respectivamente). Estes resultados reflectem a tendência referida no PDM em vigor. Entre 1998 e 1999 deu-se uma recuperação (6.5% e 11.1%, respectivamente) para as carreiras urbanas e interurbanas, não tendo sido possível apurar as razões desta mudança.

No quadro abaixo apresentam-se as informações disponíveis no que diz respeito às licenças de táxi atribuídas.

Quadro 32 - Número de licenças de táxi

Normal	S/d	6 Lugares	Total
51	2	3	56

Existe um grande número de entidades com responsabilidade de construção e de conservação da rede rodoviária.

Segundo o PDM é necessária a reclassificação da hierarquia da rede rodoviária no que se refere aos Caminhos Municipais, caminhos vicinais, Caminhos Florestais e caminhos de penetração.

É ainda de referir a importância do tráfego de pesados decorrente das intervenções de reconstrução que se encontram em curso na sequência do sismo verificado em 1998. A circulação deste tipo de veículos provoca danos nas vias, devendo proceder-se à beneficiação dos caminhos e arruamentos municipais em mau estado.

C.9.4. ILHA DAS FLORES

C.9.4.1. Transporte aéreo

C.9.4.1.1. Infraestruturas aeroportuárias

Aeródromo das Flores - o aeródromo das Flores tem uma pista em asfalto de 1 130x30 metros e está dotado de uma plataforma de estacionamento com 5 000 m². Está ainda dotado de torre de controlo com serviço meteorológico, entre outros.

Tem uma aerogare com bar e *rent-a-car*.

Este aeródromo estabelece ligações directas com as ilhas do Corvo, Faial e Terceira. A ligação com as restantes ilhas é efectuada a partir da Terceira e do Faial.

As ligações descritas são efectuadas do seguinte modo:

Horário de Inverno da SATA Air Açores (Outubro a Março)

2 voos semanais para a Terceira

4 voos semanais para a Horta

2 voos semanais para o Corvo

Horário de Verão

4 voos semanais para a Terceira

11 voos semanais para a Horta

4 voos semanais para o Corvo

Quadro 33 - Características do tráfego no aeródromo das Flores

Tráfego	Passageiros*	Mercadorias (ton.)**
Anos	Inter-ilhas	Inter-ilhas
1985	10 977	154
1990	16 747	182
1995	20 343	178
1998	25 537	216

Notas: * Passageiros embarcados, desembarcados e em trânsito, ** Mercadorias carregadas e descarregadas
Fonte: SREA

Pode concluir-se que, na década de 90, se deu um aumento da mobilidade de passageiros entre as Flores e restantes ilhas, acompanhado de um aumento do número de passageiros decorrente da realização de maior número de voos semanais.

Os Planos Directores Municipais em vigor propõem que sejam realizadas obras de ampliação e remodelação no Aeródromo, bem como obras de modernização da aerogare, dentro dos condicionamentos geográficos e topográficos existentes. Deve também proceder-se à instalação de ajudas complementares à navegação de voo à vista.

A ilha das Flores, devido à sua localização periférica, depende exclusivamente das ligações aéreas para circulação de passageiros. Contudo as condições climatéricas (nevoeiro e vento) podem tornar as aproximações difíceis, obrigando muitas vezes ao cancelamento de voos.

O número de voos, apesar de ter aumentado, ainda não é suficiente para satisfazer as necessidades da ilha, tanto no transporte de passageiros, como no de mercadorias.

C.9.4.2. Transporte marítimo

C.9.4.2.1. Infraestruturas portuárias

a) Portos Comerciais

Porto das Lajes – Classe B⁹² - Este porto foi construído recentemente. Tem funções comerciais (mercadorias e passageiros) e de pesca, possuindo um cais de 240 metros de comprimento com profundidades variáveis entre os -3m e os -7m face ao ZH.

O Porto das Lages tem uma área coberta disponível de 11180 m², para o sector comercial, e de 7600m², para o sector de pesca.

Até à conclusão do porto das Lajes, o transporte de mercadorias era efectuado por pequenas embarcações, desde o alto mar até ao cais.

Porto de Santa Cruz – Classe C⁹³ - O porto de Santa Cruz, com funções comerciais (mercadorias e passageiros), tem um cais de 50 metros de comprimento e -1m ZH de profundidade. Não tem condições para a atracação de navios de grande dimensão.

Quadro 34 - Características dos Portos de Santa Cruz e Lages das Flores

Anos	Número de Embarcações	Número de Passageiros*	Mercadorias (ton.)		
			C	D	Total
1985	22	nd	2 815	17 651	20 466
1990	54	nd	2 672	31 249	33 921
1995	105	924	3 023	14 082	17 105
1997	235	1942	6 733	20 762	27 495

Notas: * Passageiros embarcados e desembarcados, C – Cargas, D – Descargas

Fonte: SREA

⁹² Portos com funções comerciais, suportando a actividade económica da ilha onde se situam. Os fundos têm que ter uma cota mínima de -4.00ZH e um cais acostável de pelo menos 160 metros.

⁹³ Portos com funções mistas de pequeno comércio, transporte de passageiros e pescas.

b) Portos de Pesca

Porto Velho, Porto de Ponta Delgada e Porto da Fajã Grande (velho)– Classe D⁹⁴

c) Portos de Recreio

Segundo o PDM deverá fazer-se a reconversão do porto das Poças de modo a permitir o embarque / desembarque de mercadorias e passageiros e o apoio necessário às embarcações de recreio e de desportos náuticos.

d) "Portinhos"

As Flores possuem ainda sete portinhos: Lomba, Poças, Boqueirão, Canto de São Pedro, Ponta Ruiva, Fajã Grande (novo) e Mosteiros.

Estes portos, mediante o seu valor histórico e as condições de operação, poderão ser aproveitados pelas autarquias locais, ou por outras entidades, para fins de recreio ou lazer mediante acordo com a entidade competente. Os portinhos servem de apoio à actividade piscatória e de recreio náutico.

C.9.4.2.2. Transporte marítimo de passageiros

Não existem serviços regulares de transporte de passageiros para o exterior a partir da ilha das Flores.

Entre as Flores e o Corvo opera a empresa J.A. Lopes- Inter-tráfego Marítimo Ocidental, Lda. Esta empresa estabeleceu sociedade com a Transinsular, tendo adquirido uma embarcação que serve unicamente as ligações Flores-Corvo.

Ainda não foram estabelecidos os horários a praticar, sabendo-se apenas que irão

⁹⁴ Portos com função exclusiva de pesca

variarem consoante sejam viagens para transporte de mercadorias, de passageiros ou mistas. O número de viagens a realizar será equacionado tendo em atenção a procura existente ao longo do ano.

O Governo Regional adjudicou à *Açorline S.A.* a prestação do serviço público de transporte marítimo de passageiros e viaturas entre as ilhas da Região Autónoma dos Açores, pelo prazo de quatro anos, de 2002 a 2005. O contrato estabelece as seguintes directrizes:

- O navio a que é atribuída a referência A, deverá operar durante cinco meses (150 dias ininterruptos), no período compreendido entre o dia 1 de Maio e o dia 31 de Outubro de cada ano civil de execução do contrato;
- O navio a que é atribuída a referência B, deverá operar durante três meses (90 dias ininterruptos), no período compreendido entre o dia 1 de Junho e o dia 30 de Setembro de cada ano civil de execução do contrato.

Os navios da *Açorline S.A.* possuem, como já se referiu, ar condicionado, bar, restaurante e capacidade para 450 passageiros e 70 viaturas.

Sabe-se que, entre Junho e Setembro, terão que ser garantidas seis viagens à ilha das Flores.

As ligações efectuadas com a ilha das Flores, embora em número reduzido, têm contribuído para um aumento significativo do número de passageiros entrados na ilha, especialmente durante o Verão.

Entre as Flores e o Corvo estabelecem-se ligações regulares (ainda que dependam das condições do mar) de passageiros e mercadorias. As ilhas das Flores e Corvo são, sem dúvida, as mais isoladas do arquipélago, também devido à menor frequência com que são estabelecidas ligações marítimas, facto que se reflecte na falta de bens essenciais.

C.9.4.3. Transportes e circulação terrestre

C.9.4.3.1. Rede viária da ilha das Flores

Segundo a classificação estabelecida nos PDM em vigor, na ilha em questão têm-se:

- Estradas Regionais de 2ª classe – formam a rede fundamental e estabelecem as comunicações para os principais centros agrícolas e portos.
- Estradas Municipais – são de interesse geral para um concelho, ligando a sua rede às diferentes freguesias e povoações e destas entre si ou às Estradas Regionais.
- Caminhos Vicinais de 1ª ordem, são as ligações de interesse secundário que permitem o trânsito automóvel, sendo os de 2ª ordem as ligações de interesse secundário local.

Mais concretamente, na ilha das Flores estão classificadas as seguintes Estradas Regionais: ER 1-2ª Estrada de Circunvalação: Santa Cruz- Lages- mosteiro- Cedros- Santa Cruz, que serve os seguintes pontos: Santa Cruz – Caveira – Lomba - Fazenda das Lages – Lages - Pontela da Figueira – Mosteiro - Proximidades da Cancela dos Terreiros - Cruzamento, com a ER- 2-2ª Estrada Central - Cruzamento com o Ramal para o porto de Ponta Delgada - Cedros de Santa Cruz- Santa Cruz.

A estrada ER 1-2ª, como constitui uma circular à ilha, e pelo facto de não estar construída a secção entre o cruzamento com a ER 2-2ª, nas proximidades da Fajãzinha, e Ponta Delgada, costuma ser subdividida em dois lanços: Estrada Litoral Norte e Estrada Litoral Sul.

A ER 2-2ª estabelece a ligação a Matosa - nas proximidades das Lagoas - e serve os seguintes pontos: Matosa - (EN 1-2ª) Sapateira - Fonte Frade - margem direita da Ribeira Grande - proximidade das Lagoas (ER 1-2ª).

Na ilha das Flores estão classificadas 7 Estradas e 13 Caminhos Municipais:

<i>Número</i>	<i>Designações das Estradas Municipais</i>
501	ER 1-2ª (Vales) à ER 1-2ª (Monte)
502	ER 1-2ª Ramal do ER 1-2ª (Ponta Delgada)
503	ER 1-2ª (Lajes das Flores) ao Ramal da ER 1-2ª (proximidades da Fajãzinha Ramal da ER 1-2ª a Fajãzinha)
504	Er 1-2ª (proximidades de Mosteiros) ao porto dos Mosteiros
505	Er 1-2ª (Lajes das Flores) à ER 1-2ª (Monte)
506	Ramal do Er 1-2ª (Fajã Grande a Ponta)
507	ER 1

<i>Número</i>	<i>Designação dos Caminhos Municipais</i>
1001	Ramal para a EM 503 (Lajes das Flores)
1001-1	ER 1-2ª (Fazenda) à ER 1-2ª (proximidades de Ponta Delgada)
1001-2	Ramal para a ER 1-2ª (Monte)
1001-3	Ramal para a ER 1-2ª (proximidades da boca da Baleia)
1002	ER 1-2ª ao CM 1001
1002-1	Ramal para a ER 1-2ª (Lomba)
1002-2	Ramal para a ER 1-2ª (Caveira)
1003	ER 1-2ª (Lomba) ao Porto da Lomba
1004	Er 1-2ª (Vales) à ER 1-2ª
1005	ER 2-2ª à EM 501
1006	ER 2-2ª (Matinha) à EM 501 (proximidades do Monte)
1007	ER 1-2ª (Lagoa) à ER 2-2ª
1007-1	Ramal para o CM 1009
1008	ER 1-2ª (Alagoa) ao porto da Alagoa
1009	ER 1-2ª (Cedros) à ER 1-2ª (Caldeirinha)
1010	Ramal da ER 1-2ª (Ponta Delgada) ao Farol de Albernaz
1011	EM 503 (Lajedo) a Ponta Negra
1012	EM 503 (Campanário) à Costa
1013	ER 1-2ª (proximidades das Lajes das Flores) a Fajã de Lopo Vaz

As Estradas Regionais correspondem a 76.4% da extensão total da rede, sendo os restantes 23.6% repartidos por Ramais (17.9%), Sub-Ramais (2.8%), Serventias (0.3%) e Pontos Técnicos (2.6%).

C.9.4.3.2. Transportes colectivos de passageiros

Existe apenas uma empresa de transportes colectivos: a *Federação de Municípios da Ilha das Flores*.

Esta empresa estabelece uma carreira diária e apenas às Segundas, às Quartas e às Sextas, entre as seguintes localidades:

<i>Partida</i>	<i>Chegada</i>
Lajes	Santa Cruz
Santa Cruz	Lajes
Ponta Delgada	Santa Cruz
Santa Cruz	Ponta Delgada
Fajã	Lajes
Lajes	Fajã

Quadro 35 - Passageiros/Km transportados nas carreiras interurbanas

Meses	Total da Região			Flores		
	1997	1998	Var. %	1997	1998	Var. %
Jan/Dez	106 285	105 079	-1.1	943	996	5.6
Jan/Dez	1998	1999	Var. %	1998	1999	Var. %
	105 079	98 520	-6.2	996	938	-5.8

Fonte: SREA

Da análise do quadro conclui-se que se deu um decréscimo do número de passageiros a nível do arquipélago (-1.1%), entre 1997 e 1998. Nas Flores, no entanto, verificou-se um aumento significativo (cerca de 5.6%) neste mesmo período. A diminuição do número de passageiros transportados por km fica a dever-se ao aumento da motorização.

Quadro 36 - Número de Licenças de Táxis

Concelhos	Normal	S/d	6 Lugares	Soma do Concelho	Total
Santa Cruz	9	1	1	11	20
Lajes	8	1	-	9	

A rede rodoviária encontra-se em bom estado de conservação em cerca de 73% da extensão total de Estradas Regionais. A circulação dentro da ilha não é muito intensa estabelecendo-se sobretudo em e entre as duas vilas: Lajes e Santa Cruz.

C.9.5. ILHA GRACIOSA

C.9.5.1. Transporte aéreo

C.9.5.1.1. Infraestruturas aeroportuárias

Aeródromo do Pico Negro - a pista do aeródromo da Graciosa (situado a 2 Km da vila de Santa Cruz) tem 1325x30 metros e só opera em condições meteorológicas que permitam efectuar voo à vista.

Possui uma aerogare com *rent-a-car*, loja, bar e possui um parque para automóveis (com capacidade para 15 viaturas).

Estabelece ligação com todas as ilhas do arquipélago, à excepção do Corvo, mas a partir da ilha da Terceira.

Relativamente aos horários das ligações, há a referir:

Horário de Inverno (Outubro a Março)

7 voos semanais para a Terceira

Horário de Verão (Abril a Outubro)

10 voos semanais para a Terceira

7 voos semanais para a Ponta Delgada

Quadro 37 - Características do tráfego no Aeródromo da Graciosa

Tráfego	Passageiros*	Mercadorias (ton.)**
Anos	Inter-ilhas	Inter-ilhas
1985	15 503	99
1990	21 834	117
1995	25 720	77
1998	33 493	128

Notas: * Passageiros embarcados, desembarcados e em trânsito, ** Mercadorias carregadas e descarregadas

Fonte: SREA

De acordo com as informações constantes no quadro anterior verificou-se um aumento significativo do número de passageiros entre 1995 e 1998, que fica a dever-se, por um lado, a um aumento do número de visitantes, e, por outro lado, à maior mobilidade dos residentes na ilha.

O PDM prevê a realização de obras de ampliação e remodelação do aeródromo do Pico Negro, a modernização da aerogare (obras já realizadas) e a instalação de ajudas complementares ao voo à vista, apenas possível em boas condições atmosféricas.

O número de ligações aéreas existente é insuficiente, uma vez que a ilha depende quase exclusivamente delas para a entrada/saída de pessoas. Esta ilha sofre frequentemente de isolamento em resultado das más condições meteorológicas e das fracas características da pista.

C.9.5.2. Transporte marítimo

C.9.5.2.1. Infraestruturas portuárias

a) Portos Comerciais

Porto da Praia – Classe B⁹⁵ - com funções comerciais (mercadorias e passageiros) e de pesca, o porto da Praia possui três cais com 20, 30 e 140 metros de comprimento e está dotado de uma área descoberta, terraplenos e área de reserva, que, no total, ocupam 4660 m².

Porto da Folga, Porto do Carapacho e Porto de Santa Cruz – Classe C⁹⁶

⁹⁵ Portos com funções comerciais, suportam a actividade económica da ilha onde se situam. Os fundos têm que ter uma cota mínima de -4.00 metros face ao zero hidrográfico e um cais acostável de pelo menos 160 metros.

⁹⁶ Portos com funções mistas de pequeno comércio, transporte de passageiros e pescas.

Quadro 38 - Características do Porto da Graciosa

Anos	Número de Embarcações	Número de Passageiros*	Mercadorias (ton.)		
			C	D	Total
1985	110	nd	1 597	14 386	15 983
1990	124	2 273	1 667	11 542	13 209
1995	146	3 237	652	8 661	9 313
1997	146	4 153	2 017	11 945	13 962

Notas: * Passageiros embarcados e desembarcados, C – Cargas, D – Descargas

Fonte: SREA

O número de passageiros entrados na ilha não aumentou significativamente entre 1995 e 1997. A diferença entre o número de toneladas de mercadorias carregadas (2 017) e o número de toneladas descarregadas (11 945) é muito significativa, revelando uma grande dependência da ilha em relação ao exterior.

b) Portos de Pesca

Existem três portos de pesca na ilha: o Porto da Folga, o porto do Carapacho e o porto de Santa Cruz – Classe C⁹⁷

c) Portos de Recreio

Prevê-se a construção de um porto de Recreio/Marina.

d) "Portinhos"

Todos estes portos prestam apoio á actividade piscatória. A Graciosa possui dois portinhos: *Portinho* Afonso e Porto da Barra. Estes pequenos portos poderão ser aproveitados pelas autarquias locais, ou outras entidades, para fins de recreio, caso possuam valor histórico e boas condições de operação.

⁹⁷ Portos com funções mistas de pequeno comércio, transporte de passageiros e pescas.

C.9.5.2.2. Transporte marítimo de passageiros

Não existem serviços regulares de transporte de passageiros para o exterior, a partir da Graciosa.

O Governo Regional adjudicou à *Açorline S.A.* a prestação do serviço público de transporte marítimo de passageiros e viaturas entre as ilhas da Região Autónoma dos Açores, pelo prazo de quatro anos, de 2002 a 2005. O contrato estabelece as seguintes directrizes:

- O navio a que é atribuída a referência A, deverá operar durante cinco meses (150 dias ininterruptos), no período compreendido entre o dia 1 de Maio e o dia 31 de Outubro de cada ano civil de execução do contrato;
- O navio a que é atribuída a referência B, deverá operar durante três meses (90 dias ininterruptos), no período compreendido entre o dia 1 de Junho e o dia 30 de Setembro de cada ano civil de execução do contrato.

Quadro 39 - Número mínimo de toques e sua periodicidade para os navios A e B

Navio A (Quando a operar sozinho)	Número mínimo de toques	Periodicidade	Navio A e Navio B	Número mínimo de toques	Periodicidade
Graciosa (Vila da Praia)	1	Semanal	Graciosa (Vila da Praia)	3	Semanal

Fonte: Açorline, S.A

Os navios da *Açorline S.A* têm, entre outras características, e tal como foi referido anteriormente: ar condicionado, capacidade para 450 passageiros e 70 veículos automóveis, bar e restaurante.

Ao nível dos transportes marítimos o Plano Director Municipal em vigor propõe a criação de carreiras regulares inter-ilhas de transporte/recreio que, de alguma forma, possibilitem deslocações rápidas com ida e volta no mesmo dia, integrando e promovendo percursos do tipo turístico, de recreio e, até, de mercadorias.

Actualmente, a Graciosa depende da entrada em operação das embarcações da *Açorline*

S.A. para estabelecer ligações com as outras ilhas.

Ao nível do transporte de mercadorias é fundamental aumentar o número de ligações com a ilha uma vez que esta é bastante dependente do exterior no abastecimento de bens alimentares e outros.

C.9.5.3. Transportes e circulação terrestre

C.9.5.3.1. Rede viária da ilha da Graciosa

Na ilha da Graciosa estão classificadas as seguintes estradas:

ER – 1/2ª Estrada Litoral: Santa Cruz – Praia – Vitória – Santa Cruz;

ER – 2/2ª Praia e Nossa Senhora da Luz;

ER – 3/2ª Santa Cruz – Guadalupe – Limeira;

ER – 4/2ª Santa Cruz – Carreira Aberta – ER 1-2ª;

ER – 5/2ª Estrada do Bom Jesus: Santa Cruz – Bom Jesus – ER 1-2ª.

Na Graciosa não existem Estradas Municipais, mas estão classificados 21 Caminhos Municipais com oito ramais. 98.1% da extensão total da rede regional de estradas está revestida com pavimentos betuminosos. O estado de conservação é, no geral, bom ou regular, sendo que apenas 20% da extensão da rede se poderá considerar em mau estado. No últimos tempos têm-se procedido a um incremento progressivo da sinalização vertical e horizontal.

C.9.5.3.2. Transportes colectivos de passageiros

Existe apenas uma empresa de transportes colectivos na ilha da Graciosa - *Empresa de Transportes Colectivos da Ilha da Graciosa*.

Esta empresa estabelece ligações diárias (entre as 07.30h e as 18.30h), a partir de Santa Cruz, com as restantes localidades da ilha, não efectuando carreiras aos Domingos e Feriados.

Os transportes escolares estão também a cargo desta empresa.

Ao Sábado é efectuada apenas uma ligação entre quatro localidades, entre as 08.30 e as 12.30 h.

Quadro 40 - Passageiros/ Km transportados nas carreiras interurbanas

Meses	Total da Região			Graciosa		
	1997	1998	Var. %	1997	1998	Var. %
Jan/Dez	106 285	105 079	-1.1	1 407	1 342	-4.6
	1998	1999	Var. %	1998	1999	Var. %
Jan/Dez	105 079	98 520	-6.2	1 342	1 338	-0.3

Fonte: SREA

Como se pode constatar através da análise do quadro acima, entre 1997 e 1999, deu-se um decréscimo do número de passageiros transportados nas carreiras interurbanas, quer ao nível da região, quer da ilha da Graciosa, devido ao facto de ter aumentado a aquisição de viaturas particulares.

No quadro abaixo constam as informações relativas às licenças de táxi.

Quadro 41 - Número de licenças de táxi

Normal	S/d	6 Lugares	Total
17	2	-	19

Tal como noutras ilhas, a cobertura dos transportes colectivos é deficitária, o que poderá ter conduzido ao aumento de veículos particulares - ligeiros de passageiros. As carreiras escolares têm um peso considerável nos valores de circulação da ilha. Não existe qualquer preocupação na articulação entre os transportes terrestres, aéreos e marítimos.

C.9.6. ILHA DO PICO

C.9.6.1. Transporte aéreo

C.9.6.1.1. Infraestruturas aeroportuárias

Aeródromo do Pico - o Aeródromo do Pico (situado a 8 km da vila da Madalena) possui uma pista com 1460x30 metros e uma plataforma de estacionamento com 100x60 metros.

Está dotado de uma torre de controlo com serviço de meteorologia e aerogare com rent-a-car e bar.

Este aeródromo estabelece ligações com a ilha Terceira e São Miguel e com as restantes ilhas através destas.

As ligações são efectuadas pela SATA Air Açores de acordo com os seguintes horários:

Horário de Inverno (Outubro a Março),
2 voos semanais para Ponta Delgada
7 voos semanais para a ilha Terceira

Horário de Verão (Abril a Outubro)
8 voos semanais para a ilha Terceira
8 voos semanais para Ponta Delgada

Quadro 42 - Características do tráfego no aeródromo da Horta

Tráfego	Passageiros*	Mercadorias (ton.)**
Anos	Inter-ilhas	Inter-ilhas
1985	20 612	142
1990	36 614	144
1995	33 923	175
1998	37908	217

Notas: * Passageiros embarcados, desembarcados e em trânsito, ** Mercadorias carregadas e descarregadas

Fonte - SREA

Deu-se um aumento significativo do número de passageiros, desde o início da década de 90, com tendência para aumentar. O PDM propõe o alargamento da pista para 45 metros e a ampliação da aerogare.

Heliporto da Madalena - situado na vila da Madalena, este heliporto destina-se exclusivamente a ser utilizado em casos de emergência, para transporte de feridos, evacuação de pessoas e abastecimentos urgentes em caso de catástrofe.

O aeródromo do Pico garante as ligações indispensáveis da ilha do Pico com o exterior. Seria importante aumentar o número de ligações aéreas, pois, no Verão, exceptuando a circulação de passageiros por mar entre os portos do triângulo, as ligações inter-ilhas e com o exterior fazem-se exclusivamente por via aérea.

A pouca largura da pista condiciona em muito as manobras de aterragem, particularmente em situações desfavoráveis de regime de ventos.

C.9.6.2. Transporte marítimo

C.9.6.2.1. Infraestruturas portuárias

a) Portos Comerciais

Porto de São Roque (Cais do Pico) - Classe B⁹⁸ - com funções comerciais, passageiros e mercadorias, o porto de São Roque está dotado com um cais acostável de 180 metros para a área comercial, 50 metros para a actividade piscatória e 35 metros para o transporte de passageiros.

Possui uma área coberta (armazéns e escritórios) com cerca de 998 m² e uma outra descoberta (terraplenos comerciais, terrenos anexos e parque de combustíveis) com cerca de 27 865m².

É a partir deste porto que se processa a entrada de mercadorias contentorizadas e de combustíveis na ilha.

⁹⁸ Portos com funções comerciais, suportando a actividade económica da ilha onde se situam. Os fundos têm que ter por cota mínima -4.00ZH e cais acostável de pelo menos 160m.

Porto da Madalena – Classe C⁹⁹ - o Porto da Madalena, com funções piscatórias, de transporte de passageiros e tráfego local, possui dois cais acostáveis: um para a actividade piscatória, com 200 metros de comprimento, e outro para passageiros, com 70 metros de comprimento. Está dotado de uma área coberta total, que engloba um estaleiro de reparação naval, com 1 472 m², e um terminal de passageiros, com 190 m². Possui uma área descoberta (rampa de varagem) com 3 500 m².

Quadro 43 - Características dos Portos de São Roque e Madalena

Anos	Número de Embarcações	Número de Passageiros*	Mercadorias (ton.)		
			C	D	Total
1985	489	6 206	14 453	52 705	67 158
1990	508	10 336	9 660	57 066	66 726
1995	579	17 496	11 449	60 659	72 108
1997	577	14 940	12 557	64 707	77 264

Notas: * Passageiros embarcados e desembarcados, C – Cargas, D – Descargas

Fonte: SREA

Não existem estatísticas individuais para os portos de São Roque e da Madalena. Pode verificar-se que são bastante significativos o número de embarcações que aqui operaram em 1997 (577) e o número de passageiros transportados no mesmo ano (14 940). Como nas restantes ilhas do arquipélago, existe um grande desequilíbrio entre o volume de mercadorias carregadas e descarregadas, o que mostra a grande dependência da ilha em relação ao exterior.

b) Portos de Pesca

Porto da Madalena – Classe C¹⁰⁰ - *São Roque* (fora da área comercial), *Monte Calhau*, *Santa Cruz das Ribeiras*, *Manhenha*, *Calheta do Nesquim*, *São Caetano*, *Calhau da Piedade*, *São Mateus*, *Lajes*, *Santo Amaro* – Classe D¹⁰¹. O Porto de Santo Amaro integra a construção naval de pequenos barcos.

⁹⁹ Portos com funções mistas de pequeno comércio, transporte de passageiros e pescas.

¹⁰⁰ Portos com funções mistas de pequeno comércio, transporte de passageiros e pescas.

¹⁰¹ Portos com função exclusiva de pesca.

c) Portos de Recreio

Apesar de não existirem infraestruturas especializadas para apoio à náutica de recreio, os portos de classe D e alguns *portinhos* servem esse propósito.

d) "Portinhos"

São 18 os portinhos existentes nesta ilha: Portinho da Baixa da Ribeirinha, Baía das Canas, Ribeira do Meio, Silveira, São João, Prainha do Norte, Cais do Pico, Santo António (furna), Santa Margarida ou Baixas ou Terra de Pão, Lajido, Cachorro, Cais do Mourato, Formosinha, Barca, Areia Larga, Pocinho, Fogos e Guindaste. Estes "portinhos" desempenham uma importante função de apoio à actividade piscatória, tendo, alguns, um papel importante no apoio à náutica de recreio, muito embora necessitem de obras de beneficiação.

Estes pequenos portos poderão ser aproveitados para fins de recreio e lazer, caso reunam as condições de operação necessárias e caso a administração autárquica consiga chegar a acordo com a entidade competente.

C.9.6.2.2. Transporte marítimo de passageiros

A partir desta ilha não são efectuados serviços regulares de transporte de passageiros para o exterior.

A nível interno – inter-ilhas – existem empresas responsáveis pelo transporte de passageiros e mercadorias. A empresa *Transmaçor*, por exemplo, é responsável pelas embarcações *Cruzeiro do Canal* (com capacidade para 244 passageiros) e *Cruzeiro das Ilhas* (com capacidade para 208 passageiros). Esta empresa estabelece ligações entre os portos das ilhas do Triângulo (São Jorge, Pico e Faial) várias vezes por semana e duas vezes por semana com a ilha Terceira (Angra do Heroísmo).

A empresa *Siturjorgense* opera com a embarcação *Expresso do Triângulo* com capacidade para 280 passageiros. Esta empresa opera nos portos das ilhas do Triângulo várias vezes por semana, incluindo Sábados e Domingos e faz uma ligação

semanal à ilha Terceira – Angra do Heroísmo.

O Governo Regional adjudicou à *Açorline S.A.* a prestação do serviço público de transporte marítimo de passageiros e viaturas entre as ilhas da Região Autónoma dos Açores, pelo prazo de quatro anos, de 2002 a 2005. O contrato estabelece as seguintes directrizes:

- O navio a que é atribuída a referência A, deverá operar durante cinco meses (150 dias ininterruptos), no período compreendido entre o dia 1 de Maio e o dia 31 de Outubro de cada ano civil de execução do contrato;
- O navio a que é atribuída a referência B, deverá operar durante três meses (90 dias ininterruptos), no período compreendido entre o dia 1 de Junho e o dia 30 de Setembro de cada ano civil de execução do contrato.

Quadro 44 - Número mínimo de toques e sua periodicidade para os navios A e B

Navio A (Quando a operar sozinho)	Número mínimo de toques	Periodicidade	Navio A e Navio B	Número mínimo de toques	Periodicidade
Pico (São Roque)	2	Semanal	Pico (São Roque)	9	Semanal

Fonte: Açorline, S.A

Os navios da Açorline S.A têm ar condicionado, capacidade para 450 passageiros e 70 viaturas, bar e restaurante, entre outras características.

O porto do Cais do Pico é o principal porto comercial desta ilha, garantindo também condições para o desempenho de outras funções como tráfego de passageiros e apoio à pesca e à náutica de recreio.

O Porto da Madalena é o responsável pela quase totalidade do transporte de passageiros com o exterior. Este porto possui condições que permitem a reparação naval de embarcações até 30 metros de comprimento.

Nos últimos tempos foram levadas a cabo obras de beneficiação nestes portos por forma a melhorar as condições do cais, de abrigo e de transferência de passageiros (cais/barco e barco/cais).

Tendo em conta o número de portos e portinhos vocacionados para a pesca existentes nesta ilha e o passado de baleação, o Pico oferece inúmeras potencialidades para

utilização do mar como recurso turístico, por oposição à montanha, que é outro ponto de grande interesse paisagístico e turístico.

Nos últimos anos fizeram-se obras de beneficiação em alguns portos, mas ainda há muito a fazer se se quiserem criar infraestruturas adequadas à actividade turística.

Esta ilha ocupa uma posição de grande centralidade nas ligações entre o triângulo, praticando-se aqui um sistema de cabotagem que põe em contacto permanente as ilhas do triângulo.

O maior condicionalismo, para além dos já apontados, são as condições climatéricas que muitas vezes, sobretudo no Inverno, impossibilitam a regularidade das ligações, dificultando a entrada de pessoas e bens essenciais na ilha.

C.9.6.3. Transportes e circulação terrestre

C.9.6.3.1. Rede viária da ilha do Pico

Tal como as restantes ilhas do arquipélago, também o Pico apresenta uma rede viária que funciona como uma circular à ilha, já que os aglomerados se situam preferencialmente nas zonas de costa, por norma mais planas. Ficam assim asseguradas as ligações viárias aos lugares povoados. As vias encontram-se, em geral, em razoável estado de conservação.

C.9.6.3.2. Transportes colectivos de passageiros

Existe uma empresa de transportes colectivos - *Concessionário Cristiano Lda.* - que estabelece as ligações rodoviárias no interior da ilha, durante os 7 dias da semana. São efectuadas 4 carreiras diárias entre a Piedade e Madalena, embora com percursos diferentes durante os 5 dias úteis, e duas carreiras ao fim-de-semana.

As carreiras iniciam-se pelas 06.00h da manhã e acabam às 20.00h da noite.

Quadro 45 - Passageiros/ km transportados nas carreiras interurbanas

Fonte: SREA

Meses	Total da Região			Pico		
	1997	1998	Var. %	1997	1998	Var. %
Jan/Dez	106 285	105 079	-1.1	5 357	5 682	6.1
Jan/Dez	1998	1999	Var. %	1998	1999	Var. %
	105 079	98 520	-6.2	5 682	5 416	-4.7

Da análise do quadro há a registar uma diminuição do número de passageiros transportados nas carreiras interurbanas entre 1997 e 1999, que também é registada ao nível das carreiras interurbanas na ilha do Pico, passando de um valor positivo, em 1997-98 (6.1%), para um valor negativo, em 1998-99 (-4.7%). Este facto fica a dever-se ao aumento da motorização na ilha e ao desajuste existente nos horários praticados e nos percursos efectuados pelos transportes públicos.

No quadro abaixo são apresentados os dados existentes ao nível das licenças de táxi emitidas.

Quadro 46 - Número de licenças de táxi

Concelhos	Normal	S/d	6 Lugares	Soma do Concelho	Total
Madalena	28	1	2	31	59
São Roque	12	1	1	14	
Lajes	13	1	-	14	

Tendo em conta a superfície da ilha e a sua extensão em comprimento, os transportes estão desajustados face às necessidades de circulação. Contudo o baixo nível de rentabilidade obtido pelas empresas que exploram o transporte de passageiros neste tipo de ilha e a baixa densidade populacional dificultam a implementação de carreiras e conduzem a que a frequência das ligações seja baixa.

O número de taxis também é manifestamente insuficiente tendo em atenção a dimensão da ilha e a circulação de passageiros, sobretudo no Verão. Os transportes colectivos de passageiros estabelecem alguma conexão entre as suas carreiras e as ligações efectuadas entre a Madalena e Horta.

C.9.7. ILHA DE SANTA MARIA

C.9.7.1. Transporte aéreo

C.9.7.1.1. Infraestruturas aeroportuárias

Aeroporto de Santa Maria - do ponto de vista operacional, o aeroporto de Santa Maria é o mais bem equipado da Região Autónoma dos Açores e um dos melhores do país, uma vez que aqui podem operar todo o tipo de aeronaves. Situado a 5 Km da Vila do Porto, este aeroporto é constituído por três pistas (com dimensões de 3048x60 metros, 1420x45 metros e 1830x45 metros), possui equipamento para abastecimento de combustível e óleos às aeronaves e material para carga e descarga de mercadorias. Dispõe ainda de dois hangares para aparelhos em visita com 1263 m² e 858 m² de superfície.

A aerogare está equipada com sala VIP, serviço de depósito de bagagem, banco, correios, posto de informação de turismo e parque de estacionamento com capacidade para 120 viaturas. Neste aeroporto encontra-se instalado o serviço de controlo aéreo no Atlântico NAV II.

A partir do aeroporto de Santa Maria são estabelecidas ligações directas com São Miguel e, a partir desta ilha, com as restantes. Serve de ponto de apoio a escalas técnicas para os voos intercontinentais.

Em termos de horários e periodicidade nas ligações estabelecidas pela *SATA Air Açores* há a referir:

Horário de Inverno (Outubro a Março)

9 voos semanais para Ponta Delgada

Horário de Verão da SATA Air Açores (Abril a Outubro)

14 voos semanais para Ponta Delgada

Durante o Verão realizam-se alguns voos *Charters* com os EUA e o Canadá, mas com pouca expressão em termos estatísticos.

Quadro 47 - Características do tráfego no Aeroporto e Santa Maria

Tráfego	Passageiros*				Mercadorias (ton)**			
	Anos	Inter-ilhas	Territoriais	Internacionais	Total	Inter-ilhas	Territoriais	Internacionais
1985	26 613	92	20 213	48 918	638	-	-	638
1990	35 785	-	27 983	63 768	286	-	-	286
1995	38 052	-	73 584	111636	134	-	-	134
1998	51 436	-	38 709	90 145	177	-	-	177

Notas: * Passageiros embarcados, desembarcados e em trânsito, ** Mercadorias carregadas e descarregadas
Fonte: SREA

A análise do quadro permite constatar que se tem vindo a registar um aumento significativo do número de passageiros inter-ilhas (dos 38052, verificados em 1995, passou-se para os 51436, em 1998) e uma diminuição do número de passageiros internacionais, resultante da abertura sem restrições do aeroporto das Lages ao tráfego aéreo internacional e da passagem das ligações aéreas com o continente português para a Terceira e depois para São Miguel.

Não se prevê a construção ou ampliação de qualquer estrutura aeroportuária para além das existentes.

Santa Maria depende, na maior parte do ano, exclusivamente das ligações aéreas para entradas/saídas de passageiros da ilha.

A periodicidade das ligações à ilha nem sempre é satisfatória. Repare-se que, durante os períodos de férias escolares e/ou no Verão, são criados voos extra por forma a dar resposta ao fluxo de passageiros.

Segundo a *SATA Air Açores*, o facto de recentemente ter sido dada autorização para que os aviões de médio curso possam fazer voos transatlânticos, deverá permitir incrementar a actividade deste importante sector da *SATA Air Açores*, uma vez que se prevê o aumento do número de escalas, por motivos técnicos, nos aeroportos açoreanos.

Repare-se, por exemplo, que nos aeroportos de Ponta Delgada, Santa Maria, Horta e

Terceira, foram prestadas assistências em 1998, 1999 e 2000 de, respectivamente, 3103, 3481e 3740.

Embora estes números digam respeito às três ilhas acima referidas, são representativos da aposta feita pela SATA Air Açores neste tipo de serviço, até porque este tipo de movimentação aérea é extremamente importante na dinamização e promoção da ilha, permitindo, inclusivamente, o aproveitamento das infraestruturas existentes.

C.9.7.2. Transporte marítimo

C.9.7.2.1. Infraestruturas portuárias

a) Portos Comerciais

Porto da Vila do Porto – Classe B¹⁰² - este porto é administrado pela Junta Autónoma do Porto de Ponta Delgada. Com funções comerciais e de pesca, o porto de Vila do Porto possui um cais com 203 metros de comprimento com uma área coberta (escritórios, oficinas e armazéns) de 185 m² e uma área descoberta (parque de contentores, terraplenos e terrenos anexos) de 20260 m².

FIGURA 75 - PORTO DA VILA DO PORTO - SANTA MARIA



¹⁰² Portos com funções comerciais, suportando a actividade económica da ilha onde se situam, cujos os fundos tenham uma cota mínima de 4.00ZH e com cais acostável de pelo menos 160m.

As condições criadas com a construção deste porto promoveram a movimentação de mercadorias por via marítima. Está em construção o cais acostável de passageiros.

Quadro 48 - Características do Porto da Vila do Porto

Anos	Número de Embarcações	Número de Passageiros*	Mercadorias		
			C	D	Total
1985	88	-	1 763	38 674	40 437
1990	133	481	3 715	2 999 169	32 884
1995	149	-	2 846	34 438	37 284
1997	224	3527	4 080	44 377	48 457

Notas: * Passageiros embarcados e desembarcados, C – Cargas, D – Descargas

Fonte: SREA

Como se pode constatar deu-se um aumento do número de embarcações entradas no porto de Vila do Porto, que passou das 149, em 1995, para 224, em 1997. Paralelamente, verificou-se um aumento do número de passageiros, que passou dos 481, em 1990, para os 3527, em 1997. A diferença entre a quantidade de mercadoria carregada e descarregada revela uma grande dependência as ilha em relação ao exterior.

b) Portos de Pesca

Não tem.

c) Portos de Recreio

Prevê-se a construção de uma Marina.

d) "Portinhos"

Os portinhos servem de apoio à actividade piscatória, sendo que, em casos em que o valor histórico e as condições de operação o permitam, poderão ser aproveitados pelas autarquias locais, ou outras entidades, para fins de recreio ou lazer, mediante estabelecimento de acordo com entidade gestora competente.

Na ilha de Santa Maria existem seis, nomeadamente os portinhos do Castelo, de São Lourenço, dos Anjos, da Maia, da Prainha e de Tagarete.

C.9.7.2.2. Transporte marítimo de passageiros

Não existem serviços regulares de transporte de passageiros para o exterior do arquipélago a partir de Santa Maria.

O Governo Regional adjudicou, por quatro anos (2002-2005), à *Açorline SA* a prestação do serviço público de transporte marítimo de passageiros e veículos entre as ilhas da Região Autónoma dos Açores. O contrato estabelece o seguinte:

- O navio a que é atribuída a referência A, deverá operar durante cinco meses (150 dias ininterruptos), no período compreendido entre o dia 1 de Maio e o dia 31 de Outubro de cada ano civil de execução do contrato;
- O navio a que é atribuída a referência B, deverá operar durante três meses (90 dias ininterruptos), no período compreendido entre o dia 1 de Junho e o dia 30 de Setembro de cada ano civil de execução do contrato.

Quadro 49 - Número mínimo de toques e sua periodicidade para os navios A e B

Navio A (Quando a operar sozinho)	Número mínimo de toques	Periodicidade	Navio A e Navio B	Número mínimo de toques	Periodicidade
Santa Maria (Vila do Porto)	2	De Sexta a Domingo	Santa Maria (Vila do Porto)	3	Semanal

Fonte: Açorline, S.A

Os navios da Açorline S.A. estão equipados com ar condicionado, bar e restaurante, tendo capacidade para 450 passageiros e 70 viaturas.

As ligações estabelecidas nem sempre satisfazem as necessidades da população, muito embora a entrada em funcionamento dos navios da *Açorline*, em 1998, com contrato já firmado com o governo regional para mais quatro anos, se tenha verificado um aumento considerável do número de entradas na ilha. A este nível refira-se, por exemplo, o *Festival Maré de Agosto* que atrai todos os anos milhares de pessoas

(sobretudo açoreanos – movimentos inter-ilhas), constituindo o pico do fluxo de passageiros, induzindo, não raras vezes, ao aumento do número de viagens previstas, tanto marítimas, como aéreas.

A construção do porto de recreio/marina, bem como do cais acostável, constituirá um factor essencial na dinamização turística da ilha.

C.9.7.3. Transportes e circulação terrestre

C.9.7.3.1. Rede viária da ilha de Santa Maria

Nas plantas apenas se identificam as vias regionais que são da responsabilidade da Secretaria Regional da Habitação e Equipamentos. Contudo a rede rodoviária municipal divide-se em quatro categorias genéricas:

- (a) Estradas Regionais;
- (b) Estradas Municipais;
- (c) Caminhos Municipais;
- (d) Caminhos Rurais (Agrícolas e Florestais).

A Câmara Municipal é responsável pela manutenção/conservação/beneficiação das vias pertencentes aos últimos três grupos, promovendo a reparação, quando necessário, dos pavimento de betuminoso, a pavimentação de vias em terra batida e o alargamento do perfil transversal das vias, quando as faixas de rodagem não atingem os 4,5 metros de largura.

C.9.7.3.2. Transportes colectivos de passageiros

Existe apenas uma empresa de transportes colectivos de passageiros – *Empresa de Transportes Colectivos de Santa Maria*.

Opera de Segunda a Sábado, com horários que se encontram entre as 6.45 h e as 20.30 h. Aos Domingos não são efectuadas ligações.

Quadro 50 - Passageiros/ Km transportados nas carreiras urbanas

Meses	Total da Região			Santa Maria		
	1997	1998	Var. %	1997	1998	Var. %
Jan/Dez	11 108	10 140	-8.7	284	342	20.4
Jan/Dez	1998	1999	Var. %	1998	1999	Var. %
	10 140	9 613	-5.2	342	365	6.7

Fonte: SREA

Quadro 51 - Passageiros/ Km transportados nas carreiras interurbanas

Meses	Total da Região			Santa Maria		
	1997	1998	Var. %	1997	1998	Var. %
Jan/Dez	106 285	105 079	-1.1	351	367	4.6
Jan/Dez	1998	1999	Var. %	1998	1999	Var. %
	105 079	98 520	-6.2	367	406	10.6

Fonte: SREA

Entre 1997 e 1999 deu-se um decréscimo do número de passageiros transportados nas carreiras urbanas e interurbanas, ainda que a circulação de passageiros tenha aumentado, o que se deve ao facto de neste valor estarem incluídos os transportes escolares (da responsabilidade desta empresa).

No quadro abaixo são apresentados os dados disponíveis referentes ao número de licenças de táxi atribuídas. Note-se que o número de licenças de táxis é bastante diminuto o que compromete as deslocações dentro da ilha.

Quadro 52 - Número de licenças de táxi (Vila do Porto)

Normal	S/d	6 Lugares	Total
21	1	2	24

As vias que são da responsabilidade da Câmara Municipal têm, no geral, uma largura mínima de 4,5 metros e encontram-se, tal como as estradas regionais, num estado de

conservação satisfatório.

Os transportes colectivos de passageiros estabelecem a ligação entre as diversas povoações da ilha, ainda que não o façam com a frequência necessária. Os horários destes transportes não se encontram articulados com os restantes modos/tipos de transporte existentes na ilha (transporte marítimo, aéreo e terrestre).

Por outro lado tem havido um aumento significativo do número de veículos, principalmente de ligeiros de passageiros, sendo o parque automóvel bastante jovem.

O número de licenças de táxis é bastante baixo o que compromete as deslocações dentro da ilha, particularmente no que concerne aos visitantes que entram na ilha por via aérea. Contudo esta situação não é facilmente alterável tendo em conta a sazonalidade dos fluxos de visitantes (com maior peso no Verão).

C.9.8. ILHA DE SÃO JORGE

C.9.8.1. Transporte aéreo

C.9.8.1.1. Infraestruturas aeroportuárias

Aeródromo de São Jorge - Este aeródromo (situado a 8Km da vila de Velas) é constituído por uma pista em asfalto com 1310x30 metros, estando dotado de torre de controlo com serviço de meteorologia.

A aerogare tem bar, *rent-a-car*, loja e parque de estacionamento com capacidade para 60 viaturas.

A partir daqui são estabelecidas as ligações directas com a Terceira, S. Miguel - Ponta Delgada - e com as restantes ilhas através destas.

As ligações são efectuadas pela *SATA Air Açores* de acordo com os horários/periodicidade seguintes:

Horário de Inverno (Outubro a Março)

8 voos semanais para a Terceira

Horário de Verão (Abril a Outubro)

8 voos semanais para a Terceira

14 voos semanais para a Ponta Delgada

Quadro 53 - Características do tráfego no aeródromo de São Jorge

Tráfego	Passageiros*	Mercadorias (ton.)**
Anos	Inter-ilhas	Inter-ilhas
1985	20 612	142
1990	36 614	144
1995	33 923	175
1998	37 620	274

Notas: * Passageiros embarcados, desembarcados e em trânsito, ** Mercadorias carregadas e descarregadas
Fonte: SREA

A análise do quadro permite verificar que houve um aumento significativo do número de passageiros transportados: em 1995 foram 33 923 e em 1998 foram 37 620.

De acordo com o estipulado no Plano Director Municipal, a ampliação da aerogare e o alargamento da pista são fundamentais para a melhoria das ligações aéreas com esta ilha.

As ligações aéreas à ilha não satisfazem as necessidades. É necessário proceder a obras de remodelação e ampliação da aerogare.

O aeródromo também levanta grandes dificuldades de operacionalidade devido à largura da pista que condiciona as manobras de aterragem, particularmente em situações de regime de vento adversas.

C.9.8.2. Transporte marítimo

C.9.8.2.1. Infraestruturas portuárias

a) Portos Comerciais

Porto de Velas – Classe B¹⁰³ - este porto possui 160 metros de comprimento para a área comercial, 50 metros para a actividade piscatória e 40 metros destinados à área de embarque/desembarque de passageiros.

FIGURA 76 - PORTO DE VELAS - SÃO JORGE



Está dotado de uma área descoberta para contentores com 6 140 m², de um núcleo de pesca com 925 m², de uma rampa de varagem com 780 m² e de uma área para passageiros com 1 200 m².

Porto da Calheta – Classe C¹⁰⁴ - neste porto estão a decorrer obras de remodelação e ampliação.

¹⁰³ Portos com funções comerciais, suportando a actividade económica da ilha onde se situam, cujos os fundos tenham a cota mínima de -4.00ZH e com cais acostável de pelo menos 160m.

¹⁰⁴ Portos com funções mistas de pequeno comércio, transporte de passageiros e pescas.

Quadro 54 - Características dos Portos da Calheta e Velas

Anos	Número de Embarcações	Número de Passageiros*	Mercadorias (ton.)		
			C	D	Total
1985	637	Nd	2 843	27 834	30 677
1990	588	19 236	4 752	41 677	46 429
1995	522	21 283	4 100	35 056	39 156
1997	537	23 115	3 920	40 536	44 456

Notas: * Passageiros embarcados e desembarcados, C – Cargas, D – Descargas

Fonte: SREA

Da análise do quadro percebe-se um aumento pouco acentuado do número de passageiros e embarcações entre 1995 e 1997, sendo de esperar que continue a aumentar a circulação de passageiros e de embarcações. Existe ainda um grande desequilíbrio entre o número de toneladas de mercadorias carregadas e descarregadas.

b) Portos de Pesca

Porto do Topo e Porto da Urzelina – Classe D¹⁰⁵

c) Portos de Recreio

Prevê-se a construção de um porto de recreio/Marina no porto da Calheta.

d) "Portinhos"

São 18 os portinhos existentes em São Jorge: Portinho da Fajã de São João, da Fajã dos Bodes, da Fajã dos Vimes, da Frangueira, da Ribeira Seca, Vicente Dias, Fajã das Almas, das Manadas, dos Terreiros, da Urzelina, da Fajã de Santo Amaro, da Queimada, da Fajã João Dias, do Norte Grande, do Norte Pequeno, da Fajã dos Cubres e da Caldeira de Santo Cristo. Estes pequenos poros poderão ser vocacionados para fins de recreio e lazer, se assim se pretender. Veja-se que, por exemplo, portos como

¹⁰⁵ Portos com função exclusiva de pesca.

Fajã das Almas, Manadas e Terreiros, servem já de apoio às actividades náuticas.

O "portinho" do Norte Grande é a única alternativa de abrigo na orla Norte da ilha, mas necessita de obras de beneficiação.

C.9.8.2.2. Transporte marítimo de passageiros

Não existem serviços regulares de transporte de passageiros para o exterior a partir de São Jorge.

A nível interno (inter-ilhas) existem três empresas responsáveis pelo transporte de passageiros e mercadorias: a *Transmaçor*, a *Siturjorgense* e a *Açorline S.A.*.

A empresa *Transmaçor* utiliza as embarcações *Cruzeiro do Canal* (com capacidade para 244 passageiros) e *Cruzeiro das Ilhas* (com capacidade para 208 passageiros) e estabelece ligações entre os portos das ilhas do triângulo várias vezes por semana e duas vezes por semana com a ilha da Terceira.

A empresa *Siturjorgense* opera com a embarcação *Expresso do Triângulo* com capacidade para 280 passageiros. Esta empresa faz carreiras nos portos das ilhas do triângulo várias vezes por semana, incluindo Sábado e Domingo. Efectua também uma ligação à ilha Terceira.

A terceira empresa a estabelecer ligações entre São Jorge e as outras ilhas é a *Açorline S.A.*, como já foi referido. A periodicidade nas ligações é a apresentada no quadro seguinte:

Quadro 55 - Número mínimo de toques e sua periodicidade para os navios A e B

Navio A (Quando a operar sozinho)	Número mínimo de toques	Periodicidade	Navio A e Navio B	Número mínimo de toques	Periodicidade
São Jorge (Velas)	2	Semanal	São Jorge (Velas)	9	Semanal

Fonte: Açorline, S.A

Os navios da *Açorline, S.A.* têm, entre outras características, ar condicionado, capacidade para 450 passageiros e 70 viaturas, bar e restaurante.

O concelho da Calheta, devido ao mau estado do seu porto (iniciaram-se há pouco tempo as obras de ampliação e remodelação), coloca o concelho numa situação periférica em relação à circulação de passageiros e mercadorias. Contudo tem-se registado um grande aumento do número de passageiros entrados na ilha.

É, ainda, de salientar que está em elaboração (pelas autarquias e pela Câmara de Comércio de Angra do Heroísmo) o *Projecto de Desenvolvimento Turístico para as ilhas do triângulo e Terceira*.

O apoio e a promoção de actividades náuticas de recreio, bem como de cruzeiros à volta da ilha e entre as ilhas do triângulo é fundamental para o desenvolvimento turístico da ilha. Contudo, é necessário apostar na melhoria das condições das infraestruturas portuárias de apoio ao recreio náutico.

C.9.8.3. Transportes e circulação terrestre

C.9.8.3.1. Rede viária da ilha de São Jorge

Nas plantas foram identificadas apenas as vias regionais que são da responsabilidade da Secretaria Regional da Habitação e Equipamentos. Contudo a rede rodoviária municipal pode dividir-se em três categorias genéricas.

- a) Estradas Regionais;
- b) Caminhos Municipais;
- c) Caminhos Rurais (Agrícolas e Florestais).

Actualmente, as estradas e caminhos encontram-se em bom estado de conservação (uma vez que foram reparadas recentemente), faltando apenas reparar pequenos troços.

Está a ser implantada sinalização vertical e horizontal, bem como alguns *placards* indicativos.

C.9.8.3.2. Transportes colectivos de passageiros

A única empresa de transportes colectivos da ilha é a *José Pinto de Azevedo e Filhos, Lda.*, que funciona há mais de 30 anos com os horários que hoje apresenta.

Não existem carreiras diárias entre as duas vilas e nos dias em que são efectuadas apenas é estabelecida uma ligação.

Quadro 56 - Passageiros/ Km transportados nas carreiras interurbanas

Meses	Total da Região			São Jorge		
	1997	1998	Var. %	1997	1998	Var. %
Jan/Dez	106 285	105 079	-1.1	1 689	1 677	-0.7
Jan/Dez	1998	1999	Var. %	1998	1999	Var. %
	105 079	98 520	-6.2	1 677	1 035	-38.3

Fonte: SREA

Note-se uma diminuição do número de passageiros transportados nas carreiras interurbanas de 1997 a 1999 e uma diminuição, ainda mais acentuada, do número de passageiros transportados nas carreiras interurbanas devido aos horários desajustados e ao aumento acentuado do número de veículos particulares.

Quadro 57 - Número de licenças de táxi

Concelhos	Normal	S/d	6 Lugares	Soma do Concelho	Total
Calheta	14	-	1	15	41
Velas	26	-	-	26	

O número de táxis é insuficiente tendo em conta a extensão e a dispersão do povoamento na ilha.

Os horários e a frequência dos transportes públicos estão completamente desajustados e desarticulados com os transportes marítimo e aéreo, não tendo estes um papel significativo ao nível do turismo ou da mobilidade da população local.

Uma vez que São Jorge é uma ilha voltada para a actividade agro-pecuária, nos últimos anos tem-se registado um aumento dos transportes particulares,

nomeadamente de ligeiros de mercadorias, que garantem a mobilidade das pessoas e apoiam na actividade agro-pecuária.

Uma vez que a ilha é muito extensa o número de táxis é insuficiente, principalmente nas épocas de maior afluência de visitantes.

Tendo em conta as características do relevo da ilha - costa alta e escarpada, com fajãs de rara beleza - verifica-se que ainda há dificuldades de acesso a algumas áreas, bem como a alguns pontos importantes para observação da paisagem. Poder-se-ia potenciar um turismo vocacionado para passeios pedestres uma vez que a muitas zonas (fajãs) não é de todo possível aceder de carro. Seria, no entanto, imprescindível promover a articulação dos horários de transportes de apoio aos percursos pedestres.

C.9.9. ILHA DE SÃO MIGUEL

C.9.9.1. Transporte aéreo

C.9.9.1.1. Infraestruturas aeroportuárias

Aeroporto João Paulo II - O aeroporto João Paulo II (Ponta Delgada) é gerido pela ANA (Aeroportos e Navegação Aérea).

É um aeroporto internacional, apto a operar com aeronaves equipadas com comunicações radiobilaterais. Está dotado de 1 pista de 2353x45 metros, torre de controlo, aerogare com restaurante, bar, serviços de meteorologia, serviços de saúde, correios e *rent-a-car*, além de alfândega e de serviços de emigração. Tem ainda 5 parques de estacionamento no exterior da aerogare num total de 560 lugares (Parque 1 - pago, de curta duração, com 200 lugares; Parque 2 - para utilizadores frequentes, pagamento por avença; Parque 3 - parque de longa duração com 120 posições de estacionamento e taxa reduzida; Parque 4 - Áreas destinadas a viaturas de *rent-a-car*; Parque 5 - parque gratuito de 60 lugares; Parque de autocarros - utilizado por autocarros do Turismo ou oficiais).

A ilha de S. Miguel é uma das quatro que dispõem de aeroporto com capacidade para

acolher voos vindos do continente português e/ou estrangeiro.

É então a partir do aeroporto João Paulo II que se estabelecem a maior parte das ligações com Lisboa, Porto, Madeira e com o estrangeiro.

A partir de S. Miguel são organizadas as ligações aéreas internas, através de circuitos complexos que ligam sucessivamente às outras ilhas, existindo poucas ligações directas com as ilhas de menor dimensão.

Relativamente à periodicidade nas ligações é este o cenário habitual:

Horário de Inverno da SATA (Outubro a Março)

9 voos semanais para Santa Maria;
2 voos semanais para o Pico.
24 voos semanais para a Terceira;
6 voos semanais para a Horta.

Horário de Verão da SATA (Abril a Outubro)

14 voos semanais para S. Jorge;
64 voos para Terceira;
8 voos semanais para o Pico;
14 voos semanais para Santa Maria;
31 voos semanais para a Horta;
5 voos semanais para a Graciosa.

Horário de Inverno da SATA INTERNACIONAL

20 voos semanais para Lisboa;
2 voos semanais para o Porto;
1 voo semanal para o Funchal.

Horário de Verão da SATA INTERNACIONAL

43 voos semanais para Lisboa;
6 voos semanais para o Porto;
3 voos semanais para o Funchal;
1 voo semanal para Frankfurt.

Horário de Inverno da SATA EXPRESS

12 voos para Toronto.

Horário de Verão SATA EXPRESS

74 voos para Toronto.

Horário de Inverno da SATA AZORES EXPRESS

17 voos para Boston.

Horário de Verão da SATA AZORES EXPRESS

91 voos para Boston

Quadro 58 - Características do tráfego no aeroporto João Paulo II – Ponta Delgada

Aeroporto de Ponta Delgada								
Tráfego	Passageiros*				Mercadorias (ton)**			
Anos	Inter-ilhas	Territoriais	Internacionais	Total	Inter-ilhas	Territoriais	Internacionais	Total
1985	131 536	121 153	24 179	276868	1 820	3 513	9	638
1990	151 909	154 522	75 040	381471	1 092	4 597	525	286
1995	167 799	220 326	74 802	462927	635	6 018	807	134
1998	192 827	266 133	74 902	533862	1003	6304	392	7699

Notas: * Passageiros embarcados, desembarcados e em trânsito, ** Mercadorias carregadas e descarregadas.

Fonte: SREA

A análise do quadro permite constatar que o número de passageiros transportados inter-ilhas aumentou de 1995 (167 799) para 1998 (192 827), tal como o número de passageiros territoriais. Entre 1995 e 1998, não foi significativo o aumento registado no número de passageiros internacionais.

Heliporto de Ponta Delgada - Localizado em Ponta Delgada, junto ao Hospital do Divino Espírito Santo, este heliporto serve exclusivamente em situações de urgência para transporte de doentes ou feridos para tratamento hospitalar.

Heliporto da Ribeira Quente - Localizado na freguesia da Ribeira Quente este heliporto tornou-se necessário na sequência de catástrofes recentes que atingiram a freguesia e mais uma vez mostraram o seu isolamento por falta de acessibilidades.

É constituído por uma pequena pista e destina-se exclusivamente a servir em situações de catástrofe, para evacuação de feridos e para garantir abastecimentos urgentes.

Os Planos Directores Municipais em vigor prevêm a construção de mais 3 heliportos (pista de aterragem e respectiva sinalização) em São Miguel: um na Ribeira Grande, um outro na Maia e o terceiro no Nordeste, por forma a que sejam melhoradas as condições de acesso em caso de urgência para o transporte rápido de doentes/ feridos para o Hospital do Divino Espírito Santo (Ponta Delgada).

São Miguel é a grande porta de entrada de visitantes nos Açores. O número de ligações internas e para o exterior é deficitário em relação ao desenvolvimento turístico e económico que se pretende. Um aspecto positivo a salientar é a acção que tem vindo

a ser desenvolvida pela *SATA Air Açores* de assistência em escala a terceiros nos aeroportos das ilhas de São Miguel, Santa Maria, Faial e Terceira. O número de passageiros inter-ilhas, territoriais e internacionais tende a aumentar de ano para ano.

C.9.9.2. Transporte marítimo

C.9.9.2.1. Infraestruturas portuárias

a) Portos Comerciais

Porto de Ponta Delgada – Classe A¹⁰⁶ - este porto é administrado pela Junta Autónoma do Porto de Ponta Delgada, tal como a Marina de Ponta Delgada.

Com funções comerciais e de pesca, possui um cais com 1266 metros de comprimento, sendo 377 metros para o núcleo de pesca e 889 metros para o núcleo comercial. Está dotado de uma área total descoberta de 134300 m² (parque de contentores, terraplenos e terrenos anexos) e de uma área coberta de 6700 m² (escritórios, oficinas e armazéns). Os apoios em termos de equipamentos terrestres e flutuantes necessitam de melhoramentos tecnológicos.

Quadro 59 - Características do porto de Ponta Delgada

Anos	Número de Embarcações	Número de Passageiros*	Mercadorias (ton.)		
			C	D	Total
1985	498	-	158 292	425 509	583 801
1990	431	-	146 937	698 032	844 969
1995	524	-	230 458	631 538	861 996
1997	614	3079	229 446	798 611	1 028 057

Notas: * Passageiros embarcados e desembarcados, C – Cargas, D – Descargas

Fonte: SREA

Como se pode verificar deu-se um aumento do número de embarcações entradas: de

¹⁰⁶ Portos com funções de entreposto comercial, com fundos de cota mínima de – 7.00 ZH e cais acostável de pelo menos 400m.

524, em 1995, para 614, em 1997. Há uma diferença muito considerável entre o número de mercadorias carregadas e descarregadas, o que evidencia a grande dependência do exterior.

b) Portos de Pesca

São 9 os portos de pesca existentes em São Miguel: *Porto da Ribeira Quente, Porto da Maia, Porto Formoso, Porto de Vila Franca do Campo, Porto de Água de Pau, Porto da Lagoa, Porto de Rabo de Peixe, Porto de Poços S. Vicente e Porto dos Mosteiros - Classe D*¹⁰⁷.

c) Portos de Recreio

Marina de Ponta Delgada - Esta Marina tem capacidade para 138 embarcações e um cais de recepção de 30 metros.

Destaquem-se os 118 lugares para iates, até 18m de comprimento, e os 20 lugares existentes no molhe onde podem acostar iates com um comprimento máximo de 60 metros. Há ainda espaço para pequenas embarcações.

Marina de Vila Franca do Campo - Em fase de conclusão.

FIGURA 77 - MARINA DE PONTA DELGADA



¹⁰⁷ Portos com função exclusiva de pesca.

d) "Portinhos"

Estes pequenos portos servem de apoio à actividade piscatória e a actividades náuticas de recreio. Podem contar-se 16 portinhos em volta da ilha: Portinho do Faial da Terra, de Água Retorta, do Nordeste, da Povoação, da Achada, de Fenais da Ajuda, de Ponta Garça, da Ribeira das Tainhas, da Ribeirinha, da Fábrica, das Calhetas, Fenais da Luz, das Capelas, de Santo António, das Feteiras do Sul e dos Remédios Bretanha. Quando o valor histórico, a localização e as condições de operação o permitirem poderão ser aproveitados para fins de recreio e lazer.

C.9.9.2.2. Transporte marítimo de passageiros

O transporte de passageiros só é efectuado entre ilhas de 1 de Maio a 31 de Outubro, sendo assegurado pela empresa *Açorline S. A.*

O Governo Regional adjudicou à *Açorline S.A.* a prestação do serviço público de transporte marítimo de passageiros e viaturas entre as ilhas da Região Autónoma dos Açores, pelo prazo de quatro anos, de 2002 a 2005. O contrato estabelece as seguintes directrizes:

- O navio a que é atribuída a referência A, deverá operar durante cinco meses (150 dias ininterruptos), no período compreendido entre o dia 1 de Maio e o dia 31 de Outubro de cada ano civil de execução do contrato;
- O navio a que é atribuída a referência B, deverá operar durante três meses (90 dias ininterruptos), no período compreendido entre o dia 1 de Junho e o dia 30 de Setembro de cada ano civil de execução do contrato.

Os navios da *Açorline S.A* têm, entre outras características: ar condicionado, capacidade para 450 passageiros e 70 veículos automóveis, bar e restaurante.

Quadro 60 - Número mínimo de toques e sua periodicidade para os navios A e B

Navio A (Quando a operar sozinho)	Número mínimo de toques	Periodicidade	Navio A e Navio B	Número mínimo de toques	Periodicidade
São Miguel (Ponta Delgada)	2	De Sexta a Domingo	São Miguel (Ponta Delgada)	5	Semanal

Fonte: Açorline S.A.

Há também que otimizar este sector tanto a nível interno, como externo. Os navios da Açorline S. A. têm permitido, desde 1998, um aumento significativo da circulação de passageiros entre São Miguel e Santa Maria e depois com as restantes ilhas.

A organização de cruzeiros pelas ilhas tem de ser implementada, criando, inclusivamente, pequenos cruzeiros à escala da ilha com embarcações mais pequenas.

Uma actividade importante (que até aqui tem sido desenvolvida com carácter particular) diz respeito à observação de baleias e golfinhos. O desenvolvimento deste tipo de circuitos pode ser extremamente atractivo para o turismo.

O Plano Director do Porto de Ponta propõe a realização de obras em toda a frente marítima, entre o forte de São Brás e a Marina de recreio da zona da Calheta. Prevê-se que a obra seja lançada a concurso no decorrer de 2003. De entre as intervenções há a destacar: a total separação entre os diversos modos de transporte marítimo, a construção de um cais acostável destinado a cruzeiros e a navios de passageiros inter-ilhas na zona da Avenida Infante D. Henrique, a criação de um novo núcleo de recreio com 380 lugares de amarração, a criação de um Pavilhão do Mar com 6200 m² (destinado a exposições e apoio à realização de congressos), a implementação de uma zona comercial com bares, restaurantes e esplanadas incluindo uma gare marítima de 5800m² e o alargamento da Avenida Marginal com a criação de um parque de estacionamento em cave com capacidade para 250 veículos.

C.9.9.3. Transportes e circulação terrestre

C.9.9.3.1. Rede viária da ilha de São Miguel

Identificaram-se apenas as vias regionais que são da responsabilidade da Secretaria Regional da Habitação e Equipamentos. Contudo, e tal como nas restantes ilhas do arquipélago, a rede rodoviária municipal pode dividir-se em quatro categorias genéricas:

- a) Estradas Regionais;
- b) Estradas Municipais;
- c) Caminhos Municipais;
- d) Caminhos Rurais (Agrícolas e Florestais).

Segundo os PDM's existe alguma diferença na nomenclatura da rede rodoviária municipal, mas pode ter-se em conta a classificação acima referida.

Estão em curso várias obras que pretendem melhorar as acessibilidades sobretudo aos concelhos da Ribeira Grande, de Lagoa e de Vila Franca do Campo. São de destacar (vias a construir pela concessionária) as variantes a Água de Pau, a Água D'Alto e a Vila Franca do Campo, a envolvente a Ribeira Grande, que liga a Santa Iria/ Barreiros e à variante à ER 1 – 1ª (Barreiros/ Fenais da Ajuda), a variante à ER 1 – 1ª (Fenais da Ajuda/ Nordeste) e a via rápida Lagoa/ Ribeira Grande (4 faixas).

Estão em fase de execução obras de conservação e remodelação de algumas vias com o objectivo de encontrar o equilíbrio entre as características do traçado, de acordo com as condições de segurança pretendidas, e o tráfego previsto. Está também a ser colocada sinalização rodoviária, tanto vertical, como horizontal, e também sinalização indicativa para o turismo.

C.9.9.3.2. Transportes colectivos de passageiros

Em São Miguel existem três empresas de transportes colectivos: *Auto Viação Micaelense, Lda*, *Caetano Raposo e Pereira, Lda* e *Varela & Cª., Lda*.

A cobertura da ilha em termos de transportes públicos é feita por estas três empresas, no entanto não é uniforme, em termos de frequência de carreiras, em todos os concelhos da ilha.

Verifica-se um maior número de carreiras diárias (uma média de oito) num raio de cerca 10 Km em volta da cidade de Ponta Delgada.

A partir da Lagoa e Ribeira Grande as ligações começam a ser cada vez mais irregulares e escassas chegando a uma por dia entre Nordeste (ponta da ilha) e Ponta Delgada.

Também é importante salientar que os horários oscilam entre as 07.00h e as 22.00h, mas apenas nas povoações limítrofes à cidade de Ponta Delgada.

Quadro 61 - Passageiros/ Km transportados nas carreiras urbanas

Meses	Total da Região			São Miguel		
	1997	1998	Var. %	1997	1998	Var. %
Jan/Dez	11 108	10 140	-8.7	3 831	3 101	-19.1
Jan/Dez	1998	1999	Var. %	1998	1999	Var. %
	10 140	9 613	-5.2	3 101	2 751	-11.3

Fonte: SREA

Quadro 62 - Passageiros/ Km transportados nas carreiras interurbanas

Meses	Total da Região			São Miguel		
	1997	1998	Var. %	1997	1998	Var. %
Jan/Dez	106 285	105 079	-1.1	76 270	76 700	0.6
Jan/Dez	1998	1999	Var. %	1998	1999	Var. %
	105 079	98 520	-6.2	76 700	71 989	-6.1

Fonte: SREA

Repare-se na diminuição do número de passageiros transportados nas carreiras urbanas e nas interurbanas no total da região. Esta diminuição também se regista na ilha de São Miguel. Os valores apresentados incluem o transporte escolar.

Quadro 63 - Número de licenças de táxi

Concelhos	Normal	S/d	6 Lugares	Soma do Concelho	Total
Ponta Delgada	135	5	4	144	250
Povoação	23	1	1	25	
Nordeste	13	1	-	14	
Vila Franca Campo	13	1	1	15	
Lagoa	10	-	-	10	
Ribeira Grande	41	1	-	42	

A aposta na melhoria das acessibilidades a todos os concelhos é fundamental para um melhor aproveitamento dos recursos naturais e paisagísticos da ilha.

A colocação de sinalização vertical, horizontal e indicativa (que está a decorrer) é fundamental para o desenvolvimento do turismo.

Destaque para o grande isolamento que ainda persiste em concelhos como Nordeste, Povoação e, ainda que menos acentuado, no concelho de Vila Franca do Campo e Ribeira Grande. Este isolamento resulta, fundamentalmente, da falta de infraestruturas viárias de ligação e da baixa frequência de carreiras.

No que respeita aos transportes rodoviários, apesar de em São Miguel a situação não ser tão preocupante como noutras ilhas, a cobertura é ainda deficiente. Veja-se a título de exemplo, que os turistas que ficam alojados em locais mais distantes da capital da ilha (Furnas, Água D'Alto, Caloura, Nordeste), apesar de poderem usufruir de um enquadramento natural único, têm alguma dificuldade em se deslocarem a Ponta Delgada. Em consequência tem havido uma procura crescente de *rent-a-car* por parte dos turistas.

Deveriam também implementar-se postos de informação e venda de bilhetes noutros pontos da ilha que não apenas os mais centrais.

Também o número de licenças de táxi atribuídas é insuficiente em todos os concelhos da ilha.

C.9.10. ILHA TERCEIRA

C.9.10.1. Transporte aéreo

C.9.10.1.1. Infraestruturas aeroportuárias

Aeroporto das Lajes - o aeroporto das Lajes, situado a 15 Km de Angra do Heroísmo, na ilha Terceira, é uma das principais bases aéreas dos EUA em solo europeu, sendo, por isso, dos mais bem apetrechados em termos de infraestruturas. É utilizado conjuntamente pelas Forças Aéreas Americana e Portuguesa, recebendo também voos civis.

FIGURA 78 - BASE DAS LAGES - TERCEIRA



Além de duas pistas de asfalto (com dimensões de 331x90 metros e 1751x45 metros), dispõe de uma plataforma de estacionamento com uma área de cerca de 812 000 m² e de uma torre de controlo.

A aerogare está equipada com restaurante, com bar, com serviço de informação aeronáutica e meteorológica, com serviços de saúde, com correios, com *rent-a-car* e, ainda, com alfândega e serviços de emigração, essenciais num aeroporto deste tipo.

É o aeroporto que movimenta maior número de passageiros inter-ilhas, estabelecendo ligações (voos regulares e charters) com todas as ilhas da Região Autónoma, com

Lisboa, EUA, Canadá.

A *SATA Air Açores* estabelece ligações para as outras ilhas do arquipélago e para o estrangeiro (*SATA Azores Express*) com os horários e a periodicidade seguintes:

Horário de Inverno (Outubro a Março)

- 7 voos semanais para o Pico
- 24 voos semanais para São Miguel
- 11 voos semanais para o Faial
- 7 voos semanais para a Graciosa
- 8 voos semanais para São Jorge
- 2 voos semanais para as Flores
- 3 voos semanais para o Corvo

Horário de Verão (Abril a Outubro)

- 4 voos semanais para as Flores
- 10 voos semanais para a Graciosa
- 8 voos semanais para São Jorge
- 8 voos semanais para o Pico
- 9 voos semanais para o Corvo
- 18 voos semanais para o Faial
- 64 voos semanais para São Miguel

SATA Azores Express, horário de Verão

- 14 voos para Okland

SATA Azores Express, horário de Inverno

- 15 voos para Toronto

As restantes ligações ao exterior são estabelecidas pela TAP (*Transportadora Aérea Portuguesa*), que, no Inverno, efectua 7 voos semanais para Lisboa, e, no Verão, 21 voos/semana também com destino à capital portuguesa.

QUADRO 64 - CARACTERÍSTICAS DO TRÁFEGO AEROPORTO DAS LAGES

Trafego	Passageiros*				Mercadorias (ton)**				
	Anos	Inter-ilhas	Territoriais	Internacionais	Total	Inter-ilhas	Territoriais	Internacionais	Total
	1985	181 048	44 576	90 086	315710	1 237	2 442	9	4319
	1990	197 069	60 628	86 894	344591	936	1 668	525	3077
	1995	207 047	97 028	28 177	332252	691	1 668	nd	2359
	1998	229290	109735	45 305	384330	1187	2348	nd	4970

Notas: * Passageiros embarcados, desembarcados e em trânsito, ** Mercadorias carregadas e descarregadas

Fonte: SREA

Da análise do quadro há a salientar o aumento significativo do número de passageiros inter-ilhas, que passou dos 207047, em 1995, para os 229290, em 1998, e o aumento de passageiros territoriais entre 1995 e 1998, resultante do acréscimo de procura deste destino para férias pelos turistas de Portugal Continental. Note-se ainda a diminuição, entre 1990 e 1995, dos passageiros de voos internacionais, que apresentaria uma recuperação, em 1998, com a abertura do aeroporto João Paulo II (em Ponta Delgada) e a consequente melhoria das condições de segurança e comodidade e o aumento da capacidade de recebimento de fluxos de passageiros.

Heliporto de Angra do Heroísmo - este heliporto está situado junto ao hospital do Santo Espírito e pertence ao serviço de protecção civil. Serve exclusivamente para o transporte urgente de doentes das restantes ilhas do grupo Central e Ocidental para o hospital da Terceira e para operações de treino da protecção civil.

A Terceira assume um papel fundamental nas ligações aéreas inter-ilhas ocupando um ponto estratégico nas rotas que unem os três grupos do arquipélago dos Açores (Grupos Ocidental, Central e Oriental). É a segunda ilha a estabelecer o maior número de ligações aéreas com o exterior.

Dadas as condições do seu aeroporto a *SATA Air Açores* tem vindo a desenvolver o serviço de assistência em escala a terceiros.

Repare-se, por exemplo, que nos aeroportos de Ponta Delgada, Santa Maria, Horta e Terceira, foram prestadas assistências em 1998, 1999 e 2000 de, respectivamente, 3103, 3481, e 3740.

Devido às más condições meteorológicas (quase sempre nas ilhas de destino) é a ilha onde se verifica maior número de cancelamento de voos (atente-se, no entanto, ao facto de que é a que estabelece maior número de ligações inter-ilhas).

C.9.10.2. Transporte marítimo

C.9.10.2.1. Infraestruturas portuárias

a) Portos Comerciais

Porto da Praia da Vitória – Classe A¹⁰⁸ - é administrado pela Junta Autónoma do Porto da Angra do Heroísmo. Com funções comerciais e de pesca, o porto da Praia da Vitória possui um cais com 1075 metros de comprimento e está dotado de uma área coberta com 2350 m² destinada a armazéns comerciais. Irá ser instalado um entreposto frigorífico com infraestruturas de frio para a pesca e dois silos para 5000 toneladas de cimento. Possui uma área destinada à indústria, com terraplenos de 58 hectares e uma futura zona de combustíveis com uma área de 80 000 m².

É de salientar a importância que esta ilha assume no movimento de mercadorias e passageiros para as ilhas dos grupos central e ocidental.

O Porto da Praia da Vitória foi profundamente danificado por temporais recentes (Inverno 2001) e necessita de obras avultadas o mais rapidamente possível. Não existem dados estatísticos relativos ao porto comercial da Praia da Vitória.

Porto de Angra do Heroísmo (Porto das Pipas) – Classe C¹⁰⁹ - este porto possui um cais acostável com 210 metros de comprimento e está dotado de uma área descoberta com 15 762 m² e de uma área coberta com 1 844 m² (armazéns, edifícios e oficinas).

QUADRO 65 - CARACTERÍSTICAS DO PORTO DE ANGRA DO HEROÍSMO

Anos	Número de Embarcações	Número de Passageiros*	Mercadorias (ton.)		
			C	D	Total
1985	385	5 298	37 231	186 455	223 686
1990	381	8 481	73 065	205 772	278 837
1995	342	11 653	36 832	191 216	228 048
1997	378	13 351	28 833	230 600	259 433

Notas: * Passageiros embarcados e desembarcados, C – Cargas, D – Descargas

Fonte: SREA

¹⁰⁸ Portos com funções de entreposto comercial, com fundos de cota mínima de – 7.00 ZH e cais acostável de pelo menos 400m.

¹⁰⁹ Portos com funções mistas de pequeno comércio, transporte de passageiros e pescas.

O porto de Angra do Heroísmo ainda tem algumas funções comerciais, nomeadamente para descarga de graneis líquidos.

A diminuição do número de passageiros de 1995 (11 653) a 1997 (13 351) fica a dever-se ao aumento de protagonismo do porto da Praia da Vitória. Repare-se na diferença entre a quantidade de mercadorias carregadas e descarregadas, decorrente da grande dependência da ilha em relação ao exterior.

b) Portos de Pesca

Porto de Angra do Heroísmo (Porto das Pipas) - Classe C¹¹⁰.

Porto Martins, Porto de Vila Nova, Porto Biscoitos, Porto das Cinco Ribeiras e Porto de São Mateus – Classe D¹¹¹

c) Portos de Recreio

Existe um na Praia da Vitória, mas não foi possível apurar as suas características.

O porto de Angra do Heroísmo (Porto das Pipas) foi transformado sendo agora turístico. A Marina tem capacidade para cerca de 250 embarcações.

d) "Portinhos"

Estes pequenos portos poderão ser aproveitados pelas autarquias locais, ou por outras entidades, para fins de recreio e lazer, mediante acordo com a entidade gestora, em casos em que o valor histórico e as condições de operação o permitam. São sete os *portinhos* existentes nesta ilha, a saber: Portinho da Silveira, Negrito, Serreta, Salgueiros, Salga, Cais da Figueirinha e Cais da Alfândega. Estes portinhos servem de apoio à actividade piscatória.

¹¹⁰ Portos com funções mistas de pequeno comércio, transporte de passageiros e pescas.

¹¹¹ Portos com função exclusiva de pesca.

C.9.10.2.2. Transporte marítimo de passageiros

Não existe serviço de transporte de passageiros para o exterior do arquipélago.

O Governo Regional adjudicou à *Açorline S.A.* a prestação do serviço público de transporte marítimo de passageiros e viaturas entre as ilhas da Região Autónoma dos Açores, pelo prazo de quatro anos, de 2002 a 2005. O contrato estabelece as seguintes directrizes:

- O navio a que é atribuída a referência A, deverá operar durante cinco meses (150 dias ininterruptos), no período compreendido entre o dia 1 de Maio e o dia 31 de Outubro de cada ano civil de execução do contrato;
- O navio a que é atribuída a referência B, deverá operar durante três meses (90 dias ininterruptos), no período compreendido entre o dia 1 de Junho e o dia 30 de Setembro de cada ano civil de execução do contrato.

Os navios da *Açorline S.A* têm, entre outras características: ar condicionado, capacidade para 450 passageiros e 70 veículos automóveis, bar e restaurante.

QUADRO 66 - NÚMERO MÍNIMO DE TOQUES E SUA PERIODICIDADE PARA OS NAVIOS A E B

Navio A (Quando a operar sozinho)	Número mínimo de toques	Periodicidade	Navio A e Navio B	Número mínimo de toques	Periodicidade
Terceira (Praia da Vitória)	3	Semanal	Terceira (Praia da Vitória)	5	Semanal

Fonte: Açorline S.A.

A embarcação *Expresso do Triângulo* pertencente à *Siturjorgense* tem capacidade para 280 passageiros, estabelecendo as ligações entre os portos de São Jorge, Pico e Faial, em vários dias da semana. Efectua duas por semana com a Terceira.

A *Transmaçor* também opera nas ilhas do triângulo São Jorge, Pico, Faial e Terceira com duas embarcações: *Cruzeiro do Canal*, com capacidade para 244 passageiros, e *Cruzeiro das Ilhas* com capacidade para 208 passageiros.

A Terceira funciona como centro redistribuidor de mercadorias para as restantes ilhas

dos Grupos Central e Ocidental. O porto da Praia da Vitória tem um papel fundamental na recepção de mercadorias vindas do exterior.

Os temporais que destruíram grande parte do porto, assim como as dificuldades de operacionalidade nos portos das ilhas mais pequenas, puseram em causa o abastecimento de certos produtos essenciais, durante o Inverno. As ligações efectuadas com São Jorge e Graciosa são fundamentais para a circulação de passageiros e mercadorias.

Pensa-se que deveriam ser dinamizadas as ligações marítimas, nomeadamente através da reorganização e implementação de cruzeiros de curta duração (1 dia) em volta da ilha ou de visita a outras ilhas do Grupo Central (Graciosa e São Jorge).

É de salientar a importância da *Açorline S.A.* que permite a chegada à ilha de visitantes dos outros grupos do arquipélago.

Na Terceira há ainda a destacar as *São Joaninas* (em Junho), festividades que promovem uma grande afluência de visitantes regionais, nacionais e estrangeiros.

Os barcos que operam no triângulo organizam os seus horários procurando privilegiar as datas das festividades de Verão, que promovem uma grande circulação de passageiros.

C.9.10.3. Transportes e circulação terrestre

C.9.10.3.1. Rede viária da ilha Terceira

Nas plantas foram identificadas as vias regionais que são da responsabilidade da Secretaria Regional da Habitação e Equipamentos. Todavia a rede rodoviária municipal pode dividir-se em quatro categorias genéricas:

- (a) Estradas Regionais;
- (b) Estradas Municipais;
- (c) Caminhos Municipais;
- (d) Caminhos Rurais (Agrícolas e Florestais).

A ilha Terceira tem uma via rápida, em bom estado de conservação, que facilita as ligações entre os dois centros urbanos de maiores dimensões, Angra do Heroísmo e Praia da Vitória.

Algumas das restantes vias necessitam de obras de conservação e reparação.

C.9.10.3.2. Transportes colectivos de passageiros

Na Terceira existe a *Empresa de Viação Terceirense, Lda.* que assegura a ligação entre as diferentes localidades.

Os horários oscilam entre as 06.00 e as 20.00 horas, sendo que as ligações são mais frequentes na zona limítrofe de Angra do Heroísmo e Praia da Vitória. Por outro lado, o movimento de carreiras para o interior da ilha é pouco acentuado. Aos Sábados e Domingos as carreiras são em número muito reduzido.

Estes transportes não estão articulados com os transportes marítimos e aéreos o que dificulta o seu melhor aproveitamento.

Esta ilha tem registado um aumento significativo do número de viaturas particulares, sobretudo de ligeiros de passageiros.

QUADRO 67 - PASSAGEIROS/ KM TRANSPORTADOS NAS CARREIRAS URBANAS

Meses	Total da Região			Terceira		
	1997	1998	Var. %	1997	1998	Var. %
Jan/Dez	11 108	10 140	-8.7	6 867	6 589	-4.0
Jan/Dez	1998	1999	Var. %	1998	1999	Var. %
	10 140	9 613	-5.2	6 589	6 382	-3.1

Fonte: SREA

QUADRO 68 - PASSAGEIROS/ KM TRANSPORTADOS NAS CARREIRAS INTERURBANAS

Meses	Total da Região			Terceira		
	1997	1998	Var. %	1997	1998	Var. %
Jan/Dez	106 285	105 079	-1.1	17 612	16 353	-7.1
Jan/Dez	1998	1999	Var. %	1998	1999	Var. %
	105 079	98 520	-6.2	16 353	15 219	-6.9

Fonte: SREA

Os quadros apresentados permitem constatar que houve uma diminuição do número de passageiros transportados no período compreendido entre 1997 e 1999, tanto no que concerne às carreiras urbanas, como às interurbanas. Na Terceira a diminuição foi mais acentuada ao nível das carreiras interurbanas, em resultado do aumento, já referido, de veículos particulares e do desajuste existente nos horários praticados face às necessidades reais da população.

O quadro seguinte diz respeito às licenças de operação de táxi concedidas.

QUADRO 69 - NÚMERO DE LICENÇAS DE TÁXI

Concelhos	Normal	S/d	6 Lugares	Soma do Concelho	Total
Angra do Heroísmo	101	2	2	105	161
Praia da Vitória	52	2	2	56	

Actualmente está a ser colocada sinalização horizontal e vertical, bem como *placards* indicativos e informativos. Está também a proceder-se à reparação de algumas vias existentes. Os transportes colectivos nesta ilha não correspondem às necessidades de deslocação interna, o que tem implicado o aumento do número de veículos particulares.

Este aumento do parque automóvel provoca alguns congestionamentos de tráfego, sobretudo na cidade de Angra do Heroísmo, pelo que a Autarquia optou por colocar em circulação dentro da cidade um sistema de *mini-bus*.

À semelhança das outras ilhas, não se verifica uma articulação eficaz entre os transportes terrestres, marítimos e aéreos, pelo que habitualmente as pessoas que aqui se encontram de visita optam pelo serviço de *rent-a-car*, em crescente expansão nesta ilha.

C.10. ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO – INSTRUMENTOS DE PLANEAMENTO

C.10.1. INSTRUMENTOS DE PLANEAMENTO E GESTÃO EM VIGOR OU EM EXECUÇÃO

Sobre a Região Autónoma dos Açores, composta por nove ilhas e dezanove concelhos, incidem diversos tipos de Instrumentos de Planeamento e Gestão do Território.

Assim, e de acordo com divulgado pelo *site* da Secretaria Regional do Ambiente (<http://www.sra.raa.pt>), o território açoriano encontra-se coberto por diversos tipos de planos, alguns já eficazes outros ainda em elaboração, e que são os seguintes:

Planos Regionais de Ordenamento do Território (PROT):

- Plano Regional de Ordenamento do Território dos Açores - PROTA (em elaboração, revisão)

Planos Sectoriais:

- Plano Regional da Habitação
- Plano Regional da Água (em fase final de elaboração)
- Plano Regional de Ordenamento Turístico (em elaboração)

Planos de Albufeiras de Águas Públicas (POAAP) / Planos de Ordenamento de Bacias Hidrográficas de Lagoas (POBHL):

- - Plano de Ordenamento da Bacia Hidrográfica da Lagoa das Furnas (em elaboração)

- Plano de Ordenamento da Bacia Hidrográfica da Lagoa das Sete Cidade (em elaboração)

Planos de Ordenamento da Orla Costeira (POOC):

- Plano de Ordenamento da Costa Sul - Troço Feteiras/Povoação (em adjudicação)
- Plano de Ordenamento da Costa Norte - Troço Feteiras, Fenais da Luz, Lomba de S. Pedro (em elaboração)
- Plano de Ordenamento da Orla Costeira da Ilha Terceira (em elaboração)
- Plano de Ordenamento da Orla Costeira da Ilha de S. Jorge (em elaboração)

Planos Municipais de Ordenamento do Território:

- Planos Directores Municipais
- Planos de Urbanização

Outros Instrumentos de Planeamento Territorial:

Normas Provisórias:

- Áreas das freguesias rurais do concelho da Horta afectadas pelo sismo de 9 de Julho de 1998 (Decreto Regulamentar Regional n.º 34/2000/A, de 29 de Novembro).

Medidas Preventivas:

- Zona litoral da freguesia dos Biscoitos, concelho da Praia da Vitória – (Resolução n.º 147/98, de 25 de junho, e Portaria P/SRA/2000/1, de 20 de Junho);
- Porto Martins, concelho da Praia da Vitória – (Portaria n.º 72/2000, de 9 de Novembro).

Medidas Cautelares:

- - Fajãs de S. Jorge – (Decreto Legislativo Regional n.º 32/2000/A, de 24 de Outubro).

QUADRO 70 - PLANOS DIRECTORES MUNICIPAIS

PDM's	Fase	Observações
ILHA do CORVO		
Corvo	Em vigor	Resolução nº95/94, de 14 de Julho
<i>ILHA DO FAIAL</i>		
Horta	Em vigor	Resolução nº30/2000/A, de 22 de Setembro
ILHA DAS FLORES		
Lajes das Flores	Em elaboração	
Stª Cruz das Flores	Em elaboração	
<i>ILHA DA GRACIOSA</i>		
Stª Cruz da Graciosa	Em elaboração	
ILHA DO PICO		
Lajes do Pico	Em preparação para Discussão Pública	
Madalena	Em alteração, após Discussão Pública	
São Roque do Pico	Em vigor	Dec.Reg.Reg.nº31/2000/A, de 4 de Outubro
<i>ILHA DE SANTA MARIA</i>		
Vila do Porto	Discussão Pública	
ILHA DE SÃO JORGE		
Calheta (S. Jorge)	Em elaboração	
Velas (S. Jorge)	Parecer final da DROAP	
ILHA DE SÃO MIGUEL		
Lagoa	Em vigor	Resolução nº304/96/A, de 24 Outubro
Nordeste	Parecer final da DROAP	
Ponta Delgada	Em vigor	Resolução nº1/ 2000/A, de 7 de Agosto
Povoação	Em elaboração	
Ribeira Grande	Em elaboração	
Vila Franca	Em vigor	Resolução nº184/97, de 2 de Outubro
ILHA TERCEIRA		
Angra do Heroísmo	Em elaboração	
Praia da Vitória	Em elaboração	

Fonte: <http://www.sra.raa.pt/> em 11-03-02

QUADRO 71 - PLANOS DE URBANIZAÇÃO

PU's	Fase	Observações
<i>ILHA DO FAIAL</i>		
Horta	Em elaboração	
ILHA DAS FLORES		
Stª Cruz das Flores	Em vigor	Portaria n.º 30/84, de 15 de Maio
ILHA DO PICO		
Lajes do Pico	Em Aprovação	
Madalena	Em Aprovação	
São Roque do Pico	Em Aprovação	
ILHA DE SÃO MIGUEL		
Lagoa	Em vigor	Decreto Regulamentar Regional n.º 32/2000/A, de 13 de Outubro
Água de Pau	Em vigor	Portaria n.º 78/89, de 26 de Dezembro
Caloura	Em vigor	Portaria n.º 51/87, de 29 de Outubro
Nordeste	Em vigor	Portaria n.º 30 / 87, de 14 de Julho
Ponta Delgada e Áreas Envolventes	Em vigor	Decreto Regulamentar Regional 37/2000/A, de 14 de Dezembro
Povoação	-	
Furnas	Em vigor	Portaria n.º 77/89, de 26 de Dezembro
Ribeira Grande	Em elaboração	
Vila Franca	Em vigor (em revisão)	Portaria n.º 31/84, de 15 de Maio
ILHA TERCEIRA		
Angra do Heroísmo	Em elaboração	

Fonte: <http://www.sra.raa.pt> em 11-03-02

Perante este conjunto de planos, definiu-se como metodologia a análise dos planos que definem as directrizes e objectivos específicos do ordenamento, uso e gestão dos solos e respectivos condicionalismos. Como tal, para cada Concelho foram analisados os instrumentos de planeamento municipal disponíveis, alargando-se a análise aos objectivos que o Plano Regional de Ordenamento do Território preconiza para cada ilha.

No entanto, como foi sistematizado nos quadros 10.1 e 10.2, muitos deles ainda se encontram em elaboração, ou, como é o caso do PROTA, o seu conteúdo encontra-se em revisão devido à desactualização dos dados de caracterização, que serviram de base às propostas de ordenamento e desenvolvimento.

Contudo, os dados disponíveis neste plano revelam-se de grande importância, visto que permitem uma visão global do território do arquipélago em termos de potencialidades endógenas, e por conseguinte, define algumas conjunturas de desenvolvimento no âmbito do sector turístico.

Como espaço insular retalhado que é a Região Autónoma dos Açores a melhoria das acessibilidades entre ilhas assume um papel importante no desenvolvimento regional, patente quer no PROTA, quer nos diversos PDM's. Tal facto, é relevante para o único sector de actividade económica que é apontado como principal aposta no desenvolvimento e diversificação económica das nove ilhas, o TURISMO.

O turismo como motor de desenvolvimento económico mundial de grande potencial, encontra no território açoriano uma mão cheia de oportunidades que deverão ser cabalmente dinamizadas. A especificidade da paisagem natural existente juntamente com a singularidade e abundância de fenómenos geológicos bem como a preservação do ambiente e da própria paisagem, são a mais-valia que o arquipélago oferece.

Assim, e de acordo, com as propostas de ordenamento e desenvolvimento do PROTA, é elaborado um cenário de evolução desejável para cada ilha, onde o turismo é referenciado como peça a integrar no tecido económico local, mas de maneira diferenciada e controlada, consoante as características dos locais.

Foram então definidas diversas "*áreas tipo*" de turismo, que se englobam nos Sistemas de Articulação do Território, e que serão focalizadas com maior detalhe na fase seguinte deste trabalho, elaborando-se agora uma apreciação mais genérica. Como centros de recepção e distribuição de turismo são referenciados os aglomerados urbanos principais e portas de entrada da região, Ponta Delgada, Angra do Heroísmo e Horta, que pela sua dimensão e conjunto de infraestruturas exercem uma área de influência de âmbito regional.

Os principais aglomerados urbanos das outras ilhas, com excepção da Ilha do Corvo, são entendidos como centros de recepção de turismo, já que possuem infraestruturas a rentabilizar, e exercem uma polarização de actividades na ilha que proporcionam uma complementaridade funcional directa com os aglomerados de nível imediatamente inferior.

O turismo de habitação e/ou rural é indicado para as áreas que apresentam maior debilidade das funções urbanas, mas que possuem um património que interessa

salvaguardar, o que tem proporcionado a reconstrução e preservação de algum edificado através de um programa regional de incentivos.

Este tipo de turismo que apresenta índices de procura e de ocupação bastante aceitáveis, não carece de grandes investimentos de mão-de-obra especializada, contribuindo contudo para assegurar algum emprego local e garantir fluxo de visitantes.

Ao nível dos instrumentos de planeamento territorial, nomeadamente os PDM's, verifica-se uma disparidade de situações processuais nos dezanove concelhos que compõem o arquipélago. Assim, encontram-se somente seis planos eficazes, três na ilha de São Miguel (Lagoa, Ponta Delgada e Vila Franca do Campo), Vila Nova do Corvo e Horta na ilha do Faial e Madalena na Ilha do Pico.

Existem outros que se encontram na fase final de elaboração, mas na generalidade, ainda estão em fases algo preliminares, com especial relevo para o concelho da Povoação na ilha de São Miguel, que sofreu recentemente alguns retrocessos.

A análise dos PDM's efectuada teve por base os elementos cedidos pela Direcção Regional de Turismo, sendo que nalguns casos não foi possível disponibilizar a totalidade dos elementos, que correspondem às peças desenhadas (plantas de ordenamento e de condicionantes) e respectivos regulamentos, que constituem as últimas versões, ainda de trabalho. Esta situação abrangeu os concelhos de Angra do Heroísmo, Lages do Pico, Nordeste, Santa Cruz das Flores, Lages das Flores e Santa Cruz da Graciosa.

Perante os dados disponíveis, elaborou-se uma tabela de "compatibilização" (Quadros 10.3A e B) de classes de espaços definidas nos diferentes PDM's, permitindo sistematizar e facilitar a leitura da globalidade do território.

Deste modo, verificou-se que o sector do turismo é apontado pela generalidade dos PDM's como um dos objectivos específicos de desenvolvimento local, por implicar uma diversificação da actividade económica e melhoria de infraestruturas locais, visto que a actividade agrícola, nomeadamente a pecuária, ainda subsiste como principal vector económico da RAA. No entanto, são poucos os PDM's que definem zonas específicas como espaços turísticos, aparecendo em muitos, como actividade compatível com os espaços classificados como urbanos e urbanizáveis.

Quadro A3 Fora de texto

Quadro A3 Fora de texto

Somente nos concelhos de Horta, Ponta Delgada, Praia da Vitória, Santa Cruz da Graciosa, Vila Franca do Campo, Vila Nova do Corvo, e Vila do Porto existem espaços turísticos definidos nos PDM's, que maximizam alguns recursos do território concelhio, e para os quais estabelecem regras e índices de utilização do solo. No entanto, dos sete concelhos, importa destacar duas situações, uma respeitante a Vila Nova do Corvo, que define uma área classificada como espaço urbanizável que corresponde ao parque de campismo; a outra refere-se ao concelho de Vila Franca do Campo, em que os espaços turísticos definidos são uma subdivisão dos espaços urbanizáveis, e destinam-se à construção e instalação de equipamentos de apoio a actividades turísticas ou de lazer, não sendo permitidas construções destinadas ao alojamento turístico clássico e nem ao campismo.

Esta opção, ou estratégia, na definição dos espaços, poderá relacionar-se com a especificidade do turismo pretendido para os diversos Concelhos.

Quando o tipo de turismo a implementar se direcciona para alojamentos em turismo de habitação ou rural não há necessidade de definição de categorias de espaços turísticos, uma vez que se trata de usos compatíveis com outras classes de espaços, não justificando a sua delimitação territorial. Quando se pretende implementar zonas de maior capacidade de alojamento estruturadas para o efeito, ou associadas a grandes equipamentos e infraestruturas turísticas, como por exemplo o golf, torna-se necessário prever a delimitação de espaços turísticos devidamente regulamentados.

Há pois, no território uma clara diferenciação das vocações dos diferentes concelhos e ilhas.

C.10.2. ANÁLISE POR ILHA

Ilha do Corvo

O único município corvino dispõe de Plano Director Municipal eficaz desde 1994 (Resolução n.º 95/94, de 14 de Julho), nele estabelece-se uma série de classes de

espaços urbanizáveis, na área periférica ao núcleo antigo localizados a poente.

Contudo, algumas destas classes previstas condicionam bastante a utilização do solo, uma vez que se destinam objectivamente a um determinado uso, por exemplo, a actividades industriais ou comerciais relacionadas com a lavoura, ou então para equipamentos e serviços públicos.

Existe também, uma zona onde a edificabilidade se encontra condicionada por questões ambientais e salvaguarda de vistas. Assim, a possível edificação de áreas destinadas ao sector terciário só se poderá verificar nas zonas de expansão urbana prioritária.

Realça-se a existência de uma zona localizada a sul da pista do aeródromo, destinada à instalação do parque de campismo de iniciativa municipal.

O Plano Regional de Ordenamento do Território, salienta a debilidade das funções urbanas de Vila Nova do Corvo, e aponta como factores de desenvolvimento da Ilha a promoção do turismo de habitação, o reforço da actividade agrícola e o aumento da acessibilidade marítima.

Ilha do Faial

O **Plano Director Municipal** da Horta encontra-se em vigor desde o último trimestre de 2000 (Resolução n.º 30/2000/A, de 22 de Setembro), estabelecendo alguns espaços urbanos e urbanizáveis, que correspondem aos aglomerados urbanos existentes e às áreas que revelam maior apetência para adquirir características urbanas.

Os espaços urbanizáveis subdividem-se em duas classes diferenciadas, áreas de expansão e turísticas, que se localizam somente nas seis freguesias mais densificadas (Conceição, Matriz, Angustias, Feiteira, Flamengos e Praia do Almocharife), com excepção de pequenas áreas de expansão nas localidades de Cedros e Castelo Branco.

As áreas classificadas como turísticas assumem especial relevo no ordenamento do território da ilha do Faial, visto serem áreas com alguma expressão territorial e com maior amplitude do que as áreas de expansão previstas nas respectivas localidades.

Assim, encontram-se definidas três áreas turísticas distintas, que correspondem, ao núcleo urbano do Varadouro, à zona expectante que se situa adjacente ao aglomerado da Praia do Almocharife e uma área de grandes dimensões localizada entre a localidade de Flamengos e a Cidade da Horta, esta última, destinada a um empreendimento com campo de golf.

A edificação nestes locais está sujeita à realização de planos de pormenor, cujos índices urbanísticos a aplicar estão estabelecidos no regulamento do PDM, e que por sua vez se aplicam directamente, até à entrada em vigor dos referidos planos.

No entanto, nas áreas classificadas como de expansão, entre os usos possíveis, são permitidas edificações destinadas a alojamento turístico.

Para o concelho da Horta assinala-se ainda a realização do **Plano de Urbanização da Cidade da Horta**, que se encontra em elaboração, existindo também Normas Provisórias para as áreas das freguesias rurais do concelho afectadas pelo sismo de 9 de Julho de 1998 (Decreto Regulamentar Regional n.º 24/2000/A de 29 de Novembro).

Segundo as propostas de ordenamento e desenvolvimento, do **Plano Regional de Ordenamento do Território dos Açores**, verifica-se que para a área norte da ilha, compreendida entre Pedro Miguel e Capelo se aponta para um desenvolvimento desejável nas áreas do turismo rural/habitação, da agricultura e pesca artesanal, contrariando a tendência para a debilidade das funções urbanas.

Quanto à zona compreendida entre Castelo Branco e Praia do Almocharife, o PROTA regista uma tendência para a estabilidade das funções urbanas, mesmo sendo desejável uma evolução nas seguintes áreas: transportes marítimos (passageiros e mercadorias), recepção e distribuição turística, serviços, investigação oceanográfica, pesca e indústria.

Ilha das Flores

Os instrumentos de planeamento e gestão do território previstos na legislação em vigor, nomeadamente os Planos Directores Municipais, ainda se encontram em elaboração nos dois concelhos. Estes foram inicialmente elaborados em conjunto, tratando nomeadamente a caracterização e o modelo de desenvolvimento proposto

como um plano intermunicipal.

Neste momento, existem já propostas de ordenamento e respectiva regulamentação, que se encontram na fase de consulta às diversas entidades regionais.

Perante os elementos disponíveis, verifica-se que o modelo de desenvolvimento preconizado para os dois concelhos apoia-se em três vectores:

- Valorização do património ecológico e paisagístico da ilha como suporte do desenvolvimento do turismo;
- Valorização integrada das potencialidades da ilha, particularmente nos sectores da pecuária e da pesca;
- Promoção de formas de pluriactividade que mobilizem as capacidades de iniciativa local, e sejam atractivas para pessoal técnico qualificado;

Neste contexto, o turismo é apontado como um dos vectores primordiais do desenvolvimento das Flores, apesar dos problemas que lhe são diagnosticados:

- o custo do transporte aéreo e a competitividade dos destinos alternativos no contexto europeu;
- as condições climatéricas que provocam irregularidade no transporte aéreo;
- a inexistência de alternativas de animação e atracção turística em condições climatéricas adversas.

Os PDM's preconizam então a dinamização da oferta de animação turística no âmbito do ecoturismo e dos desportos marítimos, não esquecendo de qualificar todo conjunto de estruturas a montante, unidades hoteleiras e restauração.

A articulação com operadores turísticos nacionais que englobem as Flores nos seus programas, juntamente com melhoramentos nas infraestruturas aeroportuárias e portuárias, são apontados como vitais para garantir o desenvolvimento sustentado da actividade turística.

Ao nível de acções a implementar no âmbito dos equipamentos turísticos, apontam-se quatro propostas:

- Criação de uma rede de percursos pedestres;
- Formação de guias turísticos;

- Estimular o turismo rural e o agro-turismo;
- Instalação de um parque de campismo na Vila de Santa Cruz das Flores, junto às piscinas naturais.

Ambos os PDM's definem espaços urbanizáveis, que se destinarão predominantemente aos usos habitacionais, de equipamento e serviços. Para as sedes de concelho são propostas ainda unidades operativas de planeamento e gestão, com o objectivo da reconversão de áreas urbanas menos qualificadas e de futura expansão urbana.

A Vila de Santa Cruz das Flores dispõe de **plano de urbanização** eficaz, desde 1984 (Portaria n.º 30/84 de 15 de Maio).

Quanto às propostas de ordenamento e desenvolvimento, do **Plano Regional de Ordenamento do Território dos Açores**, verifica-se a definição de três zonas com tendências e cenários diferenciados:

- Uma desde Ponta Delgada a Santa Cruz das Flores que apresenta uma tendência para a estabilidade das funções urbanas, mas que deverá evoluir para a dinamização do turismo de habitação/rural, da agricultura e do artesanato.
- Em relação à Vila de Santa Cruz das Flores, a evolução desejável aponta para reforço e melhoria nos transportes aéreos, serviços e na recepção de turismo. Na zona compreendida entre Santa Cruz das Flores e Lajes das Flores, aponta para um desenvolvimento desejável nas áreas dos transportes marítimos, da indústria e do turismo, contrariando a tendência para a insuficiência das funções urbanas.
- Por último, e para a zona que abrange a costa poente da ilha, e onde se verifica uma tendência para a debilidade das funções urbanas, é proposta uma evolução idêntica à primeira zona descrita.

Ilha da Graciosa

O **Plano Director Municipal de Santa Cruz da Graciosa** ainda se encontra em

elaboração, e os elementos disponíveis apontam no sentido de se criar condições de dinamização da frágil actividade económica local, através do sector do turismo. No entanto, a ilha não oferece condições para um turismo de massas, optando-se por projectos orientados para segmentos específicos de turismo.

Uma das primordiais acções estratégicas do PDM é a criação de um empreendimento turístico de qualidade, e a sua integração nos "pacotes" dos operadores turísticos, mas com uma aposta na qualidade dirigida a segmentos de alto rendimento, visto que a capacidade da ilha é diminuta.

Assim, a intenção é captar pequenos grupos que procurem repouso, isolamento e reflexão.

Nas classes de espaço definidas para o território da Graciosa, constam diversas categorias de espaços urbanizáveis, onde ressalta a integração de núcleos de desenvolvimento turístico. Porém, os dados disponíveis não permitem mais que esta observação.

Verifica-se a inexistência de outros planos municipais de ordenamento do território que abranjam o território desta ilha.

Quanto às propostas de ordenamento e desenvolvimento do **Plano Regional de Ordenamento do Território dos Açores**, para a ilha da Graciosa, assentam em dois cenários de evolução tendencial, um para a zona norte da ilha, que corresponde à freguesia de Santa Cruz da Graciosa, onde existe uma tendência para a estabilidade das funções urbanas, e o outro para a restante ilha onde se verifica uma tendência para a debilidade das funções urbanas.

Os cenários desejáveis são definidos, segundo uma divisão em três zonas: Santa Cruz da Graciosa e Praia na costa nascente da ilha, e a outra zona corresponde à costa poente. Para a sede de concelho a aposta nas acessibilidades aéreas, na recepção turística e o reforço funcional dos serviços constituem as actividades que são consideradas primordiais para uma evolução desejável. Para a freguesia da Praia é sugerida uma complementaridade funcional com a vila de Santa Cruz da Graciosa, mas apostando em actividades diferenciadas, tais como, os transportes marítimos, a indústria e a pesca.

Para o lado poente da ilha a evolução desejável abarca as actividades ligadas ao

turismo rural e de habitação, agricultura e artesanato.

A revitalização do tecido urbano dos aglomerados rurais de Luz, Guadalupe e Praia encontra-se definida como uma aposta desejável.

Ilha do Pico

Dos três concelhos que constituem a ilha do Pico, somente o concelho de São Roque do Pico possui o **plano director municipal** em vigor, nos outros dois, este instrumento de planeamento e gestão do território ainda se encontra na fase final de elaboração. No caso da Madalena encontra-se em alteração após a realização da discussão pública. O PDM das Lages do Pico está a ser preparado para discussão pública.

No **PDM do concelho da Madalena**, nos elementos disponíveis para análise, verifica-se a existência de espaços urbanos que correspondem ao tecido urbano consolidado, e de espaços urbanizáveis propostos, somente para dois aglomerados, Madalena/Criação Velha e São Mateus.

No caso da Vila da Madalena, os espaços urbanizáveis programados correspondem ao preenchimento da malha definida pelo espaço consolidado, e junção da vila com o lugar de Criação Velha, para a qual se define uma UOPG, mais concretamente um plano de urbanização. Em São Mateus, esta classe de espaço, define áreas de expansão de aproximação do núcleo urbano à linha de costa.

No que diz respeito ao concelho das Lajes do Pico, este, também preconiza poucas áreas de expansão urbana, considerando que a dinâmica de construção é reduzida na maior parte das localidades.

As únicas áreas de expansão com alguma expressão previstas no concelho localizam-se nas povoações de Santa Cruz das Ribeiras, Piedade e na área norte da sede do concelho.

Em Silveira, existe uma pequena mancha classificada como *Compromisso Urbanístico* – que corresponde ao complexo turístico da Aldeia da Fonte.

No concelho de São Roque do Pico, único PDM em vigor (Decreto Regulamentar

Regional n.º 31/2000/A, de 4 de Outubro), como já foi referido, a disponibilização de solo urbanizável abrange vastíssimas áreas, por comparação com os outros concelhos, e verifica-se em maior número de aglomerados – Santa Luzia, Santo António, Prainha e São Roque do Pico/Cais do Pico.

Assiste-se uma grande disparidade de critérios na definição dos espaços urbanizáveis nesta Ilha. Enquanto nos concelhos da Madalena e Lages do Pico os espaços urbanizáveis se confinam praticamente a áreas de colmatação e preenchimento de áreas urbanas, no Concelho de São Roque do Pico são delimitados grandes espaços urbanizáveis que superam, em área, os actuais espaços urbanos.

De salientar, que apesar da grande disponibilidade de área urbanizável, o PDM de São Roque do Pico procura incentivar a implementação de turismo no espaço rural.

Para as três sedes de concelho foram realizados **planos de urbanização** que, segundo dados da Direcção Regional do Ordenamento do Território e Recursos Hídricos, se encontram em fase de aprovação.

Quanto ao **Plano Regional de Ordenamento do Território dos Açores**, que nas suas propostas de ordenamento e desenvolvimento/objectivos específicos, elabora um cenário tendencial segundo quatro zonas, para as quais estabelece uma qualificação diferenciada para as funções urbanas.

Assim, na primeira zona, que engloba a vila da Madalena, e é compreendida entre as localidades de Bandeiras e São Mateus verifica-se uma estabilidade das funções urbanas; para as zonas imediatamente adjacentes, das quais fazem parte as outras duas sedes de concelho, e se encontram compreendidas entre as localidades de Santa Luzia e São Roque do Pico, na costa norte da ilha, e entre São Caetano e Ribeiras, na costa sul, ambas as evoluções tendenciais apontam para a insuficiência das funções urbanas.

Por último, na zona compreendida entre as localidades de Prainha e Calheta de Nasquim verifica-se uma tendência para a debilidade das funções urbanas.

Numa evolução desejável é apontada a aposta no sector turístico, embora criando diferenciação na oferta a disponibilizar.

No entanto, para a área da vila da Madalena a melhoria das acessibilidades e respectivas infraestruturas poderão traduzir um ganho na autonomia da vila, sobretudo

em relação à Horta, e na sua afirmação e articulação no contexto insular.

Para a vila de São Roque do Pico, que usufrui do mais importante porto comercial da ilha, assumem principal relevo as actividades industriais e de armazenagem, o que por certo implicará, o desenvolvimento de outras funções comerciais.

Quanto ao concelho da Lages do Pico, o diagnóstico aponta claramente para uma evolução desejável apoiada também nos sectores da pesca e agricultura, visto ser mais deficitário ao nível das acessibilidades em relação ao exterior.

Ilha de Sta Maria

O **Plano Director Municipal da Vila do Porto** encontra-se neste momento na fase final de elaboração (em discussão pública), nele são definidas algumas classes de espaços urbanos e urbanizáveis, subdividindo-se os primeiros em categorias, que correspondem ao tecido urbano consolidado, ao espaço histórico-cultural de Vila do Porto e aos espaços turístico-residenciais.

A categoria correspondente aos espaços turístico-residenciais correspondem às povoações com estâncias balneares – Anjos, Maia, Praia e São Lourenço, para as quais é proposta a realização de planos de pormenor, de modo a preservar e ordenar as futuras intervenções na perspectiva, de manutenção e desenvolvimento do sector turístico. Na localidade da Praia é proposta a criação de um parque de campismo.

Os espaços urbanizáveis situam-se na Vila do Porto e correspondem à área de colmatação no tecido urbano da vila, aglutinando o núcleo residencial do aeroporto, junto ao qual também é definido um espaço industrial.

A edificabilidade definida para os espaços urbanizáveis é compatível com a edificação de estabelecimentos de carácter turístico.

O PDM define nos espaços agrícolas, uma categoria que se poderá revelar importante no desenvolvimento do sector turístico da ilha, categoria “reserva para campo de golf”.

Este espaço fica situado no lugar de Paul de Cima na freguesia de São Pedro, e a proposta de regulamento confina-o ao máximo de 65 hectares.

Na ilha de Santa Maria não existe mais nenhum plano municipal de ordenamento do

território em vigor, nem em elaboração.

O **Plano Regional de Ordenamento do Território dos Açores**, define uma tendência de evolução para duas zonas.

Uma das zonas abrange as freguesias de Vila do Porto e São Pedro, para o qual se aponta uma tendência de estabilidade das funções urbanas, mas a evolução desejável para a mesma área aponta no sentido do reforço nos sectores dos transportes, recepção turística, serviços e pesca. A reestruturação do aglomerado rural de São Pedro, que apresenta actualmente um crescimento populacional é considerada como intervenção desejável.

A outra zona, que corresponde à área poente da ilha, apresenta tendências para a debilidade das funções urbanas, tendo as sedes de freguesia dificuldades de fixação de população. Para combater esta estagnação são apontadas como actividades a desenvolver: turismo rural/habitação e balnear, agricultura e o artesanato.

Ilha de S. Jorge

Ambos os PDM's ainda não estão eficazes, encontrando-se em fases distintas: o do concelho de Velas aguarda somente o parecer final da DROAP, enquanto o da Calheta ainda está em elaboração.

No PDM de Velas são definidas as categorias de espaços urbanos e urbanizáveis, correspondendo os primeiros às manchas de tecido urbano consolidado e de algumas áreas livres existentes. No espaço urbano de Velas é identificado um conjunto com interesse arquitectónico, para o qual se propõe um plano de pormenor destinado à salvaguarda e valorização do património arquitectónico. Neste deverá ser privilegiada a instalação de actividades e serviços ligados ao turismo e cultura.

Quanto aos espaços urbanizáveis, estes localizam-se somente nos aglomerados urbanos de Velas, Urzelina e Norte Grande, constituindo áreas de expansão urbana, e que ficaram sujeitas à realização de planos de urbanização mediante os índices urbanísticos constantes no regulamento do PDM.

Até à realização dos referidos planos, nestas áreas só é permitido o licenciamento de novas construções na continuidade das existentes e quando o lote ou área a lotear

disponha de arruamentos e redes de abastecimento de água e energia eléctrica.

No concelho da Calheta, são igualmente definidos espaços urbanos e urbanizáveis, com critérios idênticos aos do concelho de Velas, mas aqui, os espaços urbanizáveis são de área mais reduzida, e sujeitos a planos de urbanização, estabelecendo os respectivos condicionalismos de edificabilidade enquanto estes não se encontrarem eficazes. Os espaços urbanizáveis só se localizam na sede de concelho e no aglomerado de Santo Antão.

Como já foi referido, existem medidas cautelares para a preservação e salvaguarda do património natural e cultural das fajãs da ilha de São Jorge, estabelecidas através do Decreto Legislativo Regional n.º 32/2000/A, não existindo registo de mais nenhum plano municipal de ordenamento do território em elaboração para a ilha de São Jorge.

O **Plano Regional de Ordenamento do Território dos Açores**, define três zonas para as quais é caracterizada a evolução tendencial das funções urbanas, assim:

- Existe uma zona em que se verifica uma estabilidade e que corresponde à área situada entre Velas e Manadas, onde a povoação de Urzelina, apresenta uma tendência de crescimento populacional.
- A restante costa sul, da Calheta ao Topo, apresenta uma tendência para a insuficiência das funções urbanas.
- Na costa norte, as povoações existentes apresentam uma tendência para a debilidade das funções urbanas.

Como cenário para uma evolução desejável, também é proposta uma sectorização segundo três zonas, mas abrangendo áreas diferenciadas dos anteriores:

- Como zona primordial, já que é aquela que possui o centro polarizador, e compreende a área entre Velas e Urzelina, a aposta é feita no reforço dos sectores dos transportes aéreos e marítimos, serviços e recepção turística.
- Outra zona, corresponde à área de Calheta e Ribeira Seca, que deverá promover uma complementaridade funcional com a zona precedente, de modo a evitar duplicação de investimentos, e maior rentabilização do território, e para o qual se aponta o reforço da acessibilidade marítima, do turismo e indústria.

- A zona restante, abrange a maior parte do território da ilha, englobando as restantes freguesias, e a sua evolução desejável incide nas áreas do turismo de habitação e rural, na agricultura e artesanato.

Ilha de S. Miguel

Os concelhos que dividem administrativamente a ilha de São Miguel apresentam situações diferenciadas em relação aos instrumentos de planeamento e gestão do território, nomeadamente, os de planos directores municipais. Enquanto que os concelhos de Ponta Delgada, Lagoa e Vila Franca do Campo têm os seus planos eficazes, os outros, Ribeira Grande e Povoação, ainda se encontram em elaboração e o do Nordeste espera por parecer final da DROAP.

O **PDM de Ponta Delgada** (Resolução n.º 1/2000/A, de 7 Agosto) define espaços urbanos, que correspondem ao tecido urbano consolidado, no entanto, subdivide-os em espaços urbanos da cidade de Ponta Delgada, que abrangem as freguesias urbanas e limítrofes, e em espaços urbanos exteriores à cidade de Ponta Delgada, que classificam os outros núcleos urbanos do concelho.

Quanto aos espaços urbanizáveis, estes encontram-se também subdivididos, em espaços urbanizáveis da cidade de Ponta Delgada, equipamentos colectivos, espaços urbanizáveis exteriores à cidade de Ponta Delgada e espaços turísticos.

Os espaços urbanizáveis, correspondem na sua essência, a zonas que poderão vir a adquirir características de áreas urbanas, e se destinam-se à expansão urbana. Os espaços urbanizáveis da cidade de Ponta Delgada são áreas localizadas a norte do tecido consolidado e, maioritariamente colmatam os espaços livres ainda expectantes, existentes até à 2ª circular, no entanto, há outros, que se situam ao longo das vias, como preenchimento entre os espaços urbanos, ou então na colmatção da malha viária existente.

Os espaços destinados a equipamentos colectivos, situam-se quase todos na cidade de Ponta Delgada, e localizam-se em áreas adjacentes aos espaços urbanizáveis da cidade.

Os espaços urbanizáveis exteriores à cidade de Ponta Delgada, correspondem a

pequenas áreas destinadas à expansão urbana, localizadas nas sedes de freguesia de Candelária, Ginetes, Feteiras, Mosteiros, Santa Bárbara, Santo António, Capelas, São Vicente Ferreira e Fenais da Luz.

As áreas com maior expressão localizam-se nas localidades com melhores acessibilidades à cidade de Ponta Delgada, Capelas e São Vicente Ferreira, e/ou junto a estâncias balneares, Mosteiros, Capelas, e Fenais da Luz.

Nas áreas de maior apetência balnear (Mosteiros) e junto ao campo de golf da Batalha (Aflitos) encontram-se definidos espaços turísticos -(São Vicente Ferreira e Fenais da Luz) que se destinam predominantemente à instalação de empreendimentos e projectos de natureza turística. Para cada um destes espaços será elaborado um plano de urbanização, para os quais o PDM define alguns indicadores: cêrcea máxima de 2 pisos, índice máximo de construção de 0.2, 1,5 lugares de estacionamento por fogo ou por cada quatro camas e um sistema autónomo de infraestruturas.

No concelho de Lagoa o PDM (Resolução n.º304/96/A, de 24 de Outubro) define espaços urbanos e urbanizáveis, que se subdividem em categorias e subcategorias. Os espaços urbanos dividem-se nas categorias de: zonas históricas, Vila de Lagoa, Atalhada e Água de Pau, e em áreas consolidadas que, por sua vez, se subdividem em áreas habitacionais, áreas de equipamento estruturante e áreas verdes estruturantes.

Na categoria de zonas históricas estão os espaços que, devido ao seu valor patrimonial, deverão ser objecto de um plano de pormenor de salvaguarda, enquanto que as áreas consolidadas, correspondem aos outros espaços urbanos, isto é, caracterizam-se por possuírem elevado grau de infraestruturização e onde a maioria dos lotes ou parcelas estão edificadas. São espaços predominantemente habitacionais, prevendo equipamentos complementares e ainda unidades de comércio e serviços.

Os espaços urbanizáveis são espaços em que se admite a edificação, após a realização de infraestruturas urbanísticas. Estes subdividem-se nas categorias de: área urbanizável da Vila de Lagoa e áreas urbanizáveis de Água de Pau e Cabouco. Nos casos de Vila de Lagoa e Água correspondem a áreas sujeitas a planos de urbanização, que se encontram eficazes, Decreto Regulamentar Regional n.º32/2000/A de 13 de Outubro e Portaria n.º 78/89 de 26 de Dezembro, respectivamente.

O **PDM de Vila Franca do Campo** (Resolução n.º 184/97 de 2 de Outubro) define espaços urbanos e urbanizáveis. Destes últimos, distinguem-se os espaços turísticos.

Como espaços urbanos são considerados os núcleos de malha urbana consolidada.

Adjacente a esses espaços são então definidas pequenas áreas destinadas à expansão urbana, sendo a de maior expressão localizada numa extremidade de Vila Franca do Campo, junto a Água d'Alto.

Curiosamente os espaços turísticos, que são uma subdivisão dos espaços urbanizáveis, destinam-se apenas à construção e instalação de equipamentos de apoio a actividades turísticas ou de lazer, não sendo permitidas construções destinadas ao alojamento turístico clássico nem ao campismo, encontrando-se localizados nas zonas ribeirinhas de Praia, Água d'Alto e Vila Franca do Campo.

A análise dos instrumentos de planeamento e gestão dos **concelhos de Povoação e Nordeste**, não será possível nesta fase devido à falta de elementos de consulta, realçando-se o facto de no concelho de Povoação a elaboração do PDM ter sofrido recentemente retrocessos consideráveis.

Quanto ao **PDM do concelho da Ribeira Grande**, são definidos igualmente espaços urbanos e espaços urbanizáveis, no entanto, é permitida a edificabilidade de construções destinadas ao turismo, também em Zona Mista Agrícola-Florestal e em Zona Agrícola Complementar.

Os índices urbanísticos a aplicar às unidades hoteleiras e estabelecimentos similares podem ser majorados em 15% desde que salvaguardem os estacionamento necessários.

Os espaços urbanos, que abrangem as áreas consolidadas dos núcleos urbanos, subdividem-se em três categorias: Núcleos Históricos, Zonas Urbanas e Zonas Urbanas a Reabilitar.

O único núcleo histórico identificado fica situado na sede do concelho, encontrando-se abrangido pelo regime de protecção das áreas urbanas, que visa a preservação e conservação dos aspectos homogéneos de imagem e perfil da paisagem dos núcleos históricos.

As zonas urbanas caracterizam-se pela existência de infraestruturas primárias e secundárias, estando definidos os alinhamentos dos planos marginais, na maioria dos lotes, por edifícios a manter.

As zonas urbanas a reabilitar, são áreas que abrangem indistintamente a função

habitacional ou industrial, e que se caracterizam pela existência de uma elevada percentagem de edificações degradadas ou em ruína, cuja recuperação envolve a reformulação da malha urbana e das infraestruturas primárias, e uma intervenção profunda de restauro ou reconstrução.

Os espaços urbanizáveis são aqueles onde o plano prevê a construção de novos conjuntos residenciais e respectivas funções complementares, a instalação de equipamentos, comércio e serviços, a instalação de indústrias compatíveis e a implementação de unidades turísticas. Estes subdividem-se em Espaços Urbanizáveis e Espaços Urbanizáveis de Baixa Densidade, aplicando-se o índices consoante o zonamento que consta da planta de ordenamento.

O **Plano Regional de Ordenamento do Território dos Açores**, sistematiza nas suas propostas de ordenamento e desenvolvimento – objectivos específicos, uma amostragem da evolução tendencial que se verifica na ilha de São Miguel, decorrente dos dados que suportam a vivência quotidiana dos micaelenses. Assim, e devido à dimensão territorial e conjunturas de evolução diferenciadas, são assinaladas seis áreas distintas:

- Na área compreendida entre a freguesia de Feteiras e Lagoa e que engloba a cidade de Ponta Delgada verifica-se uma tendência para a concentração de funções urbanas, facto que se deve sobretudo à polarização regional de Ponta Delgada, e de Lagoa que é também um dos vértices do triângulo que polariza as funções centrais na ilha, juntamente com a Ribeira Grande e Ponta Delgada.
- Em duas áreas distintas, uma localizada a nascente de Ponta Delgada, que corresponde à área entre a Água de Pau e Ponta da Graça e abrange Vila Franca do Campo, e outra a norte, que se descreve entre a Ribeira Grande e a localidade de Capelas, verifica-se uma tendência para a estabilidade das funções urbanas. É certo que Ribeira Grande possui uma área de influência maior e extra concelhio, sobretudo para a parte nordeste da ilha, o que não acontece com o concelho de Vila Franca do Campo, no entanto, são duas áreas que estão dotadas de algumas funções urbanas centrais, e são privilegiadas nas acessibilidades ao centro polarizador regional.
- Na área identificada na zona nascente da ilha e que se situa entre Ribeira Quente e Nordeste, e engloba duas sedes de concelho, Povoação e Nordeste,

verifica-se uma tendência para a insuficiência das funções urbanas. A polarização que se verifica nesta área exercida pelas duas vilas responde somente às funções de carácter ocasional e concelhio, sentindo-se uma dependência de outros pólos para as funções de maior especificidade.

- As áreas onde se verifica uma debilidade para as funções urbanas, são as que se localizam em zonas de acessibilidades mais reduzidas e não possuem nenhuma localidade polarizadora. Unicamente constituídas por aglomerados de cariz rural que apresentam dificuldades na fixação de população. Estas situam-se em pontos opostos da ilha, uma abrange as freguesias compreendidas entre a cidade de Ribeira Grande e a Vila do Nordeste, e a outra, entre as localidades de Santo António e Candelária.

A contrapor à situação tendencial, é elaborado um cenário de evolução desejável, que se desenvolve em sete áreas, uma vez que dividiu a área compreendida entre Feiteiras e Lagoa em duas áreas, uma que se desenvolve entre Feiteiras e Ponta Delgada, e a outra de Ponta Delgada a Lagoa.

A principal característica da evolução desejável é a descentralização de funções e a consequente complementaridade funcional. Assim, clarifica-se a hierarquia existente, através de vários níveis de influência e a sua desconcentração para sub-pólos concelhios, que possam satisfazer as funções básicas.

- Na área que se desenvolve entre Feiteiras e Ponta Delgada, deverá-se apostar nos sectores dos transportes marítimos e aéreos, na distribuição e recepção de turismo, serviços e no ensino superior, já que possui infraestruturas com influência regional.
- Para a área de Lagoa e freguesias limítrofes as actividades primordiais para o desenvolvimento são os pertencentes aos sectores primário e secundário, através das sinergias da agricultura, pesca artesanal e indústria, mas apostando também no artesanato.
- A agricultura e pesca artesanal são também duas das actividades motoras do desenvolvimento desejável para a área que se descreve entre a Água de Pau e Ponta da Graça e engloba Vila Franca do Campo. No entanto, aqui, o sector do turismo usufrui já de infra-estruturas que poderão ser rentabilizadas contribuindo para o desenvolvimento local.

- Para a área compreendida entre Ribeira Quente e o Nordeste o principal incremento ao desenvolvimento deverá ser dado pelo reforço das acessibilidades viárias, que neste momento são bastante deficitárias, e que resultam na vulgar citação "... o Nordeste é a décima ilha dos Açores". As outras actividades endógenas a esta área que deverão ser potencializadas são a agricultura e silvicultura, a pesca artesanal e o artesanato.
- Na área que se desenvolve desde a Fazenda a Porto Formoso, nos concelhos do Nordeste e Ribeira Grande, constituída por aglomerados rurais a revitalizar, as actividades que deverão incrementar uma evolução mais desejável são a agricultura, a pesca artesanal, o artesanato e o turismo de habitação e rural. Estas actividades são as que suportam a evolução desejável para a área que se localiza entre Santo António e Candelária na ponta oriental da ilha.
- A área entre a Ribeira Grande e Capelas, que dispõe tanto de recursos e infraestruturas de grande importância local, como de boas acessibilidades a Ponta Delgada, necessita de dinamizar os sectores da indústria, pesca industrial, agricultura e turismo de habitação para obter uma evolução que se enquadre nos objectivos globais de desenvolvimento desejável para a região.

Ilha Terceira

Os dois concelhos ainda não dispõem de planos municipais de ordenamento do território eficazes, encontrando-se neste momento em elaboração os **PDM's** e o **Plano de Urbanização de Angra do Heroísmo**. Os únicos mecanismos de gestão territorial em vigor e que incidem em áreas da ilha Terceira são as medidas preventivas para a zona do litoral da freguesia dos Biscoitos, concelho da Praia da Vitória (Resolução n.º 147/98 de 25 de Junho e Portaria P/SRA/2000/1 de 20 de Junho – prorrogação do prazo) e para Porto Martins, também concelho de Praia da Vitória (Portaria n.º 72/2000 de 9 de Novembro).

Os elementos disponíveis para análise relativos ao **concelho de Angra do Heroísmo** são parques, verificando-se a existência de espaços urbanos e urbanizáveis que correspondem às áreas urbanas consolidadas do concelho e às que possam adquirir

essas mesmas características, subdividindo-se em categorias predominantemente habitacionais e equipamentos.

No entanto, o PDM cobre o território concelhio de unidades operativas de gestão e planeamento, através de quatro *Áreas de Acção*, Poente/Norte, Poente/Sul, Centro/Sul e Nascente/Sul. A cada uma destas corresponde uma série de UOPG, para quais são estabelecidas áreas de intervenção, tipo de ocupação e grau de prioridade.

Factor comum a grande parte das UOPG's definidas para as *Áreas de Acção*, Poente/Norte, Poente/Sul e Nascente/Sul, são as propostas de tipo de ocupação contemplarem sempre usos do solo destinados ao turismo.

Quanto ao **município de Praia da Vitoria**, são também definidos espaços urbanos e urbanizáveis, à semelhança dos de Angra do Heroísmo.

Contudo, existe uma classe de espaços turísticos, que é constituída pelas zonas balneares existentes no concelho e pela área ocupada pelo Campo de Golf. Nestes espaços não é permitida construção, à excepção das infraestruturas e equipamentos turísticos necessários à sua valorização.

No **Plano Regional de Ordenamento do Território dos Açores**, são elaborados dois cenários evolutivos sobre o território terceirense, um que reflecte a tendência verificada e outro que preconiza uma situação optimizada.

Perante o cenário tendencial, foram definidas quatro zonas, uma por cada costa. Assim, na costa sul, na área compreendida entre Santa Bárbara e Porto Judeu, verifica-se uma concentração das funções urbanas; na costa nascente que compreende a área entre São Sebastião e São Brás, a tendência reflecte uma situação de estabilidade para as mesmas funções.

Nas outras duas costas, a norte e poente, prevalecem situações mais débeis, sendo que na costa norte a tendência verificada é de insuficiência das funções urbanas, enquanto que para a costa poente a situação tendencial verificada é a de debilidade.

No conjunto destes sectores, assiste-se a uma polarização inter-concelhia constituída pelas duas sedes de concelho, e o crescimento populacional nas povoações pertencentes ao sector situado na costa sul, e na localidade de Biscoitos, na costa norte. Os restantes núcleos urbanos rurais sentem dificuldades de fixação de população.

O cenário de evolução otimizado aposta numa complementaridade funcional entre as duas cidades, com primazia para Angra do Heroísmo, centro superior, mas advogando uma descentralização funcional, sobretudo ao nível de funções básicas, de Angra do Heroísmo para São Sebastião e de Praia da Vitória para Biscoitos.

As zonas propostas para sustentar o desenvolvimento desejável, estão intimamente ligadas às infraestruturas existentes (a potenciar) e às características endógenas do território. Assim, são delimitadas três zonas:

- Uma corresponde à área urbana de Angra do Heroísmo, que deverá evoluir no sentido de reforçar as actividades ligadas aos serviços, públicos e privados, culturais, ensino superior, turismo – recepção e distribuição de turistas, e transportes marítimos.
- Outro sector, corresponde à cidade de Praia da Vitória e freguesias adjacentes, onde as actividades de indústria, pesca industrial e dos transportes aéreos e marítimos deverão capitalizar energias para promover uma evolução sustentada.
- Por último, uma zona que abrange parte da costa norte e a costa poente, desde a povoação de Vila Nova até São Bartolomeu, em que as actividades que deverão reunir sinergias são a agricultura, turismo de habitação e rural, o artesanato e a pesca artesanal.

D. CONDIÇÕES ESPECÍFICAS DO DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO

O presente ponto do relatório, após a análise efectuada anteriormente sobre as diversas dimensões que formatam a realidade insular, representa uma focagem na problemática concreta do turismo.

Pretende-se com ele caracterizar, de multiplas perspectivas e utilizando fontes diferenciadas, as diversas componentes que, em função das modalidades de inserção e particularidades específicas, constituem aquilo que poderemos designar por sistema turístico açoreano.

Abriremos este ponto com uma análise extensiva de cariz retrospectivo da actividade turística, utilizando para tal a informação disponível ao nível estatístico. Posteriormente, esta caracterização inicial será complementada, através das análises intensivas da oferta e da procura, pela inclusão de um conjunto de informação decorrente dos inquéritos disponibilizados pelo trabalho de campo levado a efeito pela equipa do Plano e pelo SREA.

Após uma reflexão, quantitativa e qualitativa, do ajuste entre a oferta e a procura, o ponto será encerrado através da inclusão de duas outras dimensões relevantes: as políticas regionais e os respectivos instrumentos de apoio incidentes sobre o turismo (regulação); o significado do turismo na estrutura económica da Região.

D.1. ANÁLISE EXTENSIVA DA OFERTA E DA PROCURA: UMA PERSPECTIVA EVOLUTIVA E DE CONJUNTO

Qualquer caracterização da Oferta, independentemente do sector em causa, deve considerar duas facetas de abordagem, a qualitativa e a quantitativa. No caso do turismo a faceta quantitativa diz respeito aos números oficiais disponíveis nos organismos estatísticos e instituições ligadas ao sector, enquanto a faceta qualitativa diz respeito quer à análise efectuada do exterior quer à recolha da visão existente dentro do próprio sector.

Os números oficiais consolidados, únicos que permitem uma comparação directa com outras regiões, são publicados pelo INE e estão na base de todas as análises do sector. No caso dos Açores, a publicação avançada de dados não consolidados pelo SREA permite observar a tendência de evolução de algumas variáveis antes mesmo da publicação dos dados definitivos pelo INE.

Para cobrir as duas facetas referidas, desde o princípio que a proposta técnica do estudo encarava um conjunto tripartido de abordagens metodológicas:

- ♦ uma recolha de dados estatísticos sobre o sector, para construção de uma análise básica quantitativa;
- ♦ um inquérito junto de empresas, cobrindo as principais áreas de actividade e de problemas, de modo a poder apurar uma visão interna ao sector e qualificar na medida do possível os dados quantitativos;
- ♦ e um levantamento físico, tão extenso quanto possível, da oferta existente nos Açores, que seria acompanhado de entrevistas nalguns casos seleccionados (segundo um processo de amostragem) de forma a calibrar as respostas obtidas a questões-chave do inquérito, a aferir a imagem interna do sector existente nos agentes locais e a precisar a imagem global da oferta existente.

Neste ponto do Relatório será feita a apresentação dos resultados da primeira das abordagens referidas e no ponto seguinte será apresentada a metodologia seguida na elaboração do inquérito e os principais resultados obtidos. A terceira abordagem foi situada de um ponto de vista lógico na sequência das outras, por duas ordens de razões: por um lado entendeu-se que não apenas a construção do guião de entrevista como os critérios de selecção da amostra de estabelecimentos para a realização da entrevista deveriam ter em conta os resultados e análises da oferta quantitativa e do inquérito; e por outro lado pareceu à equipa não fazer muito sentido separar o momento do levantamento físico do momento da entrevista, não apenas por uma questão de logística como para facilitar a colaboração dos entrevistados.

Isto significa que situando-se essa componente do estudo numa fase posterior às restantes ela tem o seu momento de arranque num estágio de avançada elaboração das anteriores, pelo que não consta ainda deste Relatório o resultado dessa terceira abordagem metodológica.

D.1.1. A OFERTA: DADOS ESTATÍSTICOS DO ALOJAMENTO

Como foi acima referido os dados estatísticos oficiais respeitantes ao sector do turismo têm duas fontes fundamentais: o INE (Instituto Nacional de Estatística) como produtor dos dados consolidados oficiais e a DGT (Direcção-Geral de Turismo) como produtor de uma série de indicadores sectoriais. No caso dos Açores há ainda a considerar uma terceira fonte de informação – o SREA (Serviço Regional de Estatísticas dos Açores) – que publica um conjunto de dados avançados, não consolidados, que permitem uma antecipação das tendências de evolução das variáveis observadas. Foi junto destas fontes, e atendendo aos diferentes níveis de informação produzida, que se recolheram os dados utilizados na elaboração deste ponto.

Tradicionalmente, de todas as componentes da oferta do sector aquela que tem um acompanhamento mais cuidado, traduzível em maior disponibilidade de dados, é a do Alojamento, e isto porque o Alojamento tem sido universalmente considerado como um dos reveladores mais imediatos da situação quantitativa da oferta turística. O

raciocínio em que assenta esta perspectiva é simples: a necessidade básica de um viajante é um lugar para descansar e poder comer, sendo esta a base nuclear da pirâmide de outras necessidades, desejos ou expectativas que um destino turístico pode representar para esse viajante.

Os dados existentes sobre o Alojamento (entendido na aceção de Hotelaria tradicional sem o segmento rural) indicam um crescimento da oferta de camas nos Açores, sem que se tenha observado idêntico crescimento do número de estabelecimentos, como é possível verificar no Quadro 72 (embora a indicação revelada pelos dados do SREA para 2001 aponte para uma subida no número de estabelecimentos). O ano de 1990, presente em diversos quadros, constitui um referencial de base para aquilatar a evolução ocorrida nos últimos 4 anos de que existem dados estatísticos compilados¹¹².

QUADRO 72 - EVOLUÇÃO DO ALOJAMENTO

	1990	1997	1998	1999	2000
Estabelecimentos	53	58	58	58	54
Camas	3490	3573	3592	3939	4012

Fonte: INE

Em traços gerais esta evolução traduziu um aumento do número médio de camas por estabelecimento, ou seja um aumento da dimensão média dos estabelecimentos de alojamento na Região – de 66 para 74 camas por estabelecimento entre 1990 e 2000.

Se se considerar uma segmentação em quatro grandes grupos do total da oferta de Alojamento – Hotelaria tradicional, Hotéis de Apartamentos/ Apartamentos turísticos/ Aldeamentos turísticos, Motéis¹¹³/ Estalagens e Pensões – é nos dois últimos

¹¹² Observando-se uma tendência para a subestimação da capacidade de alojamento em hotelaria tradicional nos dados do SREA, face aos dados consolidados do INE, não pareceu indicado completar qualquer série fazendo uso desses valores que, como se referiu, se revelam importantes para detecção de tendências evolutivas.

¹¹³ A referência a Motéis é justificada pela existência na Região, em 1990, de um estabelecimento com esta classificação tipológica.

segmentos que se pode observar um crescimento da dimensão média de camas por estabelecimento, como se pode observar no Quadro 73.

QUADRO 73 - CAMAS POR ESTABELECIMENTO

	Ht	H-A/AT	ME	P	Total
1990	161	67	48	37	66
2000	130	55	63	39	74

Fonte: INE, cálculos próprios

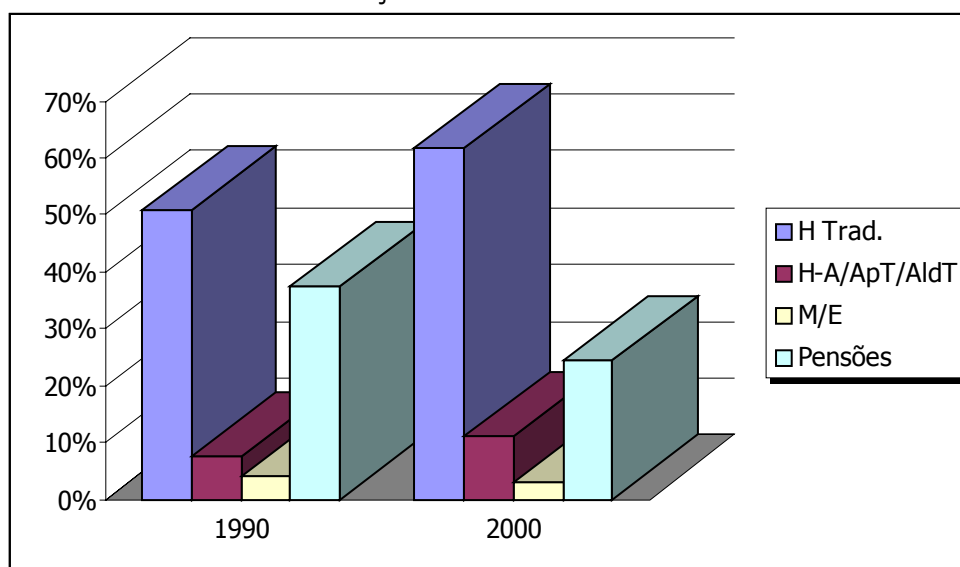
Ht- Hotelaria tradicional; H-A/AT- Hotéis de Apartamentos, Apartamentos turísticos e Aldeamentos turísticos; ME- Motéis e Estalagens; P- Pensões

É claro que esta conclusão de carácter estatístico necessita de ser calibrada pela observação mais detalhada de cada um destes segmentos, mas a conclusão geral é clara.

Também parece ser claro que o crescimento das camas disponíveis não foi resultado de uma tendência regular mas sim de um salto abrupto centrado no ano de 1999, responsável pelo aumento de cerca de 350 camas, a que se terá seguido um outro salto de cerca de 780 camas em 2001, de acordo com os dados avançados pelo SREA. Estes factos, aliados à notícia do aumento para cerca de 6600 camas em 2002, indicam uma tipologia de crescimento por vagas (e portanto por vagas de investimento) que encontrarão por certo justificação na aposta subjacente aos programas de apoio e aos incentivos ao investimento da Região, onde o aumento da oferta de alojamento tem sido indubitavelmente um alvo prioritário.

O aumento verificado não foi igualmente repartido pelos vários tipos de alojamento existente, tendo ocorrido fundamentalmente na Hotelaria tradicional e no conjunto Hotéis de Apartamentos/ Apartamentos turísticos/ Aldeamentos turísticos. No conjunto Motéis/ Estalagens ocorreu uma manutenção do número e nas Pensões ocorreu uma substancial redução do número. Na Figura 79 pode ser observada a alteração na repartição de camas pelos diferentes tipos de Alojamento, determinada por esta evolução diferenciada, e o predomínio adquirido pela hotelaria tradicional.

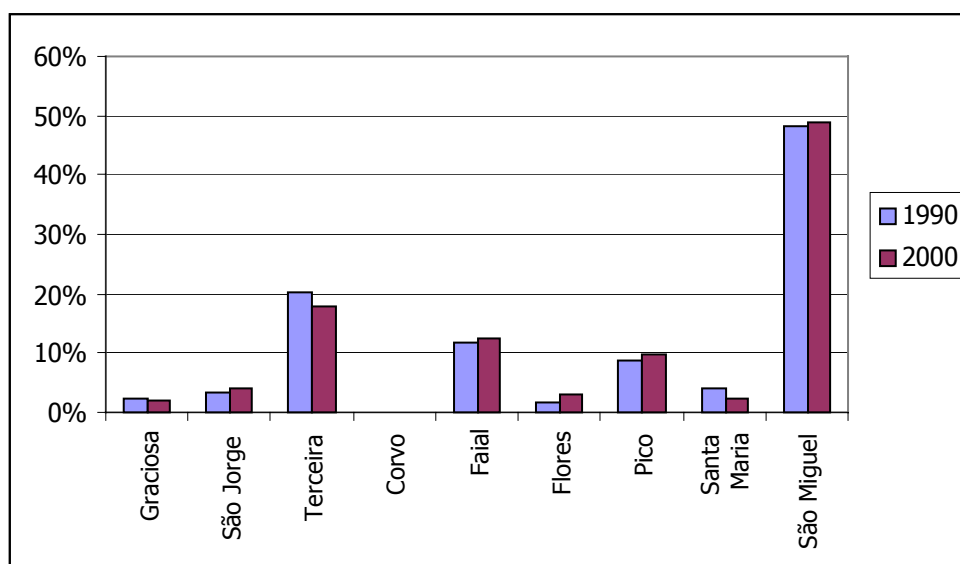
FIGURA 79 - DISTRIBUIÇÃO DE CAMAS POR TIPO DE ALOJAMENTO



Fonte: INE, cálculos próprios

No que se refere à distribuição das camas por ilhas não se verificou ao longo da década nenhuma alteração substancial. Os dados de 2000 mostram uma situação similar à que se podia verificar em 1990, como pode concluir-se pela simples observação da Figura 80.

FIGURA 80 - DISTRIBUIÇÃO DE CAMAS POR ILHA

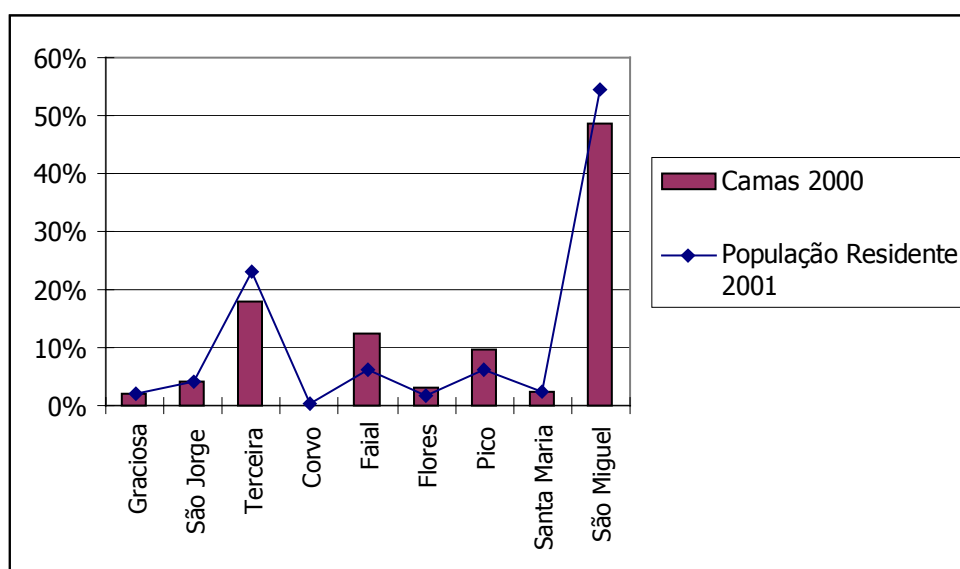


Fonte: INE, cálculos próprios

Se se atender a uma relação lógica entre disponibilidade de camas numa determinada zona e a população dessa zona (em qualquer área de análise de actividades a dimensão populacional serve, à falta de outros índices mais detalhados, como aferidor da possível disponibilidade de equipamentos e serviços) pode comparar-se a repartição existente de camas com a repartição de população e apreciar as diferenças existentes.

Os dados respeitantes ao número de camas (em 2000) e de população residente (resultados provisórios do Censo de 2001) permitiram construir a Figura 81, que sobrepõe a repartição inter-ilhas de ambas. Aí pode apreciar-se como, à excepção da Terceira e São Miguel¹¹⁴, todas as restantes ilhas têm um peso, na distribuição de camas disponíveis, igual ou superior ao peso da população residente.

FIGURA 81 - DISTRIBUIÇÃO DAS CAMAS E DA POPULAÇÃO RESIDENTE



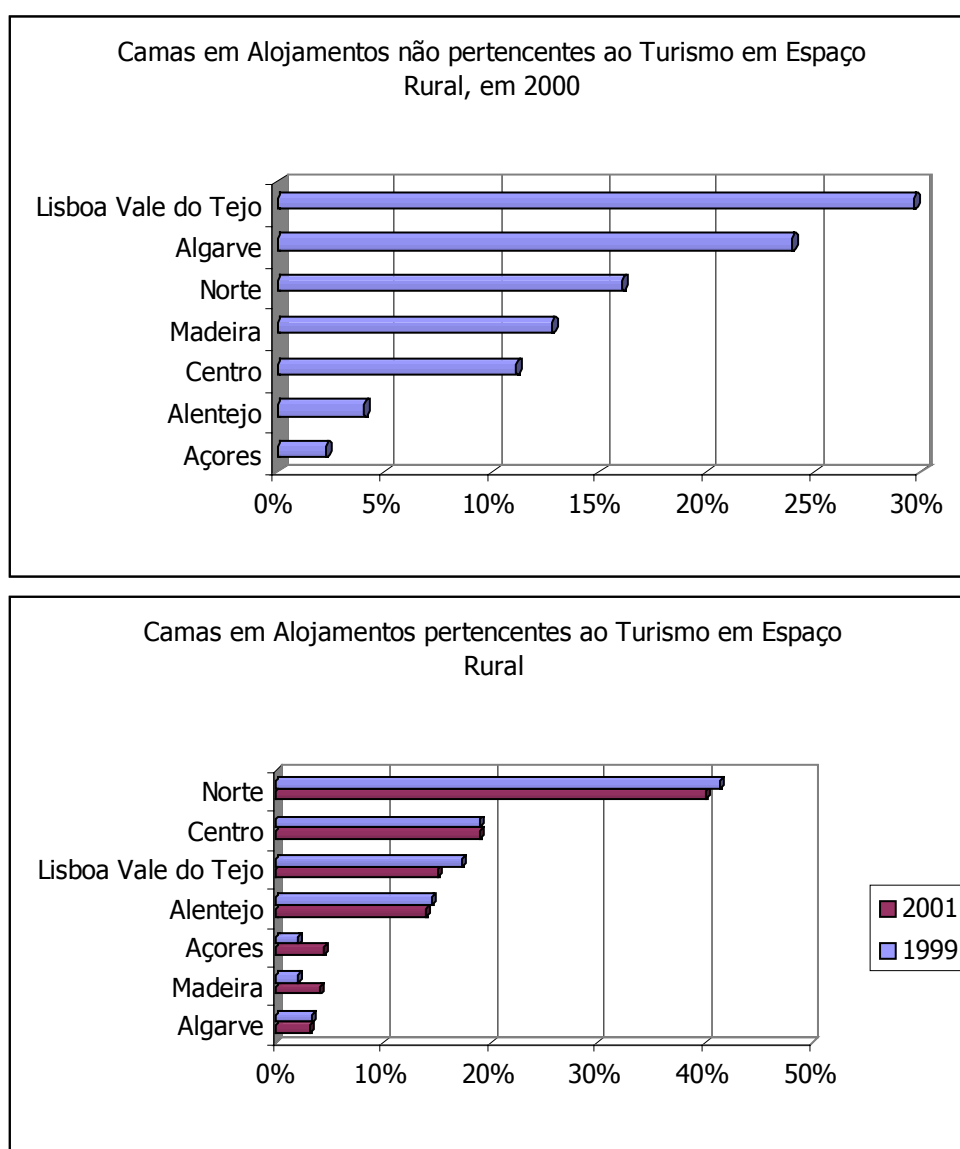
Fonte: INE

Para completar a imagem desta faceta da oferta é de todo o interesse ter uma ideia do peso global dos Açores no total da oferta do país. Para esse efeito, e com base em dados compilados pela Direcção-Geral de Turismo, foram elaborados dois diagramas que respondem a esse desiderato. No primeiro diagrama aprecia-se a distribuição das

¹¹⁴ O Corvo poderia considerar-se também nesta situação não fora o caso de não dispor de qualquer cama, o que torna esta ilha um caso à parte.

camas em alojamentos não incluídos no TER (Turismo de Espaço Rural) e no segundo uma dupla distribuição das camas, para os anos de 1999 e 2001, dos alojamentos integrados no TER.

FIGURA 82 - PESO DOS AÇORES NO ALOJAMENTO TURÍSTICO DO PAÍS



Fonte: DGT, Análise da Conjuntura Turística n.º 46, e elaboração própria

Como se constata por leitura imediata os Açores, apesar do crescimento observado nos últimos anos, continuam a ser a Região com menor disponibilidade de camas no segmento não-TER, tendo pouco mais de metade das camas e do peso relativo do Alentejo, a Região imediatamente acima nessa hierarquia de valores. Quanto ao

segmento de alojamentos do Turismo em Espaço Rural os Açores não ocupavam já em 2001 o último posto da hierarquia de volume em camas, embora se integrasse no trio de Regiões com menor peso relativo.

A este respeito duas notas devem ser tomadas em consideração. Em primeiro lugar, o forte crescimento nos Açores das camas nos alojamentos do TER indicia um sinal de interesse num segmento que até o momento pouco mais fora do que vestigial mas que tem virtualidades intrínsecas numa Região onde o modelo clássico de turismo de massas enfrenta dificuldades óbvias de implementação. Em segundo lugar, não deve ser confundida uma posição factual (inclusão no grupo da Madeira e Algarve, por via de um resultado quantitativo) com uma posição funcional (de equivalência operacional) – o crescimento acentuado destas camas na Madeira ou a manutenção do seu volume no Algarve traduzem a mesma posição de marginalidade (face ao total regional de camas) deste produto face ao produto nuclear de cada uma das referidas Regiões; embora se possa admitir que o caso da Madeira pode assinalar a tentativa de criar um produto complementar face a uma possível saturação do seu produto tradicional e a uma lenta degradação da sua posição de mercado.

Em termos de exploração, e em particular no que respeita ao elemento fundamental da prestação de serviços e uma das componentes principais do custo de exploração – os trabalhadores – a observação deve também ser objecto de abordagem uma vez que o caso açoreano se constitui claramente como divergente relativamente a todas as restantes Regiões.

QUADRO 74 - TRABALHADORES AO SERVIÇO COM CONTRATO PERMANENTE EM 2000

	%
Norte	66.2
Centro	63.8
Lisboa e Vale do Tejo	66.8
Alentejo	64.8
Algarve	52.2
Madeira	62.8
Açores	72.7
Continente	60.7

Fonte: DGT, Análise da Conjuntura Turística n.º 44

O Quadro 74 mostra o conjunto de valores percentuais dos trabalhadores com contrato permanente em hotéis de 4 e 5 estrelas, para o ano de 2000 e para todas as Regiões do país. As explicações de cada um dos valores têm certamente a ver com as realidades do mercado de trabalho regional e com os modelos de desenvolvimento turístico predominantes nas Regiões, não sendo essa a preocupação fundamental da observação aqui efectuada. É ao nível das referências comparativas – Algarve como zona de atracção principal do modelo “Sol e Praia”, Madeira como zona turística insular de lazer, e o Continente pelo valor médio encontrado – que o valor dos Açores deve ser contextualizado. Idêntica nota deve ser avançada quanto à leitura do Quadro 75, que mostra o peso representado pelos encargos com pessoal no total da receita dos hotéis de 3, 4 e 5 estrelas, também para o ano de 2000 e para as mesmas Regiões.

QUADRO 75 - ENCARGOS COM PESSOAL NO TOTAL DA RECEITA

	%
Norte	31.1
Centro	27.8
Lisboa e Vale do Tejo	29.8
Alentejo	31.3
Algarve	30.0
Madeira	36.5
Açores	29.8
Continente	30.0

Fonte: DGT, Análise da Conjuntura Turística n.º 44

A junção de uma situação de grande peso dos contratos permanentes (o valor mais elevado de todas as Regiões) e de um dos valores mais baixos de custos relativos com o pessoal aponta para um enquadramento interno do sector de alguma rigidez a nível do mercado laboral e reduzida qualificação profissional.

De um ponto de vista económico a avaliação da produtividade, ou da eficiência de utilização dos recursos humanos, constitui sempre um elemento de interesse para a análise uma vez que pode ajudar a compreender os processos de funcionamento de um sector e a situar algumas das suas potenciais dificuldades. Uma aproximação a uma medida (relativa e não absoluta) deste género é calculada regularmente pela DGT, através do rácio empregado/cama, uma vez que se admite que valores baixos do referido indicador tenderão a apontar situações de maior eficiência do que as

traduzidas por valores mais elevados. O Quadro 76 foi construído tendo por base esse rácio relativamente ao ano 2000 mas invertendo os resultados, ou seja apresentando o número de camas por empregado, que permite uma visão mais imediata do significado relativo dos valores.

Os Açores, a par da Madeira, apresentam os valores mais baixos de todas as regiões consideradas, num aparente indício de menor produtividade que pode ser calibrado relativamente à média continental: tais valores situam-se a 2/3 dessa referida média, sendo que no caso açoreano em nenhum tipo ou categoria de instalação este índice consegue ser superior à média continental ou à média do país.

QUADRO 76 CAMAS POR EMPREGADO EM 2000

Norte	5.3
Centro	6.3
Lisboa e Vale do Tejo	4.8
Alentejo	5.0
Algarve	6.3
Madeira	3.7
Açores	3.7
Continente	5.6

Fonte: DGT

Ainda a nível da exploração, mas do lado das receitas, um dos elementos fundamentais a tomar em linha de conta é o preço médio da dormida, entendido como rácio entre as receitas de aposento e as dormidas¹¹⁵.

O Quadro 77 apresenta, sob forma de índices (valores relativos face a um valor de referência, no caso o do Algarve, que toma o valor 100¹¹⁶), os preços médios de dormidas para todas as Regiões nos dois últimos anos para os quais existem dados calculados.

¹¹⁵ Definição standard do preço médio da dormida, adoptada pela DGT.

¹¹⁶ A vantagem de usar índices reside na capacidade imediata de verificar relações de grandeza. Um índice de 150, no caso em apreço, significa que o preço médio da dormida é 1,5 vezes o preço médio da dormida no Algarve, a base escolhida.

QUADRO 77 - ÍNDICES DE PREÇOS MÉDIOS DAS DORMIDAS

	2000	2001
Norte	153	150
Centro	123	127
Lisboa e Vale do Tejo	188	206
Alentejo	162	154
Algarve	100	100
Madeira	146	145
Açores	148	146

Fonte: DGT, Análise da Conjuntura Turística n.º 46, e cálculos próprios

Os Açores não apresentam uma situação de excepção no que aos preços médios de dormida diz respeito – situam-se num termo médio da hierarquia de valores existente, ao nível quase exacto da Madeira e, tal como esta, mantendo basicamente a relação existente com a Região de referência. A explicação imediata desta constatação pode ser encontrada no Quadro 78, onde se discriminam as variações dos preços médios de dormida nas várias Regiões.

QUADRO 78 - VARIAÇÃO DO PREÇO MÉDIO DAS DORMIDAS (2000-2001)

	%
Norte	2.8
Centro	8.8
Lisboa e Vale do Tejo	15.3
Alentejo	0.1
Algarve	5.4
Madeira	4.4
Açores	3.6

Fonte: DGT, Análise da Conjuntura Turística n.º 46, e cálculos próprios

Os Açores foram uma das Regiões com menor aumento de preço médio das dormidas, e daí a relativa estabilidade do índice face à Região de referência, que não subiu em valores substancialmente diferentes.

Tal como acontece com os custos relativos do trabalho, são as características próprias do modelo predominante em cada Região que poderão certamente ajudar à explicação analítica dos diferenciais encontrados neste quadro de variações. No caso açoreano a maior ocupação de quartos na época baixa a preços inferiores aos praticados na época alta não será certamente alheia a uma parte dessa explicação.

Em resumo, a oferta de alojamento (traduzida em camas disponíveis) nos Açores tem vindo a crescer nos últimos anos de modo descontínuo, por vagas, ainda que continue a um nível absoluto e relativo baixo quando comparado com as restantes Regiões do país. Esse crescimento tem-se verificado essencialmente na hotelaria tradicional (com perca relativa do peso das pensões, que constituíam historicamente a coluna dorsal do alojamento) e no segmento exterior ao TER, ainda que os últimos dados disponíveis indiquem algum esforço de investimento no Turismo em Espaço Rural.

No que concerne à exploração, os encargos com pessoal são relativamente baixos enquanto que o peso do pessoal permanente é bastante alto, o que muitas vezes é indicador de rigidez do mercado de trabalho e de baixo nível de qualificações. A produtividade indicada pelo rácio cama/empregado é, a par da Madeira, a mais baixa de todas as regiões observadas, o que pode vir influenciar a médio prazo a capacidade de enfrentar os desafios da concorrência global dado o modelo de crescimento turístico assente no aumento de oferta de camas e necessidade de conseguir ocupá-las. O preço médio das dormidas, elemento fundamental das receitas, é similar ao da Madeira e superior em quase 50% ao do Algarve, o que pode traduzir simultaneamente um efeito de atenuação da sazonalidade e uma menor escala "de produção" do turismo regional.

D.1.2. A PROCURA

No ano de 2001 o número de hóspedes em todos os tipos de alojamentos¹¹⁷ foi de 276178, o que correspondeu a um acréscimo de 21% em relação a 1999. Na distribuição dos hóspedes por tipo de alojamento o destaque vai por completo para o claro domínio da hotelaria tradicional com 235992 hóspedes, os quais correspondem a 85,4 % do total. Os outros tipos de alojamento são praticamente residuais.

QUADRO 79 - -- tOTAL DE Hóspedes NOS AÇORES por TIPO DE ALOJAMENTO EM 2001

	Nº	%
Hotelaria tradicional	235992	85,4
Turismo em Espaço Rural	5722	2,1
Colónias de férias e pousada de juventude	10176	3,7
Parques de campismo	10150	3,7
Casa de hóspedes	7062	2,6
Alojamentos particulares	7076	2,6
Total de hóspedes	276178	100,0

Fonte: SREA

No que se refere ao número de turistas que utilizam o alojamento hoteleiro¹¹⁸ pode afirmar-se que aumentou consideravelmente na Região na última década – de cerca de 127 000 turistas em 1990 passou-se para 235992 em 2001, o que equivale a um acréscimo de 85,8%.

Todavia, o crescimento do número de hóspedes não manteve um ritmo uniforme entre 1990 e 2001:

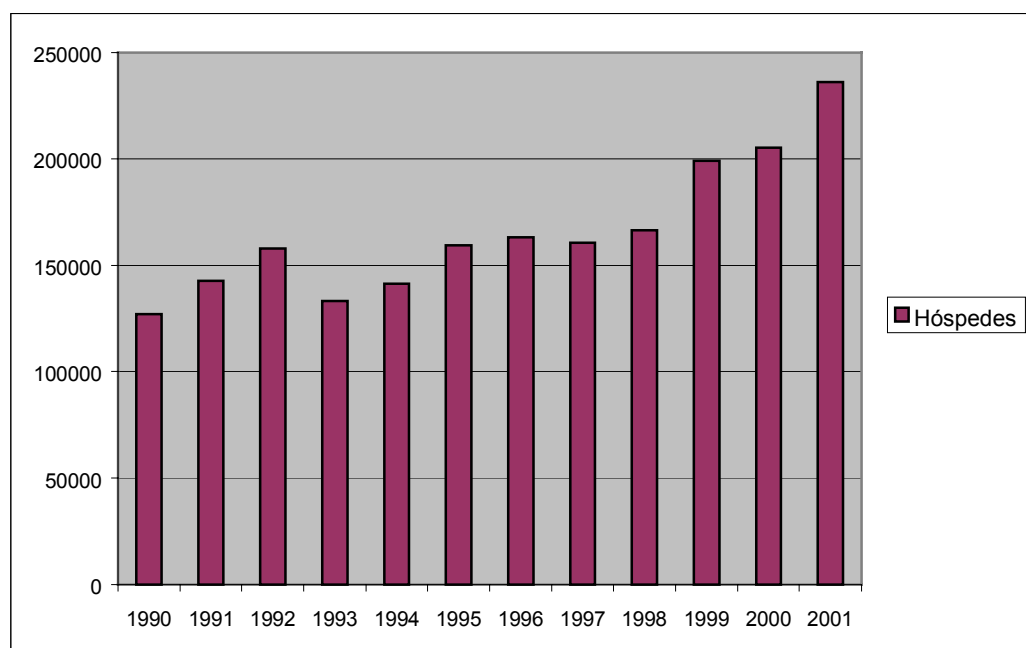
¹¹⁷ A análise do total de hóspedes em todos os meios de alojamento apenas pode ser realizada a partir do ano de 1999, já que só a após esse ano é que começaram a ser contabilizados, pelo SREA, os hóspedes em colónias de férias e pousadas de juventude, parques de campismo e alojamentos particulares. Em 1995 tinham começado a ser considerados os hóspedes em apartamentos turísticos e turismo em espaço rural.

¹¹⁸ A restrição apenas a unidades da hotelaria tradicional (Hotéis, Hotéis-apartamento, Motéis, Apartamentos turísticos, Pensões, Pousadas, Estalagens, Aldeamentos turísticos e Hospedarias) deve-se ao facto de os dados estatísticos disponíveis que permitem a análise da última década apenas se referirem a este tipo de alojamento.

- 1990-1993- +6438 hóspedes (+5,1%);
- 1994-1997 -- +19485 hóspedes (+13,8%);
- 1998-2001 – +69481 hóspedes (+41,7%).

Os anos de 1999 (+32634) e de 2001 (+30867) foram aqueles em que o número de hóspedes variou de forma mais significativa, facto que indicia uma aceleração importante no ritmo de crescimento desta variável. É ainda de salientar a existência de dois anos em que se verificaram decréscimos do número de hóspedes em relação aos anos anteriores: 1997 (-2482) e 1993 (-24536).

FIGURA 83 - - EVOLUÇÃO DO Nº DE HÓSPEDES NA HOTELARIA TRADICIONAL, 1990-2001



Fonte: SREA

Cingindo-nos aos últimos dados comparáveis, hóspedes para o ano de 2000, verificamos, contudo, que o número de chegadas aos meios em análise, quando comparados com as restantes regiões portuguesas, revelam valores que colocam os Açores numa posição relativa bastante desfavorável: a última, com menos de metade dos hóspedes que o Alentejo e menos de ¼ dos da Madeira.

QUADRO 80 - - - HÓSPEDES NA HOTELARIA TRADICIONAL POR NUT II, 2000

	Nº	%
Portugal	10317217	100,0
Continente	9239008	89,5
Norte	1724035	16,7
Centro	1103489	10,7
Lisboa e Vale do Tejo	3462231	33,6
Alentejo	515882	5,0
Algarve	2433371	23,6
R. A. Açores	201832	2,0
R. A. Madeira	876377	8,5

Fonte: INE¹¹⁹

A composição da procura por origens geográficas (residência habitual) mostra, nos vários anos de referência, uma larga predominância de portugueses, que constituem, ao longo do período em análise, uma proporção com alguma constância, embora nos últimos anos pareça desenhar-se uma tendência para a diminuição dessa parcela, ou seja, para um reforço mais intenso da procura estrangeira.

Parcela de portugueses no total de hóspedes na hotelaria tradicional (%)	1990	1994	1998	2001
	72,0	77,8	73,1	67,1

Fonte: SREA

Esta incidência de turistas/hóspedes nacionais é, sem dúvida, uma das originalidades do turismo dos Açores, algo que o quadro seguinte ilustra bem. Na verdade, se pensarmos que, contrariamente ao que se passa com as regiões continentais, os Açores se encontram numa posição de afastamento geográfico face às principais áreas emissoras nacionais, os valores registados, quando confrontados com outras regiões com proporções igualmente elevadas de nacionais, ganham um significado bastante

¹¹⁹ Foram utilizados os dados do INE de modo a ser possível comparar a Região Autónoma dos Açores com as outras regiões do País. O número apontado pelo SREA para o mesmo ano era de 201 834 hóspedes

mais expressivo.

Algo que nem mesmo o turismo de negócios ou o turismo étnico (facto que, de resto, também acontece com a Madeira relativamente à comunidade portuguesa radicada na Venezuela) podem obnubilar e que, desde logo, nos remetem para duas questões a ter presentes: a forte imagem favorável que o arquipélago detém entre a população portuguesa (uma imagem fortemente marcada pelos aspectos naturais e culturais, pela autenticidade, pela beleza telúrica e impressionante do Arquipélago); o muito que há a fazer ao nível da divulgação externa dos Açores.

QUADRO 81 - - CHEGADAS DE HÓSPEDES À HOTELARIA TRADICIONAL, 2000

	Total	Portugueses		Estrangeiros	
		Nº	%	Nº	%
Portugal	10317217	4585213	44,4	5732004	55,6
Continente	9239008	4258774	46,1	4980234	53,9
Norte	1724035	1153896	66,9	570139	33,1
Centro	1103489	775602	70,3	327887	29,7
Lisboa e Vale do Tejo	3462231	1326564	38,3	2135667	61,7
Alentejo	515882	353306	68,5	162576	31,5
Algarve	2433371	649406	26,7	1783965	73,3
R. A. Açores	201832	144190	71,4	57642	28,6
R. A. Madeira	876377	182249	20,8	694128	79,2

Fonte: INE¹²⁰

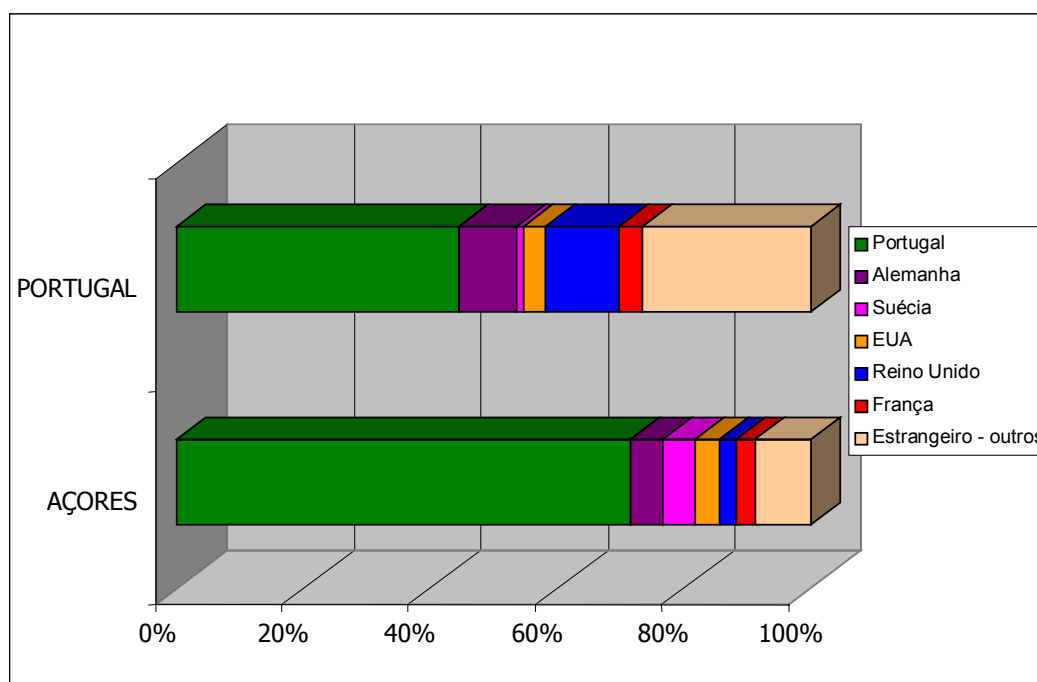
O Arquipélago mostra também outra especificidade: a procura estrangeira é relativamente pouco diversificada quando comparada com o todo nacional. Em 2000, apenas 5 países (representados na Figura 84) concentravam 69% dos turistas residentes no estrangeiro, valor bastante superior ao todo nacional para os 5 maiores mercados.

Actualmente, a Suécia é a principal origem da procura (39,4% dos hóspedes na

¹²⁰ Foram utilizados os dados do INE de modo a ser possível comparar a Região Autónoma dos Açores com as outras regiões do País. OS números apontados pelo SREA eram de 201 834 hóspedes, dos quais 144781 portugueses (71,7% do total) e 56753 estrangeiros (28,3% do total).

hotelaria tradicional em 2001), seguindo-se-lhe a Alemanha (12,2%) e os Estados Unidos da América (10,5%). Contudo, esta é uma situação muito recente, induzida pelos agentes reguladores regionais. Na verdade, como forma de combater a sazonalidade do turismo açoriano, a Direcção Regional de Turismo celebrou um protocolo com operadores suecos no sentido da promoção da Região junto do segmento do turismo de 3ª idade. Esta acção traduziu-se, em 2001, na recepção de 31 640 turistas suecos.

















FIGURA 84 - DISTRIBUIÇÃO DOS HÓSPEDES NA HOTELARIA TRADICIONAL POR ORIGENS GEOGRÁFICAS, PORTUGAL E AÇORES – 2000



Fonte: INE ¹²¹

¹²¹ Foram utilizados os dados do INE de modo a ser possível comparar a Região Autónoma dos Açores com as outras regiões do País.

FIGURA 85 - A PROCURA NA HOTELARIA TRADICIONAL: PRINCIPAIS NACIONALIDADES DE ORIGEM

Região Açores	1º contingente	2º contingente	3º contingente	4º contingente
1990				
1994				
1998				
2001				

Fonte: SREA

Tradicionalmente, as principais origens da procura estrangeira dirigida aos Açores eram a Alemanha, o Reino Unido, a França e os Estados Unidos da América. Esta última origem ilustra, de algum modo, o que se costuma designar como turismo étnico, ou seja, relacionado com as comunidades emigrantes. O decréscimo relativo da procura oriunda dos EUA indicia que os Açores não têm querido ou podido promover esse segmento turístico que tem constituído uma aposta forte noutros destinos, sendo a Irlanda o exemplo mais emblemático.

QUADRO 82 - HÓSPEDES DO TURISMO EM ESPAÇO RURAL NOS AÇORES SEGUNDO A ORIGEM GEOGRÁFICA, 2001

Residência habitual	Número	Distribuição %
Portugal	3062	53,5
Estrangeiro	2660	46,5
Alemanha	662	11,6
Itália	388	6,8
Espanha	295	5,2
França	293	5,1
Reino Unido	239	4,2
Estados Unidos	177	3,1
Suiça	110	1,9
Estrangeiro - Outros	496	8,7
Total	5722	100,0

Fonte: SREA

A origem da procura que se dirige ao Turismo em Espaço Rural é mais diversificada e apresenta um padrão distinto. Salientam-se neste caso, em comparação com a procura dirigida à hotelaria tradicional, o desaparecimento do peso significativo do contingente sueco (consequência da sua ligação a uma formatação tradicional associada aos *tour-operators*) e o surgimento com peso assinalável dos turistas residentes na Itália e em Espanha.

O número de dormidas em todos os tipos de alojamentos¹²² no ano de 2001 foi de 864766, equivalendo a um crescimento de 37% face a 1999. A distribuição das dormidas por tipo de alojamento segue de muito próximo a que se tinha verificado no caso dos hóspedes: claro predomínio das dormidas na Hotelaria tradicional, 718095 dormidas, as quais equivalem a 83% do total.

QUADRO 83 – TOTAL DE DORMIDAS NOS AÇORES POR TIPO DE ALOJAMENTO EM 2001

	Nº	%
Hotelaria tradicional	718095	83,0
Turismo em Espaço Rural	17571	2,0
Colónias de férias e pousada de juventude	24916	2,9
Parques de campismo	45599	5,3
Casas de hóspedes	25088	2,9
Alojamentos particulares	33497	3,9
Total de hóspedes	864766	100,0

Fonte: SREA

No que se refere ao número de dormidas em alojamento hoteleiro¹²³ estas aumentaram consideravelmente na Região na última década, já que de 363716

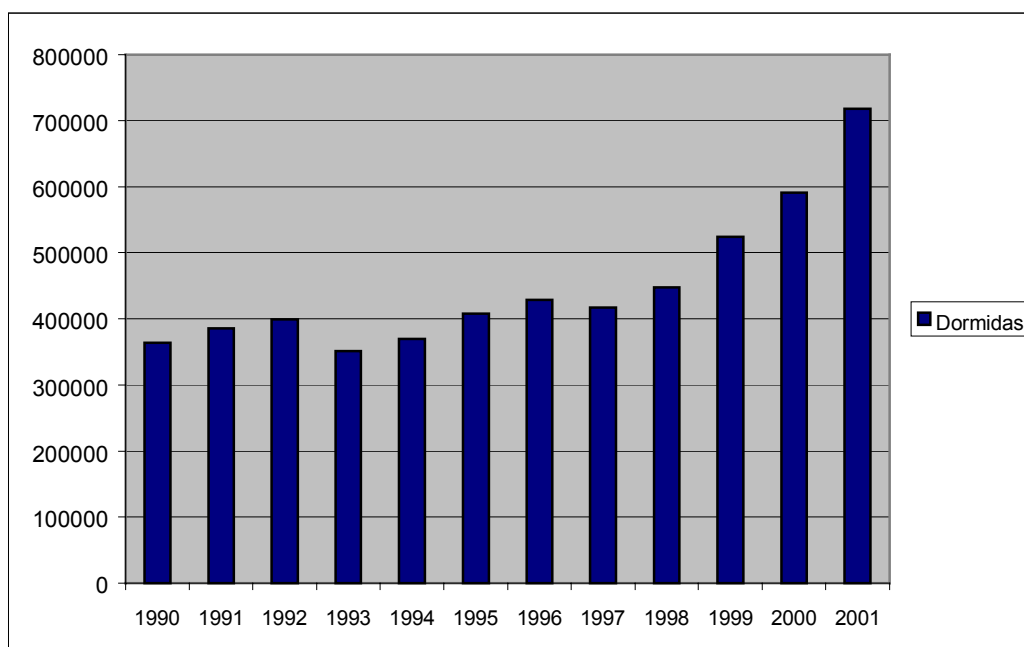
¹²² A análise do total das dormidas em todos os meios de alojamento apenas pode ser realizada a partir do ano de 1999, já que só a partir desse ano é que começaram a ser contabilizadas as dormidas em colónias de férias e pousadas de juventude, parques de campismo e alojamentos particulares. Em 1995 tinham começado a ser consideradas as dormidas nos apartamentos turísticos e turismo em espaço rural.

¹²³ A restrição apenas a unidades da hotelaria tradicional deve-se ao facto de os dados estatísticos disponíveis que permitem a análise da última década apenas se referirem a este tipo de alojamento.

dormidas em 1990 se passou para 718095 em 2001, o que corresponde a um crescimento de 97,4%

Contudo, o crescimento do número de dormidas não se processou de forma uniforme, (tendo acompanhado a evolução do número de hóspedes), sendo de referir os anos de 1999 (+79183) e de 2001 (+126791) como aqueles em que o número de dormidas cresceu de forma mais significativa. É igualmente de destacar, embora pela razão oposta (diminuição das dormidas) os anos de 1993 (-47718) e 1997 (- 11472).

FIGURA 86 - EVOLUÇÃO DO Nº DE DORMIDAS NA HOTELARIA TRADICIONAL, 1990-2001



Fonte: SREA

A totalidade dos hóspedes na hotelaria tradicional geraram, no ano de 2000, um pouco mais de 580,2 milhares de dormidas, cerca de 1,7% de todas as dormidas efectuadas, no mesmo período, em território nacional, facto que indicia, como veremos posteriormente, uma estadia média inferior ao conjunto nacional.

QUADRO 84 - DORMIDAS POR NUT II NA HOTELARIA TRADICIONAL, 2000

	Nº	%
Portugal	33795123	100
Continente	28253124	83,6
Norte	3012673	8,9
Centro	2000134	5,9
Lisboa e Vale do Tejo	7823695	23,2
Alentejo	845150	2,5
Algarve	14571472	43,1
R. A. Açores	580218	1,7
R. A. Madeira	4961781	14,7

Fonte: INE¹²⁴

Como se pode verificar, também neste particular a Região Açores, comparativamente às restantes, apresenta valores que a colocam em último lugar enquanto geradora de dormidas. É, no entanto, de assinalar que, ao efectuar uma leitura paralela hóspedes/dormidas geradas (Quadro 85), a "fatia" dos Açores, embora apresentando um decréscimo da ordem dos 0,25% (percentagem de hóspedes – percentagem de dormidas), não regista diferenças negativas tão expressivas como os casos das regiões Norte, Centro, LVT e Alentejo. Na verdade, todas as diferenças negativas de "shares" entre hóspedes e dormidas verificadas em quase todo o território nacional ficam a dever-se ao "quinhão" das dormidas detido pelas duas grandes e tradicionais regiões turísticas do País, o Algarve e a Madeira, facto que indicia, não só uma estadia média bastante superior às restantes regiões nacionais, mas também a posse de argumentos de ocupação/animação turística que, no fundo, estão na base desse fenómeno.

¹²⁴ e ¹²⁴ Foram utilizados os dados do INE de modo a ser possível comparar a Região Autónoma dos Açores com as outras regiões do País. OS números apontados pelo SREA eram de 579 061 dormidas.

QUADRO 85 - PERCENTAGENS HÓSPEDES E DORMIDAS POR NUT II NA HOTELARIA TRADICIONAL, 2000

	% Hóspedes	% Dormidas	%D-%H
Portugal	100,0	100,0	0,00
Continente	89,5	83,6	-5,95
Norte	16,7	8,9	-7,80
Centro	10,7	5,9	-4,78
Lisboa e Vale do Tejo	33,6	23,2	-10,41
Alentejo	5,0	2,5	-2,50
Algarve	23,6	43,1	19,53
R. A. Açores	2,0	1,7	-0,24
R. A. Madeira	8,5	14,7	6,19

Fonte: INE¹²⁵

A análise da relação entre o contingente nacional e estrangeiro efectuada através do conjunto de dormidas geradas proporciona-nos uma imagem ligeiramente diferente daquela que descrevemos anteriormente para o número de hóspedes. Efectivamente, a proporção entre a globalidade das dormidas nacionais e estrangeiras, embora continue a colocar os Açores no grupo das regiões em que as primeiras são superiores às segundas, revela não só um maior equilíbrio interno, mas também que existem outras – caso do Centro e do Alentejo – em que as dormidas nacionais detêm uma importância relativa superior às da Região.

QUADRO 86 - DORMIDAS POR NUT II NA HOTELARIA TRADICIONAL, 2000

	Total	Portugueses		Estrangeiros	
		Nº	%	Nº	%
Portugal	33795123	9670914	28,6	24124209	71,4
Continente	28253124	8634094	30,6	19619030	69,4
Norte	3012673	1860662	61,8	1152011	38,2
Centro	2000134	1416144	70,8	583990	29,2
Lisboa e Vale do Tejo	7823695	2403430	30,7	5420265	69,3
Alentejo	845150	602689	71,3	242461	28,7
Algarve	14571472	2351169	16,1	12220303	83,9
R. A. Açores	580218	376980	65,0	203238	35,0
R. A. Madeira	4961781	659840	13,3	4301941	86,7

Fonte: INE¹²⁶

Na base destas disparidades, mais uma vez, estarão as diferentes estadias médias, neste caso particular entre nacionais e estrangeiros, sendo, como se depreende, maiores as relativas aos segundos que as dos primeiros.

Em termos da distribuição por países de origem das dormidas originadas pelo contingente estrangeiro, pode afirmar-se que o peso relativo dos principais países mantém-se inalterável face ao registado para o número de hóspedes: Suécia, em primeiro lugar, seguindo-se-lhe a Alemanha e os Estados Unidos da América.

QUADRO 87 - DORMIDAS NOS AÇORES NA HOTELARIA TRADICIONAL SEGUNDO O PAÍS DE RESIDÊNCIA, 2001

Residência habitual	Número	Distribuição %
Portugal	394045	54,9
Estrangeiro	324050	45,1
Suécia	174086	53,7
Alemanha	33594	10,4
Estados Unidos	25904	8,0
Reino Unido	20639	6,4
França	14877	4,6
Espanha	9013	2,8
Estrangeiro - Outros	45937	14,2
Total	718095	100

Fonte: SREA

As dormidas no Turismo em Espaço Rural segundo o País de origem dos turistas estrangeiros acompanha, igualmente, de muito perto o padrão de distribuição verificado, nesta modalidade, para o número de hóspedes: acréscimo assinalável do peso dos turistas residentes na Itália e em Espanha e o desaparecimento do peso significativo do contingente sueco (quando comparado com a procura dirigida à hotelaria tradicional).

¹²⁶ Foram utilizados os dados do INE de modo a ser possível comparar a Região Autónoma dos Açores com as outras regiões do País. Os números apontados pelo SREA eram de 579 061 dormidas, das quais 377480 de portugueses (65,2% do total) e 201581 de estrangeiros (34,8% do total).

QUADRO 88 - DORMIDAS DO TURISMO EM ESPAÇO RURAL NOS AÇORES SEGUNDO A ORIGEM GEOGRÁFICA, 2001

Residência habitual	Número	Distribuição %
Portugal	9162	52,1
Estrangeiro	8409	47,9
Alemanha	1943	11,1
Itália	1162	6,6
Espanha	896	5,1
França	768	4,4
Reino Unido	812	4,6
Estados Unidos	651	3,7
Suiça	440	2,5
Estrangeiro - Outros	1737	9,9
Total	17571	100,0

Fonte: SREA

Relativamente à distribuição das dormidas por tipos de alojamento da hotelaria tradicional, verifica-se que, como em todo o País à excepção do Algarve, os hotéis são os meios de alojamento da hotelaria tradicional que suportam um maior número de dormidas (66,9% do total). Dentro das efectuadas neste meio de alojamento, são os hotéis de três e quatro estrelas que apresentam quantitativos relativamente mais elevados (respectivamente 52,2% e 42,3% de todas as dormidas ocorridas nos hotéis da Região).

Quando comparada com o que se verifica ao nível nacional, pode-se registar:

- uma ausência de dormidas geradas nas categorias extremas, cinco e uma estrelas;
- um importância comparativamente acentuada das dormidas originadas na categoria de três estrelas e um peso ligeiramente superior da categoria 4 estrelas;
- menor importância relativa dos hotéis de 2 estrelas enquanto geradores de dormidas.

Uma distribuição que, atendendo ao tipo de oferta existente na Região (ausência de hotéis de 5 estrelas), indicia uma utilização intensa das categorias de maior qualidade.

QUADRO 89 - DORMIDAS NA HOTELARIA TRADICIONAL POR TIPO DE ALOJAMENTO, EM PERCENTAGEM DO TOTAL, 2000

	Total	Hotéis	H - Ap	Apart tur	Aldeam.	Motéis	Pousad.	Estala.	Pensões
Portugal	33 795 123	49,6	16,8	14,8	5,8	0,7	1,2	1,6	9,6
Continente	28 253 124	49,3	13,3	17,1	7,0	0,8	1,3	1,2	10,0
Norte	3 012 673	63,0	2,1	0,4	0,2	2,6	3,7	3,2	24,8
Centro	2 000 134	64,9	4,7	2,1	0,0	1,6	2,4	2,9	21,4
Lisboa e Vale do Tejo	7 823 695	77,2	6,9	0,1	0,2	0,3	0,6	1,0	13,6
Alentejo	845 150	37,6	17,8	3,6	0,0	0,0	16,6	1,1	23,2
Algarve	14 571 472	29,9	19,9	32,6	13,4	0,6	0,2	0,7	2,7
R. A. Açores	580 218	66,9	10,0	0,4	0,0	0,0	0,0	3,0	19,8
R. A. Madeira	4 961 781	49,4	37,6	3,1	0,0	0,0	0,3	3,4	6,2

Fonte: INE ¹²⁷

Relativamente às restantes modalidades de alojamento na hotelaria tradicional, merece especial destaque a quantidade de dormidas geradas nas pensões (19,8% do total na Região, contra 9,6% ao nível nacional), muito em especial nas de 2ª Categoria. Este facto, poderá estar relacionado não só com a estrutura do alojamento disponível em cada ilha, mas também com a existência de segmentos da procura que, deslocando-se aos Açores por motivos de (pequenos) negócios, preferem alojar-se em meios de alojamento menos dispendiosos.

Como já foi de algum modo insinuado, a estadia média dos turistas nos Açores é relativamente pequena (2,52 dias em 2000). A diferença face ao valor do conjunto nacional (3,28 para o mesmo ano) deve-se, sobretudo, aos turistas residentes no estrangeiro, os quais, apesar de registarem estadias médias superiores às do contingente nacional, originam estadias relativamente curtas nos Açores (3,53 dias, em 2000), significativamente inferiores às registadas no todo nacional¹²⁸ (4,21 dias).

Tendo em atenção a configuração e diversidade do território do Arquipélago, o que

¹²⁷ A utilização dos dados do SREA não é possível neste caso, já que os critérios de recolha utilizados apenas permitem conhecer os dados referentes ao total da hotelaria não existindo discriminação dos vários tipos de alojamento que a compõem.

¹²⁸ Este número, como já referiu anteriormente, esconde uma estrutura regional com bastantes disparidade internas, evidenciando-se pela positiva a Região do Algarve e da Madeira, as quais, conjuntamente, contribuem largamente para aumentar a media nacional.

atrás se enunciou relativamente aos turistas estrangeiros não deixa de ser surpreendente, indiciando, por um lado, que a Região ainda não conseguiu capitalizar cabalmente o facto de ser constituída por nove ilhas, cada uma delas constituindo um micro-cosmos susceptível de proporcionar experiências turísticas distintas mas complementares na percepção da realidade açoriana e, por outro lado, que o arquipélago ainda não se conseguiu impor como um destino susceptível de oferecer modalidades turísticas (turismo de repouso, turismo de saúde, turismo desportivo, ...) que suportem estadias mais prolongadas.

Ao contrário, a procura nacional permanece nos Açores por períodos mais extensos do que os registados no conjunto do País, o que deve decorrer essencialmente devido ao esforço inerente à deslocação e/ou à maior familiaridade com a realidade do arquipélago à partida existente.

QUADRO 90 - ESTADIA MÉDIA NA HOTELARIA TRADICIONAL SEGUNDO A ORIGEM GEOGRÁFICA DOS HÓSPEDES (RESIDÊNCIA HABITUAL)

Residência habitual	AÇORES				PORTUGAL 2000
	1985	1990	1995	2000	
Portugal	2,87	2,68	2,45	2,61	2,11
Estrangeiro - Total	3,49	3,41	2,92	3,53	4,21
Total	3,05	2,88	2,56	2,52	3,28

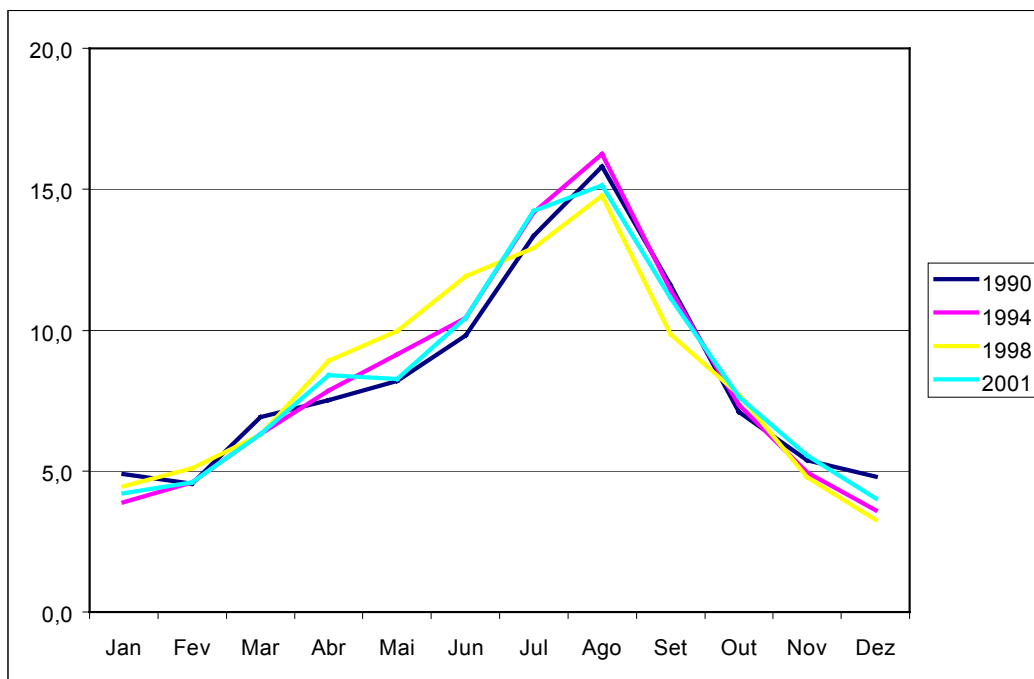
Fonte: INE ¹²⁹

A sazonalidade do turismo nos Açores, avaliada pela distribuição mensal dos hóspedes de alojamentos turísticos, é bastante vincada.

¹²⁹ Foram utilizados os dados do INE de modo a ser possível comparar a Região Autónoma dos Açores com as outras regiões do País. Os números apontados pelo SREA eram os seguintes:

	1990	1995	2000
Portugal	2,66	2,45	2,61
Estrangeiro - Total	3,38	2,92	3,55
Total	2,86	2,56	2,87

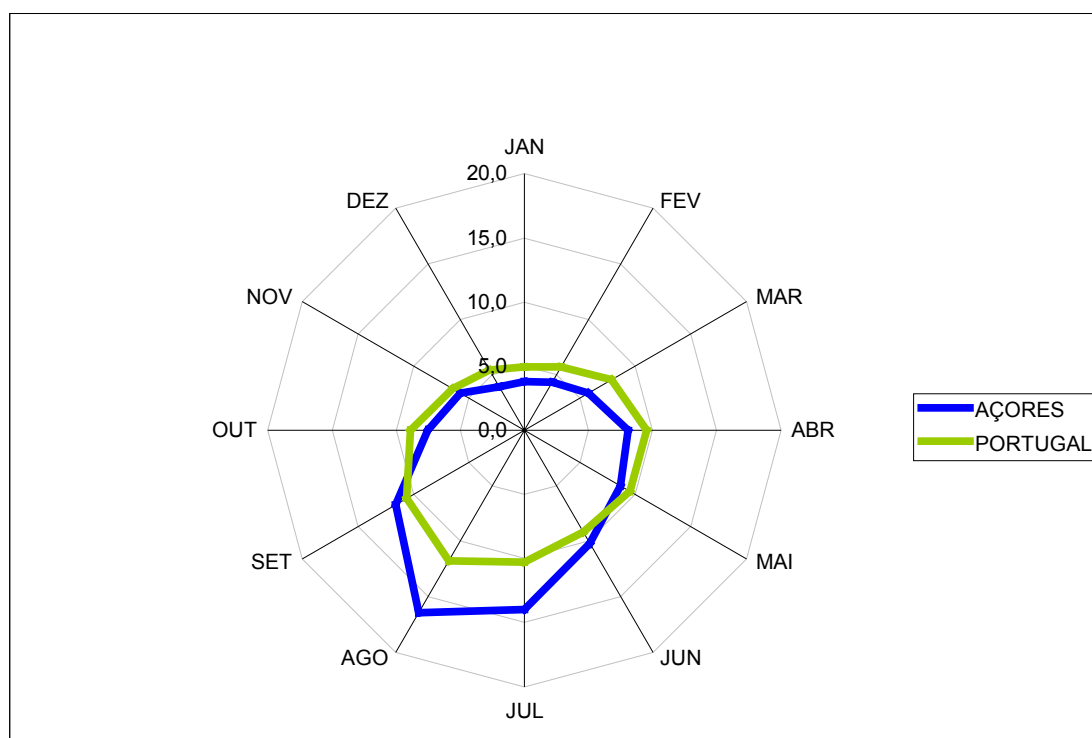
FIGURA 87 - DISTRIBUIÇÃO DOS HÓSPEDES, DA HOTELARIA TRADICIONAL POR MESES DO ANO – AÇORES, 1990-2001



FONTE: SREA

Em 2001, 52% da procura concentrou-se entre Junho e Setembro, padrão que não difere substancialmente do registado em anos anteriores, desde 1990. Isto mostra que os esforços para redistribuir a procura ao longo do ano não têm tido resultados muito significativos. Assim sendo, a criação de novos produtos turísticos menos susceptíveis aos factores que normalmente estão na base da sazonalidade turística (p. e. turismo de convenções, turismo de incentivos, turismo científico, ...) e a captação de segmentos de mercado menos condicionados pelos ritmos laborais ou escolares tornam-se factores fundamentais (p. e. reformados, núcleos familiares sem filhos ou núcleos familiares cujos filhos já saíram de casa, os "empty-nesters").

FIGURA 88 - - DISTRIBUIÇÃO DOS HÓSPEDES NA HOTELARIA TRADICIONAL POR MESES DO ANO, AÇORES E PORTUGAL, 2000 (TOTAL DE HÓSPEDES)



Fonte: INE¹³⁰

Apesar de não se constituir numa oferta de “sol e praia”, os Açores, tal como os diversos domínios insulares elegidos como referências, apresentam uma forte sazonalidade que, para além dos factores gerais associados ao fenómeno, também se relaciona com o próprio clima, o qual, não só limita as actividades turísticas durante os meses mais chuvosos, como, talvez mais importante do que isso, detém uma imagem quiçá mais negativa do que a realidade levaria a supor (um efeito, porventura, decorrente de os Açores serem mundialmente conhecidos pelo anticiclone seu homónimo).

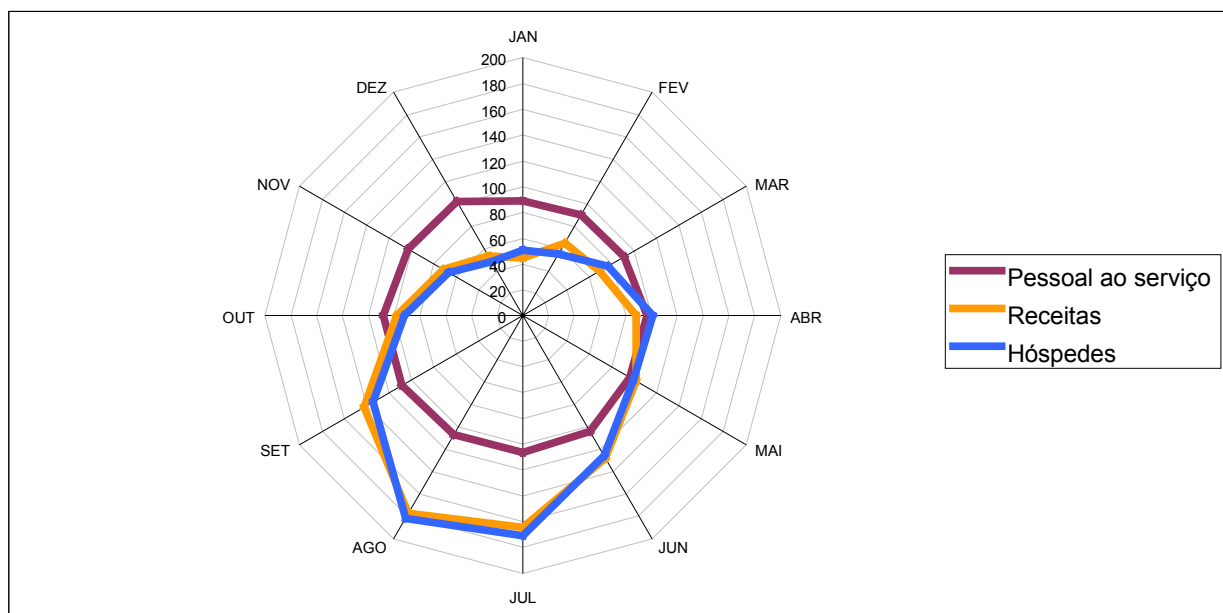
Quando comparada com a que se verifica para o conjunto nacional, observa-se que a sazonalidade verificada na hotelaria do arquipélago apresenta valores mais preocupantes, relacionados, porventura, com a já referida imagem negativa do clima dos Açores e com a dificuldade de penetrar seriamente no mercado das férias de curta

¹³⁰ Foram utilizados os dados do INE de modo a ser possível comparar a Região Autónoma dos Açores com o total do País.

duração "short-breaks", devido ao efeito de distância e à descontinuidade espacial face aos principais mercados emissores.

O problema da sazonalidade que se regista nos Açores é tanto mais preocupante quanto é notório que não é acompanhado por uma dinâmica semelhante ao nível do emprego. Esta última constatação, se, por um lado, encerra uma dimensão social positiva que não é possível ignorar, por outro reflecte uma rigidez das empresas da hotelaria que, no mínimo, se reflectirá nos seus níveis de rentabilidade e competitividade.

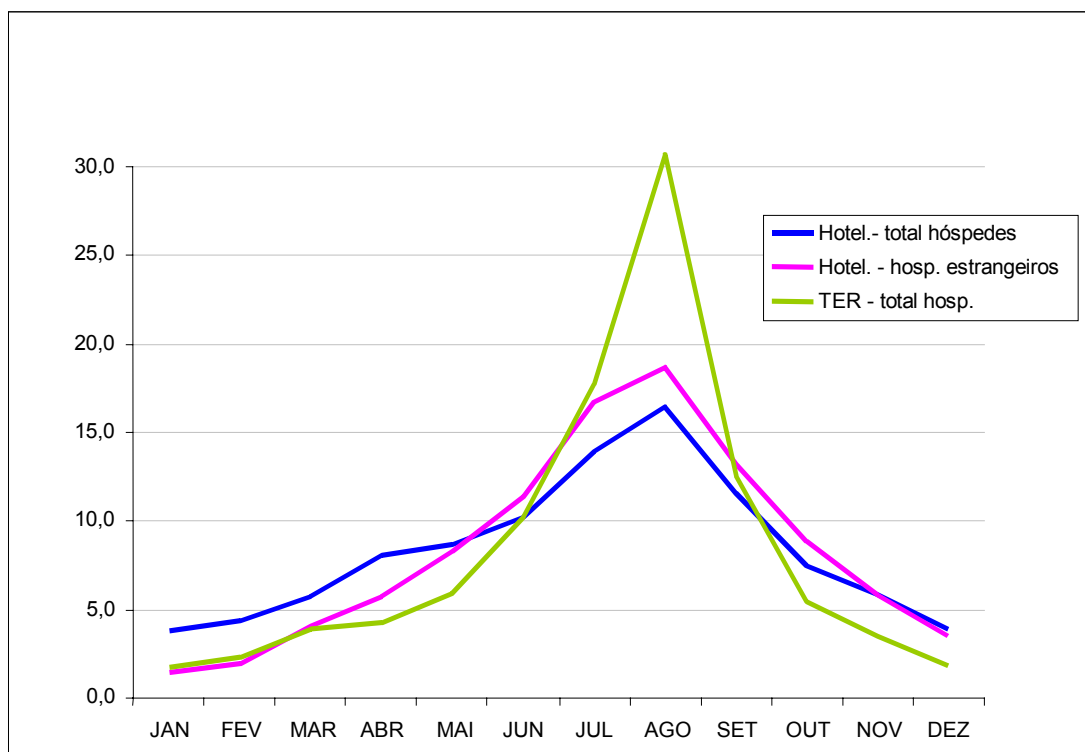
FIGURA 89 - SAZONALIDADE DA PROCURA, DAS RECEITAS E DO EMPREGO, HOTELARIA TRADICIONAL AÇORES, 2001 (MÉDIA MENSAL = 100)



Fonte: SREA

Ao contrário do que seria de supor à partida, o movimento de hóspedes de hotelaria residentes no estrangeiro regista uma sazonalidade ainda maior do que a dos turistas nacionais, facto que, entre outros factores, poderá ser explicado à luz de uma relação entre os Açores e o restante território nacional que excede largamente o âmbito do lazer e que, como tal, se reflecte num ritmo anual de chegada de hóspedes menos concentrado nos meses estivais.

FIGURA 90 - DISTRIBUIÇÃO DOS HÓSPEDES NA HOTELARIA TRADICIONAL E TURISMO EM ESPAÇO RURAL, POR MESES DO ANO, AÇORES, 2001



Fontes: SREA

Mas, a concentração mais marcada surge no Turismo em Espaço Rural – em 2001, 71,1% da procura dirigida ao TER registou-se entre Junho e Setembro - facto que, para além de expressar uma vocação deste tipo de oferta turística sobretudo para um contexto de férias estivais, poderá estar ainda relacionado com uma quebra da oferta na época baixa decorrente do encerramento de algumas unidades.

À semelhança do que se passa com a oferta, a procura apresenta um padrão geográfico bastante desequilibrado, concentrando-se significativamente na ilha de S. Miguel e, secundariamente, na Terceira e Faial, precisamente as ilhas que aliam uma oferta de alojamento mais densa com a existência de aeroportos internacionais. Por outro lado, é ainda de referir que é nas Flores e em São Miguel que se registam as estadias mais prolongadas.

QUADRO 91 - PROCURA POR ILHAS, HÓSPEDES

	Hóspedes em todos os meios de alojamento, 2001			Taxa de crescimento de hóspedes na hotelaria, 1990-2001
	Número	Distribuição %	Estadia média	
SANTA MARIA	4649	1,7	2,41	3,1
SÃO MIGUEL	144012	52,1	3,62	139,3
TERCEIRA	51001	18,5	2,20	79,2
GRACIOSA	4454	1,6	2,51	106,1
SÃO JORGE	9442	3,4	2,81	126,2
PICO	19732	7,1	2,69	112,2
FAIAL	38202	13,8	2,92	123,5
FLORES	4396	1,6	4,03	228,3
CORVO	290	0,1	2,11	---
TOTAL	276178	100,0	3,13	117,1

Fonte: SREA

A evolução do fluxo turístico medida através dos hóspedes é igualmente muito diversificada. As Flores contabilizam o maior aumento (+228,3% entre 1990 e 2001) e Santa Maria regista uma situação de estagnação. Todas as outras ilhas revelam acréscimos consideráveis.

No que respeita ao número total de dormidas geradas em cada uma das ilhas do arquipélago, podemos verificar que, para o ano de 2001, mais uma vez se destacam as Ilhas de São Miguel, Terceira e Faial, embora com quantitativos percentuais que denunciam diferentes estadias médias: São Miguel concentra mais de 60% das dormidas (contra somente cerca de 52% dos hóspedes), a Terceira regista cerca de 12,9% das dormidas (18,5% dos hóspedes) e o Faial gera quase 13% (perto dos 13,8% de hóspedes).

Pela expressividade das diferenças percentuais registadas entre os hóspedes e as dormidas, são de sublinhar os casos de São Miguel, ligado, certamente, entre outros factores, à dimensão da Ilha e à quantidade de atracções de que dispõe, e o caso da Terceira, cuja fraca capacidade de retenção dos hóspedes se ficará a dever, porventura, a uma deficiente articulação entre o seu elemento de maior visibilidade e atractividade, a cidade património mundial de Angra do Heroísmo, e os restantes

recursos de que dispõe no resto do seu território.

QUADRO 92 - PROCURA POR ILHAS, DORMIDAS

	HOTELARIA TRADICIONAL					TODAS AS FORMAS DE ALOJAMENTO	
	1990	% do total	2001	% do total	T. cresc. 1990/2001	2001	% do total
TOTAL	359290	100,0	718095	100,0	99,9	864766	100,0
SANTA MARIA	11203	3,1	9841	1,4	-12,2	11209	1,3
SÃO MIGUEL	191724	53,4	471635	65,7	146,0	520990	60,2
TERCEIRA	64409	17,9	88628	12,3	37,6	111962	12,9
GRACIOSA	5824	1,6	10576	1,5	81,6	11171	1,3
SÃO JORGE	11992	3,3	15633	2,2	30,4	26567	3,1
PICO	27345	7,6	35125	4,9	28,5	53063	6,1
FAIAL	41544	11,6	76206	10,6	83,4	111468	12,9
FLORES	5249	1,5	10451	1,5	99,1	17725	2,0
CORVO	x	x	x	x	x	611	0,1

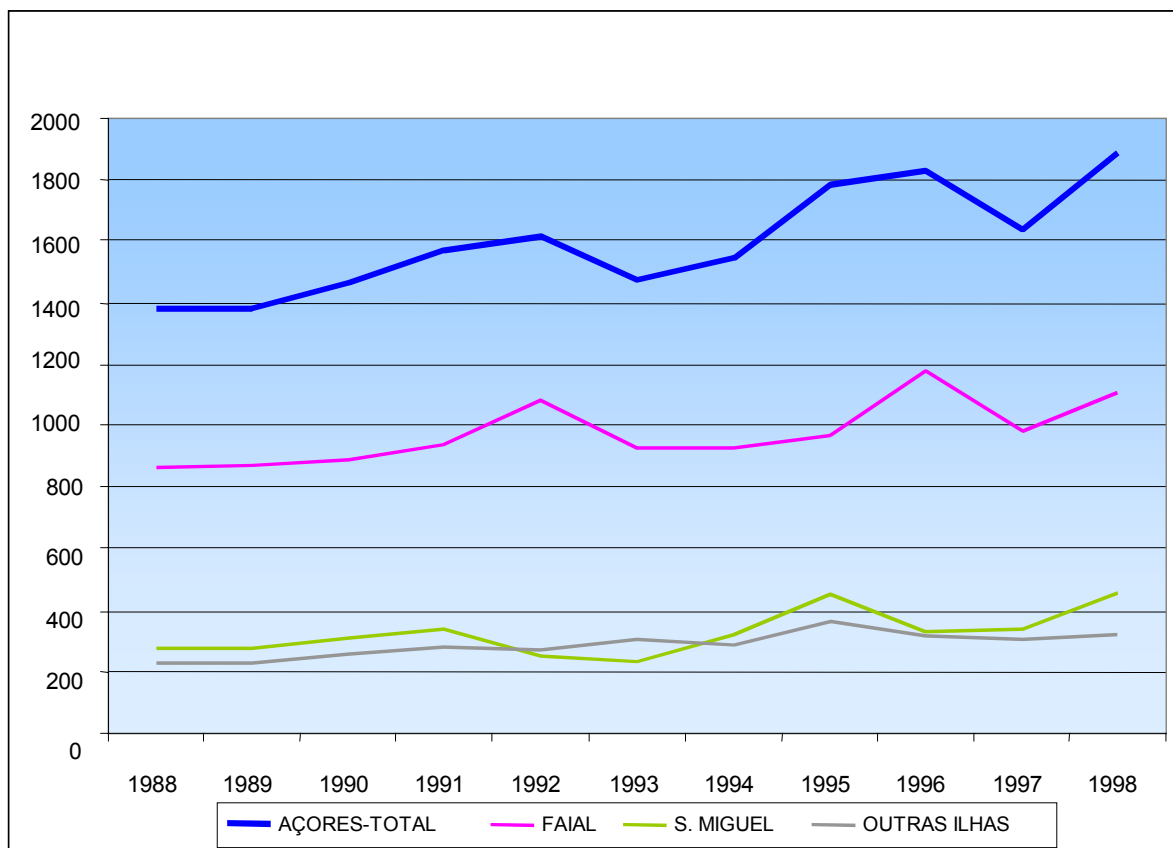
Fonte: SREA

No que respeita à evolução do quantitativo das dormidas por ilha a evolução mais favorável, 1990/2001, tal como se tinha registado para o crescimento do número de hóspedes, foi registada na Ilha das Flores, porventura devido às alterações provocadas pelo encerramento do centro de rastreio de satélites e a sua posterior reconversão ao abrigo do PIC REGIS II. Com crescimentos acima da média do arquipélago, são ainda de assinalar os registados em Santa Maria, São Miguel, Graciosa e Faial. Pela negativa, é de referir o caso do Pico, que registou um ligeiro decréscimo do seu "share".

Para finalizar esta caracterização estatística, interessa deixar uma nota sobre um tipo de procura pouco comum, que não é registada através do alojamento turístico porque normalmente não o utiliza, mas que constitui, cada vez mais, um segmento importante do mercado turístico dos Açores – as embarcações de recreio.

Embora com algumas irregularidades, no período 1988-1998 desenha-se uma tendência de crescimento da procura dos Açores por parte das embarcações de recreio.

FIGURA 91 - EMBARCAÇÕES DE RECREIO ENTRADAS NOS PORTOS AÇORIANOS, 1988-1998



Fonte: SREA

O Faial é destacadamente a ilha mais procurada, seguindo-se S. Miguel a uma distância considerável. Das restantes ilhas, as Flores assumem uma importância considerável (129 embarcações em 1998), tendo registado uma progressão significativa nos anos 90.

D.2. ANÁLISE INTENSIVA DA OFERTA: RECURSOS DE SUPORTE AO SISTEMA TURÍSTICO REGIONAL

D.2.1. CARACTERIZAÇÃO GENÉRICA DAS EMPRESAS QUE ASSEGURAM A OFERTA

Este ponto refere-se à apresentação da metodologia e dos resultados obtidos com o processo de inquirição às empresas que asseguram a oferta, cobrindo as principais áreas - alojamento, restauração, agências de viagem, animação e transportes.

Neste sentido, a inquirição foi realizada após um levantamento da oferta disponível em todo o arquipélago, em que foram enviados **421** inquéritos, distribuídos pelos vários sectores de actividade, dos quais foram recebidos 132, correspondendo a uma taxa de resposta de **31,4%** considerada aceitável neste tipo de metodologia.

QUADRO 93 - BALANÇO DO PROCESSO DE INQUIRIÇÃO

Sector	Enviados	Recebidos	Tx. Resp. (%)
Alojamento	111	60	54,1
Transportes	42	17	40,5
Agências de Viagem	22	11	50,0
Empresas Animação	46	12	26,1
Restauração	200	32	16,0
Total	421	132	31,4

De salientar que o processo de inquirição foi precedido por um período de contactos telefónicos, a cada uma das entidades que oferece serviços e/ou produtos no âmbito dos 5 sectores identificados no Quadro 93, com o intuito de sensibilizar os empresários a colaborarem no Estudo, e da totalidade desses contactos obteve-se uma resposta afirmativa de intenção em participar por parte de 421. Contudo, desses, só 132,

efectivamente, enviaram o questionário devidamente preenchido.

Evidentemente que as respostas acompanham a quantidade de oferta disponível e, por isso, as ilhas com maior fluxo turístico e que oferecem maior quantidade de serviços são as que apresentam maiores taxas de resposta – caso da Terceira, S. Miguel e do Faial.

Nos casos específicos do sector do alojamento e da restauração foram alvo de inquirição todas as tipologias existentes e em todas elas houve respostas, estando por isso presentes no total de respostas obtidas e aqui analisadas, como se verifica no Quadro 94.

QUADRO 94 - DISTRIBUIÇÃO DO ALOJAMENTO E DA RESTAURAÇÃO POR TIPOLOGIA

Tipologia	Total	
	<i>N</i>	<i>%</i>
Hotel	11	12,2
Hotel de Apartamentos	5	5,6
Pousada/Pousada de Juventude	2	2,2
Albergaria/Pensão/Residencial/Estalagem	29	32,2
Termas	2	2,2
TER (Turismo rural/habitação)	11	12,2
Restaurante	25	27,8
Pastelaria/Snack-bar/bar	7	5,6
Total	92	100,0

Fonte: Inquérito às empresas que asseguram a oferta turística, Iese/Geoideia/Plural, 2002.

A década de 90 representa no Arquipélago um período de grande evolução económica, pois traduziu-se na constituição de um número significativo de empresas que desenvolvem actividades no âmbito dos sectores económicos analisados. Da totalidade das empresas analisadas, 59 iniciaram a sua actividade após 1991 e 51 entre 1930 e 1990. Ou seja, esta análise contempla um conjunto diversificado de empresas, inclusive no que toca à antiguidade.

A estrutura destas empresas é constituída, maioritariamente, por capital nacional privado, designadamente no sector da restauração e dos transportes as empresas são 100% de capital nacional privado. Nos outros sectores analisados detectaram-se 4

casos (agências de viagens 1 caso, o alojamento 1 caso e empresas de animação 2 casos) em que existe presença de capital estrangeiro, o que pode significar alguma falta de experiência das empresas neste aspecto.

As relações de cooperação, que podem ir além fronteiras, estabelecidas por estas entidades com outras do seu sector e de outros sectores da oferta, é uma das explicações possíveis de apontar para esta manifestação dos casos com capital social estrangeiro.

As empresas podem ainda ser caracterizadas pelo volume de negócios, e neste aspecto mais de metade das empresas inquiridas (60%) movimentam anualmente montantes não superiores a 250.000 Euros¹³¹. Com valores mais elevados detectaram-se alguns casos, principalmente preconizados por empresas do sector do alojamento, dos transportes e em determinados casos de agências de viagem.

Tendo em atenção o contexto geográfico específico em que as empresas estão inseridas e em função dos fluxos de turistas ao longo dos diferentes períodos do ano, algumas entidades optam por oferecer os seus serviços/produtos de forma sazonal. Esta postura é assumida, essencialmente, no sector da animação, em que as empresas estão em funcionamento apenas no período do Verão e/ou em épocas festivas como a Páscoa. No entanto, a maioria dos estabelecimentos inquiridos (106) funciona durante todo o ano, apesar da procura não ser regular e apresentar-se sob a forma de fluxos mais ou menos fortes consoante as épocas do ano, como os dados oficiais comprovam.

D.2.1.1. Caracterização da estrutura de recursos humanos

A estrutura de pessoal permanente ao serviço nas empresas analisadas caracteriza-se pelo número de mulheres inseridas nestes sectores, à excepção das empresas de transporte e das empresas de animação, são as mulheres os recursos humanos mais recrutados.

De salientar, também, que a maioria destas empresas enquadra nos seus quadros de

¹³¹ 50 mil contos

peçoal uma média de 5 trabalhadores, pois a grande maioria delas refere ter ao serviço um número de trabalhadores entre 0 e 10. E um número significativo de empresas apresenta-se mesmo sem qualquer trabalhador para além do próprio proprietário.

Estes dados, em conjunto com os analisados no ponto anterior, designadamente, em relação ao volume de negócios, podem evidenciar que se está perante um conjunto significativo de pequenas e mesmo micro empresas (de carácter familiar e por isso sem empregados remunerados) que congregam grande parte da oferta indispensável para o suporte do sector do turismo.

Pode, também, referir-se que as empresas de alojamento são as que apresentam uma estrutura organizacional mais densa, pois é neste sector que se encontram empresas de maiores dimensões, com 15, 20, 25 e até 50 trabalhadores.

Em 2000¹³² foram contabilizados oficialmente um total de 1086 trabalhadores ao serviço no sector do alojamento, e as 60 empresas deste sector presentes na amostra representam um total de 777 trabalhadores. O que revela uma forte abrangência da amostra do total de pessoal ao serviço em estabelecimentos de alojamento contabilizados oficialmente em 2000, tendo em consideração a diferença temporal que separa este levantamento.

Os sectores aqui analisados são caracterizados por prestarem uma actividade de tipo sazonal e/ou com uma maior ou menor intensidade dessa actividade ao longo do ano. Por isso, também é característico destas empresas o facto de enquadrarem no seu seio um conjunto de mão-de-obra com carácter sazonal. Nestes casos o sector do alojamento e da restauração são os que mais recrutam pessoas por um período limitado de tempo e, mais uma vez, são as mulheres que mais se inserem neste tipo recrutamento.

Apesar de as empresas de alojamento e as de restauração assumirem a maior parte dos recrutamentos sazonais, os restantes sectores também o fazem e sempre com as mulheres em número superior ao dos homens, à excepção do sector da animação e dos transportes em que os homens, tanto no quadro permanente como sazonal superam as mulheres.

¹³² DGT, O Turismo em 2000, p.116.

No que diz respeito à escolaridade, a estrutura de recursos humanos destas empresas é diversificada, mas apresenta uma concentração de valores no 4º e no 6º ano de escolaridade, principalmente entre os homens. Ao nível do 9º ano e do 12º ano de escolaridade há uma tendência positiva favorável ao sexo feminino.

Nos níveis superiores, mesmo nos casos dos superiores incompletos, os valores em ambos os sexos são semelhantes, mas com uma pequena vantagem para as mulheres, como se constata com a leitura do quadro seguinte.

QUADRO 95 - DISTRIBUIÇÃO DO PESSOAL AO SERVIÇO POR GRAUS DE ESCOLARIDADE SEGUNDO O SEXO E SECTOR DE ACTIVIDADE (NÚMEROS ABSOLUTOS)

Sectores/ Sexo/ Escolaridade	Agências		Alojamento		Animação		Restauração		Transportes		Total	
	<i>H</i>	<i>M</i>	<i>H</i>	<i>M</i>	<i>H</i>	<i>M</i>	<i>H</i>	<i>M</i>	<i>H</i>	<i>M</i>	<i>H</i>	<i>M</i>
Sem grau	-	-	12	7	3	-	-	-	1	-	16	7
4º ano	3	-	90	145	40	4	9	23	187	4	329	176
6º ano	-	2	61	119	8	1	42	49	67	5	178	176
9º ano	3	11	58	107	28	17	29	27	18	10	136	172
12º ano	13	28	21	57	25	5	8	9	14	9	81	108
Superior Incompleto	3	-	3	2	1	1	1	2	2	1	10	6
Técnico	3	11	7	9	1	-	4	3	2	2	17	25
Licenciatura	3	3	9	8	5	7		1	2	1	19	20
Total	28	55	261	454	111	35	93	114	293	32	786	690

Fonte: Inquérito às empresas que asseguram a oferta turística, Iese/Geoideia/Plural, 2002.

As diferenças entre os vários sectores analisados centram-se na concentração de recursos humanos com menos da escolaridade mínima obrigatória nas empresas de alojamento, de restauração e dos transportes, comparativamente às empresas de animação e às agências de viagem em que o nível de escolaridade é superior.

Esta tendência é reforçada pela análise da estrutura etária, uma vez que tanto as agências de viagem como as empresas de animação apresentam uma estrutura etária mais jovem do que os outros sectores, contudo importa referir que nos 5 sectores aqui analisados há um peso significativo de pessoal até aos 35 anos. Pode-se referir que é nos transportes que se verifica o maior número de pessoas entre os 56 e os 65 anos e com o 4º ano de escolaridade.

QUADRO 96 - DISTRIBUIÇÃO DO PESSOAL AO SERVIÇO POR ESCALÕES ETÁRIOS SEGUNDO O SECTOR DE ACTIVIDADE (NÚMEROS ABSOLUTOS)

Sectores/ Idade Idades	Agências	Alojamento	Animação	Restauração	Transportes	Total
Até 18 anos	2	11	3	5	1	22
19 a 25 anos	22	175	39	72	37	345
26 a 35 anos	42	262	43	69	32	499
36 a 45 anos	12	162	25	43	103	345
46 a 55 anos	1	84	25	19	75	204
56 a 65 anos	3	31	9	3	39	85
66 e mais anos	-	7	1	-	1	9
Total	82	732	145	211	339	1509

Fonte: Inquérito às empresas que asseguram a oferta turística, Iese/Geoideia/Plural, 2002.

A posição das empresas no que toca à empregabilidade de pessoal com formação específica na área dos serviços que oferecem é uma questão importante na caracterização do tipo de estrutura de recursos humanos, relativamente a qualificações e competências específicas, que estas empresas mantêm. Assim, o processo de inquirição apresenta um resultado em que 64 das empresas inquiridas refere ter nos seus quadros de pessoal titulares de cursos de formação específica da área em que intervêm, enquanto as restantes 68 não fazem esta referência. No entanto apesar de quase 50% das entidades mencionarem possuir pessoal com qualificação específica na área que desenvolvem a sua actividade, quando referem o número efectivo de pessoas com este tipo de qualificação, apenas identificam 14% da totalidade de trabalhadores ao serviço nos vários sectores abordados.

No que concerne ao tipo de formação específica, as empresas apontam maioritariamente os cursos relacionados com mesa e bar, cozinha, recepção e ainda fazem algumas referências ao domínio de línguas estrangeiras e aos cursos de empregadas de quartos e andares. Esta identificação permite determinar a existência de uma certa sensibilização dos empresários para estas áreas e mesmo identificar a consciencialização crescente da necessidade de adquirir um maior número de trabalhadores com estas características, uma vez que quando enumeram os perfis profissionais considerados como fundamentais presentemente na sua actividade, são novamente as áreas de mesa e bar, cozinha, recepção/atendimento, andares e quartos

as mais mencionadas.

A realidade desta necessidade, em possuir um maior número de profissionais nestas áreas, é também firmada por estas continuarem a ser as mais enumeradas enquanto indispensáveis nos próximos 5 anos, sendo ainda consideradas como as que actualmente representam maiores dificuldades de contratação. Esta análise permite deduzir que a qualificação específica nestas áreas é ainda diminuta, mas que começa a notar-se por parte dos empresários o interesse em recrutar pessoal qualificado, no entanto enfrentam dificuldades quando estes profissionais não existem no mercado.

Ainda dentro da temática da caracterização dos quadros de pessoal das empresas que asseguram a oferta turística do Arquipélago dos Açores, é relevante perceber de que forma estas executam o recrutamento de pessoal. Neste âmbito os contactos de carácter informal, baseados em conhecimentos de amigos ou conhecidos, são referidos como o instrumento de recrutamento mais utilizado. O anúncio é o segundo método mais utilizado pelas empresas inquiridas e os pedidos ao Centro de Emprego são, em terceiro lugar, o método utilizado numa análise de preferências.

A recorrência a Escolas de Formação para apresentação de propostas de recrutamento não é um método muito utilizado pelas empresas inquiridas, o que, de algum modo, pode explicar os valores analisados anteriormente no que toca à empregabilidade de pessoas com qualificação adequada à área em que estão inseridas.

D.2.2. MEDIDAS DE REGULAMENTAÇÃO DOS SERVIÇOS E A PROBLEMÁTICA DA QUALIDADE

No que concerne às medidas implementadas pelas empresas em relação ao consumo de águas, concretamente no sector do alojamento e da restauração, percebe-se que as empresas inquiridas, no âmbito desta temática, manifestam maior preocupação para com a poupança da água.

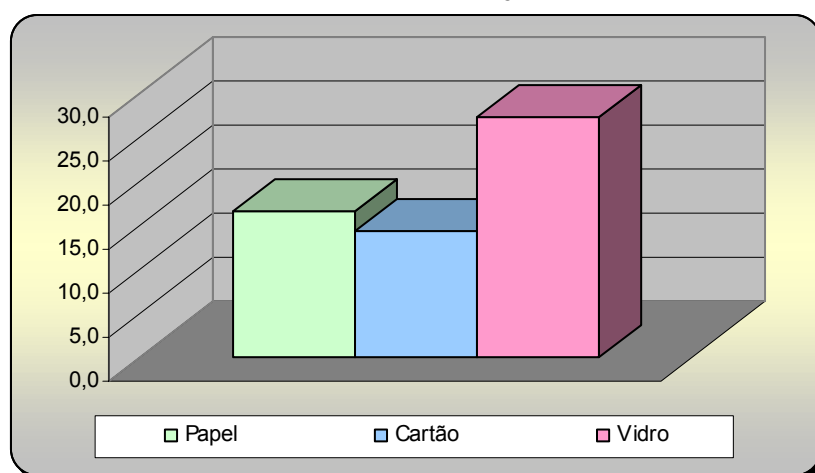
O controlo da qualidade na utilização da água também já é tido em atenção para algumas das empresas inquiridas, mas quando se faz referência ao aproveitamento de águas pluviais e ao tratamento de águas usadas as respostas são muito diminutas, o que só por si revela a falta de execução destas medidas. A reutilização de águas é uma

das medidas possíveis de aplicar e que não reuniu qualquer resposta afirmativa por parte das entidades inquiridas.

Em relação à questão da separação de resíduos notam-se já algumas tentativas de implementação de medidas que assegurem este processo, principalmente no sector do alojamento, da restauração e também uma tendência positiva no caso das empresas de animação, mas que na totalidade tratam-se de medidas concretizadas por 37,1 % das empresas inquiridas.

Deste processo de separação de resíduos, o vidro e o papel são os materiais com os quais as empresas mais se preocupam em separar. E o cartão já começa também a ser alvo de preocupação por parte das empresas na sua definição de medidas para a separação de resíduos.

FIGURA 92 - TIPO DE SEPARAÇÃO DE RESÍDUOS



Fonte: Inquérito às empresas que asseguram a oferta turística, Iese/Geoideia/Plural, 2002.

Relativamente às normas internas de qualidade propriamente ditas, verifica-se que são as empresas de alojamento e de restauração que mais referem possuir regras internas escritas, nomeadamente nas áreas da limpeza, da própria restauração, da área da manutenção e do aprovisionamento e armazenagem. No sector do alojamento e das agências de viagem a recepção é também uma das áreas em as empresas manifestam a implementação destas normas.

As empresas de animação manifestam algumas tentativas de implementação de normas internas de qualidade nos serviços de animação (5 das 12 empresas inquiridas)

e ainda no sector do alojamento começa a existir esta preocupação na organização de eventos especiais (9 entidades das 60 inquiridas neste sector).

No entanto, convém referir que esta questão pode levantar algumas dúvidas, uma vez que muitas empresas interpretam estas normas de regulamentação referentes à qualidade como as normas de conduta ou de boas práticas que fazem parte do seu regulamento/manual interno de funcionamento.

Ainda no âmbito da implementação de regras específicas, e no que diz respeito a instalações e/ou adaptações específicas para deficientes, apenas uma minoria de empresas possui este tipo de equipamento, apenas 20 das 132 empresas inquiridas, sendo esta preocupação mais evidente no sector do alojamento (12 entidades).

D.2.3. ESTRATÉGIAS DE DIVULGAÇÃO

A divulgação dos serviços e/ou produtos é um procedimento importante na gestão/gerência das entidades, pois possibilita a promoção da própria imagem da entidade, favorecendo a angariação de novos clientes. No caso das entidades inquiridas, a lista telefónica e a imprensa escrita são as duas formas de publicidade mais utilizados.

No sector do alojamento as agências de viagem assumem um papel importante no processo de divulgação e promoção destas entidades, e, por motivos óbvios, as agências são o principal veículo de promoção utilizado no âmbito do seu sector específico, em conjunto com a lista telefónica e a imprensa escrita, quer ao nível regional/local quer ao nível nacional.

De salientar, também, o papel das agências de viagens, enquanto promotoras dos transportes, uma vez que também neste sector este mecanismo assume alguma importância.

Os cartazes e a rádio representam outro tipo de instrumentos adoptados pelas entidades, mas com um peso inferior aos referidos anteriormente, como se observa na leitura do quadro seguinte:

QUADRO 97 - - FORMAS DE PUBLICIDADE UTILIZADAS (NÚMEROS ABSOLUTOS)

	Agências de Viagem	Alojamento	Animação	Restauração	Transportes	Total
Lista telefónica	6	35	6	22	12	81
Cartazes	3	12	5	11	4	35
Imprensa	7	23	3	16	10	59
Rádio	7	10	2	11	6	36
Agências de viagem	6	49	9	8	12	84

Fonte: Inquérito às empresas que asseguram a oferta turística, Iese/Geoideia/Plural, 2002.

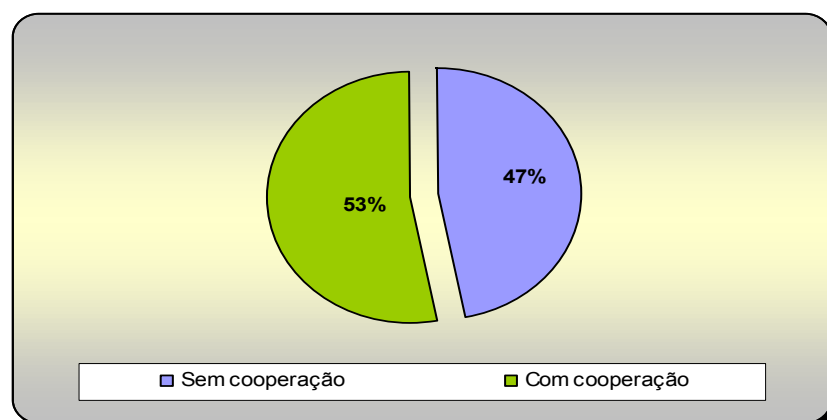
A presença na Internet é considerada, nos nossos dias, uma das formas mais eficazes de divulgação das empresas. Nos casos inquiridos a maioria das entidades, 84 das 132, afirmam ter presença na Internet, mas destas, apenas 37 revelam possuir um site próprio.

Neste sentido, pode-se afirmar que os sites promocionais a nível genérico de todo o arquipélago, designadamente os sites oficiais, que reúnem e divulgam a maioria das entidades que oferecem produtos/serviços de suporte à actividade turística, assumem grande importância. Pois proporcionam a um conjunto vasto de entidades, designadamente entidades de pequenas dimensões, a possibilidade de promoverem os seus serviços e/ou produtos através de um mecanismo tão abrangente e eficaz.

D.2.4. ESTRATÉGIAS DE COOPERAÇÃO

Da análise das estratégias desenvolvidas em matéria de relações de colaboração com outras entidades, constata-se que a maioria das empresas inquiridas, mantêm relações de cooperação, designadamente com agências de viagens e/ou operadores, como se pode observar pela figura seguinte.

FIGURA 93 - RELAÇÕES DE COOPERAÇÃO



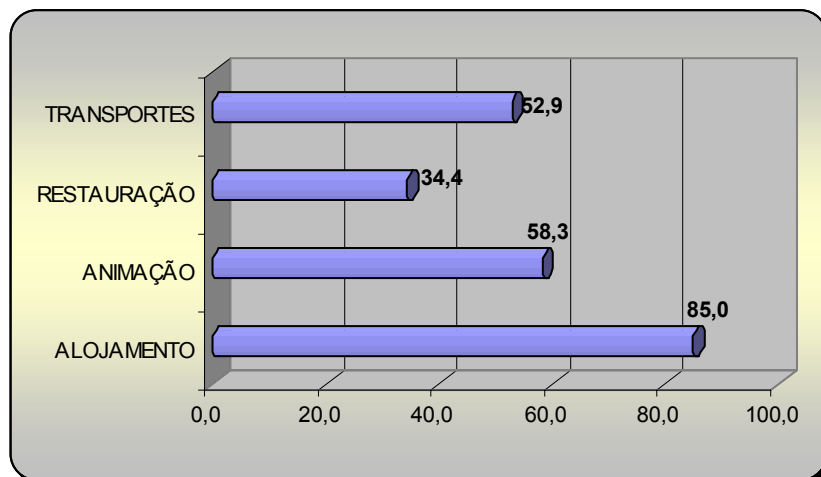
Fonte: Inquérito às empresas que asseguram a oferta turística, Iese/Geoideia/Plural, 2002.

No entanto, dos sectores abordados no processo de inquirição, a restauração e os transportes são os que menos expressam esta tendência para estabelecer redes de cooperação com operadores e agências de viagem. O que de alguma forma é explicável pela própria natureza de serviços que estas entidades oferecem, pelo facto de não dependerem directamente da angariação de novos clientes, nomeadamente de clientes fora do arquipélago.

Neste sentido, o incremento de relações de cooperação é muito mais evidente no sector do alojamento e da animação, principalmente com agentes nacionais, mas nestes dois sectores já é possível detectar relações de cooperação com agentes estrangeiros. E a relevância do desenvolvimento destas redes de cooperação é também apontada, pelas entidades inquiridas, face ao rendimento daí decorrente, uma vez que uma elevada percentagem do seu volume de negócios depende directamente do estabelecimento destas cooperações.

A postura face ao desenvolvimento de relações de cooperação não se restringe aos operadores e/ou às agências de viagem e abrangem também outras empresas do sector e/ou outros agentes turísticos. E nestes casos, mais uma vez, detecta-se que são as empresas do sector do alojamento, da animação e as agências de viagem que manifestam uma postura mais activa na articulação com outras empresas do sector e com outros agentes turísticos.

FIGURA 94 - PESO DAS RELAÇÕES DE COOPERAÇÃO NO VOLUME DE NEGÓCIOS POR SECTOR DE ACTIVIDADE (%)



Fonte: Inquérito às empresas que asseguram a oferta turística, Iese/Geoideia/Plural, 2002.

Estas redes de cooperação favorecem as empresas que as desenvolvem, pois permitem estabelecer contactos com turistas em grupo, bem como, com tipologias diversificadas de turistas, isto é, turistas com carácter específico – jovens, idosos e deficientes. As empresas de alojamento são as que mais usufruem deste campo de acção porque referem beneficiar destes acordos com turistas específicos, principalmente com pessoas idosas. Este segmento de mercado é o mais referido pelas agências de viagem no que toca a estabelecer relações privilegiadas de negócio.

Os jovens representam um segmento específico de turistas em que este tipo de relação de cooperação funciona, 13 das empresas inquiridas referem mesmo que este grupo específico assume destaque na sua actividade.

Quanto à origem dos turistas, 48 empresas referem que os estrangeiros representam entre 20 e 40 % do seu volume de negócios e esta relação é mais visível no sector do alojamento, da restauração e da animação. Os turistas continentais são também identificados, dentro do mesmo escalão, por 50 das empresas inquiridas e que representam maioritariamente o sector do alojamento e da restauração. Ainda, dentro deste escalão dos 20 aos 40% do total do volume de negócios, identificou-se um total de 44 empresas que beneficiam de uma relação mais estreita com os turistas naturais do arquipélago, designadamente no campo do alojamento.

D.2.5. ESTRATÉGIAS DE INVESTIMENTO

A abordagem das estratégias das empresas no que toca ao investimento baseou-se na análise da sua atitude face aos investimentos realizados nos últimos 2 anos e nas intenções de investimento para os próximos 2 anos.

Das várias possibilidades de investimento, as novas tecnologias – informática – foi um dos aspectos mais focados pelas empresas, em todos os sectores, enquanto investimento realizado nos últimos 2 anos.

No entanto, existe uma quebra na intenção de investir neste tipo de equipamento num futuro próximo, o que pode significar que nos últimos dois anos houve uma preocupação por parte dos empresários em adaptarem e/ou introduzirem nos seus processos novas tecnologias, mas que ao fazerem este investimento no passado não pensam dar-lhe continuidade, pelo menos nos próximos 2 anos. O que no caso do material informático pode representar um constrangimento, pois trata-se de um tipo de equipamento que necessita de actualização permanente devido à sua constante mutação.

A par com a informática, principalmente no sector do alojamento e da restauração, os últimos investimentos abrangeram também as próprias instalações da empresa e a aquisição/adaptação de máquinas.

No sector dos transportes o material de transporte é considerado uma das rubricas de maior investimento por estas empresas nos últimos dois anos em conjunto com o equipamento informático.

Para os próximos 2 anos as intenções de investimento diminuem, comparativamente com os últimos investimentos realizados, mas as empresas que pretendem investir insistem na aquisição de equipamento informático, na reformulação das instalações e na aquisição e/ou readaptação de máquinas e material de transporte.

QUADRO 98 - ESTRATÉGIAS DE INVESTIMENTO SEGUNDO O SECTOR (NÚMEROS ABSOLUTOS)

	Agências		Alojamento		Animação		Restauração		Transportes		Total	
	Últim. 2 anos	Próx. 2 anos	Últim. 2 anos	Próx. 2 anos	Últim. 2 anos	Próx. 2 anos	Últim. 2 anos	Próx. 2 anos	Últim. 2 anos	Próx. 2 anos	Últim. 2 anos	Próx. 2 anos
Instalações	8	6	41	40	4	2	25	19	5	7	83	74
Máquinas	3	1	36	30	4	6	26	14	9	6	78	57
Material de Transporte	5	6	11	12	5	1	8	4	12	13	41	36
Informática	10	5	37	24	9	3	17	11	11	8	84	51

Fonte: Inquérito às empresas que asseguram a oferta turística, Iese/Geoideia/Plural, 2002.

O abrandamento nas intenções de investimento das empresas, para os próximos anos, é ainda afirmado por estas quando questionadas directamente sobre os seus projectos de ampliação das instalações ou, no caso específico do sector dos transportes, das frotas de veículos, uma vez que 54% assegura não pretender efectuar investimentos nesse sentido.

D.3. ANÁLISE INTENSIVA DA PROCURA

A informação que serve de base à análise intensiva da procura foi retirada do Inquérito ao Turismo, lançado pelo Serviço Regional de Estatística dos Açores (SREA) durante o ano de 2001.

O inquérito foi realizado nos três aeroportos da Região (Horta, Lajes e Ponta Delgada) às pessoas que, nessa altura, terminavam a sua visita aos Açores.

Embora este inquérito tenha sido aplicado entre Março e Dezembro de 2001, por razões operacionais, só foram considerados os realizados entre Março e Agosto.

D.3.1. PERFIS, REPRESENTAÇÕES E PRÁTICAS DOS VISITANTES

O grupo de pessoas que visitam os Açores não é homogéneo, não sendo, por isso, fácil definir o perfil do visitante. Ainda assim, e tendo por base os dados recolhidos no inquérito, é possível identificar algumas características. Por razões metodológicas optou-se por fazer uma análise com base na divisão entre visitantes residentes em Portugal e no estrangeiro, com e sem ascendência açoriana.

A região é visitada, predominantemente, por pessoas que podemos designar por adultos jovens. Com efeito, cerca de metade dos visitantes inquiridos integram o escalão etário 25-44 anos. Seguem-se os outros adultos (45-64 anos), enquanto os jovens (15-24 anos) e, sobretudo, os idosos (65 e mais anos) têm um peso mais reduzido. Todavia, são visíveis algumas diferenças consoante o tipo de visitante, das quais se destacam, pela maior expressão, o grupo dos outros adultos (45-64 anos) entre os residentes no estrangeiro com ascendência açoreana, dos jovens entre os

residentes em Portugal de ascendência açoreana, e dos idosos entre os residentes no estrangeiro sem ascendência açoreana.

Em termos de repartição por género existe um com claro predomínio dos visitantes do sexo masculino, com excepção dos residentes em Portugal de ascendência açoriana cuja repartição entre os dois sexos é similar.

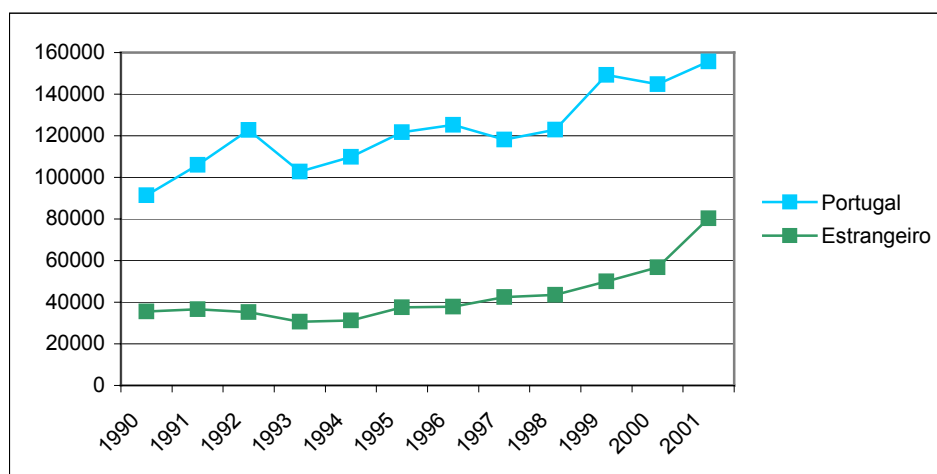
QUADRO 99 - ESTRUTURA ETÁRIA E POR SEXOS DOS VISITANTES INQUIRIDOS

	Residentes em Portugal sem ascendência Açoriana		Residentes no estrangeiro sem ascendência Açoriana		Residentes em Portugal com ascendência Açoriana		Residentes no estrangeiro com ascendência Açoriana		Total	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
<i>Grupo etário</i>										
15-24 anos	135	11,6	18	8,0	15	19,0	24	9,8	192	11,2
25-44 anos	626	54,0	103	45,8	32	40,5	95	38,8	856	50,1
45-64 anos	356	30,7	82	36,4	26	32,9	106	43,3	570	33,4
65 e mais anos	43	3,7	22	9,8	6	7,6	20	8,2	91	5,3
<i>Sexo</i>										
Homens	858	74,0	139	61,8	40	50,6	152	62,0	1189	69,6
Mulheres	302	26,0	86	38,2	39	49,4	93	38,0	520	30,4
Total	1160	100,0	225	100,0	79	100,0	245	100,0	1709	100,0

Fonte: INE, Serviço regional de estatística dos Açores – Inquérito ao turismo, 2001.

De acordo com os dados estatísticos existentes para a última década, os turistas residentes em Portugal que anualmente visitam os Açores representam aproximadamente $\frac{3}{4}$ do total de turistas. Este valor médio tem-se mantido relativamente constante, na medida em que o crescimento dos turistas residentes no estrangeiro e em Portugal se tem processado sensivelmente ao mesmo ritmo. É, contudo, de assinalar que no último ano contabilizado, 2001, se registou um crescimento acentuado do contingente estrangeiro, facto que poderá indiciar, no futuro, um aumento da importância relativa deste segmento da procura.

FIGURA 95 - FLUXO DE TURISTAS NA HOTELARIA TRADICIONAL RESIDENTES EM PORTUGAL E NO ESTRANGEIRO NA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES ENTRE 1990 E 1999



Fonte: INE, Serviço regional de estatística dos Açores – Estatísticas do turismo, 1990-1999.

Na amostra considerada, a representatividade dos visitantes estrangeiros é muito próxima dos registos estatísticos relativos aos hóspedes. Todavia, encontram-se enormes disparidades na sua distribuição por países de residência (c.f. Ponto D.1.), já que enquanto nas estatísticas a Suécia é o principal centro emissor de turistas, no inquérito essa posição é assumida pelo Canadá (33,6) e pelos E.U.A. (28,7%), o que se pode explicar por duas ordens de razões:

- ♦ pelo facto de os visitantes oriundos destes Países terem na sua grande maioria ascendência açoriana, levando a que, em muitas ocasiões, se instalem em casas de familiares/amigos ou próprias, não sendo por isso contabilizados no número de hóspedes, que respeita apenas à hotelaria;
- ♦ e/ou por a época em que decorreu o processo de inquirição não ser coincidente com aquela que concentra a chegada dos turistas oriundos daquele país (época baixa).

QUADRO 100 - - PAÍS DE RESIDÊNCIA DOS VISITANTES INQUIRIDOS E % DE VISITANTES RESIDENTES NO ESTRANGEIRO COM ASCENDÊNCIA AÇORIANA

	Nº	%	% de visitantes residentes no estrangeiro com ascendência Açoriana
Residentes em Portugal	1239	72,5	--
Residentes no estrangeiro	470	27,5	52,1
<i>Residentes no estrangeiro</i>			
Canadá	158	33,6	80,4
USA	135	28,7	77,8
França	34	7,2	2,9
Inglaterra	30	6,4	6,7
Alemanha	20	4,3	--
Outros Países	93	19,8	10,8

Fonte: INE, Serviço regional de estatística dos Açores – Inquérito ao turismo, 2001.

De um modo geral, os visitantes da região enquadram-se num nível sócio-profissional médio/elevado. Entre os inquiridos, 82,1% são activos, seguindo-se os estudantes e reformados (estes com um peso mais elevado entre os residentes no estrangeiro), possuindo a maioria um elevado nível de habilitações escolares (41,5% dos inquiridos possuem um curso superior, 13% um curso politécnico e 26% concluíram o ensino secundário), embora sejam visíveis diferenças consoante o país de residência e a ascendência.

Assim, constata-se que o nível de habilitações é bastante mais elevado entre os residentes no estrangeiro sem ascendência açoriana (71% possuem ensino médio ou superior), em contraponto com os residentes no estrangeiro com ascendência açoriana, que apresentam os mais baixos níveis de escolaridade, situação que se pode considerar expectável e comum em comunidades emigrantes.

No que respeita às profissões, predominam as Intelectuais, científicas ou liberais (32,9%), o pessoal administrativo e similar (18,5%) e os dirigentes e quadros superiores (17,2%). Também neste ponto existem assimetrias, com os residentes no estrangeiro sem ascendência açoriana a terem uma situação mais favorável (57,3%

são profissionais Intelectuais, científicos ou liberais e dirigentes ou quadros superiores) que os residentes no estrangeiro com ascendência açoriana (maior expressão do pessoal administrativo e similar e dos operários não agrícolas).

QUADRO 101 - VISISTANTES SEGUNDO A SITUAÇÃO PERANTE A ACTIVIDADE ECONÓMICA, AS HABILITAÇÕES E A PROFISSÃO

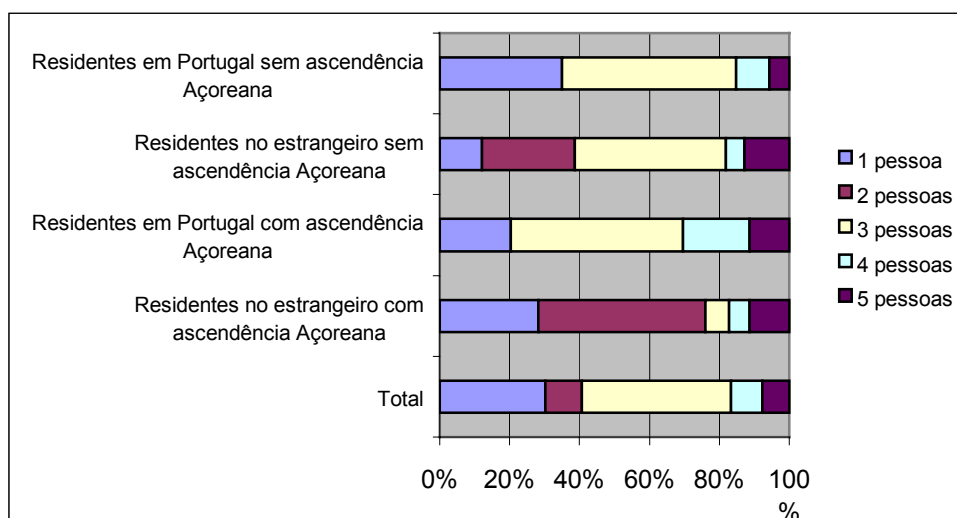
	Residentes em Portugal sem ascendência Açoriana		Residentes no estrangeiro sem ascendência Açoriana		Residentes em Portugal com ascendência Açoriana		Residentes no estrangeiro com ascendência Açoriana		Total	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
<i>Situação perante a actividade económica</i>										
Activos	980	84,6	183	81,3	59	74,7	182	74,2	1404	82,1
Reformado	46	4,0	23	10,2	6	7,6	29	11,8	104	6,1
Estudante	78	6,7	9	4,0	11	13,9	11	4,5	109	6,4
Outra	47	4,1	7	3,1	0	0,0	13	5,3	67	3,9
doméstica	4	0,3	2	0,9	3	3,8	6	2,4	15	0,9
Ns/nr	5	0,4	1	0,4	0	0,0	4	1,6	10	0,6
Total	1160	100,0	225	100,0	79	100,0	245	100,0	1709	100,0
<i>Habilitações</i>										
Básico	176	15,2	16	7,1	12	15,2	97	39,6	301	17,6
Secundário	312	26,9	43	19,1	20	25,3	70	28,6	445	26,0
Superior Politécnico	143	12,3	47	20,9	6	7,6	27	11,0	223	13,0
Superior Universitário	517	44,6	115	51,1	40	50,6	37	15,1	709	41,5
Ns/Nr	12	1,0	4	1,8	1	1,3	14	5,7	31	1,8
Ns/Nr	12	1,0	4	1,8	1	1,3	14	5,7	31	1,8
Total	1160	100,0	225	100,0	79	100,0	245	100,0	1709	100,0
<i>Profissão</i>										
Científica, técnica ou liberal	414	35,7	84	37,3	28	35,4	36	14,7	562	32,9
Dirigente ou quadro superior	248	21,4	20	8,9	12	15,2	14	5,7	294	17,2
Pessoal adm. e similar	182	15,7	45	20,0	13	16,5	77	31,4	317	18,5
Comerciante	96	8,3	20	8,9	1	1,3	12	4,9	129	7,5
Operário não agrícola	37	3,2	11	4,9	5	6,3	41	16,7	94	5,5
Agríc. ou trab. das pescas	3	0,3	3	1,3	0	0,0	2	0,8	8	0,5
Total	980	100,0	183	100,0	59	100,0	182	100,0	1404	100,0

Fonte: INE, Serviço regional de estatística dos Açores – Inquérito ao turismo, 2001.

Grande parte dos inquiridos visita a região isoladamente ou em grupos de 3 pessoas. Todavia, existem grandes diferenças entre os diversos tipos de visitantes considerados, a principal das quais se prende com a inexistência de grupos de visitantes compostos por dois elementos entre os residentes em Portugal com e sem ascendência açoriana, contrariamente ao que se verifica entre os residentes no estrangeiro, com particular ênfase nos que têm ascendência açoriana.

O descanso e lazer é um forte motivo de viagem em todos os grupos, enquanto a visita a familiares e amigos se concentra principalmente entre os visitantes em grupos de 2, 4 e 5 elementos, e os negócios ou trabalho em grupos de 3 e 1 elementos.

FIGURA 96 - DIMENSÃO DO GRUPO DE VISITANTES



Fonte: INE, Serviço regional de estatística dos Açores – Inquérito ao turismo, 2001.

Os principais motivos de viagem são bastante distintos consoante a ascendência dos visitantes. Assim, enquanto que para os visitantes sem ascendência açoriana o descanso e lazer (principalmente expressivo entre os residentes no estrangeiro) e os negócios e trabalho (sobretudo para os residentes em Portugal) são os motivos mais significativos, para os visitantes com ascendência açoriana a visita a familiares e

amigos é a principal razão que os leva a visitar a região.

QUADRO 102 - VISITANTES SEGUNDO O MOTIVO DE VIAGEM

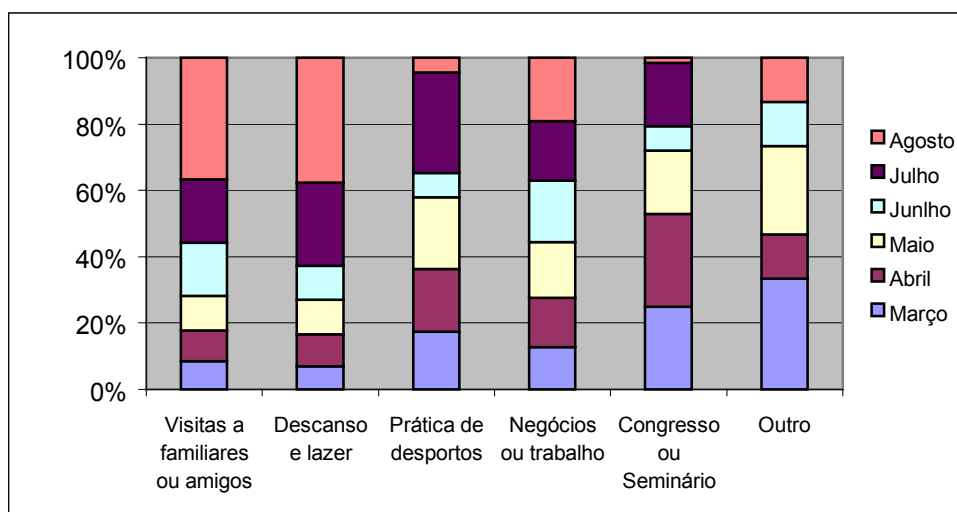
	Residentes em Portugal sem ascendência Açoriana		Residentes no estrangeiro sem ascendência Açoriana		Residentes em Portugal com ascendência Açoriana		Residentes no estrangeiro com ascendência Açoriana		Total	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Visitas a fam. ou amigos	93	8,0	30	13,3	40	50,6	181	73,9	344	20,1
Descanso e lazer	439	37,8	143	63,6	13	16,5	48	19,6	643	37,6
Prática de desportos	57	4,9	9	4,0	1	1,3	2	0,8	69	4,0
Negócios ou trabalho	512	44,1	30	13,3	23	29,1	5	2,0	570	33,4
Congresso ou Seminário	56	4,8	6	2,7	2	2,5	4	1,6	68	4,0
Outro	3	0,3	7	3,1		0,0	5	2,0	15	0,9
Total	1160	100,0	225	100,0	79	100,0	245	100,0	1709	100,0

Fonte: INE, Serviço regional de estatística dos Açores – Inquérito ao turismo, 2001.

Os motivos de viagem são, em geral, claramente marcados no tempo. Assim, à excepção das deslocações em negócios ou trabalho que se realizaram sem grandes oscilações ao longo dos meses analisados, verificou-se uma forte concentração nos meses de Agosto e Julho das visitas a familiares e amigos e das visitas para descanso e lazer (situação normal tendo em conta que estes são os meses preferidos para férias, sobretudo entre os portugueses, que, recorde-se, são quase $\frac{3}{4}$ dos visitantes inquiridos), e em Março/Abril para as visitas para participação em congressos/seminários.

O comportamento dos turistas consoante o seu País de residência e ascendência não apresenta diferenças significativas, o mesmo acontecendo quando se tem em consideração a situação perante a actividade económica, em que apenas os estudantes revelam alguma concentração no mês de Agosto.

FIGURA 97 - VISITANTES SEGUNDO O MOTIVO DE VIAGEM POR MÊS



Fonte: INE, Serviço regional de estatística dos Açores – Inquérito ao turismo, 2001.

Cerca de 56% dos inquiridos já tinha visitado anteriormente a Região, situação que é ainda mais significativa entre os turistas de ascendência açoriana, contrariamente ao que sucede com os turistas residentes no estrangeiro sem ascendência açoriana. O facto da existência de mais do que uma visita está igualmente associado a motivos específicos:

- Turistas sem ascendência açoriana: Negócios/trabalho (principalmente entre os residentes em Portugal), descanso/lazer e visita a familiares e amigos (sobretudo entre os residentes no estrangeiro);
- Turistas com ascendência açoriana: visita a familiares e amigos (mais importante entre os que vivem no estrangeiro), descanso/lazer e Negócios/trabalho (apenas entre os residentes em Portugal).

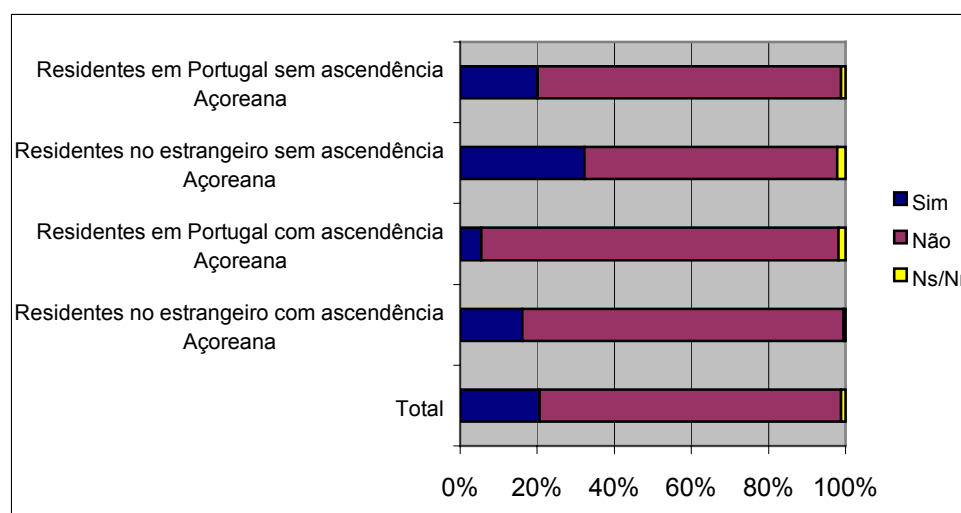
QUADRO 103 - VISITANTES SEGUNDO A EXISTÊNCIA DE VISITAS ANTERIORES E SEGUNDO O MOTIVO DE RETORNO

	Residentes em Portugal sem ascendência Açoriana		Residentes no estrangeiro sem ascendência Açoriana		Residentes em Portugal com ascendência Açoriana		Residentes no estrangeiro com ascendência Açoriana		Total	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Primeira visita	489	42,2	167	74,2	8	10,1	29	11,8	693	40,6
Visitou anteriormente	618	53,3	53	23,6	68	86,1	215	87,8	954	55,8
Ns/Nr	53	4,6	5	2,2	3	3,8	1	0,4	62	3,6
Total	1160	100,0	225	100,0	79	100,0	245	100,0	1709	100,0
<i>Motivo de retorno</i>										
Visitas a fam. ou amigos	60	9,7	16	30,2	37	54,4	163	75,8	276	28,9
Descanso e lazer	134	21,7	17	32,1	11	16,2	40	18,6	202	21,2
Prática de desportos	33	5,3		0,0	1	1,5		0,0	34	3,6
Negócios ou trabalho	363	58,7	15	28,3	18	26,5	3	1,4	399	41,8
Congresso ou Seminário	28	4,5	3	5,7	1	1,5	4	1,9	36	3,8
Outro	0	0,0	2	3,8	0	0,0	5	2,3	7	0,7
Total	618	100,0	53	100,0	68	100,0	215	100,0	954	100,0

Fonte: INE, Serviço regional de estatística dos Açores – Inquérito ao turismo, 2001.

A consideração de destinos alternativos não foi muito significativa, principalmente entre os visitantes de ascendência açoriana (facto que está associado aos motivos de viagem mais apontado por estes grupos).

FIGURA 98 - VISITANTES POR CONSIDERAÇÃO OU NÃO DE DESTINOS ALTERNATIVOS



Fonte: INE, Serviço regional de estatística dos Açores – Inquérito ao turismo, 2001.

Entre os principais destinos alternativos considerados destacam-se:

- nas ilhas, a Madeira, Canárias, Cuba e República Dominicana;
- nas regiões continentais, Portugal continental, França, Espanha, Itália, e Brasil.

É curioso notar que os destinos alternativos insulares considerados como alternativa se afastam consideravelmente (mesmo a Madeira), da matriz de recursos que caracteriza e em que se integram os Açores, já que são destinos massificados e, essencialmente, associados aos produtos Sol e Praia.

QUADRO 104 - DESTINOS ALTERNATIVOS CONSIDERADOS

	Nº	%
R. A. da Madeira	36	13,5
Caraíbas	29	10,9
Canárias	15	5,6
Ilhas mediterrânicas	12	4,5
Outras Ilhas	11	4,1
Total ilhas	103	38,7
Europa	76	28,6
Portugal continental	19	7,1
América Central e do Sul	16	6,0
Norte de África	9	3,4
Outros	15	5,6
Total outras regiões	135	50,8
Ns/nr	28	10,5
*Total	266	100,0

*- alguns dos inquiridos responderam mais do que um destino

Fonte: INE, Serviço regional de estatística dos Açores – Inquérito ao turismo, 2001.

As principais fontes de informação de suporte à tomada de decisão de visita aos Açores foram as recomendações de familiares e amigos e as visitas anteriores, todavia encontram-se algumas especificidades significativas entre os turistas consoante a sua residência e ascendência:

- entre os visitantes com ascendência açoriana as fontes de informação sobre a região limitam-se, praticamente, às referidas anteriormente e ao facto de terem

nascido na região;

- entre os residentes em Portugal sem ascendência açoriana, as “outras” formas (em que pontificam os compromissos profissionais e culturais) têm também um peso significativo;
- entre os residentes no estrangeiro sem ascendência açoriana, destaca-se a indicação de agências de viagem e, pela reduzida expressão, a visita anterior.

QUADRO 105 - FONTES DE INFORMAÇÃO SOBRE A REGIÃO

	Residentes em Portugal sem ascendência Açoriana		Residentes no estrangeiro sem ascendência Açoriana		Residentes em Portugal com ascendência Açoriana		Residentes no estrangeiro com ascendência Açoriana		Total	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Recomendação de familiares ou amigos	238	40,2	52	27,5	22	40,7	43	18,2	355	33,2
Visita anterior	114	19,3	15	7,9	7	13,0	71	30,1	207	19,3
Indicação de Agências de viagens	35	5,9	64	33,9	0	0,0	14	5,9	113	10,6
Internet	16	2,7	19	10,1	0	0,0	5	2,1	40	3,7
Motivos profissionais	37	6,3	2	1,1	0	0,0	1	0,4	40	3,7
Artigos e document. não publicitários	19	3,2	7	3,7	0	0,0	1	0,4	27	2,5
Televisão	17	2,9	2	1,1	0	0,0	4	1,7	23	2,1
Revistas	7	1,2	7	3,7	0	0,0	0	0,0	14	1,3
Jornais	2	0,3	3	1,6	0	0,0	0	0,0	5	0,5
Outra	101	17,1	15	7,9	24	44,4	93	39,4	233	21,8
Ns/nr	6	1,0	3	1,6	1	1,9	4	1,7	13	1,2
Total	592	100,0	189	100,0	54	100,0	236	100,0	1070	100,0

Fonte: INE, Serviço regional de estatística dos Açores – Inquérito ao turismo, 2001.

A beleza natural, o ambiente calmo e a novidade/exotismo, foram as características consideradas mais importantes na escolha dos Açores como destino turístico. Contudo, observam-se algumas especificidades:

- ♦ um maior peso entre os turistas residentes em Portugal sem ascendência açoriana das características atrás mencionadas;
- ♦ a importância dada às características do clima por parte dos turistas residentes no estrangeiro sem ascendência açoriana;

- ♦ a grande importância atribuída pelos turistas com ascendência açoriana residentes em Portugal ao ambiente calmo e às outras situações (principalmente associadas à existência de familiares a residirem na região),
- ♦ por último, a pouca expressão dada à maioria das características enquanto factores decisivos para a decisão de visitar a região, por parte dos turistas residentes no estrangeiro com ascendência açoriana.

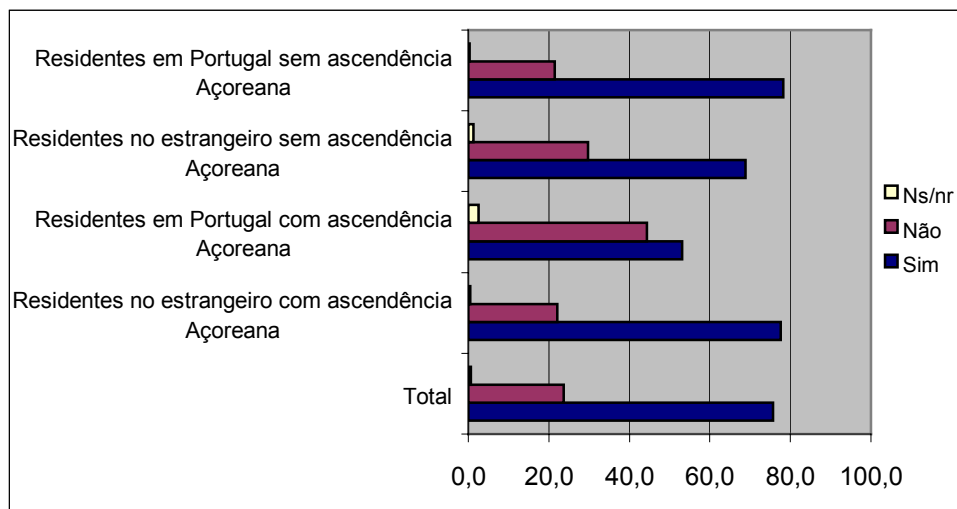
QUADRO 106 - % DE CONSIDERAÇÕES MUITO IMPORTANTE E DA MAIOR IMPORTÂNCIA PARA DECIDIR A VISITA À REGIÃO POR CARACTERÍSTICA DA REGIÃO

	Residentes em Portugal sem ascendência Açoriana	Residentes no estrangeiro sem ascendência Açoriana	Residentes em Portugal com ascendência Açoriana	Residentes no estrangeiro com ascendência Açoriana	Total
	%	%	%	%	%
Novidade, Exotismo	57,6	52,9	35,2	28,8	49,3
Segurança	40,7	38,6	38,9	34,7	38,9
Custo	24,0	23,3	14,8	24,2	23,4
Cultura	40,2	29,1	24,1	37,7	36,9
Locais Históricos	39,0	22,8	22,2	28,4	33,0
Religião	11,8	5,8	5,6	21,6	12,6
Ambiente calmo	66,4	60,8	72,2	41,5	60,2
Fama de local de lazer	42,1	25,4	42,6	31,8	36,9
Compras	3,7	6,3	3,7	18,6	7,5
Vida nocturna	6,1	4,8	9,3	16,9	8,4
Prática de desportos	15,9	16,9	11,1	12,7	15,1
Clima	35,8	54,0	29,6	41,5	40,0
Beleza natural	85,3	78,8	77,8	53,0	76,7
Outra característica	83,3	87,5	100,0	90,2	88,1

Fonte: INE, Serviço regional de estatística dos Açores – Inquérito ao turismo, 2001.

O recurso a agências de viagem foi maioritário (75,7%) entre todos os visitantes, embora, também neste particular, os residentes em Portugal com ascendência açoriana tenham um comportamento distinto: apenas recorreram ao serviço de agências de viagens 53,2%.

FIGURA 99 - VISITANTES QUE RECORRERAM A AGÊNCIA DE VIAGENS



Fonte: INE, Serviço regional de estatística dos Açores – Inquérito ao turismo, 2001.

As diferenças consoante a residência e ascendência também se estendem aos serviços contratados às agências de viagens. Assim, entre os turistas sem ascendência açoriana, os serviços mais contratados foram o transporte, a viagem e alojamento com pequeno almoço, e ainda a viagem tudo incluído (sobretudo entre os residentes no estrangeiro), enquanto que entre os turistas com ascendência açoriana a opção passou, maioritariamente, por contratar apenas o transporte, o que estará associado, por um lado, à possibilidade de poderem ficar alojados em casa de familiares ou amigos, e por outro, ao melhor conhecimento da região.

É ainda de referir o facto de alguns dos tipos de serviços mais contratados às agências de viagens serem, normalmente, parte integrante dos chamados “pacotes de viagem”, os quais, podem incluir outro tipo de serviços para além do alojamento, restauração e transporte para a região.

QUADRO 107 - SERVIÇOS CONTRATADOS COM A AGÊNCIA DE VIAGENS

	Residentes em Portugal sem ascendência Açoriana		Residentes no estrangeiro sem ascendência Açoriana		Residentes em Portugal com ascendência Açoriana		Residentes no estrangeiro com ascendência Açoriana		Total	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Só transporte	376	41,3	50	31,6	31	70,5	142	74,3	599	45,9
Viagem e aloj. c/ peq-alm.	376	41,3	43	27,2	7	15,9	8	4,2	434	33,3
Viagem tudo incluído	81	8,9	45	28,5	1	2,3	15	7,9	142	10,9
Viagem e aloj. m/ pensão	47	5,2	9	5,7	0	0,0	3	1,6	59	4,5
Só reserva de aloj.	9	1,0	1	0,6	2	4,5	3	1,6	15	1,2
Outros serviços	6	0,7	1	0,6	0	0,0	1	0,5	8	0,6
Ns/nr	16	1,8	9	5,7	3	6,8	19	9,9	47	3,6
Total	911	100,0	158	100,0	44	100,0	191	100,0	1304	100,0

Fonte: INE, Serviço regional de estatística dos Açores – Inquérito ao turismo, 2001.

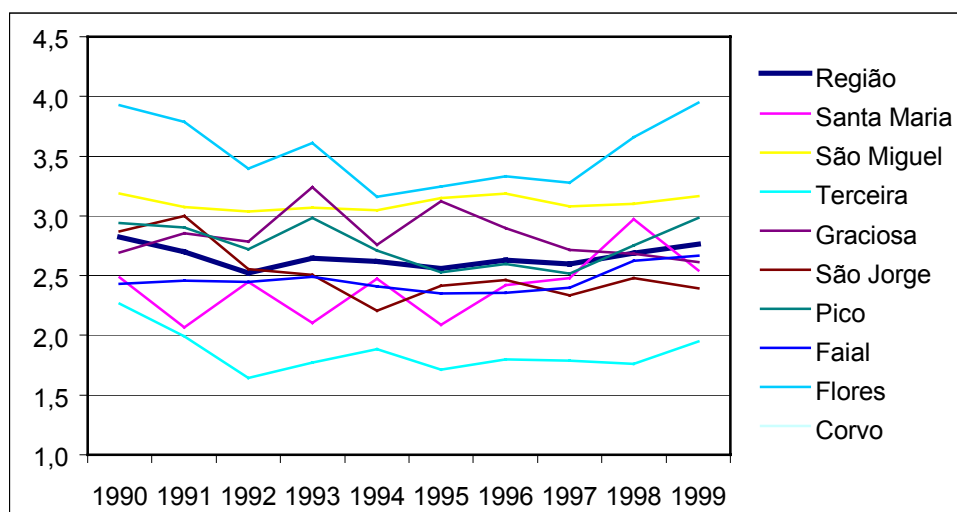
Apesar da tendência positiva na última década, pode afirmar-se que a estadia média na região é relativamente reduzida, sendo possível detectar discrepâncias com algum significado entre as diferentes ilhas.

A localização geográfica que condiciona os meios de chegada ao Arquipélago, que se resumem a Avião e Barco (particular), é um factor bastante relevante, o mesmo acontecendo com o grau de desenvolvimento da actividade turística de cada uma das ilhas, e com as motivações que originaram a viagem.

A figura seguinte apresenta, com base nas estatísticas regionais, a evolução da estadia média nos estabelecimentos hoteleiros das ilhas da Região. É de salientar que estes dados não incorporam as estadias em alojamentos particulares, pelo que uma parte significativa dos visitantes analisados, essencialmente os que têm ascendência açoriana, não são considerados.

No que se refere a tendências, a região tem-se pautado por uma ligeira subida da estadia média, todavia, se atendermos ao comportamento de cada uma das ilhas, verifica-se que enquanto nas Flores e no Pico são de crescimento, na Graciosa e Santa Maria são de decréscimo, e nas restantes ilhas não têm existido alterações de grande significado. As Flores e São Miguel apresentam as maiores estadias médias, contrariamente à Terceira em que não se chega a atingir as 2 noites/hóspede.

FIGURA 100 - ESTADIA MÉDIA DOS VISITANTES POR ILHA (DIAS)



Fonte: INE, Serviço regional de estatística dos Açores – Estatísticas do turismo, 1990-1999.

A análise do inquérito não confirma esta situação, apontando para estadias médias bastante acima das anteriormente apuradas. Mas, mais uma vez se alerta para o facto de as estatísticas oficiais não incluírem algumas formas de alojamento que no caso dos Açores têm uma importância bastante grande (essencialmente relacionadas com a estadia em casa de familiares e amigos ou mesmo de casas próprias).

Na amostra predominam os inquiridos que permanecem uma semana (40,6%) e os inquiridos cuja estadia dura duas semanas (20,8%) e dois/três dias (17,6%). As estadias superiores a um mês são pouco frequentes.

De notar que estas estadias mais longas assumem um peso muito mais elevado entre os visitantes com ascendência açoriana, e entre estes nos que vivem no estrangeiro. Entre os turistas sem ascendência açoriana, as estadias até uma semana são mais frequentes entre os que vivem em Portugal, enquanto que entre os residentes no estrangeiro o tempo de permanência mais frequente seja de cerca de duas semanas.

QUADRO 108 - TEMPO DE PERMANÊNCIA DOS VISITANTES INQUIRIDOS E ESTADIA MÉDIA

	Residentes em Portugal sem ascendência Açoriana		Residentes no estrangeiro sem ascendência Açoriana		Residentes em Portugal com ascendência Açoriana		Residentes no estrangeiro com ascendência Açoriana		Total	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
<i>Tempo de estadia</i>										
Um dia	103	8,9	10	4,4	4	5,1	3	1,2	120	7,0
Dois/Três dias	270	23,3	15	6,7	12	15,2	4	1,6	301	17,6
Uma semana	548	47,2	81	36,0	31	39,2	33	13,5	693	40,6
Duas semanas	172	14,8	90	40,0	13	16,5	80	32,7	355	20,8
Três/quatro semanas	40	3,4	20	8,9	16	20,3	91	37,1	167	9,8
Mais de 1 mês	20	1,7	5	2,2	2	2,5	32	13,1	59	3,5
Ns/nr	7	0,6	4	1,8	1	1,3	2	0,8	14	0,8
Total	1160	100,0	225	100,0	79	100,0	245	100,0	1709	100,0
<i>Estadia média</i>										
Dias	7,0		10,5		11,2		20,5		9,6	

Fonte: INE, Serviço regional de estatística dos Açores – Inquérito ao turismo, 2001.

Os períodos de permanência mais comuns em todas as ilhas, embora com diferenças de intensidade significativas, são os “dois/três dias” e “uma semana”, sendo igualmente de destacar o peso mais significativo que as estadias mais longas assumem em São Miguel e, sobretudo, em Santa Maria, e inversamente, o maior significado das estadias de “um dia” nos ilhas do Pico e do Faial.

QUADRO 109 - TEMPO DE PERMANÊNCIA DOS VISITANTES INQUIRIDOS (%) E ESTADIA MÉDIA POR ILHA

	Santa Maria	São Miguel	Terceira	Graciosa	São Jorge	Pico	Faial	Flores	Corvo
<i>Tempo de estadia</i>									
Um dia	11,9	7,6	15,9	16,7	19,4	34,6	21,1	15,9	16,7
Dois/Três dias	31,3	32,8	42,9	52,4	41,1	35,8	47,1	35,4	83,3
Uma semana	25,4	41,1	22,8	16,7	21,8	14,6	22,1	30,5	0,0
Duas semanas	17,9	12,5	7,7	7,1	6,5	8,7	5,7	9,8	0,0
Três/quatro semanas	11,9	4,4	6,5	4,8	6,5	3,5	3,1	2,4	0,0
Mais de 1 mês	1,5	0,9	2,8	0,0	3,2	2,4	0,5	4,9	0,0
Ns/nr	0,0	0,7	1,4	2,4	1,6	0,4	0,3	1,2	0,0
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
<i>Estadia média</i>									
Dias	8,0	6,2	6,8	4,5	6,1	5,2	4,0	6,8	2,2

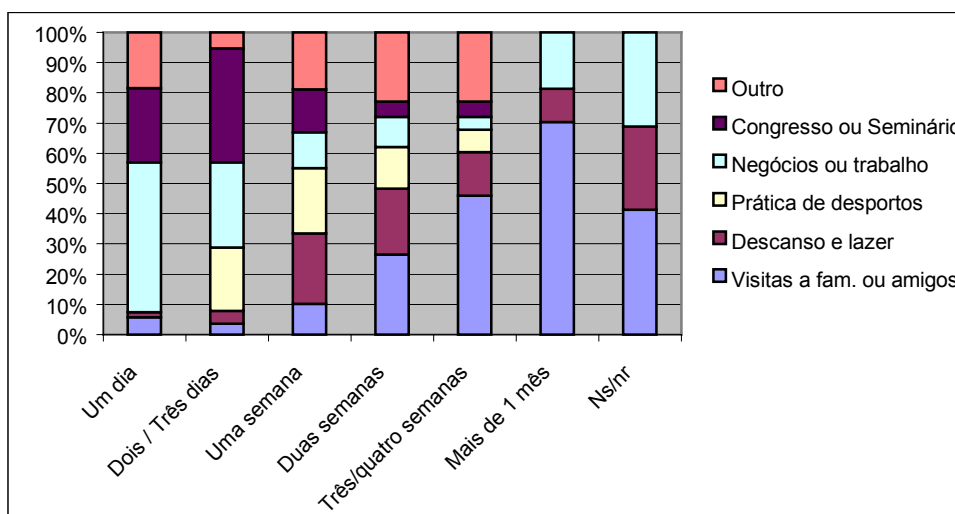
Fonte: INE, Serviço regional de estatística dos Açores – Inquérito ao turismo, 2001.

As ilhas de Santa Maria, São Jorge e Flores são aquelas em que a estadia média é mais longa; pelo contrário a Graciosa, o Faial e, principalmente, o Corvo registam as estadias menos prolongadas.

Por outro lado, as motivações que estão na origem das visitas e que, como vimos anteriormente, se dividem de forma desigual consoante a ascendência dos visitantes, influenciam largamente o tempo de permanência:

- Negócios ou trabalho e Congressos ou seminários, implicam, regra geral, estadias de 1 dia, Dois/três dias e Mais de um mês;
- descanso e lazer levam a períodos de permanência de uma/duas semanas;
- visitas a familiares e amigos estendem-se por períodos de três/quatro semanas e mais de um mês.

FIGURA 101 - TEMPO DE PERMANÊNCIA POR MOTIVO DA VISITA



Fonte: INE, Serviço regional de estatística dos Açores – Inquérito ao turismo, 2001.

Outro aspecto a destacar, no que se refere à duração da estadia, prende-se com as estadias de menos de 24 horas. Estas, são sobretudo realizadas por visitantes portugueses sem ascendência açoriana, têm como principal motivo os negócios ou trabalho e como principais destinos São Miguel e Terceira. Por outro lado, é curioso verificar que 71,6% destes visitantes pernoitam na região (fazendo-o apenas em São Miguel e na Terceira) e que 10,8% conseguem visitar 2 ilhas.

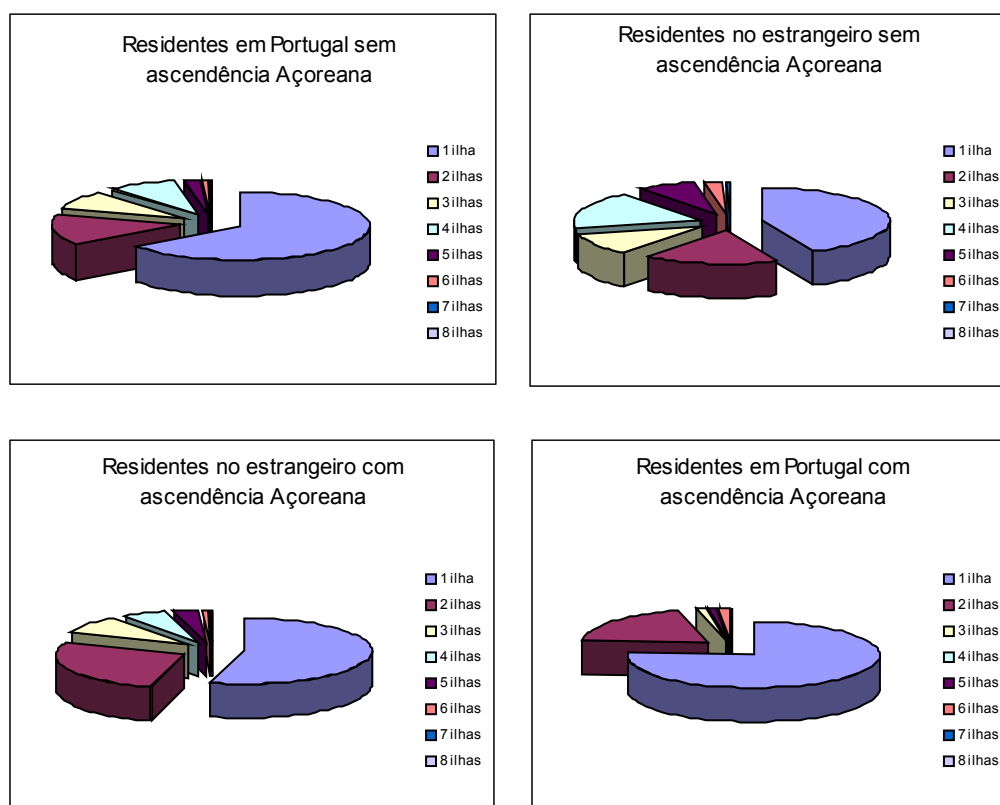
QUADRO 110 - Nº DE ILHAS VISITADAS EM ESTADIAS DE MENOS DE UM DIA

	Residentes em Portugal sem ascendência Açoriana		Residentes no estrangeiro sem ascendência Açoriana		Residentes em Portugal com ascendência Açoriana		Residentes no estrangeiro com ascendência Açoriana		Total	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Uma Ilha sem dormir	33	32,0	0	0,0	1	25,0	0	0,0	34	28,3
Uma Ilha com dormida	62	60,2	6	60,0	3	75,0	2	66,7	73	60,8
Duas Ilhas com dormida	8	7,8	4	40,0	0	0,0	1	33,3	13	10,8
Total	103	85,8	10	8,3	4	3,3	3	2,5	120	100,0

Fonte: INE, Serviço regional de estatística dos Açores – Inquérito ao turismo, 2001.

O número de ilhas visitadas é bastante distinto consoante a ascendência, a residência dos inquiridos e os motivos da viagem. Assim, pode afirmar-se que os residentes em Portugal visitam na sua grande maioria apenas uma ilha, contrariamente aos residentes no estrangeiro, e que os visitantes sem ascendência açoriana têm um comportamento mais disperso, isto é, demonstram maior variedade no número de ilhas que visitam, o que, pensamos, deverá estar fortemente associado às motivações de viagem de cada um dos grupos.

FIGURA 102 - Nº DE ILHAS VISITADAS

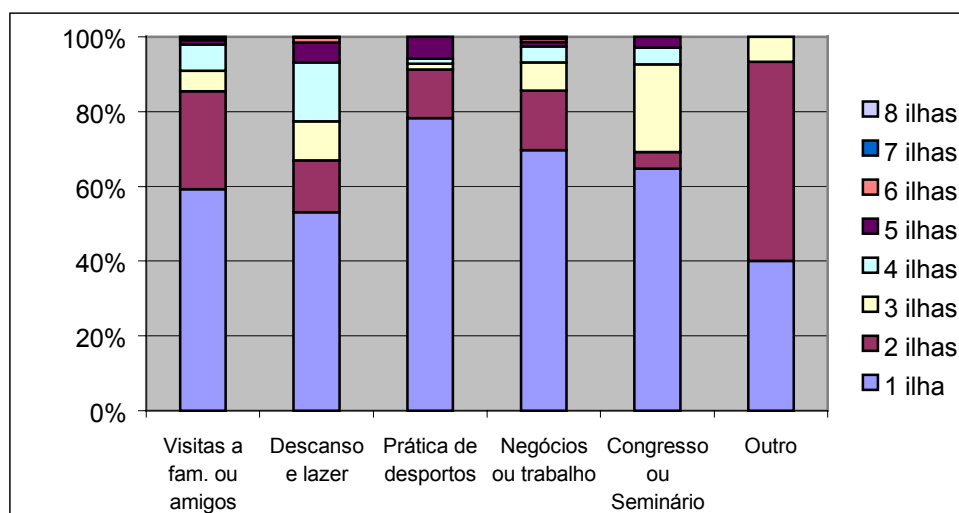


Fonte: INE, Serviço regional de estatística dos Açores – Inquérito ao turismo, 2001

Ainda no que se refere às motivações, os turistas que vieram aos Açores em viagens de desporto, negócios/trabalho e congressos/seminários são os que menor número de ilhas visitaram, contrariamente aos que vieram em viagem de descanso/lazer e de visita a familiares e amigos.

Por último, merece referência o facto de a um aumento do período da estadia corresponder um aumento do número de ilhas visitadas.

FIGURA 103 – Nº DE ILHAS VISITADAS POR MOTIVO DA VISITA

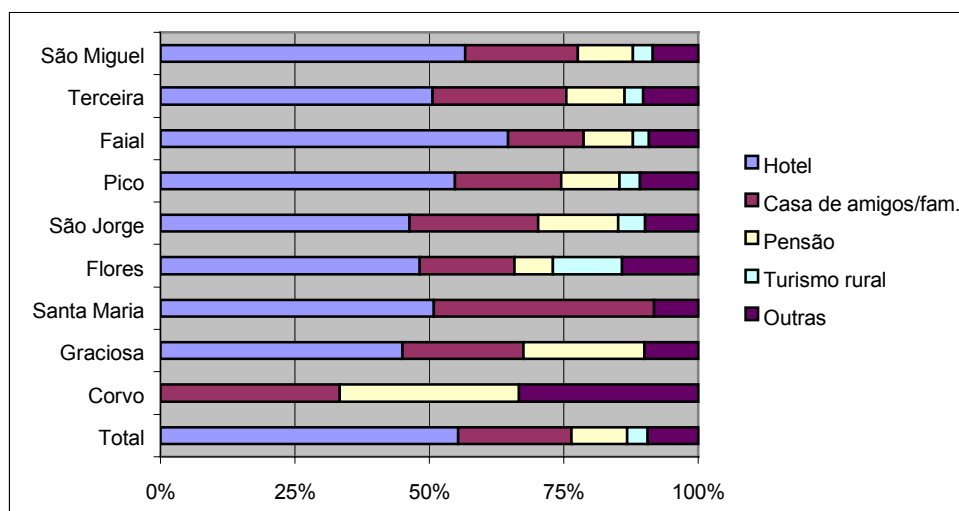


Fonte: INE, Serviço regional de estatística dos Açores – Inquérito ao turismo, 2001

O hotel é a forma de alojamento mais utilizada em todas as ilhas sendo escolhido, em alguns casos, por mais de 50% dos visitantes. O Corvo é a única ilha em que esta situação não se verifica, devido à inexistência de uma unidade desta natureza. A casa de amigos ou familiares é a segunda forma de alojamento mais utilizada, assumindo particular importância nas ilhas em que a oferta de alojamento convencional é menos diversificada: o Corvo e Santa Maria.

São também de salientar os pesos significativos do turismo em espaço rural nas Flores e das outras formas de alojamento em todas as ilhas.

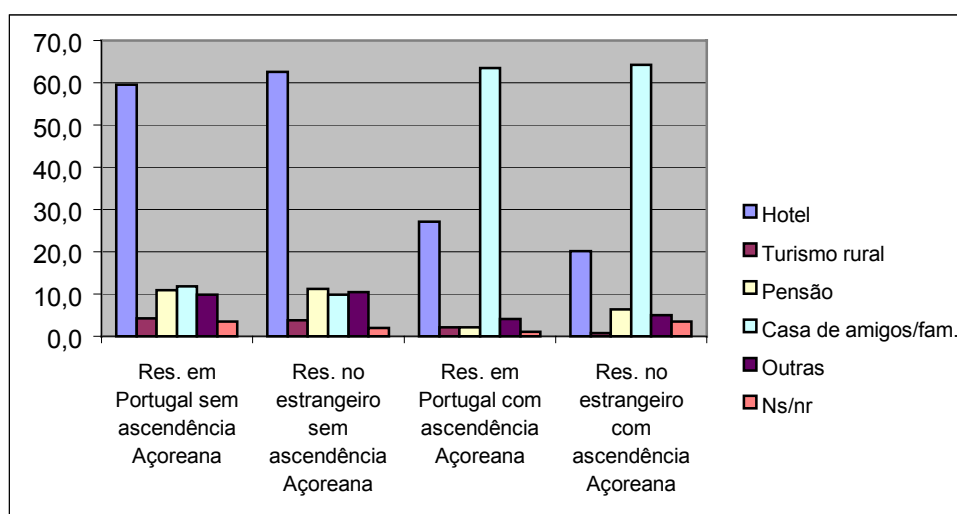
FIGURA 104 - FORMAS DE ALOJAMENTO UTILIZADOS POR ILHA



Fonte: INE, Serviço regional de estatística dos Açores – Inquérito ao turismo, 2001

A consideração da ascendência dos turistas demonstra uma clara diferenciação entre os turistas com e sem ascendência açoriana. Assim, enquanto entre os primeiros a forma de alojamento predominante (cerca de 65%) é a casa de familiares ou amigos, entre os segundos esse papel é assumido pelos hotéis. Por outro lado, e no que respeita às “segundas” formas de alojamento, é possível observar uma relativa diversidade entre os visitantes sem ascendência açoriana, contrariamente ao que acontece com os que têm ascendência açoriana, em que o hotel aparece claramente destacado.

FIGURA 105 - FORMAS DE ALOJAMENTO POR RESIDÊNCIA E ASCENDÊNCIA



Fonte: INE, Serviço regional de estatística dos Açores – Inquérito ao turismo, 2001

As outras formas de alojamento englobam variados tipos, que em alguns casos são significativos a nível local e representativos de procuras específicas que é importante não descurar. Os mais significativos são a Pousada de juventude, os Parques de campismo, o Iate/Barco¹³³ e a Casa/Quarto alugado.

Entre os turistas sem ascendência açoriana os residentes em Portugal são os que mais recorrem a tipos de alojamento como a Pousada de juventude, o Parque de campismo, a Casa/Quarto alugado e os Outros tipos (em que se destaca uma escola), enquanto os residentes no estrangeiro "optam" mais pelo Iate/Barco. Já a utilização de casa própria é mais utilizada pelos visitantes com ascendência açoriana residentes no estrangeiro.

Entre os casos de maior importância local incluem-se o Iate/Barco e o Parque de campismo na ilha do Faial, bem como a Pousada da Juventude na ilha de S. Miguel e a escola na Terceira¹³⁴.

QUADRO 111 - OUTRAS FORMAS DE ALOJAMENTO

	Residentes em Portugal sem ascendência Açoriana		Residentes no estrangeiro sem ascendência Açoriana		Residentes em Portugal com ascendência Açoriana		Residentes no estrangeiro com ascendência Açoriana		Total	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Pousada da Juventude	46	95,8	2	4,2	0	0,0	0	0,0	48	19,1
Parque de Campismo	35	77,8	9	20,0	0	0,0	1	2,2	45	17,9
Iate/Barco	6	15,4	33	84,6	0	0,0	0	0,0	39	15,5
Casa/quarto alugado	22	68,8	6	18,8	1	3,1	3	9,4	32	12,7
Casa própria	3	15,0	0	0,0	3	15,0	14	70,0	20	8,0
Outras	63	94,0	3	4,5	0	0,0	1	1,5	67	26,7
Total	175	69,7	53	21,1	4	1,6	19	7,6	251	100,0

Fonte: INE, Serviço regional de estatística dos Açores – Inquérito ao turismo, 2001.

¹³³ Embora correntemente a estadia em Iate/Barco não seja considerada uma estadia no domínio da actividade turística (daí os seus executores não serem considerados turistas mas sim visitantes), optou-se, neste estudo, por considerá-los como tal.

¹³⁴ O caso da utilização da escola na ilha Terceira está, por certo, associado a uma situação pontual relacionada com uma visita de cariz desportivo ou cultural.

A prova de gastronomia local, as compras e a visita a monumentos foram, de um modo geral, as actividades mais desenvolvidas durante a estadia, sendo também significativo o número dos que recorreram ao serviço de Rent-a-car, que fizeram passeios a pé e que usaram zonas balneares.

Todavia, uma vez mais, constatam-se diferenças consoante a ascendência e residência dos visitantes, de que se destacam:

- entre os turistas com residência em Portugal o menor peso das actividades ligadas à natureza (especialmente os percursos a pé) e à cultura (com excepção da participação em Eventos culturais por parte dos visitantes com ascendência açoriana);
- e entre os residentes no estrangeiro, pelo contrário, o maior peso dessas actividades. Contudo, os turistas sem ascendência açoriana desenvolveram mais actividades ligadas à natureza, enquanto os que têm ascendência açoriana “preferiram” as actividades culturais.

QUADRO 112 - ACTIVIDADES DESENVOLVIDAS DURANTE A ESTADIA

	Residentes em Portugal sem ascendência Açoriana		Residentes no estrangeiro sem ascendência Açoriana		Residentes em Portugal com ascendência Açoriana		Residentes no estrangeiro com ascendência Açoriana		Total	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Serviços de rent-a-car	514	44,3	87	38,7	16	20,3	66	26,9	683	40,0
Circuitos turísticos	83	7,2	46	20,4	2	2,5	13	5,3	144	8,4
Compras	613	52,8	124	55,1	44	55,7	184	75,1	965	56,5
Vida Nocturna	299	25,8	42	18,7	27	34,2	85	34,7	453	26,5
Golfe	11	0,9	14	6,2	3	3,8	17	6,9	45	2,6
Pesca Desportiva	48	4,1	7	3,1	4	5,1	32	13,1	91	5,3
Mergulho subaquático	27	2,3	9	4,0	4	5,1	11	4,5	51	3,0
Percursos a Pé	263	22,7	138	61,3	16	20,3	103	42,0	520	30,4
Observação de cetáceos	50	4,3	50	22,2	2	2,5	22	9,0	124	7,3
Zonas Balneares	300	25,9	87	38,7	26	32,9	101	41,2	514	30,1
Visitas a Monumentos	498	42,9	108	48,0	26	32,9	124	50,6	756	44,2
Eventos culturais	178	15,3	38	16,9	23	29,1	92	37,6	331	19,4
Espectáculos de folclore	109	9,4	45	20,0	9	11,4	73	29,8	236	13,8
Provou gastronomia local	913	78,7	174	77,3	58	73,4	187	76,3	1332	77,9

Fonte: INE, Serviço regional de estatística dos Açores – Inquérito ao turismo, 2001.

As expectativas dos inquiridos em relação aos Açores parecem, de um modo geral, ter sido satisfeitas, já que a grande maioria dos inquiridos não só pensa voltar a visitar a região (81,4%), como a recomenda aos amigos (87,8%).

QUADRO 113 - ASPECTOS MAIS APRECIADOS DURANTE A ESTADIA

	Residentes em Portugal sem ascendência Açoriana		Residentes no estrangeiro sem ascendência Açoriana		Residentes em Portugal com ascendência Açoriana		Residentes no estrangeiro com ascendência Açoriana		Total	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Beleza e preservação de elementos naturais e paisagísticos	761	72,1	142	72,8	34	49,3	79	36,7	1016	66,2
Exposições/Museus/Monumentos	20	1,9	5	2,6	1	1,4	3	1,4	29	1,9
Identificação de locais específicos	79	7,5	9	4,6	2	2,9	8	3,7	98	6,4
Hospitalidade e simpatia das pessoas	344	32,6	68	34,9	12	17,4	28	13,0	452	29,5
Tranquilidade/calma/ambiente/bem estar/qualidade de vida	139	13,2	32	16,4	11	15,9	20	9,3	202	13,2
Bons preços	1	0,1	6	3,1	1	1,4		0,0	8	0,5
Clima	80	7,6	23	11,8	5	7,2	14	6,5	122	8,0
Costumes/cultura/festas tradicionais, populares	27	2,6	11	5,6	3	4,3	13	6,0	54	3,5
Gastronomia	151	14,3	22	11,3	8	11,6	25	11,6	206	13,4
Tudo	67	6,4	7	3,6	8	11,6	24	11,2	106	6,9
Prática desportiva/lazer	67	6,4	39	20,0	6	8,7	33	15,3	145	9,5
Bons para fazer negócios	2	0,2		0,0		0,0		0,0	2	0,1
Visitar/estar/conviver com família/amigos	23	2,2	3	1,5	16	23,2	82	38,1	124	8,1
Vida nocturna	5	0,5	2	1,0		0,0	6	2,8	13	0,8
Diversidade das ilhas	4	0,4	4	2,1		0,0	1	0,5	9	0,6
Segurança	20	1,9	8	4,1	1	1,4	1	0,5	30	2,0
Compras/artesanato	2	0,2		0,0	2	2,9	5	2,3	9	0,6
Unidades hoteleiras/alajamento/estab. de restauração	22	2,1	4	2,1		0,0	2	0,9	28	1,8
Arranjo/conservação/limpeza dos espaços públicos e património	72	6,8	10	5,1		0,0	2	0,9	84	5,5
Boas estradas/acessibilidades	6	0,6	1	0,5	1	1,4	2	0,9	10	0,7
Desenvolvimento dos Açores	1	0,1	1	0,5	2	2,9	9	4,2	13	0,8
Total respostas	1055	100,0	195	100,0	69	100,0	215	100,0	1534	100,0
Ns/nr	105	9,1	30	13,3	10	12,7	30	12,2	175	10,2
Total	1160	100,0	225	100,0	79	100,0	245	100,0	1709	100,0

Fonte: INE, Serviço regional de estatística dos Açores – Inquérito ao turismo, 2001.

Entre os aspectos da visita aos Açores que mais agradaram aos inquiridos destacam-se os ambientais, com vastas referências à beleza e preservação de elementos naturais e paisagísticos, à qualidade de vida e às condições para a prática de desportos e de lazer, bem como os culturais em que são salientadas as características da população e a gastronomia.

Além dos elementos atrás referidos, são ainda de salientar:

- entre os visitantes sem ascendência açoriana o Clima, as Condições para a prática de desportos e lazer (no caso dos residentes no estrangeiro) e o Arranjo/conservação/limpeza dos espaços públicos e património (para os residentes em Portugal) pelo maior peso que apresentam;
- e entre os turistas com ascendência açoriana, as "Visitas/convívio com amigos familiares" e "Tudo" pela maior expressão, assim como a beleza e preservação de elementos naturais e paisagísticos e a Hospitalidade e simpatia das pessoas, mas nestes casos por terem menor representatividade.

Quando questionados acerca dos aspectos de que menos gostaram, os visitantes que não se pronunciam são em maior número (cerca de três vezes mais), o que reflecte, de certa forma, o facto de as expectativas em relação à Região terem sido, de um modo geral, satisfeitas.

Contudo, é de salientar o número de inquiridos que refere negativamente os serviços de apoio à actividade turística e as infraestruturas, muito superior ao dos que se referem a esse aspecto de forma positiva. Na maior parte dos casos, são apontados aspectos relacionados com o atendimento/qualidade nas unidades hoteleiras e de restauração, a informação/sinalização, as acessibilidades e as condições de circulação e, ainda, as condições climatéricas.

As apreciações negativas não diferem muito consoante a residência e ascendência, apenas se destacando maior descontentamento por parte dos residentes no estrangeiro quanto às condições climatéricas, e dos residentes em Portugal com ascendência açoriana quanto ao arranjo e conservação dos espaços públicos e património.

QUADRO 114 - ASPECTOS MENOS APRECIADOS DURANTE A ESTADIA

	Residentes em Portugal sem ascendência Açoriana		Residentes no estrangeiro sem ascendência Açoriana		Residentes em Portugal com ascendência Açoriana		Residentes no estrangeiro com ascendência Açoriana		Total	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Pouca vida nocturna/animação/movimento	55	6,6	2	1,3	5	9,3	1	0,6	63	5,3
Falta informação/roteiros/sinalização/apoio ao turista	101	12,2	21	13,8	4	7,4	7	4,4	133	11,1
Mau serviço/qualidade/atendimento nas unid. hoteleiras/restauração	116	14,0	7	4,6	5	9,3	16	10,1	144	12,1
Clima/condições climatéricas	123	14,9	41	27,0	8	14,8	40	25,2	212	17,8
Más estradas/estado conservação/acessibilidade/obras/congestionamentos	151	18,2	27	17,8	6	11,1	23	14,5	207	17,4
Transportes públicos (escassez, maus)	32	3,9	4	2,6	2	3,7	4	2,5	42	3,5
Arranjo e conservação dos espaços públicos e património	47	5,7	15	9,9	8	14,8	16	10,1	86	7,2
Gastronomia/alimentação	26	3,1	10	6,6		0,0	1	0,6	37	3,1
Horários comércio/locais a visitar/postos informação/restaurantes	41	5,0	4	2,6	3	5,6	7	4,4	55	4,6
Nada	60	7,2	13	8,6	5	9,3	7	4,4	85	7,1
Preços elevados, relação qualidade/preço	80	9,7	2	1,3	3	5,6	10	6,3	95	8,0
Pouca oferta alojamento/restauração/eventos culturais/infra-estruturas turísticas	54	6,5	11	7,2	4	7,4	5	3,1	74	6,2
Mau comércio, falta produtos locais certificados/artesanato/recordações	18	2,2	3	2,0	2	3,7	0	0,0	23	1,9
Más ligações/atrasos inter-ilhas/continente/outros destinos, condições dos aeroportos, serviços da SATA	108	13,0	13	8,6	7	13,0	18	11,3	146	12,2
Pessoas (mentalidade, pobreza, baixo nível cultural)	38	4,6	9	5,9	2	3,7	14	8,8	63	5,3
Motivo da viagem/pouco tempo de estadia	34	4,1	3	2,0	2	3,7	6	3,8	45	3,8
Insegurança/falta policiamento	3	0,4	2	1,3	1	1,9	1	0,6	7	0,6
Serviços públicos deficientes	7	0,8	4	2,6	0	0,0	5	3,1	16	1,3
Não haver locais para não fumadores nos estab./excesso fumadores	1	0,1	4	2,6	0	0,0	9	5,7	14	1,2
Locais específicos	3	0,4		0,0	0	0,0		0,0	3	0,3
Condução automóvel (excesso velocidade, falta de civismo)	7	0,8	5	3,3	0	0,0	6	3,8	18	1,5
Estacionamento (caótico, falta)	13	1,6	1	0,7	0	0,0	4	2,5	18	1,5
Outros (não relevantes para o tema)	8	1,0	2	1,3	0	0,0	2	1,3	12	1,0
Total respostas	828	100,0	152	100,0	54	100,0	159	100,0	1193	100,0
Ns/nr	332	28,6	73	32,4	25	31,6	86	35,1	516	30,2
Total	1160	100,0	225	100,0	79	100,0	245	100,0	1709	100,0

Fonte: INE, Serviço regional de estatística dos Açores – Inquérito ao turismo, 2001.

D.3.2. SÍNTESE - TIPOLOGIA DOS VISITANTES

No sentido de se obter uma síntese e a interligação dos dados apresentados anteriormente, ou seja uma tipologia dos visitantes, foi efectuada uma análise factorial de correspondências múltiplas (identificação dos principais factores a partir de uma matriz de indivíduos X modalidades de cada variável), seguida por uma classificação hierárquica (cluster) baseada nos *scores* de cada um dos 6 principais factores (posição de cada indivíduo no factor) e pela descrição dos grupos mais estáveis do *cluster*.

Foram consideradas na análise as seguintes variáveis activas:

- Mês da viagem;
- Aeroporto de saída;
- Tipo de voo;
- Sexo;
- Grupo etário;
- Local de residência;
- Profissão;
- Grau de instrução;

Todas as outras variáveis entraram como ilustrativas, ou seja, não contribuíram para a definição dos eixos factoriais.

Os resultados finais obtidos permitem identificar cinco tipos principais de visitantes que se apresentam a seguir. Importa notar que as características de cada tipo correspondem a uma sobrerrepresentação não abrangendo necessariamente a totalidade dos indivíduos do grupo, p.e. no total, a % de pessoas com ensino superior é 41,5%, no grupo X é de 76,9%, isto leva a considerar a escolaridade elevada como uma característica deste grupo/tipo.

QUADRO 115 - IDENTIFICAÇÃO DOS 5 PRINCIPAIS TIPOS DE VISITANTES

TIPO 1 (518 indivíduos)
Estiveram nos Açores fora do período das férias de Verão. Saíram do aeroporto de Ponta Delgada num voo regular. Neste subgrupo de inquiridos, estão sobretudo representados os homens, com profissões de qualificação média, residentes em Portugal Continental.
São diversos os motivos que os levaram aos Açores, sobressaindo ligeiramente as razões de trabalho ou negócios. Na grande maioria dos casos estiveram exclusivamente em S. Miguel, numa estadia de curta duração (3-4 dias).
TIPO 2 (730 indivíduos)
Estiveram nos Açores fora do período das férias de Verão. O peso relativo dos que saíram da Região pelo aeroporto da Horta é significativo. São adultos jovens, residentes em Portugal Continental, com grau de instrução elevado e profissões muito qualificadas.
A visita é sobretudo motivada por razões de ordem profissional. A estadia é muito curta (2-3 dias) e o meio de alojamento mais usado é o hotel. Valorizam, em particular, a beleza natural dos Açores.
TIPO 3 (152 indivíduos)
Estiveram nos Açores no período das férias de Verão. Saíram do aeroporto das Lajes, num voo regular. Estão sobrerrepresentados os jovens (18-24 anos), os estudantes e as mulheres. Residem em Portugal Continental mas são de origem açoriana.
Estes jovens estudantes açorianos que se encontram a estudar nas universidades do Continente, vão de férias à Região e ficam naturalmente em casa da família. Frequentam bastante as zonas balneares e os locais de diversão nocturna. Participam também, com frequência, em eventos culturais. Neste subgrupo de visitantes, surgem sobrerrepresentadas as ilhas são a Terceira e as Flores.

QUADRO 115 - IDENTIFICAÇÃO DOS 5 PRINCIPAIS TIPOS DE VISITANTES (CONTINUAÇÃO)

TIPO 4 (177 indivíduos)
<p>Estiveram nos Açores no período das férias de Verão, sobretudo em Agosto. Saíram do aeroporto das Lajes, num voo fretado.</p> <p>Neste conjunto de pessoas é expressiva a parcela mulheres. Predominam os indivíduos com 45 a 64 anos, residentes no Estrangeiro (quer estrangeiros de naturalidade quer pessoas de origem açoriana). Tem qualificação média-baixa.</p>
<p>O principal motivo da viagem é a visita a familiares e amigos, tendo sido alojados, em muitos casos, na casa das pessoas que vão visitar.</p> <p>Estas pessoas dispersam-se pelas várias ilhas do Arquipélago e tem estadias de longa duração (2-3 semanas).</p> <p>Valorizam bastante os aspectos culturais da Região e estiveram envolvidos numa série de actividades, entre as quais se destacam os passeios a pé, a pesca desportiva, a participação em eventos culturais. Deslocaram-se às zonas balneares.</p>
TIPO 5 (132 indivíduos)
<p>O momento da sua estadia distribui-se ao longo do ano. É expressiva a parcela que saiu do aeroporto das Lajes.</p> <p>São idosos, reformados e estrangeiros.</p>
<p>O destino Açores é escolhido por razões de descanso e lazer, sendo, em muitos casos, a 1ª vez que se encontram na Região.</p> <p>Recorrem às agências de viagem, optando por pacotes tipo excursão "tudo incluído". Ficam alojados em hotéis, permanecendo, em média, uma semana.</p> <p>Neste conjunto de visitantes, o destino Faial assume um peso relativo importante.</p>

D.4. ADEQUAÇÃO ENTRE OFERTA E PROCURA

A análise da adequação entre a oferta e a procura, tem, antes de mais, de ter subjacente a noção de que estamos perante uma relação “interactiva”, como consequência do facto de tanto a oferta como a procura se condicionarem mutuamente num ajuste sucessivo em que a procura efectiva é largamente influenciada pela oferta e, onde esta actua em função da procura potencial.

Desta forma, a abordagem da adequação entre oferta-procura, não se deve limitar simplesmente a avaliar até que ponto as necessidades dos visitantes da região são satisfeitas pela oferta, porque para além do sempre necessário contraponto quantitativo (apesar das dificuldades de execução e rigor no que respeita à procura), é também importante perceber a convergência, ou divergência, entre as expectativas e acções dos empresários, com as expectativas e opiniões dos visitantes.

No que se refere à análise quantitativa a nossa opção recaiu sobre as taxas de ocupação por cama, indicador que possibilita a aferição dos níveis de utilização do alojamento face à sua capacidade.

A leitura dos quadro seguinte demonstra uma clara aproximação da taxa de ocupação dos Açores à média nacional, situação que está associada ao facto de a Região ter apresentado a maior variação positiva desta taxa. Como consequência deste crescimento, é ainda possível observar uma clara descolagem face às regiões que tinham as taxas mais reduzidas (Alentejo, Centro e Norte) e, conseqüentemente, uma forte aproximação em relação a Lisboa e Vale do Tejo e uma diminuição da diferença relativamente ao Algarve e à Madeira. Este comportamento globalmente positivo da Região fica-se a dever ao facto da taxa de crescimento da procura expressa pelo crescimento do número de dormidas (24,7% para o período de 1990-98) ter suplantado consideravelmente a taxa de crescimento da oferta medida através da

dinâmica do número de camas disponibilizadas (17,7% para o mesmo período).

QUADRO 116 - TAXA DE OCUPAÇÃO DOS ESTABELECIMENTOS HOTELEIROS EM PORTUGAL, ENTRE 1994 - 2000

	1994	2000	Varição da Taxa de ocupação
Portugal	36,0	42,2	6,2
Continente	34,2	40,3	6,1
Norte	25,8	29,4	3,6
Centro	21,4	28,2	6,8
Lisboa e Vale do Tejo	34,3	41,5	7,2
Alentejo	28,0	32,0	4,0
Algarve	40,4	46,5	6,5
Reg. Autónoma da Madeira	55,8	59,0	3,2
Reg. Autónoma dos Açores	30,1	40,3	10,2

Fonte: INE – Estatísticas do turismo, 1994; INE – Infoline, Estatísticas do turismo, 2000

O aumento das taxas de ocupação, embora extensíveis a todas as tipologias de alojamento, tiveram intensidades diferentes. Assim, para além da criação de dois novos tipos de estabelecimentos durante este período, as Unidades de turismo em espaço rural e os Alojamentos turísticos, há a assinalar os crescimentos das taxas respeitantes aos Hotéis e às Pensões, que indiciam o reforço da sua posição em termos absolutos.

A evolução verificada, aponta ainda para a manutenção da tendência de maior ocupação dos estabelecimentos de tipologias às quais se associa uma oferta de maior qualidade. Tal constatação baseia-se, simultaneamente, nos seguintes factos: quando se consideram os vários níveis de qualificação das tipologias apresentadas, as taxas de ocupação diminuem significativamente para as classes com menor número de estrelas, isto é, as de menor qualidade; e no facto de as novas formas de alojamento serem também elas associadas a oferta turística de qualidade.

Desta forma, pode afirmar-se que a evolução verificada vem de encontro ao perfil do turista da Região, definido em ponto anterior deste trabalho, que, recorde-se, corresponde, em geral, a um indivíduo com um nível socio-profissional elevado, e que se pode enquadrar no chamado “turista de qualidade”.

QUADRO 117 - TAXA DE OCUPAÇÃO POR TIPO DE ESTABELECIMENTO HOTELEIRO NA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES, ENTRE 1994 – 2000

	1994	2000	Varição da Taxa de ocupação
Hotéis	32,3	42,7	10,4
Hotéis apartamentos	36,9	43,6	6,7
Apartamentos turísticos	-	21,8	21,8
Estalagens	35,6	37,5	1,9
Pensões	25,5	33,8	8,3
T.E.R.	-	18,0	18,0
Região	30,1	40,3	10,2

Fonte: INE – Estatísticas do turismo, 1994; INE – Infoline, Estatísticas do turismo, 2000

Todavia, a evolução das taxas de ocupação não se processou nem com a mesma intensidade, nem no mesmo sentido, em todas as ilhas do arquipélago. Da análise inter-regional destaca-se o facto de apenas quatro ilhas, Santa Maria, Graciosa, São Miguel e Terceira, apresentarem evoluções positivas.

QUADRO 118 - TAXA DE OCUPAÇÃO DOS ESTABELECIMENTOS HOTELEIROS NA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES, ENTRE 1990 - 98

	1990	1998	Varição da Taxa de ocupação
Faial	27,8	24,9	- 2,9
Flores	24,8	23,3	- 1,5
Graciosa	19,0	24,1	5,1
Pico	24,9	18,4	- 6,5
Santa Maria	21,9	33,9	12,0
São Jorge	29,1	17,2	- 11,9
São Miguel	34,6	39,7	5,1
Terceira	26,7	28,4	1,7
Região	30,0	31,8	1,8

Fonte: INE, Serviço regional de estatística dos Açores – Estatísticas do turismo, 1990-1998.

Estes diferentes comportamentos (crescimento ou diminuição das taxas de ocupação

cama) podem ser encontrados no jogo entre as dinâmicas de crescimento da oferta e da procura.

Nesta medida, para os casos anteriormente assinalados de aumento das taxas de ocupação, dois processos distintos são de assinalar:

- diminuição da oferta acompanhada de aumento da procura, caso de Santa Maria;
- aumento moderado da oferta acompanhado de um maior crescimento da procura, casos da Terceira, São Miguel e Graciosa.
- Os restantes casos de diminuição das taxas de ocupação, igualmente dois processos são de registar:
- o caso do Pico, no qual a um aumento da oferta se verificou uma diminuição da procura;
- e os restantes (Flores, São Jorge e Faial), todos eles relacionados com diferentes dinâmicas de crescimento no que respeita à oferta e à procura, sendo estas últimas inferiores às primeiras.

QUADRO 119 - DINÂMICAS APROXIMADAS DA OFERTA (Nº DE CAMAS) E DA PROCURA (Nº DE DORMIDAS), ENTRE 1990 – 98

	Tx.C.% Oferta	Tx.C.% Procura	Intensidade das dinâmicas (Oferta)	Intensidade das dinâmicas (Procura)
Faial	39,6	25,0	+++	++
Flores	103,4	90,9	+++++	++++
Graciosa	1,2	28,5	+	++
Pico	29,2	-4,6	++	-
Santa Maria	-10,7	38,2	-	+++
São Jorge	74,3	3,1	++++	+
São Miguel	16,2	33,4	++	+++
Terceira	0,8	7,0	+	+
Região	17,7	24,7	++	++

Nota: + (dinâmica positiva); - (dinâmica negativa)

Fonte: INE, Serviço regional de estatística dos Açores – Estatísticas do turismo, 1990-1998.

No domínio qualitativo, a análise realizada nos dois processos de inquirição – Procura e Oferta – possibilitou reforçar a problemática da sazonalidade com que o destino Açores se defronta. A procura é muito mais intensa nos meses tradicionais das férias no Verão (Julho e essencialmente Agosto). Esta questão conduz a que as empresas adotem uma postura em que procuram satisfazer esta procura elevada num período específico, e a que tenham, por vezes, os seus serviços e/ou produtos no mercado também de forma sazonal.

A sazonalidade do emprego, embora relativamente fraca, pode ser explicada, entre outros factores, como sendo um dos reflexos da própria sazonalidade da procura. Noutro plano, é de salientar que o de recrutamento de mão-de-obra é realizado sem critérios exigentes no que toca à sua qualificação. Esta realidade é bem expressa pela procura quando enumera o atendimento/qualidade nas unidades hoteleiras e de restauração como um dos aspectos com apreciação negativa. O modo de prestação do serviço é ainda apontado, por alguns, como mau nas unidades de alojamento e de restauração

Convém, contudo, salientar que já existe por parte dos empresários dos sectores em causa a consciencialização da necessidade de colmatar esta falha e evidenciam uma preocupação em contratar pessoal com competências técnicas na área de actividade promovida pela empresa. Isto porque os empresários já têm a noção de que o recrutamento de determinados perfis profissionais com qualificação é fundamental para lhes assegurar a prestação de um bom serviço, facto que é tido como condição indispensável para o seu crescimento no mercado. Neste sentido, apontam como áreas fundamentais em que é necessário realizar um esforço para efectuar recrutamentos de pessoal qualificado, a de mesa e bar, a de cozinha, a área de atendimento e recepção e a de andares e de quartos.

Importa reter, tal como já foi referido na análise do inquérito à oferta, que esta sensibilização é importante e que já começa a ser uma postura tomada por um conjunto significativo de empresários. Por outro lado, há que ter presente que se tratam de necessidades de qualificação que ainda vão demorar algum tempo a dissipar-se, uma vez que os próprios empresários, apesar de reconhecerem a importância destes profissionais nos dias de hoje, também referem que daqui a 5 anos vão continuar a ser estas as categorias mais necessárias. Este problema é agravado pelo facto dos perfis profissionais referentes às áreas identificadas representarem, para

a maioria dos inquiridos, as profissões em que sentem maiores dificuldades de recrutamento, o que efectivamente significa um deficit de pessoal qualificado e por consequência de oferta formativa nestas áreas.

Ainda sob a perspectiva da oferta, e numa tentativa de perceber as expectativas dos empresários para o futuro, é importante reter a sua posição em relação aos próximos dois anos no que concerne a investimentos que permitam oferecer uma maior e melhor resposta às solicitações da procura. E como se verificou na análise dos dados do questionário à oferta, as expectativas dos empresários em relação aos investimentos para os próximos 2 anos sofrem uma ligeira quebra comparativamente aos realizados nos últimos 2 anos. Ou seja, nos próximos anos os investimentos a realizar em máquinas, instalações, material rolante e informática, para já, são referidos em menor número do que os realizados no passado. Esta manifestação pode ser entendida como uma dificuldade dos empresários em se posicionarem face ao futuro, pois estão muito dependentes da conjuntura actual, que decide a atitude a tomar nesta matéria.

No entanto, também é importante mencionar os que afirmam claramente intenção em efectuar investimentos, em qualquer uma das rubricas mencionadas, nos próximos 2 anos, e que podem significar uma continuação de investimentos realizados no passado ou uma aposta para o futuro em novos equipamentos sempre na tentativa de satisfazer as necessidades e expectativas da procura.

D.5. INSTRUMENTOS DE POLÍTICA E DE APOIO AO DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO NOS AÇORES

A primeira reflexão global sobre o turismo nos Açores, incorporando um levantamento de problemas e das potencialidades, foi explicitada em 1995 no **Plano Regional de Turismo**. Em substância o PRT preocupou-se em fazer uma digressão por todas as ilhas do arquipélago e confrontar o perfil encontrado com a capacidade de adequação ao modelo “Sol e Praia”, para concluir que era possível implementar, com os devidos ajustamentos obrigados pelas características de clima e costa, esse modelo no arquipélago.

Esta ideia de objectivo estratégico não foi referendada pela política de apoios financeiros disponibilizados na Região, e em particular pelo SITRAA (Sistema de Incentivos ao Turismo na Região Autónoma dos Açores)¹³⁵, um sistema de apoio complementar ao SIFIT (que também abarcava o arquipélago) implementado em 1996 e que traduzia como objectivos basicamente o aumento do alojamento hoteleiro, a promoção e a animação turística desde que realizada em empreendimentos turísticos.

A implementação de um sistema de apoio financeiro específico à Região esteve provavelmente ligado ao diminuto acesso de promotores locais ao SIFIT, como se pode deduzir do Quadro 120 que apresenta o total de projectos aprovados durante a vigência do SIFIT, entre 1994 e 1999, e onde o peso dos Açores é pouco mais que vestigial. Similares resultados poder-se-iam encontrar na análise de outros instrumentos de apoio, como os Protocolos Bancários¹³⁶ (no período 1997-2000 houve apenas um único protocolo celebrado com entidades da Região num total de 140), ou

¹³⁵ Decreto Legislativo Regional n.º 8/96/A.

¹³⁶ Modalidade de concessão de empréstimos com taxa de juro bonificada e períodos de análise e contratação mais curtos do que os dos restantes instrumentos de apoio.

o PROREST (Programa de Apoio à Requalificação e Modernização dos Estabelecimentos de Restauração e de Bebidas) que vigorou em 1999 e 2000 e onde entre os 266 projectos aprovados nenhum respeitou à Região.

QUADRO 120 - PROJECTOS APROVADOS AO ABRIGO DO SIFIT (III)

	N.º Projectos Aprovados	Investimento Total		Incentivo		Investimento	Incentivo
		10 ³ Esc.	10 ³ Euros	10 ³ Esc.	10 ³ Euros	%	%
AÇORES	6	1 646 474	8 213	868 766	4 333	1.4	2.1
AVEIRO	8	2 869 318	14 312	803 366	4 007	2.4	2.0
BEJA	3	202 936	1 012	106 427	531	0.2	0.3
BRAGA	26	6 748 064	33 659	3 200 767	15 965	5.6	7.8
BRAGANÇA	4	472 657	2 358	225 351	1 124	0.4	0.6
CASTELO BRANCO	4	1 048 232	5 229	567 777	2 832	0.9	1.4
COIMBRA	8	1 858 581	9 271	956 648	4 772	1.5	2.3
ÉVORA	9	2 047 172	10 211	992 421	4 950	1.7	2.4
FARO	48	18 930 227	94 424	7 166 680	35 747	15.7	17.5
FUNCHAL	52	18 906 320	94 304	8 147 805	40 641	15.6	19.9
GUARDA	7	1 190 781	5 940	566 745	2 827	1.0	1.4
LEIRIA	24	4 367 398	21 784	1 625 779	8 109	3.6	4.0
LISBOA	59	44 937 985	224 150	8 547 940	42 637	37.2	20.9
PORTALEGRE	2	1 123 886	5 606	310 910	1 551	0.9	0.8
PORTO	16	4 453 413	22 214	1 970 705	9 830	3.7	4.8
SANTARÉM	3	247 416	1 234	106 425	531	0.2	0.3
SETÚBAL	10	2 262 349	11 285	1 093 475	5 454	1.9	2.7
VIANA DO CASTELO	9	1 046 584	5 220	466 349	2 326	0.9	1.1
VILA REAL	10	3 604 465	17 979	1 634 449	8 153	3.0	4.0
VISEU	13	2 975 781	14 843	1 499 076	7 477	2.5	3.7
TOTAL	321	120 940 039	603 246	40 857 861	203 798	100.0	100.0

Fonte: IFT, Relatório de Actividades de 2000, e cálculos próprios

A intenção de promover o aumento de capacidade hoteleira (por construção nova, remodelação e ampliação) continuou subjacente ao sistema de apoios desenhado no âmbito do novo QCA e do PRODESA, quer através do SIDET¹³⁷ (Subsistema para o

¹³⁷ Decreto Regulamentar Regional n.º 4/2001/A

Desenvolvimento do Turismo), quer através do SIDEP¹³⁸ (Subsistema de Prémios) quer através do SIDEL¹³⁹ (Subsistema para o Desenvolvimento Local). A principal diferença encontrada reside na extensão do âmbito sectorial de acesso à generalidade dos sectores.

Os dados respeitantes a estes novos sistemas de apoio são ainda escassos para avaliar da resposta havida. A disponibilidade de informação sobre os projectos aprovados até Novembro de 2001 no âmbito da Medida 3.1¹⁴⁰ do PRODESA (Desenvolvimento do Turismo) e da Medida 5.1¹⁴¹ (Turismo) – as duas medidas específicas relativas ao turismo no conjunto dos 5 eixos constantes do PRODESA – permite apenas algumas considerações de carácter geral. Os oito projectos aprovados na Medida 3.1 (onde sobressaíam as intervenções no porto de recreio de Angra do Heroísmo, a ampliação da marina da Horta e a promoção turística da Região no biénio 2000-2001, com cerca de 83% do total de ajudas dos oito projectos) significavam 42% do total de apoio comunitário assignado a essa Medida; enquanto que os seis projectos aprovados na Medida 5.1 (de construção, ampliação ou remodelação de equipamentos hoteleiros) representavam 16% do total do apoio comunitário programado para essa Medida.

No final de 2001 foi apresentado o **Plano de Marketing Operacional de Turismo da RAA**, para vigorar no período 2002-2003, elaborado pela Deloitte Consulting. Nos seus traços fundamentais ele parece ter como objectivo rentabilizar os investimentos já efectuados nos últimos anos e em particular os que ainda estão em curso e que irão duplicar a oferta de alojamento actual, quer através da tentativa de redução da sazonalidade quer através da procura do acréscimo do número de visitantes. Para esse efeito é efectuada uma segmentação de produtos que, à excepção do “Sol e Praia”, segue as linhas habituais referidas noutras programações de marketing: touring, golfe, turismo de negócios, incentivos e congressos, turismo cultural, étnico, desportivo e social.

No caso dos Açores, se alguma ilação pode ser retirada das políticas regionais de apoio nos últimos anos ela aponta no sentido de uma aposta no crescimento dos

¹³⁸ Decreto Regulamentar Regional n.º 5/2001/A

¹³⁹ Decreto Regulamentar Regional n.º 6/2001/A

¹⁴⁰ Mais vocacionada para apoio a infra-estruturas e, portanto, no âmbito da Administração Regional.

¹⁴¹ Mais vocacionada para apoio a equipamentos turísticos no âmbito da iniciativa privada.

equipamentos de alojamento, isto é do número de camas disponíveis, como preocupação nuclear. Se parece ser indiscutível, face ao aumento esperado da disponibilização de camas até 2004, que esta aposta parece ter tido sucesso, a verdade é que, tendo como referência os dados comparativos disponíveis de várias áreas quer do Continente quer da Madeira, parece ser possível deduzir que as respostas regionais aos vários programas tornaram esse sucesso eventualmente menos amplo do poderia ter sido conseguido, em particular quando se amplia a noção de oferta turística para além dos limites da hotelaria.

D.6. A INSERÇÃO DO SECTOR TURÍSTICO NA ECONOMIA DA RAA

Importa desde logo delimitar o conceito de "sector do turismo" utilizado com frequência quer na linguagem corrente quer mesmo na terminologia dos agentes e dos responsáveis pela política do sector. O conceito está carregado de ambiguidade e não resiste a uma abordagem mais rigorosa sob o ponto de vista da análise económica e estatística. Com efeito, não existe na classificação das actividades económicas, tomada como referência no sistema estatístico, nenhum ramo de actividade com a designação de "turismo". Existem sim actividades económicas, cobrindo um significativo leque de oferta de bens e serviços, que respondem a uma "procura turística". Esses sectores de actividade, que incluem a hotelaria, restauração, agenciamento de viagens, transporte aéreo, etc., satisfazem todavia uma procura que não é necessariamente turística, embora esta possa ser dominante em algumas daquelas actividades.

Embora esta questão seja equacionada e discutida com maior profundidade no Anexo Metodológico, é oportuno salientar aqui que, naquelas condições, a análise da procura turística constitui então o enfoque de referência para o estudo do sector. Por outras palavras, o critério de selecção dos ramos de actividade classificáveis no universo do turismo, é estabelecido pelo facto de responderem à procura turística (tal como definida no referido Anexo).

Pelas razões acima referidas, a análise do sector do turismo escapa à abordagem convencional, obrigando à definição de um método próprio. Infelizmente, isso também explica que a informação estatística normalizada não dê uma resposta directa e imediata às necessidades de análise, obrigando a uma recolha e um tratamento adicionais de informação específica, com os custos que isso implica, ou à utilização da informação existente, mas adaptando-a e fazendo sobre ela uma leitura sob o ângulo da procura turística. Neste estudo optámos por esta segunda via, através da exploração da informação oficial existente, complementada com a informação obtida

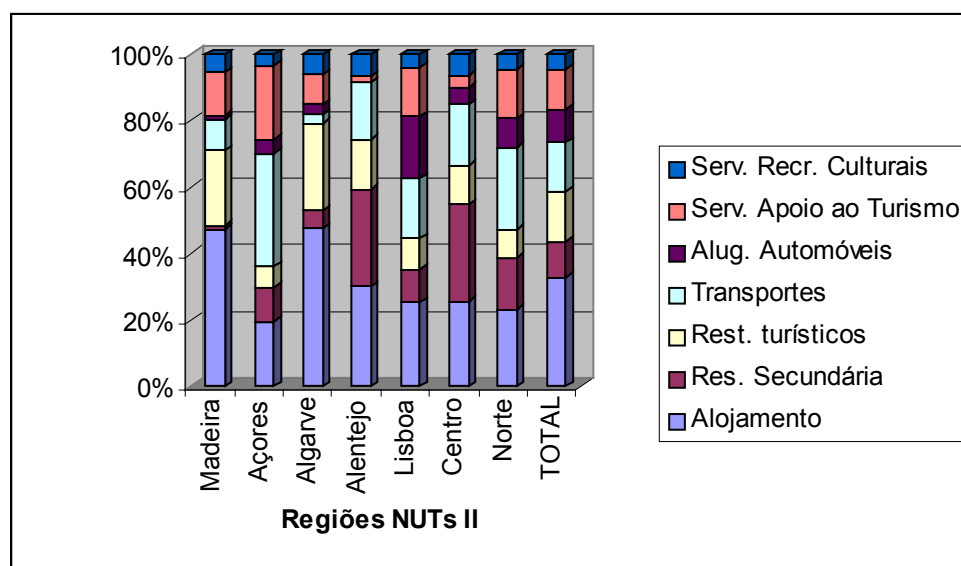
através dos inquéritos realizados especificamente no âmbito do presente estudo.

O actual estágio de desenvolvimento das Contas Nacionais regionais não permite fazer uma avaliação do peso actual da actividade turística na RAA, nem tão pouco uma análise do impacto do sector no conjunto da economia. Na verdade, as Contas Regionais apenas disponibilizam o valor acrescentado regional na óptica do produto, global e por 16 ramos de actividade, não fornecendo o produto na óptica da despesa.

O Quadro de Relações Intersectoriais constitui a base metodológica mais adequada e completa para a análise de inserção das actividades turísticas na estrutura produtiva da região e para a determinação dos efeitos multiplicadores associados à procura turística, mas dada a sua actual indisponibilidade para a Região Autónoma dos Açores, não permite fazer aquela análise.

Uma primeira aproximação à avaliação da dimensão das actividades turísticas pode ser dada pela importância do sector da Hotelaria e Restauração que, na Região Autónoma dos Açores, representa 3,2% do VAB total da Região (valor semelhante à média nacional) e 4,3% do emprego total, o que dá uma primeira evidência da natureza trabalho-intensiva desta actividade. Uma segunda aproximação, passaria pela estimativa do VAB dos restantes ramos de actividade turística.

FIGURA 106 - ESTRUTURA REGIONAL DO VAB TURÍSTICO



Fonte:

Universidade do Algarve (1999)

Como seria de esperar a estrutura interna do VAB Turístico nos Açores não têm ainda as características típicas de uma região turística, e na qual são dominantes os ramos do Alojamento e dos Restaurantes Turísticos. Com efeito, a Figura 106 revela que em regiões como a Madeira e o Algarve, aqueles ramos de actividade explicam só por si, cerca de 70% do valor acrescentado total do sector turístico, para cuja percentagem é decisivo o peso do Alojamento com quase 50%.

Comparando a estrutura do VAB turístico açoriano com a das restantes regiões portuguesas, os Açores revelam um padrão bastante diferente, quer comparando com as regiões de vocação turística (Madeira e Algarve), o que seria aliás de esperar, mas também com as regiões que não têm uma orientação predominante para o turismo. Desde logo, o ramo dos Transportes se destaca nos Açores pela sua importância (34%) na formação do valor acrescentado turístico. A natureza insular do território poderia explicar este resultado, onde o transporte aéreo internacional e inter-ilhas tem necessariamente um peso importante, mas mesmo assim parece excessivo quando se compara por exemplo com a Madeira, na qual os Transportes representam apenas 9%. Por outro lado, destaca-se o peso relativo muito elevado dos Serviços de Apoio ao Turismo, que inclui sobretudo os serviços das Agências de Viagens (com uma percentagem de 22%, bem superior à de todas as outras regiões), e o reduzido peso do Alojamento e da Restauração (valor inferior a todas as outras regiões). Ou seja, os serviços de transporte e de agenciamento de viagens explicam em conjunto 54% do VAB turístico da região, enquanto que a hotelaria e restauração não ultrapassam os 26%.

Ainda que se admita alguma insuficiência na informação estatística de base, parece estarmos perante uma estrutura de valor acrescentado consideravelmente distorcida, e claramente enviesada em benefício dos segmentos de transporte e de organização das viagens. Em compensação, os segmentos de hotelaria e restauração, que habitualmente preenchem a parte mais significativa do valor acrescentado, têm nos Açores uma expressão relativamente reduzida.

Esta situação têm implicações ao nível da difusão na economia interna dos efeitos multiplicadores das actividades turísticas. Na verdade, o segmento de transporte (quer internacional, quer interno) tem um elevado conteúdo importado enquanto que as agências de viagens apenas produzem um pequeno efeito multiplicador por via do emprego. Porém, pela sua estrutura accionista, estão muito ligadas ao exterior. Assim,

em ambos os casos, quer por via dos consumos intermédios importados, quer pela via da transferência dos rendimentos gerados por aquelas actividades, estão criadas as condições para se verificar um importante efeito de drenagem de valor para o exterior da Região.

Acresce que a formação dos preços dos serviços associados a cada um daqueles segmentos da oferta turística pode ter efeitos depressivos sobre a competitividade da oferta do produto turístico globalmente considerado. Na verdade, na óptica da procura, o preço do produto turístico é avaliado de um modo agregado, sabendo-se todavia que ele deriva de uma formação compósita onde estão integrados todos os segmentos da oferta (transporte, hotelaria, restauração, agenciamento). Assim, para um dado nível de preço final compósito, a concentração de valor num determinado segmento (por exemplo o transporte), implica a sua compressão nos restantes segmentos, se se quiser manter a oferta a um nível internacionalmente competitivo. Tal compressão a verificar-se tem inevitáveis efeitos negativos sobre a qualidade dos serviços turísticos prestados na medida em que esta se ajusta naturalmente ao nível de preço permitido.

A consciência dos desequilíbrios da estrutura produtiva da RAA atrás referidos está a ser crescentemente assumida na definição e implementação das políticas públicas voltadas para a promoção e para o apoio ao turismo. A este respeito vale a pena invocar, a título de exemplo, os programas de iniciativa comunitária, designadamente o Interreg IIIB, recentemente aprovado pela Comissão Europeia e que estabelece os eixos de apoio à cooperação das regiões ultraperiféricas dos Açores-Madeira-Canárias. Aí, no contexto da definição dos eixos estratégicos de intervenção, reconhece-se explicitamente que "há que desenvolver novas estratégias de desenvolvimento turístico que respeitem o princípio da sustentabilidade e que permitam manter o equilíbrio entre o desenvolvimento sócio-económico das regiões e conservação e gestão sustentada dos recursos naturais e culturais".

Duas ordens de questões se levantam a propósito. A primeira decorre das **potencialidades das actividades produtivas tradicionais** para tirarem partido do aumento da procura turística, cujos padrões de qualidade exigem a requalificação da oferta de produtos tradicionais; a segunda decorre dos efeitos multiplicadores induzidos pela procura turística, cabendo indagar se esses efeitos poderão ter algum

impacto sobre a oferta interna, induzindo ou aumentos de capacidade ou novos segmentos de oferta, ou se em alternativa, esses efeitos se traduzem em importações adicionais, deixando como valor acrescentado regional concentrado no valor das margens comerciais e no imposto sobre o valor acrescentado. A identificação e quantificação desses efeitos implica que se tenha em conta as actividades produtivas que estão na primeira linha da oferta às solicitações da procura turística como é caso da hotelaria e da restauração, das indústrias alimentares, dos transportes, dos serviços mais solicitados pelos turistas relacionados com a animação e a informação (agências de viagens, serviços públicos no domínio do turismo, actividades lúdicas, etc). Numa segunda linha, posicionam-se as actividades produtivas a montante das primeiras, e que lhes fornecem bens e serviços (produção agro-pecuária, pesca), serviços financeiros, etc.

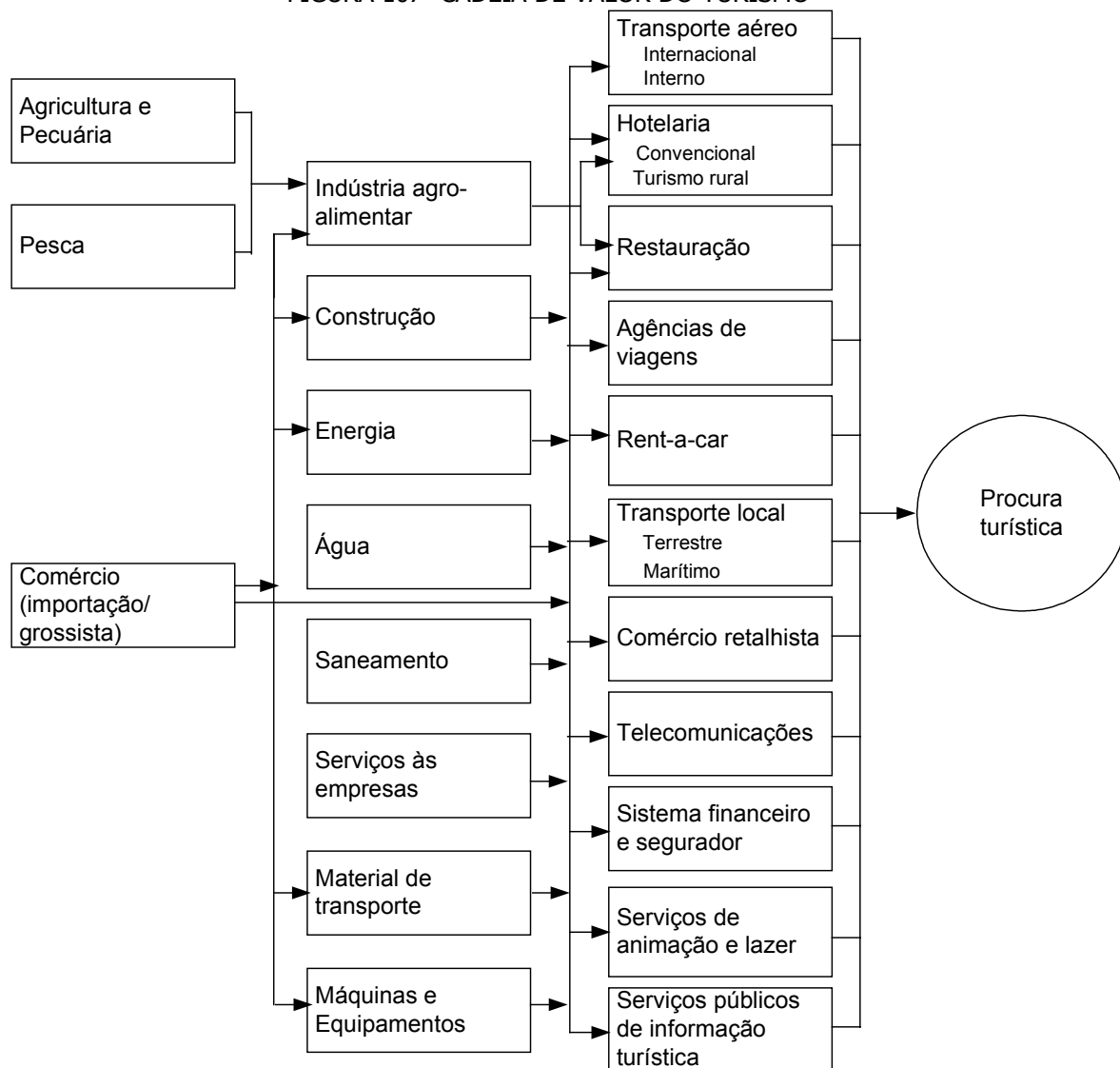
Embora não seja possível estimar com rigor qual o conteúdo importado dos ramos produtivos da primeira e segunda linha de oferta, uma observação empírica indica que a indústria agro-alimentar regional tem um bom potencial de oferta em produtos vegetais (excepto cereais) e animais (com uma oferta de proteína animal relativamente diversificada) que minimiza a necessidade de importações significativas.

Para melhor se compreender aquela questão importa adoptar uma visão da actividade turística como uma **cadeia de valor**, na qual se integram todas as actividades produtivas directa e indirectamente relacionadas. Graficamente, a estrutura básica da **cadeia de valor do turismo** nos Açores representa-se na Figura 107. O diagrama representa apenas as relações mais fortes e destaca, numa primeira linha, os sectores que servem directamente a procura (final) de bens e serviços turísticos, respondendo assim directamente a solicitações da procura turística. Numa segunda linha estão representados os sectores situados a montante dos primeiros, e numa terceira linha representa-se apenas o sector agro-pecuário pela sua relevância no sistema produtivo, bem como o sector importador, entendido no sentido lato, ou seja, o sector que faz a intermediação das aquisições no exterior e a economia açoriana¹⁴².

¹⁴² A presente representação não mostra todas as relações possíveis, directas e indirectas, nem tão-pouco todos os sectores de actividade, de modo a melhor salientar as relações mais importantes. Por outro lado, não existe ainda uma base estatística, assente por exemplo numa matriz de relações intersectoriais, que permita quantificar aquelas relações. Em alternativa estão disponíveis dados sectoriais agregados das

Os elos mais fracos da cadeia de valor (que na prática são compensados com aquisições fora do território): i) situam-se nos ramos de actividade mais a montante, na cadeia alimentar (principalmente cereais), nos produtos energéticos, materiais de construção, material de transporte e equipamentos; ii) nos sectores que se relacionam directamente com a procura turística destacam-se os ramos do transporte aéreo e das telecomunicações.

FIGURA 107- CADEIA DE VALOR DO TURISMO



Contas Nacionais que permitem calcular alguns indicadores estruturais para a RAA e que são utilizados nos diagramas apresentados no presente relatório.

A cadeia de valor do turismo caracteriza-se por incorporar inúmeras actividades produtivas que produzem bens e serviços não transaccionáveis (no mercado internacional), estando por isso abrigadas da concorrência externa, embora as suas estruturas de produção tenham por vezes elevados conteúdos importados. São os casos por exemplo, da construção, e da generalidade dos serviços de públicos de rede (energia, abastecimento de água, saneamento). A Figura 107 evidencia justamente a importância das actividades não transaccionáveis na formação do produto da RAA, de tal modo que o peso conjunto da Administração Pública, Defesa e Segurança Social, Comércio, Transportes, e Serviços prestados às Empresas representam 56,4% do VAB total.

Por sua vez, o elevado valor relativo do sector primário na RAA, incluindo a Pesca (cerca de 10%) contrasta com a reduzida expressão da Indústria Transformadora com 8,2%. Comparando com a estrutura homóloga para o conjunto do país verifica-se uma reduzida expressão do sector primário (4,1%) e um peso importante da Indústria Transformadora (cerca de 20%).

O indicador expresso na figura inferior mostra a especialização relativa da RAA face à estrutura produtiva do país, embora as condições reais da economia açoriana, sobretudo as condições de perifericidade, imponham uma leitura atenta daquele indicador. Com efeito, num contexto de economia aberta e concorrencial, ele deveria expressar as vantagens comparativas reveladas, mas esta conclusão não é evidente no caso da economia da RAA. Na realidade o elevado peso do VAB dos Transportes e do Comércio, a que se pode acrescentar o da Saúde, não resulta de uma vantagem competitiva da região naqueles sectores face ao resto do mundo, antes deriva da situação periférica da região, que obriga a um peso desproporcionado dos serviços de transporte, armazenagem e de comércio, nas cadeias de valor da região, o que num contexto de economia aberta representa uma situação de ineficiência relativa da economia, na medida em que as margens associadas àquelas actividades integram a estrutura de custos de praticamente todos os sectores produtivos, deste modo exercendo uma pressão negativa sobre a respectiva competitividade.

A este propósito é também oportuno levantar a questão dos efeitos potenciais que essa situação provoca sobre o desenvolvimento das actividades turísticas.

Esta circunstância garante àquelas actividades uma **capacidade de criação de**

emprego relativamente elevada, mas em contrapartida são actividades onde os ganhos de produtividade são mais difíceis de obter, sobretudo em regiões insulares como é o caso da RAA, por razões que se devem à reduzida escala de produção/distribuição, que não permite otimizar as economias de rede. Como consequência os custos unitários de produção são mais elevados repercutindo-se nas actividades produtivas a jusante.

ANEXOS

ANEXO 1

*QUADROS RELATIVOS AOS TRANSPORTES
MARÍTIMOS, 1999/2000*

ANEXO 2

NOTAS METODOLÓGICAS RELATIVAS À ANÁLISE

ECONÓMICA

ANEXO 2

NOTAS METODOLÓGICAS RELATIVAS À ANÁLISE ECONÓMICA

Delimitação das actividades turísticas na RAA

O sector do turismo caracteriza-se pela heterogeneidade dos serviços que oferece, não existindo, na verdade, actividades económicas exclusivamente turísticas na medida em que o mesmo serviço pode ser utilizado por um turista, por um excursionista, ou por um residente no território em que o serviço é disponibilizado. Há todavia serviços que são predominantemente turísticos, designadamente os que estão relacionados com a viagem que está na base na criação da procura turística, assim se incluindo actividades tão diferentes como os voos regulares e os voos charter, os cruzeiros, os cartões de crédito, os seguros de viagem, o alojamento, a restauração, os espectáculos e outros divertimentos, as viagens organizadas, as recordações, as visitas guiadas, as comunicações, a publicidade, o aluguer de automóveis, etc.

O turismo é na verdade um conceito que pode ser interpretado de diversas formas, de acordo com o contexto e com o objectivo da análise que se pretende realizar, embora exista já um quadro conceptual proposto pela Organização Mundial do Turismo (OMT) e articulado com as Contas Nacionais. O conceito de "turismo" pode centrar-se nos turistas e nas suas actividades, ou nos agentes económicos que actuam ao seu serviço. O que de facto distingue as actividades turísticas é a definição que convencionamos dar ao "turista". A partir daqui pode distinguir-se, por um lado, os "turistas" e os "produtores" como unidades estatísticas (agentes económicos), e por outro lado, as respectivas "operações". Podemos assim dar coerência ao conjunto de conceitos associados ao turismo: oferta e procura turística, produção e utilização, agentes económicos e operações.

Devido à sua heterogeneidade, a avaliação da actividade turística não pode ser feita directamente a partir dos sistemas de contabilidade social actualmente existentes,

obrigando a uma avaliação particular, embora dentro do quadro conceptual definido naqueles sistemas¹⁴³.

A prestação de serviços aos turistas (nacionais ou estrangeiros) gera transacções cuja natureza convém distinguir. Desde logo, uma distinção a fazer refere-se à natureza do cliente, em concreto, se é ou não residente no território em análise. Esta distinção é útil para a delimitação dos serviços turísticos numa perspectiva de transacções internacionais. Pode-se assim considerar que há prestação externa de serviços turísticos quando os indivíduos que residem fora do território adquirem bens e serviços no período em que visitam o território, e que os prestadores desses serviços satisfaçam a procura dos residentes de outro território.

Clarificando as definições relacionadas com o turista, a Figura abaixo revela as categorias de viajantes que são tomados em conta nas Estatísticas do Turismo e na análise do sector turístico. Da classificação proposta pela OMT retemos essencialmente as categorias que são pertinentes para a Região Autónoma dos Açores, enquanto região insular susceptível de se constituir como um território estatisticamente significativo para efeitos de análise do impacto económico do turismo. Neste contexto adaptamos à região os conceitos definidos originalmente a nível do país.

Assim, a partir da população que viaja, ou se desloca de um local para outro, distingue-se entre "Turistas" e "Excursionistas", classificando-se no primeiro grupo os viajantes que passam pelo menos uma noite no país/região de destino. Os restantes são considerados na categoria de "Excursionistas", isto é, visitantes que não passam a noite no país (neste caso Região) visitado, ainda que possam visitar o país/região durante um ou mais dias, pernoitando nas respectivas embarcações. No caso da RAA os Excursionistas apenas são relevantes os tripulantes e passageiros de embarcações de cruzeiro ou particulares (veleiros, etc), não tendo expressão a categoria "Visitantes do dia" na medida em que estes apenas são relevantes em regiões com fronteiras terrestres que viabilizam viagens de retorno no mesmo dia (por exemplo, caso de Portugal Continental em relação a Espanha).

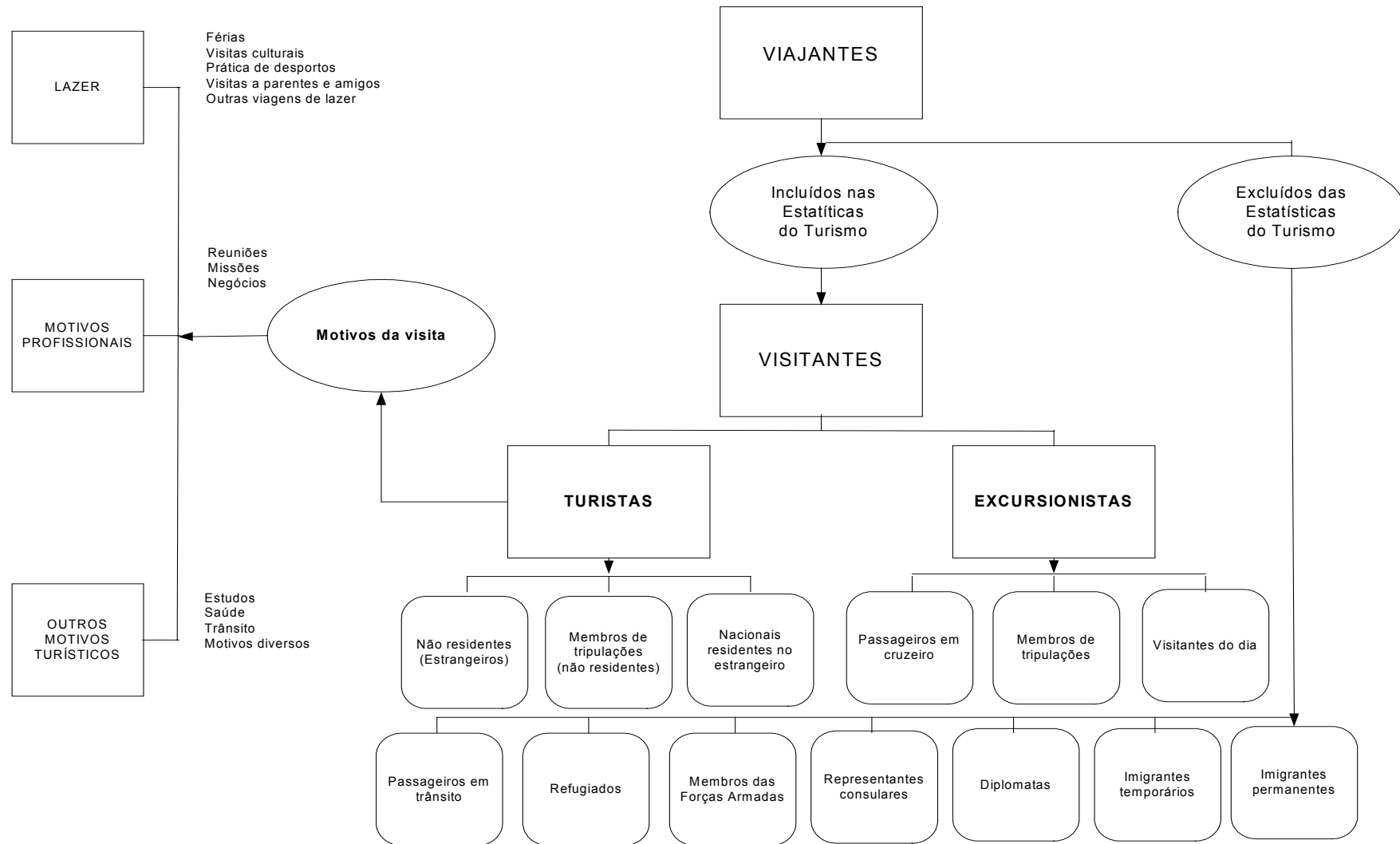
¹⁴³ Os sistemas de referência incluem o Sistema de Contas Nacionais (SCN) de 1993, o Sistema Europeu de Contas Nacionais e Regionais (SEC95), e as convenções e definições emitidas pela Organização Mundial do Turismo (OMT).

Os “Turistas” classificam-se em “Não residentes”, isto é, estrangeiros e residentes noutras regiões de Portugal, “Nacionais residentes no estrangeiro”, que em referência ao sistema de contas regionais correspondem a “Naturais da RAA residentes no exterior (Portugal Continental ou estrangeiro). Estão ainda incluídos os membros das tripulações (aviões e navios) não residentes.

Os viajantes não incluídos nas Estatísticas do Turismo incluem, segundo a OMT, os “trabalhadores fronteiriços” (não representados no Diagrama), os passageiros em trânsito (desde que não deixem a área do aeroporto, os refugiados, os membros das forças armadas (quando viajam do seu país de origem para o país onde estão colocados e inversamente (incluindo as pessoas que os acompanham), os representantes consulares e diplomáticos, os imigrantes temporários e permanentes.

A **motivação da viagem** é o principal critério para se determinar se uma determinada deslocação corresponde à noção económica de turismo. Os “Turistas” podem por sua vez ser classificados de acordo com o motivo da viagem, ou seja, “lazer” (férias, visitas culturais, prática de desportos, visitas a parentes e amigos, outras viagens de lazer), “motivos profissionais” (reuniões, missões e negócios), e “outros motivos turísticos” (estudos, saúde, trânsito e motivos diversos).

Classificação dos viajantes



A abordagem do turismo do lado da **oferta** implica a definição das **actividades no sector do turismo**, a qual engloba um conjunto amplo e heterogéneo de empresas fornecedoras de bens e serviços aos viajantes, no âmbito das actividades que seguidamente se mencionam. Esta enumeração não constitui uma definição de sector turístico enquanto sector de serviços (nomeadamente para efeitos de construção de contas regionais), mas devem, por outro lado, ser tomadas em consideração nos estudos conceptuais e estatísticos que visam a análise do sector.

Actividades das **empresas de turismo**, como os operadores turísticos (agências de viagens ou grossistas) que fornecem serviços turísticos a viajantes residentes ou não residentes. O serviço pode ser fornecido no território da região autónoma ou fora do território (espaço nacional ou estrangeiro). As actividades das empresas de turismo compreendem normalmente, mas não exclusivamente, o aconselhamento, a organização prática e a marcação das reservas relativas à viagem, a promoção turística, a organização das viagens, os *transfers* do/para o aeroporto, a assistência na obtenção dos documentos de viagem, etc.

A maior parte dos **serviços de transporte de passageiros**, isto é, os transportes terrestres, em particular os transportes de autocarros turísticos e o aluguer de automóveis, os transportes marítimos que apoiam as visitas internas, e os transportes aéreos incluindo os voos regulares e *charters*.

As empresas que fornecem **instalações e serviços de alojamento**, nomeadamente os hotéis, motéis, parques de campismo, apartamentos de férias, casas para turismo rural; os restaurantes, cafés e outras empresas **de restauração e de fornecimento de bebidas**, incluindo as que preparam e fornecem serviços de restauração aos passageiros.

Os **divertimentos, as actividades culturais, desportos, jogos** e outros serviços recreativos (nos casos em que sejam destinados principalmente aos visitantes), destacando-se os campos de golfe, a pesca desportiva, a observação de animais marinhos, as estações termais e relacionadas com a saúde, os monumentos históricos, os museus, o teatro e outros serviços culturais.

Os **serviços de seguros e financeiros** ligados ao turismo como os cartões de crédito, os cheques de viagem e os seguros de viagem.

Os **serviços auxiliares** tais como as excursões locais e os guias de turismo, os

agentes que organizam congressos internacionais e fornecem as instalações e sobretudo a logística, e a assistência médica. Incluem-se ainda as actividades imobiliárias ligadas ao turismo, as lojas que vendem bens sobretudo aos turistas (por exemplo, os estabelecimentos que se encontram localizados em áreas de grande afluência de visitantes, em hotéis e em aeroportos).

Cada um dos ramos de actividade acima referidos pode satisfazer a procura turística ou a procura interna ou externa, embora se verifique com frequência uma especialização dos fornecedores de acordo com os mercados.

Nomenclatura das Actividades Turísticas

NACE Rev1/ CAE ver2		CITA Rev3		Nomenclatura das Actividades Turísticas
Código	Designação	Código	Designação	Designação
55 5511 5512	Hotéis e Restaurantes Estabelecimentos Hoteleiros com Restaurante Estabel. Hoteleiros sem Restaurante	55	Hotéis e Restaurantes	Hotéis e Estabelecimentos Similares
55210 55220 55231 55233 55234	Pousadas de Juventude e Abrigos de Montanha Parques de Campismo e Caravanismo Colónias de Férias Turismo em Espaço Rural Outros Locais de Alojamento de Curta Duração	5510-3 5510-4 5510-9 5510-5	Pousadas de Juventude e Abrigos de Montanha Parques de Campismo e Caravanismo Outros tipos de alojamento n.e. Acomodação de Saúde	Outro Alojamento Colectivo
55232 55234	Alojamento Mobilado para Turistas Outros Locais de Alojamento de Curta Duração	5510-9 5510-10	Outros tipos de alojamento n.e. Outros tipos de alojamento n.e.	Alojamento Privado Alugado
5530 5540 5551 5552	Restaurantes Estabelecimentos de Bebidas Cantinas Fornecimento de Refeições ao Domicílio	5520	Restaurantes, Bares e Cantinas	Restaurantes Turísticos e Similares
60 6010 60211 6022 6023 60212	Transportes Terrestres Caminhos de Ferro Metropolitano, Eléctrico, Troleicarro e Autocarro Transporte Ocasional de Passageiros em Veículos Ligeiros Outros Transportes Terrestres de Passageiros Transporte Interurbano em Autocarro	60	Transporte Terrestre	Transporte Turístico por Caminho de Ferro Transporte Turístico Rodoviário Transportes por Água

(continua)

Nomenclatura das Actividades Turísticas (CONTINUAÇÃO)

61	Transportes por Água	61	Transportes por Água	
62 6210 6220 6230	Transportes Aéreos Transportes Aéreos Regulares Transportes Aéreos não Regulares Transportes Especiais	62	Transporte Aéreo	Transporte Aéreo
63 6330 63230	Actividades Anexas e Auxiliares dos Transportes; Agências de Viagens e Turismo Agências de Viagem e Turismo Outras Actividades Auxiliares dos Transportes	63	Actividades Anexas e Auxiliares dos Transportes	Serviços de Apoio ao Turismo
71 7110 7121	Aluguer de Máquinas e de Equipamento sem Pessoas e de Bens Pessoais e Domésticos Aluguer de Veículos Automóveis Aluguer de Outros Meios de Transporte Terrestre	71	Aluguer de Equipamento sem Operador	Aluguer de Automóveis
92 9213 9220 9231 9232 9233 9234 925 926 927	Actividades Recreativas, Culturais e Desportivas Projecção de filmes e vídeos Actividades de Rádio e Televisão Actividades de Teatro, Música e Outras Actividades Artísticas e Literárias Gestão de Salas de Espectáculo e Actividades Conexas Parques de Diversão Outras Actividades de Espectáculo n.e. Actividades das Bibliotecas, Arquivos, Museus e Outras Actividades Culturais Actividades Desportivas Outras Actividades Recreativas	92	Serviços Recreativos, Culturais e Desportivos	Serviços Recreativos, Culturais e Desportivos

Fonte: Universidade do Algarve (1999),

No quadro da análise da economia regional face ao exterior (outras regiões de Portugal e resto do mundo), importa distinguir entre os serviços de turismo prestados a residentes na Região, e os serviços prestados a não residentes. Esta distinção tem subjacente que a prestação de serviços a residentes se traduz, na prática, numa transferência de valor entre sectores institucionais da Região, enquanto que no segundo caso estamos perante a transferência de valor com sectores institucionais de

outras regiões (Portugal ou Resto do Mundo). Assim, estamos perante comércio transfronteiriço de serviços turísticos quando um viajante (isto é, um consumidor): i) se desloca temporariamente para fora da região por motivos relacionados com o lazer, férias, desporto, missões de trabalho, visita a parentes e amigos, negócios, participação em congressos ou conferências, ou ainda por razões ligadas à saúde, ao ensino ou à religião; ii) compra bens e serviços nesse país. Estas despesas são consideradas como “importações” pela região de origem do viajante e como “exportações” pela região de acolhimento. Neste tipo de transacção o “comprador” vem junto do “vendedor”, isto é, o cliente procura o serviço directamente na região do fornecedor.

Uma delimitação a fazer refere-se ao **território** em que tem lugar a prestação daqueles serviços. E logo aqui se coloca a questão da delimitação territorial da Região Autónoma dos Açores (RAA) como referência central para a determinação dos agregados estatísticos relativos às actividades turísticas, tendo em vista a determinação da dimensão deste sector na região bem como a respectiva relevância no tecido económico da região. Assim, do mesmo modo que é legítima a construção de agregados turísticos como parte do sistema de contas nacionais, também é possível e desejável construir agregados turísticos associados e articulados com as Contas Regionais. Neste caso, o espaço é referido ao território da Região Autónoma dos Açores, relativamente à qual se deve adaptar o quadro conceptual estabelecido quer ao nível das Contas Nacionais (SEC), quer ao nível da Organização Mundial de Turismo.

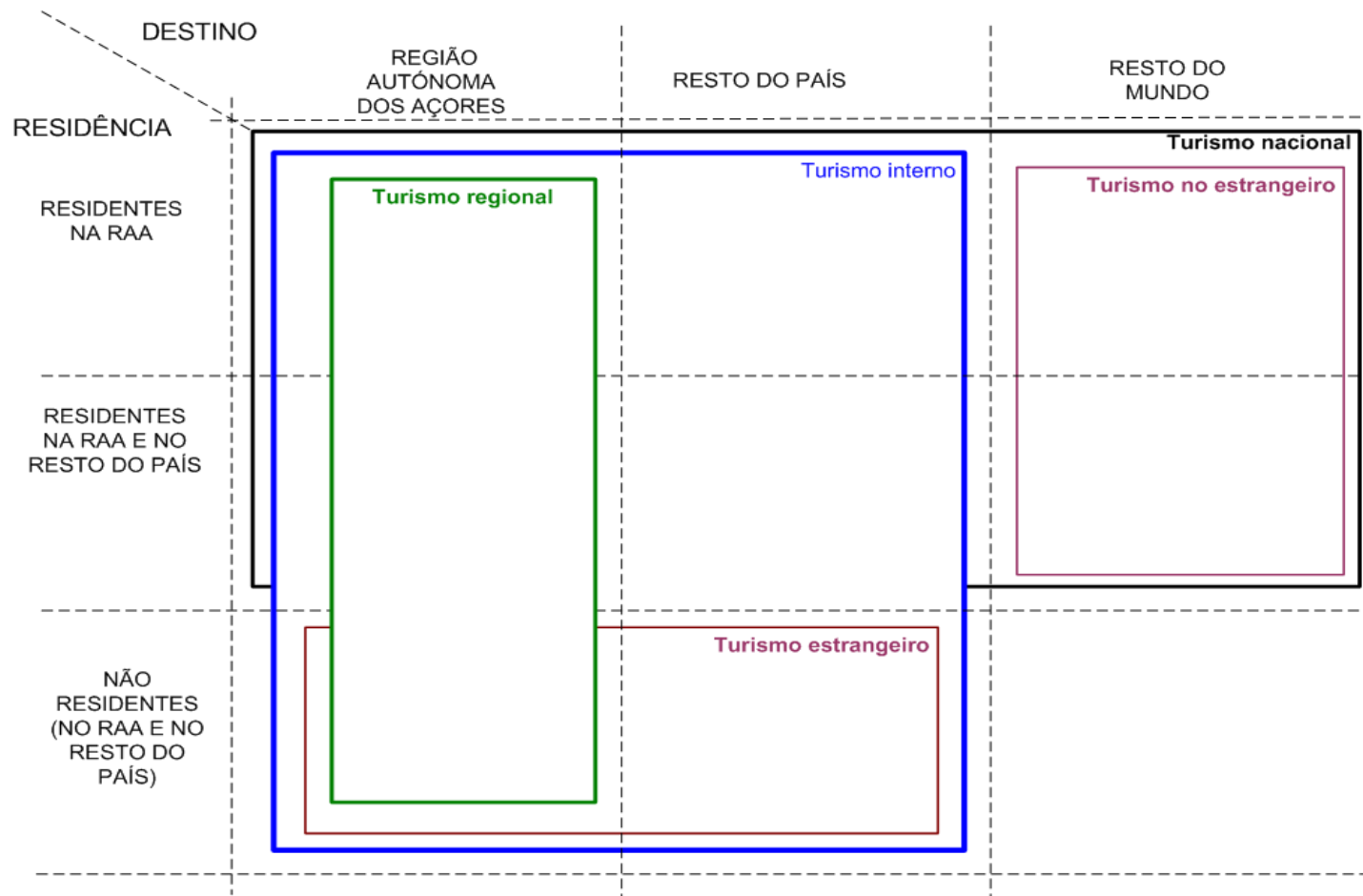
A delimitação territorial remete em primeira instância para os conceitos de “interior” e de “residência” tal como são definidos ao nível das contas nacionais, quando se considera o país como unidade estatística de referência. Com efeito, o termo “interior” é utilizado para designar um território ao qual se reportam as transacções de bens e serviços. O território é constituído pelas fronteiras políticas de um país, a que se juntam as representações diplomáticas e consulares, os estabelecimentos militares no estrangeiro, e os meios de transporte explorados por residentes. Neste caso, as operações de “produção”, “consumo” e “formação de capital” são “interiores” se são levadas a cabo por unidades “residentes” (no caso da produção e da formação de capital) ou se são efectuadas no território (no caso do consumo). Fica assim evidente a relevância dos conceitos de origem e o destino no caso de uma deslocação turística, podendo concluir-se que origem não se associa à nacionalidade mas sim à residência.

Cruzando o conceito de “residência” com o de “destino” podemos sistematizar as categorias de turismo relevantes para a construção de contas nacionais ou regionais do turismo. Assim, tendo em conta o destino, podemos distinguir entre o **turismo regional** (quando o destino é a RAA qualquer que seja a residência do turista), o **turismo nacional** quando os visitantes são residentes em Portugal (qualquer que seja o destino), em **turismo interno**, quando o destino é o espaço nacional qualquer que seja a residência dos visitantes, em **turismo estrangeiro**, quando o destino é o país e os visitantes não são residentes, e em **turismo no estrangeiro**, quando os visitantes são residentes em Portugal e o destino é o Resto do Mundo.

A avaliação da **dimensão económica do turismo** deve ser feita quer na óptica da procura quer na óptica da oferta de acordo com a natureza dos ramos de actividade que satisfazem uma procura turística. Assim, no caso dos ramos predominante turísticos a determinação do valor acrescentado pode fazer-se directamente através da quantificação do respectivo valor acrescentado das actividades turísticas (óptica da oferta), enquanto que no caso dos restantes ramos de actividade o valor acrescentado pode ser estimado através da determinação do seu conteúdo na procura final de bens e serviços turísticos (óptica da procura). Este método parte da decomposição da procura final em duas grandes parcelas: “procura turística” e “procura não turística” sabendo-se que a “procura turística” é satisfeita quer por ramos de vocação turística (por exemplo Hotéis), quer por ramos que não tendo essa vocação, satisfazem marginalmente consumos turísticos (por exemplo o ramo do “Vestuário”).

O VAB das actividades turísticas da RAA resulta da adição dos valores acrescentados das actividades que respondem a uma procura turística. Por sua vez, o valor acrescentado de cada actividade determina-se na base da hipótese de que o peso da componente “turística” do VAB é semelhante à média do país.

TIPO DE TURISMO SEGUNDO O DESTINO E A RESIDÊNCIA DAS UNIDADES TURÍSTICAS



As convenções da Organização Mundial do Turismo (OMT) definem com precisão as categorias de turismo atrás consideradas, as quais foram estendidas de modo a abranger a Região Autónoma dos Açores. Consideram-se as seguintes definições.

Tipos de turismo

<i>Tipo de turismo</i>	<i>Descrição</i>
Turismo internacional	Actividades turísticas realizadas no território económico do país (Portugal), por turistas não residentes, e no resto do mundo por turistas residentes.
<i>Turismo estrangeiro</i>	Actividades turísticas realizadas no território económico do país por turistas não residentes
<i>Turismo no estrangeiro</i>	Actividades turísticas realizadas no resto do mundo por turistas residentes em Portugal.
Turismo interno	Actividades turísticas realizadas no território económico do país, por residentes e por não residentes.
<i>Turismo regional (na RAA)</i>	Actividades turísticas realizadas na RAA, por residentes e por não residentes na RAA (incluindo neste caso nacionais e estrangeiros).
Turismo nacional	Actividades turísticas realizadas no território económico do país e no estrangeiro por turistas residentes em Portugal.
<i>Turismo regional (fora da RAA)¹⁴⁴</i>	Actividades turísticas realizadas na RAA e no exterior (resto do país e estrangeiro) por turistas residentes na RAA.

¹⁴⁴ Não representado no Diagrama

ANEXO 3

APURAMENTOS DO INQUÉRITO À PROCURA

ANEXO 3

APURAMENTOS DO INQUÉRITO À PROCURA

INQUÉRITO AO TURISMO - 2001

QUADRO SÍNTESE DAS RESPOSTAS QUALITATIVAS

QUESTÕES 23 E 24, DO INQUÉRITO À PROCURA, CLASSIFICADAS

O QUE GOSTOU MAIS (Q23)

Tipos de resposta	Nº referências
1 - Natureza, paisagem/ambiente natural/beleza natural	1016
2 - Exposições/Museus/Monumentos	29
3 - Identificação de locais específicos	98
4 - Pessoas/hospitalidade/simpatia/acolhimento	452
5 - Tranquilidade/calma/ambiente/bem estar/qualidade de vida	202
6 - Bons preços	8
7 - Clima	122
8 - Costumes/cultura/festas tradicionais, populares	54
9 - Gastronomia	206
10 - TUDO	106
11 - Prática desportiva/lazer	145
12 - Bons para fazer negócios	2
13 - Visitar/estar/conviver com família/amigos	124
14 - Vida nocturna	13
15 - Diversidade das ilhas	9
16 - Segurança	30
17 - Compras/artesanato	9
18 - Unidades hoteleiras/alojamento/estab. de restauração	28
19 - Arranjo/conservação/limpeza dos espaços públicos e património	84
20 - Boas estradas/acessibilidades	10
21 - Desenvolvimento dos Açores	13
<i>Não responderam a esta questão</i>	<i>173</i>
Total de inquéritos	1709

O QUE GOSTOU MENOS (Q24)

Tipos de resposta	Nº referências
1 - Pouca vida nocturna/animação/movimento	63
2 - Falta informação/roteiros/sinalização/apoio ao turista	133
3 - Mau serviço/qualidade/atendimento nas unid. hoteleiros/restauração	144
4 - Clima/condições climatéricas	212
5 - Más estradas/estado conservação/acessibilidade/obras/congestionamentos	207
6 - Transportes públicos (escassez, maus)	42
7 - Arranjo/conservação espaços públicos/património, sujidade/poluição/barulho/obras	86
8 - Gastronomia/alimentação	37
9 - Horários comércio/locais a visitar/postos informação/restaurantes	55
10 - NADA	85
11 - Preços elevados, relação qualidade/preço	95
12 - Pouca oferta alojamento/restauração/eventos culturais/infra-estruturas turísticas	74
13 - Mau comércio, falta produtos locais certificados/artesanato/recordações	23
14 - Más ligações/atrasos inter-ilhas/continente/outros destinos, tempos de espera exagerados, condições dos aeroportos, serviços da SATA	146
15 - Pessoas (mentalidade, pobreza, baixo nível cultural)	63
16 - Motivo da viagem/pouco tempo de estadia	45
17 - Insegurança/falta policiamento	7
18 - Serviços públicos deficientes	16
19 - Não haver locais para não fumadores nos estab./excesso fumadores	14
20 - Outros (não relevantes para o tema)	12
21 - Locais específicos	3
22 - Condução automóvel (excesso velocidade, falta de civismo)	18
23 - Estacionamento (caótico, falta)	18
<i>Não responderam a esta questão</i>	<i>516</i>
Total de inquéritos	1709

APURAMENTOS SIMPLES DO INQUÉRITO À PROCURA

Mês da visita

	N.º	%
Março	181	10,6
Abril	212	12,4
Maio	231	13,5
Junho	238	13,9
Julho	364	21,3
Agosto	483	28,3
Total	1709	100,0

Aeroporto de entrada

	N.º	%
Horta	120	7,0
Lajes	322	18,8
Ponta Delgada	1267	74,1
Total	1709	100,0

Tipo de voo

	N.º	%
Regular	1386	81,1
Fretado	323	18,9
Total	1709	100,0

Sexo

	N.º	%
Masculino	1189	69,6
Feminino	520	30,4
Total	1709	100,0

idade

	N.º	%
até 18	22	1,3
18-24	170	9,9
25-34	473	27,7
35-44	383	22,4
45-54	369	21,6
55-64	201	11,8
+64	91	5,3
Total	1709	100,0

Visitantes por País de residência

	N.º	%
Portugal	1239	72,5
Canadá	158	9,2
USA	135	7,9
França	34	2,0
Inglaterra	30	1,8
Alemanha	20	1,2
outros	93	5,4
Total	1709	100,0

Visitantes com ascendência açoreana

	N.º	%
Sim	324	19,0
Não	1363	79,8
Ns/Nr	22	1,3
Total	1709	100,0

Situação na profissão

	N.º	%
Activos	1404	82,1
Reformado	104	6,1
Estudante	109	6,4
Outra	67	3,9
doméstica	15	0,9
Ns/nr	10	0,6
Total	1709	100

Grau de instrução

	N.º	%
Nível Básico	301	17,6
Nível Secundário	445	26,0
Nível Superior Politécnico	223	13,0
Nível Superior Universitário	709	41,5
Ns/Nr	31	1,8
Total	1709	100,0

Profissão

	N.º	%
Científica, técnica ou liberal	562	32,9
Dirigente ou quadro superior	294	17,2
Pessoal administrativo e similar	317	18,5
Comerciante	129	7,5
Operário não agrícola	94	5,5
Agricultor ou trabalhador das pescas	8	0,5
Reformado	104	6,1
Estudante	109	6,4
Outra	67	3,9
doméstica	15	0,9
Ns/nr	10	0,6
Total	1709	100,0

Nº de acompanhantes do inquirido

	N.º	%
1 pessoa	1054	61,7
2 pessoas	473	27,7
3 pessoas	87	5,1
4 pessoas	58	3,4
5 pessoas	16	0,9
6 pessoas	7	0,4
7 pessoas	6	0,4
8 pessoas	2	0,1
9 pessoas	6	0,4
Total	1709	100,0

Motivo principal da viagem

	N.º	%
Visitas a familiares ou amigos	344	20,1
Descanso e lazer	643	37,6
Prática de desportos	69	4,0
Negócios ou trabalho	570	33,4
Congresso ou Seminário	68	4,0
Outro	15	0,9
Total	1709	100,0

Primeira visita

	N.º	%
Sim	693	40,6
Não	954	55,8
Ns/Nr	62	3,6
Total	1709	100,0

Destinos alternativos

	N.º	%
Sim	221	20,6
Não	837	78,2
Ns/Nr	13	1,2
Total	1071	100,0

Que destinos

	N.º	%
R. A. da Madeira	36	13,5
Caraíbas	29	10,9
Canárias	15	5,6
Ilhas mediterrânicas	12	4,5
Outras Ilhas	11	4,1
Total ilhas	103	38,7
Europa	76	28,6
Continente	19	7,1
América Cent./Sul	16	6,0
Norte de África	9	3,4
Outros	15	5,6
Total outras regiões	135	50,8
Ns/nr	28	10,5
Total	266	100,0

Principal fonte de informação

	N.º	%
Recomendação de familiares ou amigos	355	33,2
Visita anterior	207	19,3
Agências de viagens	113	10,6
Internet	40	3,7
Motivos profissionais	40	3,7
Artigos e Documentários não publicitários	27	2,5
Televisão	23	2,1
Revistas	14	1,3
Jornais	5	0,5
Outra	233	21,8
Ns/nr	13	1,2
Total	1070	100,0

Características que considerou na decisão de visitar os Açores

	Pouco importante		Importante		Muito importante		Total	
	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%
Novidade, Exotismo das ilhas	135	12,6	273	25,5	528	49,3	1071	100,0
Segurança	200	18,7	325	30,3	417	38,9	1071	100,0
Custo	295	27,5	384	35,9	251	23,4	1071	100,0
Cultura	175	16,3	377	35,2	395	36,9	1071	100,0
Locais Históricos	251	23,4	334	31,2	353	33,0	1071	100,0
Religião	595	55,6	192	17,9	135	12,6	1071	100,0
Ambiente calmo	88	8,2	231	21,6	645	60,2	1071	100,0
Fama como local de lazer	245	22,9	277	25,9	395	36,9	1071	100,0
Compras	708	66,1	146	13,6	80	7,5	1071	100,0
Vida nocturna	725	67,7	121	11,3	90	8,4	1071	100,0
Prática de desportos	576	53,8	196	18,3	162	15,1	1071	100,0
Clima	169	15,8	349	32,6	428	40,0	1071	100,0
Beleza natural	61	5,7	96	9,0	821	76,7	1071	100,0
Outra característica	7	5,6	8	6,3	111	88,1	126	100,0
Total	33600	33,3	24414	24,2	31498	31,2	100973	100,0

Tipo de Viagem

	N.º	%
Em excursão	267	15,6
Individual	1442	84,4
Total	1709	100,0

Recurso a Agência de Viagens

	N.º	%
Sim	1294	75,7
Não	405	23,7
Ns/nr	10	0,6
Total	1709	100,0

Serviços incluídos na Agência de Viagens

	N.º	%
Só transporte	599	45,9
Viagem e alojamento c/ pequeno-almoço	434	33,3
Viagem tudo incluído	142	10,9
Viagem e alojamento meia pensão	59	4,5
Só reserva de alojamento	15	1,2
Outros serviços	8	0,6
Ns/nr	47	3,6
Total	1304	100,0

N.º de ilhas visitadas durante a estadia

	N.º	%
1	1046	61,2
2	290	17,0
3	148	8,7
4	153	9,0
5	51	3,0
6	15	0,9
7	5	0,3
8	1	0,1
Total	1709	100,0

Nº de dias da estadia por ilha

	Santa Maria	São Miguel	Terceira	Graciosa	São Jorge	Pico	Faial	Flores	Corvo	Total
	%	%	%	%	%	%	%	%	%	%
Um dia	11,9	7,6	15,9	16,7	19,4	34,6	21,1	15,9	16,7	7,0
Dois / Três dias	31,3	32,8	42,9	52,4	41,1	35,8	47,1	35,4	83,3	17,6
Uma semana	25,4	41,1	22,8	16,7	21,8	14,6	22,1	30,5	0,0	40,6
Duas semanas	17,9	12,5	7,7	7,1	6,5	8,7	5,7	9,8	0,0	20,8
Três/quatro semanas	11,9	4,4	6,5	4,8	6,5	3,5	3,1	2,4	0,0	9,8
Mais de 1 mês	1,5	0,9	2,8	0,0	3,2	2,4	0,5	4,9	0,0	3,5
Ns/nr	0,0	0,7	1,4	2,4	1,6	0,4	0,3	1,2	0,0	0,8
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Total	67	1287	492	42	124	254	384	82	6	1709

Actividades que levou a cabo

Serviços de rent-a-car

	N.º	%
Não	1022	59,8
Sim	683	40,0
Ns/nr	4	0,2
Total	1709	100,0

Circuitos turísticos

	N.º	%
Não	1561	91,3
Sim	144	8,4
Ns/nr	4	0,2
Total	1709	100,0

Golfe

	N.º	%
Não	1660	97,1
Sim	45	2,6
Ns/nr	4	0,2
Total	1709	100,0

Compras

	N.º	%
Não	740	43,3
Sim	965	56,5
Ns/nr	4	0,2
Total	1709	100,0

Percursos a Pé

	N.º	%
Não	1185	69,3
Sim	520	30,4
Ns/nr	4	0,2
Total	1709	100,0

Pesca Desportiva

	N.º	%
Não	1614	94,4
Sim	91	5,3
Ns/nr	4	0,2
Total	1709	100,0

Mergulho subaquático

	N.º	%
Não	1654	96,8
Sim	51	3,0
Ns/nr	4	0,2
Total	1709	100,0

Observação de cetáceos

	N.º	%
Não	1581	92,5
Sim	124	7,3
Ns/nr	4	0,2
Total	1709	100,0

Zonas Balneares

	N.º	%
Não	1191	69,7
Sim	514	30,1
Ns/nr	4	0,2
Total	1709	100,0

Visitas a Monumentos

	N.º	%
Não	949	55,5
Sim	756	44,2
Ns/nr	4	0,2
Total	1709	100,0

Eventos culturais

	N.º	%
Não	1373	80,3
Sim	331	19,4
Ns/nr	5	0,3
Total	1709	100,0

Espectáculos de folclore

	N.º	%
Não	1469	86,0
Sim	236	13,8
Ns/nr	4	0,2
Total	1709	100,0

Provou gastronomia açoreana

	N.º	%
Não	373	21,8
Sim	1332	77,9
Ns/nr	4	0,2
Total	1709	100,0

Vida Nocturna

	N.º	%
Não	1252	73,3
Sim	453	26,5
Ns/nr	4	0,2
Total	1709	100,0

Ligações aéreas

	N.º	%
Excelente	151	8,8
Bom	749	43,8
Satisfatório	554	32,4
Mau	93	5,4
Péssimo	54	3,7
Não utilizado	42	2,5
Ns/nr	66	3,9
Total	1709	100,0

Alfândegas

	N.º	%
Excelente	87	5,1
Bom	171	10,0
Satisfatório	76	4,4
Mau	10	0,6
Péssimo	7	0,4
Não utilizado	1265	74,0
Ns/nr	93	5,4
Total	1709	100,0

Apoio ao turista

	N.º	%
Excelente	94	5,5
Bom	357	20,9
Satisfatório	392	22,9
Mau	96	5,6
Péssimo	14	0,8
Não utilizado	650	38,0
Ns/nr	106	6,2
Total	1709	100,0

Estradas, sinalização, estacionamento

	N.º	%
Excelente	63	3,7
Bom	400	23,4
Satisfatório	655	38,3
Mau	283	16,6
Péssimo	59	3,5
Não utilizado	153	9,0
Ns/nr	96	5,6
Total	1709	100,0

Transportes dentro da ilha

	N.º	%
Excelente	72	4,2
Bom	385	22,5
Satisfatório	394	23,1
Mau	115	6,7
Péssimo	30	1,8
Não utilizado	585	34,2
Ns/nr	128	7,5
Total	1709	100,0

Transportes marítimos inter-ilhas

	N.º	%
Excelente	48	2,8
Bom	207	12,1
Satisfatório	192	11,2
Mau	44	2,6
Péssimo	18	1,1
Não utilizado	1077	63,0
Ns/nr	123	7,2
Total	1709	100,0

Transportes aéreos inter-ilhas

	N.º	%
Excelente	59	3,5
Bom	309	18,1
Satisfatório	247	14,5
Mau	56	3,3
Péssimo	19	1,1
Não utilizado	911	53,3
Ns/nr	108	6,3
Total	1709	100,0

Serviços prestados pelos estabelecimentos hoteleiros

	N.º	%
Excelente	156	9,1
Bom	651	38,1
Satisfatório	356	20,8
Mau	46	2,7
Péssimo	11	0,6
Não utilizado	378	22,1
Ns/nr	111	6,5
Total	1709	100,0

Serviços prestados pelos restaurantes

	N.º	%
Excelente	159	9,3
Bom	772	45,2
Satisfatório	547	32,0
Mau	76	4,4
Péssimo	15	0,9
Não utilizado	49	2,9
Ns/nr	91	5,3
Total	1709	100,0

Gastronomia local

	N.º	%
Excelente	382	22,4
Bom	841	49,2
Satisfatório	280	16,4
Mau	38	2,2
Péssimo	4	0,2
Não utilizado	58	3,4
Ns/nr	106	6,2
Total	1709	100,0

Vida nocturna

	N.º	%
Excelente	72	4,2
Bom	197	11,5
Satisfatório	323	18,9
Mau	126	7,4
Péssimo	36	2,1
Não utilizado	790	46,2
Ns/nr	165	9,7
Total	1709	100,0

Compras

	N.º	%
Excelente	78	4,6
Bom	438	25,6
Satisfatório	644	37,7
Mau	82	4,8
Péssimo	19	1,1
Não utilizado	325	19,0
Ns/nr	123	7,2
Total	1709	100,0

Desportos

	N.º	%
Excelente	59	3,5
Bom	137	8,0
Satisfatório	160	9,4
Mau	36	2,1
Péssimo	8	0,5
Não utilizado	1122	65,7
Ns/nr	187	10,9
Total	1709	100,0

Hospitalidade dos residentes

	N.º	%
Excelente	591	34,6
Bom	651	38,1
Satisfatório	180	10,5
Mau	20	1,2
Péssimo	5	0,3
Não utilizado	111	6,5
Ns/nr	151	8,8
Total	1709	100,0

cultura

	N.º	%
Excelente	205	12,0
Bom	633	37,0
Satisfatório	348	20,4
Mau	28	1,6
Péssimo	6	0,4
Não utilizado	297	17,4
Ns/nr	192	11,2
Total	1709	100,0

clima

	N.º	%
Excelente	231	13,5
Bom	750	43,9
Satisfatório	508	29,7
Mau	83	4,9
Péssimo	14	0,8
Não utilizado	19	1,1
Ns/nr	104	6,1
Total	1709	100,0

Ambiente natural

	N.º	%
Excelente	1007	58,9
Bom	460	26,9
Satisfatório	97	5,7
Mau	4	0,2
Péssimo	2	0,1
Não utilizado	34	2,0
Ns/nr	105	6,1
Total	1709	100,0

Segurança

	N.º	%
Excelente	469	27,4
Bom	798	46,7
Satisfatório	242	14,2
Mau	18	1,1
Péssimo	5	0,3
Não utilizado	64	3,7
Ns/nr	113	6,6
Total	1709	100,0

Custo total da estada

	N.º	%
Excelente	111	6,5
Bom	499	29,2
Satisfatório	593	34,7
Mau	78	4,6
Péssimo	17	1,0
Não utilizado	143	8,4
Ns/nr	268	15,7
Total	1709	100,0

Preço do alojamento

	N.º	%
Excelente	67	3,9
Bom	326	19,1
Satisfatório	483	28,3
Mau	131	7,7
Péssimo	25	1,5
Não utilizado	412	24,1
Ns/nr	265	15,5
Total	1709	100,0

Preço das refeições

	N.º	%
Excelente	101	5,9
Bom	458	26,8
Satisfatório	662	38,7
Mau	116	6,8
Péssimo	17	1,0
Não utilizado	123	7,2
Ns/nr	232	13,6
Total	1709	100,0

Recomendaria a um amigo que cá viesse

	N.º	%
Sim	1501	87,8
Provavelmente	147	8,6
Provavelmente não	16	0,9
Não	4	0,2
Ns/nr	41	2,4
Total	1709	100,0

Voltaria aos Açores

	N.º	%
Sim	1391	81,4
Provavelmente	204	11,9
Provavelmente não	37	2,2
Não	15	0,9
Ns/nr	62	3,6
Total	1709	100,0

O que gostou mais na sua estadia nos Açores

	N.º	%
1 - Natureza, paisagem/ambiente natural/beleza natural	1016	66,2
2 - Exposições/Museus/Monumentos	29	1,9
3 - Identificação de locais específicos	98	6,4
4 - Pessoas/hospitalidade/simpatia/acolhimento	452	29,5
5 - Tranquilidade/calma/ambiente/bem estar/qualidade de vida	202	13,2
6 - Bons preços	8	0,5
7 - Clima	122	8,0
8 - Costumes/cultura/festas tradicionais, populares	54	3,5
9 - Gastronomia	206	13,4
10 - Tudo	106	6,9
11 - Prática desportiva/lazer	145	9,5
12 - Bons para fazer negócios	2	0,1
13 - Visitar/estar/conviver com família/amigos	124	8,1
14 - Vida nocturna	13	0,8
15 - Diversidade das ilhas	9	0,6
16 - Segurança	30	2,0
17 - Compras/artesanato	9	0,6
18 - Unidades hoteleiras/alajamento/estab. de restauração	28	1,8
19 - Arranjo/conservação/limpeza dos espaços públicos e património	84	5,5
20 - Boas estradas/acessibilidades	10	0,7
21 - Desenvolvimento dos Açores	13	0,8
Total respostas	1534	100,0
Ns/nr	175	10,2
Total	1709	100,0

O que gostou menos na sua estadia nos Açores

	N.º	%
1 - Pouca vida nocturna/animação/movimento	63	5,3
2 - Falta informação/roteiros/sinalização/apoio ao turista	133	11,1
3 - Mau serviço/qualidade/atendimento nas unid. hoteleiros/restauração	144	12,1
4 - Clima/condições climatéricas	212	17,8
5 - Más estradas/estado conservação/acessibilidade/obras/congestionamentos	207	17,4
6 - Transportes públicos (escassez, maus)	42	3,5
7 - Arranjo/conservação espaços públicos/património, sujidade/poluição/barulho/obras	86	7,2
8 - Gastronomia/alimentação	37	3,1
9 - Horários comércio/locais a visitar/postos informação/restaurantes	55	4,6
10 - Nada	85	7,1
11 - Preços elevados, relação qualidade/preço	95	8,0
12 - Pouca oferta alojamento/restauração/eventos culturais/infra-estruturas turísticas	74	6,2
13 - Mau comércio, falta produtos locais certificados/artesanato/recordações	23	1,9
14 - Más ligações/atrasos inter-ilhas/continente/outros destinos, tempos de espera exagerados, condições dos aeroportos, serviços da SATA	146	12,2
15 - Pessoas (mentalidade, pobreza, baixo nível cultural)	63	5,3
16 - Motivo da viagem/pouco tempo de estadia	45	3,8
17 - Insegurança/falta policiamento	7	0,6
18 - Serviços públicos deficientes	16	1,3
19 - Não haver locais para não fumadores nos estab./excesso fumadores	14	1,2
20 - Outros (não relevantes para o tema)	12	1,0
21 - Locais específicos	3	0,3
22 - Condução automóvel (excesso velocidade, falta de civismo)	18	1,5
23 - Estacionamento (caótico, falta)	18	1,5
Total respostas	1193	100,0
Não responderam a esta questão	516	30,2

ANEXO 4

PATRIMÓNIO CULTURAL / MONUMENTAL

ANEXO 4

PATRIMÓNIO CULTURAL / MONUMENTAL

(Fonte: DRT-RAA)

De seguida apresentam-se as listagens do património cultural/monumental inventariado para cada uma das ilhas.

Ilha das Flores

<i>Designação</i>	<i>Concelho</i>	<i>Freguesia</i>	<i>Século</i>	<i>Classif.</i>	<i>Aberto ao público</i>
Casa Museu Pimentel de Mesquita	S. Cruz das Flores		XVII	IIP	N
Convento de São Boaventura	S. Cruz das Flores	S. Cruz das Flores	XVII	IVC	S
Casa do Espírito Santo da Caveira	S. Cruz das Flores	Caveira	XIX	NC	A
Casa do Espírito Santo da Costa	Lajes das Flores	Lajes das Flores	XIX	NC	A
Casa do Espírito Santo da Fazenda	Lajes das Flores	Lajes das Flores	XIX	NC	A
Casa do Espírito Santo da Fazenda de Santa Cruz	S. Cruz das Flores	S. Cruz das Flores	XIX	NC	A
Casa do Espírito Santo da Lomba	Lajes das Flores	Lajes das Flores	XIX	NC	A
Casa do Espírito Santo da Ponte	Lajes das Flores	Lajes das Flores	XIX	NC	A
Casa do Espírito Santo da Queda	Lajes das Flores	Lajes das Flores	XIX	NC	A
Casa do Espírito Santo da Ribeira dos Barqueiros	S. Cruz das Flores	S. Cruz das Flores	XIX	NC	A
Casa do Espírito Santo da Rua da Aresta	S. Cruz das Flores	S. Cruz das Flores	XIX	NC	A
Casa do Espírito Santo da Santa Cruz	S. Cruz das Flores	S. Cruz das Flores	XIX	NC	A
Casa do Espírito Santo da Vila	Lajes das Flores	Lajes das Flores	XIX	NC	A
Casa do Espírito Santo da Vila	S. Cruz das Flores	S. Cruz das Flores	XIX	NC	A
Casa do Espírito Santo das Casas de Baixo	S. Cruz das Flores	S. Cruz das Flores	XIX	NC	A
Casa do Espírito Santo de Baixo	Lajes das Flores	Lajes das Flores	XIX	NC	A
Casa do Espírito Santo de Baixo	S. Cruz das Flores	S. Cruz das Flores	XIX	NC	A
Casa do Espírito Santo de Cima	Lajes das Flores	Lajes das Flores	XIX	NC	A
Casa do Espírito Santo de Cima	S. Cruz das Flores	S. Cruz das Flores	XIX	NC	A
Casa do Espírito Santo do Lajedo	Lajes das Flores	Lajes das Flores	XIX	NC	A
Casa do Espírito Santo do Monte	Lajes das Flores	Lajes das Flores	XIX	NC	A
Casa do Espírito Santo do Monte	S. Cruz das Flores	S. Cruz das Flores	XIX	NC	A
Casa do Espírito Santo do Mosteiro	Lajes das Flores	Lajes das Flores	XIX	NC	A
Casa do Espírito Santo do Outeiro	Lajes das Flores	Lajes das Flores	XIX	NC	A
Casa do Espírito Santo do Rocio	Lajes das Flores	Lajes das Flores	XIX	NC	A
Casa do Espírito Santo dos Morros	Lajes das Flores	Lajes das Flores	XIX	NC	A
Igreja da Santíssima Trindade	Lajes das Flores	Mosteiro	XIX	NC	S
Igreja de N ^a S ^a do Carmo	S. Cruz das Flores		XIX	NC	S
Igreja de N ^a S ^a do Livramento	S. Cruz das Flores	Caveira	XIX	NC	S

(continua)

Ilha das Flores (continuação)

<i>Designação</i>	<i>Concelho</i>	<i>Freguesia</i>	<i>Século</i>	<i>Classif.</i>	<i>Aberto ao público</i>
Igreja de N ^a S ^a dos Milagres	Lajes das Flores	Lajedo	XIX	NC	S
Igreja de São José	S. Cruz das Flores		XIX	NC	S
Igreja do Senhor Santo Cristo dos Milagres	S. Cruz das Flores		XIX	NC	S
Igreja Matriz de N ^a S ^a da Conceição	S. Cruz das Flores	S. Cruz das Flores	XIX	NC	S
Igreja de São Boaventura	Lajes das Flores		XVII	IIP	N
Capela de N ^a S ^a das Angústias	Lajes das Flores		XVIII	NC	N
Igreja de N ^a S ^a dos Remédios	Lajes das Flores	Fajãzinha	XVIII	NC	S
Igreja de São Caetano	S. Cruz das Flores		XVIII	NC	S
Igreja de São Pedro	S. Cruz das Flores	P. Delgada	XVIII	NC	N
Igreja Matriz de N ^a S ^a do Rosário	Lajes das Flores	Lajes das Flores	XVIII	NC	S
Capela de N ^a S ^a das Flores	S. Cruz das Flores		XX	NC	N
Capela de Nossa S ^a de Fátima	S. Cruz das Flores		XX	NC	A
Capela de São João Baptista	S. Cruz das Flores	P. Delgada	XX	NC	A
Casa do Espírito Santo da Terra Chã	S. Cruz das Flores	S. Cruz das Flores	XX	NC	A
Casa do Espírito Santo das Crianças	S. Cruz das Flores	S. Cruz das Flores	XX	NC	A
Casa do Espírito Santo de Ponta Ruíva	S. Cruz das Flores	S. Cruz das Flores	XX	NC	A
Igreja de N ^a S ^a de Lurdes	S. Cruz das Flores		XX	NC	S
Igreja de N ^a S ^a do Pilar	S. Cruz das Flores	Cedros	XX	NC	N
Moinho de Mão	S. Cruz das Flores	P. Delgada	SD	NC	N
Moinho na Ribeira da Casa	Lajes das Flores	Fajã Grande	SD	NC	N
Moinhos da Ribeira da Alagoa	Lajes das Flores	Fajãzinha	SD	NC	N
Moinhos de Azenha	Lajes das Flores		SD	NC	N
Ribeira do Moinho	S. Cruz das Flores	P. Delgada	SD	NC	N
Cruzeiro do Lajedo	Lajes das Flores	Lajedo	XX	NC	S
Cruzeiro no Alto da Fajãzinha	Lajes das Flores	Fajãzinha	XX	NC	S
Cruzeiro no Morro dos Frades	S. Cruz das Flores		XX	NC	S
Cruzeiro no Pico do Meio Dia	S. Cruz das Flores	P. Delgada	XX	NC	S

Ilha de São Jorge

<i>Designação</i>	<i>Concelho</i>	<i>Freguesia</i>	<i>Século</i>	<i>Classif.</i>	<i>Aberto ao público</i>
Casa Maestro Francisco Lacerda	Calheta	Calheta	XIX	NC	N
Casa Gaspar Silva	Calheta	Calheta	XVIII	IIP	N
Casa dos Goularts	Velas	Velas (S. Jorge)	XX	NC	N
Forte de Santa Cruz	Velas	Velas (S. Jorge)	SD	NC	S
Fortaleza de N ^a S ^a da Conceição	Velas		XVII	NC	A
Forte da Ponta Topo	Calheta	Topo	XVII	NC	N
Forte da Urzelina	Velas	Urzelina	XVII	NC	S
Forte das Manadas	Velas	Velas (S. Jorge)	XVII	NC	S
Forte de Santo Espírito	Calheta	Calheta	XVII	NC	S
Forte de São João Baptista	Calheta	Calheta	XVII	NC	S

(continua)

Ilha de São Jorge (continuação)

<i>Designação</i>	<i>Concelho</i>	<i>Freguesia</i>	<i>Século</i>	<i>Classif.</i>	<i>Aberto público</i>
Forte de Santo António	Calheta	Calheta	XVIII	NC	N
Chafariz do Aveiro	Calheta	Calheta	SD	NC	N
Chafariz da Canada da Bica	Velas	Velas (S. Jorge)	XIX	NC	N
Chafariz da Canadinho Nova	Velas	Velas (S. Jorge)	XIX	NC	N
Chafariz da Encarnação	Velas	Velas (S. Jorge)	XIX	NC	N
Chafariz da Ermida	Calheta	Calheta	XIX	NC	N
Chafariz da Ermida	Velas	Velas (S. Jorge)	XIX	NC	N
Chafariz da Igreja	Calheta	Calheta	XIX	NC	N
Chafariz da Igreja	Velas	Velas (S. Jorge)	XIX	NC	N
Chafariz da Igreja	Velas	Velas (S. Jorge)	XIX	NC	N
Chafariz da Igreja	Velas	Velas (S. Jorge)	XIX	NC	N
Chafariz da Ponta	Velas	Velas (S. Jorge)	XIX	NC	N
Chafariz da Ramada	Velas	Velas (S. Jorge)	XIX	NC	N
Chafariz da Relvinha	Calheta	Calheta	XIX	NC	N
Chafariz da Ribeira	Velas	Velas (S. Jorge)	XIX	NC	N
Chafariz da Ribeira da Areia	Velas	Velas (S. Jorge)	XIX	NC	N
Chafariz da Ribeira do Meio	Calheta	Calheta	XIX	NC	N
Chafariz da Rua do Porto	Calheta	Topo	XIX	NC	N
Chafariz da Rua Nova	Calheta	Topo	XIX	NC	N
Chafariz da Torre	Velas	Velas (S. Jorge)	XIX	NC	N
Chafariz das Relvas	Velas	Velas (S. Jorge)	XIX	NC	N
Chafariz das Tendas	Calheta	Calheta	XIX	NC	N
Chafariz das Travessas	Calheta	Calheta	XIX	NC	N
Chafariz de N ^ª S ^ª da Guadalupe	Velas	Velas (S. Jorge)	XIX	NC	N
Chafariz de Santa Rita	Velas	Velas (S. Jorge)	XIX	NC	N
Chafariz de Santa Rosa	Calheta	Calheta	XIX	NC	N
Chafariz de Santo Antão	Calheta	Calheta	XIX	NC	N
Chafariz de Santo António	Calheta	Calheta	XIX	NC	N
Chafariz de São Pedro	Calheta	Topo	XIX	NC	N
Chafariz de São Pedro	Velas	Velas (S. Jorge)	XIX	NC	N
Chafariz do Alto das Manadas	Velas	Velas (S. Jorge)	XIX	NC	N
Chafariz do Barreiro	Calheta	Topo	XIX	NC	N
Chafariz do Boeiro	Calheta	Calheta	XIX	NC	N
Chafariz do Caminho de Baixo	Velas	Velas (S. Jorge)	XIX	NC	N
Chafariz do Caminho Largo	Calheta	Topo	XIX	NC	N
Chafariz do Canto dos Sabugueiros	Velas	Velas (S. Jorge)	XIX	NC	N
Chafariz do Cruzal	Calheta	Calheta	XIX	NC	N
Chafariz do Jogo	Calheta	Calheta	XIX	NC	N
Chafariz do Pojal	Calheta	Calheta	XIX	NC	N

(continua)

Ilha de São Jorge (continuação)

<i>Designação</i>	<i>Concelho</i>	<i>Freguesia</i>	<i>Século</i>	<i>Classif.</i>	<i>Aberto ao público</i>
Chafariz do Portinho	Calheta	Calheta	XIX	NC	N
Chafariz da Canada da Lavada	Calheta	Calheta	XX	NC	N
Chafariz da Miragaia	Calheta	Calheta	XX	NC	N
Chafariz do Caminho Chão	Calheta	Calheta	XX	NC	N
Ermida de Cristo Rei	Velas	Velas (S. Jorge)	SD	NC	N
Ermida de N ^a S ^a da Boa Viagem	Calheta	Calheta	SD	NC	N
Ermida de N ^a S ^a do Desterro	Velas	Velas (S. Jorge)	SD	NC	N
Ermida de N ^a S ^a do Livramento	Calheta	Calheta	SD	NC	N
Ermida de São João Baptista	Velas	Velas (S. Jorge)	SD	NC	N
Ermida de São José	Velas	Velas (S. Jorge)	SD	NC	N
Igreja de Santa Ana	Velas	Velas (S. Jorge)	SD	NC	S
Império do Espírito Santo	Calheta	Calheta	SD	NC	N
Império do Espírito Santo	Velas	Velas (S. Jorge)	SD	NC	A
Império do Espírito Santo	Velas	Velas (S. Jorge)	SD	NC	N
Império do Espírito Santo	Velas	Velas (S. Jorge)	SD	NC	N
Império do Espírito Santo	Velas	Velas (S. Jorge)	SD	NC	N
Império do Espírito Santo	Velas	Velas (S. Jorge)	SD	NC	N
Império do Espírito Santo	Velas	Velas (S. Jorge)	SD	NC	N
Império do Espírito Santo	Velas	Velas (S. Jorge)	SD	NC	N
Ermida de Santa Filomena	Calheta	Calheta	XIX	NC	N
Ermida de Santo Cristo dos Milagres ou das Almas	Velas	Velas (S. Jorge)	XIX	NC	N
Ermida de São José	Velas	Velas (S. Jorge)	XIX	NC	S
Ermida de São Miguel Arcanjo	Velas	Velas (S. Jorge)	XIX	NC	S
Ermida de S ^o António	Calheta	Calheta	XIX	NC	N
Ermida do Bom Jesus	Calheta	Calheta	XIX	NC	S
Ermida do Senhor Santo Cristo	Calheta	Calheta	XIX	NC	S
Igreja de N ^a S ^a das Neves	Velas	Velas (S. Jorge)	XIX	NC	S
Igreja de S ^o António	Velas	Velas (S. Jorge)	XIX	NC	N
Igreja S. Mateus	Velas	Velas (S. Jorge)	XIX	NC	S
Império do Espírito Santo	Calheta	Topo	XIX	NC	A
Império do Espírito Santo	Calheta	Calheta	XIX	NC	A
Império do Espírito Santo	Velas	Velas (S. Jorge)	XIX	NC	A
Império do Norte Pequeno	Calheta	Calheta	XIX	NC	N
Igreja Matriz de S. Jorge	Velas	Velas (S. Jorge)	XV	NC	S
Ermida da Piedade	Velas	Velas (S. Jorge)	XVI	NC	N
Ermida de N ^a S ^a dos Anjos	Calheta	Topo	XVI	NC	N
Ermida de São João	Calheta	Topo	XVI	NC	N
Igreja de S ^a Bárbara	Velas	Velas (S. Jorge)	XVI	IIP	S
Ermida da Fajã de São João	Calheta	Topo	XVII	NC	S

(continua)

Ilha de São Jorge (continuação)

<i>Designação</i>	<i>Concelho</i>	<i>Freguesia</i>	<i>Século</i>	<i>Classif.</i>	<i>Aberto ao público</i>
Ermida da N ^a S ^a de Guadalupe	Velas	Velas (S. Jorge)	XVII	NC	N
Ermida de Jesus Maria José	Velas	Velas (S. Jorge)	XVII	NC	N
Ermida de N ^a S ^a da Boa Morte	Velas	Velas (S. Jorge)	XVII	NC	N
Ermida de N ^a S ^a da Encarnação	Velas	Velas (S. Jorge)	XVII	NC	N
Igreja de N ^a S ^a da Conceição	Velas	Velas (S. Jorge)	XVII	NC	N
Igreja de São Francisco	Calheta	Topo	XVII	NC	N
Ermida das Almas	Velas	Velas (S. Jorge)	XVIII	NC	N
Ermida de N ^a S ^a da Boa Hora	Velas	Velas (S. Jorge)	XVIII	NC	S
Ermida de N ^a S ^a da Luz	Velas	Velas (S. Jorge)	XVIII	NC	N
Ermida de N ^a S ^a do Socorro	Calheta	Calheta	XVIII	NC	S
Ermida de N ^a S ^a dos Milagres	Calheta	Calheta	XVIII	NC	N
Ermida de Santa Rita	Velas	Velas (S. Jorge)	XVIII	NC	N
Ermida de Santo António (da Mouraria)	Velas	Velas (S. Jorge)	XVIII	NC	N
Ermida de São Sebastião	Calheta	Calheta	XVIII	NC	N
Ermida de São Vicente Ferreira	Velas	Velas (S. Jorge)	XVIII	NC	N
Igreja de N ^a S ^a do Rosário	Calheta	Topo	XVIII	NC	S
Igreja de S. Lázaro	Calheta	Calheta	XVIII	NC	S
Igreja de S. Tiago Maior	Calheta	Calheta	XVIII	NC	S
Igreja N ^a S ^a do Rosário	Velas	Velas (S. Jorge)	XVIII	NC	S
Igreja Paroquial de Santo Amaro	Velas	Velas (S. Jorge)	XVIII	NC	S
Igreja Paroquial de Santo Antão	Calheta	Topo	XVIII	NC	S
Ermida de N ^a S ^a Auxiliadora	Velas	Velas (S. Jorge)	XX	NC	N
Ermida de N ^a S ^a das Dores	Velas	Velas (S. Jorge)	XX	NC	S
Ermida de N ^a S ^a de Fátima	Velas	Velas (S. Jorge)	XX	NC	S
Ermida de N ^a S ^a de Lurdes	Calheta	Calheta	XX	NC	N
Ermida de São João	Velas	Velas (S. Jorge)	XX	NC	S
Ermida do Senhor Bom Jesus	Calheta	Topo	XX	NC	N
Igreja de S ^a Catarina	Calheta	Calheta	XX	NC	S
Igreja de São Tomé	Calheta	Topo	XX	NC	S
Império da Quinta-Feira S. S. Trindade	Velas	Velas (S. Jorge)	XX	NC	A
Império do Espírito Santo	Calheta	Calheta	XX	NC	A
Império do Espírito Santo	Calheta	Topo	XX	NC	A
Império do Espírito Santo	Velas	Velas (S. Jorge)	XX	NC	A
Império do Espírito Santo	Velas	Velas (S. Jorge)	XX	NC	A
Moinho da Canada do Canto	Calheta	Topo	SD	NC	N
Moinho da Urzelina	Velas	Velas (S. Jorge)	SD	IIP	N
Moinho de São João	Calheta	Calheta	SD	NC	N
Moinho de São Pedro	Calheta	Topo	SD	NC	N
Moinho de Vento	Velas	Velas (S. Jorge)	SD	IIP	N

(continua)

Ilha de São Jorge (continuação)

<i>Designação</i>	<i>Concelho</i>	<i>Freguesia</i>	<i>Século</i>	<i>Classif.</i>	<i>Aberto público</i>	<i>ao</i>
Moinho do Caminho Largo	Calheta	Topo	SD	NC	N	
Moinho da Canada	Calheta	Calheta	XX	NC	N	
Moinho da Canada da Levada	Calheta	Topo	XX	NC	N	
Moinho da Rua de Baixo	Calheta	Calheta	XX	NC	N	
Moinho do Barreiro	Calheta	Topo	XX	NC	N	
Moinho do Caminho do Porto	Calheta	Calheta	XX	NC	N	
Moinho do Caminho Novo	Calheta	Calheta	XX	NC	N	
Moinho dos Biscoitos	Calheta	Calheta	XX	NC	N	
Solar da Família Soares Teixeira	Velas	Velas (S. Jorge)	SD	NC	N	
Solar Amaro Soares de Albergaria	Velas	Velas (S. Jorge)	XIX	NC	N	
Solar da Família Soares Teixeira (e Sousa)	Velas	Velas (S. Jorge)	XIX	NC	N	
Solar da Quinta dos Mistérios	Velas		XIX	NC	N	
Solar dos Cunha da Silveira	Calheta	Calheta	XIX	NC	N	
Solar dos Lacerda Pereira	Velas	Velas (S. Jorge)	XIX	NC	N	
Solar José Inácio da Siçveira Borges	Velas	Velas (S. Jorge)	XIX	NC	N	
Solar dos Cunha da Silveira	Velas	Velas (S. Jorge)	XVII	NC	N	
Solar dos Pereira da Silveira e Sousa	Velas	Velas (S. Jorge)	XVII	NC	N	
Solar dos Forjaz de Carvalho	Velas	Velas (S. Jorge)	XVIII	NC	N	
Solar dos Noronha	Calheta	Calheta	XVIII	IIP	N	
Solar dos Soares Teixeira	Velas	Velas (S. Jorge)	XVIII	NC	N	
Solar dos Tiagos	Calheta	Topo	XVIII	NC	N	
Ponte da Ribeira das Lixívias	Calheta	Topo	XIX	NC	S	
Ponte da Ribeirinha	Calheta	Topo	XIX	NC	S	
Torre da Urzelina	Velas	Urzelina	SD	NC	N	

Ilha de São Miguel

<i>Designação</i>	<i>Concelho</i>	<i>Freguesia</i>	<i>Século</i>	<i>Classif.</i>	<i>Aberto público</i>	<i>ao</i>
Alves de Oliveira	Nordeste		XX	NC	S	
Antero de Quental	Ponta Delgada		XX	NC	S	
António Borges	Ponta Delgada		XX	NC	S	
Aristides da Mota	Ponta Delgada		XX	NC	S	
Artur do Canto Resende	Vila Franca do Campo		XX	NC	S	
Conselheiro Luís Bettencourt	Ponta Delgada		XX	NC	S	
Coronel Afonso Chaves	Ponta Delgada		XX	NC	S	
Dr. António da Silva Cabral	Vila Franca do Campo		XX	NC	S	
Dr. Augusto Botelho Simas	Vila Franca do Campo		XX	NC	S	

(continua)

Ilha de São Miguel (continuação)

<i>Designação</i>	<i>Concelho</i>	<i>Freguesia</i>	<i>Século</i>	<i>Classif.</i>	<i>Aberto ao público</i>
Madre Teresa	Ribeira Grande	Ribeira Seca	XX	NC	S
Pe. Ernesto Ferreira	Vila Franca do Campo		XX	NC	S
Pe. João José de Amaral	Ponta Delgada		XX	NC	S
Roberto Ivens	Ponta Delgada		XX	NC	S
Teófilo Braga	Ponta Delgada		XX	NC	S
Thomas Hickling	Povoação	Furnas	XX	NC	S
Paços do Concelho da Ribeira Grande	Ribeira Grande		XVI	IIP	DESC
Teatro Ribeiragrandense	Ribeira Grande		XX	IIP	DESC
Castelo de S. Brás	Ponta Delgada		XVI	IIP	DESC
Convento da Esperança	Ponta Delgada		XVI	IIP	DESC
Convento de S. André (Igreja e Museu)	Ponta Delgada		XVI	MN	DESC
Convento de Belém	Ponta Delgada		XVIII	IIP	DESC
Convento de S. Francisco	Vila Franca do Campo		XVIII	IIP	DESC
Convento dos Frades	Lagoa		XVIII	P	DESC
Bento de Góis	Vila Franca do Campo		XX	NC	S
Eng ^o José Cordeiro	Ponta Delgada		XX	NC	S
Gaspar Frutuoso	Ribeira Grande		XX	NC	S
Gonçalo Vaz Botelho	Vila Franca do Campo		XX	NC	S
Gonçalo Velho Cabral	Ponta Delgada		XX	NC	S
Infante de Sagres	Vila Franca do Campo		XX	NC	S
José de Canto	Ponta Delgada		XX	NC	S
S. Miguel Arcanjo	Ponta Delgada		XX	NC	S
Sena de Freitas	Ponta Delgada		XX	NC	S
Ermida de Jesus Maria José	Ponta Delgada	Livramento	SD	NC	DESC
Ermida de N ^a S ^a do Resgato	Lagoa	_	SD	NC	DESC
Ermida de S. Gonçalo	Ponta Delgada	cidade	SD	NC	DESC
Ermida do Socorro	Ponta Delgada	Candelária	SD	NC	DESC
Igreja de S. José	Lagoa	_	SD	NC	DESC
Santo Cristo	Ponta Delgada	cidade	SD	NC	DESC
Capela do José do Canto	Povoação	Furnas	XIX	IVC	DESC
Ermida de N ^a S ^a da Saúde	Ribeira Grande	_	XIX	NC	DESC
Ermida de N ^a S ^a das Dores	Ribeira Grande	_	XIX	NC	DESC
Igreja de N ^a S ^a da Conceição	Nordeste	_	XIX	NC	DESC
Igreja de N ^a S ^a da Luz	Nordeste	_	XIX	NC	DESC
Igreja de N ^a S ^a da Penha de França	Povoação	_	XIX	NC	DESC
Igreja de N ^a S ^a das Misericórdias	Lagoa	_	XIX	NC	DESC
Igreja de N ^a S ^a do Rosário	Ribeira Grande	_	XIX	NC	DESC
Igreja de N ^a S ^a dos Remédios	Ponta Delgada	Remédios (Bretanha)	XIX	NC	DESC

(continua)

Ilha de São Miguel (continuação)

<i>Designação</i>	<i>Concelho</i>	<i>Freguesia</i>	<i>Século</i>	<i>Classif.</i>	<i>Aberto ao público</i>
Igreja de N ^a S ^a dos Remédios	Povoação	—	XIX	NC	DESC
Igreja de S. José	Nordeste	—	XIX	NC	DESC
Igreja de Sant'Ana	Nordeste	—	XIX	NC	DESC
Igreja de Santo António	Nordeste	—	XIX	NC	DESC
Igreja do Menino Jesus	Vila Franca do Campo	—	XIX	NC	DESC
Ermida de N ^a S ^a dos Remédios	Lagoa	—	XV	NC	DESC
Ermida de S. Sebastião	Ribeira Grande	—	XV	NC	DESC
Ermida de Santa Bárbara	Povoação	—	XV	NC	DESC
Ermida de Santa Catarina	Vila Franca do Campo	—	XV	NC	DESC
Ermida de Santo André	Ribeira Grande	—	XV	NC	DESC
Igreja de N ^a S ^a da Graça	Povoação	—	XV	NC	DESC
Igreja de N ^a S ^a da Graça	Ribeira Grande	—	XV	NC	DESC
Igreja de N ^a S ^a do Rosário (Matriz Velha)	Povoação	—	XV	IIP	DESC
Igreja de N ^a S ^a dos Anjos	Lagoa	—	XV	NC	DESC
Igreja de S. Lázaro	Vila Franca do Campo	—	XV	NC	DESC
Igreja de S. Pedro	Ponta Delgada	—	XV	IIP	DESC
Igreja de S. Pedro	Vila Franca do Campo	—	XV	NC	DESC
Igreja de S ^a Luzia	Ponta Delgada	Feteiras	XV	NC	DESC
Igreja de Santa Cruz	Lagoa	—	XV	NC	DESC
Igreja de Santo António	Ponta Delgada	Santo António	XV	NC	DESC
Igreja do Bom Jesus	Ribeira Grande	—	XV	NC	DESC
Igreja do Desterro	Ponta Delgada	cidade	XV	NC	DESC
Igreja do Espírito Santo	Ribeira Grande	—	XV	NC	DESC
Igreja dos Reis Magos	Ribeira Grande	—	XV	NC	DESC
Ermida de N ^a S ^a da Nazaré	Nordeste	—	XVI	NC	DESC
Ermida de N ^a S ^a das Candeias	Ponta Delgada	Fenais da Luz	XVI	NC	DESC
Ermida de N ^a S ^a do Pranto	Nordeste	—	XVI	NC	DESC
Ermida de N ^a S ^a do Rosário	Ponta Delgada	Santo António	XVI	NC	DESC
Ermida de N ^a S ^a do Rosário	Ribeira Grande	—	XVI	NC	DESC
Ermida de S. Braz ou Santa Luzia	Ponta Delgada	cidade	XVI	NC	DESC
Ermida de S. Nicolau	Ponta Delgada	Mosteiros	XVI	NC	DESC
Ermida de S. Pedro	Ponta Delgada	Fenais da Luz	XVI	NC	DESC
Ermida de Santa Bárbara	Ponta Delgada	Santo António	XVI	NC	DESC
Ermida de Santo Amaro	Vila Franca do Campo	—	XVI	NC	DESC
Igreja da Senhora do Rosário	Lagoa	—	XVI	NC	DESC
Igreja de N ^a S ^a da Ajuda	Ponta Delgada	Arrifes	XVI	NC	DESC
Igreja de N ^a S ^a da Assunção	Nordeste	—	XVI	NC	DESC
Igreja de N ^a S ^a da Conceição	Ponta Delgada	Mosteiros	XVI	NC	DESC

(continua)

Ilha de São Miguel (continuação)

<i>Designação</i>	<i>Concelho</i>	<i>Freguesia</i>	<i>Século</i>	<i>Classif.</i>	<i>Aberto ao público</i>
Igreja de N ^a S ^a da Conceição	Ribeira Grande	—	XVI	NC	DESC
Igreja de N ^a S ^a da Estrela	Ribeira Grande	—	XVI	IIP	DESC
Igreja de N ^a S ^a da Guadalupe	Ribeira Grande	—	XVI	NC	DESC
Igreja de N ^a S ^a da Luz	Ponta Delgada	Fenais da Luz	XVI	NC	DESC
Igreja de N ^a S ^a da Piedade	Ponta Delgada	Arrifes	XVI	NC	DESC
Igreja de N ^a S ^a da Piedade	Vila Franca do Campo	—	XVI	NC	DESC
Igreja de N ^a S ^a da Saúde	Ponta Delgada	Arrifes	XVI	NC	DESC
Igreja de N ^a S ^a d'Ajuda	Ponta Delgada	Bretanha	XVI	NC	DESC
Igreja de N ^a S ^a das Candeias	Ponta Delgada	Candelária	XVI	NC	DESC
Igreja de N ^a S ^a das Dores	Lagoa	—	XVI	NC	DESC
Igreja de N ^a S ^a do Rosário	Vila Franca do Campo	—	XVI	NC	DESC
Igreja de N ^a S ^o do Rosário	Nordeste	—	XVI	NC	DESC
Igreja de S. Pedro	Nordeste	—	XVI	NC	DESC
Igreja de S. Pedro	Ribeira Grande	—	XVI	NC	DESC
Igreja de S. Salvador do Mundo	Ribeira Grande	—	XVI	NC	DESC
Igreja Matriz de S. Sebastião	Ponta Delgada	—	XVI	IIP	DESC
Oratório da Trindade	Ponta Delgada	cidade	XVI	NC	DESC
Ermida de N ^a S ^a da Conceição das Vinhas	Ribeira Grande	—	XVII	NC	DESC
Ermida de N ^a S ^a da Mãe de Deus	Ponta Delgada	Santo António	XVII	NC	DESC
Ermida de N ^a S ^a da Soledade, na Grimaneza	Ponta Delgada	Fajã de Baixo	XVII	NC	DESC
Ermida de N ^a S ^a da Vida	Vila Franca do Campo	—	XVII	NC	DESC
Ermida de N ^a S ^a do Carmo	Ponta Delgada	Livramento	XVII	NC	DESC
Ermida de N ^a S ^a do Monserrate	Lagoa	—	XVII	NC	DESC
Ermida de Sant'Ana	Ribeira Grande	—	XVII	NC	DESC
Ermida do Vencimento	Ribeira Grande	—	XVII	NC	DESC
Ermida S. Rosa de Viterbo	Ponta Delgada	São Roque	XVII	NC	DESC
Igreja da Misericórdia	Ribeira Grande	—	XVII	IIP	DESC
Igreja de N ^a S ^a da Apresentação	Ponta Delgada	Capelas	XVII	NC	DESC
Igreja de N ^a S ^a da Conceição	Ponta Delgada	—	XVII	IIP	DESC
Igreja de N ^a S ^a da Conceição	Ponta Delgada	Capelas	XVII	NC	DESC
Igreja de N ^a S ^a d'Ajuda	Ribeira Grande	—	XVII	NC	DESC
Igreja de N ^a S ^a do Amparo	Nordeste	—	XVII	NC	DESC
Igreja de N ^a S ^a do Livramento	Ponta Delgada	Livramento	XVII	NC	DESC
Igreja de S. Sebastião	Ponta Delgada	Ginetes	XVII	NC	DESC
Igreja de Santa Bárbara	Ponta Delgada	cidade	XVII	NC	DESC
Igreja do Colégio dos Jesuítas	Ponta Delgada	—	XVII	IIP	DESC
Igreja N ^a S ^a das Necessidades	Lagoa	—	XVII	NC	DESC
Igreja de N ^a S ^a da Boa Viagem	Ribeira Grande	—	XVII	NC	DESC

(continua)

Ilha de São Miguel (continuação)

<i>Designação</i>	<i>Concelho</i>	<i>Freguesia</i>	<i>Século</i>	<i>Classif.</i>	<i>Aberto ao público</i>
Igreja de N ^a S ^a do Pilar	Ponta Delgada	Bretanha	XVII	NC	DESC
Ermida de N ^a S ^a da Paz	Vila Franca do Campo		XVIII	IVC	DESC
Ermida de N ^a S ^a do Loreto	Ponta Delgada	Fajã de Baixo	XVIII	NC	DESC
Ermida de N ^a S ^a do Resgato	Ribeira Grande		XVIII	NC	DESC
Ermida de N ^o S ^o dos Aflitos	Ponta Delgada	Fenais da Luz	XVIII	NC	DESC
Ermida de S. Sebastião	Ribeira Grande		XVIII	NC	DESC
Ermida de Santa Rita	Ponta Delgada	Fajã de Baixo	XVIII	NC	DESC
Ermida do Senhor da Paciência (Ecco Homo)	Ribeira Grande		XVIII	NC	DESC
Igreja de Jesus Maria José	Ponta Delgada	Ginetes	XVIII	NC	DESC
Igreja de N ^a S ^a do Cabo	Lagoa		XVIII	NC	DESC
Igreja de N ^a S ^a dos Anjos	Ponta Delgada	Fajã de Baixo	XVIII	IIP	DESC
Igreja de N ^a S ^a dos Milagres	Ponta Delgada	Arrifes	XVIII	NC	DESC
Igreja de N ^a S ^a dos Prazeres	Ribeira Grande		XVIII	NC	DESC
Igreja de S. José	Ponta Delgada		XVIII	IIP	DESC
Igreja de S. Vicente	Ponta Delgada	S. Vicente Ferreira	XVIII	NC	DESC
Igreja de Sant'Ana	Povoação		XVIII	NC	DESC
Igreja N ^a S ^a da Guia	Lagoa		XVIII	NC	DESC
Igreja de N ^a S ^a da Alegria	Povoação		XX	NC	DESC
Igreja de S. Paulo	Povoação		XX	NC	DESC
Igreja de Santa Bárbara	Ribeira Grande		XX	NC	DESC
Mãe de Deus	Ponta Delgada	cidade	XX	NC	DESC
Moinho de Água na Ribeira do Guilherme	Nordeste		SD	IIP	DESC
Moinho de Água na Ribeira dos Caldeirões	Nordeste		SD	IIP	DESC
Moinho de Vento	Ponta Delgada	Bretanha	SD	IIP	DESC
Portas da Cidade	Ponta Delgada		XVIII	IIP	DESC
Antero Quental	Ponta Delgada		XX	NC	S
Padrão da Grande Guerra	Ponta Delgada		XX	NC	S
Padrão das Descobertas	Povoação		XX	NC	S
Solar da Baldaia	Ponta Delgada		SD	NC	DESC
Solar de N ^a S ^a do Parto	Ponta Delgada		SD	NC	DESC
Solar de N ^a S ^a do Vencimento	Ribeira Grande		SD	NC	DESC
Solar de S. Vicente	Ribeira Grande		SD	NC	DESC
Solar do Morgado de Sampaio	Ponta Delgada		SD	NC	DESC
Solar dos Condes de Sta. Catarina	Ponta Delgada		SD	NC	DESC
Solar dos Viscondes das Laranjeiras	Ponta Delgada		SD	NC	DESC
Solar Faria e Maia de Canavarro	Ponta Delgada		SD	NC	DESC
Solar Jácome Correia	Ponta Delgada		SD	NC	DESC
Casa da Família Gamboa Vasconcelos	Ponta Delgada		XIX	NC	DESC

(continua)

Ilha de São Miguel (continuação)

<i>Designação</i>	<i>Concelho</i>	<i>Freguesia</i>	<i>Século</i>	<i>Classif.</i>	<i>Aberto ao público</i>
Palácio da Fonte Bela	Ponta Delgada		XIX	IIP	DESC
Palácio Jácome Correia	Ponta Delgada		XIX	MR	DESC
Paço N ^a S ^a da Vida	Ponta Delgada		XV	NC	DESC
Palácio José do Canto	Ponta Delgada		XV	NC	DESC
Palácio da Conceição	Ponta Delgada		XVII	IIP	DESC
Solar Condes de Albuquerque	Ponta Delgada		XVIII	NC	DESC
Solar da Atalhada	Lagoa		XVIII	IIP	DESC
Solar das Necessidades	Ponta Delgada	Livramento	XVIII	IIP	DESC
Solar dos Condes de Albuquerque	Ponta Delgada		XVIII	IIP	DESC
Solar Santana ao Fisher	Lagoa		XVIII	NC	DESC
Casa da Família Rieff	Ponta Delgada		XX	NC	DESC

Ilha de Santa Maria

<i>Designação</i>	<i>Concelho</i>	<i>Freguesia</i>	<i>Século</i>	<i>Classif.</i>	<i>Aberto ao público</i>
Antigas Oficinas de Oleiros	Vila do Porto	Vila do Porto	SD	NC	N
Associação Cultural Maré de Agosto	Vila do Porto	Vila do Porto	SD	NC	A
Clube Ana de Santa Maria	Vila do Porto	Vila do Porto	SD	NC	S
Clube Asas do Atlântico	Vila do Porto	Vila do Porto	SD	NC	S
Fontanário em frente à Igreja Matriz	Vila do Porto	Vila do Porto	XIX	NC	S
Forte de S. Baptista	Vila do Porto	Almagreira	XVI	NC	N
Forte de S. Brás	Vila do Porto	Vila do Porto	XVI	NC	N
Ermida da Madre de Deus	Vila do Porto		SD	NC	N
Ermida de N ^a S ^a dos Anjos	Vila do Porto	Vila do Porto	XV	IIP	A
Igreja de N ^a S ^a da Assunção - Igreja Matriz	Vila do Porto	Vila do Porto	XV	NC	S
Igreja de N ^a S ^a da Purificação	Vila do Porto	Santo Espírito	XVI	IIP	S
Igreja de S ^a Bárbara	Vila do Porto	S. Bárbara	XVI	NC	N
Convento de S. António	Vila do Porto	Vila do Porto	XVII	NC	N
Convento de S. Francisco	Vila do Porto	Vila do Porto	XVII	NC	N
Igreja de N ^a S ^a da Vitória	Vila do Porto	Vila do Porto	XVII	IIP	N
Recolhimento de S ^a M ^a Madalena	Vila do Porto	Vila do Porto	XVII	NC	N
Capela de Jesus, Maria, José	Vila do Porto	S. Bárbara	XVIII	NC	N
Capela de S. Pedro Gonçalves	Vila do Porto	S. Pedro	XVIII	NC	A
Ermida de N ^a S ^a do Pilar	Vila do Porto	S. Pedro	XVIII	NC	N
Igreja da Misericórdia	Vila do Porto	Vila do Porto	XVIII	NC	S
Igreja de S. Pedro	Vila do Porto	S. Pedro	XVIII	NC	S
Ermida de N ^a S ^a de Fátima	Vila do Porto	S. Pedro	XX	NC	A

(continua)

Ilha de Santa Maria (continuação)

<i>Designação</i>	<i>Concelho</i>	<i>Freguesia</i>	<i>Século</i>	<i>Classif.</i>	<i>Aberto ao público</i>
Solar do séc. XIX	Vila do Porto	Vila do Porto	XIX	NC	N
Casa dos Primeiros Capitães Donatários	Vila do Porto	Vila do Porto	XV	IIP	N
Casa do Fidalgo Francisco de Perada	Vila do Porto	Vila do Porto	XVI	NC	N
Casa do Padre Manuel	Vila do Porto	Vila do Porto	XVII	P	N
Solar da Boa Nova	Vila do Porto	Vila do Porto	XVIII	NC	N
Obelisco - junto ao Forte de S. Brás	Vila do Porto	Vila do Porto	XIX	NC	S

Ilha do Corvo

<i>Designação</i>	<i>Concelho</i>	<i>Freguesia</i>	<i>Século</i>	<i>Classificação</i>	<i>Aberto ao público</i>
Fonte Velha	Corvo	Corvo	XIX	NC	S
Fonte	Corvo	Corvo	XVIII	IIP	S
Casa do Espírito Santo	Corvo	Corvo	XIX	IIP	N
Igreja Matriz de N ^a S ^a dos Milagres e do Rosário	Corvo	Corvo	XVIII	IIP	S
Cruzeiro do Rego de Água	Corvo	Corvo	XVIII	NC	S

Ilha do Faial

<i>Designação</i>	<i>Concelho</i>	<i>Freguesia</i>	<i>Século</i>	<i>Classif.</i>	<i>Aberto ao público</i>
Edifício ao Cais Velho	Horta		SD	NC	N
Antiga Fábrica da Baleia	Horta		XIX	IIP	N
Bagatelle	Horta		XIX	NC	N
Sociedade de Carvão e Fornecimento do Fayal	Horta		XIX	NC	N
Casa onde nasceu Duque D'Ávila e Bolama	Horta		XVI	NC	N
Residência dos Arriaga	Horta		XVI	NC	N
Casa no Largo do Bispo D. Alexandre	Horta		XVII	NC	N
Casa do Pilar	Horta		XVIII	NC	N
Solar António da Cunha e Andrade	Horta		XVIII	NC	N
Solar da Família Oliveira	Horta		XVIII	NC	N
Casas de Amarração dos Cabos Submarinos	Horta		XX	IIP	N
Posição Militar da Espalamaca	Horta	Praia do Almoxarife	SD	NC	N
Forte de Santa Cruz (castelo)	Horta		XVI	MN	N

(continua)

Ilha do Faial (continuação)

<i>Designação</i>	<i>Concelho</i>	<i>Freguesia</i>	<i>Século</i>	<i>Classif.</i>	<i>Aberto ao público</i>
Bombardeira (Muralha Fortificada do séc. XVII)	Horta		XVII	IIP	N
Forte da Greta	Horta		XVII	IIP	N
Forte de São Sebastião (castelo)	Horta		XVII	IIP	N
Reduto da Patrulha-Forte ou Portão de Porto Pim	Horta	Horta (Angústias)	XVII	IIP	N
Posição de Metralhadoras da Praia do Almoxarife	Horta	Praia do Almoxarife	XX	NC	N
Posição Militar do Monte Carneiro	Horta		XX	NC	N
Posição Militar do Monte da Guia	Horta	Horta (Angústias)	XX	IIP	N
Bicas dos Flamengos	Horta	Flamengos	XIX	NC	N
Fontanário	Horta	Praia do Norte	XIX	NC	N
Chafariz da Praça	Horta		XX	NC	N
Fontanário	Horta		XX	NC	N
Fontanário	Horta		XX	NC	N
Fontanário da Ribeira do Vale Verde	Horta	Cedros (Horta)	XX	NC	N
Fonte do Farol	Horta	Ribeirinha	XX	NC	N
Império da Arramada	Horta		SD	NC	A
Império da Atalaia	Horta	Feteira	SD	NC	A
Império da Caridade	Horta		SD	NC	A
Império da Coroa Nova	Horta		SD	NC	A
Império da Coroa Velha	Horta		SD	NC	A
Império da Encruzilhada	Horta		SD	NC	N
Império da Lombega	Horta	Castelo Branco	SD	NC	A
Império da Ponte	Horta		SD	NC	A
Império da Portela	Horta	Feteira	SD	NC	A
Império da Ramada	Horta	Praia do Almoxarife	SD	NC	N
Império da Ribeirinha	Horta	Castelo Branco	SD	NC	A
Império da Sociedade Recreativa Pasteleirense	Horta	Horta (Angústias)	SD	NC	A
Império da Trindade	Horta		SD	NC	A
Império das Grotas	Horta		SD	NC	A
Império de Santa'Ana	Horta		SD	NC	A
Império de São Pedro	Horta	Feteira	SD	NC	A
Império do Cantinho	Horta		SD	NC	A
Império do Cimo da Granja	Horta	Feteira	SD	NC	A
Império do Espírito Santo da Praça	Horta		SD	NC	A
Império do Espírito Santo da Praia do Norte	Horta	Praia do Norte	SD	NC	A
Império do Espírito Santo da Ribeira do Cabo	Horta		SD	NC	A
Império do Espírito Santo da Ribeira Funda	Horta		SD	NC	A
Império do Espírito Santo da Ribeirinha	Horta	Ribeirinha	SD	NC	A
Império do Espírito Santo da Rua de Cima	Horta		SD	NC	A

(continua)

Ilha do Faial (continuação)

<i>Designação</i>	<i>Concelho</i>	<i>Freguesia</i>	<i>Século</i>	<i>Classif.</i>	<i>Aberto ao público</i>
Império do Espírito Santo do Capelo	Horta	Capelo	SD	NC	A
Império do Espírito Santo do Cascalho	Horta		SD	NC	A
Império do Espírito Santo do Norte Pequeno	Horta		SD	NC	A
Império do Farrobim	Horta	Feteira	SD	NC	A
Império dos Espalhafatos	Horta	Ribeirinha	SD	NC	N
Império Infantil da Lomba do Pilar	Horta		SD	NC	A
Ermida de Santa Bárbara	Horta	Horta (Angústias)	XIX	NC	N
Igreja de N ^a S ^a das Angústias	Horta		XIX	NC	S
Igreja do Divino Espírito Santo	Horta		XIX	NC	S
Império da Estrada da Caldeira	Horta		XIX	NC	A
Império da Santíssima Trindade	Horta		XIX	NC	A
Império de Espírito Santo	Horta		XIX	NC	A
Império do Espírito Santo-Santo Amaro	Horta	Horta (Conceição)	XIX	NC	A
Ermida de Santo Amaro	Horta	Horta (Conceição)	XVI	NC	N
Capela dedicada a Santo António	Horta		XVII	NC	N
Ermida de N ^a S ^a da Guia	Horta		XVII	IIP	A
Ermida de São Lourenço	Horta		XVII	NC	N
Igreja de N ^a S ^a da Ajuda	Horta		XVII	NC	S
Igreja de N ^a S ^a da Luz	Horta		XVII	NC	S
Igreja de S. Francisco	Horta		XVII	IIP	S
Igreja de Santa Ana	Horta		XVII	NC	S
Igreja Matriz de São Salvador-Colégio dos Jesuítas	Horta		XVII	IIP	S
Império do Espírito Santo	Horta		XVII	NC	A
Capela de Santana	Horta		XVIII	NC	N
Ermida de N ^a S ^a da Penha de França	Horta		XVIII	NC	A
Ermida de N ^a S ^a da Saúde	Horta		XVIII	NC	S
Ermida de N ^a S ^a do Pilar	Horta		XVIII	NC	N
Igreja de N ^a S ^a da Graça	Horta		XVIII	NC	S
Igreja de N ^a S ^a do Carmo	Horta		XVIII	NC	A
Igreja de N ^a S ^a do Socorro	Horta		XVIII	NC	S
Igreja de Santa Catarina	Horta		XVIII	NC	S
Igreja de Santo António (actual capela)	Horta		XVIII	NC	A
Igreja de Santo António (actual capela)	Horta		XVIII	NC	A
Império dos Nobres	Horta	Horta (Matriz)	XVIII	NC	A
Ermida de N ^a S ^a de Fátima	Horta		XX	NC	S
Ermida de São João	Horta		XX	NC	A
Igreja de N ^a S ^a da Conceição	Horta		XX	NC	S
Igreja de N ^a S ^a da Esperança	Horta		XX	NC	S

(continua)

Ilha do Faial (continuação)

<i>Designação</i>	<i>Concelho</i>	<i>Freguesia</i>	<i>Século</i>	<i>Classif.</i>	<i>Aberto ao público</i>
Igreja de N ^a S ^a das Dores	Horta		XX	NC	S
Igreja de Santa Bárbara	Horta		XX	NC	S
Igreja de Santo António	Horta		XX	NC	S
Igreja de São Mateus	Horta		XX	NC	S
Império da Cruz do Bravo	Horta		XX	NC	A
Império da Lomba da Cruz	Horta		XX	NC	A
Império da Ramada	Horta	Praia do Almojarife	XX	NC	A
Império da Santíssima Trindade	Horta		XX	NC	A
Império do Caminho do Meio	Horta	Praia do Almojarife	XX	NC	A
Império do Chão Frio	Horta	Praia do Almojarife	XX	NC	A
Império do Espírito Santo do Salão	Horta	Salão	XX	NC	A
Império do Espírito Santo-Volta	Horta	Horta (Conceição)	XX	NC	A
Moinho de Vento - Canada do Modelo - Cedros	Horta	Cedros (Horta)	SD	IIP	N
Moinho de Vento - Cruz da Portela	Horta		SD	IIP	N
Moinho de Vento - Lombega	Horta	Castelo Branco	SD	IIP	N
Moinho de Vento - Pedro Miguel	Horta		SD	NC	N
Moinho de Vento - Espalamaca	Horta	Praia do Almojarife	XIX	IIP	N
Moinho de Vento - Lomba	Horta	Conceição (Horta)	XIX	IIP	N
Moinho de Vento - Pasteleiro	Horta	Horta (Angústias)	XIX	NC	N
Moinho de Vento - Algar - Feteira	Horta	Feteira	XX	IIP	N
Moinho de Vento - Canada do Capitão - Cedros	Horta	Cedros (Horta)	XX	IIP	N
Moinho de Vento - Canada do Moinho	Horta		XX	IIP	N
Moinho de Vento - Lomba	Horta	Conceição (Horta)	XX	IIP	N
Moinho de Vento - Lomba	Horta	Conceição (Horta)	XX	IIP	S
Moinho de Vento - Monte das Moças	Horta		XX	NC	N
Palacete de Santana	Horta		XVII	NC	N
Solar de S. Lourenço	Horta		XVII	NC	N
Palácio do Pilar	Horta		XVIII	NC	N
Solar dos Lacerda	Horta		XVIII	NC	N
Praia do Almojarife	Horta		XX	NC	S
Torre de Vigia à Entrada da Baía do Porto Pim	Horta	Horta (Angústias)	SD	IIP	N
Torre do Relógio	Horta		XVIII	NC	N

Ilha do Pico

<i>Designação</i>	<i>Concelho</i>	<i>Freguesia</i>	<i>Século</i>	<i>Classif.</i>	<i>Aberto ao público</i>
Forte de Santa Catarina (Castelo de Santo António)	Lajes do Pico		SD	IIP	N
Convento das Carmelitas	Madalena		XVIII	NC	N
Convento de São Pedro de Alcântara	S. Roque do Pico		XVIII	IIP	N
Fonte de N ^a S ^a	S. Roque do Pico	S. Amaro	XIX	NC	DESC
Pedra da Fonte	S. Roque do Pico	S. Amaro	XVII	NC	DESC
Ermida da Rainha Santa Isabel	Madalena		SD	NC	N
Ermida de N ^a S ^a da Estrela-Toledos	Madalena	Madalena	SD	NC	N
Ermida de São Nuno	Madalena		SD	NC	A
Ermida de São Vicente	S. Roque do Pico	S. António	SD	NC	N
Império da 3 ^a Feira do Espírito Santo	Madalena		SD	NC	N
Império da Candelária	Madalena	Candelária	SD	NC	A
Império da Prainha de Baixo	S. Roque do Pico	Prainha	SD	NC	A
Império da Silveira	Lajes do Pico	Lajes do Pico	SD	NC	A
Império das Bandeiras	Madalena		SD	NC	A
Império de São Miguel Arcanjo	S. Roque do Pico	S. Roque do Pico	SD	NC	A
Império de São Pedro	Lajes do Pico		SD	NC	N
Império de São Roque	S. Roque do Pico	S. Roque do Pico	SD	NC	A
Império do Domingo da Trindade	Lajes do Pico		SD	NC	N
Império do Espírito Santo	Madalena		SD	NC	N
Ermida de N ^a S ^a da Conceição da Rocha	Lajes do Pico		XIX	NC	N
Ermida de Santa Margarida	Madalena		XIX	NC	S
Ermida de São Sebastião	Lajes do Pico		XIX	NC	N
Igreja de N ^a S ^a da Boa Nova	Madalena		XIX	NC	S
Igreja de N ^a S ^a das Candeias	Madalena		XIX	NC	S
Igreja de São Bartolomeu	Lajes do Pico		XIX	NC	N
Igreja de São João Baptista	Lajes do Pico		XIX	NC	N
Igreja de São Mateus	Madalena		XIX	NC	S
Igreja de São Sebastião	Lajes do Pico		XIX	NC	S
Igreja Paroquial da Santíssima Trindade	Lajes do Pico		XIX	NC	S
Ermida de N ^a S ^a do Socorro	Lajes do Pico		XV	NC	N
Ermida de São Pedro	Lajes do Pico		XV	IIP	A
Convento dos Frades	S. Roque do Pico	Prainha	XVII	IIP	N
Ermida da Boa Viagem ou Ermida das Dores	S. Roque do Pico		XVII	IIP	N
Ermida das Almas	S. Roque do Pico	S. António	XVII	NC	N
Ermida das Benditas Almas	Madalena		XVII	NC	N
Ermida de São Caetano	Madalena	S. Caetano	XVII	NC	N
Ermida São Miguel Arcanjo	S. Roque do Pico	S. Roque do Pico	XVII	NC	S

(continua)

Ilha do Pico (continuação)

<i>Designação</i>	<i>Concelho</i>	<i>Freguesia</i>	<i>Século</i>	<i>Classif.</i>	<i>Aberto ao público</i>
Igreja de Santa Cruz	Lajes do Pico	Ribeiras	XVII	NC	N
Igreja de Santa Maria Madalena	Madalena		XVII	NC	S
Igreja de Sant'Ana	S. Roque do Pico		XVII	NC	S
Igreja de Santo António	S. Roque do Pico		XVII	NC	S
Convento e Igreja de São Pedro de Acântara	S. Roque do Pico		XVIII	IIP	N
Ermida da Mãe de Deus	S. Roque do Pico		XVIII	NC	N
Ermida de N ^a S ^a da Conceição	Madalena		XVIII	NC	A
Ermida de N ^a S ^a da Estrela	Madalena		XVIII	NC	N
Ermida de N ^a S ^a da Piedade	S. Roque do Pico		XVIII	NC	N
Ermida de N ^a S ^a da Pureza	S. Roque do Pico		XVIII	NC	A
Ermida de São Mateus	S. Roque do Pico	S. Mateus	XVIII	NC	A
Ermida de São Pedro	S. Roque do Pico		XVIII	NC	N
Ermida Senhora da Conceição	Madalena		XVIII	NC	N
Igreja de N ^a S ^a da Ajuda	S. Roque do Pico		XVIII	NC	S
Igreja de N ^a S ^a da Conceição	Lajes do Pico		XVIII	IIP	S
Igreja de N ^a S ^a das Dores	Madalena		XVIII	NC	S
Igreja de N ^a S ^a de Piedade	Lajes do Pico		XVIII	NC	S
Igreja de Santa Luzia	S. Roque do Pico	S. Luzia	XVIII	NC	S
Igreja de Santo Amaro	S. Roque do Pico	S. Amaro	XVIII	NC	S
Igreja de Santo Antão	Lajes do Pico		XVIII	NC	N
Igreja Matriz de São Roque	S. Roque do Pico	S. Roque do Pico	XVIII	NC	S
Ermida da Senhora da Boa Viagem	Madalena		XX	NC	S
Ermida de N ^a S ^a Rainha do Mundo	S. Roque do Pico		XX	NC	S
Ermida de São João	Lajes do Pico	S. João	XX	NC	A
Igreja de Santa Bárbara	Lajes do Pico	Ribeiras	XX	NC	S
Império da Piedade	Lajes do Pico	Ribeirinha	XX	NC	A
Império da Ribeirinha	Lajes do Pico	Ribeirinha	XX	NC	A
Império de Santa Luzia	S. Roque do Pico	S. Luzia	XX	NC	A
Império de Santana	S. Roque do Pico	S. António	XX	NC	A
Império de Santo Amaro	S. Roque do Pico	S. Amaro	XX	NC	A
Império de Santo António	S. Roque do Pico	S. António	XX	NC	A
Império de São João	Lajes do Pico	S. João	XX	NC	A
Império de São João	Lajes do Pico	S. João	XX	NC	A
Império de São Mateus	Madalena	S. Mateus	XX	NC	A
Império do Divino Espírito Santo	Lajes do Pico		XX	NC	A
Império do Espírito Santo	Lajes do Pico		XX	NC	A
Império do Espírito Santo	Lajes do Pico		XX	NC	A

(continua)

Ilha do Pico (continuação)

<i>Designação</i>	<i>Concelho</i>	<i>Freguesia</i>	<i>Século</i>	<i>Classif.</i>	<i>Aberto ao público</i>
Império do Espírito Santo do Monte	Madalena	Candelária	XX	NC	A
Império Irmandade União e Caridade	Lajes do Pico		XX	NC	A
Império União e Caridade	Madalena		XX	NC	A
Moinho de Água	S. Roque do Pico		SD	IIP	N
Moinho de Água - Ribeira da Laje	S. Roque do Pico		SD	IIP	A
Moinho de Vento - Madalena	Madalena	Madalena	SD	NC	N
Moinho de Vento - Santa Luzia	S. Roque do Pico	S. Luzia	SD	NC	N
Moinho de Vento - Santana	S. Roque do Pico	S. António	SD	NC	N
Moinho de Vento - Santana	S. Roque do Pico	S. António	SD	IIP	N
Casa Solarenga	Lajes do Pico		XVIII	NC	N
Solar dos Salgueiros	S. Roque do Pico	S. Luzia	XVIII	NC	N
Cruzeiro	Lajes do Pico	Ribeiras	XX	NC	DESC
Cruzeiro Comemorativo da Independência	Lajes do Pico	Lajes do Pico	XX	NC	DESC
Obelisco Dr. João Bento de Lima	S. Roque do Pico	S. Roque do Pico	XX	NC	DESC
Padrão das Descobertas	Lajes do Pico		XX	NC	DESC

Ilha da Graciosa

<i>Designação</i>	<i>Concelho</i>	<i>Freguesia</i>	<i>Século</i>	<i>Classif.</i>	<i>Aberto ao público</i>
Casa dos Capitães-Mor	S ^a Cruz da Graciosa		XVI	IVC	N
Casa do Dr. João Carlos Leitão	S ^a Cruz da Graciosa		XVIII	NC	S
Fortinho do Corpo Santo	S ^a Cruz da Graciosa		XVI	NC	N
Coreto da Ribeirinha	S ^a Cruz da Graciosa		XX	NC	N
Coreto de S ^a Cruz	S ^a Cruz da Graciosa		XX	NC	S
Fonte da Baía da Poça	S ^a Cruz da Graciosa		SD	NC	N
Fonte da Cova	S ^a Cruz da Graciosa		SD	NC	N
Fonte da Rocha	S ^a Cruz da Graciosa	Praia (S. Mateus)	SD	NC	N
Fonte da Serra das Fontes	S ^a Cruz da Graciosa		SD	NC	N
Fonte na Serra Branca	S ^a Cruz da Graciosa		SD	NC	N
Fonte Nova	S ^a Cruz da Graciosa	Praia (S. Mateus)	SD	NC	N
Chafariz da Luz	S ^a Cruz da Graciosa	Luz	XIX	NC	N
Chafariz de S. Mateus	S ^a Cruz da Graciosa		XIX	NC	N
Chafariz do Guadalupe	S ^a Cruz da Graciosa	Guadalupe	XX	NC	N
Igreja Matriz de S ^a Cruz da Graciosa	S ^a Cruz da Graciosa	S ^a Cruz da Graciosa	SD	IIP	S
Ermida de N ^a S ^a da Saúde	S ^a Cruz da Graciosa		XIX	NC	N

(continua)

Ilha da Graciosa (continuação)

<i>Designação</i>	<i>Concelho</i>	<i>Freguesia</i>	<i>Século</i>	<i>Classif.</i>	<i>Aberto ao público</i>
Igreja de N ^a S ^a da Esperança	S ^a Cruz da Graciosa		XIX	NC	S
Igreja de N ^a S ^a de Lourdes	S ^a Cruz da Graciosa		XIX	NC	S
Império ou Teatro (ou «Triato»)	S ^a Cruz da Graciosa	Toda a ilha	XIX	NC	N
Igreja da Misericórdia	S ^a Cruz da Graciosa		XV	NC	S
Igreja Matriz de S ^a Cruz da Graciosa	S ^a Cruz da Graciosa		XV	NC	S
Ermida da N ^a S ^a da Boa Nova (Corpo Santo)	S ^a Cruz da Graciosa		XVI	NC	N
Ermida de N ^a S ^a da Ajuda	S ^a Cruz da Graciosa		XVI	NC	N
Ermida de São João	S ^a Cruz da Graciosa		XVI	NC	N
Igreja da Misericórdia da Praia (S. Mateus)	S ^a Cruz da Graciosa		XVI	NC	S
Igreja de S. Mateus	S ^a Cruz da Graciosa		XVI	NC	S
Ermida de N ^a S ^a da Guia	S ^a Cruz da Graciosa		XVII	IIP	S
Ermida de N ^a S ^a da Vitória	S ^a Cruz da Graciosa		XVII	NC	N
Ermida de S ^o Amaro	S ^a Cruz da Graciosa		XVII	NC	N
Ermida de S ^o António	S ^a Cruz da Graciosa		XVII	NC	N
Igreja de N ^a S ^a da Luz	S ^a Cruz da Graciosa		XVII	NC	S
Igreja do Bom Jesus	S ^a Cruz da Graciosa		XVII	NC	S
Ermida de N ^a S ^a da Guia	S ^a Cruz da Graciosa		XVIII	NC	N
Ermida de N ^a S ^a das Dores	S ^a Cruz da Graciosa		XVIII	NC	N
Ermida de N ^a S ^a dos Remédios	S ^a Cruz da Graciosa		XVIII	NC	N
Ermida de S. Salvador	S ^a Cruz da Graciosa		XVIII	NC	N
Ermida de Santa' Ana	S ^a Cruz da Graciosa		XVIII	NC	N
Ermida de Santo António	S ^a Cruz da Graciosa		XVIII	NC	N
Ermida de São Miguel Arcanjo e Almas	S ^a Cruz da Graciosa		XVIII	NC	N
Igreja de N ^a S ^a de Guadalupe	S ^a Cruz da Graciosa		XVIII	NC	S
Igreja de N ^a S ^a de Lourdes	S ^a Cruz da Graciosa		XVIII	NC	N
Igreja de S ^a Quitéria (N ^a S ^a do Livramento)	S ^a Cruz da Graciosa		XVIII	NC	S
Ermida de Santo António da Folga	S ^a Cruz da Graciosa		XX	NC	N
Igreja de S. António da Vitória	S ^a Cruz da Graciosa		XX	NC	S
Lagar	S ^a Cruz da Graciosa		SD	NC	S
Moinhos de Vento	S ^a Cruz da Graciosa		XVIII	IIP	N
Cruz do Monte da Ajuda	S ^a Cruz da Graciosa		SD	NC	S
Cruz na Brasileira	S ^a Cruz da Graciosa		SD	NC	S
Cruz da Barra	S ^a Cruz da Graciosa		XVI	NC	S
Torre da Demolida Igreja da N ^a S ^a dos Anjos	S ^a Cruz da Graciosa		SD	NC	N

Ilha Terceira

<i>Designação</i>	<i>Concelho</i>	<i>Freguesia</i>	<i>Século</i>	<i>Classif.</i>	<i>Aberto ao público</i>
Casa das Tias de Vitorino Nemésio	Praia da Vitória	S ^a Cruz da P. Vitória	SD	NC	DESC
Casa de Vitorino Nemésio	Angra do Heroísmo	_	SD	NC	S
Casa do Conde de Vila Flor	Angra do Heroísmo	Sé	SD	NC	DESC
Casa do Capitão Donatário	Angra do Heroísmo	Sé	XV	NC	S
Castelo de S. Filipe/ S. João Baptista	Angra do Heroísmo	Sé	XVI	IIP	N
Fortaleza de São Sebastião - Cadtelinho	Angra do Heroísmo	Conceição	XVI	IIP	N
Forte de Santa Catarina	Praia da Vitória	Cabo da Praia	XVI	IIP	DESC
Forte do Negrito	Angra do Heroísmo	S. Mateus da Calheta	XVI	NC	DESC
Forte do Porto dos Bisboitos - Forte de São Pedro	Praia da Vitória	Biscoitos	XVI	NC	DESC
Forte Grande de São Mateus	Angra do Heroísmo	São Mateus	XVI	NC	DESC
Convento de São Gonçalo	Angra do Heroísmo	Sé	XVI	IIP	S
Convento de São Francisco - Museu de Angra	Angra do Heroísmo	Conceição	XVIII	IIP	N
Coreto da Serreta	Angra do Heroísmo	Serreta	SD	NC	S
Coreto da Zona Verde	Praia da Vitória	S ^a Cruz da P. Vitória	SD	NC	S
Coreto do Jardim Público Duque da Terceira	Angra do Heroísmo	Sé	SD	NC	S
Chafariz de S. Sebastião-Conjunto Arquitectónico-	Angra do Heroísmo	São Sebastião	XIX	NC	S
Chafariz do Alto das Covas	Angra do Heroísmo	S. Pedro	XIX	NC	S
Chafariz dos Portões de S. Pedro	Angra do Heroísmo	S. Pedro	XIX	NC	S
Chafariz da Serreta	Angra do Heroísmo	Serreta	XVII	NC	S
Igreja da Fonte do Bastardo	Praia da Vitória	Fonte do Bastardo	SD	NC	S
Igreja das Lajes	Praia da Vitória	Lajes	SD	NC	S
Igreja das Quadro Ribeiras	Praia da Vitória	Quatro Ribeiras	SD	IIP	S
Igreja de Santa Luzia	Angra do Heroísmo	Santa Luzia	SD	NC	S
Igreja de São Bento	Angra do Heroísmo	São Bento	SD	NC	S
Igreja de São Bráz	Praia da Vitória	São Bráz	SD	NC	S
Igreja do Porto Judeu	Angra do Heroísmo	Porto Judeu	SD	NC	DESC
Igreja do Posto Santo	Angra do Heroísmo	Posto Santo	SD	NC	S
Igreja do Raminho	Angra do Heroísmo	Raminho	SD	NC	S
Igreja Nossa Senhora da Guia/Conv.de São Francisco	Angra do Heroísmo	Conceição	SD	IIP	N
Império do Espírito Santo	Angra do Heroísmo	_	SD	NC	S
Império do Espírito Santo	Angra do Heroísmo	_	SD	NC	S
Império do Espírito Santo	Angra do Heroísmo	_	SD	NC	S
Império do Espírito Santo	Angra do Heroísmo	_	SD	NC	S
Império do Espírito Santo	Angra do Heroísmo	_	SD	NC	S
Império do Espírito Santo	Angra do Heroísmo	_	SD	NC	S
Império do Espírito Santo	Angra do Heroísmo	_	SD	NC	S
Império do Espírito Santo	Angra do Heroísmo	_	SD	NC	S

(continua)

Ilha Terceira (continuação)

Designação	Concelho	Freguesia	Século	Classif.	Aberto ao público
Império do Espírito Santo	Praia da Vitória		SD	NC	S
Império do Espírito Santo	Praia da Vitória		SD	NC	S
Império do Espírito Santo	Praia da Vitória		SD	NC	S
Império do Espírito Santo	Praia da Vitória		SD	NC	S
Império do Espírito Santo	Praia da Vitória		SD	NC	S
Império do Espírito Santo	Praia da Vitória		SD	NC	S
Império do Espírito Santo	Praia da Vitória		SD	NC	S
Império do Espírito Santo	Praia da Vitória		SD	NC	S
Império do Espírito Santo	Praia da Vitória		SD	NC	S
Império do Espírito Santo	Praia da Vitória		SD	NC	S
Império do Espírito Santo	Praia da Vitória		SD	NC	S
Império do Espírito Santo	Praia da Vitória		SD	NC	S
Império do Espírito Santo	Praia da Vitória		SD	NC	S
Império do Espírito Santo	Praia da Vitória		SD	NC	S
Império do Espírito Santo	Praia da Vitória		SD	NC	S
Império do Espírito Santo	Praia da Vitória		SD	NC	S
Império do Espírito Santo	Praia da Vitória		SD	NC	S
Império do Espírito Santo	Praia da Vitória		SD	NC	S
Império do Espírito Santo	Praia da Vitória		SD	NC	S
Império do Espírito Santo	Praia da Vitória		SD	NC	S
Império do Espírito Santo	Praia da Vitória		SD	NC	S
Império do Espírito Santo	Praia da Vitória		SD	NC	S
Império do Espírito Santo	Praia da Vitória		SD	NC	S
Império do Espírito Santo	Praia da Vitória		SD	NC	S
Império do Espírito Santo	Praia da Vitória		SD	NC	S
Império do Espírito Santo	Praia da Vitória		SD	NC	S
Império do Espírito Santo	Praia da Vitória		SD	NC	S
Império do Espírito Santo	Praia da Vitória		SD	NC	S
Império do Espírito Santo	Praia da Vitória		SD	NC	S
Império do Espírito Santo	Praia da Vitória		SD	NC	S
Império do Espírito Santo	Praia da Vitória		SD	NC	S
Ermida de Nossa Senhora da Saúde	Angra do Heroísmo	Sé	XIX	NC	N
Igreja da Feteira	Angra do Heroísmo	Feteira	XIX	NC	DESC
Igreja da Terra Chã	Angra do Heroísmo	Terra Chã	XIX	NC	DESC
Igreja da Vila Nova	Praia da Vitória	Vila Nova	XIX	NC	DESC
Igreja das Doze Ribeiras	Angra do Heroísmo	Doze Ribeiras	XIX	NC	S
Igreja de Nossa Senhora do Pilar	Angra do Heroísmo	Linio Ribeiras	XIX	NC	S
Igreja de Nossa Senhora dos Milagres	Angra do Heroísmo	Serreta	XIX	NC	S
Igreja de São Mateus da Calheta	Angra do Heroísmo	S. Mateus da Calheta	XIX	NC	S
Igreja de Santa Bárbara	Angra do Heroísmo	Santa Bárbara	XV	NC	DESC
Igreja Matriz da Praia da Vitória	Praia da Vitória	S ^a Cruz da P. Vitória	XV	IIP	S
Igreja Matriz de São Sebastião	Angra do Heroísmo	São Sebastião	XV	IIP	S
Ermida de Santa Catarina de Alexandria	Angra do Heroísmo	São Pedro	XVI	NC	S
Ermida de São Lázaro	Praia da Vitória	S ^a Cruz da P. Vitória	XVI	NC	S
Ermida Nossa Senhora da Boa Nova	Angra do Heroísmo	Sé	XVI	NC	N

(continua)

Ilha Terceira (continuação)

Designação	Concelho	Freguesia	Século	Classif.	Aberto ao público
Ermida Nossa Senhora da Graça	Angra do Heroísmo	São Sebastião	XVI	NC	S
Igreja da Conceição	Angra do Heroísmo	Conceição	XVI	IIP	S
Igreja do Senhor Santo Cristo Misericórdia	Praia da Vitória	S ^a Cruz da P. Vitória	XVI	NC	N
Sé de Angra do Heroísmo	Angra do Heroísmo	Sé	XVI	MR	N
Ermida do Espírito Santo	Angra do Heroísmo	Sé	XVII	IIP	N
Igreja de Nossa Senhora de Guadalupe	Praia da Vitória	Aqualva	XVII	NC	S
Igreja de São João Baptista	Angra do Heroísmo	Sé	XVII	IIP	S
Igreja de São Pedro	Angra do Heroísmo	São Pedro	XVII	NC	S
Igreja do Colégio dos Jesuítas de S.Inácio de Loyola	Angra do Heroísmo	Sé	XVII	IIP	S
Igreja do Convento de São Gonçalo	Angra do Heroísmo	Sé	XVII	IIP	S
Ermida de Santo António da Grotta	Angra do Heroísmo	Sé	XVIII	NC	N
Ermida do Senhor Santo Cristo do Cruzeiro	Angra do Heroísmo	Conceição	XVIII	IVC	N
Igreja da Casa da Ribeira	Praia da Vitória	_	XVIII	NC	S
Igreja da Misericórdia de Angra	Angra do Heroísmo	Sé	XVIII	IIP	A
Igreja de Santa Catarina	Praia da Vitória	Cabo da Praia	XVIII	NC	S
Ermida de Santo Amaro	Angra do Heroísmo	Ribeirinha	XX	NC	S
Ermida de Nossa Senhora da Boa Viagem	Angra do Heroísmo	Conceição	XX	NC	S
Igreja da Ribeirinha	Angra do Heroísmo	Ribeirinha	XX	NC	S
Igreja de Nossa Senhora da Pena das Fontinhas	Praia da Vitória	Fontinhas	XX	NC	S
Igreja de S. Roque dos Altares	Angra do Heroísmo	Altares	XX	NC	S
Igreja de São Bartolomeu de Regatos	Angra do Heroísmo	S. Bart. de Regatos	XX	NC	DESC
Igreja dos Biscoitos	Praia da Vitória	Biscoitos	XX	NC	S
Palácio dos Governadores do Castelo	Angra do Heroísmo	Sé	SD	NC	S
Palácio dos Capitães Gerais	Angra do Heroísmo	Sé	XVI	IIP	S
Solar N ^o S ^o dos Remédios (Provedor das Armadas)	Angra do Heroísmo	Conceição	XVI	IIP	S
Palácio Bettencourt – Bibl Pública e Arquivo de Angra	Angra do Heroísmo	Sé	XVIII	IIP	S
Palácio de Santa Catarina	Angra do Heroísmo	São Pedro	XVIII	IIP	N
Solar da Madre Deus	Angra do Heroísmo	Santa Luzia	XVIII	IIP	N
Memória	Angra do Heroísmo	Santa Luzia	XIX	NC	S
Obelisco Comemorativo da Batalha da Salga	Angra do Heroísmo	Porto Judeu	XX	NC	S
Busto de D. António Prior do Crato	Angra do Heroísmo	_	SD	NC	S
Estátua de Sua Santidade Papa João Paulo II	Angra do Heroísmo	Sé	SD	NC	S
Estátua do Beato João Maptista Malhado	Angra do Heroísmo	Sé	SD	NC	S
Estátua do Concelheiro José Silvestre Ribeiro	Praia da Vitória	S ^a Cruz da P. Vitória	XIX	NC	S
Busto de Vitorino Nemésio	Praia da Vitória	S ^a Cruz da P. Vitória	XX	NC	S

(continua)

Ilha Terceira (continuação)

<i>Designação</i>	<i>Concelho</i>	<i>Freguesia</i>	<i>Século</i>	<i>Classif.</i>	<i>Aberto ao público</i>
Estátua à Liberdade	Praia da Vitória	S ^a Cruz da P. Vitória	XX	NC	S
Estátua de Álvaro Martins Homem	Angra do Heroísmo	-	XX	NC	S
Estátua do Imaculado Coração de Maria	Praia da Vitória	S ^a Cruz da P. Vitória	XX	NC	S
Monumento Altar-Nave «Em Louvor de»	Angra do Heroísmo	Conceição	XX	NC	S
Monumento Comemorativo à Restauração	Praia da Vitória	Altares	XX	NC	S
Monumento Comemorativo à Restruturação - Padrão	Praia da Vitória	S ^a Cruz da P. Vitória	XX	NC	S
Mon.Comem. do 5º Cent. do Povoamento dos Açores	Angra do Heroísmo	Sé	XX	NC	S
Monumento Homen. a Francisco Ferreira Drumond	Angra do Heroísmo	São Sebastião	XX	NC	S

ANEXO 5
LEGISLAÇÃO DO TURISMO

ANEXO 5

LEGISLAÇÃO DO TURISMO

A compilação efectuada, que não é de todo exaustivo, visa fornecer uma observação global da actividade legislativa fundamental, no que concerne ao sector do turismo, no último lustro e as principais normas legais em vigor.

Como se pode observar, pela referência breve aos assuntos e pela consulta dos diplomas legais, é predominantemente administrativa, sem presença de referências específicas de qualidade ou de integração ambiental (a nível dos abastecimentos de água ou dos resíduos, por exemplo).

Legislação do Turismo

Dec.- Lei n.º 167/97	Regime jurídico da instalação e funcionamento dos empreendimentos turísticos
Dec.- Lei n.º 305/99	Altera o Dec.- Lei n.º 167/97
Decreto Legislativo Regional n.º 14/99/A	Adaptação à RAA do Dec.- Lei n.º 167/97
Portaria n.º 1064/97	Pedidos de licenciamento dos empreendimentos turísticos
Decreto Regulamentar n.º 36/97	Estabelecimentos hoteleiros
Decreto Regulamentar n.º 16/99	Altera o Decreto Regulamentar n.º 36/97
Decreto Regulamentar n.º 20/99	Conjuntos turísticos
Decreto Regulamentar n.º 34/97	Meios complementares de alojamento
Decreto Regulamentar n.º 14/99	Altera o Decreto Regulamentar n.º 34/97
Decreto Regulamentar n.º 6/2000	Altera o Decreto Regulamentar n.º 34/97
Dec.- Lei n.º 168/97	Instalação e funcionamento dos estabelecimentos de restauração e bebidas
Dec.- Lei n.º 139/99	Altera o Dec.- Lei n.º 168/97
Decreto Legislativo Regional n.º 28/99/M	Adaptação à RAM do Dec.- Lei n.º 168/97
Dec.- Lei n.º 222/2000	Altera o Dec.- Lei n.º 168/97
Decreto Regulamentar n.º 38/97	Estabelecimentos de restauração e bebidas

(continua)

Legislação do Turismo (continuação)

Decreto Regulamentar n.º 4/99	Altera o Decreto Regulamentar n.º 38/97
Dec.- Lei n.º 263/2001	Condições de obrigação de estabelecimentos de restauração e bebidas com espaços de dança ou onde se dance a sistemas de segurança privada
Portaria n.º 262/2000	Afixação visível de tabela de preços
Dec.- Lei n.º 169/97	Turismo no espaço rural
Decreto Regulamentar n.º 37/97	Turismo no espaço rural
Dec.- Lei n.º 192/82	Parques de campismo rurais
Decreto Regulamentar n.º 33/97	Parques de campismo públicos
Dec.- Lei n.º 209/97	Actividade das agências de viagem e turismo
Dec.- Lei n.º 12/99	Altera o Dec.- Lei n.º 209/97
Norma n.º 24/93	Responsabilidade civil geral das agências
Dec.- Lei n.º 564/80	Actividades marítimo-turísticas
Dec.- Lei n.º 200/88	Altera o Dec.- Lei n.º 564/80
Portaria n.º 59/88	Condições de acesso a actividades marítimo-turísticas
Dec.- Lei n.º 354/86	Rent-a-car
Dec.- Lei n.º 373/90	Altera o Dec.- Lei n.º 354/86
Dec.- Lei n.º 44/92	Altera o Dec.- Lei n.º 354/86
Portaria n.º 65/93	Número de veículos por categoria
Dec.- Lei n.º 204/2000	Condições de acesso e actividades das empresas de animação turística
Portaria n.º 1063/97	Medidas de segurança contra riscos de incêndio
Portaria n.º 1068/97	Sinais normalizados
Portaria n.º 25/2000	Placas de classificação
Portaria n.º 1071/97	Implementação e organização dos registos
Portaria n.º 351/2001	Livro de reclamações
Portaria n.º 365/99	Altera a Portaria n.º 1069/97

Legislação Complementar

Dec.- Lei n.º 47/99	Regula o turismo de natureza
Decreto Regulamentar n.º 2/99	Casas de natureza
Dec.- Lei n.º 423/83	Utilidade turística
Dec.- Lei n.º 485/88	Altera o Dec.- Lei n.º 423/83
Dec.- Lei n.º 215/89	Estatuto de Benefícios Fiscais
Dec.- Lei n.º 38/94	Altera o Dec.- Lei n.º 423/83
Decreto Regulamentar n.º 22/98	Regula a declaração de interesse para o turismo
Dec.- Lei n.º 123/97	Eliminação das barreiras arquitectónicas

Incentivos e Apoios Financeiros ao Turismo

Dec.- Lei n.º 178/94	SIFIT III
Dec.- Lei n.º 369/97	Altera o Dec.- Lei n.º 178/94
Dec.- Lei n.º 348-B/99	Prolonga o SIFIT III até 31-12-1999
Portaria n.º 248/98	Regulamento da aplicação do SIFIT III
Despacho Normativo n.º 29/98	Normas relativas à aplicação do SIFIT III
Dec.- Lei n.º 70-B/2000	POE

Empréstimos em Condições Preferenciais

Despacho Normativo n.º 15/98	Regime de financiamentos directos do Fundo de Turismo
Despacho Normativo n.º 43-A/99	Prolonga o regime de financiamentos directos até 31-12-1999
Despacho Normativo n.º 14/98	Regime de apoio à promoção da qualidade em empreendimentos na área do turismo (NP EN ISSO 9000 SPQ)

Apoios Financeiros a Estruturas Associativas e Órgãos Regionais e Locais de Turismo

Despacho Normativo n.º 80/98	Projectos a executar por associações empresariais do sector do turismo
Despacho Normativo n.º 81/98	Projectos a executar por órgãos regionais ou locais de turismo

Outros

Despacho Normativo n.º 670/94	Incentivo financeiro do Fundo de Turismo para a compra e instalação de sinalização turística
Despacho Normativo n.º 669/94	Incentivo financeiro do Fundo de Turismo para os investimentos associados à dinamização de rotas do vinho
Despacho Normativo n.º 43/97	Apoio financeiro do Fundo de Turismo para despesas de aquisição de imóveis para sedes das "rotas de vinhos"
Dec.- Lei n.º 308/99	Lei orgânica do Instituto de Financiamento e Apoio ao Turismo (anterior Fundo de Turismo)

ANEXO 6

GLOSSÁRIO DE TERMOS RELACIONADOS COM O

TURISMO

ANEXO 6

GLOSSÁRIO DE TERMOS RELACIONADOS COM O TURISMO

Agências de viagens e turismo – empresas que exerçam actividades de organização e venda de viagens turísticas; reserva de serviços em empreendimentos turísticos, em casas e empreendimentos de turismo no espaço rural e nos estabelecimentos, iniciativas ou projectos declarados de interesse para o turismo; bilheteira e reserva de lugares em qualquer meio de transporte; representação de outras agências de viagens e turismo, nacionais ou estrangeiras; recepção, transferência e assistência a turistas.

Agro-turismo - serviço de hospedagem compreendido no TER de natureza familiar prestado em casas rústicas particulares, utilizadas simultaneamente como habitação do proprietário, possuidor ou legítimo detentor, que permitam aos hóspedes o acompanhamento e o conhecimento da actividade agrícola ou a participação nos trabalhos aí desenvolvidos.

Animação ambiental – animação desenvolvida tendo como suporte o conjunto de actividades, serviços e instalações para promover a ocupação dos tempos livres dos turistas e visitantes, através do conhecimento e da fruição dos valores naturais e culturais próprios da área protegida.

Casas de campo - serviço de hospedagem compreendido no TER prestado em casas particulares a casas de abrigo, devendo a sua traça, materiais construtivos e demais características, integrar-se na arquitectura e ambiente rústico da zona onde se situam. Podem ou não ser utilizadas como habitação do proprietário, possuidor ou legítimo detentor.

Casas de Natureza – casas integradas em áreas protegidas, destinadas a proporcionar, mediante remuneração, serviços de hospedagem e que, pela sua implantação e características arquitectónicas, contribuam decisivamente para a criação de um produto integrado de valorização turística e ambiental das regiões onde se insiram.

Casas-abrigo – serviço de hospedagem prestado a turistas em casas recuperadas a partir do património do Estado cuja função original foi desactivada, quer sejam ou não utilizadas como habitação própria do seu proprietário, possuidor ou legítimo detentor. Modalidade de casa de Natureza.

Casas-retiro – casas recuperadas, mantendo o carácter genuíno da sua arquitectura, a partir de construções rurais tradicionais ou de arquitectura tipificada, quer sejam ou não utilizadas como habitação própria do seu proprietário, possuidor ou legítimo detentor. Modalidade de casa de Natureza.

Centros de acolhimento – casas construídas de raiz ou adaptadas a partir de edifício existente, que permitam o alojamento de grupos, com vista à educação ambiental, visitas de estado e de carácter científico. Modalidade de casa de Natureza.

Conjuntos turísticos – instalações enquadradas num espaço demarcado, funcionalmente interdependentes, que integrem, para além de um ou mais estabelecimentos hoteleiros ou meios complementares de alojamento, estabelecimentos de restauração e de bebidas e, pelo menos, um estabelecimento, iniciativa, projecto ou actividade declarados de interesse para o turismo.

Direito real de habitação periódica (timesharing) – direito de um titular, através de um acto de compra, usufruir de determinada unidade de alojamento, em empreendimento turístico estabelecido, durante um certo período de tempo.

Empreendimentos turísticos – estabelecimentos destinados a prestar serviços de alojamento temporário, restauração ou animação de turistas, dispendo para o seu funcionamento de um adequado conjunto de estruturas, equipamentos e serviços complementares.

Empresas de animação turística – empresas que tenham por objecto a exploração de actividades lúdicas, culturais, desportivas ou de lazer, que contribuam para o desenvolvimento turístico de uma determinada região e não se configurem como

empreendimentos turísticos, estabelecimentos de restauração e bebidas, casas e empreendimentos de turismo no espaço rural, casas de natureza e agências de viagens.

Estabelecimentos de bebidas – os que proporcionam, mediante remuneração, bebidas e serviço de cafetaria para consumo no próprio estabelecimento ou fora dele.

Estabelecimentos de restauração – os que proporcionam, mediante remuneração, refeições e bebidas no próprio estabelecimento ou fora dele.

Estabelecimentos de restauração e bebidas mistos – os que prestam simultaneamente serviços de restauração e bebidas.

Classificação:

Estabelecimentos de restauração e bebidas Luxo, Típico

Estabelecimentos hoteleiros – empreendimentos turísticos destinados a proporcionar, mediante remuneração, serviços de alojamento e outros serviços acessórios ou de apoio, com ou sem fornecimento de refeições.

Classificação:

Estalagens	4*, 5*
Hotéis	1*, 2*, 3*, 4*, 5*
Hotéis-Apartamentos	2*, 3*, 4*, 5*
Motéis	2*, 3*
Pensões	1ª, 2ª, 3ª, Albergaria
Pousadas	

Hotéis rurais – estabelecimentos hoteleiros, integrados no TER, de natureza familiar situados em zonas rurais e fora das sedes de municípios que sejam explorados directamente pelos seus donos ou familiares, que os utilizem simultaneamente como residência própria.

Meios complementares de alojamento turístico - empreendimentos turísticos destinados a proporcionar, mediante remuneração, alojamento temporário, com ou

sem serviços acessórios ou de apoio, em conformidade com as características e tipo de estabelecimento.

Classificação:

Aldeamentos turísticos	3*, 4*, 5*
Apartamentos turísticos	2*, 3*, 4*, 5*
Moradias turísticas	1ª, 2ª

Parques de campismo privados – aqueles que se destinam a ser utilizados apenas por associados ou beneficiários das entidades proprietárias ou exploradoras.

Parques de campismo públicos – empreendimentos instalados em terrenos delimitados e dotados de estruturas destinadas a permitir a instalação de tendas, reboques, caravanas e demais material e equipamento necessários à prática do campismo, mediante remuneração, abertos ao público em geral.

Classificação:

Parques de campismo públicos	1*, 2*, 3*, 4*
------------------------------	----------------

Parques de campismo rural – terrenos destinados, permanente ou temporariamente, à instalação de acampamentos, integrados ou não em explorações agrícolas, cuja área não seja superior a 5000 m² e que se encontrem devidamente marcados durante o período de funcionamento. Integram-se no TER.

Residenciais – hotéis e pensões, com exceção dos hotéis de 5*, que oferecem apenas alojamento e pequeno almoço.

Turismo de aldeia - serviço de hospedagem compreendido no TER prestado num empreendimento composto no mínimo por 5 casas particulares situadas numa aldeia histórica, centros rurais ou aldeias que mantenham no seu conjunto o ambiente urbano, estético e paisagístico tradicional da região onde se inserem.

Turismo de Espaço Rural (TER) – conjunto de actividades serviços realizados e prestados mediante remuneração em zonas rurais, segundo diversas modalidades de hospedagem, de actividades e serviços complementares de animação e diversão

turística, tendo em vista a oferta de um produto turístico completo e diversificado no espaço rural.

Turismo de habitação – serviço de hospedagem compreendido no TER de natureza familiar prestado em casas antigas particulares, utilizadas simultaneamente como habitação do proprietário, possuidor ou legítimo detentor, que pelo seu valor arquitectónico, histórico ou artístico, sejam representativas de uma determinada época, nomeadamente os solares e casas apalaçadas.

Turismo de Natureza – produto turístico composto por estabelecimentos, actividades e serviços de alojamento e animação turística e ambiental realizados e prestados em zonas integradas na rede nacional de áreas protegidas.

Turismo rural - serviço de hospedagem compreendido no TER de natureza familiar prestado em casas rústicas particulares, utilizadas simultaneamente como habitação do proprietário, possuidor ou legítimo detentor, que pela sua traça, materiais construtivos e demais características, se integrem na arquitectura típica regional.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AGUILÓ PÉREZ, Eugeni (1997) "Las transformaciones del actual modelo turístico. Desarrollo de nuevos segmentos de mercado", *Revista Valenciana d'Estudis Autonòmics*.21, Valencia, pp. 249-264.
- ALLCOCK, John B. (1998) "Tourism as a Sacred Journey", *Loisir&Société*, 11, 1. Quebec, pp. 33-48.
- CÂMARA, J. M. Bettencourt da (1980), *Música tradicional açoriana – a questão histórica*, Lisboa, Ed. Instituto de Cultura e Língua Portuguesa – Ministério da Educação e Ciência, 115p.
- CORREIA DA CUNHA, José (1963) "Determinantes geográficas do povoamento açoriano", In *Livro da II semana de estudos dos Açores*, Angra do Heroísmo, Ed. Do Instituto Histórico da Ilha Terceira, (pp.117-163)
- CORTÁZAR, Luis; MARÍN, Cipriano (1999) *Tourism and Sustainable Development. From theory to practice. The island experience". Paris- Canarias*, INSULA- Gobierno de Canarias, 82 pp.
- CRET (1989) *Iles et tourisme en milieux tropical et subtropical*. Bordeaux, CRET, Université de Bordeaux III, 308 pp.
- Direcção-Geral do Turismo (2002), *Balanço do Ano Turístico*, Janeiro de 2002, Lisboa
- FIDALGO, Manuel (1995), *Açores – ensaios de Sociologia*, Angra do Heroísmo, Ed. Instituto Açoriano de Cultura, 524p.
- Fortuna, M. (1998), *Produção Industrial dos Açores – Potencialidades e Limitações na Exportação e Abastecimento Local*, INE, Contas Regionais 1995-1998
- INSTITUT CULTURES DEL MÓN; AGENCE EUROPÉENNE POUR LA CULTURE (1996), *Pour le tourisme culturel. La Déclaration de Majorque*. Palma, ICM-AEC, 72 pp.
- INSULA. Dossier "Tourism & Services". *Insula* 8-3. Paris, Insula, 98 pp.
- IONNIDES, Dimitri; APOSTOLOPOULOS, Yorghis, SONMEZ, Seuil (ed)(2001)

Mediterranean Islands and Sustainable Tourism Development. Practices, management and policies. London, Continuum, 308 pp.

MACHADO, F. S. De Lacerda (1921), *A etnogenia micaelense*, Coimbra, Ed. Imprensa da Universidade de Coimbra, 35p.

MADURO-DIAS, Francisco dos Reis (1991), *Angra do Heroísmo – janela do Atlântico, entre a Europa e o Novo Mundo*, Ed.Região Autónoma dos Açores, 66p.

MARIN, Cipriano; MENDARO, Ceferino (1996), *Turismo y Desarrollo Sostenible. El desafío ante el siglo XXI. Los casos de Lanzarote, Menorca y Sierra de Nieves.* Canarias, Gobierno de Canarias, 98 pp.

MCELROY, Jerome L.; ALBUQUERQUE, Klaus de (1994) "Island Tourist Profiles across the Destination Life Cycle". *INSULA*, 3-1, Paris, Insula, pp.12-18.

NEMÉSIO, Vitorino (1975), "Açores: de onde sopram os ventos", In *Açores – actualidade e destinos* (artigos de Vitorino Nemésio e comentários de João Afonso), Angra do Heroísmo, Ed. Atlântida. (pp.35-38)

NEMÉSIO, Vitorino (1983), "Açorianidade", In ALMEIDA, Onésimo Teotónio de, *A questão da literatura açoriana (recolha de intervenções e revisitação)*. A. Do Heroísmo, Ed. Secr. Regional da Educação e Cultura, (pp.32-34)

PIRES, António Machado (1981), "Emigração, cultura e modo de ser açoriano", In *Revista Lusitana*, nº1, Lisboa, Ed. Faculdade de Letras (pp.7-17)

PIRES, António Machado (1995), "O homem açoriano e a Açorianidade", (mim.) texto apresentado no "Congresso sobre peculiaridades insulares", Canárias-Tenerife.

PIRES, António Machado (1996), "Açorianidade", In MATOS, Teodoro (coord.) *Enciclopédia Açoriana*, Lisboa, Ed.Universidade Católica.

RIBEIRO, Luís da Silva (1964), *Subsídios para um ensaio sobre a Açorianidade*, Angra do Heroísmo, 122p.

RIBEIRO, Luis da Silva, "Formação histórica do povo dos Açores", in *Revista Açoreana (revista de estudos açoreanos) – Boletim da Sociedade Afonso de CHaves*, Angra do

Heroísmo, vol.II, fasc.IV (pp.195-217)

RIBEIRO, Orlando (1962), *Aspectos e problemas da expansão portuguesa*. Lisboa, Edição da Junta de Inv.do Ultramar – Centro de estudos políticos e sociais – nº59, 213p.

ROCHA, Gilberta Pavão Nunes (1991), *Dinâmica populacional dos Açores no Século XX – unidade, permanência, diversidade*, Ponta Delgada, Ed.Universidade dos Açores, 380p.

SALVA TOMÀS, Pere (1996), "The future of the coastal tourist regions of Southern Europe. The birth of the new forms of demand and the restructuring of traditional tourist centers". Paper *XXII COLLOQUE DE L'ASRDLF "Regions dans l'Europe de l'an 2000"*. Belin, Université Humbolt, 23 pp.

SALVA TOMAS, Pere (1998), "Die Revitalisierung Spanischer Küstenbadeorte. Ein Zwischenbericht" *Regensburger Geographische Schriften*. 27. Regensburg. Pp.9-18.

SALVÀ TOMÀS, Pere (1998), " El surgimiento de neo-resorts turísticos en el Caribe como nueva expresión del sistema fordista: Expansión e impactos". Paper in Meeting "*Coastal land and human forms. Importance of their conservation*". San Juan de Puerto Rico, Comisión on Coastal Systems of I.G.U., 10 pp.

SALVÀ, P (1998), "Los modelos de desarrollo turístico en el Mediterráneo" *Cuadernos de Turismo* 1, Murcia, Escuela de Turismo, pp. 7-24.

SALVÀ, P; SASTRE, F; AGUILÓ, E; (Eds.) (1995), *El desenvolupament turístic a la Mediterrània durant el segle XX*, Palma, Institut d'Estudis Baleàrics,274 pp.

Universidade do Algarve (1999), *O Impacte do Turismo na Economia Portuguesa em 1995*, Escola Superior de Gestão, Hotelaria e Turismo, Dezembro de 1999.

VIEIRA, Alberto (s.d.), "A açorianidade em questão", in *Revista Memória da Água Viva*, (pp.17-19)

WORLD TOURISM ORGANIZATION- WTO-OMT (1991) *Seminar on new forms of demand, new products*. Nicosia, OMT-WTO-BTO, 153 pp.

ÍNDICES DE QUADROS E FIGURAS

Índice de Quadros

QUADRO 1 - CARACTERIZAÇÃO DAS PRINCIPAIS ACTIVIDADES PRODUTIVAS DA RAA	134
QUADRO 2 – EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO RESIDENTE	141
QUADRO 3 - DENSIDADE POPULACIONAL (HAB./KM ²), POR ILHA	160
QUADRO 4 – EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO RESIDENTE, POR CONCELHO, 1981-2001	165
QUADRO 5 - Nº DE ELEMENTOS PATRIMONIAIS POR CATEGORIAS E ILHAS	229
QUADRO 6 - DISTRIBUIÇÃO DOS ELEMENTOS PATRIMONIAIS SEGUNDO O TIPO E A ÉPOCA DE CONSTRUÇÃO	231
QUADRO 7 - DISTRIBUIÇÃO DOS ELEMENTOS PATRIMONIAIS SEGUNDO A ÉPOCA DE CONSTRUÇÃO	233
QUADRO 8 - PATRIMÓNIO EDIFICADO SEGUNDO A CLASSIFICAÇÃO E O ACESSO DO PÚBLICO.....	234
QUADRO 9 - INTEGRAÇÃO DOS CENTROS URBANOS EM TERRITÓRIOS ADMINISTRATIVOS DE NÍVEL SUPERIOR	264
QUADRO 10 - EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO ENTRE 1981 E 2001 NOS CENTROS URBANOS DO ARQUIPÉLAGO DOS AÇORES.....	287
QUADRO 11 - SISTEMA URBANO DO ARQUIPÉLAGO.....	292
QUADRO 12 - QUADRO DO PROTA, COM A CLASSIFICAÇÃO DOS CENTROS URBANOS	293
QUADRO 13 - ÍNDICE URBANO DE CADA CENTRO.....	294
QUADRO 14 - SISTEMA URBANO REGIONAL (POR ILHA):	295
QUADRO 15 - EVOLUÇÃO DA ESTRUTURA ETÁRIA POR GRANDES GRUPOS FUNCIONAIS, ENTRE 1991 E 2001 (%)	326
QUADRO 16- ALUNOS INSCRITOS POR NÍVEL DE ENSINO	327

QUADRO 17 - ESTABELECIMENTOS DE ENSINO E ALUNOS SEGUNDO O NÍVEL DE ENSINO MINISTRADO NO ANO LECTIVO 1998/1999	329
QUADRO 18 - ESTABELECIMENTOS DE SEGURANÇA SOCIAL EM 1998 – APOIO AOS JOVENS	332
QUADRO 19 - ESTABELECIMENTOS DE SEGURANÇA SOCIAL EM 1998 – APOIO AOS IDOSOS E OUTROS.....	334
QUADRO 20 - EQUIPAMENTOS DE SAÚDE EM 1999	337
QUADRO 21 - EQUIPAMENTOS DESPORTIVOS – 1996	339
QUADRO 22 - SUPERFÍCIE DESPORTIVA ÚTIL POR HABITANTE	340
QUADRO 23 - BIBLIOTECAS, IMPRENSA E RÁDIO EM 1999	342
QUADRO 24 - GRUPOS DE TEATRO, RANCHOS FOLCLÓRICOS, COROS, FILARMÓNICAS E ESCOLAS DE MÚSICA - 1994.....	343
QUADRO 25 - CARACTERÍSTICAS DO TRÁFEGO NO AERÓDROMO DO CORVO	377
QUADRO 26 - CARACTERÍSTICAS DO PORTO DA CASA.....	378
QUADRO 27 - CARACTERÍSTICAS DO TRÁFEGO NO AEROPORTO DA HORTA	380
QUADRO 28 - CARACTERÍSTICAS DO PORTO DA HORTA	382
QUADRO 29 - NÚMERO MÍNIMO DE TOQUES E SUA PERIODICIDADE PARA OS NAVIOS A E B	385
QUADRO 30 - PASSAGEIROS/ KM TRANSPORTADOS NAS CARREIRAS URBANAS.....	386
QUADRO 31 - PASSAGEIROS/ KM TRANSPORTADOS NAS CARREIRAS INTERURBANAS	386
QUADRO 32 - NÚMERO DE LICENÇAS DE TÁXI.....	387
QUADRO 33 - CARACTERÍSTICAS DO TRÁFEGO NO AERÓDROMO DAS FLORES.....	388
QUADRO 34 - CARACTERÍSTICAS DOS PORTOS DE SANTA CRUZ E LAGES DAS FLORES	389
QUADRO 35 - PASSAGEIROS/KM TRANSPORTADOS NAS CARREIRAS INTERURBANAS	394
QUADRO 36 - NÚMERO DE LICENÇAS DE TÁXIS.....	394

QUADRO 37 - CARACTERÍSTICAS DO TRÁFEGO NO AERÓDROMO DA GRACIOSA ...	395
QUADRO 38 - CARACTERÍSTICAS DO PORTO DA GRACIOSA	397
QUADRO 39 - NÚMERO MÍNIMO DE TOQUES E SUA PERIODICIDADE PARA OS NAVIOS A E B	398
QUADRO 40 - PASSAGEIROS/ KM TRANSPORTADOS NAS CARREIRAS INTERURBANAS	400
QUADRO 41 - NÚMERO DE LICENÇAS DE TÁXI.....	400
QUADRO 42 - CARACTERÍSTICAS DO TRÁFEGO NO AERÓDROMO DA HORTA	401
QUADRO 43 - CARACTERÍSTICAS DOS PORTOS DE SÃO ROQUE E MADALENA	403
QUADRO 44 - NÚMERO MÍNIMO DE TOQUES E SUA PERIODICIDADE PARA OS NAVIOS A E B	405
QUADRO 45 - PASSAGEIROS/ KM TRANSPORTADOS NAS CARREIRAS INTERURBANAS	407
QUADRO 46 - NÚMERO DE LICENÇAS DE TÁXI.....	407
QUADRO 47 - CARACTERÍSTICAS DO TRÁFEGO NO AEROPORTO E SANTA MARIA..	409
QUADRO 48 - CARACTERÍSTICAS DO PORTO DA VILA DO PORTO.....	411
QUADRO 49 - NÚMERO MÍNIMO DE TOQUES E SUA PERIODICIDADE PARA OS NAVIOS A E B	412
QUADRO 50 - PASSAGEIROS/ KM TRANSPORTADOS NAS CARREIRAS URBANAS.....	414
QUADRO 51 - PASSAGEIROS/ KM TRANSPORTADOS NAS CARREIRAS INTERURBANAS	414
QUADRO 52 - NÚMERO DE LICENÇAS DE TÁXI (VILA DO PORTO)	414
QUADRO 53 - CARACTERÍSTICAS DO TRÁFEGO NO AERÓDROMO DE SÃO JORGE ..	416
QUADRO 54 - CARACTERÍSTICAS DOS PORTOS DA CALHETA E VELAS	418
QUADRO 55 - NÚMERO MÍNIMO DE TOQUES E SUA PERIODICIDADE PARA OS NAVIOS A E B	419
QUADRO 56 - PASSAGEIROS/ KM TRANSPORTADOS NAS CARREIRAS INTERURBANAS	421

QUADRO 57 - NÚMERO DE LICENÇAS DE TÁXI.....	421
QUADRO 58 - CARACTERÍSTICAS DO TRÁFEGO NO AEROPORTO JOÃO PAULO II – PONTA DELGADA	424
QUADRO 59 - CARACTERÍSTICAS DO PORTO DE PONTA DELGADA	425
QUADRO 60 - NÚMERO MÍNIMO DE TOQUES E SUA PERIODICIDADE PARA OS NAVIOS A E B	428
QUADRO 61 - PASSAGEIROS/ KM TRANSPORTADOS NAS CARREIRAS URBANAS.....	430
QUADRO 62 - PASSAGEIROS/ KM TRANSPORTADOS NAS CARREIRAS INTERURBANAS	430
QUADRO 63 - NÚMERO DE LICENÇAS DE TÁXI.....	431
QUADRO 64 - CARACTERÍSTICAS DO TRÁFEGO AEROPORTO DAS LAGES	433
QUADRO 65 - CARACTERÍSTICAS DO PORTO DE ANGRA DO HEROÍSMO.....	435
QUADRO 66 - NÚMERO MÍNIMO DE TOQUES E SUA PERIODICIDADE PARA OS NAVIOS A E B	437
QUADRO 67 - PASSAGEIROS/ KM TRANSPORTADOS NAS CARREIRAS URBANAS.....	439
QUADRO 68 - PASSAGEIROS/ KM TRANSPORTADOS NAS CARREIRAS INTERURBANAS	439
QUADRO 69 - NÚMERO DE LICENÇAS DE TÁXI.....	440
QUADRO 70 - PLANOS DIRECTORES MUNICIPAIS	443
QUADRO 71 - PLANOS DE URBANIZAÇÃO	444
QUADRO 72 - EVOLUÇÃO DO ALOJAMENTO.....	477
QUADRO 73 - CAMAS POR ESTABELECIMENTO	478
QUADRO 74 - TRABALHADORES AO SERVIÇO COM CONTRATO PERMANENTE EM 2000	482
QUADRO 75 - ENCARGOS COM PESSOAL NO TOTAL DA RECEITA.....	483
QUADRO 76 CAMAS POR EMPREGADO EM 2000.....	484
QUADRO 77 - ÍNDICES DE PREÇOS MÉDIOS DAS DORMIDAS.....	485

QUADRO 78 - VARIAÇÃO DO PREÇO MÉDIO DAS DORMIDAS (2000-2001).....	485
QUADRO 79 - – TOTAL DE HÓSPEDES NOS AÇORES POR TIPO DE ALOJAMENTO EM 2001.....	487
QUADRO 80 - – - HÓSPEDES NA HOTELARIA TRADICIONAL POR NUT II, 2000	489
QUADRO 81 - - CHEGADAS DE HÓSPEDES À HOTELARIA TRADICIONAL, 2000	490
QUADRO 82 - HÓSPEDES DO TURISMO EM ESPAÇO RURAL NOS AÇORES SEGUNDO A ORIGEM GEOGRÁFICA, 2001	492
QUADRO 83 – TOTAL DE DORMIDAS NOS AÇORES POR TIPO DE ALOJAMENTO EM 2001.....	493
QUADRO 84 - DORMIDAS POR NUT II NA HOTELARIA TRADICIONAL, 2000	495
QUADRO 85 - PERCENTAGENS HÓSPEDES E DORMIDAS POR NUT II NA HOTELARIA TRADICIONAL, 2000.....	496
QUADRO 86 - DORMIDAS POR NUT II NA HOTELARIA TRADICIONAL, 2000	496
QUADRO 87 - DORMIDAS NOS AÇORES NA HOTELARIA TRADICIONAL SEGUNDO O PAÍS DE RESIDÊNCIA, 2001	497
QUADRO 88 - DORMIDAS DO TURISMO EM ESPAÇO RURAL NOS AÇORES SEGUNDO A ORIGEM GEOGRÁFICA, 2001	498
QUADRO 89 - DORMIDAS NA HOTELARIA TRADICIONAL POR TIPO DE ALOJAMENTO, EM PERCENTAGEM DO TOTAL, 2000.....	499
QUADRO 90 - ESTADIA MÉDIA NA HOTELARIA TRADICIONAL SEGUNDO A ORIGEM GEOGRÁFICA DOS HÓSPEDES (RESIDÊNCIA HABITUAL)	500
QUADRO 91 - PROCURA POR ILHAS, HÓSPEDES	505
QUADRO 92 - PROCURA POR ILHAS, DORMIDAS.....	506
QUADRO 93 - BALANÇO DO PROCESSO DE INQUIRIÇÃO	508
QUADRO 94 - DISTRIBUIÇÃO DO ALOJAMENTO E DA RESTAURAÇÃO POR TIPOLOGIA	509

QUADRO 95 - DISTRIBUIÇÃO DO PESSOAL AO SERVIÇO POR GRAUS DE ESCOLARIDADE SEGUNDO O SEXO E SECTOR DE ACTIVIDADE (NÚMEROS ABSOLUTOS).....	512
QUADRO 96 - DISTRIBUIÇÃO DO PESSOAL AO SERVIÇO POR ESCALÕES ETÁRIOS SEGUNDO O SECTOR DE ACTIVIDADE (NÚMEROS ABSOLUTOS).....	513
QUADRO 97 - - FORMAS DE PUBLICIDADE UTILIZADAS (NÚMEROS ABSOLUTOS) ..	517
QUADRO 98 - ESTRATÉGIAS DE INVESTIMENTO SEGUNDO O SECTOR (NÚMEROS ABSOLUTOS).....	521
QUADRO 99 - ESTRUTURA ETÁRIA E POR SEXOS DOS VISITANTES INQUIRIDOS..	524
QUADRO 100 - - PAÍS DE RESIDÊNCIA DOS VISITANTES INQUIRIDOS E % DE VISITANTES RESIDENTES NO ESTRANGEIRO COM ASCENDÊNCIA AÇORIANA	526
QUADRO 101 - VISITANTES SEGUNDO A SITUAÇÃO PERANTE A ACTIVIDADE ECONÓMICA, AS HABILITAÇÕES E A PROFISSÃO.....	527
QUADRO 102 - VISITANTES SEGUNDO O MOTIVO DE VIAGEM.....	529
QUADRO 103 - VISITANTES SEGUNDO A EXISTÊNCIA DE VISITAS ANTERIORES E SEGUNDO O MOTIVO DE RETORNO.....	531
QUADRO 104 - DESTINOS ALTERNATIVOS CONSIDERADOS	532
QUADRO 105 - FONTES DE INFORMAÇÃO SOBRE A REGIÃO	533
QUADRO 106 - % DE CONSIDERAÇÕES MUITO IMPORTANTE E DA MAIOR IMPORTÂNCIA PARA DECIDIR A VISITA À REGIÃO POR CARACTERÍSTICA DA REGIÃO	534
QUADRO 107 - SERVIÇOS CONTRATADOS COM A AGÊNCIA DE VIAGENS.....	536
QUADRO 108 - TEMPO DE PERMANÊNCIA DOS VISITANTES INQUIRIDOS E ESTADIA MÉDIA.....	538
QUADRO 109 - TEMPO DE PERMANÊNCIA DOS VISITANTES INQUIRIDOS (%) E ESTADIA MÉDIA POR ILHA.....	538
QUADRO 110 - Nº DE ILHAS VISITADAS EM ESTADIAS DE MENOS DE UM DIA	540
QUADRO 111 - OUTRAS FORMAS DE ALOJAMENTO.....	543

QUADRO 112 - ACTIVIDADES DESENVOLVIDAS DURANTE A ESTADIA	544
QUADRO 113 - ASPECTOS MAIS APRECIADOS DURANTE A ESTADIA	545
QUADRO 114 - ASPECTOS MENOS APRECIADOS DURANTE A ESTADIA	547
QUADRO 115 - IDENTIFICAÇÃO DOS 5 PRINCIPAIS TIPOS DE VISITANTES	549
QUADRO 116 - TAXA DE OCUPAÇÃO DOS ESTABELECIMENTOS HOTELEIROS EM PORTUGAL, ENTRE 1994 - 2000	552
QUADRO 117 - TAXA DE OCUPAÇÃO POR TIPO DE ESTABELECIMENTO HOTELEIRO NA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES, ENTRE 1994 – 2000	553
QUADRO 118 - TAXA DE OCUPAÇÃO DOS ESTABELECIMENTOS HOTELEIROS NA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES, ENTRE 1990 - 98.....	553
QUADRO 119 - DINÂMICAS APROXIMADAS DA OFERTA (Nº DE CAMAS) E DA PROCURA (Nº DE DORMIDAS), ENTRE 1990 – 98	554
QUADRO 120 - PROJECTOS APROVADOS AO ABRIGO DO SIFIT (III)	558

Índice de figuras

FIGURA 1 - DISTRIBUIÇÃO DO VAB POR RAMOS DE ACTIVIDADE (EM %).....	136
FIGURA 2 - DISTRIBUIÇÃO DO EMPREGO TOTAL POR RAMOS DE ACTIVIDADE (EM %) %)	137
FIGURA 3 - PRODUTIVIDADE MÉDIA DO PAÍS E DA RAA.....	138
FIGURA 4 - DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DA POPULAÇÃO POR ILHAS	142
FIGURA 5 - VARIAÇÃO DA POPULAÇÃO RESIDENTE	143
FIGURA 6 - TAXAS DE CRESCIMENTO NATURAL E MIGRATÓRIA DA POPULAÇÃO ...	144
FIGURA 7 - TAXA DE NUPCIALIDADE, POR ILHA	145
FIGURA 8 - POPULAÇÃO EM CONJUGALIDADE - 2001, POR ILHA.....	145
FIGURA 9 - PROPORÇÃO DE POPULAÇÃO DIVORCIADA - 2001, POR ILHA.....	146
FIGURA 10 - TAXA DE NATALIDADE, POR ILHA.....	146
FIGURA 11 - TAXA DE FECUNDIDADE, POR ILHA.....	147
FIGURA 12 - NADOS VIVOS FORA DO CASAMENTO (%), POR ILHA	148
FIGURA 13 - TAXA DE MORTALIDADE, POR ILHA	148
FIGURA 14 - TAXA DE MORTALIDADE INFANTIL, POR ILHA	149
FIGURA 15 - ESTRUTURA ETÁRIA, 2001	150
FIGURA 16 - GRUPOS ETÁRIOS - VARIAÇÃO 1991/2001, POR ILHA	151
FIGURA 17 - POPULAÇÃO RESIDENTE COM 15 ANOS OU MAIS SEGUNDO O GRAU DE ENSINO, 2001	151
FIGURA 18 - INSTRUÇÃO - VARIAÇÃO 1991/2001, POR ILHA	152
FIGURA 19 - DIMENSÃO DA FAMÍLIA, 2001	153
FIGURA 20 - DIMENSÃO DA FAMÍLIA - VARIAÇÃO 1991/2001, POR ILHA	153
FIGURA 21 - ALOJAMENTOS SEM ELECTRICIDADE, POR ILHA.....	154

FIGURA 22 - ALOJAMENTOS SEM ÁGUA, POR ILHA.....	155
FIGURA 23 - ALOJAMENTOS SEM ESGOTOS, POR ILHA.....	156
FIGURA 24 - EDIFÍCIOS SEGUNDO A ÉPOCA DE CONSTRUÇÃO, POR ILHA.....	157
FIGURA 25 - RESERVA FLORESTAL DE RECREIO DOS MISTÉRIOS DE S. JOÃO	193
FIGURA 26 - OS MOINHOS DE VENTO DO CORVO, ALGO SEMELHANTES AOS MOINHOS QUE EXISTEM NO CONTINENTE.....	217
FIGURA 27 – MOINHO TÍPICO DA ILHA GRACIOSA EM ESTADO DE RUÍNA, PRAIA .	219
FIGURA 28 - MOINHO TÍPICO DA ILHA GRACIOSA EM ESTADO DE RUÍNA, PRAIA..	219
FIGURA 29 - TÍPICAS CONSTRUÇÕES PICOENSES NA ZONA DE LAGIDO	220
FIGURA 30 - EDIFÍCIO TÍPICO DE ADEGA – MUSEU DO VINHO.....	221
FIGURA 31 - MUSEU DOS BALEEIROS SITUADO NAS LAGES DO PICO.....	221
FIGURA 32 - VISTA PANORÂMICA DE VILA FRANCA DO CAMPO.	223
FIGURA 33 - EDIFICADO CARACTERÍSTICO DO CENTRO HISTÓRICO DE ANGRA DO HEROÍSMO	225
FIGURA 34 - ARRUAMENTO NA CIDADE DE PRAIA DA VITÓRIA.....	225
FIGURA 35 – EXEMPLO DE IMPÉRIO.....	226
FIGURA 36 - EXEMPLO DE IMPÉRIO	226
FIGURA 37 - DISTRIBUIÇÃO DOS ELEMENTOS PATRIMONIAIS RECENSADOS POR ILHA (% DO TOTAL DA REGIÃO).....	230
FIGURA 38 - ELEMENTOS CLASSIFICADOS EM CADA ILHA (% DO TOTAL DA REGIÃO)	230
FIGURA 39 - PAISAGEM ÁRIDA DO VULCÃO DOS CAPELINHOS	235
FIGURA 40 - MIRADOURO PARA A BAÍA DA RIBEIRA DAS CABRAS, COM UMA ZONA DE ESTADIA.....	236
FIGURA 41 - SUCESSÃO DE QUEDAS DE ÁGUA JUNTO À POVOAÇÃO DA FAJÃZINHA	237
FIGURA 42 - MUROS DE PEDRA VULCÂNICA QUE PROTEGEM AS VINHAS.	238

FIGURA 43 – FAJÃ , TÍPICO POVOADO DA ILHA DE SÃO JORGE	240
FIGURA 44 - VISTA PANORÂMICA DA LAGOA DAS SETE CIDADES.	241
FIGURA 45 - PAISAGEM DA LAGOA DAS FURNAS.....	242
FIGURA 46 - CASCATA DE ÁGUA FÉRREA NO ACESSO A RIBEIRA QUENTE	243
FIGURA 47 - BAÍA DA SALGA	244
FIGURA 48 - BAÍA DA SALGA	245
FIGURA 49 - EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO ENTRE 1991 E 2001 NOS CONCELHOS E RESPECTIVOS CENTROS URBANOS DO ARQUIPÉLAGO DOS AÇORES	286
FIGURA 50 - Nº DE ORDEM DOS CENTROS URBANOS EM FUNÇÃO DA SUA DIMENSÃO DEMOGRÁFICA.....	288
FIGURA 51 - Nº DE ORDEM DOS CENTROS DE ACORDO COM AS FUNÇÕES CENTRAIS PÚBLICAS E PRIVADAS	290
FIGURA 52 - VISTA PANORÂMICA DE VILA NOVA DO CORVO.....	299
FIGURA 53 - VISTA PANORÂMICA DO NÚCLEO ANTIGO DE VILA NOVA DO CORVO	299
FIGURA 54 - VISTA DA MARINA DA CIDADE DA HORTA.....	300
FIGURA 55 - VISTA DO MIRADOURO DA ESPALAMACA SOBRE A CIDADE DA HORTA	301
FIGURA 56 - SINALIZAÇÃO DE INÍCIO DE UM DOS PERCURSOS POSSÍVEIS.	304
FIGURA 57 – PRAIA DA FAJÃ GRANDE, ENQUADRADA PELAS ESCARPAS COM QUEDAS DE ÁGUA	304
FIGURA 58 - PAISAGEM ÁRIDA LOCALIZADA NA ÁREA SUL DA ILHA.....	305
FIGURA 59 - VISTA DA BAÍA DAS LAGES DO PICO.....	307
FIGURA 60 – VISTA DA BAÍA DE SÃO LOURENÇO.....	308
FIGURA 61 – PLANÍCIES ÁRIDAS NA FREGUESIA DE SÃO PEDRO	309
FIGURA 62 – VISTA DA AÉREA DA VILA DO PORTO.....	310
FIGURA 63 – VISTA DA PANORÂMICA DA VILA DE VELAS.	311
FIGURA 64 – FAJÃ DO OUVIDOR, ENCOSTA NORTE DA ILHA	312

FIGURA 65 – CAMPO DE GOLF DA ACHADA DAS FURNAS, OS PRATICANTES DE GOLF DISPÕEM DE DOIS CAMPOS EM SÃO MIGUEL.....	315
FIGURA 66 – PRAIA DOS MOSTEIROS.	315
FIGURA 67 - CAMPO DE GOLF DA BATALHA.....	316
FIGURA 68 - EXTENSO AREAL NEGRO DA PRAIA DE ÁGUA D'ALTO.....	316
FIGURA 69 - VISTA PANORÂMICA DA CIDADE ANGRA DO HEROÍSMO, A PARTIR DO MONTE BRASIL	317
FIGURA 70 - ESTÂNCIA BALNEAR DOS BISCOITOS.....	318
FIGURA 71 - VISTA PANORÂMICA DE PRAIA DA VITÓRIA	319
FIGURA 72 - DISTRIBUIÇÃO DOS EQUIPAMENTOS DESPORTIVOS POR TIPOLOGIA – 1996.....	338
FIGURA 73 - PORTO DA HORTA.....	382
FIGURA 74 - MARINA DA HORTA.....	383
FIGURA 75 - PORTO DA VILA DO PORTO - SANTA MARIA.....	410
FIGURA 76 - PORTO DE VELAS - SÃO JORGE	417
FIGURA 77 - MARINA DE PONTA DELGADA.....	426
FIGURA 78 - BASE DAS LAGES - TERCEIRA	432
FIGURA 79 - DISTRIBUIÇÃO DE CAMAS POR TIPO DE ALOJAMENTO	479
FIGURA 80 - DISTRIBUIÇÃO DE CAMAS POR ILHA.....	479
FIGURA 81 - DISTRIBUIÇÃO DAS CAMAS E DA POPULAÇÃO RESIDENTE.....	480
FIGURA 82 - PESO DOS AÇORES NO ALOJAMENTO TURÍSTICO DO PAÍS	481
FIGURA 83 - - EVOLUÇÃO DO Nº DE HÓSPEDES NA HOTELARIA TRADICIONAL, 1990- 2001.....	488
FIGURA 84 - DISTRIBUIÇÃO DOS HÓSPEDES NA HOTELARIA TRADICIONAL POR ORIGENS GEOGRÁFICAS, PORTUGAL E AÇORES – 2000	491
FIGURA 85 - A PROCURA NA HOTELARIA TRADICIONAL: PRINCIPAIS NACIONALIDADES DE ORIGEM.....	492

FIGURA 86 - EVOLUÇÃO DO Nº DE DORMIDAS NA HOTELARIA TRADICIONAL, 1990-2001.....	494
FIGURA 87 - DISTRIBUIÇÃO DOS HÓSPEDES, DA HOTELARIA TRADICIONAL POR MESES DO ANO – AÇORES, 1990-2001	501
FIGURA 88 - - DISTRIBUIÇÃO DOS HÓSPEDES NA HOTELARIA TRADICIONAL POR MESES DO ANO, AÇORES E PORTUGAL, 2000 (TOTAL DE HÓSPEDES).....	502
FIGURA 89 - SAZONALIDADE DA PROCURA, DAS RECEITAS E DO EMPREGO, HOTELARIA TRADICIONAL AÇORES, 2001 (MÉDIA MENSAL = 100).....	503
FIGURA 90 - DISTRIBUIÇÃO DOS HÓSPEDES NA HOTELARIA TRADICIONAL E TURISMO EM ESPAÇO RURAL, POR MESES DO ANO, AÇORES, 2001.....	504
FIGURA 91 - EMBARCAÇÕES DE RECREIO ENTRADAS NOS PORTOS AÇORIANOS, 1988-1998	507
FIGURA 92 - TIPO DE SEPARAÇÃO DE RESÍDUOS.....	515
FIGURA 93 - RELAÇÕES DE COOPERAÇÃO	518
FIGURA 94 - PESO DAS RELAÇÕES DE COOPERAÇÃO NO VOLUME DE NEGÓCIOS POR SECTOR DE ACTIVIDADE (%)	519
FIGURA 95 - FLUXO DE TURISTAS NA HOTELARIA TRADICIONAL RESIDENTES EM PORTUGAL E NO ESTRANGEIRO NA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES ENTRE 1990 E 1999	525
FIGURA 96 - DIMENSÃO DO GRUPO DE VISITANTES.....	528
FIGURA 97 - VISITANTES SEGUNDO O MOTIVO DE VIAGEM POR MÊS.....	530
FIGURA 98 - VISITANTES POR CONSIDERAÇÃO OU NÃO DE DESTINOS ALTERNATIVOS.....	531
FIGURA 99 - VISITANTES QUE RECORRERAM A AGÊNCIA DE VIAGENS.....	535
FIGURA 100 - ESTADIA MÉDIA DOS VISITANTES POR ILHA (DIAS)	537
FIGURA 101 - TEMPO DE PERMANÊNCIA POR MOTIVO DA VISITA.....	539
FIGURA 102 - Nº DE ILHAS VISITADAS	540
FIGURA 103 – Nº DE ILHAS VISITADAS POR MOTIVO DA VISITA	541

FIGURA 104 - FORMAS DE ALOJAMENTO UTILIZADOS POR ILHA	542
FIGURA 105 - FORMAS DE ALOJAMENTO POR RESIDÊNCIA E ASCENDÊNCIA	542
FIGURA 106 - ESTRUTURA REGIONAL DO VAB TURÍSTICO	562
FIGURA 107- CADEIA DE VALOR DO TURISMO.....	566



DIRECÇÃO REGIONAL DE TURISMO - SECRETARIA REGIONAL DA ECONOMIA - REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

PLANO DE ORDENAMENTO TURÍSTICO DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

**RELATÓRIO DA 1ª FASE
SEPARATA AO ANEXO 2**

Consórcio GEOIDEIA / IESE / PLURAL
Abril, 2002

INQUÉRITO AO TURISMO - 2001

QUADRO SÍNTESE DAS RESPOSTAS QUALITATIVAS

(Separata ao Anexo 2)

Cód.	O que gostou mais (Q23)	O que gostou menos (Q24)	Comentários/ Sugestões (Q25)
H0001	Capelinhos, Exposição de Marfim (Café Peter)		
H0002	Visitas a lugares típicos da ilha, paisagem	Viagem de barco	
H0003	As pessoas e a calma	Não é tão calmo como era há uns tempos. Demasiado trânsito.	Preservem a calma e a tranquilidade destas ilhas.
H0004	Café Peter, Restaurante Capote, distâncias curtas, amabilidade das pessoas	Pouca vida nocturna.	
H0006			Sou faialense, residente em Lisboa. Venho com frequência e parto sempre pensando tornar a vir.
H0007	Calma, Honestidade, Natureza		Mantenham a calma e a natureza.
H0008	O clima, o oceano, a montanha do Pico, as pessoas.	Falta de informação sobre a fauna e a flora.	Maior variedade da cozinha.
H0009	O clima e o tratamento correcto das pessoas.	Maneira como fomos tratados por alguns empregados do Hotel.	Desejo que os Açores continuem a desenvolver o Turismo, para bem das suas gentes e de Portugal.
H0010	Paisagem e costumes	Hôtel Fayal – alimentação péssima e pessoal antipático.	
H0011	Paisagem	Tempos mortos – devia haver mais divertimentos.	
H0012	Visita a monumentos, museus e visita à ilha do Pico.	Do clima que encontrei, pois apenas um dia estive sol.	Esta viagem incluía um grupo de turismo sénior do INATEL e pecou por falta de orientação turística.
H0014	Ambiente natural, Gastronomia local.	As nuvens, o tempo instável.	Organizem mais transportes de acesso ao interior da ilha. Maior oferta de animação e desporto.
H0015	Beleza natural.	Agumas estradas.	Maior aposta no turismo, pois existe uma grande possibilidade de se tornar um grande e belo roteiro turístico.
L0021	Gostei imenso da beleza natural, do clima esquisito, das pessoas simpáticas e de tudo.		
L0027	A hospitalidade com que fomos recebidos, a beleza natural, os monumentos e locais visitados. O facto de ter sido a convite, proporcionou-nos uma visita abrangente e uma percepção geral das ilhas visitadas	O clima muito inconstante obriga a uma grande "ginástica" de roupa.	Convidem-nos mais vezes! Vimos com todo o gosto!
L0028	A paisagem.	O clima	
L0030	A paisagem natural, a recepção calorosa do povo açoreano, a originalidade da sua cultura, proporciona um descanso interior.	As condições de acessibilidade (asfalto).	Preços do artesanato regional (caro)
L0031	A paisagem natural, a recepção calorosa do povo açoreano, a originalidade da sua cultura, proporciona um descanso interior.	As condições de acessibilidade (asfalto).	Preços do artesanato regional (caro)
L0035	Paisagem e acolhimento	Clima	
L0034	Hospitalidade e paisagem	Clima	
L0037	Gosto de tudo nos Açores	Nada	
L0038	O verde, o mar, tranquilidade, simpatia dos residentes, gastronomia.	O comércio fechar cedo. Falta de movimento durante o fim de semana.	Criação de mais zonas de lazer e maior limpeza nas já existentes.
L0032	Pessoas acolhedoras; beleza natural.	Ter apanhado um clima pouco habitual: chuva e vento, excepto nos dias de partida.	Os aeroportos deveriam ter serviço de farmácia.

PLANO DE ORDENAMENTO TURÍSTICO DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

Cód.	O que gostou mais (Q23)	O que gostou menos (Q24)	Comentários/ Sugestões (Q25)
L0036	O clima e a natureza.	As estradas.	Não transformem estas magníficas ilhas em ilhas turísticas. Falta apenas arranjar as estradas e é tudo. "Et encore, Bravo!"
L0020	Beleza natural	Turismo deve ser todo o ano (locais de visita encerrados).	
L0018	Lagoas, paisagem, pessoas.	Nada.	Muito bom.
L0017	Natureza.	Alguma falta de honestidade em alguns restaurantes.	No global, foi bom.
L0016	Natureza, Gastronomia, Golfe.	Clima	
L0009	Paisagens naturais	Falta de roteiros turísticos. O comércio fechar cedo (meio-dia).	Explorar um pouco mais o Turismo, divulgando-o.
L0008	Sou açoriana, gosto da calma e tenho saudades dos meus conterrâneos. Já saí há muito, mas a melhor vida que tive foi na Terceira.	É caro vir aqui!	Arranjem viagens mais baratas, como a Madeira.
L0007	O ambiente e a cidade.	O comércio e o Turismo, fechem ao meio-dia.	Comércio e lojas de turismo deveriam estar abertas para além do meio-dia.
L0006	Beleza natural; a forma de bem receber do povo açoreano; o clima.	A falta de informação atempada na interrupção de ligação inter-ilhas, devido ao mau tempo, pelos serviços competentes.	Nada digno de registo, que não dignifique os Açores.
L0005	O verde; as vacas; o mar; a natureza.	O comércio.	Manter como está. A preservar. Mais calor humano nas ruas.
L0004	Sossego.	Preço do alojamento e dos restaurantes na relação qualidade-preço. Muito pouca oferta destes serviços.	Gostaria de sugerir que as transportadoras aéreas tivessem ligações directas para o Porto.
L0001	Beleza natural e simpatia dos residentes.	As estradas.	As estradas em muito mau estado e alguns aeroportos a precisarem de renovação.
L0002	Paisagem e Hospitalidade	Falta de lacticínios locais com individualidade.	Os produtos regionais podiam ser mais valorizados e visíveis para quem não conhece.
L0003	Museu do vinho (Sr. Luís Brum); comida; paisagem; a simpatia das pessoas.	O tempo (muito nevoeiro).	Gostaria de ter visitado o Algar do Carvão, que parece estar fechado nesta altura do ano.
L0011	Da paisagem natural que é possível observar em qualquer uma das ilhas que visitei.	O tempo perdido nos aeroportos devido a espera da ligação aérea para outras ilhas.	Na minha opinião a Região lucraria se tivesse um Turismo mais organizado, nomeadamente na questão dos transportes, não só aéreos, como nas ilhas.
L0014	A gastronomia e bons negócios, além da hospitalidade.	O tempo.	Algumas unidades hoteleiras poderiam providenciar, sem grandes custos, mais alguns pequenos serviços que marcam a diferença. Por exemplo: mini-bar nos quartos.
L0015	A natureza e a sua beleza.	Problemas com o lixo. Excesso de vacas.	Deveriam cultivar vegetais e frutos em vez de os importar. Há excesso de construção de estradas nas Flores; em vez disso, deveriam reconstruir as antigas. Não há autocarros que permitam a ligação entre as aldeias e há excesso de viaturas privadas. As pessoas que vêm aos Açores apreciam a natureza e não os carros e as construções.
L0019	De visitar a família.	O clima.	
L0023	Natureza.	Sinalização.	
L0024	Qualidade do ambiente.	Mau estado de conservação de algumas vias de comunicação.	
L0029	Beleza natural. Clube de Golfe da Terceira.	Hóteis razoáveis com preços de luxo – um exagero, os preços dos Hóteis.	Falta concorrência no preço/serviços dos Hóteis, para que os preços baixem.
L0025	Hospitalidade dos açoreanos	Foi uma estadia muito curta e a minha família não estava comigo. As ligações de Lisboa foram más; gostaria que o voo fosse mais cedo para poder	

PLANO DE ORDENAMENTO TURÍSTICO DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

Cód.	O que gostou mais (Q23)	O que gostou menos (Q24)	Comentários/ Sugestões (Q25)
		apanhar o voos para os EUA no próprio dia.	
L0026	Ambiente natural e clima		
P0001	Visitar a ilha.	Clima (temperatura)	Sugeria melhoramentos nas estradas do norte da ilha de S. Miguel.
P0002	A beleza natural, a verdura, os montes e vales, as igrejas e freguesias pitorescas, a comida típica e a amizade do povo micalense.	A incerteza do tempo – mas é Inverno!	Eu já conheço a ilha, mas para os novos turistas, é preciso mais sinais nas ruas e nas estradas. Também é preciso mais recipientes para o lixo em locais de descanso ou miradouros.
P0003		Não foi agradável ter de vir visitar pessoas doentes.	Falta de ligações.
P0004	As belezas naturais.	Falta de sinalização.	Nível de vida elevado.
P0005	Comida excelente; Golfe fantástico!	As ruas estreitas.	Foi tudo excelente!!
P0006	Beleza natural.	Chuva, chuva e mais chuva! Ter de pagar 12000 escudos por um visto, por viajar com um passaporte australiano; os canadianos não pagam.	
P0007	A beleza da Paisagem; montanhas.	O clima – chuva e vento.	Dificuldades de comunicação devido à língua – todos presumem que somos portugueses e quando percebem que não somos, torna-se difícil a comunicação.
P0008	O clima; o Carnaval da Terceira; Vila Franca; gastronomia.	Não haver limite de idade para a compra de bebidas alcoólicas no comércio.	Sou luso canadiano e espero voltar num futuro próximo para conhecer todas as ilhas.
P0009	As paisagens.	Câmbio bancário.	Não explorar os emigrantes!
P0010	Ver os meus familiares.	Obras nas estradas.	Que houvesse boa sinalização nas estradas. Horários dos restaurantes desactualizados.
P0011	Paisagens lindas; Igrejas belas.	É pena as igrejas estarem fechadas e assim os turistas não as podem ver. O clima não foi do melhor – chuva, vento e frio.	
P0012	A natureza.	A estupidez de algumas pessoas. Muitas pessoas ainda com mentalidade retrógrada. Precisamos de mais vida nocturna.	Em geral as pessoas são agradáveis, mas extremamente machistas/sexistas. A religião (conservadora e fechada) pesa muito na mentalidade das pessoas. A mulher sofre muito aqui.
P0013	Vida nocturna. Família.		Restaurantes mais baratos
P0129	Natureza	Ligações aéreas inter-ilhas.	Continuar a preservar a natureza. Não massificar o turismo. Melhorar as ligações e as estradas secundárias.
P0014	Rever familiares.	Condições atmosféricas.	Obrigado pelas estradas novas; Continuem!
P0015	Ver familiares.	Tempo.	As estradas do interior da ilha em mau estado.
P0016	Ver família.	Tempo	Melhores ligações entre S. Miguel e Sta Maria
P0017	Tempo (gosto do Inverno cá) e estar com a família.	O tempo de espera no aeroporto para ligação a Sta Maria.	Ligações mais rápidas
P0018	Convívio com os amigos. Lagoas.	Mau tempo.	Melhor apoio ao turismo.
P0019	Hospitalidade	Tempo	
P0020	Desenvolvimento dos Açores, após 11 anos de ausência.	Ter pago excesso de bagagem.	Que desenvolvam cada vez mais os Açores.
P0021	Belezas naturais.	Mau tempo.	Que reparassem rapidamente as estradas.
P0022	Da calma da ilha de Sta Maria	Tempo de demora no aeroporto de Ponta Delgada para ligação para Sta Maria.	Viagens directas para Sta Maria (do Canadá).
P0023	Estar com a família	Tempo	
P0024	Acompanhar familiares na dor	Razão da viagem (falecimento de um familiar)	
P0025	Gosto de tudo.	Tempo	Canadá e América é nos Açores!
P0026	Pesca	Tempo	
P0027	Beleza natural e povo amigo	Mau tempo	Lamento voltar ao Canadá e não sei quando voltarei cá.

PLANO DE ORDENAMENTO TURÍSTICO DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

Cód.	O que gostou mais (Q23)	O que gostou menos (Q24)	Comentários/ Sugestões (Q25)
P0028	Tudo		Preços mais baixos nos Hotéis
P0029	Desenvolvimento dos Açores	Ligações aéreas.	Desenvolvimento das restantes ilhas, para além de S. Miguel, Terceira e Faial.
P0030	Gastronomia e Belezas naturais		Pouco tempo, para dar sugestões.
P0031	Belezas naturais		Mais hotéis
P0032	Paisagens mais para Sul		A parte Norte da ilha (S. Miguel) merece melhores estradas.
P0033	Paisagem natural exótica	Indicações nas estradas e orientação sinalética.	Promover sinalização. A vida nocturna é pouco interessante. Há poucos locais com animação satisfatória.
P0034	Paisagens	Azar com o tempo	Mais vida nocturna
P0035	Belezas naturais	Mau estado das estradas	Restaurantes com maior qualidade
P0036	Convívio	Vida nocturna	Melhorar condições para o turismo
P0037	Comida; Convívio; Natureza		Uma nova companhia aérea internacional.
P0038	Todo o ambiente natural é muito lindo, as furnas, as lagoas, o mar.		Acho que deviam divulgar mais toda esta beleza.
P0039	Paisagem		Divulgação das belezas dos Açores
P0040	Hotel Terra Nostra	Nevoeiro – não dá para ver as zonas mais altas.	Restaurantes abertos para servir jantares.
P0041	Tudo o que é natural	Obras em estradas	Manter segurança e higiene, qualidade da carne de vaca e promover o ambiente.
P0042	Parte rústica e avenida marginal de Ponta Delgada	Obras em estradas	Arruamentos um pouco mais espaçosos
P0043	Paisagem. Meio rural onde as pessoas habitam.	Gostei de tudo, não tenho nada a dizer de mal!	Uma viagem muito bela, para quem gosta de paisagem inspiradora, calma e sossego.
P0044	Paisagem	Serviços prestados pelos restaurantes	Aproximar do gosto hoteleiro do Continente
P0045	Hospitalidade, Ambiente e Paisagem	Pouca oferta em termos de Hotelaria	Maior oferta a nível de hotelaria e restauração. Maior divulgação das belezas naturais.
P0046	Beleza natural	Falta de comércio tradicional.	Existência de comércio ao longo da ilha.
P0047	Lagoas e Furnas	"Gente"	Gostei e por isso voltarei
P0048	Paisagens e lazer	Falta de comércio e informação turística.	Desenvolver a informação turística
P0049		Vida nocturna	Precisam de melhorar o ambiente nocturno a nível de pubs, bares e discotecas.
P0050	Natureza		
P0051	Belezas naturais		Melhores ligações aéreas
P0052		O ter de trabalhar muito sem poder disfrutar do lazer que a ilha proporciona.	Uma maior frequência de voos inter-ilhas e para o Continente.
P0053	Paisagem	Alojamento	A SATA internacional deixa muito a desejar. Será que os aviões têm a devida manutenção? Será que as aterragens feitas em Ponta Delgada feitas com o mínimo de segurança exigida pela aviação civil? É pena não haver outra companhia a operar nesta zona. Nunca há bilhetes. Os voos são muito cedo LIS/PDL e PDL/LIS é muito tarde. Havia de haver outro voo durante a tarde.
P0054	A calma, a organização e divisão das terras, o arranjo dos prados, a beleza dos monumentos, a vista para o mar.	Vir em trabalho. A companhia aérea.	Hei-de voltar, se o avião entretanto não cair!
P0055	A segurança, o clima e o ambiente natural. A ilha de Sta Maria é belíssima!	As acessibilidades aéreas sempre muito congestionadas	Melhorar em quantidade os voos de Portugal Continental para as ilhas.
P0056	Paisagem, gastronomia e hospitalidade das gentes.	Falta de alojamento e oferta de restaurantes e de transportes.	As sugestões que preconizo são maior oferta de hotelaria, viagens, restaurantes típicos e eventos.

PLANO DE ORDENAMENTO TURÍSTICO DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

Cód.	O que gostou mais (Q23)	O que gostou menos (Q24)	Comentários/ Sugestões (Q25)
P0057	Hospitalidade	Ligações aéreas	Alteração dos horários dos voos.
P0058	As pessoas	Animação	Apostem forte na maior indústria do mundo e de grande potencial – o Turismo!
P0059	A Paz; o Sossego; a Natureza; as Pessoas; a Gastronomia.	As estradas, no Faial e no Pico. Não concordo que na SATA Internacional seja permitido fumar a bordo.	Os serviços dos aeroportos têm de ser mais lentos na entrega das bagagens, nas chegadas. No Faial, os empresários da restauração têm de ser melhor organizados. Por exemplo, no dia 12/3, tirando os hotéis, só havia, no máximo, 3 restaurantes abertos.
P0060	O clima e a natureza (intocada).	Algumas ruas (muito estreitas e ainda por cima com carros estacionados de um lado).	Iluminação nocturna e respectiva sinalização, parece-me ser uma urgência.
P0061	As pessoas.		
P0062	A não existência de stress.	Os preços praticados, principalmente na alimentação e nos hotéis	A necessidade de mais hotéis para que a concorrência ajude a descer os preços praticados.
P0063	As compras.		
P0064	Belezas naturais		Vida nocturna de melhor qualidade.
P0065	Flora	Estado das estradas	
P0066	Natureza		Continuem a cuidar da natureza e a manter a paisagem
P0067	Paisagem; Hospitalidade	Transportes	Nalgumas ilhas existem poucas actividades de gastronomia, lazer e convívio. Como a minha viagem foi em trabalho, não houve muito tempo de lazer.
P0068	Beleza natural, hospitalidade, serviços hoteleiros.	Devo vir na altura errada porque, sempre que venho, chove. Fazem falta mais restaurantes. Falta de transportes dentro de Ponta Delgada.	Logo que puder volto porque se respira liberdade (e não uma opressão surda e miudinha, como na Madeira).
P0069	A limpeza e o arranjo de Ponta Delgada, Lagoa, Lagoa do Fogo, etc. As Câmaras Municipais funcionam bem.		A capacidade hoteleira é limitada. Não é possível fazer uma reunião com 80 pessoas por não haver hotéis disponíveis. Não permitir hotéis ou apartamentos em prédios com mais de 4 andares.
P0070	Acolhimento; tempo de lazer.	Tempo	Nada a comentar.
P0071	Almoço.	Duração da visita – longo dia de trabalho.	Melhores horários da SATA Internacional.
P0072	Belezas naturais	Pouca vida nocturna	
P0073	Gastronomia	Vida nocturna com poucas alternativas.	Mais eventos culturais na generalidade das ilhas e mais rentabilização dos recursos paisagísticos existentes.
P0074	Amabilidade das pessoas.	Estacionamento de viaturas em ruas demasiado estreitas e com passeios muito estreitos.	Sugestão: construção de parques de estacionamento e limitação da circulação automóvel nas zonas de mais difícil acesso.
P0075	Tudo, em geral.	Nada.	Melhorias no aeroporto.
P0076	Os Açores são um paraíso.	Com esta beleza e gentes tão simpáticas, não se pode dizer do que se gostou menos.	
P0077	Encontrar um ambiente ainda muito bem preservado, quer a parte arquitectónica, quer natural.	O clima (chuva). Quando vem o sol a terra é lindíssima.	Manter a arquitectura tradicional e manter a cultura portuguesa.
P0104	Pessoas; Gastonomia; Poetas; Cantadores; Queijos e petiscos.	A hora da partida.	Acho que devia haver muito maior divulgação dos eventos culturais, inundando os jornais, televisão, rádio, etc, de modo a encher as salas de espectáculo.
P0103	Gostei de tudo, mas mais da música e reencontrar amigos velhos e novos. Além deste mais, houve um inacreditável drageiro no Museu do Vinho do Pico.	De ter, não apanhado, mas confirmado, uma valente constipação.	Gostaria de ter viajado directamente de S. Jorge para o Pico.
P0102	Paisagem. Clima.	Nada.	

PLANO DE ORDENAMENTO TURÍSTICO DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

Cód.	O que gostou mais (Q23)	O que gostou menos (Q24)	Comentários/ Sugestões (Q25)
	Hospitalidade.		
P0101	Companheirismo oferecido pelos irmãos.		
P0100	Paisagem natural		
P0099	A vegetação acompanhada das vacas.	Sinalização das estradas, o pavimento e os acessos aos pontos de interesse.	Melhorar a sinalização dos pontos principais da ilha.
P0098	A vegetação e as vacas.	A sinalização das estradas, o pavimento e os acessos aos pontos de interesse.	Refazerem a sinalização e melhorarem os acessos.
P0097	Toda a zona envolvente da cidade de Ponta Delgada e áreas adjacentes.	Talvez as estradas.	
P0096	Visita à praia de S. Roque e às Furnas.	Pouco tempo.	
P0095	Paisagem natural; Sete Cidades; Lagoa do Fogo; Mosteiros.	Mau estado das estradas.	
P0094	Hospitalidade.		
P0093	Vida nocturna; gastronomia; belezas naturais.	Estado de algumas estradas.	
P0092	Vida nocturna; gastronomia; calma.	Pouca oferta de alternativas gastronómicas.	Cá voltarei!
P0091	Paisagem, comida e hospitalidade.	Muita coisa fechada ao fim de semana (o tempo da minha estadia).	Abertura de restaurantes no fim-de-semana.
P0090	Há cuidado na manutenção do património.	Poucos eventos culturais, poucos museus. Falta de infraestruturas de apoio turístico nos locais de maior interesse.	Maior divulgação de locais de interesse como a Caldeira Velha, em que os acessos viários não são adequados, nem existe serviço de apoio turístico, bar ou WC
P0089	Correcção dos habitantes e aspectos gerais de limpeza – cidade, vilas, estradas e de um modo geral “o todo”.	Os desvios obrigatórios, por estarem algumas estradas em reparação.	Promover mais no Continente as vossas adoráveis ilhas. Se possível, mesmo utilizando a TV.
P0088	A beleza natural da ilha (S. Miguel) e a hospitalidade das suas gentes.		
P0087	Divertimento nocturno e beleza natural da ilha (S. Miguel)	Do estado das estradas.	Gosto bastante de vir aos Açores e penso que deveria haver mais voos entre o Continente e os Açores. Por outro lado, as acessibilidades dentro da ilha deveriam ser melhoradas. A vertente turística ainda está pouco desenvolvida.
P0086	Tudo relacionado com a calma que existe na cidade de Ponta Delgada.	O tempo instável.	
P0085	Furnas, paisagem, gastronomia.		Obras nas estradas, melhores acessos e circuitos turísticos.
P0084	Paisagem. Conviabilidade dos habitantes, limpeza, segurança, tranquilidade.		
P0083	Paisagem		
P0082	Belezas naturais, gastronomia.	Estado das estradas.	Melhoria nos acessos.
P0081	O ambiente saudável e amigável de todas as pessoas com quem contactei. Vistas panorâmicas maravilhosas.	Ter estado cá só 4 dias!	Sugeria que houvesse mais facilidades para a terceira idade, como descontos, consoante a reforma de cada um.
P0080	A limpeza na Região é boa.		Melhoramentos de estradas.
P0079	Clube Naval de Ponta Delgada	Nada a dizer.	Excelente!
P0078	Beleza natural.	Comida picante.	Adequar a alimentação ao gosto do cliente.
P0105	Gostei muito da ilha (S. Miguel) e das suas gentes.	Gastronomia e modo como fui recebido.	
P0106	Ambiente calmo.	Falta de transportes dentro das ilhas. Postos de Turismo encerrados ou com falta de panfletos informativos.	Resolver os aspectos que menos gostei.
P0107	Natureza, Hospitalidade.	O estado das estradas e as	Melhorar a rede viária era uma boa

PLANO DE ORDENAMENTO TURÍSTICO DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

Cód.	O que gostou mais (Q23)	O que gostou menos (Q24)	Comentários/ Sugestões (Q25)
		vacas no caminho. A noite também não é nada de especial.	ideia.
P0108	Da paisagem das ilhas visitadas (S. Miguel e Pico), embora em trabalho e da hospitalidade da sua gente.	Do estado de algumas estradas na ilha do Pico.	As ilhas dos Açores, e falando daquelas que já conheço, dão-nos sempre vontade de cá voltar de novo.
P0109	Tudo	Nada	
P0111	A paisagem e a tranquilidade.	O tempo instável.	Não tenho comentários a fazer – vim com um objectivo determinado, o de participar na Semana das Pescas na Horta.
P0112	Pico com neve; canal do Faial tranquilo; lugar ideal para passar uns meses da reforma...		Os Açores continuam no bom caminho!
P0113	Ter corrido de manhã cedo por Ponta Delgada.	Não ter estado tempo suficiente para conhecer o resto da ilha.	
P0114	De toda a hospitalidade da ilha e seus encantos.		Esta viagem foi em serviço. Espero vir passar umas férias, com a minha família, dentro em breve.
P0115	Da hospitalidade da sua gente e das belezas naturais da ilha.	Da menos boa assistência nas zonas rurais, onde se notam algumas carências estruturais.	Viagem agradável e estadia igual a tantas outras aqui efectuadas, mas todas de sinal mais.
P0116	Belezas naturais		A viagem foi rápida, não houve tempo para passeios.
P0117	A hospitalidade e o acolhimento das pessoas com quem mais contactei.	Acho que a qualidade de certas residenciais deixa muito a desejar, nomeadamente no acolhimento e na qualidade das instalações.	Deveriam ser mais exigentes quanto à qualidade e acolhimento de determinadas residenciais, nomeadamente, em Ponta Delgada.
P0118	Natureza; Pessoas.		
P0119	Natureza envolvente e Pessoas	Nada	
P0120	Natureza e Hospitalidade	Estradas em más condições	Evitar turismo de massas.
P0121	Hospitalidade; Beleza natural; Limpeza		
P0122	Convívio com os amigos; almoços com vista para o mar; um dia primaveril.	Cancelamento do voo Terceira /Graciosa	Continuem a fazer inquéritos!
P0124	Do clima e das pessoas, em geral.	As estradas.	
P0125	Paisagens e Pessoas. São muito simpáticas.		Melhores transportes públicos.
P0126	Excelente hospitalidade dos açoreanos.	O aspecto menos positivo do Inverno são as condições climatéricas que inviabilizam as ligações inter-ilhas e com o Continente, que já são por si só deficitárias.	Nada de especial a assinalar, apenas o forte desejo de abrirem mais aeroportos internacionais, por forma a que seja mais fácil e mais rápido chegar do Continente ao destino.
P0127	O sossego		Voos mais frequentes e com horário mais variável.
P0128	Calma, tranquilidade e paisagem.	Não há informação turística no aeroporto que permita coordenar o trabalho com alguma visita de interesse. A gastronomia em P. D. é pobre.	Para quem se desloca em trabalho a Ponta Delgada, nota-se que o centro histórico fica deserto a partir das 18 horas e há pouca oferta de restauração (especialmente à segunda-feira).
L0039	Simpatia. Natureza.	Na Terceira é tudo muito caro. As viagens inter-ilhas são incertas.	
L0040	Paisagem, clima e pessoas	Alojamento: fraco e caro.	Alojamento muito caro e de qualidade baixa, custo/valor desajustado. Transportes aéreos de entrada e saída sistematicamente fora de horas, sempre com atrasos.
L0042	Hospitalidade, Simpatia, Beleza natural	Estradas/sinalização. Transportes inter-ilhas. Horários das refeições e demais serviços (demasiado limitativos).	Colmatar as dificuldades diagnosticadas na Q24.
L0043	Ambiente natural.	Ligações aéreas.	Manutenção do ambiente natural; manutenção da segurança; melhoria das ligações aéreas.

PLANO DE ORDENAMENTO TURÍSTICO DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

Cód.	O que gostou mais (Q23)	O que gostou menos (Q24)	Comentários/ Sugestões (Q25)
L0044	Tudo		
L0045	A beleza natural e a gastronomia.	O trabalho!!	Gostaria de ter tido mais tempo para apreciar esta maravilhosa ilha.
L0046	Há pouco turismo, as pessoas, a cultura e os preços em geral.		E preciso traduzir mais (algumas coisas são traduzidas, mas é preciso mais)
L0047	Simpatia das pessoas, paisagem, gastronomia.	Atrasos dos aviões.	
L0048	O clima, as pessoas são diferentes (para melhor).		Os atrasos dos aviões são maus.
L0049	Tudo	Nada	
L0050	Gastronomia	Atraso no avião	
L0051	A paisagem magnífica e o asseio da ilha.	Nada em particular.	Acho que deviam facilitar o acesso ao mar, com criação de pontões de acesso à água.
L0052	Beleza natural. Hospitalidade. Gastronomia.	Instalações do aeroporto	Mais turismo, com conta, peso e medida. Crescimento comedido. Manutenção da espectacular beleza e paz da Região.
L0053	Gastronomia. Beleza natural.	O péssimo dinamismo das pessoas no seu local de trabalho.	
L0056	Natureza; Mulheres.		
L0057	Relação com os locais.		Melhoria nítida em termos de respeito pelos horários das ligações aéreas inter-ilhas.
L0060	Beleza das paisagens naturais.	De alguns habitantes.	
H0016	Beleza natural	Clima	Falta de transportes inter-ilhas
H0017	Beleza natural e Simpatia das gentes	Estradas, Sinalização e Delegação de Turismo da Horta	Melhorar aeroportos (principalmente Flores e Horta). Custo das viagens inter-ilhas por parte da SATA (residentes deviam ter mais desconto).
H0018	Estar com os amigos e o seu habitat natural e calmo.	Não haver ligação directa do estrangeiro aos Açores. Processo de recolha de bagagem é lento.	Falta de actividades (principalmente em dias de chuva). Pena não haver campos de golfe, centros de hipismo, passeios organizados, montanhismo.
H0019	Hospitalidade. Simpatia. Beleza natural. Limpeza.	Nos estabelecimentos hoteleiros, uma certa exorbitância nos serviços extra.	
P0136	A sua beleza natural	O sistema de transportes	Excluindo os motivos naturais, o sistema de transportes necessita de ser revisto.
P0137	Belezas naturais	Nenhum facto a relatar	De uma maneira geral foi muito agradável.
P0139	Paisagem natural	Chuva	
P0140	Parque Terra Nostra, Museu de Ponta Delgada, Marginal, Furnas, Lagoa das Sete Cidades, Lagoa do Fogo, Caldeira Velha, Ribeira Grande, etc.	Da espera no aeroporto.	Sugiro a todas as pessoas irem ao Restaurante Alabote, na Ribeira Grande.
P0141	A paisagem natural. O sossego e a tranquilidade.	A muita falta de sinalização da direcção para as localidades, fazendo com que me enganasse constantemente, o que me levou a perder muito tempo. A qualidade das estradas.	Criar melhores condições para o Turismo (comércio, recreio, vida nocturna, etc.).
P0142		Vim em trabalho. Não tive tempo de ver quase nada.	
P0143	Natureza	Dificuldade em encontrar os lugares. Má sinalização.	Um melhor mapa de estradas e melhor sinalização.
P0144	Natureza. Tranquilidade.	Foi difícil encontrar os lugares devido à má sinalização.	Onde estão os restaurantes?
P0145	Tudo, em geral.		
P0146	Beleza das ilhas.		
P0147	Beleza natural	A informação é insuficiente	Melhorar qualitativamente a oferta, designadamente, mais e melhores restaurantes de comida típica dos Açores e mais oferta cultural. Evitar a tentação do Turismo de massas.

PLANO DE ORDENAMENTO TURÍSTICO DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

Cód.	O que gostou mais (Q23)	O que gostou menos (Q24)	Comentários/ Sugestões (Q25)
P0148	Gostei de tudo		Não mudem nada!
P0149		Falta de tempo para ver a ilha (veio em trabalho)	
P0150	De tudo o que vi		Que não alterem as paisagens.
P0151	Clima e Paisagens	Mau estado das estradas	Sem sugestões
P0152	As Lagoas. Paisagens naturais. Leite. Queijo fresco.	Qualidade/preço da alimentação.	
P0153	Furnas, Nordeste, Lagoa das Sete Cidades		
P0154	Calma. Belezas naturais.	Pouco tempo para apreciar (veio em trabalho).	
P0155	Das pessoas.		
P0156	Pastelaria Quitéria Arruda	Das estradas.	
P0157	Rever os amigos. Belezas naturais. Simpatia do povo.	Atendimento no restaurante "Tony's" nas Furnas.	Nada de importante a salientar.
P0158	Da hospitalidade e do clima.		Embora seja uma ilha agradável, na maioria dos aspectos, sugiro que explorem melhor a parte turística. Há poucos restaurantes ou mesmo nenhuns nalguns locais da ilha (S. Miguel).
P0159	A hospitalidade dos residentes e a beleza natural.	O serviço prestado pelos estabelecimentos de restauração e hotelaria, que utilizam muitas vezes o estratagema de não aceitarem cartões visa como forma de pagamento (e indicam no exterior a sua utilização).	Espero que recomendem aos estabelecimentos que não defraudem os utentes dos cartões, pois causam embaraços desnecessários.
P0160	Gostei das belezas naturais, da calma, da hospitalidade das pessoas e da conservação de um modo de vida natural.	Da oferta ao nível da restauração. Da sinalização das estradas (indicação do caminho para as diversas localidades).	Sugiro uma verificação da sinalização e uma melhoria da oferta de restauração, sobretudo com a criação de restaurantes típicos onde se possa provar a verdadeira gastronomia dos Açores e ao mesmo tempo entrar em contacto com a cultura e o folclore local. Como comentário final, espero que apostem na qualidade do turismo, conseguindo não o industrializar nem estragar aquilo que os Açores têm de mais bonito: a sua natureza.
P0161	A natureza da ilha de S. Miguel (Lagoas, Furnas, Fumarolas, etc). Enfim, toda a ilha é excelente!		
P0175	Da beleza natural.	Ruas pouco limpas.	As vias de acesso a zonas turísticas estão pouco cuidadas. Os restaurantes fecham demasiado cedo. Algumas lixeiras na costa e junto à praia. A própria limpeza da cidade é deficitária.
P0162	A paisagem; os monumentos; os serviços de algumas unidades hoteleiras (Hotel Avenida); algumas boas estradas.	Circuito de movimentação do automóvel nas ruas da cidade de Ponta Delgada (cidade de meias ruas, devido ao estacionamento de viaturas em quase toda a extensão). Falta de informação sobre o sentido das vias na cidade (várias ruas todas com o mesmo sentido, o que dificulta muito os condutores, que não têm qualquer informação).	
P0163	Gostei de tudo, de uma maneira geral.		Devem fazer esforços para melhorar em todas as situações.
P0164	Lagoa do Fogo	Vida nocturna	Melhor sinalização nas localidades.
P0165	O ambiente, o acolhimento e a beleza natural.	O serviço no restaurante "Tony's"	
P0166	Tudo, com preferência pela natureza.	Nada.	Tudo OK!
P0167	Das pessoas. Da paisagem.	O frio e a chuva.	
P0168	Paisagem		Foi uma viagem muito rápida, para poder emitir um comentário ou

PLANO DE ORDENAMENTO TURÍSTICO DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

Cód.	O que gostou mais (Q23)	O que gostou menos (Q24)	Comentários/ Sugestões (Q25)
			sugestão.
P0169	Como sempre, o ambiente natural. O património construído também tem encanto. O alojamento no Hotel Avenida foi excelente. O atendimento nos estabelecimentos comerciais.	O trânsito muito complicado. Dificuldade de estacionamento e sinais de trânsito mal colocados.	Também sabemos ser compreensivos para com o momento que a cidade atravessa: muitas obras necessárias, que complicam a vida aos turistas.
P0170	Da paisagem e do ambiente calmo e tranquilo que se vive nas ilhas.	As estradas muito mal assinaladas. As pessoas por vezes pouco simpáticas.	Melhores estradas, melhor sinalização. Dificuldade em encontrar artesanato relacionado com a cultura local.
P0171	O clima e as paisagens	O tratamento por "tu".	Foi muito importante.
P0172	As paisagens	O atraso nas ligações aéreas.	Sem comentários.
P0173	A beleza natural das ilhas e a simpatia dos residentes.	Sinalização das estradas – inexistente.	Deveria ser revista a sinalização das estradas na ilha, que estão muito más. Em muitos locais turísticos visitados não existe artesanato à venda ou falta informação acerca de aspectos culturais.
P0174	A beleza natural. A hospitalidade. A gastronomia.	A sinalização das estradas. O pavimento das estradas.	
P0176	Da beleza natural das ilhas, do afecto das pessoas e da boa comida.	Do preço das refeições e do seu tempo de espera.	Maior divulgação da riqueza natural dos Açores, porque a viagem foi simplesmente bela e sai com a certeza de voltar.
P0177	Paisagem.	O tempo de espera no aeroporto e nos restaurantes.	Penso que devem investir mais ao nível dos locais de divertimento e restaurantes, porque relativamente às paisagens elas falam por si, têm tudo para deslumbrar e deixar muitas saudades. No entanto, devem tentar preservar ao máximo a beleza natural deste arquipélago.
P0178	Da beleza natural das ilhas, algo que deve ser preservado.	Do tempo de espera nos restaurantes e do preço das refeições.	Os Açores, pela sua riqueza natural, surpreenderam-me ao ponto de querer voltar!
P0179	Segurança; Ambiente natural; Gastronomia; Hospitalidade.	Preço dos Hotéis	Melhorem as estradas (pisos) no Pico!
P0180	Lagoas, Vegetação e Paisagens.	Dificuldade na sinalética	Viagem agradável, disfrutando da beleza natural da ilha.
P0181	Beleza natural dos Açores.	Tempo (clima)	Em visita aos Açores gostei da beleza natural da ilha, o bom serviço prestado pelas gentes açoreanas e, sobretudo, a sua simplicidade.
P0182	Paisagens e beleza natural	Tudo foi encarado e visto pela positiva. Tudo foi bom.	Gostei muito principalmente do ambiente belo e puro. As paisagens são deslumbrantes.
P0183	Apesar da estadia ser devida a trabalho, tive oportunidade por breves momentos de admirar a beleza típica de cada ilha.	O tempo incerto que dificultava as deslocações e as visitas, ainda que breves, para admirar pontos de interesse turístico.	Gostei do que vi, mas seria aconselhável existirem muito mais sinalizações nas estradas e pontos turísticos.
P0184	O ambiente natural	Os atrasos nas ligações aéreas entre as ilhas.	
P0185	Beleza natural e simpatia das pessoas.	As melgas nos quartos de dormir.	Melhorar a sinalização rodoviária e algumas estradas.
P0186	A beleza natural dos jardins	Nada.	Certos caminhos que levam a várias lagoas poderiam encontrar-se em melhor estado. No nosso caso, houve sítios a que não fomos, devido ao mau estado das estradas (Lagoa do Combro).
P0187	Paisagens, miradouros.	Nada	Melhor sinalização das cascatas e outros motivos de interesse ao longo das estradas.
P0189	De tudo um pouco.	Mau estado das estradas	Melhores transportes e não fumar.
P0191	O alojamento onde fiquei: "Solar do Conde"; Beleza natural; clima.	O transporte aéreo LIS/PDL – o voo atrasou 5 horas. Os preços são um pouco elevados em relação ao Continente.	Maior número de restaurantes, porque ao fim de semana é difícil encontrar um estabelecimento aberto. A ilha encontra-se pouco explorada ao nível do Turismo. Pouco ou nada dá a conhecer a sua gastronomia.

PLANO DE ORDENAMENTO TURÍSTICO DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

Cód.	O que gostou mais (Q23)	O que gostou menos (Q24)	Comentários/ Sugestões (Q25)
P0190	Natureza		A estadia foi demasiado curta para tecer comentários.
P0192	A paisagem	As neblinas e nevoeiros, impossibilitando a observação das Lagoas. Estado de abandono da zona das Furnas.	Melhorar a rede de transportes públicos cittadina. Melhorar a prestação de informação ao turista e as infraestruturas de apoio ao turismo (a zona das Furnas e dos Capelinhos, não têm nem um simples café aberto!)
P0193	Paisagem	Clima. Estado de abandono da zona das Furnas e do vulcão dos Capelinhos.	Melhorar rede de transportes. Melhorar o apoio ao turista. Melhor aproveitamento turístico das potencialidades naturais da ilha.
P0194	Mar		Manter belezas naturais
P0195	A beleza natural	A gastronomia	Gostaria para a próxima vez de encontrar melhor gastronomia e melhor informação prestada ao turista.
P0196	Pessoas muito simpáticas, mesmo os polícias, ao contrário do que acontece na Alemanha.		A minha estadia nos Açores foi curta, mas gostei!
P0197	Vulcanismo em S. Miguel.		O preço das viagens deveria ser menor. Deveriam comparar os preços com os de Espanha, para que se opte por esta maravilha da Natureza, a fim de se passar férias aqui com frequência.
P0198	O sossego, tranquilidade, a beleza natural.	O apoio ao visitante na ilha de Sta Maria (onde estive). Se se quiser tomar qualquer coisa (café, sandes, etc) enquanto se anda a passear pela ilha não há qualquer hipótese – só na Vila do Porto (disseram-nos que só no Verão é que existe esse apoio fora da Vila).	Tendo em conta o que disse na questão anterior, seria bom que, ao longo do ano, houvesse outro tipo de serviços nas pequenas freguesias que existem na ilha.
P0199	Cultura do Povo		Manter a fé das pessoas
P0200	Aspectos da paisagem vulcânica	Hora de fecho do comércio e dos restaurantes	Melhoria da rede de estradas. Mais eficiente limpeza urbana (há muito lixo espalhado pelas ruas e jardins)
P0201	Aspectos geológicos; beleza natural; ambiente calmo da Região; arquitectura típica.	Horário dos estabelecimentos comerciais; pouco cuidado nas condições de higiene de alguns espaços.	Alargar o horário do comércio; continuar a zelar pela conservação dos aspectos típicos da Região; melhorar a limpeza de algumas ruas. Fiquei muito impressionada com os vestígios da destruição nas casas, resultante de sismos.
P0202	Paisagem natural	O serviço de restaurantes em S. Miguel. O horário do comércio tradicional.	Tentem preservar mais todo o património biológico e geológico que as ilhas têm.
P0203	A beleza natural da ilha, a simpatia dos seus habitantes.		Alertamos que a única opinião negativa se prende com a má prestação da companhia de aviação SATA – péssimo – 9 horas para chegar de Lisboa a S. Miguel e 38 lugares vendidos a mais que a lotação do avião! Total falta de respeito pelos passageiros. Assim não é possível promover o turismo nas ilhas. A rever com urgência!
P0204	Paisagem natural e hospitalidade dos residentes.	Esperas nos restaurantes e mau estado de algumas estradas e casas.	
P0205	Estar com os amigos.		
P0206	Estar com a minha família		
P0207	Paisagem; natureza; gastronomia; cultura.	Falta de sinalização e mau estado das estradas. Pouca educação cívica dos condutores.	Maior ocupação para o tempo de lazer. Maior divulgação dos locais de gastronomia típica e de artesanato puro dos Açores.
P0208	Belezas naturais, Lagoas e Furnas		Sinalização nas estradas.
P0209	Visitar os sítios que conheci na	Serviço de restaurantes em S.	

PLANO DE ORDENAMENTO TURÍSTICO DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

Cód.	O que gostou mais (Q23)	O que gostou menos (Q24)	Comentários/ Sugestões (Q25)
	minha juventude.	Miguel. Mau estado das ruas.	
P0210	Boas estradas; boa gastronomia; paisagem; familiares e amigos.	Mau estado de algumas estradas e falta de iluminação nocturna.	Viagens aéreas mais frequentes e menos onerosas. Manutenção do estado da natureza e do ambiente.
P0211	Passeio às Furnas – lindíssimas.		MacDonald, Burger King, Duncan Donuts
P0212	Ver familiares e amigos		Não tenho comentários a fazer
P0213		De não haver o nosso peixe bastante fresco.	
P0214	Encontrar amigos e familiares.		Melhor sinalização nas estradas.
P0215	Tudo		Voltarei!
P0217	Gostei de tudo!		
P0218		Ter de ir para a Terceira via S. Miguel.	
P0219	O verde dos Açores		
P0220	Ambiente, clima e boa comida.	Falta de sinalização nas estradas e más condições de algumas.	O que se tem feito nos últimos anos em termos de estradas, construção para habitação e condições de vida, são factores que levam os Açores a serem muito melhores do que eram.
P0221	Compras, convívio com os amigos.	Gostei de tudo	Não tenho sugestões – é do melhor que há.
P0222	Gastronomia.	O Governo.	
P0223	Beleza natural	Demasiado trânsito – P. D. É uma cidade muito bonita, mas com demasiado trânsito. Por favor, deixem de estacionar os carros nestas ruas estreitas e bonitas!	Impeçam os carros de circular na cidade de P.D. Guiem devagar. Transportes mais baratos para os Açores e inter-ilhas. Os turistas precisam de transportes mais eficientes e de confiança.
P0224	De tudo!		
P0225			Sou natural do Faial, mas a ilha de que mais gostei foi do Pico. Penso regressar em breve e fixar residência no Pico.
P0226	Visitar familiares e crescimento dos imóveis.		
P0227	Gostei de tudo.	As pessoas fumam demais.	
P0228	Estar com a minha família		
P0229	Golfe, Pessoas simpáticas, paisagem bela.	É necessária mais sinalização – é muito fácil perdermo-nos!	Voltarei!
P0230	Visitar familiares e amigos		Transportes aéreos pouco eficientes.
P0231	Visitar os familiares e amigos	A espera no aeroporto e a atitude da SATA.	Preservem a beleza natural dos Açores!
P0232	Conhecer a família e voltar às origens. Paisagem maravilhosa; bonita cidade; gente simpática; ruas e estradas limpas.	Comida demasiado cozida. Os carros andam depressa demais, o que se torna perigoso!	Arranjem menus em inglês. Gostaríamos de ter encontrado mais lojas de artesanato local. Adorámos a nossa visita aos Açores!
P0233	Do clima		
P0234	Gostei de tudo - sempre que cá venho gosto sempre.		A viagem foi maravilhosa, mas fica muito cara, sobretudo para grandes famílias. Não dá para vir cá muita vez!
P0235	As zonas rurais, a comida, as pessoas, o "easy going lifestyle" da ilha.	Trânsito em Ponta Delgada.	Nada de fast food restaurantes e de grandes hotéis. Não são necessários para promover o turismo!
P0236	Gostei de tudo, especialmente fora da cidade de P. D.	Penso que é preocupante para a segurança do cidadão a velocidade a que os motoristas andam nas ruas estreitas de P. D.	
P0237	A simpatia dos residentes	As estradas e as Residenciais e os Hoteis	Remodelação das estradas, residenciais e hotéis.
P0238	Paisagens. Mar.	Trabalho. Falta de tempo para visitar as outras ilhas.	
P0239	Do taxista Carlos Silva. Vai ser meu amigo para o resto da vida!	Não ter visto as baleias.	Promovam a Senhora que está no aeroporto a distribuir os inquéritos – com tanta simpatia, pode ser mais útil noutras actividades. Os restaurantes pareceram-me fracos em ambiente. A comida era boa, mas às vezes isso só

PLANO DE ORDENAMENTO TURÍSTICO DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

Cód.	O que gostou mais (Q23)	O que gostou menos (Q24)	Comentários/ Sugestões (Q25)
			não chega!
P0241	Amabilidade das pessoas		Fiquei agradavelmente surpreendida. Voltarei!
P0242	A paisagem natural a gastronomia e o acolhimento dos residentes		
P0243	Da beleza natural e da hospitalidade	Não houve nada de que não gostasse em particular.	
P0244	Natureza; aspectos rústicos	Estradas; caminhos	
P0245	Beleza natural	Vida nocturna	Extensão do horário dos transportes públicos pelo menos até às 0 horas, uma vez que não existe metropolitano na ilha.
P0246	Convívio com as pessoas; ambiente natural.		
P0247	Zonas balneares; paisagem natural; gastronomia; ambiente calmo; vida nocturna	Estado das estradas; acessos pedonais a locais de visita frequentados pelos turistas; nº insuficiente de estradas de qualidade que atravessem a ilha.	Maior investimento em publicidade fora das ilhas. Tentar manter o aspecto virgem da paisagem e, de uma forma geral, tentar melhorar o referido na questão anterior.
P0248	Ambiente natural, clima, condições oferecidas aos turistas estrangeiros, porque os portugueses, na minha opinião, são mal recebidos.	Falta de profissionalismo nos restaurantes da ilha, principalmente em Ponta Delgada. Estado das estradas – algumas estão péssimas.	Maior formação no sector do Turismo.
P0249	Da paisagem	Das estradas	
P0250	Da hospitalidade do povo e da natureza que a ilha proporciona.		A existência de pelo menos mais um voo por dia, iria facilitar muito a vida aos utentes.
P0251	A simpatia das pessoas	O mau estado das estradas	
P0252	A natureza, as pessoas e o mar.		
P0253	Belezas naturais, limpeza.	Estradas	Trabalhem para um turismo de qualidade e não um turismo de "massas"
P0256	Beleza primitiva da Caldeira na ilha do Faial e da Lagoa do Fogo na ilha de S. Miguel. Encanto mágico do Parque Terra Nostra e das Furnas. Qualidade do serviço e da comida do Restaurante Beira-Mar em Angra. Estalagem D. Rosa em S. Miguel.	Deficiente sinalização das estradas e caminhos. O péssimo serviço e preços exorbitantes do restaurante "O Capote", na Horta.	Melhorar a sinalização das estradas e caminhos. Dinamizar os postos de turismo por forma a ir ao encontro dos turistas ao invés de assumir uma atitude passiva e de indiferença, como aconteceu no posto de turismo de Ponta Delgada. Promover melhor os produtos tipicamente regionais, a exemplo do queijo e das frutas tropicais (por exemplo, incentivando as unidades hoteleiras a incluírem estes produtos nos pequenos-almoços, fazendo referência à sua origem e qualidade).
P0254	Paisagem natural. Arquitectura (zonas históricas)	Torres de habitação em zonas de expansão.	
P0255	Hospitalidade		Ligações aéreas com horários mais flexíveis.
P0257	Paisagens naturais		Aumento ou alteração do horário dos voos com o Continente
P0258	Dado ter tido pouco tempo para lazer, o que mais gostei foi da gastronomia.	Poucos restaurantes e esplanadas abertos a partir de determinada hora da noite. Pouca animação.	Faltam esplanadas (com um mar tão lindo...).
P0259	Hospitalidade; Paisagem.	Serviço da SATA	Melhor serviço aéreo. Melhor rede viária.
P0260	Paisagem	SATA – ligações com o Continente.	Aumentem os voos!
P0261	Hospitalidade; Comércio tradicional; Artesanato.	Falta de sinalização.	Mais vida nocturna.
P0263	As diversas belezas naturais, bem como de toda a calma da ilha. A gastronomia também é um aspecto a considerar.	A falta de discotecas propriamente ditas.	Julgo que deviam aproveitar mais as belezas naturais com visitas guiadas e actividades desportivas. A nível nocturno, era necessário um pouco mais de dinamismo e sítios para comer à noite.

PLANO DE ORDENAMENTO TURÍSTICO DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

Cód.	O que gostou mais (Q23)	O que gostou menos (Q24)	Comentários/ Sugestões (Q25)
P0264	Gastronomia local. Paisagem.		
P0265	O cenário envolvente.	Os alojamentos na ilha do Corvo.	Criação de alojamentos no Corvo - não entendo porque não financiam a construção de uma residencial no Corvo, uma vez que chega a haver financiamento a 100% para unidades hoteleiras!
P0266	As paisagens; os desportos; as praias.	A falta de diversão nocturna.	Mais diversão nocturna.
P0267	Da beleza natural – nunca tinha visto nada assim!		
P0268	A paisagem; a população (muito simpática); tudo!		Gostaria de repetir!
P0269	Viagens pela ilha. Gastronomia local. Segurança.	Morosidade em vários tipos de serviços (atendimento em lojas, restaurantes, etc.)	
P0270	Paisagens		Mais restauração.
P0273	Da Beleza natural, da calma e pureza, da sua ruralidade, da sua História.	Das pessoas do meio rural e até das vilas, que me parecem tristes e muito pobres.	Penso que os autarcas dos Açores têm uma responsabilidade importante no desenvolvimento das suas regiões e das suas gentes, principalmente estas, sem no entanto descaracterizarem o que há de bom nos Açores, que é, em minha opinião, a sua beleza natural e ambiente rural e não auto-estradas e túneis ou arranha-céus!
P0271	Os habitantes e a beleza natural.		Não fazerem reparações de estradas no começo da época alta.
P0272	Belezas naturais	Nada a dizer	Não fazer nada. Está tudo bom!
P0274	Da beleza natural, das lagoas fabulosas, da gastronomia succulenta e da simpatia formidável dos residentes desta ilha.	Dos acessos e da sinalização.	
P0275	Clima; Hospitalidade; Natureza (mar, lava, verdura).	O horário do comércio – não deviam encerrar entre o meio-dia e as 2 da tarde.	Tivemos um tempo maravilhoso! Precisam de mais hotéis para acomodar o turismo no Verão, especialmente, em Ponta Delgada.
P0276	De tudo!	Não houve nada de que não gostasse.	Foi muito boa e gostaria de repetir.
P0277	Belezas naturais.		Não alterar as paisagens.
P0278	Paisagens e clima.		Manter as paisagens.
P0279	Beleza natural	Má sinalização de estradas e localidades.	
P0280		A cidade tem pouca vida ao fim de semana.	É preciso dinamizar a vida na cidade para uma saudável ocupação dos tempos livres.
P0281	A pureza das pessoas, a beleza natural da ilha (Lagoas, vilas, caldeiras, etc), a calma, a segurança, etc.	Não haver excursões, por ser época baixa.	Espero que com a abertura ao Turismo, a ilha não perca a sua beleza natural, em favor de um turismo desmedido.
P0282	Já cá tendo estado muitas outras vezes, a natureza pura é algo precioso a defender sempre.	Há pouca formação, de um modo geral, em todo o atendimento (hoteis, lojas, etc.)	Dinamizem as ligações entre as ilhas! É uma pena ser tão difícil conhecê-las todas.
P0283	A beleza natural – lagoas, furnas, paisagens.	Má sinalização e condições das estradas.	A ilha tem um potencial turístico enorme que se encontra mal explorado, o que é uma pena.
P0284	Simpatia das pessoas. Não existe stress.	Pouca actividade nocturna.	Melhorar os horários dos voos e aumentar o seu número. Melhorar a oferta de restaurantes regionais e internacionais.
P0285	Beleza natural.	Ligações aéreas.	Mais voos!
P0286	Paisagens		
P0287	Paisagem!	Só haver dois voos para o Continente – devia haver um voo a meio da tarde ou ao início da mesma.	
P0288	Paisagem , especialmente as lagoas.	O estado das ruas de Ponta Delgada e o estacionamento.	Viagem a repetir.
P0289	As pessoas, a beleza natural...		

PLANO DE ORDENAMENTO TURÍSTICO DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

Cód.	O que gostou mais (Q23)	O que gostou menos (Q24)	Comentários/ Sugestões (Q25)
P0290	Beleza natural	Nada a referir	Não estragar a beleza natural existente, com projectos megalómanos!
P0291	Da paisagem em geral e da gastronomia.	Nada a referir.	Melhorem a sinalização rodoviária!
P0292	Beleza natural	Nada a referir.	
P0293	Da beleza natural/paisagem e do cuidado em termos de limpeza e higiene nos passeios.	A sinalização nas estradas.	
P0294	Beleza natural.	Construção desordenada em Ponta Delgada.	Melhorar oferta hoteleira.
P0295	Paisagem		Hotéis caros!
P0296	Gostei muito de conviver com as pessoas – são muito simpáticas e dadas. O clima é óptimo. Achei as paisagens lindas (os campos verdes, os animais...) Foi tudo muito bom!		
P0297	O clima, a paisagem e a naturalidade da ilha em si. A recepção foi também muito boa.	Corte das árvores e o tempo ter passado tão depressa!	Menos desflorestação, melhores estradas e mais organização a nível rodoviário. Andar mais devagar nos transportes.
P0298	Ambiente natural	Prestação do serviço em restaurantes e cafés.	Melhor aproveitamento e organização das belezas naturais; Formação profissional (maior aposta).
P0299	Beleza natural; Simpatia dos naturais.		Horário dos aviões, de e para Lisboa, inconveniente.
P0300	Beleza natural e simpatia dos habitantes.	Sinalização da Lagoa do Fogo.	
P0301	Da serenidade que há nas ruas e na organização e limpeza sempre presente.	Que os restaurantes não estejam abertos até mais tarde – tivemos de ceiar num café!	Maior divulgação no Continente dos preços de avião praticados, já que uma viagem não é tão cara como aparenta!
P0302	A calma que nos dá o visitar os Açores.	Sinalizações.	Melhorar o marketing no Continente para a divulgação dos Açores como região a visitar.
P0303	Gostei principalmente das Furnas e da cascata.	Falta de sinalização nas estradas.	
P0304	Beleza natural		
P0305	O ambiente natural não estragado; a calma, a hospitalidade.	Falta de sinalização adequada ao longo das estradas da ilha.	Promovam alojamentos alternativos nas pequenas freguesias, em quintas, etc. Tornem o alojamento mais barato, para que se possa ficar mais tempo – prefiro gastar o dinheiro em comida, etc.
P0306	De tudo em geral.		Enalteço o bem receber e honestidade da população em geral.
P0307	Calma; Bem-estar; Hospitalidade.	Nada a apontar.	Nada a sugerir.
P0308	A paisagem.	A aterragem	Zonas pedonais junto às estradas regionais, exíguas.
P0309	O ambiente calmo, embora tenha constatado que há quem se consiga descontrolar ao volante na hora de ponta em P.D.	O almoço (mas na próxima informar-me-ei melhor).	Desenvolvam muito o turismo, mas com sentido "açoreano", que do outro, do que estraga, já temos em muito sítio.
P0310	Beleza natural, clima e qualidade do ambiente.	Alheamento para com o turista continental português.	
P0311	A beleza natural da ilha e o bife no Alcides.	Os horários dos aviões.	
P0312	A calma.		Melhorar as viagens marítimas entre o grupo oriental e os restantes grupos.
P0313	A calma e a elevada qualidade do ambiente natural.	Má qualidade do piso e da sinalização de algumas estradas.	Mantenhm os miradouros, paisagens e condições naturais em geral, sempre excelentes, como estão neste momento.
P0314	Beleza natural; clima; Higiene	Estradas; sinalização.	Que esta beleza natural nunca se perca! Rejuvenesce-nos.
P0315	Da simpatia dos habitantes; da beleza natural; do serviço do	Serviço de transporte aéreo, devido aos constantes atrasos.	Em determinadas alturas do ano é difícil conseguir estadia nos hotéis de

PLANO DE ORDENAMENTO TURÍSTICO DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

Cód.	O que gostou mais (Q23)	O que gostou menos (Q24)	Comentários/ Sugestões (Q25)
	Hotel Avenida.		P. D. estão completamente lotados.
P0316	Da paisagem natural e da limpeza e arranjo que se verifica nas estradas turísticas.		
P0317	Lagoa das Sete Cidades	Do pouco tempo que tive para visitar a ilha, não gostei da poluição e lixo espalhado por sítios de interesse turístico e que por isso deveriam estar limpos e conservados, para não impressionar negativamente os turistas.	
P0318	A beleza natural que ainda existe.	O desleixo de algumas populações ao nível da protecção do ambiente (acumulação de lixo em zonas turísticas – Caldeira Grande, Ribeira Grande)	Promover a formação dos empregados na área turística, nomeadamente, ao nível do serviço de restauração. Há que fazer um grande esforço no sentido de melhorar esta importante área de promoção dos Açores.
P0319	O enquadramento da natureza.	O ar de "abandono" de algumas vilas, cuja ausência de manutenção de infra-estruturas é nítido.	Melhoramento das ligações aéreas LIS/PDL/LIS, pois a oferta é suplantada pela procura.
P0320	A paisagem; as pessoas, com uma grande hospitalidade e muito amáveis. Tudo muito calmo.	Os repatriados.	Continuem no bom caminho.
P0321	Da gastronomia, do ambiente, da hospitalidade das pessoas.	Dos bares e discotecas – pouca opção de escolha. Algumas das vias de comunicação estão em mau estado.	Devia haver mais e melhores locais de lazer nocturno e mais locais para a prática de desporto.
P0322	A paisagem	Tempo de espera nos aeroportos, nomeadamente de Sta Maria/Ponta Delgada.	
P0323	Natureza; vacas; simpatia dos açoreanos.		Manter os Açores afastado do Turismo de massas!
L0062	O mar	A chuva	
L0065	Ambiente natural, hospitalidade, gastronomia	Ligação entre ilhas e apoio ao turista	Melhorar (muito) ligações entre as ilhas. Não são muito boas, verdade?
L0066	Beleza natural		Maior divulgação das ilhas; em comparação, a Madeira não é tão bonita e, no entanto, é muito mais publicitada.
L0067	Simpatia das pessoas. Relacionamento humano.	Tempo	Falta de promoção, publicidade, a quem chega de fora da Região, sobre diversos aspectos. Excessiva a espera da bagagem, à chegada.
L0068	Paisagem, segurança, higiene e a hospitalidade das pessoas.		É pena que a maior parte dos restaurantes, nomeadamente em S. Miguel, encerrem por volta das 21.30.
L0069	Da paisagem e das pessoas.	Das pessoas de S. Miguel.	Os Açores necessitam de mais turismo.
L0070	Paisagem		
L0071	Da calma e da beleza da cidade de Angra. Da gastronomia.	Da deficiente exploração dos produtos regionais, quer nos supermercados, quer nos restaurantes; existem muito poucos produtos disponíveis, quer da própria ilha, quer de outras ilhas.	Tratou-se de uma viagem de trabalho, pelo que os tempos de lazer foram muito reduzidos.
L0072	Gastronomia	Mais voos por dia. Falta de produtos regionais à venda.	
L0073	A tranquilidade	A instabilidade do clima	
L0074	A simpatia das pessoas, a paisagem, a gastronomia.		Embora seja apologista da modernização, para melhoria das condições de vida e comodidade das pessoas, creio que esta se deve fazer em harmonia com a arquitectura característica da zona. Não devem destruir ou deixar degradar património com valor histórico, como moinhos, azenhas, etc. mas sim restaurá-los.
L0077	Hospitalidade, tranquilidade,		

PLANO DE ORDENAMENTO TURÍSTICO DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

Cód.	O que gostou mais (Q23)	O que gostou menos (Q24)	Comentários/ Sugestões (Q25)
	beleza natural e património arquitectónico.		
L0078	A paisagem, que é muito bonita e a cidade de Angra, que é limpa e bela	O comércio fechar cedo.	Dentro do possível, que recuperem os edifícios degradados na cidade de Angra.
L0079	O clima, a paisagem, o verde, as pessoas	Chuva	
L0080	Tudo.	Ter tido pouco tempo para cá estar.	Não façam como na Madeira.
L0081	A gastronomia	O tempo	
L0082	A paz e o sossego que se respira cá e o ambiente natural.		
L0083	A simplicidade das pessoas. A fé que têm, apesar das intempéries.	O atraso nos aviões	Não percam a fé!
L0084	O ambiente e a paisagem	Ter sido pouco tempo	
L0085	Gastronomia. Acolhimento.	Muita chuva.	
L0086	De tudo	De nada	
L0087	Ver família e amigos		
L0088	A natureza e as pessoas	O comércio fechar cedo	Haver mais lojas com produtos regionais.
L0089	Tudo	Nada de especial	Continuem
L0090	Apesar de ter sido só um dia, gostei da hospitalidade dos açoreanos	Chuva	
L0091	A natureza e a semelhança com a Escócia, de onde sou.		Não estraguem a beleza natural que têm!
L0092	A beleza natural e a disponibilidade do povo.	O clima.	
L0093	Ambiente natural. Ver os amigos.	Ter tido pouco tempo.	As passagens são muito caras.
P0324	A beleza da ilha	Nada	
P0325	Beleza natural e Hospitalidade	Algumas estradas	Cuidado com o desenvolvimento do turismo, no sentido de preservar o que é mais natural, não perdendo a identidade.
P0326	Ambiente natural e gastronomia local	Clima	
P0327	Da natureza	A pobreza de Rabo de Peixe	Diminuir os preços dos transportes inter-ilhas.
P0328	Beleza natural, nomeadamente, as lagoas, paisagens e baleias.	Falta de condições no aeródromo da ilha do Pico.	Deveriam ter postos de Turismo junto dos aeroportos.
P0329	Beleza natural da ilha. Saliento o cuidado que têm em ter tudo limpo e bem organizado nos locais mais visitados.	O facto do comércio e os restaurantes fecharem muito cedo.	No geral, estou contente. Parabéns Açores, continuem! (por favor, alertem os turistas de que os postos de gasolina também fecham cedo)
P0330	Lagoas. Hospitalidade.	Pouco tempo para apreciar tudo.	
P0331	Calma	Pouco tempo para ver a ilha	
P0332	Zona das Furnas	Falta de divulgação das actividades existentes na ilha. Gastronomia – sendo uma zona marítima, faltam pratos de peixe fresco.	Passeios a cavalo para ver zonas principais da ilha. Passeios de barco para conhecer as outras ilhas. Maior informação de que se pode fazer e ver na ilha, de modo a disfrutar ao máximo a viagem.
P0333	A beleza das várias ilhas, tendo em conta as características individuais de cada uma delas.	Sinalizações nas estradas	Melhoria das estradas e respectivas sinalizações
P0334	Vistas panorâmicas, Gastronomia e Hospitalidade das pessoas	Nada	Foi uma viagem agradável. Pecou por ter sido breve.
P0335	Paisagem; Limpeza das águas; Simpatia das pessoas	Trânsito	Melhoramento do tráfego e dos semáforos
P0336	Ambiente natural e urbano	Horário das ligações aéreas	Mais voos diários a chegar mais tarde e a partir mais cedo.
P0337	Paisagens e ambiente natural. Calma existente fora de Ponta Delgada.	Poucos restaurantes abertos em Ponta Delgada. Estradas em mau estado. Condução perigosa. Custo elevado da viagem,	

PLANO DE ORDENAMENTO TURÍSTICO DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

Cód.	O que gostou mais (Q23)	O que gostou menos (Q24)	Comentários/ Sugestões (Q25)
		comparando com destinos alternativos.	
P0338	Paisagens lindas. Hospitalidade e segurança.		Viagem esplêndida. Os Açores são maravilhosos!
P0339	Paisagem natural e simpatia das pessoas.	Nada a assinalar.	
P0341	Paisagem dos Açores, Gastronomia e simpatia das pessoas	Má qualidade das estradas. Obras nas estradas e nos portos.	Falta de parques infantis para crianças, principalmente em Ponta Delgada. Melhorar sinalização. Aumentar as zonas balneares. Faltam casas de banho nas zonas turísticas.
P0342	Qualidade de vida		Do pouco que vi, gostei muito
P0343	Muito bom ambiente		
P0344			Quero voltar brevemente!
P0345			Gostei muito e espero voltar!
P0346	Beleza natural. Ar puro, descanso e paz.	Alojamentos demasiado caros para a qualidade que oferecem. Poucos desportos. Estradas mal sinalizadas.	Deveria haver mais contacto da parte do Turismo junto dos que cá aparecem. É... preservem o que é vosso!!
P0347	Beleza das ilhas. Clima. Tranquilidade.	Atendimento em alguns restaurantes.	
P0348	A beleza das lagoas	Falta de sinalização nas estradas e pouca informação dos mapas turísticos. Zona litoral entre Ribeira Grande e Mosteiros.	
P0349	Beleza natural. Lagoas. Limpeza, em geral.	Falta de sinalização. Falta de limpeza na zona de Rabo de Peixe.	
P0350	Calma, Tranquilidade e Beleza natural.	O clima. Algumas estradas. Falta de sinalização de locais de muito interesse paisagístico	Que os Açores possam manter este ar selvagem!
P0351	Beleza natural		
P0352	Beleza natural e mar. Simpatia das pessoas.	Distância de casa.	
P0353			Falta de indicação de Km entre localidades.
P0354	Tudo o que visitei	Sinalização insuficiente	Melhor informação nas estradas
P0355	Da beleza natural e do ananás	Estradas (sinalização)	Melhoria nas estradas e sinalização.
P0356	Paisagens naturais (Furnas, lagoas, plantações); Parque do Terra Nostra; a grande variedade de parques de pic-nic; piscinas de água quente.	Antipatia dos residentes da ilha e o atendimento em certos estabelecimentos.	
P0357	Simpatia dos habitantes; Gastronomia	Estradas	
P0358	Tudo	Não haver ligações marítimas com as outras ilhas	
P0359	Tranquilidade; Qualidade do espaço urbano (não saí da cidade)	Nada a assinalar	Preservação da qualidade, aposta num turismo que não desvirtue a realidade açoreana, que é o seu ponto forte.
P0360	Paisagens e gastronomia	Ter vindo em trabalho	
P0361	Paisagem	Ter vindo em trabalho	
P0362	A paisagem, as pessoas, o sotaque, a gastronomia, etc.	Ter vindo em trabalho	Gostaria que não houvesse atrasos nos vôos.
P0364		As estradas e a sinalização	A sinalização nas estradas seria útil para os turistas que viajam independentes.
P0365	Ambiente natural	Vida nocturna	Os trabalhos de melhoramento das estradas são um aspecto positivo para o desenvolvimento da ilha.
P0367	Beleza natural. Vida calma e Segurança	Estradas e sinalização.	A ilha é muito bonita, mas o turismo podia ser mais desenvolvido e haver melhor exploração dos sítios.
P0370	Paisagem		
P0371	Clima. Fiquei pouco tempo, mas os sítios onde fui gostei. É excelente!		
P0372	Paisagens		
P0373	Sossego		Melhor sinalização nas estradas e melhor restauração.

PLANO DE ORDENAMENTO TURÍSTICO DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

Cód.	O que gostou mais (Q23)	O que gostou menos (Q24)	Comentários/ Sugestões (Q25)
P0374	Natureza, pessoas, gastronomia	A chuva	Poucos hotéis bons.
P0375	Gastronomia e natureza	Sinalização dos locais	
P0376	Natureza, tranquilidade, hospitalidade	Inexistência de sala de cinema ou estar fechada, mesmo ao fim-de-semana.	Como sugestão, remeto para a resposta anterior.
P0378	A paisagem	Os comerciantes	Mais apoio aos turistas em alojamento e restaurantes, principalmente aos domingos.
P0379	O ambiente natural	Oferta de restauração; Táxis - melhorar o serviço e a relação com os clientes	Aumentar a qualidade da oferta hoteleira, da restauração e do comércio. Potenciar mais o artesanato; Melhorar a apresentação /divulgação da Fábrica de chá Gorreana.
P0380	A natureza intacta e a hospitalidade dos açoreanos		Poderia haver mais restaurantes e de melhor qualidade; potenciar o artesanato; melhorar a divulgação da Fábrica de Chá Gorreana.
P0381	Ambiente natural	Serviço de táxis	Melhorar a oferta de restauração. Divulgar e melhorar os aspectos mais tradicionais e antigos da ilha.
P0382	Clima; Beleza natural; cultura; hospitalidade.	Ligações com deficiências consideráveis; preços por vezes exagerados; falta de respeito por parte dos condutores; mau serviço por parte da SATA em muitas situações	No geral, os Açores são lindíssimos e acolhedores, mas pecam pelo exagero dos preços praticados na hotelaria e falta de respeito nas estradas. Não há grandes condições para o turismo, quer em termos de infraestruturas, quer de hotelaria.
P0383	Paisagem, Beleza natural, Hospitalidade	Péssimas ligações rodoviárias e falta de respeito por parte dos automobilistas. O serviço prestado pela SATA Internacional nas ligações e aos balcões do aeroporto.	É urgente uma nova companhia aérea concorrente e uma fiscalização dos preços praticados em alguns restaurantes.
P0384	Visitar a família		Contentores de recolha de papel, plástico e vidro na cidade.
P0385	A beleza natural	O clima húmido e chuvoso	
P0386	Paisagem completamente diferente do Continente	Estradas deterioradas no Faial. Má sinalização e marcos kilométricos elegíveis	Melhoramento das estradas e da sinalização.
P0387	Sendo um visitante assíduo, por motivos de trabalho, gosto da beleza natural da ilha e da hospitalidade dos residentes.	O trânsito	É difícil encontrar um bom restaurante de peixe em Ponta Delgada. Sugestão: resolução do trânsito/estacionamento. Maior controle da velocidade dentro da cidade.
P0388	É um lindo sítio. Voltarei!	A chuva	
P0389	A visita às Furnas	A mudança de clima	Foi ótima! Voltarei mais vezes.
P0390	A natureza	Os preços altos nos hotéis	Divulgar mais o turismo nos Açores, no Continente
P0391	O ambiente acolhedor e as paisagens		As refeições e os hotéis estão muito caros.
P0392	Limpeza, arranjo da floresta e a beleza natural da ilha		Não deixem estragar esta ilha- é uma beleza natural.
P0393	Organização na limpeza das ruas e na manutenção da natureza		Continuem assim, pois estão ótimos. Não deixem que o turismo estrague o que têm de mais belo. Imponham as vossas regras
P0394	Do aspecto limpo das cidades e freguesias e do aspecto cuidado dos jardins e outros locais. Da preservação da natureza.		
P0395	A beleza da ilha		
P0396	O acolhimento das pessoas; as cidades de Angra, Praia da Vitória e Ponta Delgada e o seu asseio. O esforço notório pela conservação do património cultural e natural; a oferta de possibilidades de lazer (festas locais tradicionais)	Os táxis não estão equipados com taxímetro; mapas das cidades pouco pormenorizados, pouco atraentes e pouco apelativos à visita de locais de interesse	Serviços de autocarros de ligação entre o aeroporto e o centro das cidades (existem?). A primeira vista a única possibilidade de visitar as ilhas é de táxi – não há informação sobre alternativas. Por favor, não comecem a escrever Açores com "z"!

PLANO DE ORDENAMENTO TURÍSTICO DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

Cód.	O que gostou mais (Q23)	O que gostou menos (Q24)	Comentários/ Sugestões (Q25)
P0398	Belezas naturais	Ruas estreitas do centro da cidade de Ponta Delgada	
P0399	Ambiente, Hospitalidade	Acessibilidades	Urgente melhorar formação e infraestruturas
P0400	Para quem conhece os Açores e S. Miguel em particular há 47 anos é óptimo ver o progresso lento mas contínuo desta região tantos anos negligenciada.	É triste o espectáculo oferecido diariamente pelo comércio da prostituição no campo de S. Francisco, uma das áreas nobres de Ponta Delgada.	Para quando a construção de uma escola hoteleira que venha colmatar as necessidades prementes da indústria hoteleira, ainda tão incipiente? Dar emprego aos locais sem importar estrangeiros, afirma-se da maior importância.
P0401	Dos Açores, naturalmente!	Desta vez, do tempo, que não ajudou.	Viagens com preços melhores e ligações mais decentes (abençoada concorrência, quando chegar!!!)
P0402	Belezas naturais, calma e lagoas.	Falta de tempo.	
P0403	Paisagem		Mais hotéis
P0404		Poucos restaurantes. Inexistência de vida nocturna	
P0406	Estar com os amigos e família	Do tempo	Gostei da assistência a bordo da SATA Internacional, só não gostei da falta de pontualidade.
P0407	Paisagem natural e ambiente calmo. Hospitalidade.	Serviços, nomeadamente, transportes públicos e rent-a-car. Não gostei nada das lixeiras que observei junto à costa, entre o Pópulo e Ponta Delgada.	O balanço é positivo. Penso vir mais vezes. Obrigada!
P0408	Condições naturais para a prática da pesca desportiva	Mau tempo	Tendo em conta a razão que aqui me trouxe (pesca desportiva), no futuro é de ter em conta uma melhor previsão meteorológica.
P0410	Beleza natural	Alguma falta de profissionalismo por parte de alguns empregados de unidades hoteleiras e restaurantes.	Relacionado com a resposta anterior, sugerimos que sejam ministrados cursos de formação profissional adequados aos empregados supracitados.
P0411	Gastronomia	Clima	
P0412	Museu do baleeiro no Pico	Nada digno de registo	A resposta hoteleira fora dos centros habituais é pouco significativa. Nota-se que há um aumento de infraestruturas rodoviárias
P0413	Museu dos baleeiros no Pico. Beleza natural.	Nada digno de registo	Melhorar a resposta hoteleira fora dos principais centros e aos domingos .
P0414	Museu dos baleeiros no Pico. Beleza natural.	Nada digno de registo	Melhorar a resposta hoteleira fora dos principais centros e aos domingos .
P0415	Beleza natural		
P0416	O seu estado natural, em termos da sua geografia. A facilidade relacionamento com as populações locais	Transportes públicos insuficientes. Água canalizada	
P0417	A natureza	O atendimento dos empregados dos restaurantes.	
P0418	Paisagem do Nordeste de S. Miguel e respectiva gastronomia	A chuva	Nada a assinalar. Os Açores são ilhas bonitas como estão.
P0419	Beleza das ilhas		
P0420	Beleza natural. Tranquilidade.	Falta de sinalização na ilha de S. Miguel. Preço global das refeições - baixa relação qualidade/preço. Mau atendimento ao público na Fábrica de Chá Gorreana	Formação Profissional em Hotelaria e Restauração
P0421	Tranquilidade		
P0423	As belezas naturais	A chuva	
P0425	Gastronomia. Pesca desportiva de alto mar. Ambiente natural. Clima.		
P0427	Abraçar velhos amigos. Pescar.	Alojamento – relação qualidade/preço muito má.	O parque hoteleiro tem de ser melhorado – no Continente a categoria 3 estrelas é metade do preço.
P0428			Tudo muito caro.

PLANO DE ORDENAMENTO TURÍSTICO DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

Cód.	O que gostou mais (Q23)	O que gostou menos (Q24)	Comentários/ Sugestões (Q25)
P0429	Ponta Delgada e passeio a vários lugares aprazíveis.	Restaurante da Ribeira Grande	Falta de vinho verde tinto do Continente.
P0431	Toda a zona verde, o mar, desportos ligados ao mar	Mau atendimento em alguns estabelecimentos	Ilha muito bonita, mas que precisa de melhor atendimento do turista, mais simpatia e higiene nalguns estabelecimentos, mais diversões nocturnas e mais estradas, principalmente em Ponta Delgada
P0430	Das condições que os Açores oferecem para a pesca desportiva	Do estado das estradas e do atendimento nos restaurantes	
P0432	A beleza natural e a calma	Notei alguma falta de simpatia e de profissionalismo em algum comércio e serviços e falta de higiene em casa de banho.	Em geral, foi uma viagem positiva. Penso que, se melhor trabalhado, o Turismo será a maior fonte de riqueza dos Açores.
P0433	Clima, gastronomia, habitantes locais.	Sem vida nocturna, sem entretenimentos diversos (cinema, teatro, música, etc.) Falta um casino!	
P0434	Paisagem	Falta de lazer	
P0435	Hospitalidade	O tempo	Tudo bom. Volto em Setembro.
P0436	Paisagem natural. Gastronomia	Pouca vida nocturna.	
P0437	O povo. A beleza natural.		
P0438	A qualidade da paisagem, ainda em estado semi-selvagem	Problemas de higiene - há detritos um pouco por todo o lado. Se se querem atrair turistas é preciso fazer um grande trabalho neste domínio da educação cívica das pessoas.	Seria desejável haver melhores ligações aéreas com o Continente, a melhores horas e sem atrasos.
P0439	Ambiente/paisagem	Tráfego urbano	Resolução do problema do tráfego urbano e do estacionamento.
P0440	Gostei da qualidade dos serviços hoteleiros, da simpatia da população e do ambiente natural das ilhas.	Não gostei da qualidade das refeições nos restaurantes, nalguns os alimentos não eram frescos. Os restaurantes não valorizam a gastronomia regional.	
P0441	Serviços hoteleiros; paisagens naturais; observação de cetáceos e golfinhos; cultura local.	Restaurantes escassos e péssimos – a comida é mal preparada e há dificuldade em fazer uma refeição em condições.	Melhoria urgente da restauração.
P0442	Observação de baleias	Serviço de restauração	Melhorar a qualidade da restauração; melhorar as condições das estradas; colocar as outras ilhas ao nível de S. Miguel.
P0443	Observação de cetáceos e golfinhos	Falta de qualidade dos restaurantes	
P0444	Tudo	Ligações aéreas	
P0445	Lagoa das Sete Cidades e Furnas		Melhorar as estradas do interior. Abrir mais o mercado do turismo.
P0446	As paisagens	Estradas	
P0447			Importante seria melhorar e construir infraestruturas para o turismo. Muito pouca oferta para quem vem de férias, em várias vertentes. Condições não faltam.
P0448	Paisagens naturais e companhia da família.	Mau tempo	
P0449	A simpatia natural dos açoreanos; a beleza natural e o ambiente sem poluição e a calma relaxante que proporciona.	O preço do alojamento – muito caro para a qualidade! O preço muito exagerado do rent-a-car Ilha Verde – 2 dias, 125 km, 23 contos!!!	Melhorar as estradas interiores. Melhor sinalização das estradas. Baixar o preço do alojamento-fraco e caro. O resto é maravilhoso. Em relação à Madeira, os açoreanos são 5 estrelas!
P0451	Bom clima. Afabilidade dos	Falta de vida nocturna	

PLANO DE ORDENAMENTO TURÍSTICO DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

Cód.	O que gostou mais (Q23)	O que gostou menos (Q24)	Comentários/ Sugestões (Q25)
	naturais		
P0452	A natureza	A comida demasiado picante; os elevados preços do rent-a-car; o lixo.	Mais limpeza nos caminhos e mais transportes públicos.
P0453	A serenidade e bom clima. Boa comida.	Os transportes, nomeadamente as camionetas que estão a precisar de reforma urgente. Também as estradas não estão nas melhores condições.	
P0454	De tudo – é um arquipélago fantástico!	Não ter podido ficar mais dias.	
P0455	Belezas naturais. Tranquilidade.	Mau estado das estradas na cidade.	Mais vida nocturna
P0456	Além da hospitalidade dos açoreanos, sem dúvida que o ambiente natural é o que mais motiva uma visita a esta região.	O estado das estradas continua a deixar muito a desejar, embora as principais vias de acesso estejam já muito boas.	Continuo a visitar as ilhas sem tempo suficiente para conhecer a sua natureza. Apenas conço as cidades de Ponta Delgada e de Angra. Tenho que voltar em férias.
P0457	A beleza natural	As estradas e o trânsito muito lento devido aos carros pesados	
P0458	Da paisagem		
P0460	Das viagens ao interior da ilha	Da população – as pessoas são um pouco frias	Adorei a minha estadia nos Açores. Certamente vou voltar.
P0463	A calma e a tranquilidade do dia a dia; hospitalidade dos residentes	Alguns estabelecimentos comerciais não têm preços fixos e determinam-nos na altura do pagamento, conforme o cliente – há pouco profissionalismo.	Deverá haver mais divulgação e equilíbrio nos preços: torna-se muito caro vir cá passar férias, comparando com outros locais e, por outro lado, conhece-se muito pouco das ilhas, em comparação com a divulgação de outras regiões menos ricas que os Açores.
P0464	Gastronomia; Paisagem		Melhor sinalização nas estradas.
P0465	Contacto com os habitantes; Paisagem; Gastronomia e Hotelaria	Os restaurantes fecham cedo. Não há vida nocturna em Ponta Delgada. Forte crescimento urbano, ocupando grandes áreas verdes	Só espero que o crescimento urbanístico nesta cidade não venha a descaracterizá-la e a retirar a qualidade de vida aos seus habitantes, bem como as suas qualidades turísticas.
P0467	A beleza natural e os naturais dos Açores		Divulgar mais alguns lugares das ilhas, através de fotografias, folhetos, sinalização, etc.
P0469	As praias	As pessoas não são muito simpáticas. O roubo é sempre possível!	
P0470	Segurança	Preços da restauração	Gostaria que os açoreanos fossem mais acolhedores connosco. No estrangeiro somos emigrantes e aqui também o somos.
P0471	Paisagens e gastronomia	Casas de banho públicas	Linda ilha para visitar. A comida excelente. Falta melhorar as instalações sanitárias.
P0472	Estar com a família e conhecer novas pessoas e novos lugares. Vida nocturna.	O clima às vezes não é bom	Preferia um voo directo do Canadá para a Terceira – esperar 6 horas torna-se muito cansativo!
P0473	A ilha é muito bonita e as pessoas muito simpáticas.	Nada	
P0474	Praias e Paisagens	Demasiada espera pelas bagagens	Ilha linda. Boa comida.
P0475	Familiares, Praias, Furnas, etc.		
P0476	Comida. Hospitalidade	Chuva	
P0477	Preços; Simpatia; Segurança	A marina muito cheia na Horta	Melhor apoio aos iates.
P0478	Honestidade das pessoas; preços.		Mantenhm os preços e os impostos baixos!
P0479	Ambiente calmo, pessoas simpáticas, bons preços, paisagem	Nada	Mais restaurantes
P0480	Clima; natureza; oceano; limpeza, de um modo geral.	O serviço de clientes na maior parte dos estabelecimentos. Não são muito simpáticos, sobretudo nos restaurantes. Melhores estradas e estacionamento.	É necessário dar mais formação profissional aos empregados da restauração e hotelaria. Criar melhores condições nas estradas e no estacionamento.

PLANO DE ORDENAMENTO TURÍSTICO DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

Cód.	O que gostou mais (Q23)	O que gostou menos (Q24)	Comentários/ Sugestões (Q25)
P0481	Estar com a minha família	A chuva	
P0482	Estar com a família e pescar.	Como português, ter sido revistado por trazer 2 garrafas de whisky a mais.	
P0483	Estar com a família	Chuva	
P0484	Beleza da paisagem natural e a cultura.	A falta de civismo dos condutores	Menos carros e mais civismo e menos telefones ao volante.
P0485	A beleza natural e as Festas do Senhor Santo Cristo	Falta de sinalização nas estradas; a polícia e os funcionários das alfândegas podiam ser mais simpáticos	Mais sinalização nas estradas e mais iluminação pública. No conjunto, gostámos muito da viagem aos Açores – é uma região linda.
P0486		Mau tempo. Mau atendimento ao balcão da SATA em Ponta Delgada	
P0487	De tudo	Por vezes, o tempo	
P0488	Visitar os familiares		Mais desenvolvimento
P0489	Paisagem natural	Falta de limpeza das casa de banho públicas	Os hotéis e alojamentos deveriam ter mais informação para dar aos turistas acerca dos serviços disponíveis. Devíamos ser mais informados.
P0490	Paisagens. Reencontrar a família e amigos	Trânsito na cidade.	Melhores transportes públicos.
P0491	Furnas, Sete Cidades, Lagoa do Fogo, Caloura, Vila Franca, Beleza natural e as pessoas	Mau tempo	Deveriam desenvolver a cerâmica artesanal. É uma região linda, cuidem do ambiente. Os açoreanos são boa gente e simpáticos.
P0492	Desenvolvimento	Casas de banho públicas	Mais hotéis e casas de banho privadas nas estâncias turísticas
P0493	Paisagens. Boas estradas	Mau estado do Teatro Micaelense	
P0494	Rever familiares e amigos		Mais voos e preços mais baratos.
H0021	Beleza natural		As melhorias no aeroporto são urgentes. Falta vida nocturna
H0022	Paisagem esplêndida. Simpatia dos residentes. História interessante.		
H0023	Educação dos condutores, dando passagem nas passadeiras. A sensação de total segurança.	As (raras) abordagens feitas por repatriados na Praça Velha, em Angra.	Todos os museus, igrejas, galerias de arte e outros centros de interesse cultural deviam ter documentação escrita em inglês.
H0024	Natureza, Segurança		Toda a gente fala inglês
H0025	Calma; Pessoas; Natureza	Aeroporto da Horta (confusão por causa das obras)	Não estraguem os Açores com demasiada gente. Nada de grandes hotéis.
H0027	Paisagem; Afabilidade das pessoas		
H0028	Paisagem; Observação de fenómenos vulcânicos; passeio de barco.	Falta de alguma actividade de lazer	Prioridade – aposta no aumento da oferta e no serviço ao turista.
H0029	A beleza natural e as pessoas.	O péssimo serviço no aeroporto da Horta	É urgente concluir as obras no aeroporto da Horta
H0030	A higiene, a calma, a afabilidade das pessoas e a leveza do meio ambiente	Faltam algumas infraestruturas mínimas para servir o turismo, que se pretende não seja de "massas".	Correu tudo bem. Vim integrado num grupo de dirigentes do INATEL que, pela primeira vez na sua existência reuniu aqui o seu Conselho Geral. Sugere-se mais esforço em investimento no Turismo.
H0031	Paisagem, gastronomia	Não tive acesso a lojas de artesanato, flores secas e queijos. Confusão no aeroporto da Horta.	Olhem mais para o comércio do turismo dos Seminários e Congressos, que são de chegada à sexta à noite e partida ao domingo. A paisagem é bonita, mas tem de haver mais do que o Café Peter.
H0032	O modo de vida calmo, seguro. A natureza. Adorei os cachalotes, as baleias e os golfinhos.	O tempo inseguro, a água do mar fria, o enjoo no passeio de barco.	Estou muito feliz. As ilhas são muito lindas. Não se pode mudar o clima, por isso temos de o aceitar como é. Não esquecerei esta viagem!
H0033			Seria melhor para os turistas, se os preços estivessem marcados, nas lojas.
H0034	Vulcões, Caldeira, Paisagem,		

PLANO DE ORDENAMENTO TURÍSTICO DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

Cód.	O que gostou mais (Q23)	O que gostou menos (Q24)	Comentários/ Sugestões (Q25)
	Hortênsias		
H0035	Paisagem	Pensei que houvesse mais lojas a vender artesanato local.	
H0037	A paisagem		
H0038	Paisagem	Clima incerto	
H0039	Paisagem variada. Interesse histórico. Guia excelente.	Nada	
H0040	Natureza, vestígios deixados pelos vulcões, paisagem, limpeza das ruas.	O transporte via marítima que fez a ligação Faial/Corvo	
H0041	A beleza das paisagens, a simpatia das pessoas, as hortênsias.	O tempo frio. A sinalização das estradas.	Melhorar o estado das estradas. Abrir os locais turísticos (museus, restaurantes, etc.) desde o mês de Maio.
H0042	O ambiente natural. Não havia muitos turistas, o que é óptimo. Quanto menos desenvolverem o turismo, melhor.	O clima. A comida - demasiado gordurosa e pesada, com falta de frutas e vegetais.	Não alterem nada, sobretudo no Pico, que é uma linda ilha. Muito turismo, poderá ser mau.
H0043	Observação de cetáceos e nadar com os golfinhos.	O clima	
H0045	Observação de cetáceos e nadar com os golfinhos.	O clima	Gostei de cá vir, por causa de haver poucos turistas.
H0046	De tudo	De nada	Tive umas óptimas férias e aprendi bastante acerca da História de Portugal. Passei várias vezes férias no Continente e gosto muito do vosso país.
H0048	Beleza natural	Monumentos degradados	Mau funcionamento da TAP em todos os aspectos
H0049	A paisagem. O lazer.	O aeroporto do Faial.	Melhorar a oferta em termos de gastronomia.
H0050	Tudo!		
H0051	A calma, o sossego, a limpeza e a paisagem.	Nada a assinalar.	
H0052	A natureza, os monumentos, as pessoas.	As estradas. A confusão no aeroporto da Horta.	
P0495	O usufruir novamente de uma óptima qualidade de vida e o aumento das horas do dia. Há tempo para tudo!		
P0496	De tudo	Tempo instável	
P0497	O que sempre gostei nos Açores: o ambiente, a conservação das cidades e vilas, a cor do mar e a hospitalidade dos habitantes.	Nada	Foi excelente!
P0498	Natureza e calma	Obras na cidade de Ponta Delgada	Melhoria da sinalização rodoviária e dos transportes colectivos.
P0499	Tudo		Melhores estradas, rent-a-car mais barato, assim como os hotéis, que são muito caros.
P0500	Gostei de tudo e de ver familiares e amigos	Tempo	Melhorar o trânsito.
P0501	Do mar		
P0502	A beleza da ilha	Restaurantes	Formação para o pessoal da Hotelaria e Restauração (não sabem confeccionar peixe).
P0503	Sem dúvida nenhuma, o ambiente natural	As ruas estreitas	
P0504	Da beleza natural intacta aos devaneios imobiliários, da simpatia das pessoas, dos índices de segurança.		Melhorar a sinalização, nomeadamente dos locais de interesse turístico, para quem, como eu, não utiliza agências de viagens.
P0505	Beleza natural		Preço do avião mais baixo
P0506	Belezas naturais	Muito trabalho; pouco tempo para ver a ilha toda.	
P0507	A hospitalidade	Vias rodoviárias secundárias	
P0508	A paisagem	Em alguns sítios, a falta de simpatia.	Melhorar a sinalização; melhorar a informação dos museus; arranjar as

PLANO DE ORDENAMENTO TURÍSTICO DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

Cód.	O que gostou mais (Q23)	O que gostou menos (Q24)	Comentários/ Sugestões (Q25)
			estradas; reduzir o preço da alimentação.
P0509	Ambiente natural e a forma como está valorizado nalguns lugares.	A pouca valorização através de postais e outras recordações económicas; a falta de guias com formação na maior parte dos monumentos.	Acelerar a organização, catalogação e preparação de pessoal para os monumentos, museus, etc.
P0510	De tudo	Gerência da Pastelaria Brito	A SATA é uma boa Companhia; espero chegar a Lisboa de boa saúde!
P0511	A amabilidade das pessoas, depois do primeiro contacto.	Nada em especial	Pelo facto de ter sido uma viagem de trabalho o contacto com os diversos serviços ligados ao Turismo foi quase nulo. Contudo, pude verificar uma certa insuficiência de profissionalismo ao nível dos restaurantes, talvez justificado pelo reduzido número de empregados e falta de método, comparando com outros pontos do país. Deve apostar-se mais na formação ao nível do turismo nos Açores.
P0512	Beleza natural		Melhor sinalização nas estradas.
P0513	Local de lazer calmo		
P0514	O descanso	A falta de atenção prestada a quem visita os Açores	Saibam receber os turistas. Se não souberem como, vão até à Madeira...
P0516	Clima e Segurança		Melhores transportes terrestres para as Furnas, etc.
P0517	Beleza natural		
P0518	Ainda haver zonas muito verdes, sem casa e muito cuidado, mesmo caminhos de difícil acesso. A beleza da natureza.		Não queiram crescer demasiado. Mantenham muitos espaços selvagens, mas cuidados. Tenham muito amor pela natureza.
P0519	Belezas naturais, só é pena não estarem mais aproveitadas para o turismo.	O clima no Inverno	Mau tratamento da bagagem, nas cargas e descargas.
P0521	Alimentação		
P0522	As maravilhosas paisagens e a simpatia do povo açoreano	Alguns restaurantes locais	
P0523	Paisagem natural e clima	Estado das estradas	
P0524	Hospitalidade dos residentes; ambiente natural	Alguma falta de formação do pessoal ligado à restauração.	
P0525	Paisagem natural. Convívio.	Os restaurantes fecham demasiado cedo – às 23 h não conseguimos jantar.	Obrigado por tudo!
P0526	Das pessoas	Nada	
P0527	Tudo	Nada	
P0528	A paisagem natural	Falta de apoio turístico	
P0529	Paisagens	Falta de cuidado ao nível da expansão urbana	Acautelar as potencialidades naturais e culturais que sejam determinantes para o desenvolvimento
P0530	Do ambiente natural, bastante preservado (lagoas, caldeira, furnas, paisagens...)	Falta de transportes para deslocação dentro de Ponta Delgada e para o resto da ilha	Roteiros Turísticos com respectivos transportes
P0531	Paz e sossego e contacto com familiares	Tempo. Elevado custo de vida. Estado de algumas estradas.	Melhores ligações aéreas para Sta Maria, de modo que os passageiros vindos dos EUA e Canadá não tenham que esperar 9 horas no aeroporto de Ponta Delgada
P0532	Natureza. Bom acolhimento	"Seca" nos aeroportos	Melhoria dos transportes. Melhores condições de vida.
P0533	A forma hospitaleira dos açoreanos. Fiquei espantado, pois tinha uma ideia mais negativa. Fiquei admirado com a beleza desta ilha... Parabéns!		Divulguem mais este pedaço de terra espectacular, pois os portugueses utilizam para férias outras ilhas que, não sendo portuguesas, também não são tão maravilhosas. Vivam os Açores e Portugal!
P0534	Da hospitalidade e do clima	O mau estado das estradas e das ruas de Ponta Delgada	Melhorar as ruas e estradas. Maior número de estabelecimentos que usem o dinheiro de plástico.
P0535	A paisagem e a hospitalidade	Chuva	Melhor iluminação nos troços de

PLANO DE ORDENAMENTO TURÍSTICO DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

Cód.	O que gostou mais (Q23)	O que gostou menos (Q24)	Comentários/ Sugestões (Q25)
	das pessoas		estrada, pois há alguns em obras, que podem ser causadores de acidentes. Voos directos mais frequentes entre Funchal e Ponta Delgada.
P0536	Beleza natural	Restauração	Profissionalizar os taxistas e criar normas que permitam aos turistas não serem vigiarizados nos preços – observação referente exclusivamente à ilha de S. Miguel.
P0537			Destas vezes vim apenas por um dia de trabalho. Já venho cá há cerca de 12 anos, 4 a 5 vezes ao ano, sempre em trabalho e aproveito para visitar várias ilhas, que são agradáveis e repousantes.
P0538	Paisagem; simpatia dos açoreanos	Construção excessiva em alguns locais pouco adequados	
P0539	Paisagem	Expansão urbana sem qualidade	Necessário cuidado redobrado com ambiente e cultura!
P0540	Convívio		
P0545	Hospitalidade; Gastronomia; Paisagens e Mar	O pouco tempo que cá estive	Um sítio a recomendar!
P0546	O ambiente natural	A chuva (pouca). O nevoeiro nas Sete Cidades	Mais voos de ligação a Lisboa e a horas mais diversificadas; melhor sinalização nas estradas com obras, sobretudo de noite.
P0547	A hospitalidade dos residentes e a gastronomia local, para além das paisagens naturais que convidam a uma profunda reflexão e calma.	A instabilidade do tempo e a incerteza da ligação inter-ilhas (Flores e outros aeroportos)	Criação de espaços lúdicos de apoio aos viajantes, nos aeroportos de espera
P0548	A natureza, locais típicos	A chuva	Serviço de restauração mais rápido. Esquemas de visita a sítios típicos e culturais (os esquemas podiam estar nos meios de comunicação, aliciando e auxiliando a viagem)
P0550	Gastronomia		
P0551	Clima e paisagem	Serviços Públicos	Mais voos diários
P0552	A beleza natural e a Gastronomia	De me ir embora	O potencial turístico é muito grande, mas deveria ser melhor aproveitado.
P0553	Ambiente natural	Deslocações aéreas e dificuldades na circulação rodoviária (obras a decorrer sem o mínimo de preocupação com a segurança e a sinalização).	
P0554	O ambiente preservado	A falta de sinalização nas estradas do interior	A melhoria da sinalização e de algumas estradas do interior.
P0555	O clima, a paisagem, a gastronomia	A incerteza das ligações aéreas entre ilhas e as condições de espera nos aeroportos	
P0557	Belezas naturais, Hospitalidade		Mais oferta de restaurantes
P0558	Furnas e Caldeiras		Voltarei novamente, com mais tempo.
P0561	Hospitalidade; Natureza; Selvagem, sem turistas	Estado das estradas e Sinalização	Mais sinalização, mais esplanadas, preservação das belezas naturais
P0562	Beleza natural		
P0563	As vacas, a paisagem natural	Da discoteca Karamba – julgam os clientes pela roupa e discriminam os mais desportivos	Não gostei do facto de espectáculos nocturnos organizados ao ar livre por e para jovens açorianos terem sido cortados pela polícia devido a queixas de moradores. Há que apoiar as iniciativas dos jovens açorianos!
P0565	A paisagem natural e as vacas	Da discoteca Karamba. De não existir tolerância relativamente aos concertos de música moderna, que depois da meia-noite são terminados pela polícia de forma abrupta.	Nos mapas e indicações para os turistas podiam dar uma média de tempo de viagem de carro entre os diferentes pontos da ilha
P0566	Clima, Paisagem, Natureza e Gastronomia	Falta de animação; Preços altos na maior parte dos restaurantes. Interrupção de um concerto	Mais tolerância com manifestações musicais "after hours"

PLANO DE ORDENAMENTO TURÍSTICO DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

Cód.	O que gostou mais (Q23)	O que gostou menos (Q24)	Comentários/ Sugestões (Q25)
		organizado por estudantes no dia 2/6 pela polícia.	
P0567	Lagoa do Fogo e Sete Cidades	Muitas vias de comunicação em obras	
P0568	Lagoa do Fogo		
P0569	Lagoa do Fogo		
P0570	Lagoa do Fogo		
P0571	Natureza; Paisagens, Furnas e o "Cozido"	Não aceitam pagamento através de Visa. Nalguns lugares as pessoas tem uma mentalidade fechada. Falta de serviços (restaurantes, pubs, lojas) em Ponta Delgada e arredores.	Podiam tirar mais proveito do turismo se oferecessem mais serviços, de maneira a tornar a estada mais agradável.
P0572	Beleza natural; Acolhimento	Curvas a mais fora do circuito de Ponta Delgada	Maior oferta de programas culturais e de animação
P0573			Como sou uma apaixonada pelos Açores, não me vou pronunciar. Prometo que volto mais vezes.
P0574	Ambiente natural	Falta de tempo para conhecer melhor	
P0575	Beleza natural	Atendimento ao Turista	
P0577	Gastronomia	Falta de animação nocturna	
P0578	Beleza natural, Lagoa do Fogo, Furnas, Povoação e Nordeste	Clima. Vida nocturna. Condução automobilística.	Desenvolver a animação nocturna
P0579	Cortesia das pessoas	Nada a assinalar.	
P0580	Lagoa das Sete Cidades, Lagoa do Fogo, Furnas, Caldeira Velha, Ferraria, etc.		
P0581	A ilha em si.		
P0582	Clima e Humildade das pessoas (algumas)	Ligações aéreas com a ilha das Flores.	Fazer dos Açores, das 9 ilhas, turismo igual ao do Algarve.
P0583	Paisagens	Pouca vida nocturna	
P0584	A paisagem e a conservação ambiental; a simpatia dos açoreanos.	Alguma comida	Continuem a preservar o ambiente e não deixem que a pressão urbanística estrague a vossa linda ilha. Os "mamarrachos" existentes na marginal e os anúncios à PT num prédio antigo, são de lamentar e exemplos do que não se deve fazer.
P0585	Paisagens e hospitalidade dos açoreanos.	Alguns acessos	Melhorar os acessos e sinalizações de algumas estradas.
P0587	Tudo, especialmente da gastronomia	Falta de peixes da Região nos restaurantes locais	Fiquei bastante contente por visitar os Açores
P0588	Belezas naturais	Tudo muito caro, especialmente os Restaurantes, quando comparado com o Continente – é meter a mão na algibeira!	
P0589	A gastronomia, a arquitectura e a paisagem	Pouco tempo para conhecer melhor as ilhas.	O preço das viagens parece-me um pouco alto.
P0590	A hospitalidade por parte dos residentes e a limpeza dos caminhos.	O cancelamento dos voos, devido às más condições atmosféricas.	Se não der para melhorar, pelo menos continuem como estão. São lindos estes vossos/nossos Açores
P0591	A beleza natural da ilha e a Hospitalidade dos Açoreanos. De referir ainda a excelente gastronomia.		
P0592	A simpatia das pessoas		É necessário um turismo mais barato.
P0593	Não ter apanhado chuva	Barulho nocturno perto do hotel, nas duas primeiras noites.	
P0594	Gostei de tudo		Muito trânsito; sugiro o fecho de algumas ruas ao trânsito
P0595	A gastronomia e a assistência nas unidades hoteleiras.	O estado de conservação das estradas	Mais cuidado com os pavimentos e ter atenção ao comportamento dos profissionais de transportes, em especial, os taxistas.
P0596	Hospitalidade		
P0597	Paisagem	Falta de sinalização	Mais divulgação
P0598	Beleza natural	Chuva no dia da chegada a S. Miguel e as cracas	Acho que as sinalizações não indicam todos os locais a observar na ilha; muita coisa foi vista por indicação dos

PLANO DE ORDENAMENTO TURÍSTICO DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

Cód.	O que gostou mais (Q23)	O que gostou menos (Q24)	Comentários/ Sugestões (Q25)
			residentes.
P0599	Beleza natural	Qualidade das estradas	
P0601	Afabilidade e simpatia das pessoas	Transportes inter-ilhas	Mais ligações inter-ilhas.
P0602	Passeio pela ilha	O tempo (mar bravo, vento e chuva)	Tudo muito bom!
P0605	Encontrar amigos		Manter as belezas naturais
P0606	Natureza, calma, hospitalidade	Elevado custo de vida. Falta de transportes públicos	Alargar e melhorar os serviços e os táxis
P0607	Calma; ver família	Estado das ruas da cidade	Melhorar as informações do turismo
P0608	Paisagem e Caldeiras	Tempo e vida nocturna.	
P0609	Paisagens		
P0610			Os horários de ligação inter-ilhas e para o Continente deveriam ser mais diversificados.
P0611	Beleza natural, a paz de espírito, o clima e a hospitalidade das pessoas.	Mau estado das estradas e sinalização deficiente, por exemplo, estrada para a Lagoa das Sete Cidades, sentido Sul/Norte	A viagem correu dentro das minhas expectativas, tendo sido fabulosa. Gostaria de sugerir a criação de acessos, sem estragar o meio natural, a algumas belezas escondidas que neste momento só podem ser vistas a uma distância considerável (Ex: quedas de água das Lombadas)
P0612	Gostei de tudo: tem paisagens maravilhosas, para descansar, tirar uns dias de férias, é fantástico. Gastronomia.	A mudança de tempo constantemente	Os restaurantes podiam fechar mais tarde – por vezes, 22h é muito cedo!
P0613	As maravilhosas lagoas, a simpatia das pessoas. Já há boas estradas!		
P0615	O excelente contacto com os habitantes de Rabo de Peixe		
P0616	As lagoas	Estradas em obras	
P0617	As paisagens. Tudo.		
P0618	A cidade limpa e bem conservada	A impossibilidade de aterrar em S. Miguel, devido ao nevoeiro.	
P0619	O mar		
P0620	O contacto com as pessoas	O clima (nesta altura do ano)	
P0621	A natureza	Alimentação	A única coisa que acho muito boa é a natureza – convém conservá-la e se possível melhorá-la. Quanto à hotelaria há muito a melhorar, bem como as estradas – convém continuar os esforços anteriores. o resto deus ajudará
P0622	Beleza natural		Melhorar as vias de acesso
P0623	Beleza natural e Simpatia e cortesia da população.	Nada em especial	Sou habitual visitante dos Açores – 2 a 3 visitas por ano. Vou voltar ainda este ano.
P0624	O clima, a paisagem, a preservação da natureza, a limpeza.	Obras na cidade de Ponta Delgada	Mais acessibilidade à informação turística da região, locais de interesse para visitar, etc.
P0625		Clima	Vim em trabalho, mas as ilhas são "very nice".
P0626	A beleza natural, a Hospitalidade e o sossego		Mais sinalização em algumas localidades, melhorar as estradas em certos pontos da ilha.
P0627	As lagoas, o ambiente	As estradas	Mudar ou melhorar os acessos. Continuar com eventos culturais.
P0628	A paisagem e as pessoas	Há vacas a mais	
P0629	Paisagem, ambiente	Nada a referir	Construção de uma residencial no Corvo, de modo a potenciar as capacidades da ilha.
P0630	Calma da vida quotidiana	Pouca oferta (variedade) de peixe na gastronomia local.	Desenvolver o turismo sem massificação, preservando as características locais de beleza natural e calma de vida.
P0631	Ambiente anti-stress (mais valia nº1)	A falta de qualificação do staff hoteleiro – pode hipotecar o sucesso do vosso turismo	Não aumentem a vossa quota de turismo à custa de operações massivas. Privilegiem sempre o

PLANO DE ORDENAMENTO TURÍSTICO DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

Cód.	O que gostou mais (Q23)	O que gostou menos (Q24)	Comentários/ Sugestões (Q25)
			turismo ecológico e controlem a oferta de forma a que não fiquem reféns de turismo com menos qualidade, só para rentabilizar as novas unidades hoteleiras .
P0632	Passeios. Paisagem.	Restauração	O povo é educado, mas o serviço nos restaurantes é mau, não sabem servir e são muito lentos. Sugiro que frequentem escolas de hotelaria
P0633	A natureza. As pessoas	Horário dos voos.	Foi uma curta estadia, com trabalho intenso. Espero voltar noutra altura.
P0634	Todas as belezas naturais. Furnas		Voos de ligação com o Continente a horas mais convenientes.
P0635	Paisagem	Lixo, sujidade, carros velhos abandonados, marcações gastas (passadeiras, etc). descer do avião e ir a pé para o edifício, sob o ruído ensurdecedor do avião.	Não fumar nos aviões. Haver autocarros para levar os passageiros do avião para o edifício.
P0636	Festas do Senhor Santo Cristo. chegada dos atuneiros à doca.	Chuva e humidade.	Condução mais responsável – param em todo o lado para conversar, sem respeito pelos outros. Muitos buracos em Ponta Delgada, apesar de ser para benefício das populações.
P0637	Toda a beleza		
P0638	A hospitalidade e eficiência do Dr João Santos, director do Museu de Sta Maria	As horas de espera nos aeroportos	Melhores ligações aéreas. A delegação de turismo deveria estar aberto nos feriados. O rent a car Herz devia aceitar outros meios de pagamento.
P0639	A beleza natural, hospitalidade e limpeza.		Melhor sinalização, para facilitar ao turista atingir os locais a visitar.
P0640	A beleza natural; a hospitalidade do povo; a higiene e o cuidado das cidades e vilas.	Falta de sinalização nas estradas e localidades.	Agradou-me vir aos Açores, de uma maneira geral, se bem que nas aldeias se note que o povo tem ainda uma vida e habitação com poucas condições. Gostaria de ver melhorada esta situação.
P0641	Toda a beleza		Menos trânsito nas ruas de Ponta Delgada
P0642	Ambiente natural	Estado das estradas em S. Miguel	
P0643	Belezas naturais, mar, calma	Clima instável	Seria bom haver mais e melhores horários de voos de ligação com o Continente
P0644	Do povo açoriano; da gastronomia (eu gosto especialmente dos Açores)	Nada	
P0645	Paisagem; Sossego; Flores; Mar; Monumentos; Jardins; Palácios	Falta de informação escrita no frontespício dos palacetes, casas históricas, jardins, árvores, etc. Pouco reflorestamento	Nas Furnas deveria haver informação em português e inglês, para dar a conhecer as águas termais, etc.
P0646	A hospitalidade; as belezas naturais, a calma reinante na cidade.		Deveria haver mais oferta de peixe nos restaurantes. Apesar da carne ser deliciosa é incompreensível uma ilha ter tão pouca oferta de peixe nos menus.
P0647	Paisagens naturais	Clima (tivemos azar); Preço elevado dos rent-a-car, comparado com os preços praticados na Madeira	Melhorar sinalização e indicações. Melhorar algumas estradas secundárias.
P0648	Gostei de tudo		Melhores estradas e sinalização
P0651	Belezas naturais; Calma; Pessoas		
P0653	Belezas naturais		Melhores estruturas de veraneio
P0654	A simpatia das pessoas	Nada	Foi uma boa viagem, no seu todo.
P0655	Hospitalidade		
P0656	Tudo		
P0659	Gostei de tudo – adorei cá estar!		
P0660	Paisagens. E um ambiente muito puro, muito verde.	Nada	A ilha de S. Miguel é muito bonita, tem muito para se ver e de noite também

PLANO DE ORDENAMENTO TURÍSTICO DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

Cód.	O que gostou mais (Q23)	O que gostou menos (Q24)	Comentários/ Sugestões (Q25)
	Gostei das Furnas, Caldeiras, etc.		tem sítios bons para se ir.
P0661	O clima, as paisagens.	Os serviços prestados pelos funcionários nos locais e nos restaurantes, etc. Falta de transportes públicos.	Dar formação na área de atendimento de clientes. Mais transportes públicos, com melhores horários.
P0662	Natureza, Lagoas, Hospitalidade	Serviço de restaurantes – falta de educação e não sabem servir.	Teria sido o melhor sítio que já visitei, se não fosse o mau atendimento nos restaurantes. Espero que os açores continuem limpos, lindos e naturais!
P0663	De estar com a família e de passear	Alguns homens são mal educados.	
P0664	Do desenvolvimento da ilha	Condições atmosféricas	Está no bom caminho!
P0665	Tradições culturais; visitar os familiares e amigos.	Congestionamento do trânsito	Os Açores são lindos e têm gente linda.
P0666	Do mar; Cultura local	Os locais tendem a ser ignorantes nas pequenas comunidades.	Devem haver leis mais rígidas para com os condutores irresponsáveis.
P0667	Todos os lugares onde estive: Furnas, Ilhéu de Vila Franca, Museus, jardins, etc.	Falta de sinalização em inglês, para os meus filhos compreenderem. Aviso de passeadeiras, para haver mais segurança.	Melhor informação sobre as bagagens a transportar no avião. Cacifos para deixar a bagagem no aeroporto.
P0668	Calma; Natureza.	Falta de hospitalidade	
P0670	As belezas naturais; Gastronomia local	Trânsito e estacionamento em Ponta Delgada; Menus nos restaurantes a anunciar pratos que já não têm.	A história destas ilhas é muito importante. Não deixem que o progresso e o turismo acabem com ela. Adoramos esta ilha, onde nascemos!
P0671	Afabilidade das pessoas	Mau tempo; Humidade.	Falta um sorriso amigo nos serviços públicos e nos estabelecimentos comerciais
P0672	As praias; as discotecas e pubs.	O clima - não estava calor suficiente	Não alterem nada, excepto abrir um clube de strip, para que eu possa vir viver e trabalhar cá!
P0673	Tudo	Muitos problemas com drogas	A viagem foi muito boa.
P0674	Amigos	Ter de me ir embora	
P0675	Passeio por toda a ilha		
P0676	Nordeste e as Pessoas	Nada	
P0677	Estar com a família	O tempo, que não ajudou	
H0053	Toda a ilha, o verde, o silêncio, a calma, o ambiente natural. Comida tradicional	A lentidão nos restaurantes.	
H0054	Ainda não estar muito comercializado; mar limpo e pessoas educadas.	Sem comentários.	Mantenham-se assim
H0055	Beleza natural; simpatia dos ilhéus	Falta de sinalização nas estradas.	Gostei!
H0057	Diversidade das ilhas; simpatia das pessoas; beleza das paisagens	Mau tempo. Insegurança e desconforto em portos do Pico e de S. Jorge.	É desnecessário e pouco simpático ter de declarar cada vez que se sai de uma marina e se volta.
H0058	Clima; beleza natural; Acolhimento das pessoas locais.	Serviços de aeroporto	
H0059	Natureza, Pureza, Limpeza, Calma e Gentileza dos açorianos	Nada	Continuem assim. Não estraguem os Açores com stress, hotéis que não se adaptam à paisagem, etc.
H0060	Paisagem bela e não estragada; diversidade das ilhas; amabilidade das pessoas.	Os postos de informação turística estarem fechados.	Os postos de Turismo deveriam estar abertos aos fins de semana. Os guias turísticos deveriam ter um mapa para cada ilha a visitar.
H0061	Ordenamento do território, cuidado nos parques de lazer, limpeza e asseio nas cidades, riqueza da flora, animais; Simpatia das pessoas.		Especialmente na ilha do Faial é necessário mais alojamento, para se terem preços mais acessíveis (por ex. a Residência S. Francisco é demasiado cara para o serviço prestado).
H0062	Simpatia		
H0063	Bom clima; gente simpática; paisagens interessantes. Boa gastronomia.	Os procedimentos nas marinas são demasiado complicados.	A informação turística foi escassa e só encontramos lugares de interesse por acaso. Os Açores poderiam promover-se muito melhor e ter mais informação

PLANO DE ORDENAMENTO TURÍSTICO DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

Cód.	O que gostou mais (Q23)	O que gostou menos (Q24)	Comentários/ Sugestões (Q25)
			disponível em lojas, marinas, etc.
H0064	Pessoas simpáticas; boa comida; excelente paisagem; S. Miguel é uma ilha muito bem conservada.	A estadia foi demasiado curta. deveria vir com mais tempo para explorar.	Os procedimentos nas marinas são demasiado complicados, cosederando que estamos na EU. Inexistência de informação turística nas marinas.
H0065	Paisagens bonitas; limpeza; Pessoas simpáticas		
H0066	Cordialidade das pessoas; paz; descanso	Serviços de Hotelaria –fracos e caros. Ex: Residencial S. Francisco	Mais Hoteis, mas manter a beleza natural – não a um turismo do tipo madeirense.
H0067	A beleza natural		O principal atractivo da ilha é a beleza natural; poderia ter uma vida nocturna com mais distracções.
H0068	O ambiente natural quase virgem	O nevoeiro	Manter, custe o que custar, o ambiente natural. Melhorar as instalações hoteleiras.
L0095	Ambiente natural e a manutenção dos espaços com limpeza e arrumação	O preço do alojamento – má relação qualidade/preço	Que se criem condições especiais para o turismo interno. Seria bom se todos os continentais pudessem conhecer os Açores. Abram as portas ao mundo, mas não se esqueçam de nós!
L0096	Clima; Hospitalidade		
L0097	Peixe, Gastronomia; Pessoas	Estradas	Mais placas de sinalização nas estradas.
L0098	A paisagem – isto tem uma beleza muito grande.		Os Açores precisam de mais alojamento e de melhorar algumas faces (Ex: Lajes)
L0099	Paisagem; limpeza; simpatia dos habitantes		Recomendo que implementem o turismo, principalmente o vocacionado para a terceira idade, melhorem os hoteis e divulguem esta Região por toda a Europa.
L0100	Paisagem; Gastronomia		
L0102		Ainda não se potencializou bem os recursos naturais para fins turísticos.	Diminuir o preço das viagens aéreas inter-ilhas – é uma vergonha!
L0103	Negócios. Acolhimento; Clima; Gastronomia.	Preço do alojamento na Hotelaria	Controlar os preços nos Hoteis.
L0104	Gastronomia, Hospitalidade e ambiente são os pontos principais. excelentes brochuras sobre a Região.	O tempo de espera na ligação inter-ilhas	A visitar, é o conselho a qualquer um, embora só há pouco tempo se veja no Continente informação e publicidade sobre os Açores.
L0105	Natureza	Falta de sinalização nas estradas	
L0106	Desde 1975 os Açores modificaram-se radicalmente.	O fumo – existe um número elevadíssimo de fumadores . É preciso um plano de ataque e de protecção aos não fumadores.	Os Açores são uma beleza rara no mundo. sinto-me orgulhoso de ser de cá. Penso voltar definitivamente em breve.
L0107	Especialmente da paisagem – é espectacular!		
L0108		Péssima condução. Impossível encontrar lugares de não fumadores. Quem fôr alérgico ao fumo, não pode visitar os Açores.	Penas mais rigorosas para a má condução e excesso de velocidade. Sigam as normas europeias em relação ao uso do tabaco nos lugares públicos.
L0109	Natureza; ambiente	Acessos ao interior da ilha – para o visitar é necessário alugar carro ou ir de táxi. Fatam mais transportes públicos.	Horários nas pargens de autocarros. Viagens guiadas melhor organizadas ou autocarros para o interior das ilhas.
L0111	Beleza natural; Monumentos; Pessoas	Areia da Praia; estacionamento na Terceira.	
L0112	Geografia	Custo das refeições e do alojamento	Promovam mais as ilhas.
L0114	Paisagem e Gastronomia		
L0116	Paisagem	Os voos da SATA	
L0117	Paisagem	Mau tempo	Deveriam remodelar a frota aérea, principalmente inter-ilhas.
L0118	Calma; Natureza; Clima; Descanso	Barulho (dos aviões, das obras, cães a ladrar). Falta de limpeza.	
L0119	A cultura	A má condução automóvel	Um melhor aeroporto
L0120	Encontrar o Algar do Carvão	Chuva. Mau tempo	Gostei de ver o desenvolvimento que

PLANO DE ORDENAMENTO TURÍSTICO DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

Cód.	O que gostou mais (Q23)	O que gostou menos (Q24)	Comentários/ Sugestões (Q25)
	diferente. Paisagens.		ocorre nos Açores em geral.
L0121	Clima; Natureza; Hospitalidade	A má condução automóvel	Voos de Lisboa para outras ilhas sem ser a Terceira e S. Miguel
L0122	Beleza natural	Recessão do mercado	Melhores instalações do aeroporto
L0124	Pesca, Caça, Gastronomia e Amigos	A polícia mandar parar para soprar para o balão, estando a conduzir em segurança.	
L0126	Ambiente de trabalho; Sociedade; Sinceridade e simpatia das pessoas	Tempo instável e muita chuva	Os Açores só são bonitos por serem assim!
L0127	Ver a família	Melhorar as estradas; alargá-las.	
L0129			Seria bom que existisse uma ligação entre ambiente, lazer, gastronomia e serviços. Maior divulgação dos produtos regionais e respectiva área de vendas.
L0130	Da simpatia dos Açoreanos	Ser tratado como turista de 2ª classe pela SATA	Parece-me necessário melhorar os preços, transportes e vias de comunicação, principalmente na Terceira.
L0131	A simpatia dos habitantes; a segurança; as paisagens.	Atraso no aeroporto das Lajes no regresso ao Continente. Mau estado das estradas do interior da ilha .	Má sinalização dos locais a visitar na ilha Terceira
L0132	Gastronomia, Caça, Mergulho	Acessos à Região. Vida nocturna com poucas alternativas.	O Governo Regional deveria promover a cultura holandesa e marroquina, uma vez que os habitantes já o fazem!
L0133	Hospitalidade dos habitantes; gastronomia	Mulheres e homossexuais	Deveria ter salas de chuto e plantações de cannabis, já que é horrroso passar pela floresta e ver jovens a injectar-se em vez de fumar.
L0134	Beleza natural	Fraca vida nocturna; falta de eventos, fora da época alta.	Dever-se-á investir na beleza natural das ilhas de forma a dar a conhecê-la, mas também a preservá-la, o que traria benefícios a todos, quer turistas, quer habitantes.
L0135	As pessoas e a paisagem	As ligações aéreas	
L0136	Natureza; Mar; Pessoas; Arquitectura	Ligações aéreas	Promovam o turismo sem o massificar. Não tornem os Açores noutra Madeira.
L0137	Paisagem; Beleza natural; Clima ameno.	Mau atendimento no aeroporto das Lajes, na sequência da avaria de um avião.	Sugiro que elevem a qualidade e o preço dos vossos produtos turísticos, para impedir a massificação e descaracterização que se seguem inevitavelmente ao turismo desenfreado de baixa qualidade (ex. Algarve). Parabéns pela beleza dos Açores! Vou voltar se puder, com certeza!
L0138	Paisagem natural	Acessibilidade às ilhas	
L0140	Hospitalidade		Continuem o progresso
L0141	Ilha de S. Miguel – lagoas, etc.	Clima muito instável. Atraso na viagem de regresso.	
L0142	Paisagens naturais; gastronomia	Vida nocturna (fraca; sem condições; excesso de pessoas por estabelecimento)	Mais inspecção à qualidade dos serviços prestados; melhor sinalização dos locais com interesse; mais roteiros turísticos e mais postos de turismo.
P0576	A paisagem natural, o ordenamento das cidades e vilas. A qualidade ambiental, pouco ruído, ar puro etc. Apreciei o facto de S. Miguel não ter sido alvo duma explosão urbanística, visto que parece ter um crescimento sustentado, não pondo em causa o meio ambiente e o equilíbrio da natureza, que tanta falta faz nos destinos turísticos.	A qualidade das estradas	Foi pena ter sido tão curta e ter vindo sózinho e em trabalho e não ter podido disfrutar com mais calma as qualidades naturais da ilha.
P0544	Comida, clima, hospitalidade, paisagens	Comida, em alguns restaurantes	Há pouca oferta de hotéis

PLANO DE ORDENAMENTO TURÍSTICO DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

Cód.	O que gostou mais (Q23)	O que gostou menos (Q24)	Comentários/ Sugestões (Q25)
P0543	Cozido nas Furnas	Horário dos aviões. Mau tempo.	
P0542	Gastronomia	Ligações aéreas Lisboa/ Ponta Delgada/Lisboa	
P0541	A porta nº3 do aeroporto. Às 21 horas!		
P0603	Toda a beleza natural	Condições atmosféricas	Gastronomia mais barata!
H0069	O folclore, a simpatia das pessoas, passeios pedestres, golfinhos, peixes	Poluição do ambiente; Fumadores.	Recomendamos que mantenham a vossa autenticidade e os vossos recursos naturais – não exagerem no whale watching e imponham regras para que os golfinhos e baleias não desapareçam. Parem com a poluição, despertem os locais para a beleza dos seus recursos naturais.
H0070	Beleza natural	Comércio	
H0071	A natureza é soberba, em todos os aspectos e nas várias ilhas que visitámos.	Talvez mais alguns espaços para pic-nic e com casas de banho para utilização dos que fazem passeios pedestres.	Esperamos que as ilhas se mantenham tão bonitas e simpáticas como são agora.
H0072	As flores, a paisagem, os trilhos pedestres; viagem de barco Flores/Corvo – vimos golfinhos e entrámos em grutas ao longo da costa das Flores	Falta de escolha em termos de alimentação vegetariana – o que nos valeu foram as pizzas! Falta de informação nos postos de turismo – quase perdemos uma viagem a S. Jorge por falta de ajuda.	Arranjem pessoas mais eficientes para os postos de turismo, que consigam promover as vossas belas paisagens através da sugestão de passeios e actividades. Seria também óptimo haver a possibilidade de marcar alojamento nos postos de turismo – é difícil para os que não falam português – não nos importávamos de pagar por este serviço.
H0073	Variedade de baleias; vida marinha; aves; gastronomia; paisagens	Ligações aéreas Lisboa/Açores – pouca informação sobre atrasos	Transportes públicos – mais e com melhores horários – na ilha do Pico
H0074	Natureza, pessoas, cultura açoreana	Estradas, sinalização	Melhoramento das estradas e da sinalização. Mostrem mais a parte de cultura, folclore, meseus e organizações artísticas.
H0075	Do ambiente geral que têm as ilhas – a flora, a fauna, as pessoas e o ambiente natural, muito próximo da natureza e a oferta destes produtos naturais.	Do aeroporto, do horário de funcionamento dos restaurantes e da pouca frequência das ligações marítimas inter-ilhas.	Melhorar a informação sobre os percursos pedestres de forma a ser efectivamente possível efectua-los.
H0076	Visitar os amigos	Obras no aeroporto da Horta; estado das estradas; Fumar em lugares públicos.	Arrajem as estradas no Capelo; melhorem as canalizações e os duches; não permitam que se fume em lugares públicos.
H0077	Ilha de S. Miguel. Belezas naturais de todas as ilhas visitadas.	Aeroporto da Horta	Correu tudo muito bem. No entanto, parece-me que o preço do alojamento é demasiado caro para a qualidade oferecida.
H0078	A terra; as gentes	Falta de sinalizações. Mau serviço nos hotéis de 4 estrelas – grande falta de profissionalismo, aliada a uma grande vontade de agradar	Não haver ar condicionado em classe executiva.
H0079	A afabilidade dos residentes; o ambiente natural preservado		Sugiro que se mantenha a naturalidade do ambiente e a forma própria de ser e de estar desta Região e dos seus habitantes.
L0144	Contacto humano; Paisagem natural/mar; Gastronomia	Tempo	
L0146	Paisagem e Gastronomia		
L0147	A beleza natural, clima ameno e óptimo peixe	Poucas possibilidades de entretenimento, comida cara e má sinalização das estradas. Pouca informação turística no terreno. Excepto a gare do aeroporto de Ponta Delgada, as outras são muito fracas.	Mantenham esta beleza natural. melhorem a informação sobre os pontos a visitar. O turista ao chegar não sabe nada acerca de transportes públicos (existem?)
L0149	Paisagem; clima	Fraco movimento; poucas opções de compra; poucos e má	Bom para efectivo descanso, principalmente para pessoas da 3ª

PLANO DE ORDENAMENTO TURÍSTICO DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

Cód.	O que gostou mais (Q23)	O que gostou menos (Q24)	Comentários/ Sugestões (Q25)
		qualidade dos hotéis	idade
L0150	Paisagem		Melhoria na formação do pessoal de hotelaria e restauração
L0151	Horta e o Vulcão dos Capelinhos; Angra e o Monte Brasil	O clima e a chuva	
L0152	Os amigos das festas	Não poder ficar mais tempo	
L0153	Ver os familiares	O serviço prestado na aerogare das Lajes (chegada das bagagens)	
L0154	Ver a família		
L0155	De tudo	Estradas	Gostei muito; deverei voltar em Janeiro.
L0156	O mar; a pesca; a família; beleza natural	Falta de estacionamento na cidade de Angra	
L0159	Paisagem; ambiente natural; gastronomia	A falta de consideração e respeito para com os turistas – os taxistas levam mais caro, só porque se é turista!	
L0160	Paisagem e simpatia	Clima	Mais profissionalismo nos hotéis
L0162	Praia		
L0163	Ver a família		
L0164	Ver a família; Paisagens	Fumar em lugares públicos – aeroporto. Más condições das estradas.	Arranjam as más estradas
L0165	O clima e a Hospitalidade	Tudo muito caro	Sugiro que haja ligação directa Canadá/Terceira, no Inverno, e não via S. Miguel.
L0166			São necessários mais locais de informação turística. São necessárias mais excursões organizadas na Terceira
L0167	Visitar familiares e amigos. A beleza natural das ilhas.	O tempo, se bem que não se possa controlar.	
L0169	Tudo!	Muita gente a fumar em lugares públicos	Não fumar em lugares públicos!
L0170	Gastronomia local e estar com os amigos e família	As garrafas de cerveja vazias nas ruas	Mais caixotes para pôr o lixo, nas ruas.
L0171	Convívio com familiares e amigos	Poucas opções de escolha	Os Açores, e sobretudo a Terceira, precisam que se faça mais pelo Turismo
L0172	Família, vida nocturna, praias	Chuva	
L0173	A natureza; as pessoas	O fumo, especialmente no aeroporto e nos restaurantes	
L0174	A paisagem e visitar a família		
L0176	Silêncio; natureza; natação	Mapas deficientes, má sinalização nas estradas; má sinalização para passeios pedestres.	Sejam activos, mais activos, para um turismo mais organizado.
L0177	Ambiente natural		
L0178	Ambiente natural; gastronomia; hospitalidade dos residentes	Transportes públicos (táxis excessivamente caros e autocarros com horários irregulares ou inexistentes)	Recomendamos unicamente que preservem o ambiente/cultura da ilha e dos ilhéus
L0179	Gente simpática; beleza natural; calma	Nevoeiro	Mais autocarros nas ilhas
L0180	Simpatia e honestidade das pessoas; Natureza; Silêncio	Nevoeiro. Dificuldade em encontrar comida apropriada, se se é vegetariano. Transportes públicos (sem horários certos e insuficientes)	
L0182	Tudo		
L0184	Paisagem/gastronomia	Humidade	
L0185	Ambiente natural; segurança nas ruas; Pessoas simpáticas	Pouco conhecimento de inglês e francês, em comparação com o Continente.	Melhores mapas. Mais informação sobre os Açores – na Bélgica, ao pedirmos documentação sobre os Açores, deram-nos da Madeira, não havia nada sobre os Açores. Por favor, nada de turismo de massas (estilo Canárias)

PLANO DE ORDENAMENTO TURÍSTICO DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

Cód.	O que gostou mais (Q23)	O que gostou menos (Q24)	Comentários/ Sugestões (Q25)
L0186	Mar – pesca e mergulho		Melhoria das ligações aéreas
L0187	Simpatia dos habitantes; paisagens; organização; zonas balneares	Preços elevados; vida nocturna fraca; falta de publicidade dos eventos	
L0188	Vegetação; ar puro; simpatia das pessoas	As pessoas são um pouco lentas e desorganizadas	Mais organização em termos de alojamento
L0190	Ambiente natural; simpatia das pessoas; Gastronomia e vinhos locais; Calma	Cães à solta; más ligações dos transportes terrestres públicos (autocarros)	Mais opções de alojamento mais barato, do tipo parques de campismo ou pousadas da juventude. Mais informação em línguas estrangeiras.
L0191	Paisagens	Clima	Evitem a construção de hotéis modernos. Preservem as ilhas optando por pequenos hotéis feitos de materiais locais (pedras de basalto)
L0192	Flores e vulcões	Nevoeiro e falta de trilhos	Melhores trilhos para passeios pedestres
L0194	Natureza; comida	Algumas dificuldades em encontrar alojamento	Melhem a hospitalidade local
L0195	A descoberta dos diferentes aspectos das áreas vulcânicas; a calma; a hospitalidade dos açoreanos	A instabilidade do clima que impede de apreciar a paisagem. Que pena! Não importa!	Sugiro que melhorem os transportes públicos dentro das ilhas (autocarros), porque os taxis aumentam o custo da viagem
L0196	A variedade das ilhas; as flores; a hospitalidade dos residentes		
L0197	Hospitalidade das pessoas; calma e a beleza natural.	A instabilidade do clima	Foi uma boa viagem – pena ter passado depressa.
L0198	A calma, excepto umas festas barulhentas na Madalena; a hospitalidade dos açoreanos	O clima – nevoeiro, nevoeiro, nevoeiro! Impossível apreciar as lindas paisagens.	Parem de construir grandes hotéis! Privilegiar as pequenas residenciais seria melhor. Seria óptimo construir trilhos para bicicletas.
L0199	As pessoas – são muito sinceras e simples	O facto do gabinete do turismo no aeroporto estar fechado aquando do voo – deveria estar aberto nas horas dos voos e não apenas no horário normal.	Não estraguem a natureza
L0200	Festas, comida e família		
L0201	S. Jorge, Faial		
L0202	Tudo	Comida nos aviões. Humidade.	
L0203	Ambiente natural; Cultura	Falta de ar condicionado	Uma visita maravilhosa
L0204	Da ilha e festas	Humidade	
L0205	Visitar a família	Mau serviço	
L0206	A cultura; as pessoas; o ambiente natural	Companhia aérea SATA	
L0207	Família	Calor e humidade	
L0208	Tranquilidade; ambiente	Ligações inter-ilhas	Melhorar o sistema de ligações e promover turisticamente os Açores com materiais bilingues (brochuras, em monumentos e restaurantes, etc.)
L0209	Mariscos e coisas do mar; paz; silêncio	O tempo	Limpar os caminhos, plantar flores, manter os Açores limpos.
L0210	Ver a família	A condução dos residentes	Melhorar a condução
L0211	Tudo		
L0212	Cultura	Humidade	
L0214	Visitar a família	Serviço da companhia aérea	Devido aos atrasos nos voos, os aeroportos deveriam ter ar condicionado e cacifes para guardar as bagagens.
P0678	A beleza natural, comida muito boa e as pessoas muito agradáveis		Pena é que os transportes aéreos sejam caros, o que torna difícil a vinda a este paraíso de mais pessoas de menos recursos (exemplo: estadia de 8 dias tudo incluído em Palma de Maiorca , 70000\$00)
P0679	Paisagem e ambiente natural	Problema com restaurantes durante o fim-de-semana - dificuldade em encontrar locais abertos para comer ao fim de semana.	De um modo geral, muito agradável, apenas a salientar a questão dos restaurantes. Deviam ainda melhorar a sinalização dos locais turísticos e com interesse a visitar. Investir na formação e qualidade dos serviços

PLANO DE ORDENAMENTO TURÍSTICO DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

Cód.	O que gostou mais (Q23)	O que gostou menos (Q24)	Comentários/ Sugestões (Q25)
			turísticos prestados.
P0680	Paisagem natural; gastronomia	Restaurantes fechados ao fim-de-semana	
P0681	O ambiente calmo e as paisagens naturais	Pouca gastronomia local nos restaurantes, pouca divulgação do artesanato.	Os Açores deverão melhorar em muito a apresentação e venda do produto "Açores" aos turistas. Divulgação nos pontos-chave da cultura tradicional, gastronomia, folclore e artesanato. Não deixar descaracterizar as ilhas.
P0682	A beleza natural, o clima, limpeza, hospitalidade dos açoreanos	Alguns restaurantes com pouca qualidade e um mau serviço (em contraste com a hospitalidade geral e simpatia dos açoreanos). Algumas estradas em mau estado (para quem gosta de percorrer toda a ilha)	Penso que com o passar do tempo, os pontos negativos darão lugar aos positivos. Penso voltar mais vezes aos Açores para conhecer as restantes ilhas e visitar outras.
P0683	Clima; cultura; beleza natural; hospitalidade dos residentes.	Do pouco tempo de estadia	deverá haver mais vida nocturna
P0684	De todo o acolhimento em geral, da gastronomia e, especialmente, toda a paz, todo o sossego que se disfruta no seu todo. Simplesmente maravilhoso, tranquilizante.	Os pontos positivos superam todos os que possa assinalar como negativos.	
P0685	De tudo, principalmente a vossa beleza natural.	Só de me ir embora tão depressa.	É lindo... parabéns!
P0686	Toda a paisagem, tanto natural como a antiga construção	Nada a assinalar.	Pouco tempo, para poder ter sugestões.
P0687	Natureza, gastronomia, convívio com os locais	Pouco tempo de estadia	Criação de condições para que todos os continentais possam visitar os Açores.
P0688	Adorei toda a beleza		
P0689	Lagoas, Furnas e, principalmente, o Nordeste		Melhores estradas
P0690	Das paisagens verdes e das lagoas. Os acessos por norma são bons, assim como as infraestruturas.		Penso que devem desenvolver mais a parte norte da ilha, preservar o ambiente natural e salientar mais a gastronomia típica regional.
P0691	Beleza natural; hospitalidade das pessoas.	Preço do alojamento	Melhor sinalização de locais de interesse e melhoria das estradas e acessos
P0692	O facto de ser uma ilha. As ilhas têm, de facto, uma mística muito particular. No entanto, a minha curta estadia não me permitiu ver aquilo que têm de mais admirável: a Natureza.	Tendo em conta o potencial turístico da Região, considero claramente insuficiente a oferta comercial existente, principalmente no que diz respeito à restauração, no caso de Ponta Delgada.	Tenho imensa pena de não ter podido apreciar a natureza vulcânica da ilha. Seria interessante criar circuitos de transportes para visitas de curta duração, tipo "bus turístico" para de forma breve se poderem contemplar sítios como a lagoa das Sete Cidades, entre outros. Não sei se é exequível, é apenas uma sugestão. Obrigado e concerteza voltarei com mais tempo!
P0693	As paisagens naturais magníficas. Foi espectacular!	A sinalização e estado de algumas estradas, que nos levou a alguns enganos de percurso.	Mais sinalização e informação sobre as localidades.
P0694	A paisagem	Serviço de restauração insuficiente	Para a próxima visita gostaria de não ter problemas com a alimentação.
P0695	A paisagem	Serviço de restauração insuficiente e que não satisfaz em termos de qualidade e atendimento.	Tive muitas dificuldades na alimentação. Gostaria de, em próximas visitas, ver melhoradas a quantidade e qualidade dos restaurantes.
P0696	Realço o Nordeste, zona muito bonita.	Restaurantes em Ponta Delgada, quase todos fechados ao fim de semana. Só o Hotel Avenida é excepcional. Nesta viagem como não fiquei lá, notei logo a diferença nos restaurantes.	Sugeria que os restaurantes em Ponta Delgada funcionassem bem e estivessem abertos ao fim de semana.
P0697	Gostei de tudo	Gastronomia	Melhor gastronomia
P0698	A paisagem	O trânsito	
P0699	Beleza natural, normalmente bem cuidada.	Alojamento em Ponta Delgada – dificuldade em arranjar e falta de qualidade.	Em certas zonas, sobretudo na Costa Norte, a orientação é difícil. Sugeria melhor sinalização nas estradas e

PLANO DE ORDENAMENTO TURÍSTICO DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

Cód.	O que gostou mais (Q23)	O que gostou menos (Q24)	Comentários/ Sugestões (Q25)
			indicação das localidades e melhoria do alojamento.
P0700	Beleza natural	Falta de sinalização e de quilometragem nas estradas	Sinalização mais adequada nas estradas: o nome das localidades, sinais, etc. Não fizemos compras no aeroporto porque as lojas estavam fechadas.
P0701	O ambiente natural e a paisagem fascinante. A possibilidade de estar só nos passeios na natureza. Apreciamos o facto de não haver turismo de massas.		
P0702	Hospitalidade dos residentes		Aguardo com impaciência pela entrada do euro!
P0703	Beleza natural. Hospitalidade	Preço do alojamento	Melhor sinalização de locais de interesse; melhoria de algumas estradas de acesso; redução dos preços do alojamento.
P0704	Tudo	Algumas estradas	
P0705	Beleza natural e Pessoas	Preços	Ligações aéreas com o Continente – dificuldades em vir para cá e sair no dia em que necessitamos.
P0706	Dos Açores		Devia haver mais restaurantes com gastronomia local – bifés e batatas fritas também há no Continente.
P0707	Ambiente; Beleza natural.	Preços, principalmente, do rent-a-car	
P0708	Beleza natural	Preços muito elevados (estadia e rent-a-car)	
P0709	Da natureza	Genericamente é caro	Mais informação acerca do turismo local e divulgação dos pontos de interesse. Para quem viaja sózinho e sem guia, o que existe não é suficiente.
P0710	1º-Beleza natural; 2º-Tranquilidade; 3º-Hospitalidade dos açoreanos	1º-Falta de informação turística (mapas, sinalização, postos de turismo bem documentados); 2º-qualidade do alojamento ao nível das pensões residenciais, para os preços praticados.	1º -Apostem num turismo de qualidade, não tornem os Açores como o Algarve ou a Madeira; 2º-promovam melhor as vossas belezas naturais - lagoas e percursos pedestres- pois não existem mapas nem estão sinalizados devidamente; 3º-melhem a qualidade dos acessos aos locais de maior interesse.
P0711	Paisagens. As flores. O facto de as ilhas ainda não estarem muito exploradas.	É difícil fazermos-nos compreender – os açoreanos não falam inglês muito bem. Os menus podiam ser em inglês.	
P0712	Golfe; Natureza; Não ser caro; Clima	Sinalização nas estradas. Poucos menus em inglês.	
P0713	As flores e os diversos tons de verde. Paisagens lindas. Ar puro fora das cidades.	Os cães e o tráfego.	Falta de segurança devida condução perigosa e cães à solta
P0714	Combinação da Natureza, Singularidade e Clima	O tráfego; dificuldade de arranjar restaurantes e encontrar menus em inglês; cães nas ruas; papéis nas ruas e noutros sítios.	Informação sobre a qualidade das estradas, se ela não for boa.
P0715	A natureza; os espaços para pic-nic; as flores ao longo das estradas; a simpatia das pessoas.	O tráfego intenso nas ruas estreitas	As pessoas precisam de aprender inglês.
P0716	A natureza; a comida	O tráfego intenso nas ruas estreitas	Nada de muitos turistas e grandes hotéis, para que a atmosfera especial de S. Miguel não desapareça.
P0717	A natureza e os passeios pedestres	Sou vegetariana – quase nãoconsegui encontrar nada que pudesse comer! Ainda bem que como peixe – nunca comi tanto peixe como nesta semana!	Não construam mais grandes hotéis – mantenham as casas baixas. A cidade de Ponta Delgada é muito bonita, com as suas casas antigas. Não a tornem muito moderna e não tentem imitar outros paraísos turísticos como

PLANO DE ORDENAMENTO TURÍSTICO DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

Cód.	O que gostou mais (Q23)	O que gostou menos (Q24)	Comentários/ Sugestões (Q25)
			Espanha e Grécia. Esta é realmente uma ilha linda – mantenham-na assim! Não usem alcatifas – é mau para os alérgicos. Gostaria de ver vegetais frescos ao pequeno almoço.
P0718	A natureza	Poluição, Tráfego; estradas, barulho.	Conservem mais a natureza. Não há razão para deixar os carros passarem em todas as estradas!
P0722	Natureza		Mais hotéis
P0723	Natureza		
P0724	Ver como as pessoas dos Açores vivem e trabalham nos campos	É difícil andar nas ruas – não há passeios. Mais vegetais frescos às refeições.	
P0725	A natureza		Tudo foi muito bom
P0726	Natureza		Preservem a vossa natureza. Melhores trilhos para passeios pedestres e melhor sinalização
P0727	A natureza, as flores, o facto de não haver muito turismo, ser genuíno. O guia foi fantástico.	Os pequenos almoços podiam ser melhores. Não gosto de estar fora do hotel muito tempo – gosto de regressar cerca das 16 horas.	Gostámos muito da vossa ilha, nunca estivemos num sítio tão lindo. Parece o paraíso - lindas paisagens e poucos turistas.
P0728	A natureza	A comida	S. Miguel é uma ilha extremamente bonita.
P0729	Grutas, furnas e lagoas		
P0730	Paisagens	Falta de sinalização nas estradas	
P0731	Gastronomia local	Clima	
P0732	Alojamento	Restaurantes	A SATA reteve-me no aeroporto de Lisboa 8 horas devido às más condições climáticas em S. Miguel . Nestes casos, a SATA deveria anular os voos e entregar as bagagens aos passageiros
P0734	Belezas naturais	Clima	Mais eventos de lazer
P0735	Paisagens e ambiente natural	Clima	
P0736	Paisagens e ambiente natural	Clima	
P0737	Paisagens e ambiente natural	Clima	
P0738	Paisagens e ambiente natural	Clima	
P0739	A paisagem, a hospitalidade, as flores, a capacidade dos serviços da RAA, especialmente em S. Miguel.	O nevoeiro, que nos reteve três dias no Faial e a incapacidade de resposta da SATA e da oferta hoteleira.	Estes aspectos meteorológicos que provocam atrasos nos aviões e prejuízos aos visitantes, deviam ser objecto de indemnização aos lesados por parte da companhia aérea responsável. Assim, qualquer turista fica com medo de voltar!
P0741	Adorei o acolhimento, o hotel, a ilha, as paisagens, as pessoas.	A sinalização das estradas é insuficiente para os turistas. O clima não ajudou a disfrutar das magníficas paisagens de S. Miguel, devido ao nevoeiro.	Melhorar a sinalização nas estradas, para que não haja problemas a encontrar os locais a visitar.
P0744	Beleza natural	Rent-a-car muito caro	Parabéns pelo estado de conservação dos monumentos e, principalmente, pela beleza natural.
P0745	Toda a beleza natural, a hospitalidade dos residentes e a excelente gastronomia (o peixe é óptimo).	Condições de acesso a determinados locais de interesse	Apenas um reparo: sou apologista da preservação do meio ambiente, mas penso que deveriam ser criadas melhores condições de acesso a alguns locais (por exemplo, passadeiras em madeira) que não danificariam em nada as paisagens existentes
P0746	A paisagem e a componente natural. O meio ambiente é excelente.		
P0747	Simpatia dos habitantes; Paisagem magnífica; qualidade das águas; limpeza	Mais acessos	
P0748	A beleza natural		Gostaria de ter estado mais tempo
P0749	Gastronomia	Só ter estado um dia	
P0750		Falta de limpeza nas ruas; excesso de tráfego automóvel no centro histórico.	

PLANO DE ORDENAMENTO TURÍSTICO DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

Cód.	O que gostou mais (Q23)	O que gostou menos (Q24)	Comentários/ Sugestões (Q25)
P0751	A beleza natural e a gastronomia		Verifica-se um certo centralismo turístico em S. Miguel, em detrimento das "ilhas de baixo"
P0752	Clima, ambiente marinho	Chuva	
P0753	Paisagens, surf.		
P0754	Gastronomia	Trânsito	Como foi uma viagem de negócios não pude apreciar bem a ilha
P0755	Belezas naturais		Melhor restauração e sinalização nas estradas.
P0756	De tudo em geral e principalmente das Caldeiras. As pessoas são muito agradáveis.		Não há restaurantes suficientes. No Faial, não há nada da terra para comprar – é uma tristeza.
P0757	A beleza natural	O nevoeiro	
P0758	A beleza natural		Mau atendimento no hotel quando o avião foi adiado devido ao mau tempo.
P0760	O acolhimento, as belezas naturais e o ambiente acolhedor e calmo.		Melhorar a oferta para as idades 15-25 anos.
P0762	Paisagem; gastronomia	Tempo	Gostámos muito!
P0763	Paisagem natural da ilha de S. Miguel		
P0764	Paisagem	SATA	Renovem profundamente a SATA. O serviço é muito mau. Os funcionários são simpáticos, mas muito incompetentes.
P0765	Beleza natural	Tempo nublado e chuvoso	Melhor sinalização dos locais a visitar
P0766	Hospitalidade	O pouco tempo que cá passei	Continuem assim!
P0767	Da beleza natural e da simpatia dos habitantes	Clima (nevoeiro)	Assinalar com mais antecedência os pontos com interesse e sinalizar melhor os caminhos.
P0768	A Lagoa do Fogo	O nevoeiro	Assinalar com mais antecedência (200m) os locais de mais interesse.
P0769	Beleza natural		Roubo nos preços dos táxis – não ganham nada em "escaldar" os clientes
P0770	Tudo em geral	Espera nos aeroportos	Melhor ligação inter-ilhas
P0771	Tudo em geral	A espera nos aeroportos	Maior facilidade de transporte inter-ilhas.
P0772	Arquitectura, estado de conservação dos edifícios (exemplar) e a limpeza	Comércio e alojamento muito caros	Reduzir o número de automóveis. Quanto ao resto, 5 estrelas.
P0773	Beleza natural	Trânsito citadino; agressão ambiental	Continuação da promoção do turismo para os Açores
P0776	Lagoa do Fogo	Trânsito	
P0774	De tudo em geral, principalmente do bem estar que é proporcionado pela cidade de Ponta Delgada e seus habitantes	Horários e não cumprimento dos voos.	A SATA deveria rever os seus horários e fazer por os cumprir.
P0778	Clima; mar; amizade e receptividade dos açoreanos		Cuidado na preservação do ambiente; Melhoria das sinalizações.
P0780	As caldeiras, jardins e sítios verdes	Pico da Pedra	Foi uma viagem calma e rápida
P0781	A paisagem	O nevoeiro, porque impossibilita as deslocações entre ilhas por avião	A SATA devia assumir os custos do cancelamento de voos devido a motivos climatéricos, nem que tenhamos de pagar um seguro por isso. Não se admite haver um cancelamento do voo e não se conseguir alojamento disponível em nenhum hotel da ilha. Isto passou-se de 10 para 11 de Junho no Faial e no Pico.
P0782	Paisagem; acolhimento; gastronomia	O tempo, que foi péssimo durante a estadia	Criação de linhas regulares de passeios pela ilha.
P0783	A simpatia e a paisagem	Nada a apontar	
P0784	O acolhimento da ilha	O avião não ter podido vir no dia previsto por causa do nevoeiro	Acelerem a compra de aparelhagem que permita aterrar com nevoeiro
P0786	As pessoas; a paisagem	Clima	Mais hotéis, melhores vias de

PLANO DE ORDENAMENTO TURÍSTICO DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

Cód.	O que gostou mais (Q23)	O que gostou menos (Q24)	Comentários/ Sugestões (Q25)
			comunicação e melhor divulgação das maravilhas naturais dos Açores, tanto em Portugal, como no estrangeiro.
P0787	Paisagem	Tempo	
P0788	Paisagem; beleza natural	Falta de sinalização nas estradas	
P0789	Clima, beleza natural, hospitalidade, paraíso destas ilhas.	Nada de especial	Mais desenvolvimento da vida nocturna; mais sinalização.
P0790	Fazer o circuito à volta da ilha	Desaparecimento da bagagem	Melhorar a sinalização.
P0791	Beleza natural; hospitalidade e segurança que se vive na ilha.	Má sinalização de tudo quanto é importante e de interesse para o turismo.	
P0792		Falta de lugares na SATA, o que nos obrigou a viajar em executiva.	Aumentar o número de aviões/voos, utilizando simultaneamente a SATA e a TAP.
P0793	Hospitalidade; gastronomia		Alojamento mais barato.
P0794	Beleza dos Açores	Mau estado das estradas	Mais ligações aéreas e mais baratas
P0795	Praia, Comida, Amigos	Pouca utilização dos cartões VISA e do sistema telefónico	
P0796	Beleza natural	Falta de restaurantes	
P0797	Beleza natural; paisagens; simpatia das pessoas.	Falta de sinalização nas estradas; cozinha pouco variada.	
P0798	A paisagem, a pureza do ambiente e a comida	O tempo gasto nas ligações aéreas desde a costa ocidental dos EUA.	Espero que os Açores se mantenham assim simples e pouco comerciais, como estão.
P0799	As pessoas, comida e paisagens. Pouca poluição do ar e sonora.	Ficámos em hotéis de 3 estrelas - uns eram bons e outros terríveis!	
P0800	Clima, paisagem, flores, vacas.	Nada	
P0801	Gostei de tudo		Melhor assistência nos Hotéis
P0803	A simpatia das pessoas		Mais hotéis para acolher os turistas.
P0805	Beleza natural; paisagens; hospitalidade das pessoas; óptima comida a preços razoáveis.	Demasiadas curvas nas estradas. Gostaria de ouvir mais música portuguesa – a rádio está demasiado americanizada.	Superou as minhas expectativas. Sugiro um maior controle da velocidade dos automóveis em áreas balneares e estradas estreitas.
P0806	Compras; clima	Preço da alimentação	
P0807	Ver familiares e amigos	Lixo nas praias	Melhor limpeza nas praias e educação no turismo.
P0808	Paisagens e lagoas		Lojas abertas ao almoço e fim do dia e sábados todo o dia.
P0810	Praia, espectáculos de folclore, vida nocturna		Continuem o bom trabalho. É importante manter um ar limpo, para atrair os turistas aos Açores.
P0811	Paisagem relaxante	Falta de actividades para crianças em Sta Maria.	Seria bom ter actividades como equitação, excursões organizadas, passeios pedestres, pesca, etc. em Sta Maria
P0812	Paisagens e ver a família	Lentidão das pessoas	Mais actividade nas pessoas
P0816	Ver familiares		Comércio aberto 12 horas
P0817	Tudo e ver familiares		Melhores estradas
P0821	Estar com a família	Ter de ir embora	
P0804	Praias	Trânsito	Não posso esperar até vir outra vez!
P0809	As paisagens maravilhosas	O cheiro das fezes dos animais nas ruas	Sugiro que o Governo Regional faça alguma coisa para aumentar a segurança nas estradas e ponha cercas ao longo das estradas com abismos.
P0813	O mercado de compras, cafés e restaurantes	O preço de certos artigos.	
P0814	Mulheres. Belezas naturais	Nada	Tudo bom
P0815	Ver os familiares		Pessoal com melhor formação.
P0819	Beleza natural; limpeza das estradas		Deve ser mais promovida turisticamente, pois muita gente não tem a noção da magnificiência da beleza natural da ilha.
P0822	Clima; Gastronomia e Paisagem	Preços e horários dos restaurantes, principalmente à noite.	
P0823	Paisagem; simpatia	Bruma	Melhor sinalização nas estradas
P0824	A paisagem	O custo de vida; estradas em	

PLANO DE ORDENAMENTO TURÍSTICO DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

Cód.	O que gostou mais (Q23)	O que gostou menos (Q24)	Comentários/ Sugestões (Q25)
		mau estado	
P0826	Ambiente natural	Trânsito e estacionamento em Ponta Delgada	Mantemham os locais o mais virgens possível
P0827	Paisagem e lagoas	Os horários não são muito apropriados	
P0828	Nos Açores só se pode gostar de: "Tudo"	Horários dos voos de ligação com o Continente com muito poucas alternativas	Mais voos; melhores estradas; mais divertimentos (que tal uma espécie de Feira Popular de Lisboa?)
P0829	Gostei especialmente da paisagem e das lagoas	Horários dos voos de ligação com o Continente não são os mais apropriados	Um parque natural, mais divertimentos e um género de safari, devido ao muito espaço que possuem para tal.
P0830	A gastronomia; a paisagem natural.	O trânsito	Espaçar mais os voos PDL/Lisboa
P0831	Ambiente; hospitalidade; clima; segurança	Falta de estacionamento na cidade	Recomendaria mais restaurantes a servir, principalmente, a partir das 22 horas
P0832	Paisagem	Falta de movimento de pessoas na rua à noite	
P0833	Paisagem; Limpeza		
P0834	Paisagem; cultura e gastronomia	Falta de tempo para visitar a ilha	Foi uma viagem muito rápida
P0835	A beleza natural e cuidada; a simpatia dos açoreanos; a gastronomia; a limpeza; o clima.		Retirar a areia que têm nas praias e trazer areia branca do Continente – não é tão difícil assim, pois Tenerife assim o fez.
P0836	A natureza; acolhimento dos açoreanos, paisagens; cascatas; clima	Gastronomia, por ser à base de pimenta e picantes.	O que nos deixou chocados foi alguma pobreza nas ruas de Ponta Delgada e em Rabo de Peixe. Porquê isto?
P0837	Toda a beleza natural	Mau estado das estradas	Mais entretenimento
P0838	Do sossego que as paisagens nos possibilitam.	De ter que ir embora	Melhoramento dos serviços hoteleiros e do apoio ao turista
P0839	Pessoas; Clima; Natureza	Hoteis – são caros e antigos	Investir em hotéis – melhor qualidade/preço
P0840	Ambiente natural	Falta de limpeza da cidade; bairros degradados, Rabo de Peixe, etc.	É necessário intervir na Lagoa das Sete Cidades, sob pena de se vir a perder irremediavelmente
P0841	Clima; belezas naturais; vegetação	As sempre inevitáveis obras de beneficiação de pavimentos e saneamento	
P0842	Gostaria de realçar as belezas naturais que são de facto uma mais valia para S. Miguel e que faço votos continuem sem alterações degradantes		É sempre com prazer que me desloco a S. Miguel
P0843	Paisagem; gastronomia; ambiente calmo	Clima variável; percursos pedestres mal assinalados ou inexistentes devido a falta de manutenção; grande variação da qualidade dos restaurantes, para preços idênticos.	Elaboração e disponibilização dos percursos pedestres nos postos de turismo. Colocação de uma classificação na lista de restaurantes
P0844	Voltar a estar com clientes e amigos		Mais restaurantes de peixe em Ponta Delgada
P0845	Belezas naturais; Simpatia e acolhimento dos residentes		Não haver voos para Lisboa com mais frequência, o que obriga a sair muito cedo de Lisboa e regressar tarde também devido à diferença horária, mas penso que mais 2 voos intercalados nos já existentes seria bom
P0846	O ritmo calmo a que a vida se processa	Relação qualidade/preço do alojamento	Para uma região com excelentes atributos em termos turísticos, o preço do alojamento, quicá relacionado com a escassez da oferta, não ajuda ao incremento da procura.
P0847	A calma	O custo de vida	Maior oferta
P0848	Beleza natural		Mais hotéis
P0849	Pessoas e ambiente natural (lagoas, praias, etc)	Falta de sítios nocturnos para turistas (casino, discotecas e pubs); poucos Hotéis	
P0850	Natureza/Simpatia	Pouco tempo de estadia	Relativamente à SATA sugiro que o check-in do Continente para as ilhas

PLANO DE ORDENAMENTO TURÍSTICO DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

Cód.	O que gostou mais (Q23)	O que gostou menos (Q24)	Comentários/ Sugestões (Q25)
			possa ser feito pelo telefone; todo o restante serviço é óptimo. Os produtos típicos poderiam ser mais divulgados.
P0851	A Caldeira Velha e toda a ilha Terceira	Os acessos e a sinalização dos locais a visitar	As ilhas visitadas são realmente muito bonitas, mas os acessos e a sinalização deviam ser melhorados
P0852	Caldeira Velha, Sanjoaninas (Terceira em geral); paisagem natural do Nordeste	Em S. Miguel, os acessos, incluindo estradas regionais são péssimos e as placas de sinalização ou não existem ou estão muito pouco visíveis.	Sugeria que melhorassem as estradas e a sinalização, isto em S. Miguel, porque a Terceira pareceu-me a ilha mais arrumada e limpa. Mas é tudo muito bonito. Goste!
P0853	Pouco tempo para passear, mas admiro.	Mau estado das estradas no interior	Melhores condições hoteleiras
P0856	Paisagem natural		
P0857	A paisagem e a simpatia das pessoas	As obras em Ponta Delgada	
P0858	Tudo!		
P0859	A sua beleza natural	A falta de boas estradas e de sinalização, especialmente em algumas ilhas.	Divulgar mais e proporcionar melhores condições aos residentes do Continente
P0860	Gostei muito da ida ao Nordeste, da ilha do Pico e da forma como fomos atendidos por toda a gente.		
P0862	Gostei de tudo		Faço votos para que a massificação do turismo nestas ilhas paradisíacas, não estrague tudo aquilo que vi.
P0863	A beleza natural		Sugiro que o posto de turismo esteja aberto ao sábado e, durante a semana, até mais tarde.
P0865	Beleza natural das ilhas e a amabilidade do povo açoreano.		
P0867	A beleza natural. Também a gastronomia é excelente, no entanto, as unidades hoteleiras deveriam incluir mais frutas e legumes no acompanhamento das refeições.	O barulho – ruído ensurdecedor toda a noite em frente ao Hotel Avenida, motos, ausência de policiamento, grande falta de civismo. Numa cidade como Ponta Delgada, impõe-se de imediato semáforos e fiscalização dos escapes.	Os Açores, lindas ilhas, deveriam ter mais comércio de produtos naturais. Deveria, a par do desenvolvimento, ter campanhas publicitárias em condições.
P0868	O ambiente; a gastronomia	Nada	
P0869	A beleza natural	O preço do hotel Açores Atlântico	Melhorar os serviços prestados aos turistas. Dinamizar o turismo.
P0870	Tudo	Horários e falta de restaurantes no Nordeste	Os restaurantes deviam ter um horário mais prolongado. Saímos do Nordeste em direcção à Ribeira Grande e não encontramos um único restaurante aberto; temos duas crianças pequenas, tivemos que jantar em casa de amigos por volta das 23 horas.
P0871	Natureza		
P0872	Belezas naturais		
P0873	A beleza natural	O tempo incerto	
P0875	Todas as belezas naturais, a vida calma que ainda se vive nos Açores; todas as ilhas são diferentes, mas muito bonitas.	Falta de programas ou circuitos turísticos, no caso das pessoas não virem já com tudo incluído.	
P0876	Acolhimento	Transbordo da Terceira para o Faial	Mais locais de lazer. Mais programas de visitas. Mais informação nos hotéis sobre locais a visitar.
P0877	A ilha do Faial	Serviço de restauração	
P0878	As pessoas e os amigos	Serviços mal aproveitados	Mau aproveitamento da gastronomia, para o turismo. Pouca animação nocturna.
P0880	A beleza natural das paisagens	A falta de sinalização/informação nas estradas e locais.	
P0881	Gostei de todas as ilhas visitadas, particularmente do Nordeste de S. Miguel. A beleza natural e a hospitalidade dos açorianos	Nada em especial.	A minha sugestão é que se deve manter a beleza natural das ilhas e não estragarem o ambiente com construções e poluição.

PLANO DE ORDENAMENTO TURÍSTICO DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

Cód.	O que gostou mais (Q23)	O que gostou menos (Q24)	Comentários/ Sugestões (Q25)
	encantaram-me		
P0883	Gastronomia		
P0884	Tudo		Correu tudo bem
P0885			Adoro S. Miguel, onde venho há 20 anos. Gostaria que o desenvolvimento do arquipélago fosse sustentado e se preservasse os valores naturais, artísticos e culturais
P0886	A visita à ilha, pela sua beleza natural	O atendimento no Restaurante Alcides – péssimo!	
P0887	Da envolvimento na natureza. Um conjunto perfeito e harmonioso entre o ser humano e a natureza. Espero que o preservem.	Nada	Foi agradável. Não há nada a sugerir. É tudo bom.
P0888	A hospitalidade dos residentes, o clima, os espaços verdes, o rali SATA Açores	Não ter terminado o raly SATA Açores	Até para o ano!
P0889	O verde	Demasiada calma	
P0890	O facto de ser uma região autónoma, bem organizada	Preço do alojamento	Desenvolvam fundamentalmente a área dos desportos
P0891	Natureza, Gastronomia	Clima, o serviço do Restaurante Alcides	Incremento da divulgação
P0892	As paisagens		
P0893	O clima, o ambiente entre os amigos locais e o sossego	Não há ambiente nocturno; o que há não tem condições e não percebo como alguns estão autorizados a funcionar	O alojamento é escasso; não há hotéis que cheguem; sempre que há um evento na ilha temos de recorrer a apartamentos particulares, às vezes sem condições.
P0894	A hospitalidade das pessoas e o ambiente natural fabuloso	Nada a assinalar	Minibus mais actuais e confortáveis.
P0895	Beleza natural; Festividades Populares	Atendimento hoteleiro e da restauração	Investir na formação profissional dos jovens; melhorar o apoio ao turista; promoção das actividades lúdicas e culturais ao turista; incremento de hábitos de cidadania e relacionamento educado.
P0896	O que mais me fascinou foi o ambiente natural e a camaradagem proporcionada pelas pessoas	O neveiro, que não me ajudou nada na prova (rali) e não me deixou ver as paisagens	Vou voltar para o ano, porque gosto deste ambiente.
P0897	O clima, a paisagem (ambiente natural) e o trato com as pessoas.	O atendimento nos restaurantes	Deve ser mais divulgada a riqueza das ilhas no Continente
P0898	Belezas naturais	Atendimento em restaurantes	
P0899	De tudo	Atrasos nas viagens	Não tenho comentários
P0900	A paisagem, visita às lagoas; beleza natural	Esperas nos aeroportos	
P0901	Belezas naturais	Sujidade nas ruas	Melhor atendimento
P0902	Natureza	Sinalização nas estradas; Vida nocturna	Esta ideia do inquérito é muito boa.
P0903	Tudo		Apoio à juventude local para dinamização de actividades de lazer.
P0904	A simpatia da população, a hospitalidade, a tranquilidade e a paradisíaca paisagem.		Melhores preços nos serviços aéreos para a possibilidade de os continentais aqui virem com regularidade a fim de que o abraço entre regiões seja uma realidade.
P0905	Lazer	Mau serviço nos restaurantes; preços elevados; poucos acessos a praias.	
P0906	Hospitalidade, beleza natural, gastronomia.	Prestação de serviços	
P0907	Beleza natural	Falta de sinalização e indicações (ruas, povoações, estradas); falta de nível dos restaurantes e preços muito elevados; anarquia do estacionamento no meio das estradas.	É de saudar o esforço de preservação da natureza e de contenção na modificação da paisagem, embora esporadicamente agredida arquitectónicamente por uma construção mais desinserida do meio envolvente. É necessário melhorar a sinalização de ruas e estradas.

PLANO DE ORDENAMENTO TURÍSTICO DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

Cód.	O que gostou mais (Q23)	O que gostou menos (Q24)	Comentários/ Sugestões (Q25)
P0910	Tudo		Melhores ligações nos transportes aéreas (quantidade/qualidade)
P0911	Hospitalidade dos residentes e, naturalmente, o fantástico "ambiente" desta ilha de beleza indescritível. Um verdadeiro paraíso com gente formidável		Deveriam construir mais hotéis de qualidade
P0913	Beleza natural, golfinhos, Peter Café Sport, Caldeira Velha, Cozido das Furnas, Capelinhos	Falta de bares e discotecas. Preço do rent-a-car muito elevado.	Postos de turismo abertos ao fim-de-semana
P0914	As incríveis paisagens naturais e a hospitalidade dos açoreanos.	Falta de transportes públicos no interior das ilhas.	Gostaria que a rede de transportes públicos fosse melhorada e que se incrementasse a divulgação turística dos Açores. As viagens aéreas deveriam ser mais acessíveis a todas as pessoas e sobretudo aos Continentais
P0915	Furnas	Algumas vias de circulação automóvel e sinalização	
P0916	Beleza natural	As ligações aéreas com Lisboa são a horas extra (de madrugada)	
P0917	Beleza natural		
P0918	Paisagem (lagoas) e actividade desportiva; clima	Mau estado de conservação de alguns pavimentos e estradas, sobretudo no interior da ilha	Agradou-nos o estado de conservação impecável de parques, miradouros e jardins. Vale a pena investir no desenvolvimento dos Açores, mas não em demasia, para não perdermos este santuário natural face ao "excesso de civilização"
P0919	Gastronomia	Vida nocturna	
P0920	Hospitalidade	Falta algo na vida nocturna; o que existe tem algumas lacunas.	Melhorar os acessos ao Nordeste; melhorar os sanitários de alguns restaurantes e bares
P0921	Paisagem – natureza em estado puro; hospitalidade	O nível da restauração é débil e mau; o serviço nos restaurantes é primário e precisa de urgente formação; falta de oferta gastronómica em restaurantes de nível médio/alto e dramática falta de boas "tascas" com pratos regionais.	Não deixem estragar o que têm de melhor (natureza e beleza natural), mas caminhem para patamares mais elevados de oferta turística (restauração, hotelaria, gastronomia, formação qualificada de pessoas)
P0922	Calma	Confeção da comida; carne; estacionamento	Melhoria do estacionamento, fluidez do trânsito na cidade; limpeza de sanitários em alguns restaurantes
P0923	A visita a S. Miguel, especialmente, Furnas e Sete Cidades	Nada	Tudo bom. Parabéns!
P0925	A calma deste magnífico lugar, juntamente com a possibilidade de fazer alguns desportos náuticos.		Voltarei sempre que possível!
P0926	Paisagem natural; gastronomia	Estradas;clima;preços	O sistema de transportes dentro da ilha de S. Miguel e inter-ilhas parece-me algo ineficaz e caro. As alternativas à observação da paisagem natural são poucas e dispendiosas (por exemplo, a observação de cetáceos)
P0927	A hospitalidade, a simpatia das pessoas, a beleza da paisagem.		Melhores preços nos serviços aéreos, para melhorar o intercâmbio entre os continentais e os açoreanos. Mais pontualidade nos voos.
P0928	Paisagens naturais e gastronomia	Preços demasiado elevados. Pouca informação, má sinalização das estradas	
P0929	Beleza natural, inigualável; cozido nas Furnas (um sonho que realizei)		Devem divulgar mais esta Região, pois os Açores são o paraíso na Terra!
P0931	Belezas naturais e gastronomia com frutos do mar	E praticamente impossível fazer ligações telefónicas a pagar no	Melhorar os serviços telefónicos e disponibilizar serviços via internet.

PLANO DE ORDENAMENTO TURÍSTICO DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

Cód.	O que gostou mais (Q23)	O que gostou menos (Q24)	Comentários/ Sugestões (Q25)
		local de destino	Diminuir o preço dos hotéis.
P0930	Paisagem; recursos naturais; estadia no Hotel Terra Nostra; carro do rent-a-car em boas condições; limpeza de toda a ilha (jardins, ruas, praias); acolhimento no posto de turismo das Furnas.	Serviço em alguns restaurantes; má sinalização nas estradas dos pontos de interesse turístico; falta de apoio do agente turístico; brochura do rent-a-car fornecida pelo hotel onde constavam preços inferiores aos realmente praticados.	Um melhor acolhimento (mais personalizado) por parte do operador turístico, dando a conhecer as melhores possibilidades e diferentes alternativas para conhecer a ilha e onde e como participar nas diferentes actividades possíveis; melhor relação qualidade/preço nos serviços de restauração e uma maior aposta na cozinha regional. Não acham que está a aumentar demasiadamente o abate de árvores, sem a devida compensação ao nível de replantações?
P0932	A natureza virgem	A falta de civismo dos peões nas ruas	De um modo geral, melhorem os acessos e sinalização, mas não destruam a natureza! !
P0934	Nordeste de S. Miguel		Mais responsabilidade da Agência de Viagens Abreu – só em S. Miguel.
P0935	Paisagens naturais	Indiferença dos faialenses no trato com os continentais; só dão atenção aos estrangeiros. Atrasos dos aviões.	Sei falar inglês, mas os menus na Horta deviam estar escritos em português.
P0936	Beleza natural		
P0937	Beleza natural, clima, qualidade de vida		
P0938	A paisagem; a amabilidade das pessoas; a segurança dos cidadãos	As cidades; o comércio; a espera no aeroporto	Mais agroturismo; maior desenvolvimento das praias e dos aspectos naturais. Mais sinalização nas estradas
P0939	Paisagem		Alguns atrasos nas viagens de avião.
P0940	Da paisagem natural e do Parque das Furnas	Falta de sinalização nas estradas	Sugerimos que seja colocada sinalização adequada em todas as estradas da ilha de S. Miguel.
P0941	Comida; pessoas	Pouco profissionalismo	Mais profissionalismo nos restaurantes; mais requinte na comida; mais desenvolvimento turístico – o turismo é o futuro!
P0942	Ambiente natural; gastronomia; pessoas.		Gosto sempre de tudo quando venho aos Açores
P0943	A nossa estadia foi ótima e só não podemos dizer excelente devido a um pequeno incidente com um dos carros alugados. Mas os Açores são magníficos e merecem uma 2ª volta. Da próxima, para ficarmos mais tempo na ilha Terceira, que nos pareceu um encanto!	Horários de encerramento dos postos de turismo, bem como museus, igrejas e lojas. Falta de apoio aos domingos e feriados.	Altreração dos horários referidos no ponto anterior; melhor conexão dos voos inter-ilhas e com o Continente, para não se perder um dia inteiro nos bancos dos aeroportos.
P0944	Especialmente as paisagens, que são espectaculares, as bermas e os sítios para se fazer pic-nic, muito arranjados. A hospitalidade das pessoas.		Melhores acessos a alguns locais de interesse.
P0945	Tudo!	Ir embora!	Continuação de uma ótima hospitalidade!
P0946	Beleza natural da ilha e o contacto pessoal com os residentes	Perder o avião.	Viagem bastante positiva no aspecto profissional. Os restaurantes deviam fechar um pouco mais tarde (cerca das 23 horas)
P0947	Paisagem; fenómenos vulcânicos; piscinas naturais e cascatas	Pouco desenvolvimento do turismo. Gostaria de ter mais oferta e maior variedade de produtos regionais e artesanato.	Creio que há muito a fazer no que respeita ao desenvolvimento do turismo, mas espero que o que seja feito, não vá "estragar" a beleza natural e a calma que hoje se observa.
P0948	Sossego e calma		Mais restaurantes
P0949	Paisagens naturais; simpatia do povo local	Mau estado das estradas, cheias de buracos.	A viagem foi maravilhosa ve a ilha de S. Miguel é muito mais linda do que esperávamos, só acho uma pena não ser mais divulgada tamanha beleza no

PLANO DE ORDENAMENTO TURÍSTICO DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

Cód.	O que gostou mais (Q23)	O que gostou menos (Q24)	Comentários/ Sugestões (Q25)
			Continente.
P0950	Hospitalidade; cultura; clima; ambiente natural e segurança.	Falta de fiabilidade nas ligações inter-ilhas	
P0951	Da temperatura da água do mar	Dos condutores	Melhem a condução e as estradas. Alarguem o horário dos restaurantes – não se consegue comer muito depois das 21.30. Tirem o monopólio à SATA, para não haver tantos atrasos com os voos (é uma vergonha!)
P0952	De tudo em geral	Pouca animação nocturna	Continuem
P0953	Do clima e do ambiente natural		Continuem, que vão no bom caminho!
P0954	Natureza		Faltam auto-bus aeroporto/cidade; faltam transportes dentro da ilha; falta informação relativamente a campismo nas ilhas. Gostei. Volto de certeza!
P0955	Beleza natural; estradas de qualidade razoável; clima ameno.	Má qualidade dos restaurantes, especialmente fora de Ponta Delgada; Fraca oferta de restauração; sujidade; poucos ou nenhuns postos de venda de artesanato nos locais turísticos; fracos serviços ao turismo; pouca afabilidade dos naturais.	
P0956	Natureza		Mais opções em termos de animação nocturna
P0957	Natureza; calma; mergulho; clima; baixos preços do peixe.	Estradas em más condições, com muitos buracos.	Ligação directa à Alemanha, sem ter de se passar uma noite em Lisboa. Não se tornem demasiado turísticos!
P0958	Amabilidade das pessoas		
P0959	Paisagem	Instabilidade do tempo	Melhor restauração
P0960	A paisagem e a limpeza de todo o meio envolvente	Os transportes e as estradas interiores	
P0961	Paisagens e companhia dos amigos	Clima	Recepção no aeroporto para turistas; melhoramento de estradas e acessos a locais a visitar.
P0962	A beleza natural; a hospitalidade dos naturais; a pesca desportiva.	Os preços praticados pelos estabelecimentos hoteleiros e comércio em geral que, comparados com outros, me parecem exagerados	
P0963	Paisagens	A humidade	Baixem os preços das residenciais e das refeições.
P0965	Beleza natural, paisagens	O tempo instável	
P0966	Locais óptimos para a prática do parapente	A estadia foi curta	Espero voltar para o ano. Foi bom!
P0967	Paisagem; clima; gastronomia		Continuem com o esforço de preservação paisagística, incrementem a preservação da arquitectura tradicional e impludam a agressiva torre de 20 andares na marginal de Ponta Delgada!
P0969	A limpeza, as zonas verdes, o silêncio.		Devia haver mais stress
P0970	O ambiente natural	O isolamento das ilhas	
P0971	As furnas, a Lagoa das Sete Cidades, Nordeste	Os Hoteis e a Alimentação	Devia haver mais lojas de artesanato e floristas. Hoteis de melhor qualidade; custo de vida mais barato.
P0972	O mar e o ambiente natural	As estradas	Deviam apostar no Turismo Rural/ecológico e preservar, na medida do possível, os recursos naturais, para poder distinguir os Açores dos outros pólos turísticos (ex: Algarve e Madeira)
P0974	Do ambiente natural e da ruralidade das ilhas (excepto S. Miguel)	Da falta de competência do pessoal da SATA e dos preços elevados que se praticam em termos gerais, por falta de alternativa. Os aviões inter-ilhas da SATA têm um aspecto envelhecido e pouco seguro.	Seria bom reverem as ligações aéreas para Lisboa, pois são pouco numerosas e partem de poucas ilhas. Espero que mantenham as ilhas o mais intactas possível.
P0975	O ambiente natural	Relação qualidade/preço dos restaurantes	Melhorar a competência das hospedeiras terrestres das companhias

PLANO DE ORDENAMENTO TURÍSTICO DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

Cód.	O que gostou mais (Q23)	O que gostou menos (Q24)	Comentários/ Sugestões (Q25)
			aéreas
P0976	Ilhas das Flores, S. Jorge e Faial	O preço da alimentação em S. Miguel – é muito caro!	Deverão fomentar mais o turismo e existirem mais roteiros turísticos de apoio, o que encontramos com boa qualidade no Faial.
P0977	Paisagem natural	Preços do alojamento e das refeições	
P0978	Da amabilidade dos habitantes, da limpeza das ruas, assim como das belezas ambientais.	Do estacionamento automóvel, que é um autêntico caos, assim como da oferta hoteleira.	Penso que o custo do transporte aéreo para o Continente é exagerado e a oferta hoteleira insuficiente.
P0979	Gostei de tudo o que visitei	Entretenimento/comércio fechar muito cedo	
P0980	Da paisagem e recursos naturais	As horas precoces de encerramento de parques naturais e lagoas; pouco policiamento.	Transportes organizados para principais pontos de interesse da ilha.
P0981	A natureza, as lagoas, as vacas, fenómenos vulcânicos, parques, miradouros e a manutenção das zonas verdes.	Dos açorianos não distinguem a esquerda da direita e ausência de placas de sinalização em diversos locais importantes.	Mais placas de sinalização; postos de turismo fora dos centros urbanos; mapas com um pouco da história dos locais a visitar.
P0982	Hospitalidade dos residentes		Foi uma boa estadia. Regressarei brevemente!
P0983	A paisagem é lindíssima (Lagoa do Fogo); a gastronomia é de boa qualidade (oferta, quantidade e preços acessíveis)	Em termos de serviços hoteleiros, deixa algo a desejar.	Penso que existe ainda uma baixa qualidade de profissionalismo por parte dos serviços; uma vez que é uma área bastante importante, penso que aí estão as maiores lacunas, por isso devia-se investir mais na formação dessas pessoas.
P0984	A beleza natural e o seu exotismo	De alguma população – são mal educados	Baixar preço das estadias; melhorar transportes dentro das ilhas.
P0985	A beleza natural e a qualidade de vida; a gastronomia e a beleza dos monumentos.	Péssima sinalização dos locais e das estradas, nomeadamente, a completa inexistência de placas toponímicas. Os mapas existentes da ilha, reflectem de uma maneira muito deficiente os locais de interesse, bem como as respectivas vias de acesso. Exige-se uma cartografia actualizada da ilha e locais assinalados na ilha de S. Miguel. Ligações marítimas inter-ilhas pouco frequentes.	A oferta de programas/sugestões de actividades de lazer organizadas por estruturas turísticas, nomeadamente, ecoturismo, desportos radicais e ecológicos, turismo de aventura e turismo rural/habitação. É uma ilha muito bonita, com muito potencial turístico, e não só, a explorar!
P0986	O ambiente, a paisagem, o clima temperado.	A falta de limpeza urbana, da orla marítima e do mar.	É necessário sensibilizar a população para a necessidade de não fazer despejos para o mar, nem para a orla marítima. De há 22 anos para cá, piorou muito!
P0987	As pessoas; toda a vegetação e paisagens	Falta de diversões, cinemas, teatros, ou seja, locais onde se possa passar o tempo à noite.	Além de alguns atrasos e de ter ficado retido algumas vezes, correu tudo muito bem, obriçado.
P0988		São necessários mais táxis e hoteis	A minha visita foi em trabalho, mas voltarei para passar férias.
P0990	Dos amigos e da companhia.	As estradas	É necessário um atendimento mais eficaz.
P0991	Temperatura; sossego.	Dificuldade em arranjar táxis; falta de alojamento.	Conserto de algumas estradas; mais hoteis; mais táxis; restaurantes médios em alguns pontos.
P0993	Beleza natural; convívio com amigos; comida.		
P0994	Uma ida com amigos à Ribeira Quente foi fantástica!	Os atrasos dos aviões da SATA e longas esperas nos aeroportos.	Dignifiquem mais a beleza natural dos Açores e não massifiquem o turismo em quantidade, mas em qualidade. A limpeza em todas ilhas está bastante esquecida...
P0995	O clima, a paisagem, a hospitalidade dos residentes, a gastronomia.	Falta de pontualidade nos voos	
P0996	A paisagem, com uma excelente natureza ainda		

PLANO DE ORDENAMENTO TURÍSTICO DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

Cód.	O que gostou mais (Q23)	O que gostou menos (Q24)	Comentários/ Sugestões (Q25)
	intacta.		
P0997	A beleza da ilha de S. Miguel – vale a pena voltar sempre	Os atrasos nos aviões	Queria agradecer ao povo dos Açores pela simpatia e queria que continuassem sempre a melhorar
P0998		Choveu muito. Os voos estavam tão cheios que foi difícil alterar o voo de regresso.	Talvez mais voos extra fosse um melhoramento.
P0999	A cerveja, no bar	Os longos dias de trabalho	
P1000	O clima	A dificuldade em fazermo-nos entender em inglês	
P1001	A natureza, o mar	Nada	
P1002	Natureza, a gente	Isolamento	Obrigado. Açores/Russia "friendship forever"!
P1003	A natureza		
P1004	Ambiente natural	A informação sobre transportes públicos é muito má.	Mais alojamento particular e trilhos pedestres devidamente sinalizados
P1005	Natureza	As estradas são más	Um pouco mais de infraestruturas (só um pouco), mas é bom manter o turismo de massas fora dos Açores!
P1006	Natureza	Más estradas	
P1007	A natureza		
P1008		A falta de civismo dos condutores	
P1009	Clima, natureza, silêncio; paisagem, inexistência de grandes hotéis e lojas.	Falta de controle sobre carros com motores que poluem o ar, sobretudo em cidades. Motociclos a passar em ruas fechadas ao trânsito.	Mais áreas protegidas. Mais ruas fechadas ao trânsito.
P1011	As paisagens de cortar a respiração	Número insuficiente de parques de campismo organizados	Construir mais parques de campismo melhor organizados. Melhor serviço de transportes públicos (mais frequente) e sirvam mais alguma coisa do que vegetais cozidos a acompanhar o vosso excelente peixe grelhado!
P1012	Natureza e paisagens	Enjoo no mar	Os aeroportos locais não têm bons transportes públicos de ligação com as cidades.
P1013	As paisagens, a natureza, a observação de golfinhos	Falta de sinalização nas estradas; falta de áreas de não fumadores nos restaurantes	As pessoas são muito simpáticas. Os Açores são lindos, com todas as flores!
P1014	Ambiente natural; a honestidade das pessoas	Insegurança dos peões no tráfego automóvel dentro da cidade	
P1015	Duma maneira geral, de tudo. Fiquei bastante fascinada com a verdura que esta ilha tem.		Melhores estradas e sinalização
P1016	A beleza natural e a proximidade de todos os serviços.	A distância a que se encontra do meu local de residência e o não poder viajar para cá de automóvel.	Por ironia, façam uma estrada para o Continente!
P1017	Simpatia da população; a maneira como os monumentos estão preservados; a limpeza; a beleza natural.	Falta de sinalização (indicação toponímica) dos locais indicados nos guias turísticos na ilha Terceira	Do que vimos gostámos, pelo que voltaremos para visitar as restantes ilhas. Como gostámos particularmente de S. Miguel, voltaremos para uma estada mais prolongada.
P1018	Das pessoas, pela maneira como recebem; da gastronomia; da beleza natural.	Serviço e horário dos restaurantes.	Os horários da SATA deviam ser mais cuidados – ou são muito cedo ou muito tarde. No meu caso, para ir a Sta Maria e vir no mesmo dia tive de esperar cinco dias, depois de de estar em lista de espera!
P1019	Ida às Furnas		Basta manter as características.
P1020	A tranquilidade/qualidade do Hotel Bahia Palace. As paisagens e a simpatia da gente local com quem contactámos.	A falta de sinalização das estradas, com placas indicatórias dos destinos.	Deverão melhorar a sinalização nas estradas, com a indicação das localidades.
P1021	A calma, a beleza da ilha, a hospitalidade das pessoas, a gastronomia.	Pouco tempo para disfrutar mais deste paraíso	Voltarei por certo. Muito obrigado!
P1022	Sem dúvida, o verde	A falta de indicação de	Os Açores, em termos de turismo,

PLANO DE ORDENAMENTO TURÍSTICO DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

Cód.	O que gostou mais (Q23)	O que gostou menos (Q24)	Comentários/ Sugestões (Q25)
	envolvente e a paz e tranquilidade durante as deslocações para os diversos locais de visita.	itinerários; a falta de asfaltamento de alguns troços importantes; alguns restaurantes, para a qualidade dos serviços, cobram valores elevados.	ainda estão um pouco atrás do que seria de esperar (ex: praias e locais de lazer), mas, por favor, não façam dos Açores outro Algarve! Deixem os Açores para nós portugueses com menos possibilidades económicas, poderemos cá vir e disfrutar da vossa Região!!
P1023	Belezas naturais	Tempo de espera exagerado, nos voos de ligação	
P1024	A beleza da natureza	O vento	
P1025	Principalmente das pessoas, que se mostraram de uma grande cordialidade. Também o aspecto principal que nos trouxe até cá: a beleza natural das ilhas, a arquitectura das cidades e a sua cultura.	Oferta hoteleira, que é cara para a qualidade que oferece e escassa; tempo de espera nas ligações inter-ilhas; excepto Ponta Delgada, as cidades são pequenas, com pouca oferta de restauração e vida nocturna; pouca oferta de vida nocturna, pouco ambiente à noite.	Ligações mais concertadas nos voos inter-ilhas e com o Continente; Oferta hoteleira com mais qualidade e em maior quantidade; Mais oferta na restauração e vida noc-turna; maior divulgação de actividades desportivas e de lazer, nas próprias unidades hoteleiras; Maior e melhor oferta de zonas balneares, dado o clima temperado e a boa qualidade das águas – se não existirem locais naturais, há que ter a capacidade de construir locais aprazíveis sem destruir a natureza, o que requer estudos e investimentos.
P1027	A Universidade dos Açores; a Lagoa das Sete Cidades; ver o sol a pôr por volta das 21 horas pela primeira vez (sou angolano)	O avião de regresso a Lisboa sai muito tarde e o receio de ocorrer algum sismo ou vulcão.	
P1028	Paisagem e natureza	Posto de Turismo fechado aos fins de semana	Abertura dos Postos de Turismo aos fins-de-semana
P1029	Da paisagem; vida natural, sossego		Não compreendo que a rent-a-car se entregar o carro no aeroporto, debite um suplemento de 2500\$00+IVA, quando se entregar o carro em Ponta Delgada não cobra essa taxa.
P1030	Sou natural desta ilha. Já não vinha cá há cerca de 5 anos e notei um grande desenvolvimento a nível hoteleiro, estradas e habitações.	Penso que a mentalidade das pessoas não evoluiu, continuam muito tradicionalistas, com pouca cultura. A nível dos espaços nocturnos, é degradante, com péssimo ambiente, mais valia investirem em espectáculos culturais. A noite é frequentada por gente com muito pouca cultura.	Fechem os espaços nocturnos, como por exemplo, a Discoteca KARAMBA.
P1031	Da paisagem e da hospitalidade da população	Das estradas em reparação	Melhorar as estradas; a sinalização e manter a paisagem
P1032	Sobretudo da paisagem	Ruas das cidades, passeios estreitos, mau estacionamento, sinalização, obras públicas, pouco movimento nocturno.	Melhorar os aspectos indicados no ponto anterior
P1033	Paisagens	Do dinheiro que cá deixei	Falta gastronomia típica!
P1034	A paisagem das duas ilhas visitadas (Terceira e S. Miguel), muito bonita	Estradas de péssima qualidade, má sinalização e o estacionamento que é 99%, o que penso que não está bem .S.Miguel tem muito lixo nas estradas; na Terceira não é assim.	Sugiro que limpem a ilha de S. Miguel. E tão bonita, mas o lixo nas beiras das estradas estraga tudo. Já agora, arrajem melhor as estradas secundárias e sinalizem-nas.
P1035	Apreciámos a beleza natural de S. Miguel e a simpatia dos micaelenses que, com a sua simplicidade, tornam a ilha ainda mais bonita.	A forma como se conduz em S. Miguel, onde a velocidade e as manobras perigosas são os principais perigos que os turistas podem enfrentar.	Esperamos que as povoações desta ilha tenham no futuro melhores condições de vida, para que nas suas caras tristes apareça o sorriso que merecem. Há que investir na educação e esclarecimento das populações, o que permitirá um maior desenvolvimento. Só assim será possível maximizar as potencialidades

PLANO DE ORDENAMENTO TURÍSTICO DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

Cód.	O que gostou mais (Q23)	O que gostou menos (Q24)	Comentários/ Sugestões (Q25)
			turísticas desta ilha tão bonita.
P1036	Beleza natural; simpatia das pessoas.	O mau tempo que se fez sentir, tendo afectado os voos e o facto de os Açores estarem muito pouco dedicados ao Turismo: a vida nocturna é quase inexistente, há poucos estabelecimentos dedicados ao turismo, poucos restaurantes, poucos apelos à diversão.	Conheçam o turismo espanhol e tentem aplicar, sem destruir a beleza natural.
P1037	A beleza natural e a hospitalidade local		Dinamizar a animação nocturna, melhorar a informação rodoviária e turística (locais de maior interesse)
P1039	Clima, beleza natural; hospitalidade; gastronomia	Não se vê um polícia à noite, fora da cidade.	
P1040	As paisagens, o clima, as piscinas naturais, os jardins.	O comércio e os restaurantes fecham muito cedo.	Melhor sinalização para localidades, mapas nas estradas com referências e telefones de emergência.
P1041	Belezas naturais	Maneira como servem nos restaurantes	Melhor restauração
P1043	Belezas naturais; Simpatia das pessoas		Os transportes públicos no aeroporto (fora os táxis), são muito exíguos.
P1044	Beleza natural	Empresa de rent-a-car (Hertz)	
P1045	Caldeiras das Furnas	Mau estado de algumas estradas	Que mantenham a beleza que têm.
P1046	Gostei de tudo		Sugeria que a evolução não fosse muito grande.
P1047	Da hospitalidade e da extrema simpatia e simplicidade das pessoas. A segurança sentida, e o grande espectáculo oferecido pela natureza.		A sinalização das estradas deve ser melhorada. Os estabelecimentos que vendem artesanato têm que ser mais bem divulgados e sinalizados, no melhor interesse da ilha. Por favor, não deixem transformar a naturalidade da ilha em nome do desenvolvimento, transformando-a em mais uma ilha artificial! A natureza e a simplicidade das pessoas é o grande trunfo do vosso turismo. Adorei!
P1048	Paisagem; ambiente; educação das pessoas; termas das Furnas; campos muito verdes, muito bem tratados, etc.	Não encham as ilhas de gente que não merece pisar o seu solo.	Como beleza natural que é, por favor não a deixem estragar.
P1049	Das paisagens naturais	Transportes aéreos inter-ilhas.	
P1050	A beleza natural e a hospitalidade e simpatia dos locais	A péssima sinalização das estradas e a incerteza do clima. Isto para além do péssimo horário dos Serviços do Turismo e o péssimo desempenho dos seus funcionários (nomeadamente em Ponta Delgada)	É um local muito agradável para umas férias tranquilas e repousantes.
P1051	Ambiente calmo.		Mais esplanadas ao longo das praias.
P1052			Mais esplanadas ao ar livre.
P1053	Dos passeios que dei.	Comida regional	
P1054	Paisagens	Estado das ruas	Mantenham-se sempre assim!
P1057			Devemos promover o que temos de natural
P1058	A paisagem e limpeza da ilha	Estradas mal sinalizadas; restaurantes e nevoeiro	Invistam mais na vossa gastronomia, aproveitando a boa matéria prima que têm para cozinhar. Alguns cafés deviam ser mais aseados e os seus funcionários mais simpáticos.
P1059	Conservação da natureza; higiene dos espaços públicos; hospitalidade dos residentes.	Falta de restaurantes típicos e o seu horário de funcionamento (fecham muito cedo, às 22 horas)	Recomendaria a todos os portugueses que conhecessem talvez o melhor paraíso lusitano.
P1060	Paisagem natural	Das estradas e da sinalização	
P1061	Gostei da estadia no Hotel de S. Jorge e da ilha em geral, mas este hotel foi sem dúvida o melhor dos hotéis em que estive nos Açores. Também	Do negócio e da rivalidade que se pode assistir entre os taxistas na ilha do Pico.	

PLANO DE ORDENAMENTO TURÍSTICO DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

Cód.	O que gostou mais (Q23)	O que gostou menos (Q24)	Comentários/ Sugestões (Q25)
	quero fazer referência ao guia que nos acompanhou nesta ilha – era uma pessoa muito bem preparada para desempenhar estas funções.		
P1062	Paisagens; hospitalidade; alimentação	Nada a registar	Apenas um comentário à deficiente sinalização de algumas estradas
P1063	A comida, o mar e as pessoas.		
P1064	Comida		Melhorem a sinalização nas estradas
P1065	O ambiente natural e a preservação arquitectónica, harmoniosamente integrada.		A SATA deverá melhorar a pontualidade e o serviço a bordo.
P1066	A beleza das ilhas é formidável.	Não gostei da recepção de alhons hotéis e residências na ilha do Pico, onde fui pela primeira vez.	Os voos inter ilhas deveriam estar concertados com os voos para fora da Região.
P1067	O contacto com a natureza	Ligações inter-ilhas – os horários deveriam estar mais interligados.	Vale a pena visitar as ilhas!
P1068	Gostei muito das paisagens		Melhores estradas em algumas ilhas.
P1069	A incrível beleza natural da ilha. Os soberbos jardins do Hotel Terra Nostra nas Furnas; a simpatia dos açoreanos; a excelente comida (especialmente a carne e o peixe). Para nós foi um paraíso turístico. Gostei da Especial e da Kima – exportem para Portugal!	Obras nas ruas e o nevoeiro que nos impediu de ver a maior parte das Lagoas, especialmente a das Sete Cidades.	Tentem informar melhor os agentes de viagens do Continente, sobre os Açores – não conseguimos obter um mapa de S. Miguel. O nosso agente disse-nos que as Furnas ficavam a 12 km de Ponta Delgada!
P1070	As paisagens naturais, a gente, a qualidade de vida.	Muitas obras e mais turismo	Não devem deixar-se invadir pelo turismo e não devem perder o seu modo de vida tranquilo! Não façam hotéis grandes e massificados!
P1071	Beleza natural, tranquilidade, gastronomia	Esperas nos aeroportos nas ligações inter-ilhas e obras em todas as ilhas.	As nossa férias foram satisfatórias em geral e pintámos o muro da marina do Faial, para voltarmos.
P1072	Ambiente; lagoas; caldeiras; paisagens; vegetação; o acolhimento do povo açoriano.	Serviços de táxi	Atrasos nos voos.
P1073	Paisagem; clima; gastronomia		
P1076	Comida	Estradas	Gosto muito da ilha!
P1077	A beleza natural	Falta de sinalização nas estradas e do mau tempo em Agosto.	
P1078	Flora; Fauna; Gastronomia e Hospitalidade	Serviço de rent-a-car HERTZ.	Não consegui comprar um jornal diário durante a minha estadia nos Açores e muito poucos canais de TV. Resumindo, a falta de informação, para quem está habituado a muita é, a meu ver, um ponto negativo.
P1079	Paisagem natural; alimentação (mariscos)	Falta de simpatia de alguns motoristas de táxi.	Voos mais frequentes; mais alojamentos (hotéis e pensões); maior promoção dos lacticínios e mariscos.
P1080	Paisagem natural; alimentação.	Falta de simpatia de alguns motoristas de táxi.	Voos mais frequentes; mais alojamentos (hotéis e pensões)
P1083	Natureza	Encerramento diário das estruturas	
P1084	Hospitalidade	Trânsito	
P1085	A hospitalidade e o ambiente.		
P1086	Paisagens maravilhosas; beleza natural; flores; monumentos.	A falta de qualidade do serviço nos hotéis e restaurantes	
P1087	Da beleza natural e do sossego	De alguns serviços prestados e do custo elevado, sobretudo dos circuitos turísticos e dos restaurantes.	Uma maior oferta de produtos e serviços em algumas das ilhas, sobretudo nas mais pequenas, onde algumas das propostas oferecidas não se concretizam.
P1088	Beleza natural e o ambiente calmo		Os Açores são ilhas muito bonitas - espero que continuem assim!
P1089	Simpatia das pessoas; limpeza; natureza e clima.		
P1090	Da ilha de S. Miguel, pelas	Da falta de condições dos	Colocar um posto médico em Sta Maria

PLANO DE ORDENAMENTO TURÍSTICO DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

Cód.	O que gostou mais (Q23)	O que gostou menos (Q24)	Comentários/ Sugestões (Q25)
	paisagens.	habitantes de Sta Maria.	e também algumas lojas de roupa.
P1091	Da ilha de S. Miguel.	Da ilha de Sta Maria.	Dar melhores condições de vida aos habitantes de Sta Maria .
P1093	Paisagem	Estado das estradas	Melhorar as estradas
P1094	As paisagens; a cultura; a comida; a simpatia das pessoas.		
P1095	Clima e água do mar	Estradas	Melhorar as estradas
P1096	Paisagens		Melhores estradas
P1097	Gastronomia e paisagem	O oportunismo por parte de algumas pessoas. No dia da minha chegada o taxista deixou-me nas Portas da Cidade, por haver festa ali, tendo que me dirigir a pé com a mala para o hotel, depois de ter pago a corrida na totalidade.	
P1098	Beleza natural, praias, gastronomia, clima	Estradas, transportes, vida nocturna	Desenvolver infraestruturas de base e só depois apostar na promoção turística.
P1099	Da calma.		
P1101	O tempo, as belezas naturais (não tive tempo para mais)	Estradas muito mal sinalizadas, poucas placas a indicar as possíveis direcções, em especial, no interior da ilha.	Ponham placas a indicar onde é que esta estrada vai dar!
P1102	Paisagem	Preços de certos restaurantes	
P1103	Belezas naturais	Restaurantes	
P1106	Cultura e hospitalidade	Transportes e custo de vida	
P1107	Paisagens e beleza natural das ilhas.	Serviço de restaurante do Hotel do Pico. Não ter visto a Lagoa das Sete Cidades, devido ao nevoeiro.	
P1108		Restaurantes – falta de qualidade e horário de funcionamento	
P1109	Das paisagens	Da pensão do Jaime, que é só baratas e outros bichos.	Haver mais transportes públicos, de dia e de noite.
P1110	Das paisagens e dos fenómenos da natureza aqui existentes.	O facto de o Hotelç se situar um pouco longe do centro da cidade, passeios muito estreitos, com os carros a passar a grande velocidade, que quase nos tocavam	
P1111	Gastronomia	Melhor nevoeiro do mundo	Melhorar a qualidade dos serviços de restauração
P1112	O cozido açoriano, as paisagens e os monumentos	A qualidade do serviço prestado nos hotéis e nos restaurantes. Preços muito elevados.	
P1113	O clima e a paisagem	O preço exagerado da restauração, relativamente à qualidade praticada. A distância não justifica semelhante diferença.	
P1114	Natureza	Pouco ambiente nocturno	
P1115	A paisagem		
P1116	Paz, silêncio, tranquilidade, alheamento dos problemas quotidianos, comunhão com a natureza.	As birras dos miúdos dos meus amigos...	Preservem os Açores, ou seja, mais objectivamente, tentem melhorar a qualidade dos serviços turísticos oferecidos, mas não caiam na asneira de os "industrializar" no mau sentido (ex: Benidorm, Las Palmas, Canárias, República Dominicana, etc.)
P1117	As pessoas, a piscina, o clima, o campo		Ponta Delgada devia fazer um maior esforço na limpeza e lavagem quotidiana das ruas. Mais ruas só para peões.
P1118	A companhia e a paisagem	Do povo rural	Sugiro um maior desenvolvimento ao nível das actividades e estabelecimentos nocturnos.
P1119	A paz e o sossego, a paisagem e a simpatia dos açoreanos		Continuem a preservar a natureza.

PLANO DE ORDENAMENTO TURÍSTICO DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

Cód.	O que gostou mais (Q23)	O que gostou menos (Q24)	Comentários/ Sugestões (Q25)
P1120	As paisagens. As pessoas.		Melhores restaurantes. Vida nocturna de melhor qualidade.
P1121	Das paisagens da ilha de S. Miguel	Da ilha de Sta Maria.	
P1122	Belezas naturais	Estado das estradas	Melhores vias de comunicação e melhor gastronomia
P1123	As pessoas e os amigos	Há necessidade de melhorar a qualidade dos serviços prestados pelos restaurantes – pessoal não qualificado.	Alterem o horário de funcionamento dos restaurantes. É uma vergonha que a maioria dos restaurantes feche às 22 horas.
P1124	Piscinas no Rosário; beleza natural; amabilidade das pessoas	Serviço lento nos restaurantes	Deveria haver mais hotéis e pensões no Rosário.
P1125	Ambiente relaxante. Beleza natural.	As praias podiam ser mais limpas	Limpem a orla costeira e criem mais áreas turísticas e de pesca.
P1126	Paisagens		
P1127	Lazer, praias, touradas, Golfe.	Transportes – desrespeito pelo código da estrada, velocidade excessiva. Falta de limpeza nos locais de lazer.	Mais policiamento nas estradas; mais limpeza nos locais de lazer; mais campos de golfe
P1128	Estar com os familiares, o mar e a paisagem	Motoristas que não obedecem aos sinais de trânsito.	Que fosse possível haver tarifas mais baixas.
P1129	Ver os familiares. Dar a volta ao Pico e ver a montanha		Preço das passagens inter-ilhas mais barato. Haver voo directo para o Pico.
P1130	Visitar a ilha, que é linda. Rever familiares e amigos		A ilha, está com muito melhores condições, em todos os aspectos
P1132	Praia, paisagem, para todo o lado que olhamos é lindo. A natureza é o aspecto mais maravilhoso da ilha.		
P1133	Gostei de tudo, devido ao progresso.		Melhores vias de acesso.
P1134	De ver a família e os amigos		Do mau serviço nos aeroportos
P1135	Tudo muito bonito, muito mais desenvolvido.	Falta de sossego a partir da meia-noite	Tudo bom.
P1136	Da paisagem, de visitar os familiares, da viagem inter-ilhas, das zonas balneares, etc.		
P1137	De ver a minha terra		Melhor gastronomia
P1138	Clima e ambiente natural	É difícil encontrar gasolina e restaurantes fora de Ponta Delgada.	
P1139	Visitar familiares da mulher; paisagens.	Nada	Ambiente amigável, seguro, excelente estadia!
P1140	O ambiente natural	Os preços	O preço das refeições deveria ser mais barato. Apesar disso, é uma ilha linda!
P1141	Do clima, das paisagens maravilhosas, da beleza da natureza.	A separação da família e da querida ilha de S. Miguel.	Que continuem a desenvolver a nossa ilha, as nossas estradas, para que cada vez mais a nossa ânsia de voltar seja maior.
P1142	O mar, trilhos pedestres, compras, comida	As lojas estarem fechadas entre as 12 e as 14 horas.	
P1143	O clima e a paisagem	O serviço é um pouco lento. Gostaria que houvesse passeios organizados para escalar as montanhas.	De um modo geral, é um sítio maravilhoso para visitar e não há nada de negativo a dizer.
P1144	Ir para o campo e ver as montanhas, o sossego e a paz daqueles espaços.		Estou surpreendido pelo facto de não haver mais barcos a fazerem cruzeiros entre as ilhas.
P1145	O mar e a gastronomia, o alojamento típico, a limpeza e a cordialidade das pessoas.	O barulho em locais encantadores.	Deve-se fazer um esforço no sentido de a circulação automóvel ser mais lenta e menos barulhenta, sobretudo, à noite.
P1146	O estado natural da ilha. As flores.	As camionetas sufocantes, nada agradáveis.	Passámos 21 dias muito agradáveis, mas a vida é muito cara aqui.
P1147	Estar com a família		Foi tudo bom
P1148	Tranquilidade e natureza		
P1149	Reservas naturais e sítios históricos	Clima instável	Que se fale mais inglês nos aeroportos e sítios turísticos
P1150		As obras da TELECOM deixaram	Fazerem as obras como deve ser e o

PLANO DE ORDENAMENTO TURÍSTICO DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

Cód.	O que gostou mais (Q23)	O que gostou menos (Q24)	Comentários/ Sugestões (Q25)
		as estradas em más condições	trânsito mais disciplinado.
P1151	A beleza natural da ilha	A falta de simpatia e amabilidade das pessoas, apesar de ter havido algumas excepções	Uma formação mais especia-lizada no que diz respeito à hotelaria e um maior esclarecimento nos postos de turismo sobre as várias actividades que se poderão praticar e locais a visitar; não basta fazer folhetos!
P1152	Paisagem	Estradas	Mais Turismo Rural
P1153	Paisagem natural		
P1154	A natureza; as belas paisagens.	O clima e as horas de espera nos aeroportos, nas ligações inter-ilhas e com o Conti-nente	As pessoas são muito hospitaleiras, prestáveis e bem educadas
P1155	A simpatia das pessoas e a paisagem	A falta de transportes terrestres em localidades pequenas.	Sugiro que se faça a recolha selectiva dos lixos em todo o arquipélago, para bem de todos nós.
P1156	Da hospitalidade das pessoas, assim como da beleza natural das ilhas.	Das horas que passei no aeroporto de Ponta Delgada à espera de ligação para Lisboa.	Sugiro que as ligações inter-ilhas tenham menos demora e que os voos fossem mais pontuais.
P1157	A natureza		
P1158	Gastronomia	Mau estado de algumas estradas	Desenvolvimento mais rápido.
P1159	Gostaria de viver nos Açores!		Gostaria de mostrar os Açores aos meus filhos e penso fazê-lo em breve.
P1160	Estar com a família e amigos		Investir mais na cultura das pessoas e não tirar verbas à Universidade.
P1161	Clima. Paisagens		Devem manter o aspecto urbanístico da ilha
P1162	A preservação daquilo que é natural e o facto de não haver turismo em massa. A ruralidade, o sossego e a preservação do meio.	Estradas; o facto de não existirem restaurantes com comida tradicional, nomeadamente a ausência de peixe e de existir "apenas" fast-food.	Atenção ao turismo, não façam dos Açores um Algarve ou Madeira! Preservem o que têm, só assim têm turistas que apreciam e não destroiem.
P1163	Visitar as ilhas e os principais pontos. As igrejas pareciam lindas por fora, mas estavam quase todas fechadas, excepto para a missa de domingo.	As igrejas fechadas. Eu queria visitar as igrejas dos meus avós bem como a relíquia de Cristóvão Colombo existente numa igeja em Santa Maria, mas estavam fechadas.	Seria bom haver mais informação prática no website dos Açores. Se possível, haver um site oficial, de modo a se poderem planear as actividades antes de se chegar aos Açores.
P1164	Rever velhos amigos, tranquilidade, paisagens, contacto com a natureza e a hospitalidade dos açoreanos.	Ter de abandonar a residência antes do meio-dia, tendo voo só à noite.	
P1166	A hospitalidade dos açoreanos	O custo de vida	Voltarei dentro de uma semana!
P1167	A gastronomia, os habitantes e a beleza natural das ilhas	Os preços praticados em certos serviços. Somos turistas, mas não estrangeiros!	Espero que as ilhas continuem com toda a beleza que vi e que as pessoas não vão danificando a beleza natural e selvagem dos Açores. Espero voltar para o ano, tendo em conta o que me ficou por ver.
P1168	O arranjo das estradas	A sinalização nas estradas	
P1169	Natureza	Alguns acessos e indicações nas estradas e caminhos	É importante melhorar a oferta e qualidade dos serviços de restauração. Sente-se falta de preparação das pessoas no serviço.
P1170	Natureza		Melhoramento das estradas
P1172	A hospitalidade, o ambiente natural, a limpeza. Resumindo, adorei os Açores e nada tenho a apontar como sendo um factor negativo.		Sem comentários... adorei!
P1173	Simpatia das pessoas	Condições atmosféricas	
P1174	A beleza natural e a hospitalidade e simpatia do povo.	Os preços praticados nos rent-a-car	Pessoalmente, a viagem não me desiluiu em nenhum aspecto, mas reconheço que não é um destino turístico económico. Se o fosse um pouco mais, talvez tivesse mais turistas.
P1175	O ambiente e a gastronomia.		
P1176	Gastronomia		
P1177	A cultura açoreana		
P1178	Beleza natural, calma,	Obras no Verão	

PLANO DE ORDENAMENTO TURÍSTICO DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

Cód.	O que gostou mais (Q23)	O que gostou menos (Q24)	Comentários/ Sugestões (Q25)
	gastronomia		
P1179	Ambiente natural; gastronomia	Escassez da vida nocturna	Penso que poderiam diversificar mais a oferta turística nas suas várias componentes (restaurantes, bares, pubs, actividades recreativas)
P1180	Tudo	Falta de sinalização nas estradas	
P1181	Calma	Clima	
P1182	O facto de ter encontrado uma ilha mais aberta, com limpeza e um centro histórico preservado.	Restaurantes que fecham relativamente cedo ao jantar.	
P1183	Paisagisticamente óptimo. Excelente gastronomia. Boa hospitalidade.	Falta de estabelecimentos nocturnos.	Voltarei e recomendarei!
P1184	Ambiente natural e clima	Não ter vindo de férias.	
P1185	A ilha é muito calma, rápidas acessibilidades, a maior parte dos habitantes são atenciosos	Algumas habitações em estado degradante. Instabilidade do clima	Gostaria que houvesse pessoas com poder financeiro para desenvolver o nível de vida existente nas ilhas, nomeadamente, reconstruindo as habitações e outros hotéis, de modo a fomentar o turismo já existente.
P1186	Tranquilidade, clima, natureza, hospitalidade dos residentes	Falta de indicações da estrada; condução com velocidade a mais.	A delegação de Turismo fechada aos fins-de-semana, não dá. Uma delas, a de Ponta Delgada ou a do aeroporto, deveria estar aberta aos fins-de-semana, pelo menos na estação alta
P1187	Paisagem natural	Algumas deficiências na sinalização da rede viária	Parece-me que existem poucas infraestruturas turísticas (hotéis, estalagens, restaurantes, informação sobre acessos a locais turísticos e actividades de lazer)
P1188	A beleza natural	O clima instável	
P1189	Plantações de tabaco, de chá, do milho e do cozido nas Furnas; miradouros e quiosques.	Devia haver mais negócios de apoio aos turistas nos miradouros, nas lagoas, etc.	Sugestões: Retirar os contentores do molhe, criando outras plataformas. Alargar a Avenida do Mar, retirar a Lota e o Hangar da Marinha (tudo isto em Ponta Delgada)
P1190	Ambiente natural e biodiversidade. Sossego, humanidades; sentido de religiosidade.	Falta de sinalética em algumas povoações. Falta de iluminação em várias estradas. Faltam estradas no interior da ilha, bares de apoio nos miradouros e passeios junto às localidades.	Humanizar a cidade de Ponta Delgada, fechando ruas ao trânsito, sobretudo na periferia da catedral; alargar a Avenida do Mar, conquistando terreno ao mar; criar espaços como jardins, palmeiral, etc., reforçar a iluminação pública; retirar os contentores do cais, criando um posto turístico. Investir numa escola hoteleira e na construção de pequenos hotéis de 4 e 5 estrelas. Fomentar o Turismo Rural. Publicitar a Região nos Países Nórdicos. Aldeia Temática.
P1191	Hospitalidade açoriana; gastronomia; todo o circuito turístico.	Nada em particular.	
P1192	Ambiente calmo, exotismo, afabilidade das pessoas.	Atrasos nas ligações aéreas inter-ilhas e com a Madeira (aconteceram sempre atrasos de pelo menos uma hora!); dificuldade em contratar serviços de rent-a-car em Ponta Delgada devido a escassez da oferta.	Maior divulgação da gastronomia açoreana; maior cuidado com a limpeza em Ponta Delgada; maior divulgação do património histórico dos Açores.
P1193	A beleza natural e paisagística	O clima é demasiado húmido. Há falta de alguns tipos de lojas de comércio.	
P1194	As paisagens; o clima; toda a beleza natural que envolve esta ilha.		Os acessos aos pontos turísticos deveriam ser melhorados. Melhor sinalização nas estradas fora da cidade de P. Delgada.
P1195	O convívio com as pessoas que trabalharam connosco e a boa aceitação dos visitantes por parte dos residentes.	Considerarei menos bom, as estradas, a comida e as ligações aéreas P. Delgada/Funchal	Menos atrasos nas ligações aéreas, menos demora nas bagagens; melhores estradas; mais possibilidades de escolha nos restaurantes e pubs.

PLANO DE ORDENAMENTO TURÍSTICO DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

Cód.	O que gostou mais (Q23)	O que gostou menos (Q24)	Comentários/ Sugestões (Q25)
P1196	Poder descansar calmamente	O excesso de humidade nalguns dias	
P1197	De tudo, incluindo a beleza natural.	Da falta de civismo de alguns condutores	Gostei muito de estar na vossa ilha – é linda!
P1198	Das infraestruturas hoteleiras, do ambiente natural e do clima.	A pouca exploração e investimento em infra-estruturas; alguma desconfiança por parte dos habitantes locais.	Mais infraestruturas; melhor exploração do potencial turístico.
P1199	Furnas, Sete Cidades e Ponta Delgada	Vida nocturna.	
P1200	As explorações agrícolas; gastronomia.	O clima. A qualidade do serviço nos restaurantes.	
P1201	Fazer compras nas lojas	Gostei de tudo porque não há nada para não gostarmos.	Foi uma viagem maravilhosa. Prometo voltar muitas vezes!
P1202	Cozido nas Furnas; Descida à Lagoa do Fogo; simpatia da população.	Clima húmido. O comércio fecha cedo demais.	Melhores acessos às Lagoas, sobretudo, à do Fogo.
P1203	A beleza natural		
P1205	Povo; beleza natural	Horários dos voos; estradas mal tratadas.	Tem sido feito um bom trabalho. Por favor, aumentem os preços, mas não permitam turismo massivo. Muito obrigado! (Os problemas que ainda possam existir, hão-de se resolver a seu tempo)
P1206	Companhia de familiares e amigos		Falta de locais de diversão com qualidade
P1207	A beleza natural da ilha	O preço das refeições e o fraco serviço nos restaurantes (falta de formação profissional)	Gostaria que os responsáveis preparassem mais informação para quem chega e não conhece a ilha: algum acolhimento e recomendações para locais a visitar.
P1208	Paisagem e acolhimento	Preço elevado dos produtos alimentares	
P1209	Gostei bastante do clima, da segurança das cidades e da hospitalidade.	O preço das refeições e a exploração do turista.	Sugiro que revejam os horários dos voos e que estes sejam mais pontuais.
P1210	O que mais admirei foram os passeios, todos eles em calçada portuguesa trabalhada e os monumentos, ricos e antigos.		Gostaria, da próxima vez que cá venha, encontrar mais restaurantes abertos ao fim-de-semana.
P1211	Gostei muito de ver a Lagoa do Fogo	Do pouco que vi, não há nada que não tenha gostado!	Apesar de ter sido pouco tempo (só um dia), achei que esta ilha é uma beleza em termos de paisagens
P1212	Beleza natural/Segurança	A pouca sensibilidade de muitos restaurantes, para prestarem um serviço de qualidade.	Grande necessidade de melhorar a oferta de serviços de apoio ao turista (nas Furnas há poucas alternativas na restauração e não há lavandaria)
P1213	Belezas naturais	Demora nos aeroportos	Transportes mais frequentes
P1214	As belezas naturais e a hospitalidade. A vigilância das zonas balneares.	O clima húmido, por vezes. A condução efectuada por alguns automobilistas. Poucos parques de estacionamento.	
P1215	A natureza	Falta de entretenimentos	Foi uma boa estadia, apesar da chuva e do pouco tempo
P1216	Paisagem	Clima	
P1217	Beleza natural, Hospitalidade das pessoas	Chuva (em Agosto); sinalização de alguns locais de interesse turístico	
P1218	Beleza natural das ilhas; pessoas; hospitalidade nas ilhas menos concorridas: Flores e Pico. Gostei muito também de me aperceber que há ainda um cantinho de Portugal em que as pessoas vivem a família e a natureza em conjunto – as zonas de pic-nic são testemunhos disso. Parabéns!	Da inflação dos preços em sectores sem concorrência: aluguer de automóveis (muitíssimo caro), e Hotelaria de média qualidade (que existe ainda em pouca quantidade) A quase inexistência de infraestruturas de campismo de qualidade em S. Miguel. O facto de não haver uma rede rodoviária bem desenvolvida.	S. Miguel é uma ilha já bastante grande e populosa e inerente a isso vem um certo distanciamento das populações relativamente aos turistas que, como nós, procurávamos conhecer as particularidades da cultura açoreana. A gastronomia, por exemplo, está pessimamente representada nos cafés e restaurantes, uma vez que a vaca só aparece em bifés e hamburguers, bolo lêvedo e

PLANO DE ORDENAMENTO TURÍSTICO DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

Cód.	O que gostou mais (Q23)	O que gostou menos (Q24)	Comentários/ Sugestões (Q25)
			massa sovada, assim como pratos típicos, não aparecem nas mesas dos restaurantes e seriam muito apreciados pelos continentais... restaurantes de gastronomia regional. Quanto aos parques e áreas de campismo, assim como melhores transportes públicos, eram importantes para desenvolver o "turismo de aventura", tão obviamente implantável nos Açores e que traria ainda mais jovens ao arquipélago.
P1219		O serviço pós-venda da SATA, por causa da bagagem. Os serviços (restaurantes, etc.) não têm um horário de atendimento e são de má qualidade.	
P1220	Hospitalidade, beleza natural, calma...	Estradas; preços; falta de parques e campismo minimamente aceitáveis na ilha de S. Miguel.	Melhorar as estradas e procurem actualizar as infra-estruturas turísticas de S. Miguel, afinal a maior e mais desenvolvida ilha dos Açores!
P1221	As belezas naturais das ilhas e a simpatia das pessoas	As poucas infra-estruturas de campismo, sobretudo em S. Miguel.	Melhores parques de campismo e maior empenho na conservação da natureza, criando um turismo direccionado à sua conservação.
P1222	Da beleza natural das ilhas e do acolhimento e simpatia dos residentes.	Infraestruturas de campis-mo; preços de rent-a-car	Melhorar a informação turística, melhorar as infraestruturas dos parques de campismo (balneários, mini-mercados, etc) e tentar melhorar o planeamento urbanístico e arquitectural das novas construções nas cidades e vilas.
P1223	Da hospitalidade, da segurança, beleza natural e calma	Estradas! E de na ilha de S. Miguel não haver um parque de campismo de qualidade, penso que têm de montar infraestruturas para poderem acolher os visitantes. O preço do rent-a-car podia ser mais barato.	
P1224	Paisagens, hospitalidade das pessoas (especialmente nas Flores), ritmo de vida calmo, praias e piscinas naturais excelentes.	Os preços praticados pelos rent-a-car são demasiado elevados (mais do que na Suíça, um país com um custo de vida muito elevado). S. Miguel já está muito explorado, com a correspondente quebra de simpatia dos habitantes; são raros os restaurantes que têm gastronomia açoreana (e os que a têm são demasiado caros), tão boa como o restaurante açoreano Bambino d'Oro em Lisboa, propriedade de um açoreano. Por último, deviam existir mais infra-estruturas de campismo e de eco-turismo, especialmente em S. Miguel.	Os comentários e sugestões estão subjacentes nas críticas.
P1225	Beleza natural das ilhas, passeios agradáveis, a pé e de automóvel; segurança; simpatia dos residentes locais.	Má sinalização nas estradas de algumas ilhas; pouca informação nos locais históricos/naturais visitados; pouca vida nocturna; más condições para campismo; algumas estradas em más condições.	Podiam criar um guia sobre cada ilha e colocá-los à disposição nos pontos de entrada (aerportos e portos); criar mais trilhos pedestres. Melhorar os defeitos apontados na questão 24.
P1226	Ambiente natural e paisagem	Alimentação e serviços (compras, vida nocturna)	
P1227	Paisagem e observação de golfinhos	Falta de restaurantes, transportes e lojas de souvenirs.	
P1228	S. Miguel: Beleza natural; manutenção dos espaços da ilha. Terceira: Arquitectura	Algumas estradas, a salientar o Pico e Faial. Grande falta de lojas com produtos artesanais.	Cuidem das outras ilhas, como cuidaram de S. Miguel. Desenvolvam outras cidades para além de Angra,

PLANO DE ORDENAMENTO TURÍSTICO DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

Cód.	O que gostou mais (Q23)	O que gostou menos (Q24)	Comentários/ Sugestões (Q25)
	local; piscinas naturais. <u>S. Jorge</u> : Fajãs, Pico da Esperança. <u>Faial</u> : cidade da Horta. <u>Pico</u> : montanha do Pico. Em todas as ilhas, destaco a gastronomia local e a beleza natural, esta, mais acentuada em S. Miguel.	Carência ao nível das actividades nocturnas.	Horta e P. Delgada. Aproveitem o centro turístico Açores, para melhorarem a economia, proporcionando aos turistas uma maior oferta de produtos e mais pontos de venda.
P1230		As pessoas, pelo menos a grande parte das que contactei, não são muito simpáticas, nem acessíveis. Devia-se dar mais formação, de modo a que o turismo se possa desenvolver, porque é uma ilha lindíssima.	
P1231	Beleza natural e simpatia das pessoas	Clima e sinalização nas estradas	Melhor sinalização das estradas, especialmente, no que se refere a locais de interesse turístico.
P1232	Rever os familiares e amigos. Beleza natural.	Obras em curso.	Melhorar a sinalização e iluminação das estradas.
P1233	Estar com os meus familiares	Nada	As ilhas dos Açores são o melhor!
P1234	Sete Cidades, Lagoa do Fogo, etc.	Do clima, muito chuvoso.	Devido ao atraso do voo, não consegui encontrar nenhum restaurante aberto para jantar!
P1235	Praia, gastronomia	Condições atmosféricas	Viagem agradável, dentro das expectativas
P1236	A hospitalidade e a beleza natural	O clima	Continuem a preservar a natureza – é importante a preservação do ambiente natural.
P1237	Belezas naturais	Mau estado de algumas estradas	Melhorar o estado das estradas e a sua sinalização. Oferecer melhores preços ao nível das viagens. Mais e melhor hotelaria e restauração.
P1238	Paisagens; temperatura da água do mar; clima	Qualidade de atendimento nos restaurantes. Falta de civismo (limpeza dos locais turísticos e outras).	Melhorar a qualidade do atendimento nos restaurantes. Limpeza dos locais turísticos (os açoreanos deixam a desejar, neste aspecto). Aplicação de multas aos prevaricadores, criação de uma polícia montada para vigiar os locais turísticos.
P1239	Arquitectura tradicional, Beleza natural; mar; limpeza; sotaque; diver-sidade; gastronomia	Falta de oferta em termos de restauração e de alojamento de qualidade em pequena escala.	
P1240	Tudo, em geral	Residencial S. Francisco, no Faial	
P1241	Paz e tranquilidade	Fiquei desapontado com o nível da comida nos restaurantes.	Aumentem a qualidade dos serviços prestados pelos hotéis (ar condicionado eficaz, serviço de quarto, imprensa internacional, etc). Concentrem-se na qualidade e não na quantidade.
P1242	Beleza natural da ilha.	Tempo muito chuvoso	
P1243	O convívio com pessoas da família e amigos		Notei deficiente identificação das paragens de autocarros para os arredores de P. Delgada. Aspecto bastante descuidado das bermas das estradas nos arredores de P. Delgada.
P1244	Rever os familiares		Sinalização das estradas, monumentos e transportes públicos, poderá ser bastante melhorada.
P1245	Praia (ilhéu de Vila Franca); paisagens (Nordeste)	A vida quotidiana de Ponta Delgada	Sinalização de coisas importantes mal divulgadas, tais como as termas das Furnas. Restaurantes que encerram às 20.30, por falta de pessoal, como o ? nas Furnas.
P1246	De tudo em geral, mas especialmente das paisagens	Existem zonas que estão bastante mal assinaladas, o que dificulta os passeios dos turistas	
P1247	Beleza das paisagens	Estradas do interior sem sinalização e mau estado dos pisos. Falta sinalização em todos	Grandes cidades – muito desarrumadas e pouco limpas, muitas obras e pouca sinalização. Parabéns às

PLANO DE ORDENAMENTO TURÍSTICO DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

Cód.	O que gostou mais (Q23)	O que gostou menos (Q24)	Comentários/ Sugestões (Q25)
		os cruzamentos	Câmaras do interior da ilha – todos os miradouros e aldeias e vilas muito limpas e hospitaleiras.
P1248	A simpatia da população, as paisagens	O mau tempo que se fez sentir	A nível de restaurantes há muito a fazer. É impensável levar 1h30m para almoçar. Isto aconteceu praticamente em todos os restaurantes. Falta de ar condicionado nas pensões, atendendo aos preços praticados.
P1249	O conforto da família	Clima, águas vivas (alforrecas), estradas e baratas!	Na restauração, ausência de formação do pessoal.
P1250	Envolvente e paisagem, mas estive pouco tempo.		
P1251	A natureza, no seu estado quase selvagem	Os restaurantes estão a aproximar-se da MacDonald's utilizando em vez de produtos locais naturais tais como batata frita no momento, batata congelada importada.	Aumentar qualitativamente a rede viária, o serviço de rent-a-car é insuficiente e os restaurantes não devem proliferar sem as condições mínimas exigidas, até na capacidade de responsabilizar quem não preste serviços de qualidade.
P1252	Piscinas naturais de água quente, paisagens, flora, ilhéu de Vila Franca, Furnas, Lagoas	Elevado preço do rent-a-car	Gostei bastante da viagem, apesar de ser a segunda vez na ilha. Gosto bastante do facto da ilha ainda permanecer algo selvagem – deve permanecer assim.
P1253	As belezas naturais, o ambiente calmo e bucólico, a gastronomia	O desaparecimento de uma máquina fotográfica do quarto do Hotel Terra Nostra, nas Furnas	Melhorar a sinalização dos locais de interesse e o nível dos serviços nos restaurantes. Como sugestão: evitar o turismo de massas e "pé-descalço"; promovam o turismo de qualidade.
P1254	Beleza natural	Nada a salientar	Como destino turístico é ótimo; devem apostar no vosso produto.
P1255	De recordar as belas paisagens	O tempo	Sugiro que o Pinhal da Paz encerre às 19 horas
P1256		O aeroporto de Faial não tem condições, por estar em remodelação. O centro de Angra tem demasiados carros durante a semana.	
P1257	Beleza natural, gastronomia, espaços públicos (pic-nic, etc...)	Estradas em mau estado de conservação e deficiente sinalização. Atendimento muito demorado, em alguns restaurantes. Aeroporto da Horta a funcionar com obras, trabalhadores misturados com passageiros.	A primeira sugestão é alcatroarem as estradas e melhorarem a sinalização. Dar formação ao pessoal dos hotéis e restaurantes.
P1258	O ambiente calmo e a paisagem		
P1259	S. Miguel. A beleza natural de todas as ilhas, simpatia dos residentes (excepto nas Flores), limpeza dos espaços públicos. Bastantes locais de repouso e de lazer – zonas de pic-nic.	Falta de qualidade gastronómica e dos serviços de restauração e hoteleiros. Falta de recursos de alguns aeroportos para receber passageiros.	
P1260	Da natureza e das pessoas. Gostámos de ver que não vivem do turismo, exclusivamente, mas que outras actividades produtivas como a pesca e a agricultura são mantidas.	A falta de transportes públicos (sem ser táxis) e que tivessem horários mais alargados, servindo assim, tanto os turistas como os residentes.	Apoiem o que dissemos na 23 e melhorem o que está na 24.
P1261		Alimentação nos restaurantes. Demasiados carros	Do ponto de vista turístico, acho espectacular.
P1262	Hospitalidade	Tempo gasto em transportes inter-ilhas	Transportes aéreos e marítimos mais frequentes entre ilhas.
P1263	A sua beleza natural	As estradas – são péssimas	Nada tenho a comentar simplesmente, cuidem das estradas.
P1264	A tranquilidade e a paisagem	Nos dias de chuva, no centro de Ponta Delgada, devido aos	Devia haver mais opções para passeios organizados ao interior das ilhas. Por

PLANO DE ORDENAMENTO TURÍSTICO DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

Cód.	O que gostou mais (Q23)	O que gostou menos (Q24)	Comentários/ Sugestões (Q25)
		minúsculos passeios, circula-se muito mal e apanha-se com muita chuva que cai dos telhados, mesmo no meio do passeio (devia haver calhas colectoras de chuva).	exemplo, queria ir ao Nordeste e não consegui, noutras ilhas, queria dar a volta à ilha e não havia grupos organizados, etc.
P1265	Da beleza natural	Do clima	
P1266	Caldeiras das Furnas	Mã sinalização das estradas	Gostaria que na próxima visita as estradas estivessem melhores.
P1267	Dos vários produtos regionais	O estado das estradas de acesso à cidade e das ruas dentro da cidade. O mau estado dos passeios e o facto de não oferecerem segurança aos peões. Cidade muito suja, com garrafas vazias espalhadas por todo o lado.	De um modo geral, ainda é um lugar onde se encontra alguma paz e reencontro com a natureza e o ambiente despoluído. É bom preservar os vários verdes que a ilha nos oferece.
P1268	Beleza natural	Estradas e sinalização dos locais	Acessos a locais e monumentos mais rápidos.
P1269	O sossego e a beleza natural	Ligações aéreas com o Continente	Neste momento, o equipamento hoteleiro não satisfaz a procura, principalmente, restaurantes em fim-de-semana
P1270	Gostei muito da paisagem maravilhosa de cada ilha que visitei e da grande hospitalidade dos residentes.	A dificuldade em encontrar alojamento, por se encontrar tudo lotado.	Tendo em conta a grande quantidade de Turismo nos Açores, deveria haver uma maior preocupação, principalmente, no que diz respeito ao ramo hoteleiro.
P1271	O desenvolvimento ocorrido nos últimos dez anos (1991 foi o ano da minha última visita) a nível geral, com especial destaque para as preocupações visíveis de ordenamento e manutenção arquitectónica, sem perder de vista a limpeza em geral e os acessos rodoviários	O clima, a nível de humidade e a escassez de oferta a nível hoteleiro. Sendo claro que se torna premente desenvolver o tema turismo em sentido alargado, potenciando as diferenças existentes com outras regiões do Mundo.	Maior apoio e incentivo a investimentos locais, de modo a adequar a oferta ao nível do Continente, o que não deixará de se reflectir no desenvolvimento da Região, com incidência segura ao nível do Turismo.
P1272	As condições naturais das ilhas visitadas; o cuidado no arranjo da maior parte dos locais visitados	Poucas ligações aéreas com o Continente	As Delegações de Turismo deveriam fornecer informações mais detalhadas sobre todas as ilhas e não apenas daquela em que estão situadas.
P1273	As visitas efectuadas, que permitiram conhecer as belezas naturais das ilhas.	A recepção feita aos continentais, diferente da observada com os estrangeiros. A falta de limpeza na cidade de Ponta Delgada é outro dos aspectos que desagradam.	A informação prestada deve ser clara, sobretudo ao nível dos operadores que orientam as visitas, e que dão uma imagem de desorganização.
P1274	As caldeiras de água quente e toda a bela paisagem	Não houve nada que não gostasse.	Foi espectacular, provavelmente, as melhores férias que já tive!
P1275	Paisagens e tudo o resto		A viagem foi excelente, linda e inesquecível. Temos vontade voltar sempre que possível Obrigado por tudo.
P1276	Clima, companhia dos amigos, beleza natural.	As moscas, a chuva dos últimos dias	Foi uma fixe!! Sugestão: a industria hoteleira deveria ter horários mais alargados.
P1278	Das pessoas e da beleza natural	Do clima	
P1279	Lagoa das Sete Cidades	Lixo e carros a mais nas ruas	Pessoas mais cordiais
P1280	Ver os familiares	O regresso	Viagens mais baratas
P1281	Igrejas, vista para o mar, flores	Calor	
P1282	Descansar, em paz e sossego	Falta de bons restaurantes	É necessária mais variedade de lojas nos aeroportos
P1283	Comida, paisagens naturais		
P1284		Serviço de restaurantes e outros.	Façam um esforço concertado no sentido de fazerem os comerciantes, donos de restaurantes e residentes, compreenderem que têm um sítio lindo para passar umas férias e que,

PLANO DE ORDENAMENTO TURÍSTICO DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

Cód.	O que gostou mais (Q23)	O que gostou menos (Q24)	Comentários/ Sugestões (Q25)
			portanto, deviam cativar os turistas. Isto teria um efeito positivo nas economias açoreana e portuguesa.
P1285	Comida, paisagens, pessoas	O horário de funcionamento dos serviços.	
P1286	Tudo		Continuem a melhorar a nossa ilha
P1287	A natureza, a comida local, a pesca	O clima, nalguns dias. A SATA, nalguns voos.	Muito bom . Garantido para a próxima vez, se Deus quiser!
P1288	A beleza da paisagem natural, um lugar muito calmo e relaxante.	Choveu todos os dias e alguns postos de turismo foram muito antipáticos. Não tinham brochuras em inglês.	Teria sido útil haver mais brochuras sobre áreas naturais, museus, guias de restaurantes, etc. Pareceu-nos que esta informação não estava acessível e o hotel também não dispunha de muita.
P1289	Linda ilha. Gostei das praias e da comida. As pessoas são muito simpáticas.		
P1290	Tudo	Nada	
P1291	A beleza da ilha	Nada	Penso que há muito potencial para infraestruturas como casinos e outras actividades de lazer.
P1293	As praias e a linda paisagem	Os 4 dias em que choveu	
P1294	De ver a minha família e tudo o que cá está feito.	O tempo, que não estava muito bom	
P1295	Praias, clima, história e cultura	Falta de lojas de artesanato em Santa Maria	
P1296	Contacto com familiares e amigos	Ainda faltam muitas estruturas em todos os aspectos, especialmente nos transportes aéreos	Criar alicerces fortes em todas as ilhas, para que possamos ter mais turismo.
P1297	Praias, piscinas, mercado, gelados	As pessoas a olharem, a chuva, o tráfego	Mais cinzeiros nos aeroportos e rent-a-car mais baratos
P1298	As belezas naturais	As estradas, as localidades estão mal sinalizadas	
P1299	De tudo, a nossa terra está cada vez mais bonita		
P1300	As amizades	A humidade	Continuação da amizade pelo povo e ilhas.
P1301	O clima, beleza da paisagem; simpatia das pessoas	Impossibilidade de usar cartão de crédito nos restaurantes	Mais sinalização em inglês; acessibilidade de jornais em inglês.
P1302	Beleza natural das ilhas, guias turísticos maravilhosos, pessoas simpáticas e prestáveis		Mais variedade ao pequeno-almoço, por exemplo, ovos.
H0080	Passeios pedestres e falar um pouco de português	O mau estado de algumas estradas e caminhos; humidade; nevoeiro	Gostaria que houvesse voos directos Londres/Açores.
H0081	De tudo	A relação preço/qualidade não justifica o preço dos artigos de consumo diário e indispensável. A alimentação com base em produtos da Região é muito cara.	
H0082	Tempo, actividades, família.	Aeroporto em obras. Mau atendimento (por falta de formação e simpatia) em alguns locais como lojas e restaurantes.	
H0083	A paz e tranquilidade		Mais ênfase no artesanato local, nas aldeias ou em lojas na cidade. A comida podia ser mais variada. Não mudem muito, senão podem estragar a natureza única destas ilhas maravilhosas!
H0084	Andar a pé		
H0085	Beleza da natureza		
H0086	Paisagem; pessoas; ambiente natural; clima		
H0087	Clima; segurança; campo		
H0088	As festas de Verão e as actividades náuticas	A sobrelotação dos poucos restaurantes existentes e a falta de transportes dentro da ilha	

PLANO DE ORDENAMENTO TURÍSTICO DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

Cód.	O que gostou mais (Q23)	O que gostou menos (Q24)	Comentários/ Sugestões (Q25)
H0089	Beleza natural (terra e mar); hospitalidade; gastronomia	Preço dos Hotéis (caros, para a qualidade apresentada) e uma falta de qualidade em alguns serviços – restaurantes, hotéis, lojas.	Ficámos com a ideia de que faltava apoio logístico de retaguarda (evacuação e salvamento) para algumas actividades feitas – escalada do Pico, caminhadas e mergulho.
H0090	As pessoas; as paisagens	Os caminhos estão muito maus	Melhorar o visual, limpeza e flores. Não deixar entrar tanta gente como estava cá este ano, dividir a época de férias. Muita gente e pouca resposta à altura.
H0091	Natureza, tradições locais, itinerários pedestres, ar puro	Serviços (especialmente cafés e restaurantes), falta de rent-a-car, limpeza geral das ruas, informações públicas mal difundidas (cartazes, horários de estações de gasolina, etc), atrasos dos aviões...	A publicidade feita ao arquipélago não corresponde à qualidade dos serviços prestados. Para este tipo de ilhas não é interessante um turismo de massas, pelo que não se compreende a difusão de publicidade excessiva. O comportamento natural e espontâneo dos locais não comporta a massificação do turismo que se verificou este ano, especialmente. Só para justificar a afirmação, Ponta Delgada está a transformar-se no exemplo típico da destruição gratuita das ilhas e do seu espírito.
H0092	Mar limpo; piscinas naturais; ambiente rural calmo	Mau serviço de restaurante e serviço de hotel inadequado.	
H0093	Vista para a montanha do Pico; paisagem (montanhas, vulcões, caldeiras), orla marítima; diferenças entre as ilhas.	Nevoeiro e humidade. Os táxis a circular com velocidade excessiva em estradas estreitas.	Mais trilhos pedestres devidamente assinalados. Mapas actualizados e mais detalhados, para quem quer andar a pé.
H0095	A ilha de S. Jorge e o Hotel S. Jorge- pessoal prestável, muito bom taxista. Paisagens e mar limpo; Sopas caseiras	Ilha do Faial e alguns aspectos de S. Miguel – o mau estado das estradas. O museu do Faial fechado. Más condições das instalações sanitárias. Lixo em áreas turísticas. As instalações da Saúde e da Segurança são muito pobres	Mais informação acessível sobre pesca e observação de cetáceos; dificuldade de encontrar alojamento; dificuldade em encontrar souvenirs de boa qualidade, como T-shirts dos Açores e postais de algumas ilhas.
H0096	Rever os familiares e amigos, bem como aproveitar as festas da Semana do Mar e as belezas naturais das ilhas do Pico e do Faial	A Semana do Mar trouxe animação ao Faial, mas também muito barulho, sobretudo à noite. Como estávamos hospedados na Estalagem de Sta Cruz num quarto virado para a Praça do Infante, só tínhamos descanso de madrugada!	Parece-nos que poderia haver uma melhor rede de transportes públicos no Faial, de modo que se pudesse passear mais dentro da ilha sem recurso a táxis ou rent-a-car. Também seria bom existirem mais esplanadas, tirando partido das belas paisagens, que são as melhores que conhecemos.
H0097	Rever os amigos.	Nada, porque nas ilhas tudo me encanta!	
H0098	Bons passeios a pé, ambiente sem poluição, vulcões, flores, pássaros a cantar.	Humidade. Falta de centros recreativos e de espectáculos.	É necessária mais literatura detalhada sobre a origem dos vulcões, a flora e os pássaros dos Açores. Mais artesanato e gastronomia locais e mais excursões de barco por um dia.
H0099		Falta de serviços públicos nos feriados. Falta de excursões de barco de curta duração. Falta de informação sobre os Açores. Não há uma mitologia local.	
H0100	Paisagem linda. Observação de golfinhos	Barulho à noite no Hotel. Caminhar no meio do nevoeiro e da chuva	It's OK!
H0101	A paisagem; os vulcões; as flores.	Falta de saladas e vegetais nas refeições.	Tivemos umas óptimas férias!
H0102	Calma ; paisagem linda	Demasiado calor para andar – obviamente, não costuma ser tão quente em Agosto! Alimentação – falta de vegetais e saladas e poucas sobremesas, em alguns hotéis.	
H0103	Paz, muito verde, muito mar!	Obras (devido ao sismo)	Satisfatório e recomendável!

PLANO DE ORDENAMENTO TURÍSTICO DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

Cód.	O que gostou mais (Q23)	O que gostou menos (Q24)	Comentários/ Sugestões (Q25)
H0104	Paisagens, sobretudo S. Jorge.	Canalizações no Hotel Horta	Mais trilhos para escaladas. Adorei as ilhas
H0105	Cidade da Horta e arredores	A falta de recursos alimentares ao nível de frutas e verduras.	Dificuldade na aquisição de jornais e revistas do Continente e outros.
H0106	Paisagem, ambiente calmo, natureza preservada.	Está-se a perder identidade em termos de arquitectura. A reconstrução no Faial está a ser feita com pouco cuidado.	
H0107	Venho aos Açores passar férias há 7 anos e gosto de tudo.	Não haver ligação directa Lisboa/pico e os barcos entre a Horta e o Pico não terem ligação com os voos Lisboa/Horta e vice-versa	
H0108	As paisagens, vegetação, beleza natural. Gostámos sobretudo de haver pouco turismo, nada de turismo de massas. Dos vulcões e do lindo mar!		
H0110	É tudo muito limpo! Poucos turistas. A natureza e o mar.	Os táxis conduzem demasiado depressa. Nunca está escrito "Café", "Bar", etc.	
H0111	O campo, os vulcões, a vegetação, o mar; falar com os habitantes quando possível (quando falavam inglês)	Alguns insectos no meu quarto de hotel. Não haver cintos de segurança em alguns táxis	No geral, a comunicação tornou-se muito difícil, devido ao problema da língua.
H0112	Andar num barco à vela; observar golfinhos; nadar no Atlântico; andar a pé.	Dificuldade em encontrar preços razoáveis nos restaurantes; pouca informação; falta de infraestruturas de desportos; humidade; Falta de instalações sanitárias públi-cas.	A informação turística disponível em cada ilha, deveria abranger todo o arquipélago. Dada a falta de informação é muito difícil decidir que ilhas visitar.Para além disso, nos postos de turismo tendem a responder apenas às perguntas que fazemos, em vez de nos informarem sobre tudo o que existe. É necessário um melhor atendimento. Achámos que a informação disponível na Internet e no Posto de Turismo Português em Londres, era escassa e, em alguns aspectos, enganadora.
H0113	Paisagem linda; clima temperado; boa comida; Semana do Mar; pessoas simpáticas, etc.	Obras; fumar em locais públicos como restaurantes; condução irresponsável; Falta de informatização dos registos públicos em Departamentos do Governo, tais como as Finanças.	
H0114	O ambiente natural, qualidade e temperatura da água do mar.	Atrasos nas ligações aéreas, falta de comodidade e entretenimento nos aeroportos; poucos transportes públicos nas ilhas; reduzido horário de funcionamento do comércio; reduzido e fraco artesanato local.	
H0115	Tudo!	Atendimento e condições de higiene das casas de banho do Parque de campismo da Praia do Almoxarife. Falta de transportes, deveriam existir camionetas e horários extra durante o Verão, tanto no Pico como no Faial.	O preço da viagem Continente/Açores é excessivo, já que estamos em Portugal...
H0116	O mar e a paisagem	Muito húmido	Estabelecimentos fechados muito cedo.
H0117	A beleza natural e a prática de desportos náuticos	A qualidade dos serviços prestados nos restaurantes	a relação qualidade/preço na restauração e hotelaria não é satisfatória. A preservação da beleza natural e do património construído, em todo o arquipélago, deve ser considerado como o aspecto mais importante para a prossecução de um turismo de qualidade. Verificam-se alguns

PLANO DE ORDENAMENTO TURÍSTICO DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

Cód.	O que gostou mais (Q23)	O que gostou menos (Q24)	Comentários/ Sugestões (Q25)
			aspectos de poluição que se tornam preocupantes para a qualidade ambiental que se pretende preservar.
H0118	De tudo	Dos transportes	
H0119	Ambiente calmo; silêncio; beleza natural.	Clima instável	Não implementem um turismo de massas, como aconteceu no Algarve e na Madeira.
H0120	Das paisagens ainda preservadas de algumas agressões do homem.	Zonas históricas invadidas por construções descontextualizadas, pedreiras em locais pouco aconselháveis, destruindo potencialidades turísticas. Acrescento ainda a notória falta de visão para o futuro deste arquipélago que, a pouco e pouco, poderá comprometer o destino turístico tão agradável que é actualmente.	
H0121	Ver a família	Os atrasos nos voos.	A minha viagem foi como tantas outras, atrasos... muitos, como sempre. Em relação ao turismo encontro, como sempre, falta de informações ao turista, placas explicativas nos locais de visita (ex. vulcanologia), etc.
L0215	O clima, o mar, nadar	A comida	Ensinem os taxistas a conduzirem mais devagar – a sua condução é perigosa.
L0216		Esperar nos escritórios das companhias aéreas.	Por favor organizem os serviços aéreos – concorrência!
L0217	Paisagem e as pessoas são muito simpáticas	O calor e o fumo na sala do aeroporto	Não fumar no aeroporto e as casas de banho cheiram mal.
L0218	Comida	Humidade	Gostaria que houvesse mais companhias aéreas a voar para os Açores
L0219	Restaurantes	Estacionamento; humidade	
L0222	Paisagem natural	Preço da viagem	
L0223	Paisagem natural	Preço das viagens	
L0224	A beleza de todas as ilhas, aliada ao facto de não ser, ainda, um destino demasiado turístico.	A Semana do Mar, no Faial, por se tratar de uma festa muito agitada, mas obviamente engraçada de se conhecer e estar.	
L0225	Todas as ilhas que tive oportunidade de visitar	Não tenho nada a referir	Não estraguem a beleza natural com empreendimentos hoteleiros.
L0226	S. Jorge, praias	Viagem de barco em S. Miguel	Melhor estacionamento
L0227	da beleza natural		
L0228	A paisagem, as pessoas e o seu estilo, o verde, as manadas, os caminhos, a água do mar, o aspecto das casas	Pessoas novas com alguma decadência física e moral. Saber que colegas morreram relativamente novas.	Melhores autocarros e com melhor apresentação
L0229	Adorámos as paisagens, o pouco movimento, as zonas balneares e termos conseguido relaxar	A dificuldade em encontrar frutas e verduras frescas para comprar, como também carne e peixe.	Óptima a iniciativa dos inquéritos para recolher a opinião dos utilizadores dos serviços e dos turistas.
L0230	as pessoas, a beleza natural, o clima, enfim, tudo... os Açores são po paraíso. Falo mais propriamente da ilha do Faial, onde passei as minhas férias.		Pelos dez dias que vivi e as pessoas com quem contactei e conheci o meu comentário é que tudo foi excelente e a minha sugestão é que continuem sempre assim, isto é, não modernizando demais e mantendo sempre o típico, o natural das coisas. Um obrigado a todos vós. Vivam os Açores!
L0231	Paisagem natural e hospitalidade	A não existência, apesar de indicada pelos Postos de Turismo, de um parque de campismo em condições em S. Miguel.	Criem um parque de campismo em S. Miguel. Bem merece!
L0233	Andar a pé, praia, paisagens, semana do Mar, pouco turismo	Insuficiente serviço de autocarros para o interior da ilha	
L0234	Actividades subaquáticas,	Falta de transportes públicos	Melhorar os transportes públicos

PLANO DE ORDENAMENTO TURÍSTICO DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

Cód.	O que gostou mais (Q23)	O que gostou menos (Q24)	Comentários/ Sugestões (Q25)
	gastronomia, ambiente natural, hospitalidade		
L0235	Da natureza	Do barulho nos parques de campismo	
L0236	Vista da Lagoa do Fogo; vista do canal Pico/Faial		Aeroportos com ar condicionado
L0237	O Vilar dos Carvalhinhos (perto da Praia da Vitória – S. Sebastião) Turismo Rural	A humidade	A TAP deve cumprir os horários. Os organismos responsáveis pelo turismo, não devem alterar nada.
L0238	A simpatia e a hospitalidade dos açoreanos		
L0239	A hospitalidade dos residentes	O preço das viagens do Continente para os Açores	Atenção aos preços cobrados pela TAP e o serviço
L0240	As paisagenas naturais, os usos e costumes, o sossego	O calor	
L0241	Cordialidade dos habitantes		Uma maior divulgação turística dos Açores no Continente
L0242	Da hospitalidade do povo e da paisagem natural, que é excelente		
L0243	Tudo	Nada	Não estraguem os Açores!
L0244	De tudo, não houve nada que não gostasse.		Voos entre o Continente e os Açores e inter-ilhas com horários mais próximos.
L0245	A paisagem natural, tranquilidade, poucos turistas (o que é bom); a natureza, praias com chuveiros, o que é bom.	Pouca limpeza – o açoreano devia ser mais limpo. as pessoas cospem muito, o que é porco!	Continuem assim
L0246	Gostei de me bronzear nas praias, ver baleias e sair à noite	Só não gostei das águas vivas.	Arranjem uma maneira de afastar as águas vivas das praias. Mais lugares para os adolescentes se divertirem
L0247	O serviço de táxis foi muito bom e na maior parte dos restaurantes, o serviço e a comida foram excelentes.	O que menos gostei foi o facto de se fumar nos restaurantes	Proibam que se fume nos restaurantes
L0249	Ver a família, as ondas do mar e a natureza	Falta de vida nocturna.	
L0251	Tudo	Do carro que aluguei	
L0252	A melhor parte dos Açores é a comida e as pessoas	A humidade – torna-nos pegajosos e encaracola o cabelo	Adoramos isto. Eu e o meu irmão já cá estivemos 4 vezes. A minha família é de cá. Gostávamos de voltar mais vezes.
L0253	O ambiente e a comida		
L0254	Ver a filha e a irmã, tudo é bom, tudo está melhor.	De andar nas carreiras	Os caminhos e estradas (alguns) devem ser melho-radas.
L0255	As pessoas; a vegetação luxuriante		Adorei a minha viagem, hei-de voltar!
L0256	Ambiente, paz	Do horário das lojas e dos bancos. No Verão os horários deviam ser mudados para agradar aos turistas.	Os parquímetros foram uma má ideia
L0257	Pesca		
L0258	Estar com a família		
L0259	A família	A condução que cá se pratica	Melhores estradas
L0260	Visitar a família e passear pela ilha	A maneira como fomos tratados no aeroporto das Lajes. Não há serviço de clientes. toda a gente é mal educada e incapaz de ajudar de ajudar. Fui tratada sem respeito nenhum e senti-me mal recebida aqui.	Gostaria de encontrar gente mais simpática que nos fizesse sentir bem vindos. Sugiro ainda, mais limpeza nos barcos e mais comida. O comércio na Terceira é bom, mas nas outras ilhas é muito insuficiente. Por favor, arranjem uma maneira de podermos fazer a viagem dos EUA/Açores a horas e sem tantos atrasos.
L0261	Visitar a família	A humidade	
L0262	Os diferentes locais visitados e a cultura local. Também gostei das festas.	O tráfego automóvel e o clima	
L0263	Ver a família e os amigos		
L0264	Sossego, praias, paisagens	Estradas	

PLANO DE ORDENAMENTO TURÍSTICO DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

Cód.	O que gostou mais (Q23)	O que gostou menos (Q24)	Comentários/ Sugestões (Q25)
L0265	Visitar a família e os amigos; nadar no oceano.	Serviço nos restaurantes e hotéis – os empregados pareciam não gostar de americanos. Pareceram não apreciar a nossa visita.	Os empregados de serviços nas pequenas ilhas deviam tratar os visitantes com mais simpatia. Ignoraram-nos e puseram os residentes à nossa frente em vários sítios. Falo bem o português, mas percebiam que não eramos locais. Deviam apreciar a nossa visita e o dólar americano.
L0266	Visitar os familiares		
L0269	Gostei de ver tudo o que está relacionado com a natureza e também os locais históricos. A Semana do Mar foi também muito agradável.	O clima é diferente do dos EUA.	
L0270	Observação de baleias; estar com a família; subir o Pico; discoteca	Ir embora	Muito bom!!
L0271	As pessoas	A humidade	
L0272	A hospitalidade e a beleza natural das ilhas	As lojas fecharem à hora do almoço e os restaurantes fecharem muito cedo à noite	
L0273	A beleza das ilhas	Muita gente a fumar	
L0275	A beleza natural, a preservação do património. as gentes, a cultura e o bom tempo.	O facto de não existirem praias de areia suficientes em Angra. Um bom guia sobre os Açores (com indicação dos alojamentos em espaço rural); mais informação na internet	Por favor, evitem a exploração imobiliária, o caos urbano do betão (ex: hotel em construção nos Biscoitos em cima do mar). Não façam mais estradas, melhorem as existentes. Favoreçam o turismo rural e evitem hotéis de fraca qualidade (ex: o Hotel Caravela no Pico)
L0276	Ótimo clima; boa comida; gente simpática; ótimo em termos de segurança.	Mais locais onde se possa comprar comida e bebidas	Um sítio ótimo para relaxar – espero que os Açores continuem assim!
L0278	O clima e a boa disposição das pessoas	O local onde fiquei instalado	Foi tudo ótimo, os Açores são lindos!
L0280	Amabilidade dos açoreanos	Não tenho queixa nenhuma.	Gostei muito dos Açores e voltarei sempre que puder.
L0281		Ter ficado 2 dias em terra, devido às "cunhas"	Rever o sistema da TAP
L0282	Praia, pessoas muito simpáticas, tudo muito calmo. Um verdadeiro local para descansar	Restaurante "A Ladeira", em Angra.	LINDO!!
L0283	Pessoas muito simpáticas; o ambiente entre nós e os açoreanos		
L0284	Clima, ambiente calmo, simpatia das populações		
L0285	Paisagens naturais; a hospitalidade dos locais.	Clima chuvoso	
L0286	Passeio pela ilha; ida ao vulcão; comida; ambiente; clima	Nada	
L0288	Tudo, porque tudo é lindo e bom	Quase nada	
L0289	De tudo em geral	Da antipatia de alguns restaurantes	
L0290	A beleza natural e as noites de "mô"	A maneira como as pessoas são atendidas nos restaurantes	Gostaria de voltar para conhecer as restantes ilhas e ver o que têm para oferecer.
L0291	Paisagem natural, arquitectura, sossego	Horários das ligações de barco entre as ilhas; falta de limpeza nalguns locais públicos	
L0292	Apesar de ter estado pouco tempo e de ter tido pouco tempo livre, o que mais gostei foram as praias e do ambiente de segurança e amigável dos habitantes da ilha.	Apesar dos esforços do COFIT, o que gostei menos foi o local onde fiquei hospedada. Também acho que não existem bons meios de transporte e estes estão mal sinalizados e não se tem muita informação (p. ex.	penso que se melhorarem o último ponto referido na pergunta anterior, tudo seria perfeito para passar umas férias inesquecíveis

PLANO DE ORDENAMENTO TURÍSTICO DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

Cód.	O que gostou mais (Q23)	O que gostou menos (Q24)	Comentários/ Sugestões (Q25)
		horário dos autocarros)	
L0293	da paisagem; das baleias		
L0294	De tudo	Do sítio onde fiquei a dormir	
L0295	Belezas naturais	Qualidade de alguns restaurantes	Vou voltar no próximo ano!
L0296	Calma, Hospitalidade; ambiente natural	O alojamento	
L0297	Beleza natural e hospitalidade dos residentes		
L0298	Gostei da calma, do clima, da cultura, gastronomia e da hospitalidade	Os serviços prestados nem sempre são os melhores	espero que os Açores mantenham as suas características, principalmente, a calma e o sossego.
L0299	Mulheres		
L0300	A simpatia das pessoas que encontrávamos na rua	A vida nocturna é um pouco fraca...	Gostei imenso de voltar aos Açores!
L0301	Amabilidade de alguns residentes	Serviço prestado pela restauração	
L0302	Gostei das pessoas que moram cá.	Não tenho nada a dizer.	
L0303	Tudo		O transporte aéreo ser muito caro e difícil
L0306		Preço da passagem	Devem fazer algo no sentido de haver mais competição nos voos para os Açores
L0307	Obrigado, Açores	As baratas	
L0309	Touradas, praia, festas, estar com a família	Nada.	
L0310	A beleza natural, a água do mar e as pessoas	Empregados pouco profissionais, com pouca formação.	Penso que estas ilhas são perfeitas para quem quer descansar e acalmar. Mas, recomendo um melhor serviço. Por vezes é demasiado lento...
L0312	Calma; paisagem natural; a simpatia das pessoas	Falta de transportes	
L0314	A beleza natural	Nada	
L0315	Gostei de tudo, pois sou de cá!	De haver poucos espaços	Achei uma complicação muito grande a questão do avião da Air Transact, o meu marido esteve retido várias horas, e houve pessoas que perderam compromissos sérios.
L0316	A paisagem e toda a cultura das ilhas	O preço mais elevado de alguns produtos, nomeadamente, géneros alimentares. a ausência de um ciclo de cinema durante o período de Verão.	
L0317	Contacto com os habitantes locais e as zonas balneares		
L0318	Do convívio.	Das muitas beatas de cigarro na calheta dos Biscoitos.	
L0319	O clima, a beleza natural e o acolhimento por parte dos residentes	A falta de acessos para a periferia de S. Miguel, sendo esta a mais populosa.	
L0320	Estar com a família e os amigos	Excesso de beatas na calheta dos Biscoitos	
L0321	De tudo		
L0322			Falta de vida nocturna
L0323	Do contacto com familiares e amigos; das actividades relacionadas com o mar	A degradação da calheta dos Biscoitos, transformado num "cinzeiro monumental"!!	Resolver o assunto referido na pergunta anterior e outros semelhantes detectados noutros locais.
L0325	Gastronomia	Praias	
L0326	A serenidade, a beleza e a paz. Muito relaxante!	Quando as pessoas param no meio das estradas, nos seus carros, para falar com outras, sem consideração pelo tráfego.	As pessoas precisam de aprender a parar fora das estradas e em lugares seguros.
L0327	As pessoas, as paisagens e a gastronomia	A falta de eficiência dos transportes. A assinalar a má, senão péssima atitude da SATA.	
L0328	Sossego, clima, paisagem, pessoas.	Maus transportes terrestres e rent-a-car com um número insuficiente de carros.	Mais carros nos rent-a-car; mais transportes públicos; mais oferta e melhores horários nos restaurantes.